

REVISTA  
DO  
INSTITUTO HISTORICO E GEOGRAPHICO  
BRASILEIRO

Fundado no Rio de Janeiro em 1838

VOLUME 170

1935

Hoc facit ut longos durent bene gesta per annos  
Et possint sera posteritate frui.



RIO DE JANEIRO — IMPRENSA NACIONAL — 1939



REVISTA  
DO  
INSTITUTO HISTORICO E GEOGRAPHICO  
BRASILEIRO

Fundado no Rio de Janeiro em 1838

---

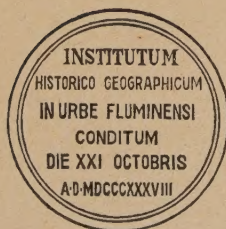
---

VOLUME 170

---

1935

Hoc facit ut longos durent bene gesta per annos  
Et possint sera posteritate frui.



RIO DE JANEIRO -- IMPRENSA NACIONAL -- 1939








## INDICE





## INDICE DO VOLUME 170 DE 1935

	Págs.
Frontespício. . . . .	1
Parecer do Prof. Max Fleiuss.....	3
Prefácio do <i>Correio da Manhã</i> .....	5
Dedicatória. . . . .	7
Terra Carioca-Fontes e Chafarizes.....	9
I. Aqueduto e chafariz da Carioca.....	11
II. Mapa das fontes públicas da cidade. Chafariz do Largo do Paço.....	25
III. Chafarizes dos Caminhos da Glória e Mata- cavalos. . . . .	37
IV. Lenda da Fonte dos Amores.....	45
V. Chafariz das Marrecas. O aqueduto de Ca- tumbí e o Chafariz do Lagarto.....	55
VI. Chafarizes do Largo do Moura e das Sara- curas. . . . .	65
VII. Chafarizes do Largo do Capim, de Catumbí e Bica da Rainha.....	73
VIII. Chafarizes do Riachuelo, do Boiota e das Lavadeiras. . . . .	81
IX. Fonte de Águas Férreas. Chafarizes do Mer- cado, de Santa Rita, do Aragão e do Largo do Machado. . . . .	89



	Págs.
X. Os carioqueiros. Chafarizes Marquês de Olinda, do Largo de Bemfica e da Praça 11 de Junho. . . . .	99
XI. Os aguadeiros. Fontes dos solares. Largo do Boticário. Código de Obras. Fonte do Boticário. . . . .	107
XII. As Fontes dos Solares — Solar Militão e Figueiredo. . . . .	115
XIII. Chafarizes de Paula Matos, Estrada Velha da Tijuca, Mercado da Harmonia, Bica do Cais de Botafogo; Fontes Marquês de Olinda e da Imperial Quinta da Boa Vista. . . . .	123
XIV. Fontes da Praça Municipal, do Palácio Itamarati. A pena d'água. Bica do Monteiro. . . . .	131
XV. Fontes ornamentais, Ciborium, Vallace, Stella e Vasques. . . . .	139
XVI. Chafarizes da Praça 15 de Novembro e do Palácio do Catete e as Fontes do Ministério da Viação, Ramos Pinto e do Velho. . . . .	151
XVII. O Manequinho e o Chafariz do Maracanã. . . . .	161
XVIII. O abastecimento d'água do Distrito Federal. Reservatórios e ilhas. . . . .	167
XIX. O Rio Trapicheiro. . . . .	175
XX. Os mananciais da zona rural. Planícies de Jacarepaguá, Guaratiba e Sepetiba. As fontes de Santa Cruz. . . . .	181
XXI. Porque se chama carioca a quem nasce na cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro. . . . .	195
Índice. . . . .	215

## ÍNDICE DAS GRAVURAS A BICO DE PENA

Rosto — Cascata grande — Rio Cachoeira. . . . .	
Onde nasce o Rio Carioca. . . . .	8 (bis)

	Págs.
O Rio Carioca da época (desenho Maria Graham)	10 (bis)
Primeira represa do cristalino Rio Carioca.....	12 (bis)
I° Capitular — A chuva.....	13
Fonte do Beijo.....	14 (bis)
Primeiro conduto das águas do Rio Carioca — Paineiras.....	16 (bis)
Primeiro chafariz da Carioca.....	18 (bis)
Terceiro chafariz da Carioca.....	20 (bis)
<i>Maquette</i> do Mestre Rodolpho Bernardelli..	22 (bis)
Os Dois Irmãos — Santa Tereza.....	24 (bis)
O aqueduto da Carioca.....	26 (bis)
II° Capitular — A água através da terra — Nascente. . . . .	27
Chafariz do Largo do Paço.....	28 (bis)
Tres projetos do chafariz — Jacques Funck.	30 (bis)
Chafariz do Largo do Paço (1841 e 1869) ..	32 (bis)
III° Capitular — Primeira canalização por meio do bambú. . . . .	39
Velho chafariz do caminho da Glória (1772).	40 (bis)
Chafariz do caminho da Glória restaurado e reformado pelo Prefeito Pereira Passos. . . . .	42 (bis)
IV° Capitular — Canaleta de madeira e tanque.	47
Passeio Público — Fonte dos Amores do tempo de Luiz de Vasconcellos, com o coqueiro de bronze.....	48 (bis)
Chafariz “Sou útil inda brincando”.....	50 (bis)
Fonte dos Amores — Cascata do Passeio Público de 1862 a 1922, depois de mo- dificada. . . . .	52 (bis)
Passeio Público no tempo do Fialho (de- senho de Henrique Fleiuss).....	54 (bis)
V° Capitular — Aqueduto colonial do Carioca..	57
Chafariz das Marrecas, reconstituição.....	58 (bis)



	Págs.
Ruínas do aqueduto de Catumbí.....	60 (bis)
Chafariz do Lagarto.....	62 (bis)
O Lagarto de bronze.....	64 (bis)
<b>VI° Capitular — Poço rudimentar (cacimba)...</b>	<b>67</b>
Chafariz do Largo do Moura (desenho de Buvelot e Augusto Moreau).....	68 (bis)
Chafariz das Saracuras.....	70 (bis)
Chafariz de Catumbí.....	74 (bis)
<b>VII° Capitular — Poço com roda d'água (nora).</b>	<b>75</b>
O chafariz de Catumbí (detalhe).....	76 (bis)
A pipa d'água (carroça).....	78
Antiga Bica da Rainha.....	78 (bis)
Atual Bica da Rainha.....	80 (bis)
<b>VIII° Capitular — Poço do Convento de Santo Antônio (cisterna) . . . . .</b>	<b>83</b>
O antigo chafariz da Rua do Riachuelo..	84 (bis)
O atual chafariz da Rua do Riachuelo.....	86 (bis)
O chafariz da Travessa da Barreira — Fonte do Boiota (os aguadeiros).....	88 (bis)
Chafariz das Lavadeiras (Campo de San- tana). . . . .	90 (bis)
<b>IX° Capitular — Os aguadeiros coloniais.....</b>	<b>91</b>
Placa da Fonte Férrea descoberta por D. Pe- dro I. . . . .	92 (bis)
Chafariz do Mercado — Praia do peixe.....	94 (bis)
O chafariz do Largo de Santa Rita.....	96 (bis)
O chafariz do Aragão (1845).....	98 (bis)
O chafariz do Largo de Benfica.....	100 (bis)
<b>X° Capitular — Represa (comporta e canaleta)..</b>	<b>101</b>
Desenho de Grandjean para o chafariz de Benfica. . . . .	102 (bis)
Antigo chafariz da Praça 11 de Junho.....	104 (bis)



	Págs.
Antigo chafariz da Praça 11 de Junho e as casuarinas. . . . .	106 (bis)
Projeto do chafariz (desenho de Grandjean).	108 (bis)
XI° Capitular — Caixa d'água e de decantação..	109
Fonte da Chácara da Água do Vintem.....	110 (bis)
As pipas dos aguadeiros.....	112 (bis)
A bica do Largo do Boticário.....	114 (bis)
A fonte do Boticário.....	116 (bis)
XII° Capitular — Adutora.....	117
Aqueduto que vai da fonte do Boticário ao Rio Carioca. . . . .	118 (bis)
A ponte do Boticário sobre o rio carioca...	120 (bis)
Solar Militão (captação das águas do córrego Soberbo). . . . .	122 (bis)
Solar Militão — A biquinha da Moça.....	124 (bis)
XIII° Capitular — A bica suburbana (bomba d'água). . . . .	125
Solar Figueiredo — Fonte da Carranca.....	126 (bis)
Solar Figueiredo — Fonte do Leão.....	128 (bis)
Solar Figueiredo — Banheiro e a Cascata do Cacambo. . . . .	130 (bis)
Chafariz de Paula Matos.....	132 (bis)
XIV° Capitular — Bica e tanque, a beira da estrada. . . . .	133
Fonte da Estrada Velha da Tijuca.....	134 (bis)
A bica do Cais de Botafogo (1861).....	136 (bis)
Fonte da Imperial Quinta da Boa Vista — São Cristovão. . . . .	138
Chafariz da Praça Municipal.....	140 (bis)
XV° Capitular — Repuxo ornamental.....	141
Fonte do Palácio Itamarati.....	142 (bis)
Bica do Monteiro — Tijuca.....	144 (bis)
Fonte Giborium — São Cristovão.....	146 (bis)
Fonte Wallace. . . . .	148 (bis)

	Págs.
Fonte Stella — Campo de Santana.....	150 (bis)
Fonte de cobre repuxado e cinzelado da Quita da Boa Vista.....	152 (bis)
XVI° Capitular — Transporte de latas d'água para as ilhas. . . . .	153
O chafariz monumental da Praça Quinze de Novembro. . . . .	154 (bis)
O chafariz do Palácio do Catete.....	156 (bis)
Antigo Ministério da Viação (execução de Pereira Passos). . . . .	158 (bis)
XVII° Capitular — Barril d'água, em carro puxa- do por carneiro, nas zonas rural e suburbana remota. . . . .	163
O Manequinho na Avenida Rio Branco.....	164 (bis)
A Cascatinha da Tijuca.....	166 (bis)
Ponte sobre o Rio Cachoeira — Cascatinha..	168 (bis)
XVIII° Capitular — Os aguadeiros do subúrbio.	169
Furnas de Agassiz — Pedra do Imperador..	170 (bis)
Rio Cachoeira — Tijuca.....	172 (bis)
A Cascata Grande — Rio Cachoeira — Ti- juca. . . . .	174 (bis)
Abastecimento d'água potável — Ilha do Baiaçu. . . . .	176 (bis)
XIX° Capitular — As margens do Rio Carioca..	177
Ilha d'Água — As Fontes.....	178 (bis)
Rio e represa dos Trapicheiros.....	180 (bis)
Represa dos Ciganos — Jacarepaguá.....	182 (bis)
XX° Capitular — A água conduzida em pipa ou barril, por boi ou burro, na zona rural....	183
Tombo na canaleta do Olho d'água.....	184 (bis)
Represa da captação do Batalha.....	186 (bis)
Fonte da antiga Escola Estados Unidos da América do Norte, em Santa Cruz, Matadouro. . . . .	188 (bis)

Represa e ponte dos Jesuítas em Santa Cruz, vista do lado esquerdo.....	190 (bis)
Ponte-represa dos Jesuítas sobre o Rio Guan- dú, Estrada do Cortume.....	192 (bis)
Cartuxa da Ponte dos Jesuítas com a inscri- ção secular. . . . .	194 (bis)
<i>Maquette</i> da Fonte "A Carioca", de Modes- tino Kanto. . . . .	196 (bis)
XXI <sup>o</sup> Capitular — A vida fluvial.....	197
"Juventude" de Corrêa Lima.....	198 (bis)
Mapa quinhentista da Baía do Rio de Ja- neiro, cópia a bico de pena.....	200 (bis)
Mapa quinhentista da Baía do Rio de Ja- neiro e da Cidade de São Sebastião (reprodução fotográfica).. . . . .	204 (bis)
O Acarí ou carí.....	208 (bis)
O Rio Carioca (através a Rua Conde Bae- pendi — (1902).....	210 (bis)

# ATAS DAS SESSÕES DE 1935

## ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA, EM 15 DE ABRIL 217

Propostas relativas aos Srs. Ramon J. Cárcano, para ser elevado a sócio benemérito, e Frederico Lunardi para correspondente. — Aprovação das contas referentes ao ano de 1934. — Eleição do sócio efetivo, Sr. Vieira Souto, para segundo secretário, em consequência do falecimento do Sr. Agenor de Roure.

## PRIMEIRA SESSÃO ORDINÁRIA EM 15 DE ABRIL..... 224

Palavras do Presidente Perpétuo, Sr. Conde de Affonso Celso, sobre o início dos trabalhos no presente ano, apresentando uma proposta



para que desapareçam os dissídios entre as nações do Novo Mundo. — Conferência do Sr. Manuel Cicero Peregrino da Silva (1º vice-presidente) sobre o DIA DA AMÉRICA.

SEGUNDA SESSÃO ORDINÁRIA, EM 28 DE MAIO..... 237

Palavras dos Srs. Conde de Affonso Celso e Max Fleiuss sobre o centenário do nascimento do general João Severiano da Fonseca. — Palavras do Sr. Conde de Affonso Celso sobre o falecimento do Major Henrique Silva. — Eleição do Monsenhor Frederico Lunardi para sócio correspondente. — Leitura, pelo Sr. Max Fleiuss, de algumas cartas do Conde d'Eu.

TERCEIRA SESSÃO ORDINÁRIA EM 25 DE JUNHO..... 242

Palavras do Sr. Conde de Affonso Celso sobre a eficiente atuação do Sr. José Carlos de Macedo Soares quanto à pacificação entre o Paraguai e a Bolívia. — Posse do Monsenhor Frederico Lunardi. Discurso do mesmo e resposta do Sr. Ramiz Galvão. — Palavras do Sr. Conde de Affonso Celso sobre o próximo aniversário do Santo Padre Pio XI.

SESSÃO ESPECIAL EM 23 DE JULHO..... 270

Palavras do Sr. Conde de Affonso Celso sobre os Argentinos ilustres, que têm feito ou fazem parte do Instituto e sobre o objeto da sessão especial: a paz Paraguaio-Boliviana. — Discursos dos Srs. Wanderley Pinho e Clovis Bevilacqua.

SESSÃO ESPECIAL EM 5 DE AGOSTO..... 285

Palavras do Sr. Conde de Affonso Celso sobre o motivo da sessão: comemorar a data centenária do natalício do Conselheiro Gaspar Silveira Martins. — Discursos dos Srs. Ramiz Galvão e do deputado Sr. Raul Bittencourt,

na qualidade de representante do Rio Grande do Sul na Câmara dos Deputados, a qual enviou ao Instituto uma comissão de 24 de seus membros para assistir à sessão.

SESSÃO ESPECIAL EM 20 DE AGOSTO..... 294

Palavras do Sr. Manuel Cicero, como presidente da sessão, sobre o fim da reunião: comemorar o centenário da morte de José da Silva Lisboa (Visconde de Cairú). — Conferência do Sr. Braz do Amaral. — Nomeação de uma comissão para visitar o Presidente Perpétuo, Sr. Conde de Affonso Celso, então enfermo.

SESSÃO ESPECIAL EM 20 DE SETEMBRO..... 317

Palavras do Sr. Manuel Cicero, presidindo a sessão, sobre o encerramento das conferências organizadas pelo Instituto para comemorar o centenário da revolução farroupilha. — Conferência do Sr. Barbosa Lima Sobrinho.

SESSÃO MAGNA COMEMORATIVA DO 97º ANIVERSÁRIO DA FUNDAÇÃO DO INSTITUTO..... 340

Alocação do Sr. Rodrigo Octavio de Langgaard Menezes, presidindo a sessão. — Relatório do Secretário Perpétuo, Sr. Max Fleiuss. — Discurso do Orador Perpétuo, Sr. Ramiz Galvão, fazendo o necrológio dos socios: Julio Fernandez, Ronald de Carvalho, Gastão Ruch, Miguel Calmon du Pin e Almeida, Agenor de Roure. — Palavras do Sr. Rodrigo Octavio sobre trabalhos dos Srs. Juan G. Beltran, Max Fleiuss e Ramon Cárcano.

ANEXOS. Artigos sobre o aniversário do Instituto.

SESSÃO ESPECIAL EM 12 DE DEZEMBRO..... 368

Palavras do Sr. Manuel Cicero, presidente da sessão, explicando o fim principal da mesma:

comemorar a data do nascimento do Conselheiro João Alfredo Corrêa de Oliveira, e dando notícia das melhoras do Sr. Conde de Affonso Celso, do falecimento do Sr. Felix Pacheco, bem como nomeando uma comissão para cumprimentar o Sr. Presidente da República, Dr. Getúlio Vargas, pelo restabelecimento do prestígio da lei. — Discurso do Sr. Augusto Tavares de Lyra sobre o Conselheiro João Alfredo.

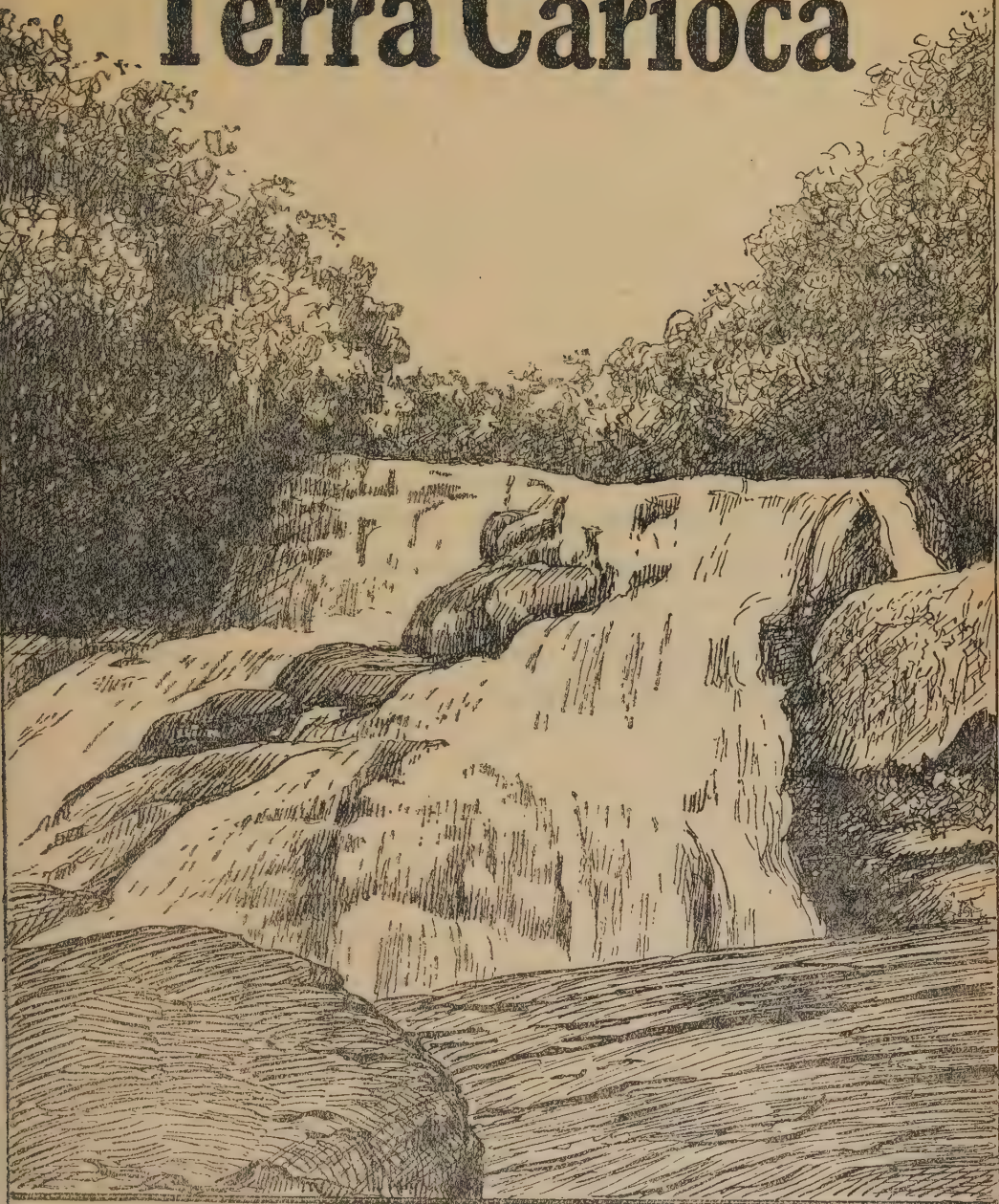
ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA EM 19 DE DEZEMBRO.... 389

Palavras do Sr. Max Fleiuss, apresentando uma proposta para ser colocado na sala de leitura o retrato de Felix Pacheco. — Eleição dos cargos da diretoria, não ocupados vitaliciamente, e das comissões permanentes para o biênio de 1936-37.





# Terra Carioca



**Fontes e Chafarizes**

**Magalhães Corrêa**





A *Revista do Instituto Histórico* publica mais um trabalho do professor Armando de Magalhães Corrêa. Trabalho que se recomenda pela minucia das informações e quanto à parte ilustrativa. Dedicado ao estudo das cousas cariocas, buscando pessoalmente conhece-las, o Sr. Magalhães Corrêa merece todos os louvores que o incitem a prosseguir em tais investigações.









Com estas páginas magníficas, o professor Armando Magalhães Corrêa, do Conselho Superior de Belas Artes, encerra a série interessantíssima de suas crônicas ilustradas dos monumentos antigos do Rio de Janeiro, em grande parte desaparecidos. Artista dos mais consagrados, Magalhães Corrêa é também um grande estudioso das nossas coisas. A cidade lhe ficará devendo o inestimável serviço de haver revelado às gerações de hoje as belezas e os encantos artísticos das suas velhas fontes e chafarizes.

(*Correio da Manhã*, Domingo, 13 de Julho de 1930.)





**A RAUL BRANDÃO**

**O propugnador “do que é nosso”**

**Homenagem**







A  
PONTE DO INFERNO  
PAINEIRAS

Onde começa o rio Carioca



TERRA CARIOCA

---

FONTES E CHAFARIZES







RIO CARIOCA - LARANJEIRAS-1824-Segundo Maria Graham.

O rio Carioca da época (desenho de Maria Graham)





**AQUEDUTO E CHAFARIZ DA CARIOCA**

**I**

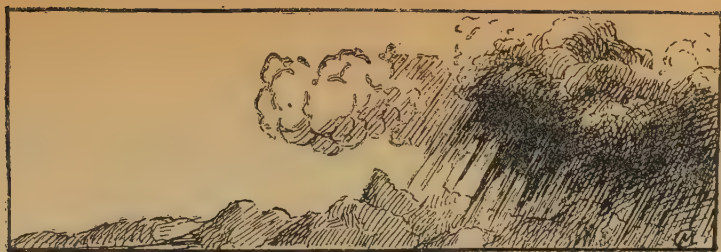




Primeira represa do Cristalino — Rio Carioca







## I

A serra da Carioca, parte integrante do grande massiço do Distrito Federal, projeta-se, como verdadeiro promontório, sobre a cidade, tendo como ponto culminante o Corcovado, vestida com seu verde manto florestal, tocado de múltiplos tons tropicais e esparsos de borboletas azues, esconde, como mulher formosa, os seus lindos seios: Paineiras e Silvestre, de onde misteriosamente surgem os mananciais, que, aleitando, dessedentaram o heróico povo desta terra durante sua primeira idade: — O Carioca, o Catumbí, o Iguassú e o Trapicheiro.

“O Carioca” (casa do acarí), nascido de miríades de filetes cristalinos, espalhados sobre uma grande rocha, vai, como tentáculos, sob a proteção das Naiades, reunir-se em um leito pedregoso, como que mágicamente fabricando seixos, característico seu, até desembocar na inegualável “Guana-bara”.

O rio sagrado dos Tamôios, cujas linfas suavizavam as vozes, e aformoseavam os semblantes, seduzia os forasteiros pela sua natureza indescritível. Assim acontece até hoje a todos os que tiveram a ventura de conhecer esta terra hospitaleira. Não faltam elogios de Mantegazza, Edmundo de

Amicis, Francisco Bianco, Lord George, Lord d'Abernon, L. Kipling e outros.

Continuando seu curso de 4.300 metros, entre as florestas das Paineiras e Silvestres, ia, pelas vertentes do Cosme Velho, Laranjeiras, Catete, desaguar junto à casa de Pedra de Gonçalo Coelho.

Hoje, pobre rio, submerso após o largo do Cosme Velho, vai canalizado, e quasi extinto, lançar-se na Praia do Flamengo, mas outrora, quando tinha o nome das Lavadeiras, Caboclas, Laranjeiras, Catete, o sempre Carioca era navegável até certo ponto, em virtude do volume de suas águas, o que documenta o Edital do Ouvidor Geral desta comarca, em 22 de maio de 1788, Felipe Cordovil da Siq. e Melo, que, em requerimento, pede Joaquim José da Silva Xavier (o Tiradentes) fazer edificar alguns moinhos nos rios Laranjeiras e Maracanã, por serem abundantes em águas.

Segundo Gandavo, era este rio abundante em peixes cascados (carís), de saboroso paladar, os quais deram o nome ao rio "Carioca", por serem seus habitantes, e aos filhos desta maravilhosa terra.

O "Catumbí" (ao pé do monte) rola do grotão dos Dois Irmãos, próximo ao morro do França, e mais adiante, em seu percurso, toma o nome de Coqueiro, depois de receber como afluentes o Papa-Couve e o Coqueiro, indo desembocar nas margens de São Diogo, perto da atual rua Frei Caneca. Em antiquíssima medição, a Câmara denominou de Iguassú o rio Catumbí, erradamente, confundindo-o com o verdadeiro, que, posteriormente, tomou o nome de Rio Comprido.

O "rio Iguassú" — sem razão de ser traduzido ou aportuguezado de rio Comprido, nasce na Lagoinha, Santa Tereza, mas as suas cabeceiras oferecem uma passagem para o vale superior do Carioca, ligando-os.

Ainda as águas que escapam do Papa-Couve e outros vão ter aos regatos da Cova da Onça, onde se reúne ao rio Comprido, indo desaguar no Mangue, em cuja foz existia a Bica dos Marinheiros, hoje Ponte dos Marinheiros, depois de um percurso de 4.600 metros.

O "Trapicheiro", que nasce na Serra da Carioca, antigo São Francisco Xavier, é o afluente do rio Maracanã, os quais ligados vão desaguar no Mangue, hoje em dia canalizados.

Estes foram os rios aproveitados para a captação de suas águas ao uso da população carioca.



Fonte do Beijo





## O “Aqueduto da Carioca”

Estando sujeita à seca a população e tendo que ir buscar água à distância de três quartos de légua, o que a afligia, resolveu o governador João da Silva e Souza, de acôrdo com a carta régia de 6 de maio de 1672, dar princípio ao encanamento do rio Carioca, com o subsídio pequeno dos vinhos e metade do rendimento das despesas da Justiça. Houve missa campal e festa em regozijo, no próprio local das obras.

Para trazerem a água até o Desterro, foram encarregados os mestres de encanamento, João Fernandes e Albano de Araujo, recebendo o primeiro (500\$) quinhentos mil réis, e o segundo (120\$) cento e vinte mil réis e empregados neste serviço cincoenta índios, à razão de comida e sete varas de algodão por mês, cada um. Os jesuitas pleitearam, junto aos vereadores, o aumento de oitenta réis diários, o que o Senado da Câmara rejeitou.

Em 1679, ordenava el-Rei a d. Manuel Lobo, então governador, que não desviasse a renda dos encanamentos do Carioca, mas a Câmara ponderava que estavam escassos os subsídios de pequeno vinho.

Assim chegaram os encanamentos até a ermida do Desterro.

Em resposta ao pedido feito à Metrópole, em 1675, em que a Câmara sugeria, para terminação da obra, a cobrança do imposto de \$400 sôbre a aguardente, veio a negativa, por achar demasiada a consignação.

Pelas encostas dos morros das Laranjeiras, Catete e Desterro, em direção à ermida da Ajuda, que se erguia no canto da rua que hoje é Evaristo da Veiga, fôram, sôbre arcos de pedra e cal, canalizadas de telhas e conduzidas as águas da Carioca.

No governo de Arthur de Sá foram suspensas as obras, por falta de verba.

Diminuindo de dia para dia os índios, resolveu Alvaro da Silveira e Albuquerque, governador, comprar escravos à custa da fazenda, assim como ultimar as obras, o que foi aprovado em 8 de janeiro de 1704.

Com a invasão francesa, pararam as obras de 1710 a 1711.

Mandando el-Rei aplicar a importância da renda da passagem do rio Paraíba do Sul nas obras e que persuadissem os moradores das vantagens do serviço dos escravos, nos dias que menos onerosos lhe fossem, recommçaram os serviços.

O governador Aires de Saldanha d'Albuquerque projetou novos planos e mais econômicos do que o do engenheiro da praça; a Metrópole, porém, ordenou a suspensão dos mesmos até novo aviso.

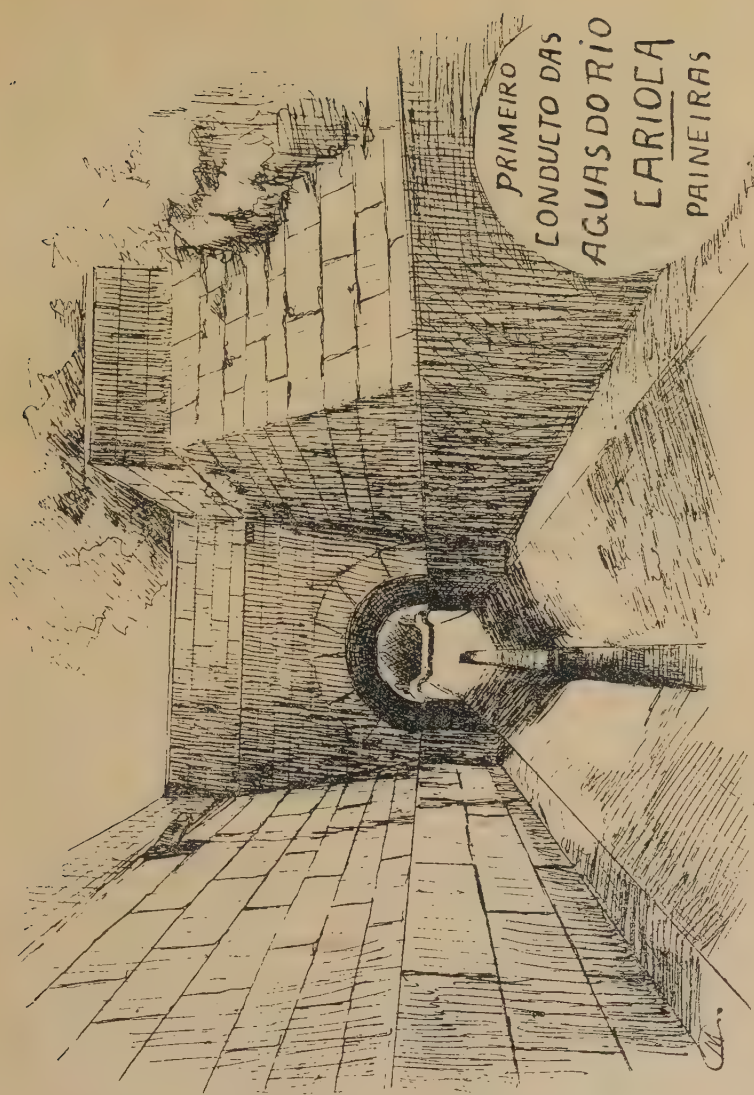
Mas, resoluta, o governador tomou sob sua responsabilidade, e obrigou o empreiteiro a abater 20.000 cruzados, e trazer a água para dentro da cidade no prazo de um ano. No prazo marcado chegou ao Campo da Ajuda, mas ainda assim longe do centro populoso, o que, participando a el-Rei, fez ver a conveniência de trazer a água ao Campo de Santo Antônio, pela quantia de (38:000\$) trinta e oito contos de réis, o que foi aprovado, assim como mandando fazer em Lisboa o chafariz, de acôrdo com o governador.

Em 1720, foram encomendados pelo governador encanamentos às olarias da Baía, os quais vieram pela importância de 1:555\$545, pagos pela fazenda real. Eram 8.948 canos.

Em 1723, foi inaugurado o primeiro chafariz, vindo de Lisboa, que colocado no antigo Campo de Santo Antonio, hoje Largo da Carioca, tinha 16 bicas ornadas de carrancas de bronze, despejando água cristalina e pura; das dezeseis bicas, dez estavam na fachada principal, duas nos ângulos chanfrados, e quatro nas partes laterais; o corpo de chafariz dividia-se em três partes; coroando a última, as armas da Metrópole e, na parte inferior, um tanque estreito de forma exótica sôbre um patamar de três degraus, em curvas simétricas.

Assim falava J. A. Cordeiro, em 1846, sôbre o primeiro chafariz: "Este chafariz foi obra feita ao som dos ferros da escravidão e à voz do absolutismo puro; embora de formas grosseiras, e, por assim dizer, aborto arquitetônico, é airoso e talvez belo, relativamente às linhas curvas de que abunda; a pequena altura de seus andares, a disparidade que reina entre o seu complexo e qualquer ordem das conhecidas... talvez fossem causadoras de sua destruição, ou então o limitado escoamento devido ao número de bicas que eram dezeseis e a pequenez da caixa contígua."

Mas não havendo saída para as águas, transformou-se o Campo de Santo Antonio em um pântano, o que obrigou o governador a abrir uma vala até a Prainha, passando pelo Campo de São Domingos, a qual servia de limite da cidade e a este caminho chamou-se rua da Vala, hoje Uruguaiana. E, junto ao chafariz, contruíram tanques para lavagens de roupa.



Primeiro conduto das águas do Rio Carioca (Paineiras)





As despesas do aqueduto, durante os cincoenta anos decorridos, foram de 600.000 cruzados.

Em 1731, o governador concedeu uma sentinela para o chafariz, enquanto que a Câmara tomava severas providências, para conter o povo ignorante composto de negros escravos, que danificavam e rompiam os canos, impondo a pena de galés e açoite a tais vândalos.

Nomeado Gomes Freire de Andrade governador, e passando revista às obras públicas, percebeu a pouca solidez do aqueduto e a má direção do mesmo, tratando de projetar e construir com pedra do país e encaminhar as águas de Santa Tereza para o morro de Santo Antonio, por meio de uma dupla arcaria de pedra e cal, com quarenta e dois arcos. Esta obra é a mais monumental dos tempos coloniais e que passou 185 anos desafiando as intempéries, mas, passiva, espera a mão destruidora dos modernos renovadores.

Na arrojada e dupla arcaria em pleno cintro, que mede uma altura 17<sup>m</sup>,60 do nível do solo, lê-se num dos arcos, cuja base se acha à rua do Riachuelo, a seguinte inscrição em marmore:

*El Rei d. João V n. S. R. mandou fazer esta obra pelo  
Illmo. e Exmo. sr. Gomes Freire de Andrada do seu Cons.  
Sarg. Mór de Batalha de seus Exercit. Gouv. e Cap. Generl  
das Cap. Ptns. do Rio de Janr. e Minas Gers.*

### “Anno MDCCL”

No govêrno de Gomes Freire, foi ainda coberto o aqueduto, para evitar desvios e impurezas das águas, mas só ficou pronta a obra no govêrno do Conde de Rezende.

Em 1817, o govêrno mandou cercar de madeira todos os terrenos do alto da serra, que estavam ao redor das nascentes das águas da Carioca e ao longo do aqueduto até Santa Tereza, assim como o espaço de três braças de terreno de cada lado do mesmo aqueduto.

Demolido o primeiro chafariz, construiu-se outro no mesmo lugar, porém provisório, de madeira, pintado de granito, com as quarenta torneiras que foi inaugurado, em 15 de Maio de 1830, com esta data pintada no frontespício. É obra do intendente geral de polícia Luiz Paulo de Araujo Bastos.

Mas, rapidamente arruinado pela umidade o segundo chafariz fantasiado de pedra, resolveu o governo fazer outro no mesmo lugar, o terceiro, de pedra do país, começado, em 1833 e, concluído, em 7 de Abril de 1840.

O chafariz da Carioca, no período de Junho a Dezembro de 1839, segundo o relatório do Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Justiça e interinamente do Império — diz: “Foram assentadas nos seus respectivos lugares 35 silhares, 7 capiteis, 10 cunhais, 23 peças de arqui-trave, 27 grandes peças de frizo, 21 cimalthas, 7 lages grandes, 6 degraus e 139 tijolos de mármore, num total de 138 peças de cantaria; muitas delas com grande número de mulduras. Ainda embarraram-se 9.693 palmos quadrados no chafariz, rebocaram-se 9.378, fizeram-se 1.622 pés cúbicos de abóbada, e 9.859 de massiço. A obra de cantaria externa do chafariz ficará concluída no corrente ano (1840), os ornatos, grades, portas, no próximo.

A conclusão da obra do chafariz, não compreendidos os ornatos, está orçada em 17:400\$; mas com os ornatos, sendo êstes de bronze e fornecidos pelo governo, a matéria prima ficará em 28:204\$000”.

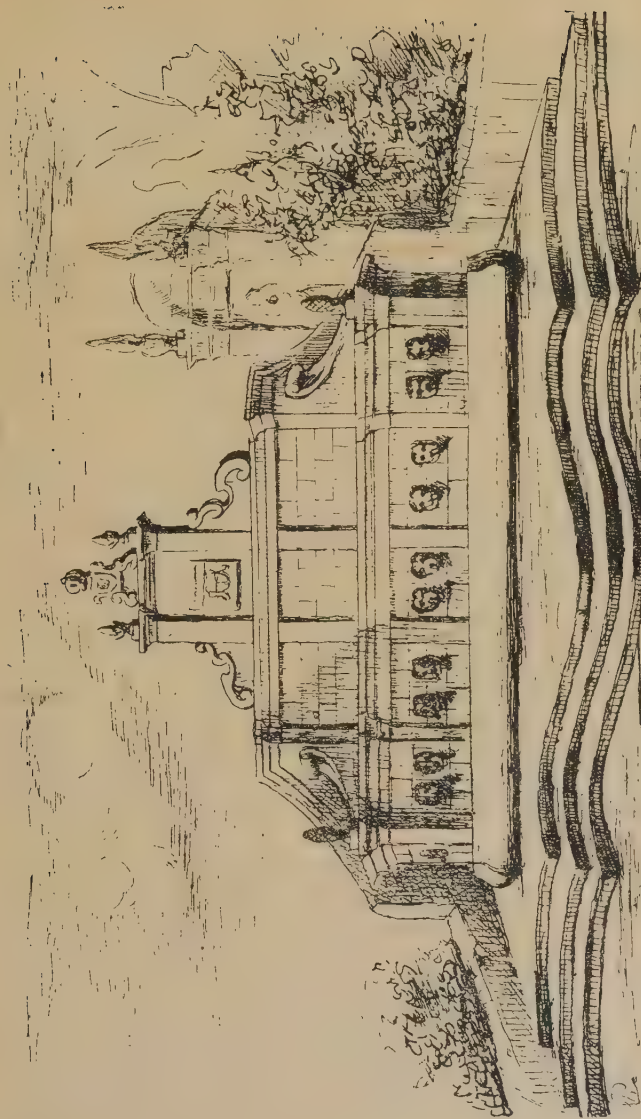
Mas nêsse intervalo, houve falta d'água, o que obrigou editais ordenando a todos os moradores a franquia de seus poços particulares ao público.

Para abastecer o chafariz e evitar futura falta d'água, encanaram três novas fontes descobertas, nas Paineiras, as quais começaram a correr no encanamento, a 2 de Dezembro de 1833; e, em comemoração do natalício de Pedro II, denominou-se Natal a primeira, e as outras, Cipó e Cascatinha, sendo o autor dêsse melhoramento o ministro Aureliano de Souza Oliveira Coutinho, Visconde de Sepetiba.

No caminho das Paineiras, que vai para a Ponte do Inferno, foi construída pequena caixa d'água com a seguinte inscrição. “1865 A. P. L. Abreo”.

O terceiro e último chafariz, erguido no mesmo lugar dos dois antecedentes, foi construído no segundo imperio.

“Tinha a forma de uma casa de pedra lavrada com três portas entre duas pilastras de feitiço particular e apoiadas sobre extensa e alta base para a qual se subia por uma extensa escadaria de quatro degraus muito estreitos. Na base abriam-se trinta e cinco bicas de metal, que despejavam água em estreito e comprido tanque. Coroava a construção al-taneira platibanda em forma de trono”.



## CHAFARIZ DA CARIOCA

Primeiro chafariz da Carioca





Foi o maior chafariz da cidade, arrojada construção monolítica, simples e sóbria.

Na época dizia-se que era um magnífico palácio, onde habitava o “gênio das pedreiras”, e com razão, o gênio era o Carioca que, identificado, da sua nascente à foz com as pedras, formára o rio sagrado dos Tamóios.

Semelhante a este chafariz, houve um projeto do Sr. Guilhobel, subordinado à ordem dórica, com pequenas modificações: colunas circulares, além das pilastras, o que daria balanço ao entabulamento; nos intercolúnios haveria três estátuas: — ao centro, um caboclo subjugando um jacaré com o pé e que despejaria água pela guéla, e as outras seriam jaguares deitados e o entablamento ornado. Como de costume, o projeto não foi aprovado. Mas, segundo a família, foi ele, como engenheiro militar que era, quem dirigiu a construção do último chafariz. No governo do benemérito Rodrigues Alves, o então ministro da Viação, Lauro Müller, pediu a Rodolpho Bernardelli um projeto para embelezamento deste chafariz. Executou o artista a maquete, que ainda hoje existe em seu *atelier*, a qual não foi pôsto em realidade, infelizmente, por ter deixado a pasta o ministro.

A maquete do chafariz é magistralmente plasmada: encimando o entablamento está o grupo Fauna e Flora, nas três portas transformadas em nichos, aparecem ao centro, “A Carioca”, estátua de uma tamóia, surgindo dentre pedras e no da direita “A Pesca”, representando um casal do Tamóios, o índio, de pé carregando o cesto com peixes, a mulher pescando, por entre pedras, acarís; no da esquerda “A Caça”, dois tamóios, um flexando, o outro trazendo sobre os ombros o produto da caça.

E’ de lamentar que o projeto do mestre Rodolpho Bernardelli não tivesse sido executado, pois assim perdeu o patrimônio nacional uma obra prima.

Passaram-se os anos e o prefeito Alaor Prata demoliu no seu governo a obra, marco do segundo imperio e reliquia sagrada do povo carioca, enviando a cantaria para a caixa d’água do Estácio, que daí desapareceu...

Ultimamente, soube que a cantaria tinha sido aproveitada para os alicerces do novo Instituto Neurobiológico, na Praia Vermelha; não posso acreditar em tamanho desprezo pelo nosso patrimônio artístico.

Mandar para o Hospício essa obra sóbria e arrojada dos nossos antepassados, por mero capricho dos que não têm cultura real e muito menos artística !

A Comissão do Cadastro e Tombamento dos Próprios Nacionais, Ministério da Fazenda, em officio n. 140, datado de 12 de Setembro de 1925, dirigido ao Director do Patrimônio Nacional, Dr. José Antonio Gonçalves Mello, diz textualmente:

“Informando a Imprensa, hoje, que ontem foi iniciada a demolição do “Chafariz da Carioca” pela Prefeitura Municipal e isso constatei pessoalmente; no entanto, embora já se tratasse dessa demolição, não me consta haver a indispensável permissão do poder legislativo, para a entrega desse próprio nacional, ao Município.

Mesmo se houvesse essa autorização, deveria a essa entrega, proceder a respectiva avaliação, indenização e cancelamento do registo pela Diretoria do Patrimônio Nacional, departamento público que tem, legalmente, essas atribuições.

Poderia alongar-me nessa representação condenando a mutilação desse monumento singelo, mas de grande valor histórico, porém, a premência das providências necessárias não permite.

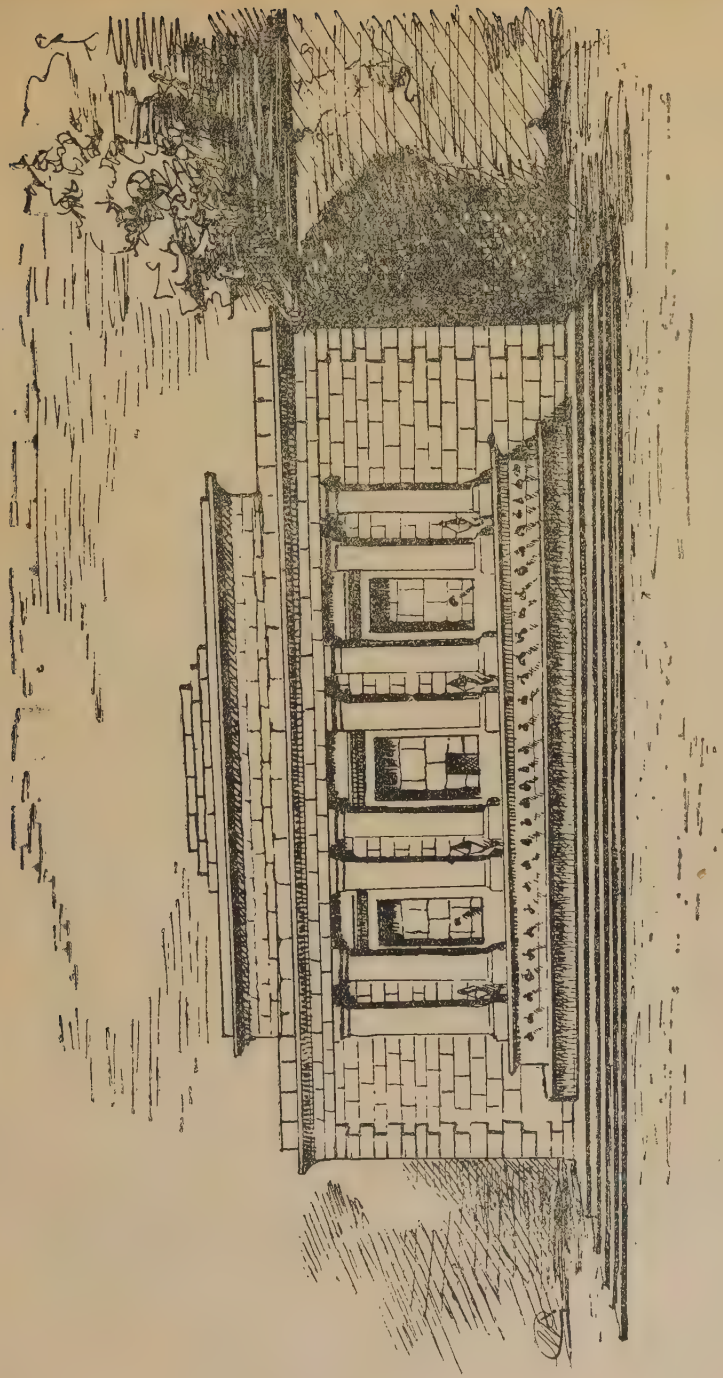
At. Saudações, assinado, Eusebio Naylor, Engenheiro Chefe.”

Em 16 de Novembro de 1925, pelo Officio n. 138, dirigido ao mesmo Director do Patrimônio Nacional, diz: “Comunico-vos, em aditamento a minha representação de 12 de Setembro do corrente ano, que já foi iniciada pela Prefeitura Municipal do Distrito Federal a demolição do prédio n. 1 do Largo da Carioca, registado como Próprio Nacional a cargo do Ministério da Viação e Obras Públicas.” At. Saudações. Euzebio Naylor. — Engenheiro Chefe.

★ ★ ★

Em plena floresta encantada, pelo marulhar de suas águas e ciciar de suas fôlhas, principiava o aqueduto da Carioca em uma grande rocha, denominada “Fonte do Beijo”, aí onde o elemento líquido e o pétreo se osculam, para logo caminhar, precipitando-se numa bacia, de água puríssima e cristalina, denominada “Mãe d’água”; sôbre uma lápide achase no registo a seguinte inscrição:

“Reynando el Rey d. João V. N. S. e sendo Gor. e Cap. Cel. dasta Capas e das M<sup>as</sup> Gomes Fre. de Andr<sup>a</sup> do seu conc<sup>o</sup> Sargto. Mayor de B<sup>a</sup> dos seus Exc<sup>os</sup>.”



# CHAFARIZ DA CARIÓCA

Terceiro chafariz da Carioca (1834)



ANNO 1744

Subdividindo-se em três tanques de pedra, para reservatórios, "Mãe d'água" ligava-se ao aqueduto descoberto ao tempo, denominado Silvestre.

Ainda o relatório do Ministro F. R. de Assis Coelho, referente ao ano de 1839, diz:

"No aqueduto da Carioca quebraram-se 1.455 palmos de pedra, fizeram-se 2.910 pés cúbicos de maçame, assentaram-se 582 telhas acompanhadas das de bordadura de tijolos, na distância de 2.910 palmos, tomaram-se 694 juntas, concertaram-se e rebocaram-se 12.720 palmos quadrados na parte interna do conduto e 354 na externa; ladrilharam-se 1.580 palmos de superfície no conduto e em diferentes caixas. Produziram estas obras um aumento não pequeno no fornecimento das águas, que escoaram por diferentes partes.

Na muralha construída para sustentar o péso das terras no lugar dos primeiros Dois Irmãos, fizeram-se 11.340 pés cúbicos de excavação, 239 de sapata, 4.459 de alicerce e muralha e 3.522 de atêrro; na muralha construída no lugar dos segundos Dois Irmãos fizeram-se 19.640 pés cúbicos de excavações, 795 de sapata, 12.593 de alicerce e muralha e 9.527 de atêrro.

No encanamento do Silvestre, fizeram-se 27.850 pés cúbicos de excavação; de alicerce de pedra e cal, com a competente sapata 7.340; de muralha de pedra e cal 38.353; de atêrro nos vãos 16.200; no conduto desobstruíram-se 12.720 pés cúbicos de barro desmoronado; fizeram-se 2.870 pés cúbicos de maçame, e sobre elle assentaram-se 573 telhões.

No aqueduto da Carioca, acima dos primeiros Dois Irmãos, deve-se construir um reservatório com 12 braços de comprimento, 2 de largura e 4 de altura pela parte interna, afim de dar capacidade para 32.922 pés cúbicos d'água ou 49.383 barrís, quantidade maior do que a necessária para suprir por um dia os chafarizes das Marrecas, Carioca e dos Largos do Paço e Moura.

A indicada construção exige, segundo o orçamento que está feito, despesa de 17:157\$000.

No mesmo aqueduto são indispensáveis ainda grandes muralhas para sustentar as terras, e a importância destas obras está calculada em 17:200\$000, assim como em 45:852\$2000 a das que se tem de fazer no aqueduto das Paineiras."

★ ★ ★



Serpenteando, ia o aqueduto pelas encostas dos morros de Cosme Velho, Laranjeiras e Santa Teresa, dando aos lugares nomes poéticos; numa vertente logo abaixo da Lagoinha, acha-se uma cascatinha com uma caixa de recepção, tendo uma placa metálica com o nome "Chororó" (espécie de inhambú), e as iniciais A. P. O recanto é encantador, e resguardado por um portão e gradis de ferro. A seguir, os "Dois Irmãos", duas pirâmides quadrangulares, em cujo interior instalaram os registos das águas.

A lenda, no entanto, conta serem dois marcos divisórios de terras. Nos tempos coloniais, dois irmãos foram a juízo e tiveram que dividir suas terras, sendo essa a primeira questão levada aos tribunais cariocas.

Mas como mudam os tempos! Pelo prefeito Carlos Sampaio foram restaurados e deixados em seus respectivos lugares, no centro de uma nova estrada e pelo prefeito Antonio Prado, foram demolidos por serem considerados inúteis.

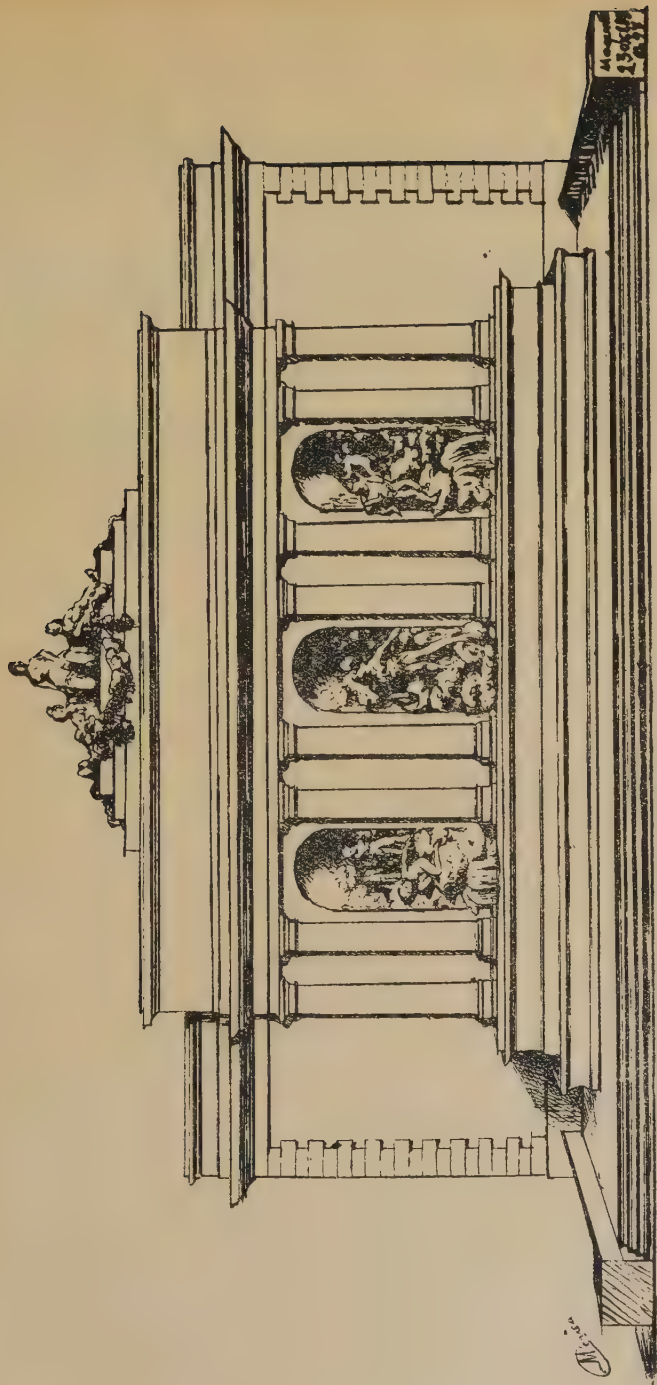
Nas imediações havia um lugar mais amplo, circundado por uma muralha que denominavam de "Varanda de Pilatos"; mais adiante, o lugar sombrio, quer pela aproximação das montanhas, quer pela espessa vegetação, denominavam "Abóboda escura" e além a "Escada dos enforcados".

O aqueduto nos primeiros "Dois Irmãos" passava do lado direito para o esquerdo da estrada, juntando-se com o emcanamento da Lagoinha.

Continuando o aqueduto como enorme offídio, estendido ao longo da estrada, entre quaesmas, sapucaias e ipês floridos, mostrando-se ora mais elevado, ora mais baixo, conforme o declive do terreno, submergindo-se aqui para mais adiante surgir no centro da terra, notando-se de espaço em espaço torções de metal, que forneciam água aos habitantes dos arredores. No segundo "Dois Irmãos", cópia dos primeiros, desviavam-se as águas para o outro lado da estrada, correndo ao lado do Convento de Santa Tereza e por meio de uma dupla arcaria, já descrita, chegavam ao mórro de Santo Antônio e daí no Chafariz da Carioca, tendo percorrido mais de oito quilômetros de extensão.

No princípio da rua dos Arcos, substituíram-se dois arcos, por um só, gastando-se por essa obra (39:440\$000) trinta e nove contos e quatrocentos e quarenta mil réis.

E o grande carioca, prefeito Passos, reformador do Rio de Janeiro, como um cirurgião, extirpou os polipos das bases



Maquete do mestre Rodolpho Bernardelli



dos Arcos, — velhos pardieiros, enrustados nos vãos e paredes dos mesmos.

Hoje essa bela obra do Conde de Bobadella está transformada em viaduto, mas receio com os planos de embelezamento a sua sorte, como aconteceu com o velho Chafariz da Carioca.

Para compreender e sentir essas obras legendárias, é preciso identificar-se com as almas das cousas ou pelo menos, aqui, ser carioca.

---

(Notas colhidas do Arquivo do Distrito Federal — Vieira Fazenda, Moreira de Azevedo, J. A. Cordeiro e Araujo Vianna).







OS DOIS  
IRMÃOS  
S<sup>rs</sup> THEREZA





## **MAPA DAS FONTES PÚBLICAS DA CIDADE**

---

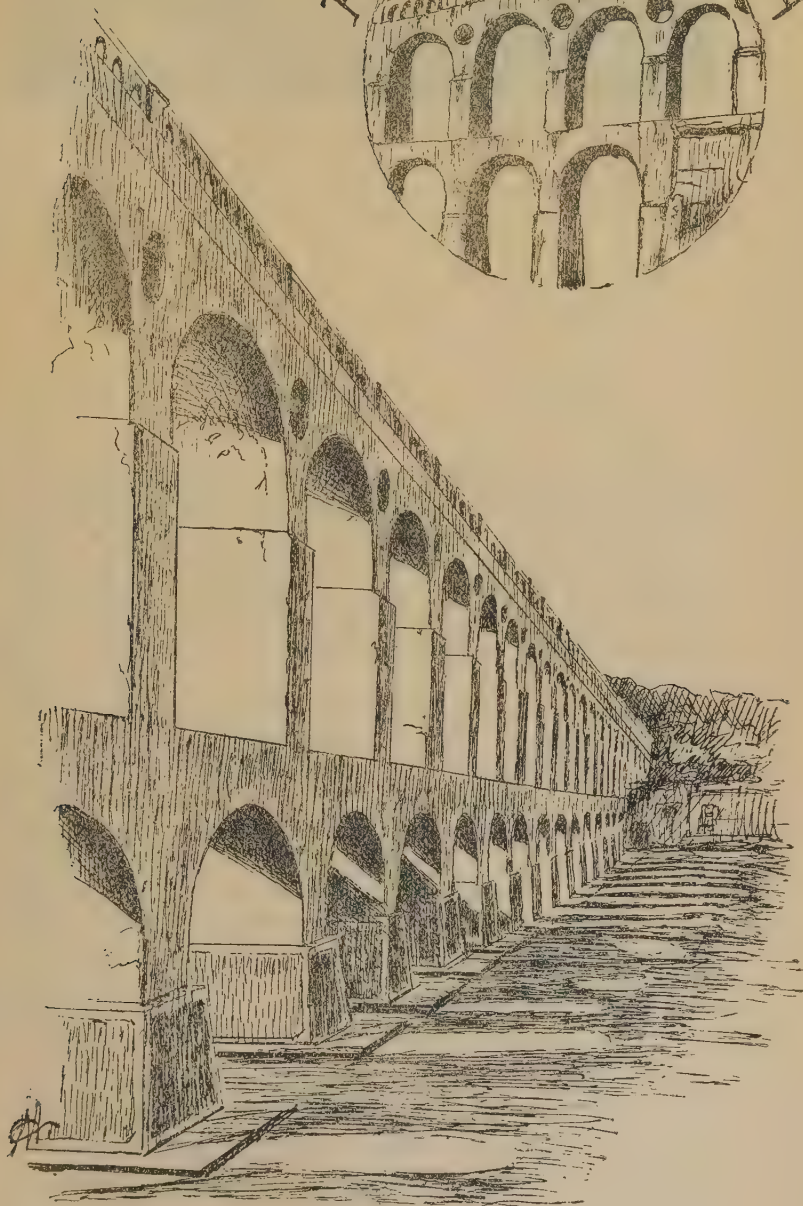
**Chafariz do Largo do Paço**

---

**II**



# AQUEDUCTO DACARIOEA









## II

Continuando cronologicamente as descrições das fontes e chafarizes, veremos como a situação de cada um deles correspondia à necessidade local no momento e como a sua construção era subordinada à arte dominante da época.

Não posso nesta oportunidade esquecer o meu saudoso mestre Araujo Vianna, quando doutrinava em aula ou escrevia pelos jornais em defesa dos velhos chafarizes da cidade.

“Os velhos chafarizes, na arqueologia urbana, retratam, com alguma fidelidade, a história de uma época de formação da sociedade civil brasileira. Neles, nenhuma coisa inútil ou banal, pretencioso ou decorativo. Não se persuadam, por falar assim, seja eu admirador do seu estilo; apenas os contemplo como documento histórico de administração, como espelhos que refletem a vida de um período e exemplos do sistema construtivo contemporâneo no Rio de Janeiro”.

E para avaliarmos a importância que tinham essas obras nos tempos coloniais, basta citar as memórias públicas e econômicas da cidade de S. Sebastião do Rio de Janeiro para uso do Vice-Rei Luiz de Vasconcellos:

“Por observação curiosa dos anos de 1779 até ao de 1879”.

“Mapa das fontes públicas da cidade”.

“Novo chafariz do cais — 1750”.

“Novo das Marrecas — 1785”.

“Casca da do Passeio Público — 1783”.

Carioca — 1834.

Caminho da Glória — 1752.

Matacavallos — 1772.

“Lagoa da Sentinela — 1786”.

Bom Jesus — Não concluído.

Os chafarizes com aspas foram erigidos pelo Ilmo. Sr. Luiz de Vasconcellos. Ainda excetuando São Bento, todos os conventos têm fontes dentro”.

De forma que, estudando-os, recordamos essas relíquias da cidade, que, apesar dos modernos fazedores de deserto, ainda vibram pela sua natureza inexpugnável.

★ ★ ★

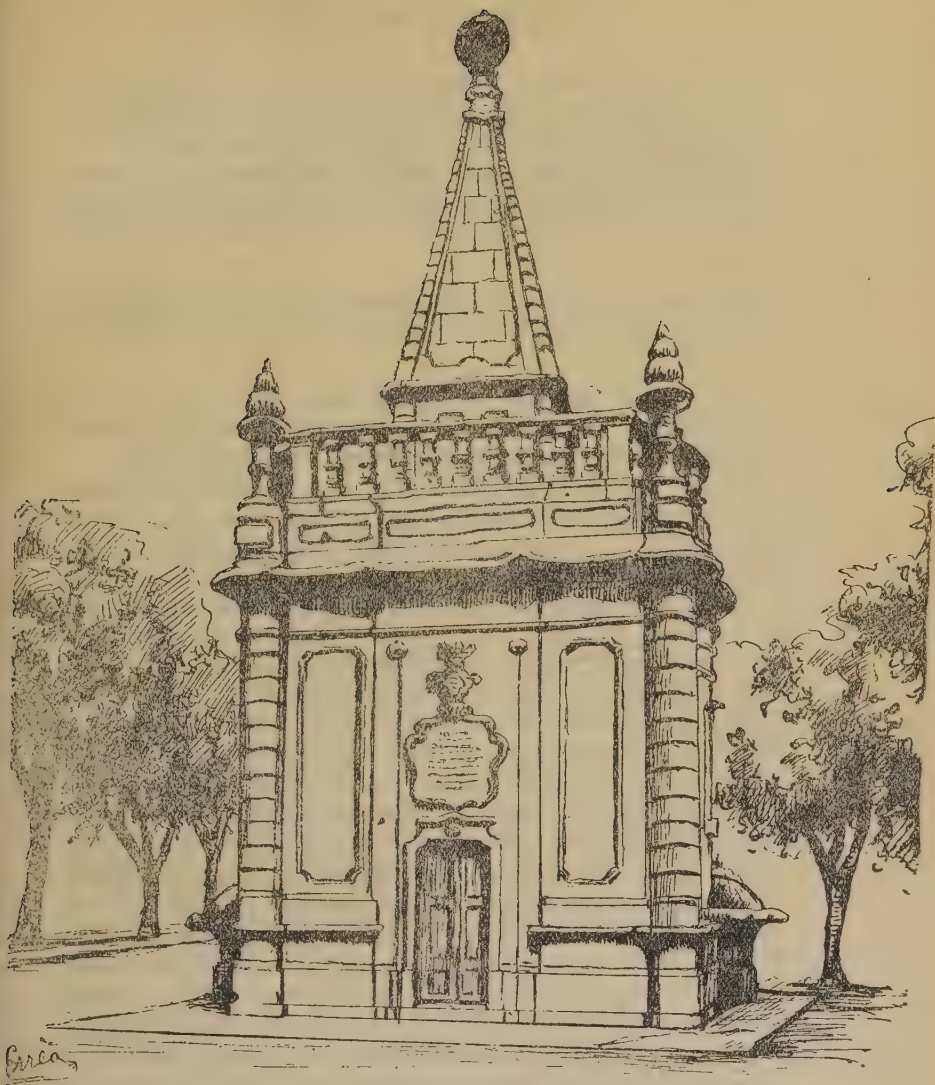
Nos primitivos tempos coloniais da cidade, os marinheiros iam prover-se d’água no rio Carioca, e por êsse motivo a praia era conhecida por “Aguada dos Marinheiros”, hoje Flamengo.

Mas, sendo construída uma pequena fonte em São Diogo, depois Praia Formosa, por iniciativa dos jesuítas proprietários das terras circumvizinhas, a qual era constituída por uma coluna de pedra e duas bicas, ali iam também os marinheiros dos navios ancorados no pôrto fazer provisões d’água. Daí a denominação de “Bica dos Marinheiros”. Desaparecida esta, construíram no mesmo lugar uma ponte sôbre o canal do Mangue, que tomou o nome de Aterrado e depois de Ponte dos Marinheiros até hoje.

Surgiu, tempos depois, outra na praia de Braz de Pina, hoje cais dos Mineiros, denominado “Chafariz da Junta do Comércio”.

Faltando, porém, no centro da cidade uma fonte nas proximidades das marinhas, o que preocupava o Senado da Câmara — que mais de uma vez reclamou um chafariz — e requerida a el-Rei, veio a licença.

Em atenção ao Governador Gomes Freire de Andrade, resolveram edificá-lo na praça do Carmo, depois Paço, Pedro II e atualmente 15 de Novembro, junto ao palácio do Governador, onde hoje está o Telégrafo Nacional.



Chafariz do Largo do Paço





## O CHAFARIZ DO LARGO DO PAÇO

O elegante chafariz de cantaria lavrada e mármore é, sem dúvida, a obra prima dentre os seus congêneres.

Foi êle construído no govêrno de Gomes Freire de Andrade, com a condição, imposta por el-Rei, de ser o risco e execução feitos em Lisboa, o que aconteceu, sendo a sua construção concluída depois de 1750.

### "REVISTA DE DOCUMENTOS PARA A HISTÓRIA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO" DE 7 DE JULHO DE 1894

"Don João por graça de D. s. Rey de Portugal, e dos Alges. daqm. edalem mar em Africa, Snr' de Guiné G".

Faço Saber avos Gomes Freire de Andrade, Gover., e Cammm. general do Ryo de Jan., que Sevio, o que respondestes em carta de vinte, e quatro de Setembro demil sete centos, e quarenta e Sinco, á ordem, que vos foy a respeito das fontes, que tenho mandado se farão nessa Cidade, e risco, que inviastez para a fonte principal da praça do Carmo, o qual Sendo visto. Fuy servido por resolução de dous de Mayo do anno proximo passado, em Consulta do meo Conselho Ultramr°. mandar fazer nesta Corte outro risco, que hé o que com esta Sevosenvia para se executar por elle a obra da mesma fonte, cuja pedraria, e canos de ferro mandei rematar neste Reino, como verei nos termos juntos; e Sevos ordeno, que em conformidade. do risco do espacato façaes logo formar o massame, ou fundamento da fonte, para que quando chegar a pedraria desta, seache, não só prompto, mas asentado, e Solido; e para esse effeisevos remette a pedraria da escada, arcos, revestimento interior do subterraneo, que ha deir no meyo do d. Massame, como tão bem os canos de ferro, que côrrespondem a extensão daquella parte do Subterraneo, o qual se pode ir continuando neste anno, para estar prompto a Selhe collocarem os canos de ferro, que hão deir na frota Seguinte; e deveis mandar Logo adimenção certa detodo o comprimento dos canos de ferro, de que Se há de necectar até o receptaculo, em que, a agoa se há deseparar do conduto da Carioca, o qual receptaculo deve ficar pello menos em dobrada altura, do que mostra o risco da fonte por cauza do repuxo; enosobredito orsamento do comprimento dos canos, deve vir explicado com toda a

individação os canos do cotovello, que foram necesarios e por seconçiderar a necesid<sup>e</sup>. que ha deseconomisár a agoa da Carioca a toda a Cid<sup>e</sup>. determiney, que pello cano que ha de Levar a agoa para a fonte da Junta ao longo da Vala, com que a Cid<sup>e</sup>. Seacha Sercada, pella parte do Campo de São Domingos Seabra junto a boca de cada rua, das que Sahem para o campo, e para a Prainha, huma bica com registo de mola, aqual da passagem a agoa emquanto está carregando Sobre ella, a aza do balde, que a recebe, etirado Setorna a fechar para o que mandey aqui fazer o numero neçessario dastaes bicas, que Sevos hão de remetter para mandares asentar; e Sevos declara, que não hé preciso, que o Chafariz da Junta seja de repuxo, nem da mesma fabrica, que o da praça do Carmo, pois basta, que este seja Suntuoso pa. ornato da Cid<sup>e</sup>. e que no da Junta, Seatenda a comodidade das agoadas, e das Lavandeiraz; e outro sim Sevos ordena, remetaes outra medida, com sua planta, do giro exterior da Cid<sup>e</sup>. ou sua vala para o campo de S. Domingos, comesando do conduto da Carioca, eacabando na Junta, mostrandosse na mesma planta todas as embocaduras das ruas, que ficarem contiguaz ao mesmo giro; eávista dos termos de a rematação, que Sevos envião fareis remetter pella frota o q<sup>e</sup>. for necessario p. Seir satisfazendo as despezas desta obra, conforme setem estipulado. El Rey nosso Snr. omandou por Thomé Joaquim da Costa Corte Real, e o Dezor. Antonio Fr<sup>e</sup>. de Andrade Henriquez, Consr. do seu Cons. Ultram. esse passou por duas vias. Theodoro de Cobello Pereira afes em Lisbôa a dous de Mayo de mil sete centos, e quarenta e sette. O Conselhr., Ant. Fr. de Andrade Henriques. afes escrever..

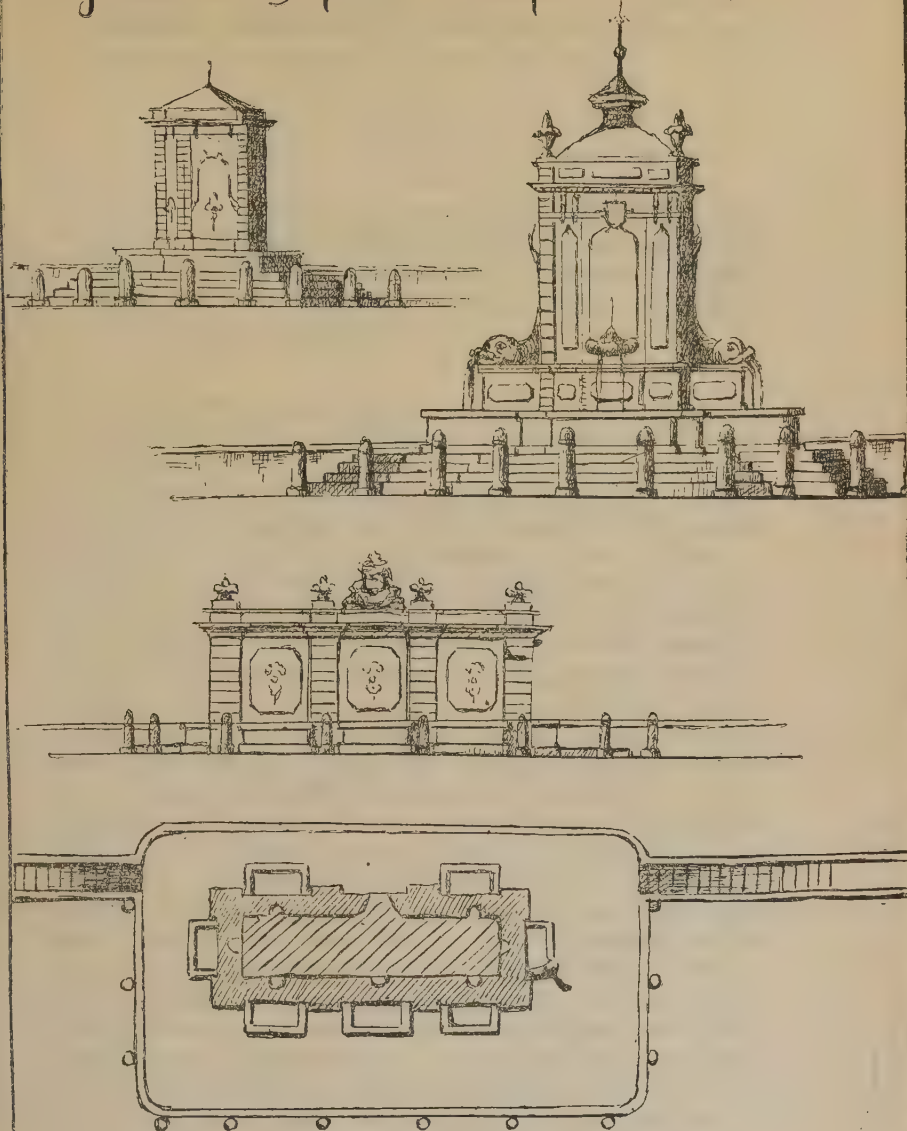
Thome Joachim da Costa Corte R<sup>l</sup>.

Antonio Fre. de Andrade. Hes.".

E para chegar o precioso líquido da Carioca ao Chafariz do Largo do Paço, foi uma coisa complicadíssima e difficil, mas, enfim, construíram o cano condutor e sendo aproveitado o sulco do canal de pedra e cal que dava escoamento às águas das valas visinhas e que passava pela rua e antiga travessa do Lucas do Couto, trecho da rua do Carmo, entre 7 de Setembro e Ouvidor (então Gadelba).

Sempre existiu controvérsias a respeito do risco dêste chafariz, pois foi apresentado um projeto do brigadeiro sueco Jacques Funch, o qual dizem não ter sido aprovado, mas nada há de positivo no caso.

Projectos do Chafariz - Jacques Funck.



Magalhães Pereira



Transcrevo no entanto a memória explicativa dêsse documento que se acha na Biblioteca Nacional:

★ ★ ★

“EXPLICAÇÃO SOBRE AS PLANTAS AQUI JUNTAS, DO NOVO CHAFARIZ, DESENHADO PARA A PRAÇA DO RIO DE JANEIRO, POR ORDEM DO ILLMO. E EXMO. SR. LUIS DE VASCONCELLOS E SOUSA, VICE-REY DO ESTADO DO BRASIL.

As tres plantas ns. 1, 3 e 5, aqui juntas, cada huma das elevaçöens representa a differença na sua Architectura, para o novo Chafariz desta cidade, e pelas *plantas* 2, 4 e 6 se vê o fundamento do mesmo Chafariz construhido sobre a Praya com seus Cays mostrando tambem na Planta n. 2 a situação do terreno da Praça com a sua distancia, entre o Pallacio e a casa da Camara desta Capital. Os ornamentos nas referidas elevaçöens, não tem toda a formosura e grandesa que merece esta cidade, mas, para evitar os grandes inconvenientes de se acharem materiaes etc. que se precisam para este fim. Por isso tenho construhido nas referidas Plantas, segundo os materiaes somente que a qui se podem encontrar para a sua execução, como pedra etc. E para poder haver escolha tenho desenhado esses deferentes Projectos ns. 1, 3 e 5 a qui juntos com os Planos e seus Cays; sendo certo que essas tres diferentes Elevaçöens deferem muito entre sy na sua despesa; mas todos os seus fundamentos com o Cays que guarnece a Praya ao pé do Chafariz proposto emportará quasi o mesmo tanto hum como o outro de qualquer modo que se faça a Elevação. Porque a tal obra deve ser forte e bem construhida para se conservar sempre em bom estado, e ser utilmente ao publico. Por essas razöens se vê claramente que o Chafariz velho que está tão arruinado que não pode presentemente fornecer a agua que basta para o Povo desta Cidade, tudo isto medido por causa de ser ao seu principio mal fabricado a inda que trinta annos, que elle foi construhido; e os repuchos para expedir a agua deste Chafariz forão metidos incorporados dentro nas paredes, de modo que nunca se podem alimpar quando é preciso, e os canos da codução da mesma agua para esse Chafariz, construhidos por baixo da terra parece tambem terem sido feitos



do mesmo modo, sem ser facil visitar e alimpar de tempo em tempo como se deve praticar prontamente, quando é necessario; de outro modo nunca a tal agua vem pura, e limpa ao lugar onde deve sahir, por que succede nascer algumas vezes nos canos varias raizes, e meter-se areyas dentro que se petreficão, e outras muitas cousas, que impedem o curso da agua, que ficando tempos, se reduzem em pudridoens, e inficionão tudo e faz muito mau efeito para todos os que se servem desta mesma agua. Nada he mais evidente do que a bôa agua que contribue muito para a nossa bôa saúde, e por isso, em nenhuma outra cousa deve haver maior cuidado que em haver agua bôa em huma Povoação populosa como uma cidade.

E como o Chafariz velho pela sua incapacidade se faz preciso fazer outro novo para dar bastante agoa, e bôa; o logar mais proprio para se construir, he certo ser na borda da Praya, em frente da praça do Pallacio, como se mostra na planta junta numero 4, e para isto é muito preciso primeiramente guarnecer a borda da Praya desta parte com um Cays tanto para segurar e conservar o fundamento deste Chafariz, como tambem para grande commodidade das Embarcações que necessitarem proverem-se de agua com prontidão; e além disto, este Cays é muito mercenario para todos os que desembarcão nesta parte do Pallacio, e vêm em escaler, etc., podendo chegar sem nenhum impedimento e incommodidade das imundicias que ao presente se espalham por todas as partes desta Praya, que agora a fazem quasi incapaz de chegar á sua borda. O Plano que aqui junto numero 4 mostra a construção deste Cays com as suas escadas que em todo se estende sómente em o comprimento da frente da Praça que entre o Pallacio e a casa da Camara desta Cidade. Tanto que houver approvação de qualquer destes tres ditos projectos, logo se farão os perfis necesarios para a continuação da despesa de toda esta obra com o seu Cays, etc.

Rio de Janeiro, 25 de julho de 1780. — *Jacques Funck*, marechal de campo."

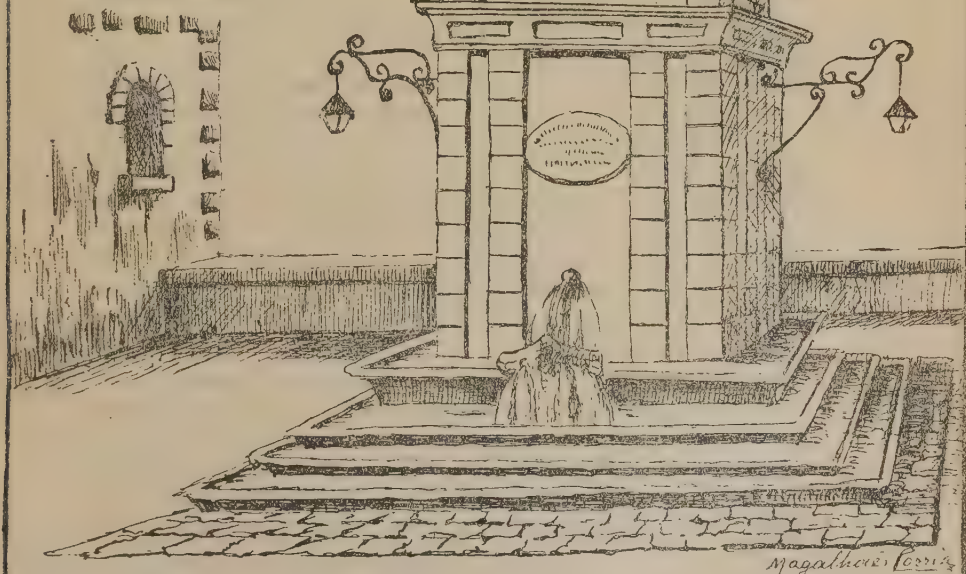
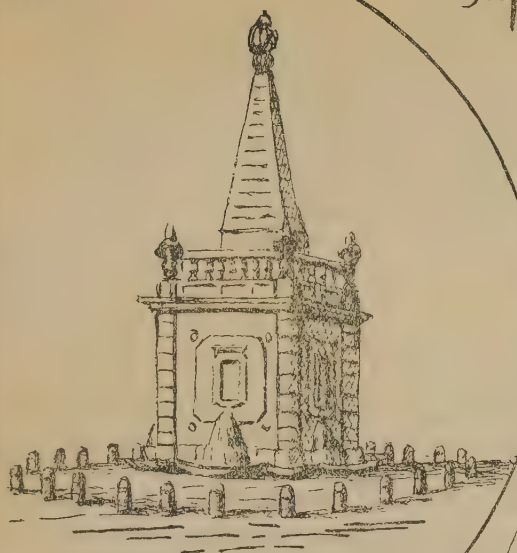
No tempo de Luiz de Vasconcellos, aproveitando a praça onde se achava o chafariz, para manobras militares, resolveu o Governador removel-o para o cáis, que fez construir à imitação do terreiro do Paço de Lisboa, todo de pedra e com balaustrada, tendo ao longo do mesmo fortes bicas de bronze, onde as embarcações se abasteciam d'agua.

O encarregado da remoção do chafariz foi o mestre Valentim, que só modificou do antigo, as inscrições, colocando

1869

Chafariz do Largo do Paço

1841



Magalhães Correia



as armas do Vice-Rei Luiz de Vasconcellos e as atuais inscrições, pois, em sua estrutura, linha e composição, sente-se uma outra visão artística, filha de outro meio.

Como veremos, há sempre entre os chafarizes cariocas dos tempos dos Vice-Reis qualquer coisa de semelhança, “frontões curvos”, o que predominou até a introdução de tipos clássicos do século passado, com a vinda da missão artística de 1816.



A fisionomia dêste chafariz é bem de um templo e talvez o ilustre autor desconhecido dêsse monumento quizesse fazê-lo em honra às deusas Naiades, que presidem os destinos das fontes e rios.

Consta de um corpo prismático quadrangular, apesar de não serem planas as suas faces laterais, e sobre êste um outro prisma menor, que por sua vez suporta uma pirâmide quadrangular, que se elevando com elegância forma o todo do chafariz.

O primeiro corpo quadrangular tem as suas arestas transformadas em pilastras circulares, que, depois de sofrerem as modificações do entablamento, terminam no último filete da cornija e vão ainda servir de base a delicados vasos de cantaria, os quais, como piras, arrematam com chamas, esculpidas em mármore, lembrando os povos marginários do mar Egeu, que queimam incenso e mirra em honra aos deuses das águas. Sobre êste prisma, e por todas as faces, corre uma balaustrada de cantaria e mármore, delimitando um terraço. No centro deste, ergue-se outro prisma menor, que serve de base a uma pirâmide quadrangular, cujas arestas cônicas, elevando-se, se encontram em seu vértice, coroado com as armas portuguesas, em mármore, as quais fôram, em 1842, substituídas pela coroa brasileira, encimando uma esfera armilar de ferro, a qual desapareceu, ficando até hoje a esfera.

Na fachada principal do primeiro prisma, lado do mar, há uma pequena e delicada porta que dá acesso ao interior; sobre ela estão colocadas em uma cartucha inscrições e sobre as mesmas as armas, de Luiz de Vasconcellos, de mármore.

Dos três lados, laterais e posterior, nascem conchas de pedra, que, por quatro bicas cada uma, precipitam a água em tanques em graciosos movimentos.

Nos lados laterais, sôbre as bicas, existe um balcão de modo particularmente interessante com sua varanda de ferro. No posterior, em forma oval, está sôbre mármore talhada a seguinte inscrição:

· “Ignifero curru populos dum phoebus adurit.  
Vasconcellus aquis ejicit urbe sitim.  
“Phoebe retro propera: et coeli stantione relictâ.  
“Plaeclaro potius nitere adesse viro”.

A tradução é a seguinte:

“Enquanto Phebo com o ignífero carro os povos queima, Vasconcellos, com as águas, espele da cidade a sêde. Phebo retrocede já e, deixando a mansão celeste, esforça-te, é melhor, por ajudar o ilustre homem”.

Na cartucha da fachada principal está a seguinte inscrição:

“Maria — Prima  
Portugualliæ — Regina  
Pia — Optima — Augusta  
E. Navibus — in — terram — facto — exscensu  
Reciprocantis — Aestus — Infracto — Impetu — Ingenti  
— Mole  
Constructis — Publice — Sedilibus  
Foro Fonte Immutatis  
et  
In — Augustiorem et commodiorem, formam  
Redactis  
Regalibus — Maximis — Impensis  
Aloysio Vasconcello Soisæ  
Brasiliæ IV Vices — Regis gerenti  
Cujus — Auspiciis — Haec — Sunt — Perfecta  
Hoc — Monimentum Poss  
Tot — Tantisque Ejus Beneficiis Gratus  
Populus. Sebastianopolis  
VI — Kal April  
Anno M.DCC.LXXX.IX”



Tradução do latim:

“Sendo rainha de Portugal Maria Primeira, pia, ótima, augusta, tendo-se feito um desembarcadoiro, quebrado com um grande cáis a violência das ondas, refluentes, construídas as estações para o serviço público, transformado o largo e o chafariz, dando-se-lhes disposição mais considerável e cômoda, com enorme despesa do erário real, a Luiz de Vasconcellos e Souza que em quarto lugar administrou o vice-reino do Brasil, em cujo governo estas obras foram concluídas, o povo de Sebastinópolis, agradecido pelos seus tantos e tão grandes serviços, ergue este monumento aos vinte e nove de março do ano de 1789”.

Estas duas bellíssimas versões foram feitas pelo desembargador Vieira Ferreira, com verdadeiro carinho e maestria.

Assim, continua de pé a controvérsia da autoria do chafariz *“transformado o largo e o chafariz, dando-se-lhes disposição mais considerável e cômoda”*.

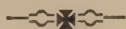
Não foi, portanto, do risco e execução de mestre Valentim, mas sim modificado, desaparecendo as inscrições do conde de Bobadella e Senado da Câmara de 1750, para apparecerem os feitos por Valentim, em honra ao seu amigo e protetor. — *Luiz de Vasconcellos*.

No relatório Assis Coelho, de 1839, depois de apresentar o projeto de “conveniência de continuar-se a Rua do Cano até o Largo do Paço”, fala nos diferentes reparos do Chafariz do Largo do Paço, concertos feitos tanto na parte interna, como na externa, e termina: “Este chafariz precisa de grandes concertos, ao qual tem de se proceder com a quantia prestada para a conservação.”

Na *Voyage de la frigate la “Venus”* — Abel du Petit — Thonars, 1841, apparece a litografia de Thierry Frères, “Fontaine de la place du Palais à Rio de Janeiro”.

Em 1869, na *Illustration, Journal Universel*, sobre o Rio de Janeiro, apparece o Chafariz do Largo do Paço, desenho de Richard Cartambert.

No governo de Prado Junior foi requisitado ao Ministério da Viação o chafariz do Largo do Paço, que fazia parte do Patrimônio Nacional, passando assim para o Municipal, com a seguinte condição: “De não ser removido, nem modificado em sua arquitetura, por ser considerado relíquia da cidade.”



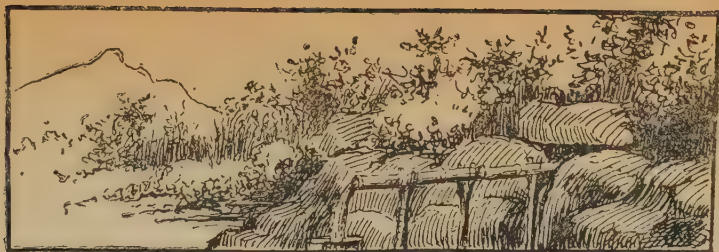


**CHAFARIZES DOS CAMINHOS DA GLÓRIA  
E MATA-CAVALOS**

---

III





### III

São verdadeiras páginas da história da cidade os chafarizes cariocas; por eles se conhece tudo que diz respeito aos melhoramentos urbanos, nos tempos dos Vice-Reis.

Mas nem assim escaparam às mãos dos renovadores, cujo único predicado que possuem é terem viajado. Mas como? Ter conhecido os Boulevards de Paris e a Côte d'Azur...

Verdadeiramente, o que nos falta é educação artística, respeito às leis e muito patriotismo para compreender tudo aquilo que foi feito pelos nossos antepassados.

No tempo de d. Luiz de Almeida Portugal Soares d'Eça Mello Silva Mascarenhas, quarto marquês de Avintes, segundo de Lavradio e terceiro Vice-Rei, construiu-se na antiga rua, outrora cáis e boqueirão da Glória, hoje rua da Lapa, um chafariz, junto à encosta do morro do Destêrro, hoje Santa Tereza, denominado "Chafariz do Caminho da Glória".

Existia aí um outro, localizado no largo, hoje Jardim da Glória, onde surgia uma fonte conhecida de longa data por "Pocinho da Glória". Em 1839, fizeram-se alguns serviços de pequena monta; era uma fonte singela de pedra, que por quatro carrancas despejava água sobre um comprido tanque e que há alguns anos atrás foi transferido para a



praça José de Alencar, entre as ruas Marquês de Abrantes e Senador Vergueiro; mas, como sempre, desapareceu, por encanto, e hoje em dia não se sabe do seu paradeiro.

Assim, eram dois, sendo o primeiro o que nos interessa, pois veio até nós sob o n. 134, P. M., mas seguramente, sob a proteção da Repartição das Águas e Obras Públicas.

Tem êle o aspecto de um muro, dada a natureza do terreno; interessante é notar que uma série dêles seguiu o mesmo aspecto que veremos no decorrer da nossa exposição.

Êsse muro tem nas duas extremidades pilastras das quaes parte com a forma de arco de berço (em projeção horizontal), sendo que no centro se eleva um corpo, eixo do chafariz. E' de pedra e cal, assim como são de pedra lavrada os tanques e de mármore a lápide e o vaso central.

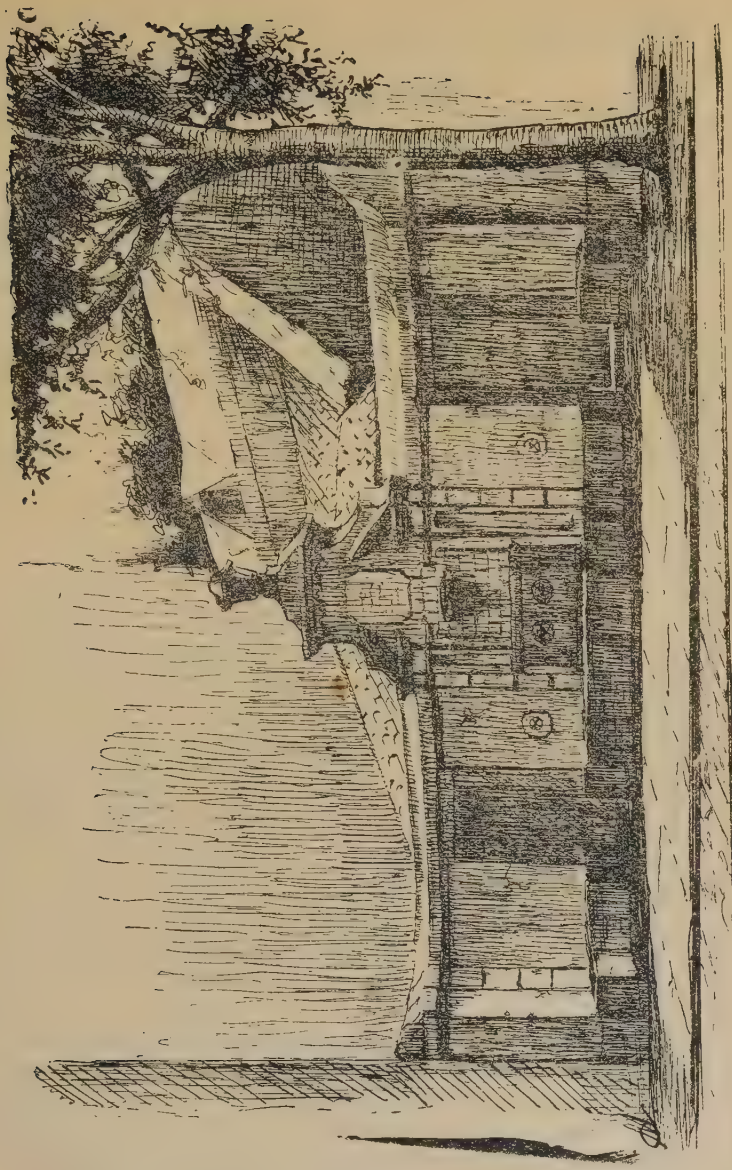
Das pilastras, na parte inferior, partem tanques, que tomam a forma do muro e vão paralelamente terminar junto às portas, que simètricamente estão localizadas no fundo do muro, cujo eixo é o corpo central do chafariz. Essas portas são de madeira e os humbrais de cantaria. Destas partem, para o centro, novos tanques, isto é, colocados um de cada lado do tanque central.

Ao fundo, ergue-se o corpo central, em forma de "frontão curvo", sustentado lateralmente, por duplas pilastras sobrepostas com simples capiteis; êsse frontão, partido ao centro, recebe a lápide de mármore em forma de octógono irregular, com inscrições em latim, e rematando o entablamento uma cornija denticulada, que por sua vez é coroada por um vaso de mármore, com a forma interessantíssima de lanterna, todo esculpido.

Na parte inferior do corpo central há um tanque composto de duas partes: a superior em forma de caixa, de pedra, emoldurado; na parte superior e inferior uma faixa de pouco balanço, e, no centro, duas rosáceas, donde por bicas de bronze jorrava água sôbre o tanque. Êste, de pedra, longo, com bastante balanço em relação à caixa, ao muro e aos tanques laterais, do corpo central.

As bicas eram oito, que deveriam ser interessantíssimas ao jorrarem o líquido precioso, duas, de cada lado dos tanques das pilastras, uma de cada lado dos tanques laterais ao centro e duas no tanque central.

O fundo do corpo central é de ladrilho, entre a caixa de pedra e a lápide de mármore, tendo ao centro uma



Velho chafariz do Caminho da Glória (1772)



jardineira, em forma de concha. Não sei si ela deixava cair água ou pendiam flores, mas o certo é que deveria ser belo nos tempos dos Vice-Reis.

A inscrição do mármore é a seguinte:

Aloisio — Almeidae

Marchioni — Lavradiensi Braziliae — Proregi Fraenatis  
— Aestuantis — Maris — Incursibus

Ingenti — Constructo — Muro Concili — Redditibus — et  
Dignitate — Auctis

Publicis — Reparatis — Aedificiis

Aggeribus — Perruptis — Complanatis — Itineribus

Commodioribus — Effectis Renouata — Urbe

Servatori — Suo

Senatus — et — Populusque — Sebastianopolitanus

P.

MDCCLXXII

A tradução é do desembargador Vieira Ferreira.

“Ao seu conservador, Luiz de Almeida, Marquês de Lavradio, que refreou as inundações do mar, construindo um grande muro, aumentou as rendas e dignidade do Conselho, restaurou os edificios públicos, cortou os outeiros, igualou, tornou mais cômodas as ruas, renovou a cidade, o Senado e o povo do Rio de Janeiro; ergueu em 1772”.

Em 1839 “fez-se dentro da mina um novo receptáculo para as águas, levantou-se de novo na distância de cem palmos todo o conduto e cobriu-se de lagedo, construíram-se um reservatório fechado e coberto, para 424 pés cúbicos de água, dous tanques para animais, além de outros trabalhos menos importantes. Essa obra ficou totalmente concluída, nesse ano.”

Como se vê é uma página da nossa história, que o carioca ilustre Pereira Passos, quando prefeito, tratou de restaurar; e acrescentou na parte posterior do chafariz, em toda a sua extensão de arco de berço, um outro muro, que, sem ofender o primitivo, o protege e esconde o aqueduto e o telhado da casa do guarda, que era desagradável visto sua pequena altura. Esse novo muro tem na parte superior a mesma moldura que arremata o primitivo e, sobre as portas, dois vãos, de forma retangular, com grades de ferro.

O aqueduto que se vê sôbre o chafariz é o que, partindo do Curvelo, vinha até aí, conduzindo as águas da Carioca, mas, infelizmente, hoje, sêco, contempla os lagos à beira mar, encaixados, com os seus repuxos pródigos em lançar no espaço o cristalino líquido.

### Chafariz de Mata-Cavalos

No caminho da Bica, depois Mata-Cavalos e hoje Riachuelo, erguia-se outrora uma fonte na encosta do morro do Desterro (Santa Teresa) denominada Mata-Cavalos.

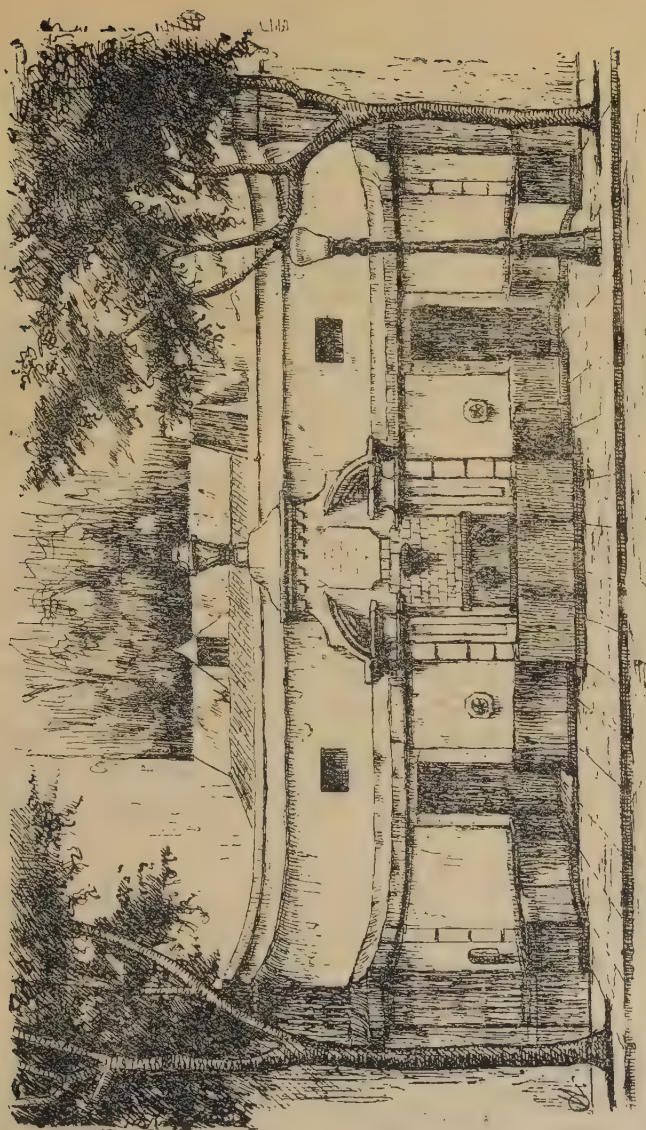
Passeando uma bela manhã de maio de 1742, as jovens patricias Jacintha S. José e a sua irmã Francisca de Jesus Maria pelo caminho da Bica, aí encontraram a antiga chácara que nêsse lugar existia, e que se denominava “Bica”; a casa estava em ruínas, e, por entre arvoredos, uma fonte surgia e tudo mais era solitário e triste. De volta, resolveram pedir ao tio Manoel Pereira Ramos, para comprá-la, no que foram satisfeitas.

Aí foi morar Jacintha, e depois sua irmã. Começaram a construção da “Capela do Menino Deus”; durante o dia trabalhavam os operários e nas noites, principalmente de luar, elas, todas de branco e de delicadas mãos, carregavam pedras, o que assustava os poucos transeuntes das vizinhanças que por ali passavam, por parecerem fantasma. Mas a capela rapidamente foi construída e aí fundaram o “Recolhimento do Menino Deus”.

No dia 1º de janeiro de 1744, isto é, há 186 anos passados, foi inaugurada a Capela, benta solenemente, e entronizado o “Menino Deus”, iniciando-se assim a fundação das Carmelitas Descalças do Brasil, feita por Jacintha São José.

Esta capela até hoje existe; esteve em ruínas, abandonada; foram retirados o “Menino Deus” e mais relíquias, mas novamente reconstruída pelo Conselho Superior de São Vicente de Paulo, por autorização das Freiras de Santa Tereza, sob essa condição. Assim, entregues o “Menino Deus”, o “cálice” e os “sinos” da antiga Capela, relíquias do tempo de Jacintha São José, foram solenemente em procissão trasladados do Convento para a nova capela, no dia 6 de janeiro de 1925. Ao sair o “Menino Deus” as freiras entoaram cânticos, em seu louvor, que assim principiavam:





Chafariz do caminho da Glória, restaurado e reformado pelo prefeito Pereirz Passos



“Adeus, sagrado Menino,  
Rei do nosso coração;  
Adeus, Monarca divino,  
Senhor de toda criação”.

Hoje, acha-se instalado o seu culto na antiga e restaurada capela, à rua do Riachuelo, número 75, entre as ruas dos Inválidos e Francisco Muratori.

São decorridos, precisamente, 167 anos, que Gomes Freire de Andrade falecia, a 1º de janeiro de 1763, êle o protetor dessa capela e fundador do Convento de Santa Tereza, tendo como madre, Jacintha São José. Aí foi recolhido carinhosamente o seu corpo pelas freiras que tanto amara e protegera.

Da fonte da chácara da Bica só existem filetes, pois com as construções de prédios ela se espalhou por todos os terrenos circunvisinhos e, até bem pouco tempo, vinha desaguar na rua, o que obrigou o encarregado da capela a canalizar para o esgôto a sua água, vendo-se, no entanto, no fundo do terreno, um muro de pedra, que perenemente chora, única lembrança da lendária fonte.

Em 1772, o Senado da Câmara mandava construir um chafariz que foi localizado na chácara da Bica, perto da “Capela do Menino Deus”, no caminho de Mata-Cavalos. E sobre o mármore do pequeno chafariz talhou a seguinte inscrição:

Civis — Aquam — Bibe: Lavradii — Marchio — Donat  
Ille — Pater — Patriae. Quae — Sitis — Ergo — Tibi?  
Fluminensis — Senatus  
1772

que dá a seguinte versão: O Senado convidava o povo a beber, porque o Marquês de Lavrádio, o pai da pátria, dava por sua conta água. E' uma fórmula como qualquer outra engrossativa. A água que abastecia êsse chafariz vinha da fonte da Bica, aumentada com a da Carioca, que partia do Curvelo, colocado a cavaleiro da mesma.

Mas do chafariz tudo desapareceu, até a lápide, e ninguém sabe do seu destino...



**LENDA DA “FONTE DOS AMORES”**

---

IV







#### IV

Numa cabana pequenina, tendo um coqueiro do lado, solitário abrigo, entre vegetação, um verdadeiro oasis, em plena cidade colonial, ao lado da lagôa do Boqueirão, vivia Suzana, a morena côr de jambo, cabelos côr de cabiúna e olhos divinais, em companhia de sua avózinha.

A tarde, reunidos a avózinha, Suzana e seu primo e noivo, conversavam, debaixo do coqueiro, e aí devaneavam em sonhos. O primo Vicente Peres, discípulo de botânica de frei Vellozo, idealizava seu futuro; ela contava que encontrara o Vice-Rei, o poderoso e que seu rosto lhe inspirara confiança; parecia bom e delicado... Assim, o tempo ia passando.

O Vice-Rei Luiz de Vasconcellos e o Mestre Valentim, um o soberano, o outro, o artista, corriam em busca de sensações novas e de arriscadas aventuras. Por acaso, encontraram Suzana, que ia, furtiva, buscar água no chafariz do caminho da Glória, singela e meiga, como as criaturas que não conhecem as maldades e muito menos o mundo. Num golpe de vista, o senhor da terra quiz conquistá-la. Ele, o Vice-Rei, transformado em sáurio, vai rastejando espreitar seu ninho; ela, como garça, arisca, desaparece por entre tabúas. Assim prolongada foi a sua caça por longos dias, até que enfim lhe falou.

A joven, de uma simplicidade pura, disse:

— Vice-Rei, sou pobre, vivo com minha avózinha e estou comprometida com meu primo Vicente.

Aí, o seu amor de Senhor inflamou-se, por ver aquela simples, mas verdadeira flôr do Boqueirão, ter por noivo um João Ninguém.

Luiz de Vasconcellos, apaixonado agora, em companhia de Valentim, numa das noites, em que estava de tocaia, atraz de uma moita, surpreende Suzana e Vicente, em confissão de amor, e, mais distante, a avózinha.

Vicente, queixoso dos amores do Vice-Rei, que rondava o seu futuro ninho, temia que a sua apaixonada, avezinha sem proteção, lhe caísse nas mãos!

Suzana, ingenuamente, defendeu Luiz de Vasconcellos, exclamando:

— Ele nos ajudará; é bom e poderoso; como de um senhor, ficaremos escravos, mas da gratidão; não tenhas medo, Vicente! Vai, pede-lhe proteção. A avózinha nada poderá fazer por ti, pois, cansada dos anos, não saírá daqui. Vail Ele, bom e gentil, protegerá o nosso amor!

No dia seguinte, depois da confissão de amor que ouviu, e da desilusão que tivera, mandou chamar Vicente Peres, a quem disse:

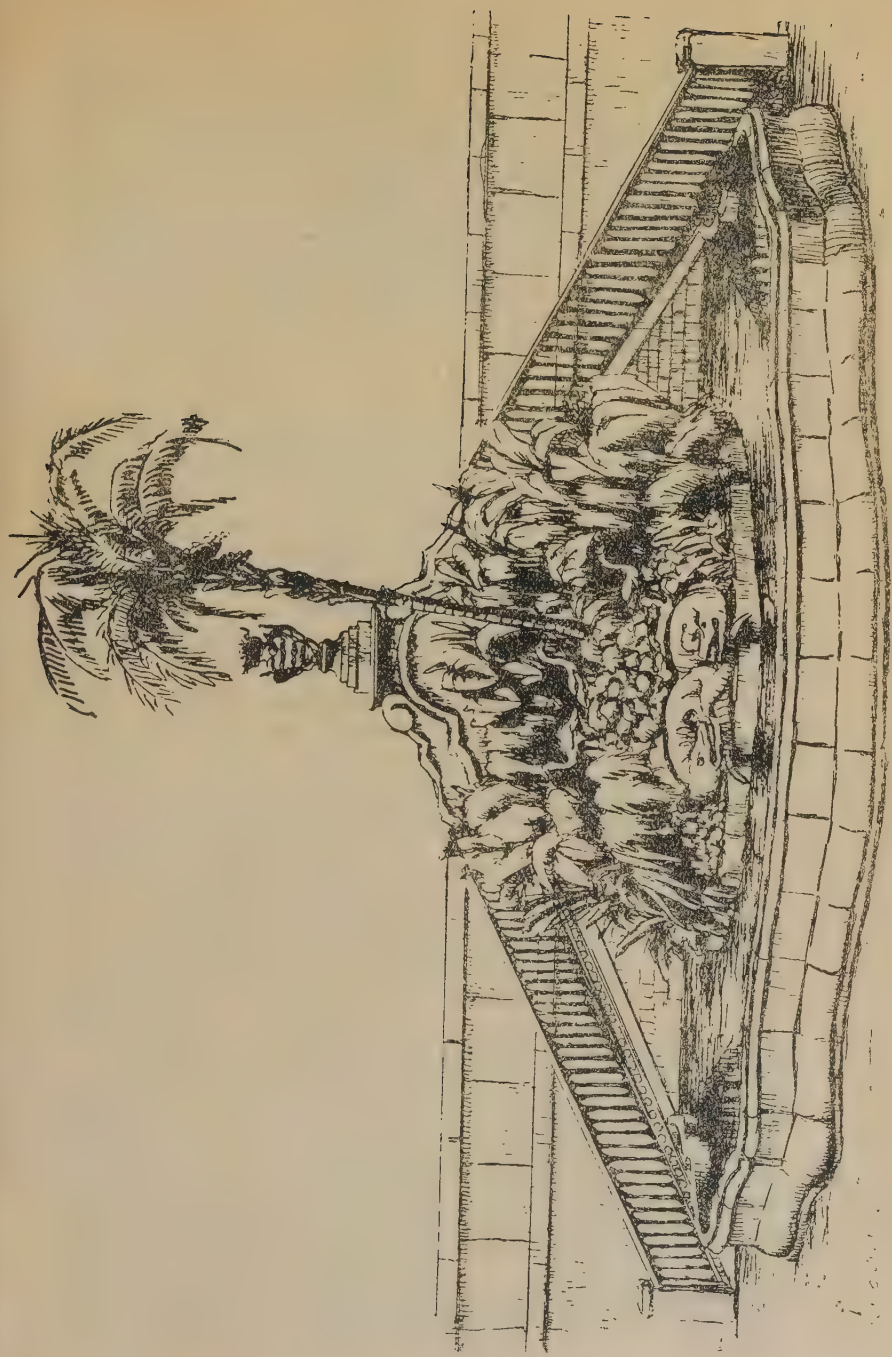
— Foste nomeado sub-secretário de Frei Conceição Velloso, para ajudar e facilitar a publicação da Flora Fluminense, e também para um emprêgo na Alfândega do Rio de Janeiro, depois de terminada aquela incumbência. Agora vai, e, si quizeres dar-me uma prova de gratidão escolhe-me para uma das testemunhas do teu casamento:

E foi assim que terminou sua amarga ilusão.

Aterrada a lagôa com o morro da Mangueira, derrubado o matagal, lá se foi a casinha de Suzana, que nos faz lembrar a canção popular:

“Tu não te lembras  
Da casinha pequenina,  
Onde nosso amor nasceu...  
Tinha um coqueiro do lado  
Que, coitado! — de saudade já morreu...”

Mas, como recordação, teve a feliz idéa de perpetuar no bronze e na pedra, em uma cascata, que deveria ter o



Passeio Público — Fonte dos amores, do tempo de Luiz de Vasconcellos, vendo-se a imitação, em bronze, de um coqueiro





nome de “Fonte dos Amores de Luiz de Vasconcellos”, porque elle muito recomendou ao seu amigo Valentim que fizesse a cascata e que, ao centro collocasse o coqueiro da casa de Suzana e, sôbre a vegetação, três garças que symbolisassem os felizes habitantes do Boqueirão, e, naturalmente, dois jacarés, que saindo dos rochedos representavam os poderosos que, muitas vezes, caçam as ariscas garças, destruindo assim a felicidade alheia...

Foi esta singela lenda carioca a origem da cascata do Passeio Público, cuja descrição é a que segue:

---

Tendo planejado o Passeio Público, o vice-rei d. Luiz de Vasconcellos encarregou Mestre Valentim da Fonseca e Silva do plano e execução do jardim, aproveitando o aterrado da antiga lagôa do Boqueirão.

Ao fim de quatro trabalhosos anos, estava concluido o Passeio Público, o qual foi inaugurado, em 1783.

Ao fundo do jardim, junto ao terraço e lado oposto do portão principal, erguia-se uma cascata, formada de grande bacia de pedra trabalhada, cujo desenho era um arco de círculo polilóbulo, de bellissimo effeito. Do centro, eleva-se uma base semí-circular com um amontoado de pedras, dentre as quais a vegetação era exuberante em avenças, cardos, tinhorões e samambaias e, do centro, seu elegante coqueiro de bronze, com os respectivos frutos, todo pintado ao natural.

Dentre as folhagens, três garças de bronze, de cujos bicos caía água num gotejar contínuo, e por baixo do amontoado de pedras, como numa tóca, saíam dois jacarés entrelaçados, de bronze, de cujas mandíbulas jorrava água, produzindo o murmúrio caraterístico da quêda do líquido no tanque.

Ao fundo, lateralmente, duas escadarias de treze degraus, e balaustrada de ferro e bronze, dando acesso ao terraço, ligadas pelo corpo central de pedra, que, em forma de frontão curvo, arrematava na parte superior com as armas de d. Luiz de Vasconcellos, em mármore. O aspecto de conjunto dava a impressão de um triângulo isósceles, tendo por base o tanque, por lados as escadarias e, por vértice, as armas do vice-rei.

Do lado oposto do corpo central da cascata, e no patamar do terraço, achava-se collocado ao centro dêsse frontão uma

estátua de Menino, de mármore, com um cágado na mão, que lançava água num barril de pedra, com os respectivos arcos de bronze, em número de quatro. O menino, nú, era circundado por uma fita com a frase: "*Sou útil inda brincando.*"

O terraço formava um fundo para a cascata, no qual, na linha do patamar, corria um parapeito, aberto ao centro para entrada do mesmo. Era assim nêsse tempo a "Cascata do Passeio Público".

Todos os trabalhos dela foram executados por Mestre Valentim, artista do tempo dos vice-reis, que modelou o coqueiro, as garças e jacarés e fundiu-os em bronze na Casa do Trem (Arsenal de Guerra). Passando os jacarés a bronze, a fundição falhou, o que irritou Luiz de Vasconcellos; mas Mestre Valentim prometera que, em certa data marcada, o Vice-Rei poderia ir à Casa do Trem, caso ouvisse rojões e os sinos tocarem, o que aconteceu, encontrando os jacarés fundidos...

Belos tempos em que o Vice-Rei se interessava pelo artista e sua obra e, hoje, tão desprezados pelos governantes!

Era, nêsse tempo, o Passeio Público o centro das reuniões da elite carioca e todas as festas eram aí realizadas, mesmo o carnaval.

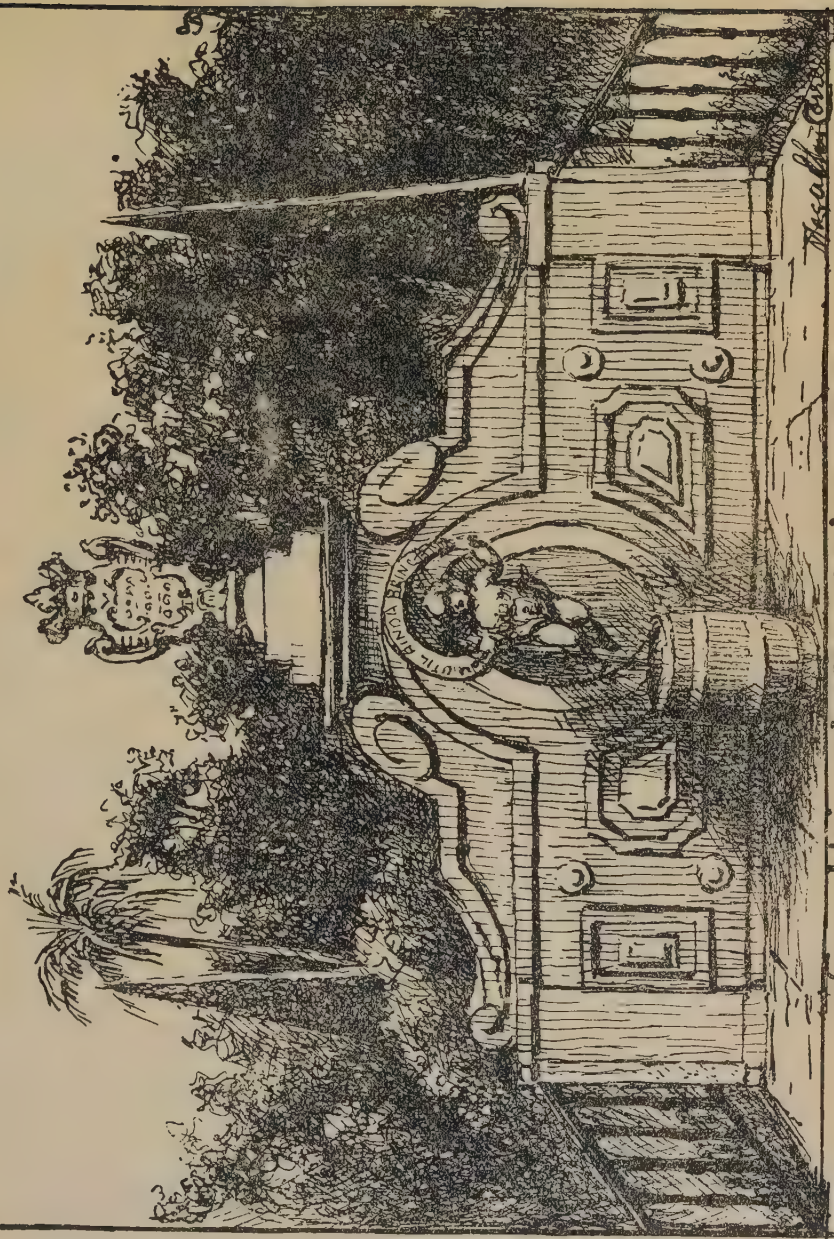
---

No vice-reinado do Conde de Rezende, nada se fez nesse recanto bem carioca. Devido ao pouco caso e ao descuido dos sucessores de Luiz de Vasconcellos, bem como as intempéries, arruinou-se o coqueiro de bronze e caiu. No tempo do Vice-Rei Conde dos Arcos, foi substituído pelo busto de Diana, em mármore, colocado sôbre uma coluna de pedra tosca.

As avesinhas, as pobres garças, voaram, naturalmente devido à má companhia, e foram pousar em algum solar dos pais da pátria daquela ocasião...

Na época de D. João VI, muita coisa do jardim "foi na onda", naturalmente com os estragos havidos pelo mar em 1817...

No reinado de Pedro I, continuou em abandono o Passeio Público e com êle a cascata e o chafariz, tanto assim que por questões políticas, o povo, em 1831, arrancou do portão principal as efígies dos reis portugueses, e da cascata o



SOU ÚTIL AINDA BRINCANDO





escudo de Luiz de Vasconcellos, os quais, felizmente, voltaram aos respectivos lugares, tempos depois.

Na regência de Feijó, em 1835, foi cercado o jardim com grades de ferro, e houve reforma no terraço e pavilhões.

Durante esses trabalhos desapareceu o “Menino de mármore”, provavelmente cobiçado por algum colecionador; tanto que o governo o procurou por toda a parte e não o encontrou, resolvendo então fazer outro igual e para isso quem o quizesse executar que se apresentasse na Repartição das Obras Públicas, mas por pouco dinheiro; o que foi feito, porém, em vez de mármore, em chumbo. O trabalho foi colocado no mesmo lugar do outro e representava o “Menino nú”, alado (azas de lepidoptero) como um Zéfiro em sua leveza aérea, partindo da mão esquerda uma fita, que circundava o seu corpo e sobre ela as palavras: “*Sou Util Inda Brincando*”; da mão direita jorrava a água que se projetava no barril de pedra.

Foi este que veio até nós, sem ser conhecido o seu autor, e o cágado desapareceu de vez.

Durante o ano de 1839, foram feitas obras no Passeio Público, segundo relatório, acabaram-se e assentaram-se doze peças de cantaria pertencentes à bordadura do tanque, três lages e dois encostos; abriram-se caixas e chumbaram-se vinte e dois gatos de bronze; fez-se uma peanha para o menino de chumbo. O tanque acha-se inteiramente pronto.

De decadência em decadência, desprezado o jardim, as grades de ferro caíram atacadas pelos sais marinhos.

Mas no reinado de Pedro II, em 1854, foram concluídos os pavilhões octogonais, nos triângulos do jardim e, a 1 de dezembro desse ano, inauguraram-se os lampeões a gás.

Em 1860, contratou o governo com F. José Fialho a transformação do jardim, que foi uma coisa horrível; a imprensa protestou, houve o diabo, como aconteceu com a transformação da Praça 11 de Junho...

Em 1862, colocaram as grades, em forma de lança, que até há bem pouco tempo se viam por traz da cascata, encimando a muralha parafeito do terraço e que, por duas colunas prismáticas, sustentavam dois belos vasos de mármore; aquelas duas colunas eram ligadas por belíssimo e bem trabalhado portão de ferro e bronze, coroados com as armas da cidade-império.

Na República, substituíram as armas do império pelas da Prefeitura Municipal.



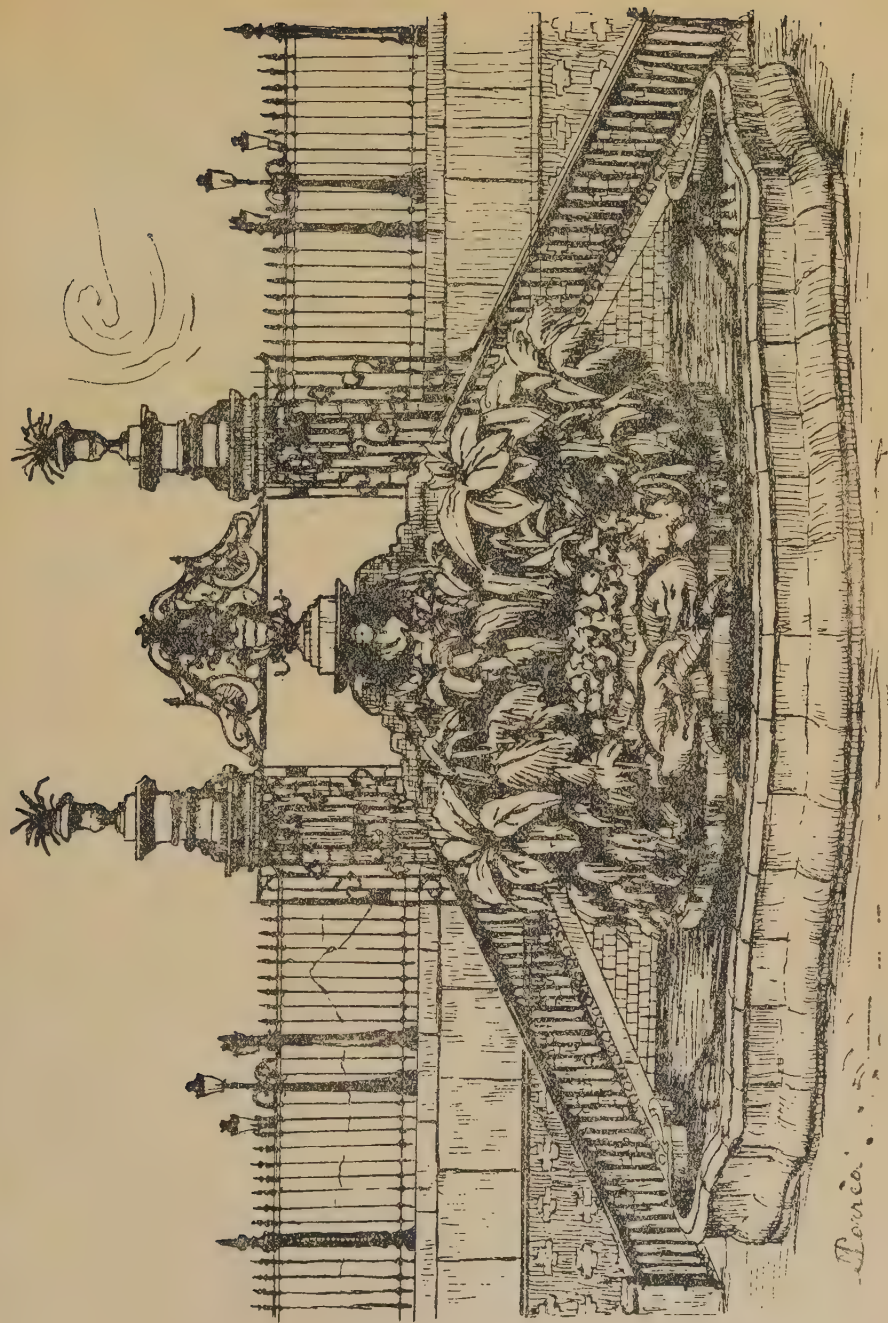
Tudo desapareceu com o prefeito Carlos Sampaio; uma verdadeira metamorfose se operou no Passeio Público; grades abaixo, o terraço transformado em Casino, isto é, duas construções estilo colonial, uma de cada lado, como parelhas ligadas por uma canga, a pérgola. E a pobre cascata sofreu; desapareceram três degraus das escadarias, agora são nove; o busto de Diana ficou sem o nariz; o barril do chafariz do Menino foi aumentado de quarenta centímetros; não é mais barril e sim funil...

Assim, esotraalhado e sufocado, pouco resta dêsse recanto admirável do tempo dos vice-reis!

Mas, foi transformado pela intelectualidade da nossa terra êsse bosque sagrado dos cariocas em Panteon dos artistas brasileiros, onde os profanos não entram, e, para nossa honra, lá estão os eternos bronzes de gloriosos vultos: Mestre Valentim, Castro Alves, Gonçalves Dias, Victor Meirelles, Pedro Americo, Ferreira de Araujo, Rodolpho Bernardelli, Hermes Fontes, Irineu Marinho e Olavo Bilac.

No delírio da febre das construções de arranha-céus, muito tem sofrido a cidade, interceptando colinas, desmorrando morros como o do Castelo para elevar-se outros de cimento armado, assim como, sufocam jardins, como o pitoresco Passeio Público. No entanto, a Secretaria de Viação e Obras poderia designar a repartição competente para estudar um plano geral — o cadastro, em que ficariam subordinadas essas construções e não o que se vê todos os dias, construções mastodônticas elevarem-se em ruas de pouca largura, sem o necessário recuo; resolvendo depois de concluidas as obras o alargamento, o que aconteceu com a pretendida investida contra o jardim do Passeio Público.

Felizmente à testa do govêrno da Cidade está um carioca, Dr. Henrique Dodsworth, Prefeito, interventor, tendo como Secretário da Viação e Obras o Dr. Edson Passos. Sob a orientação dêste foi traçado, de acôrdo com o interventor, modificações no Passeio Público, foram demolidos os edifícios do Teatro e Casino Beira Mar, não só para descortinar o panorama do jardim como para permitir a alteração do tráfego de bondes e automóveis, que passará a ser feito pela rua Luiz de Vasconcellos, face direita do jardim, convenientemente alargada para mais doze e meio metros, conquistados ao jardim do Monroe e cedidos pelo Senado, alienação sem a devida autorização do Poder Legislativo e cancelamento no Domínio da União.



“Fonte dos amores” — Cascata do Passeio Público de 1862 a 1922, depois de modificada



Alargada a rua Luiz de Vasconcellos, passaram a trafegar por ela os bondes e automóveis, de modo que a rua do Passeio ficará destinada ao tráfego de pedestres. Na face do antigo terraço passam os bondes, ficando entre a fonte dos Amores e a rua Valentim um refúgio, onde pretendem fazer gabinetes subterrâneos.

Do velho Passeio Público tudo será conservado, desde as árvores, nas quais ninguém tocará, até as lages exteriores. A Fonte dos Amores, do Mestre Valentim, é claro que será mantida em sua integridade. Do recinto do passeio só saíram dois gabinetes, que já foram demolidos, e o “aquário” que não corresponde à harmonia do ambiente e veio depois da construção do Paseio Público. Tudo, pois, será feito com respeito às árvores e acatamento às tradições, assim falou à imprensa Edson Passos.









DESENHOS  
DE  
H. FLEIUS.

OPASSEIO PUBLICO DE OUTRORA E HOJE

Minha bella Marilia ludo passa!  
Se hoje me vês assim lindoe florente  
Amanha do Filho a mão trémnte  
Vai derrobar-me Impiã! Asorte e escapa!



Aqui foi Troia um dia!  
A sombra do Arvoredo  
Em murmuro segredo  
Travesso, Amor sorria

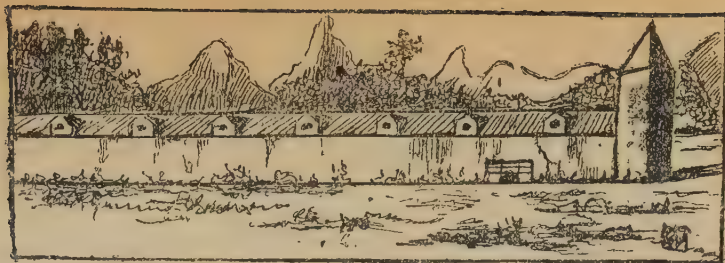
Tudo se vê mudado  
Adeus sombra! Adeus mysterio!  
Em vasto cemiterio  
Fui alfin transformado



Chafariz das Marrecas. — A aqueduto de Catumbí. —  
Chafariz do Lagarto

—





## V

O aqueduto que liga o morro de Santa Tereza ao de Santo Antônio, num lance de trezentos metros, foi denominado, pelo povo, "Arcos da Carioca"; depois de ligar-se a Santo Antônio, bifurcava-se em um conduto de pedra e cál, levando água da Carioca ao "Chafariz das Marrecas", que se achava na encosta do mesmo morro, no alinhamento da rua dos Barbonos, hoje Eyaristo da Veiga.

Este foi construído por mestre Valentim, no governo de D. Luiz de Vasconcellos, em frente ao Passeio Público, separado d'ele pela rua das Belas-Noites, depois Marrecas, Barão de Ladário; mas, felizmente, voltou a ser rua das Marrecas.

Foi ele a página histórica do Passeio Público, sem o qual não se conheceria nada a respeito do jardim, de que é o complemento, e que, no entanto, foi destruído.

Por que?

A melhor descrição feita d'este chafariz deve-se ao padre Luiz Gonçalves dos Santos, em suas memórias.

Diz ele:

"Esta fonte (das Marrecas) é elegante, em semi-círculo a sua figura, cuja corda fica ao correr da rua (dos Barbonos), onde estão dois tanques, com bocas de leão vomitando água, para nêles beberem as bestas; no plano superior, está outro



tanque com “cinco marrecas de bronze”, que nêle lançam água pelos bicos; na fachada desta fonte se vê uma grande inscrição lapidar e, no alto, sobresaem as armas de d. Luiz de Vasconcellos; perpendiculares aos tanques e escada de oito degraus, estão dois balcões de ferro; os quais pegam em duas pilastras de pedra lavrada, que estão nas extremidades do semí-círculo e sôbre as quais estão duas figuras de metal que representam o “Caçador Narciso” e a “Ninfa Eco”.

Triste sorte teve êste chafariz; como um traídor, esquarterado, por que razão, não sei; talvez, por ser histórico ou por ser uma obra prima de Valentim!

As estátuas identificadas, não como o “Caçador Narciso” e “Ninfa Eco”, mas sim, como “Diana Caçadora” e “Ninfa Naiade”, foram recolhidas ao Jardim Botânico pelo dr. Barbosa Rodrigues, onde até hoje se encontram no parque, sôbre pedestais com inscrições, dizendo serem as primeiras fundidas no Rio de Janeiro por mestre Valentim.

Das marrequinhas, que eram cinco, duas estão no Arquivo Público, uma na Baía e as outras bateram azas...

Da pedra lapidar, com as inscrições em latim, ninguém sabe o destino.

Os tanques, dizem terem sido aproveitados para os animais do Quartel de Polícia, mas nada de positivo encontrei a respeito.

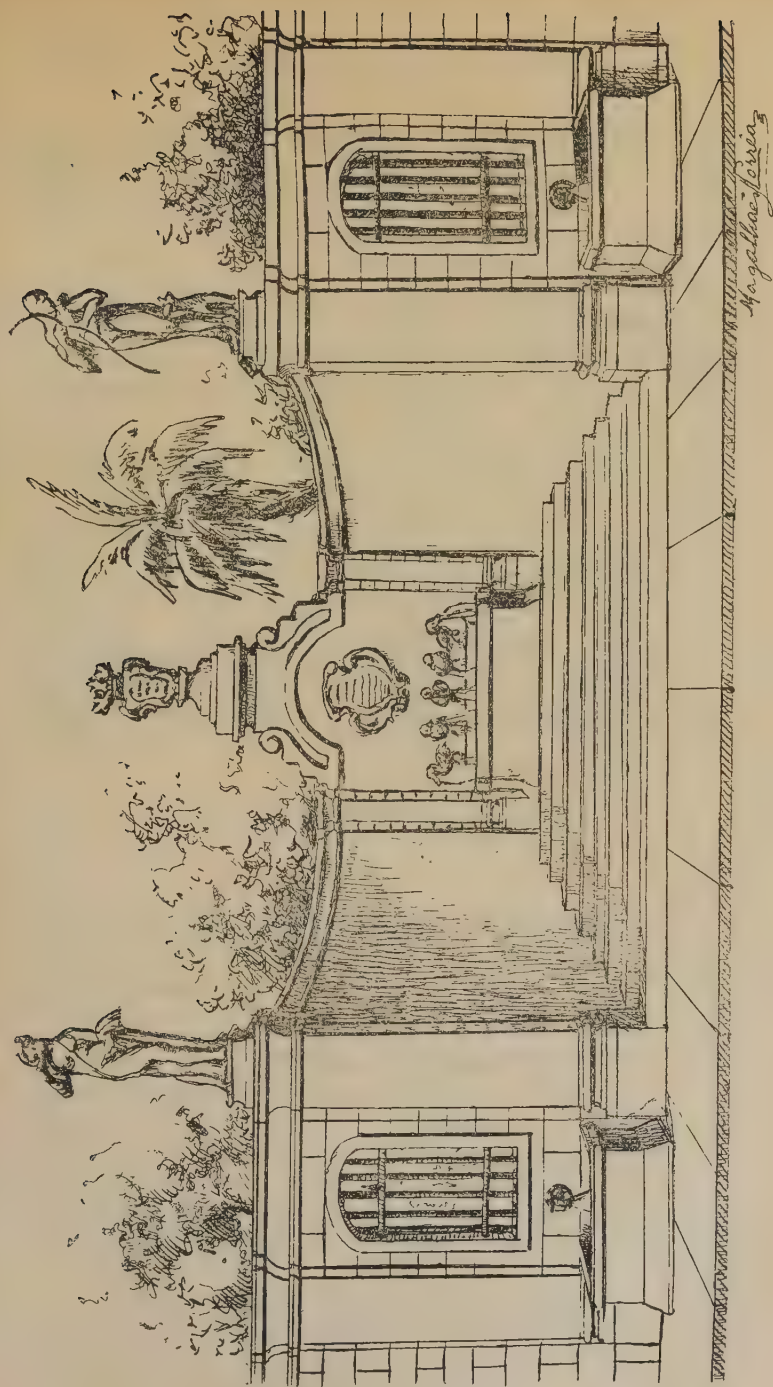
Com o alargamento do Quartel dos Barbonos, desapareceu o chafariz, colocado entre êste e a “Roda” das creanças abandonadas.

O melhoramento do quartel redundou na morte do monumento mais interessante da época de Luiz de Vasconcellos.

---

Em fôrma de exedra, foi propositadamente feito para dali d. Luiz de Vasconcellos, mestre Valentim da Fonseca e Silva, Xavier dos Passaros, Xavier das Conchas e Leandro Joaquim, como ponto de vista, observarem a perspectiva do Passeio Público, nessa época em que os artistas eram os que sentiam e apreciavam o que era belo, numa natureza que tudo suplantava.

Com documentos que possuo procuro dar uma pálida idéia do chafariz desaparecido há muitas décadas, fazendo



Chafariz das Marrecas



a sua reconstituição, para que se possa avaliar, mesmo vagamente, o que foi a obra do mestre Valentim, feita para o nosso patrimônio artístico.

---

A inscrição que existia no chafariz era a seguinte:

"MARIA — PRIMA ET PETRO — TERTIO — REG-  
"NANTIBUS. PESTIFERO — QUONDAM — EXSICCATO —  
"LACU ET — IN — AMBULATIONIS — FORMAM — RE-  
"DACTO. INGENTIS — MURO — MARINIS — PROPULSATIS  
"— AQUIS. FONTANIS — INDUCTIS — VOMENTI — AERE  
"PARIETIBUS — RUPTIS — IN — VIAM — CONVERSO-  
"HORTO — DOMIBUS — MIRABILI — SYMMETRIA —  
"CONSTRUCTIS. ALOISIO VASCONCELLOS DE SOUZA —  
"PROREGI — CUJUS AUSPICIIS — HAEC — SUNT —  
"PERPETRATA. FLUVII — JANUARI — POPULUS —  
"GRATI — ANIMI ERGO. PRIDIE — KALENDAS — AU-  
"GUSTI — AN.

MDCCLXXXV

---

Segue-se a versão com o caráter da época, feita especialmente para este trabalho, pelo dr. Padberg-Drenkpol, do Museu Nacional.

"Durante o reinado de Maria I e Pedro III  
Secou-se um lago outróra pestífero.  
E converteu-se em fórmula de passeio.  
Repeliram-se as águas do mar por ingente muralha.  
Aduziram-se fontes em jorrantes bronzes.  
Derribados os muros, transformou-se o horto em rua,  
Construíram-se casas em admirável simetria.

Ao vice-rei Luiz de Vasconcellos de Souza, sob cujos auspícios foi tudo isso realizado.

O povo do Rio de Janeiro, em sinal de grato ânimo.  
No dia 31 de julho do ano de 1785."

Como acabamos de ver, o chafariz das Marrecas era a chave do Passeio Público, pela qual sabemos que antes dele existia um “horto”, do qual Luiz de Vasconcellos mandou botar abaixo o muro, para abrir uma rua (Belas Noites) construindo casas, em admirável simetria.

De fôrma que anteriormente ao Passeio Público havia um horto, que, arruado, foi ampliado com o aterrado da Lagôa do Boqueirão, dando origem ao atual jardim, obra de mestre Valentim da Fonseca e Silva.

---

Rio de Janeiro, 9 de Janeiro de 1933.

Ilustre professor Fernando Magalhães. Saudações.

Tendo ocasião de ler o livro “Centenário da Escola de Medicina” que acabais de publicar, surpreendo-me ao encontrar a estampa “A casa da rua dos Barbonos, 66”, com a reconstituição do Chafariz das Marrecas, calcada sôbre a minha, de acôrdo com os documentos descritivos publicados por mim no “Correio da Manhã” de 19 de Janeiro de 1930, e que faz parte do meu modesto trabalho “Recordações das Pontes e Chafarizes” que pretendo editar.

No entanto, aparece o título: “reconstituição de acôrdo com a litogravura Ciceri e Beoist (fundo da casa) e a Cromolitografia de Emile Bausck (ambos dos meados do século XIX). (Desenho do professor A. Memoria.)

Historiemos os fatos: para atender ao pedido do distinto amigo professor Roquette Pinto, no sentido de fornecer-vos informações a respeito do aludido chafariz, ia procurar-vos. Mas uma telefonema vossa a êsse respeito fez com que me prontificasse a apresentar-vos, no dia seguinte, na Reitoria, o capítulo já publicado “O Chafariz das Marrecas”, assim como uma fotografia da sua reconstituição de minha autoria, os quais vos ofereci. Tivestes então oportunidade de me mostrar a reconstituição feita da casa da rua dos Barbonos, 66, e do aludido chafariz, desenho sem assinatura. Fiz ver então que o mesmo estava errado, por ter o desenhista colocado na parte central um *oratório*, que aparece na litogravura citada, no lado oposto, canto da rua das Bellas Noites, em lugar de estar a “inscrição lapidar” em forma de cartucha e no alto as armas do vice-rei d. Luiz de Vasconcellos; *os dois tanques*, assim como os *balcões de ferro*, colocados, no interior do semi-círculo, quando deveriam estar, lateralmente, na corda do





Ruínas do Aqueduto de Catumbi



mesmo, entre as pilastras; nas *pilastras de pedra lavrada* das extremidades do semi-círculo encimavam ornatos em forma de pinha, quando deveriam aí se erguer as estátuas de Diana Caçadora e Ninfa Naiade.

Do exposto, conclue-se que agora na reconstituição de A. Memoria não fez êste mais do que se orientar pelo meu trabalho para isto apêlo ao vosso testemunho. Estou certo de que sabereis ser justo comigo. Si não me conheceis ainda é muito fácil: basta saberdes da minha fé de ofício; sempre trabalhei sem interesse pecuniário, não tenho um ato na minha vida de deslealdade; quanto à A. Memoria podereis ler o processo de “A. Memoria contra Modestino Kanto” e compreendereis quem é êsse architecto.

Lamentando esta situação, protesto contra a má fé do desenhista A. Memoria, pois o registro dos direitos de autor em nossa especialidade, se acha, por lei na E. Nacional de Belas Artes e que calamidade!

Compreendeis perfeitamente, como homem de responsabilidade a gravidade dêsse caso.

Faço esta declaração em carta por merecerdes todo acatamento e aguardando a palavra do ilustre professor, subscrevo-me com tôda a consideração.

*Armando Magalhães Corrêa.*

Rua Pinto Telles, 234 — Cascadura.

---

Exmo. Senhor Magalhães Corrêa.

Desejo muito cordialmente desfazer o equívoco da sua carta. Antes de tudo porém declaro que o nome do professor Memoria ao desenho do meu livro foi colocado por mim e desobedecendo o seu desejo. Acredito que êle muito se contrariou com isso. Portanto, o culpado sou eu e, assim, peço-lhe que me ouça em poucas palavras. Não me interessando o caso do chafariz das Marrecas, si lhe falei nele foi para conhecendo qualquer gravura, aproveitar o aspecto da casa ao lado onde funcionou a Faculdade. A casa não foi notória, ao contrário do chafariz e documentado gráficamente o chafariz provavelmente eu poderia reproduzir a casa. Infelizmente nada se achou a não ser a reconstituição imaginativa do chafariz. Nestas condições, o meu livro traz a reprodução imaginária também da casa. Peço-lhe que atenda a minha explicação. A meu pedido, o professor Memoria reconstituiu

a casa onde estava a Faculdade, e não o chafariz, accessório da paisagem e seu accessório que dele não se diz no texto explicativo. Nenhuma apropriação houve, pois, nem intenção em lhe ser adverso. Ofereço-lhe tôdas as minhas excusas e espero que as receba. Creia-me muito aborrecido com a idéia de o haver magoado.

Valho-me porém da minha absoluta lealdade e a certeza de que, focalizando a casa, a ela apenas estendi a significação do desenho.

Seu servidor muito agradecido,

*Fernando Magalhães.*

---

## O aqueduto de Catumbí

Este aqueduto foi construído no tempo de d. Luiz de Vasconcelos, para trazer as águas do rio Catumbí, que veio aumentar o abastecimento dêsse líquido à cidade.

O chafariz do Lagarto foi o primeiro que jorrou água dêsse manancial, e, mais tarde, o de Catumbí e Lavadeira.

O aqueduto, partindo da “Cova da Onça”, atravessava a rua Itapirú e vinha até à encosta do morro de Paula Matos, onde terminava.

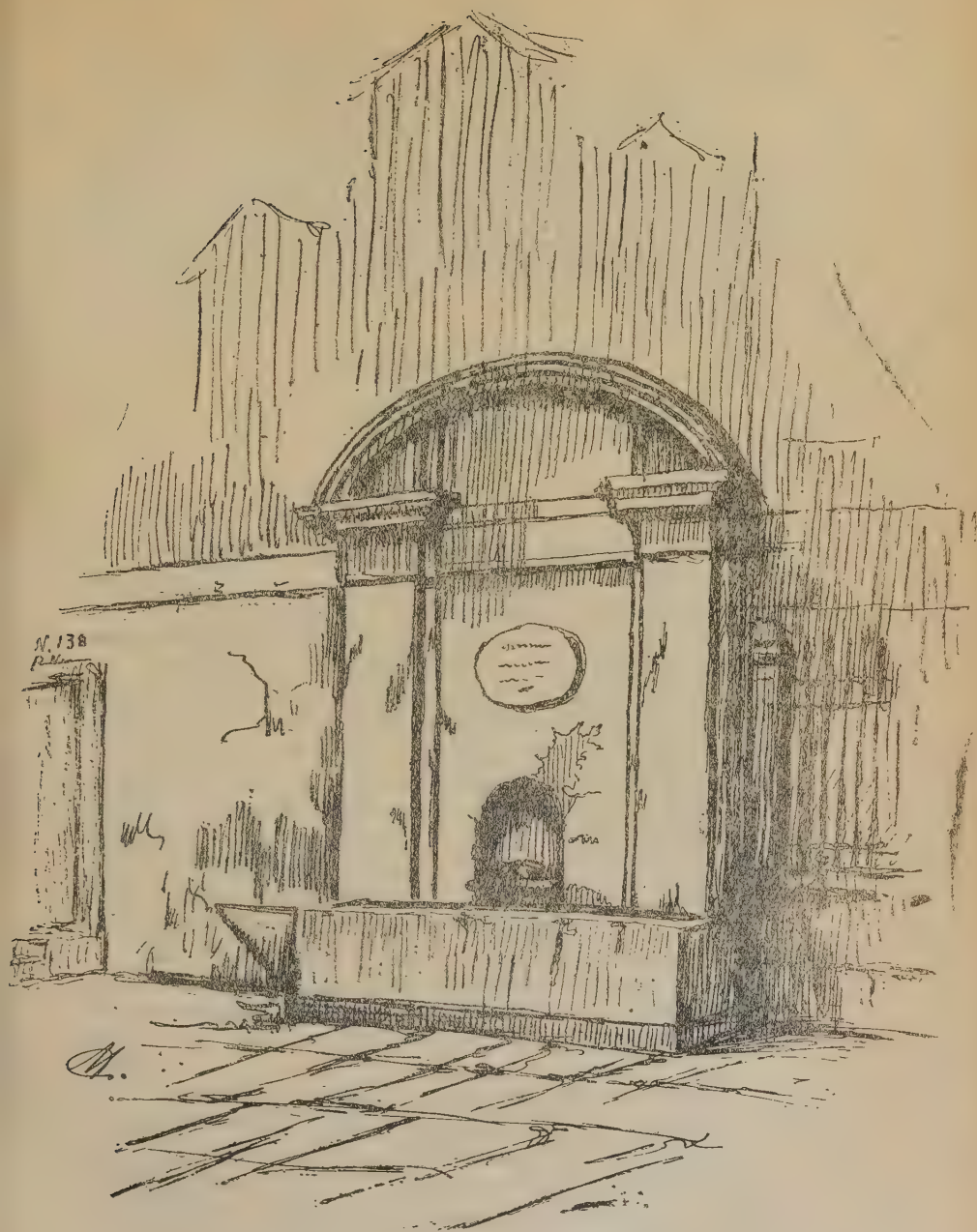
Revestia o caráter das arcarias plenas superpostas, ou arcarias sobre grandes massiços de alvenaria, sistema anterior aos sifões ou canos metálicos dos modernos abastecimentos d’água. Ele foi cortado pela rua Itapirú, de cuja demolição só ficou a parte da encosta do morro de Catumbí, e do que, até bem poucos anos atrás, se viam ainda as ruínas.

## O chafariz do Lagarto

No tempo ainda de Luiz de Vasconcelos, o Senado da Câmara mandava construir um chafariz, colocado no Caminho do Engenho Pequeno, pouco acima da lagoa do Capucirussú ou Sentinela, depois rua do Conde e hoje Frei Caneca.

Era abastecido, como ficou dito, pelo aqueduto de Catumbí, que seguia a encosta do morro de Paula Matos, sobre um muro em forma de rampa, que, mais tarde, o separou do de Catumbí; entre êles foram colocadas quatro grossas torneiras de bronze.





Chafariz do Lagarto





Neste chafariz, feito para abastecer o povo e os animais que por aí passavam, até hoje ainda os ambulantes e condutores de animais param para darem água aos mesmos.

Sua construção consta de uma singela e correta frontaria, composta de duas pilastras e frontão curvo, na base um tanque de pedra, sobre o qual pousa um nicho elíptico, onde um lagarto de bronze, sobre um pedestal de pedra, fornece água pelas mandíbulas e que se projeta no tanque.

No centro do chafariz, em mármore, oval, está a seguinte inscrição:

“SITIENTI POPULO  
SENATUS  
PROEUSIT AQUAS  
ANNO  
MDCCLXXXVI”

“Ao sedento povo, o Senado deu água em abundância, ano 1786”.

Em vez de Proeusit deveria estar Profusit para que a inscrição seja correta.

O chafariz, à primeira vista, tem a fisionomia de um altar das igrejas coloniais e o seu nome vem do lendário Lagarto, e que, felizmente, veio até nós funcionando sempre.

Há trinta anos atrás, o chafariz foi falado, pois, misteriosamente, em uma certa hora do dia, corriam moedas de vinte e de cem réis, de cima do paredão para a rua, o que alvoroçou o povo circumvizinho e deu muito trabalho à polícia, que, finalmente, prendeu o autor da brincadeira. Mas assim mesmo perdurou durante muito tempo a superstição do povo, de que o chafariz era assombrado.

Foi êste o mais simples e simpático chafariz da cidade, talvez pela bela obra de animal, que está modelada em assombroso flagrante de movimento, e naturalidade dos saúrios, para aqueles que vêem a alma das pequeninas coisas.

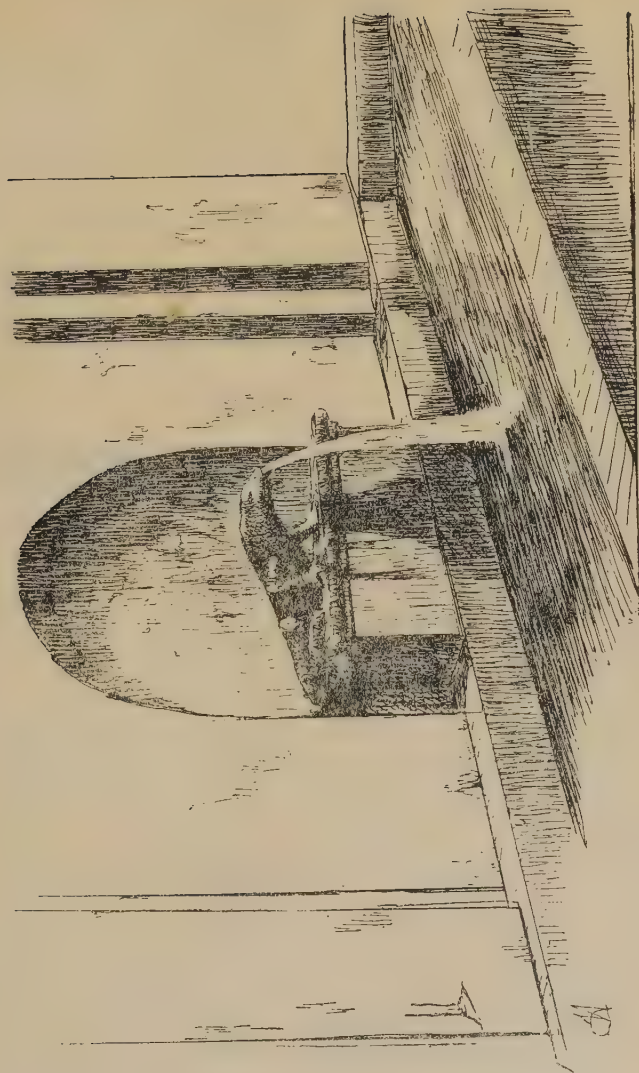
O autor deve ser mestre Valentim, que nessa época era o artista da moda, amigo e protegido de Luis Vasconcelos e que tendo executado os dois chafarizes do Passeio Público e o das Marrecas, deveria forçosamente tê-lo executado também, pois foi o terceiro e último do tempo dêsse vice-rei.

Esse artista, que fôra estudar em Lisboa escultura e obra de talha e que executou aqui tôdas as modalidades de sua

arte, desde bijouteria à estatuária, foi ainda o autor dos ornatos da igreja do Carmo, da obra de talha da Cruz dos Militares, do altar-mór da igreja do Hospício, dos ornatos da igreja da Candelária (antiga), da capela da igreja de São Francisco de Paula, desenhou e modelou as lâmpadas de prata das naves de São Bento, Carmo e de Santa Rita.

São estas as razões de minha convicção, por terem sido êle e um galé, seu ajudante, os únicos fundidores de peças de arte no Rio de Janeiro nessa época.





O Lagarto em bronze



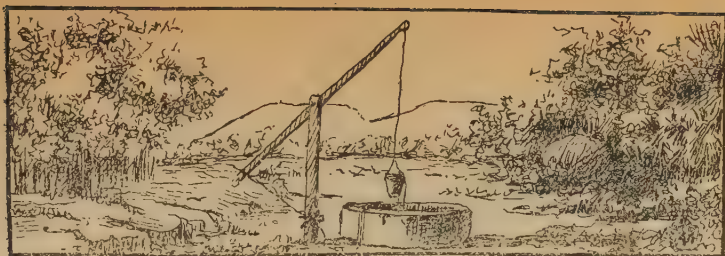


**CHAFARIZES DO LARGO DO MOURA E DAS  
SARACURAS**

---

**VI**





## VI

Nomeado Vice-Rei, d. José Luiz de Castro, segundo conde de Rezende, tomou posse a 9 de junho de 1790. A 20 de julho, logo no comêço de seu govêrno, incendiou-se o edificio do Senado da Câmara, onde se perderam importantíssimos livros e documentos referentes à cidade, desde a sua fundação.

Dois anos depois, dava-se a tragédia da Inconfidência Mineira, com a execução de Joaquim José da Silva Xavier (o Tiradentes), que foi levado à forca, no campo de São Domingos, a 21 de abril de 1792, aquele que pedira concessão para construir moinhos nos rios Carioca e Maracanã, e que propôs canalizar êste último, até ao Campo de Santana e, por êsse fato, foi considerado louco.

O conde de Rezende foi o continuador de Gomes Freire; terminou as obras começadas por êle; cobriu o aqueduto da Carioca, substituiu por condutores de pedras os de ferro, que levavam a água da Carioca para o chafariz do largo do Paço, arrancou as lages que cobriam o encanamento da rua do Cano, hoje Sete de Setembro; calçou o meio da rua sôbre abóbada; igualmente fez na rua da Vala, até à do Rosário. Construiu o chafariz do largo do Moura e também no seu govêrno foi executado em sua honra o chafariz das Saracuras.

## O chafariz do largo do Moura

Antes de entrarmos no assunto, vamos conhecer o local — o largo do Moura — reduto da soldadesca, picadeiro, escola da capoeiragem clássica, campo de batalha entre Nagôas e Guaiamús, lavanderia pública e barata, e centro da fina flor da malandragem.

Aí existia a força, depois construíram o necrotério, o desinfectório, o Corpo de Saúde do Exército; quanta coisa desagradável, para em seu centro elevar-se o chafariz, devido ao receio de uma invasão estrangeira, que cortasse o aqueduto da Carioca.

Onde estão hoje o Mercado Novo, o Ministério da Agricultura, o Gabinete Médico Legal, formando uma praça, era outrora, ao centro, o local do chafariz. O nome, trouxe-lhe o regimento que veio de Moura, Portugal, que se aquartelou em frente, à rua d. Manoel e cujo uniforme (dou como curiosidade) era o seguinte: casaca redonda e aberta, azul ferrete; colete e calções amarelos, meias brancas, borzeguins, gola e canhões amarelos; dragonas de prata, bem como as guarnições; chapéu baixo, aba levantada por topete amarelo e plumas; eram apelidados pelo povo de Gaturamos.

Antes dêsse batalhão era costume as famílias receberem em seus lares os soldados vindos de além-mar, mas tais foram as desordens e os desrespeitos que não mais os acolheram.

Era essa a fisionomia do largo do Moura nos tempos coloniais.

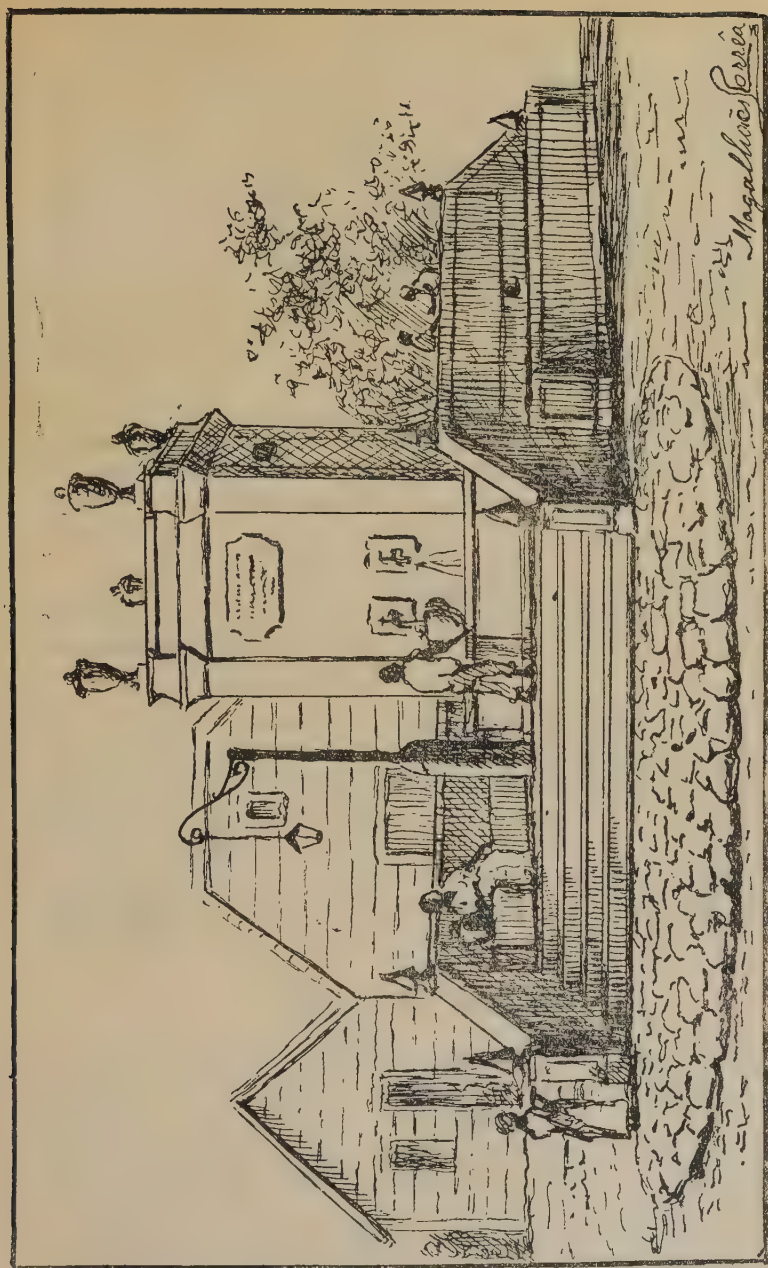
---

Precisando de abastecer o bairro da Misericórdia de água da Carioca, mandou construir, em 1794, o conde de Rezende um chafariz no largo do Moura, tendo, aos lados, tanques para lavadeiras.

Era êle de uma composição original, segundo Araujo Vianna.

Do meio de um pavimento de lages erguia-se a fonte, prismática retangular, de alvenaria, cantonadas de pilastras de pedra trabalhada, encimadas por vasos de mármore.

As arquitraves eram também de granito; óculos arejadores ornavam simetricamente paredes opostas, onde existiam bicas.



Chafariz do Largo do Moura





Na frente estava a lápide com a inscrição e os lugares de duas torneiras. O acesso ao pátio lageado era feito por quatro compridos degraus de granito colocados, na frente e nos fundos. Nos outros lados do pavimento, corria um para-peito com assentos de pedra, nos quais os antigos habitantes dêste bairro esperavam a vez de encher os barris que os aguadeiros carregavam. Os bancos de pedra eram infalíveis nesses chafarizes. Na pequena escadaria da fonte notavam-se pedestais terminados por ornatos prismáticos de cantaria, alguns dos quais foram arrancados tempos depois de inaugurado o chafariz.

Este chafariz em lineamentos gerais desperta a quem se interessa pelas coisas de arte um agradável bem-estar, que a proporção, o sentimento e a originalidade causam.

Araujo Vianna considerou-o como uma das coisas mais curiosas nas construções do velho Rio de Janeiro.

A inscrição lapidar em pedra lioz é a seguinte:

"Illmo. e exmo. sr. d. José de Castro, conde de Rezende, vice-rei e capitão general de mar e terra do Estado do Brasil mandou edificar esta fonte.

Anno MDCCXCIV."

Do chafariz demolido é a unica coisa que resta, devido à intervenção do sr. João Franklin de Alencar Lima, que evitou sua destruição, enviando-a para o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, que a guarda em seu seio, livre das modernas picaretas.

No local foi construído o necrotério, também demolido para construção de pavilhões, quando houve a Exposição do Centenário.

## O chafariz das Saracurás

Foi depois da abertura da Avenida Rio Branco e demolição do Convento da Ajuda, localizado outrora na atual Cinelândia, que se conheceu o chafariz.

Pois viveu êle sempre ignorado no solitário ambiente das freiras da Ajuda, longe dos olhares profanos, no rigor da clausura.

Eram essas freiras muito estimadas dos cariocas, pois pelas noites de Natal distribuiam doces, sendo especialistas em bolo de Mãe Benta, pastéis de Santa Clara e alvos suspiros.

Sempre zelosas, aumentaram o convento e restauraram a igreja, que muito sofreu com a revolta de 1893. Aí existia a N. S. da Piedade, que figurou na Exposição de Munich, obra do grande artista Sylvius Eberle.

A essas freiras faltava a água, que pediram e obtiveram do vice-rei d. José Luiz de Castro, conde de Rezende.

---

Cabe a Vieira Fazenda, historiador da cidade e patriota carioca, a honra de ter descoberto aos nossos olhos o monumental e artístico chafariz que denominou das "Saracuras", que se erguia outrora no pátio central do mesmo convento.

Construído de pedra, eram de mármore o braço e a cartela, e de bronze as saracuras, cágados, cruz e bicas, fundidos na Casa do Trem.

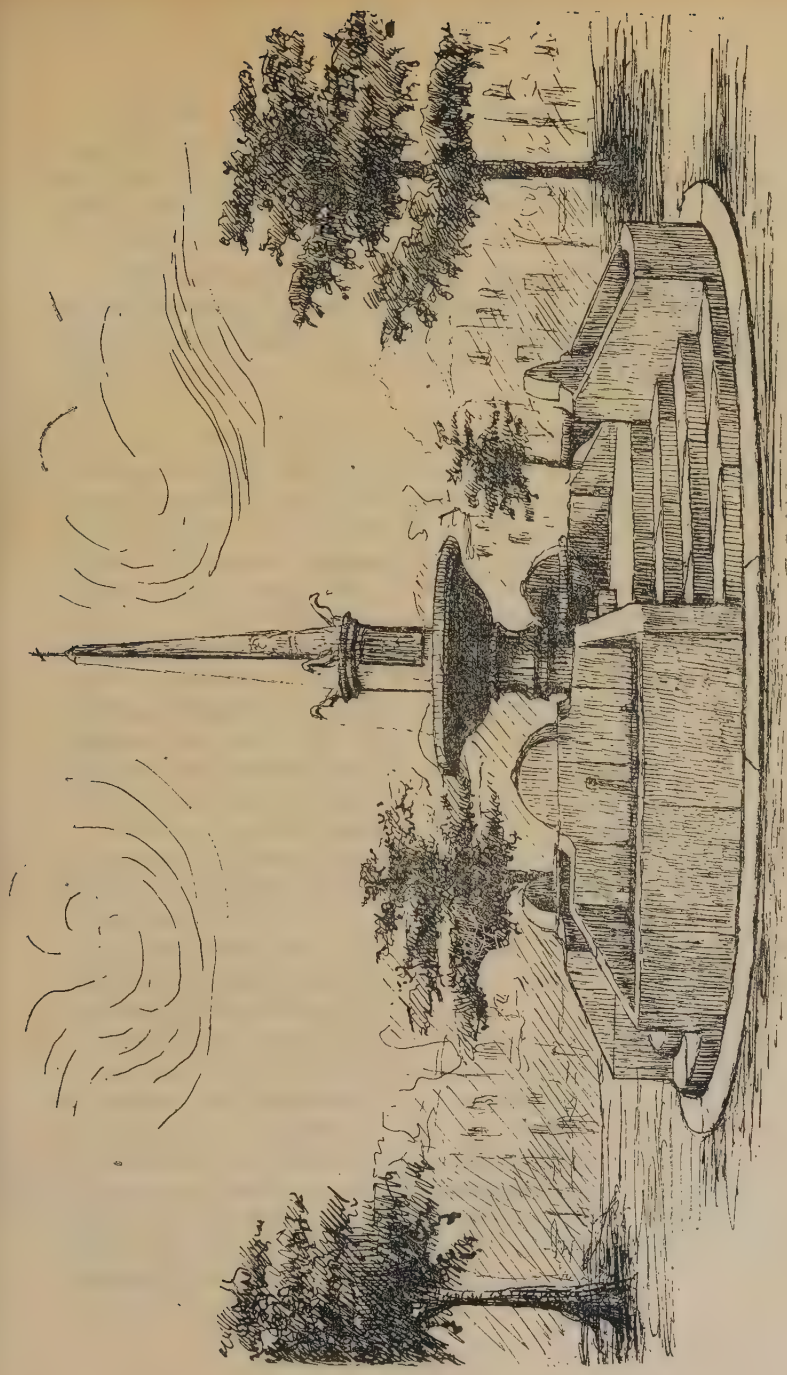
Representa esse chafariz a gratidão das freiras para com o Vice-Rei, conde de Rezende, que, em 1799, canalizou água da Carioca para o referido convento. Por quatro escadas de quatro degraus, sobe-se ao embasamento, que é amplo e circular, e sobre o qual pousa uma grande taça de pedra de um metro e oitenta de alto, de cujo interior se ergue um corpo cilíndrico arrematado por uma moldura, que serve de base a uma pirâmide quadrangular, de três metros, em cujo ápice está uma cruz de bronze. Numa das faces dessa pirâmide está o braço do conde de Rezende, sobre uma cartela lapidar.

Nas arestas e sobre a base da pirâmide estão quatro saracuras de bronze, que lançavam pelo bico na taça cristalina água que desaparecia misteriosamente para ser lançada, de novo, pelas bocas dos cágados, que despejavam o líquido em quatro pias de pedra, colocadas no interior do embasamento, no lado posterior dos grandes tanques; estes, de uma só bica, eram destinados à lavagem de roupa e se acham simetricamente construídos entre as escadas, formando com estas a base circular do chafariz.

A cartela tem a seguinte inscrição:

"Feito com a proteção do Illmo. e exmo. sr. conde de Rezende, vice-rei do Estado do Brasil, sendo atual abbadessa a soror Anna Cherubim de Jesus — Anno de 1799.

---



Chafariz das Saracuras





Demolido o convento da Ajuda, foi o chafariz desmontado e oferecido à Municipalidade, que o colocou no centro da Praça General Osório, em Copacabana, e sobre o cilindro que pousa a pirâmide do chafariz, está uma placa de bronze, em que se lê o seguinte:

“Este chafariz doado á municipalidade pelo exmo. sr. cardeal arcebispo d. Joaquim Arcoverde, foi removido do convento da Ajuda para este local em dezembro de 1911, sendo prefeito do Distrito Federal o exmo. sr. general Bento Ribeiro”.

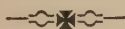
Com carinho tratou êsse prefeito o chafariz, ha dezenove anos, mas hoje já está tudo mudado; das saracuras, que eram quatro, uma foi roubada e as outras, para não o serem, foram recolhidas ao depósito da I. Matas e Jardins pelo sr. Viana. Dos quatro cágados de bronze, dois lá estão, um foi roubado por um joven, filho de distinta família que mora à rua Visconde Silva e que prometera ao guarda restituir, mas até hoje não appareceu para devolver aquilo que levianamente se apossou, o quarto está no abrigo do encarregado do jardim, agarrado à sua base de pedra, sob a manga de irrigação, pois parece que até a pedra em forma de meia lua, pesando uns sessenta quilos, com o cágado encrustado, ia também para algum recanto colonial.

A taça de pedra, que se acha ao centro do chafariz está cheia, não do precioso líquido, mas de areia, posta pela Saúde Pública para evitar mosquitos, processo pratico da teoria do menor esforço.

Façam funcionar para dar vida a êsse recanto tão pitoresco do Rio, pois fontes foram feitas para jorrarem água e não para reservatório de areia!

Essa velha fonte, joia de valor do tempo do vice-reinado, está sêca, enquanto que as suas “melindrosas” irmãs se regalam em plena canícula pela abundância de seu principal elemento — a água.

Abandonada, appareceu espoliada de seus bronzes de um século de existência, entregue à guarda do povo de Copacabana, bairro de elite, mas nem assim escapou aos vândalos... talvez por falta de vigilância municipal ou por falta de policiamento.



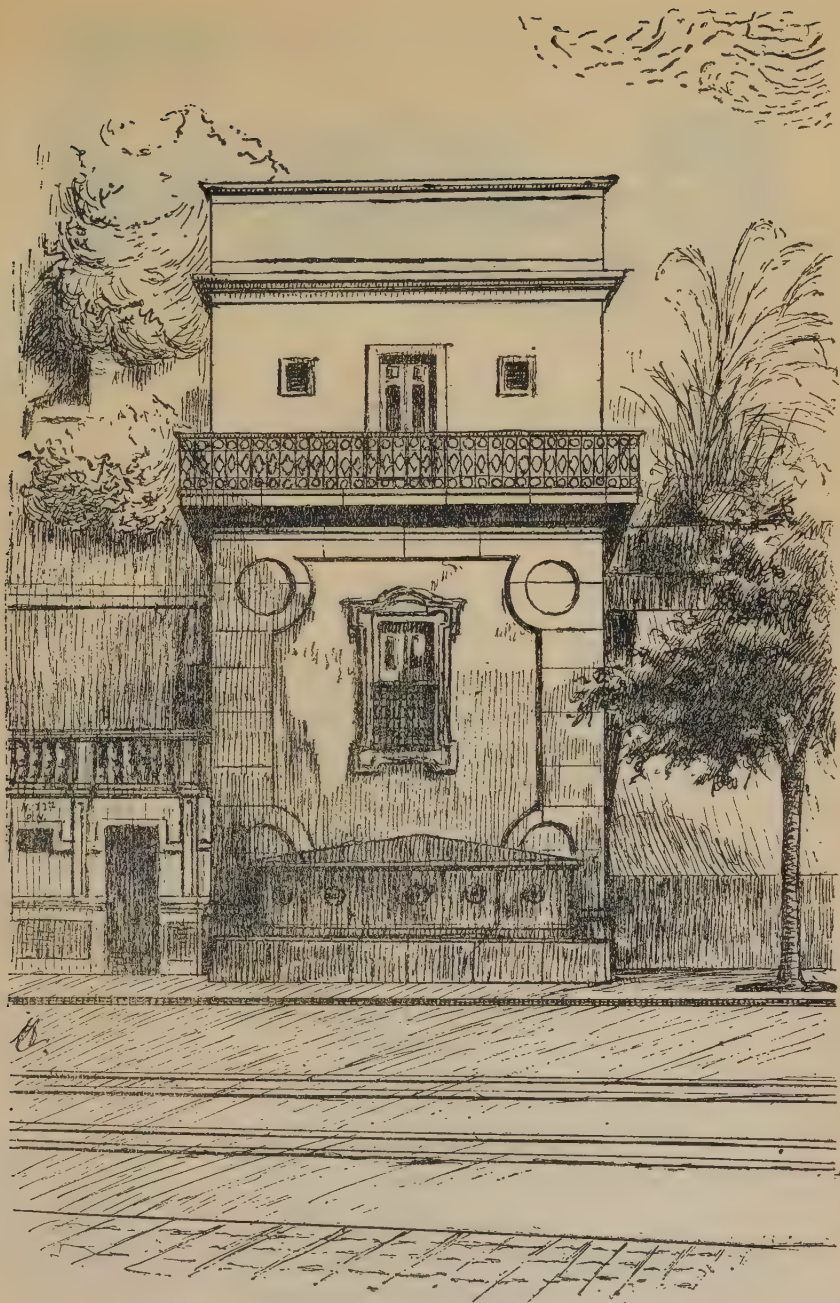


**CHAFARIZES DO LARGO DO CAPIM, DE CATUMBI  
E BICA DA RAINHA**

---

VII





O chafariz de Catumbi







## VII

No antigo Largo do Capim existiu um chafariz, de existência efêmera, pois, segundo monsenhor Pizarro, construído no governo do Vice-Rei Luiz de Vasconcellos, não chegou a funcionar. Apesar de ter passado por várias mãos, foi por fim ter às do conde de Rezende.

Este, reformando os canos, que eram de barro, tratou de projetar, construir e perpetuar nesse monumento público a sua memória, gravando na pedra a seguinte inscrição:

“MARIA PRIMA  
PORTUGAL ET ALGARBIOR  
REGINA  
PRINCEPS PIA OPTIMA  
AUGUSTA  
ERECTO FONTE SALIENTIS  
AQUAE  
CIVIVM SATIATA SITI  
REZENDE COMITIS REGIS VICES GERENTIS AUSPICIIS  
REGINAE INCOMPARABILI  
HOC MONIMENTUM  
POSITUM”

A versão é a seguinte, feita pelo professor Alberto Sampaio, do Museu Nacional:

“Maria Primeira, rainha de Portugal e Algarves, princesa Pia, Optima, Augusta.

Ergueu este chafariz de águas jorrantes, para saciar a sede do povo.

O vice-rei conde de Rezende dirigiu a construção sob os auspícios da rainha incomparável que este monumento colocou.”

Fôram inúteis, porém, todo o trabalho e despesas, pois, com a ausência do conde de Rezende, que partira em 1801 para Portugal, sem ultimar o citado chafariz foi, enfim, demolido, e as pedras lavradas aplicadas, tempos depois, a outras obras, como a da Casa da Ópera ou Teatro São João. Aconteceu como em nossos dias com as do Carioca que foram para o Hospício...

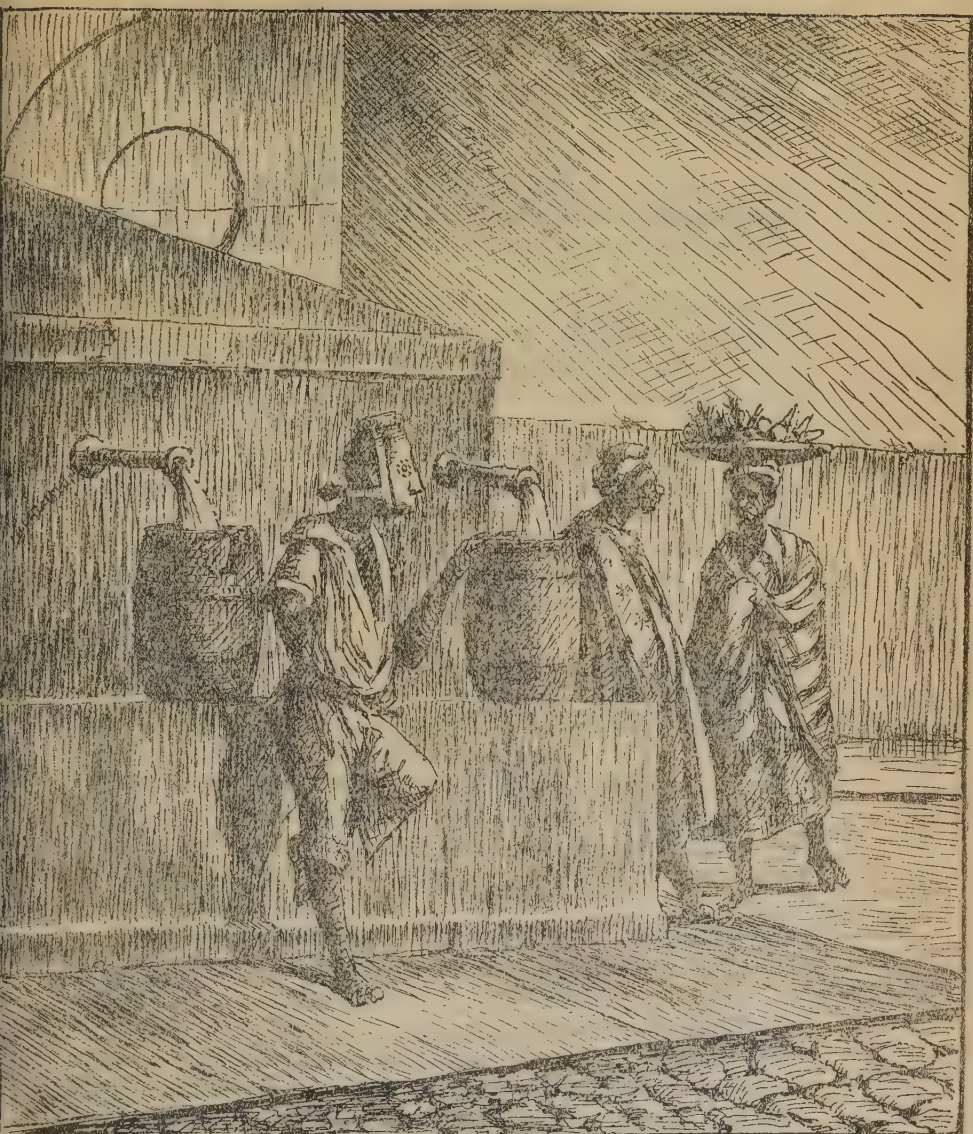
Nesse mesmo largo do Capim elevou-se, mais tarde, outro, de ferro (indústria francesa), sobre um lago, em meio de um jardim retangular, cercado de grades de ferro e quatro portões.

Nas faces externas do jardim havia barracas e, nos ângulos pavilhões que serviam de mercado pela manhã; à tarde, o jardim era o recreio das crianças, mas tudo desapareceu, para surgir o ultra-mercado de dez metros de pé direito sobre toda a área do terreno e no interior minúsculos compartimentos de venda.

---

No fim do século XVIII transforma-se a fisionomia dos chafarizes cariocas: perdem o frontão curvo bem característico da época colonial e aparecem elementos romanos, como os óculos, as linhas retas predominantes na estrutura geral, os tanques, pias e taças de pedra. Nessa transição, como veremos, surge a platibanda, que nos acompanha até hoje.

Passou o período dos Vice-Reis; pode-se assim dizer para os chafarizes e só com a chegada da família real é que se começaram as novas construções, isto é, no início do século XIX.



CHAFARIZ DE CATUMBI-1851-AQUARELLA de J. REIS CARVALHO





## O chafariz de Catumbí

Na regência de d. João VI, por impedimento de Maria I, era o conselheiro Paulo Fernandes Vianna intendente geral da Polícia, o qual muito trabalhou em prol do embelezamento e desenvolvimento da nossa cidade.

Entre muitos melhoramentos canalizou as águas do rio Comprido, ligando-as ao aqueduto de Catumbí, reforçando assim o volume d'água para o abastecimento da cidade, principalmente, no perímetro norte.

E, perto da casa do guarda-mór, Pedro Dias Paes Leme, pouco abaixo do chafariz do Lagarto, separado dele pela grande muralha inclinada do aqueduto de Catumbí, próximo à lagoa da Sentinela, no antigo caminho de Catumbí, antiga rua do Conde (do Cunha), depois Conde d'Eu e, finalmente frei Caneca, construiu o chafariz denominado "Catumbí".

O aspecto geral dêste chafariz é de uma torre ou por outra, de um reservatório, feito de alvenaria e cantaria, bastante sólido, formado de dois corpos, correndo sobre o primeiro, como cimalha pelos três lados, uma varanda de ferro, de onde, elevando-se o segundo corpo, se arremata com uma "platibanda".

Na base, um tanque, composto de uma bacia longitudinal, de onde sai uma caixa, com cobertura em forma de tímpano, tudo de pedra, com três bicas de bronze, primitivamente, depois, com cinco e, atualmente, nenhuma.

No centro do primeiro corpo, está um balcão com balaustrada de ferro e esquadria de pedra, de belo desenho, em relação ao conjunto; no centro do segundo, uma porta de acesso à varanda, e dois vãos de forma retangular, de cada lado, como arejadores dêste corpo.

Atualmente, aposentado, êste chafariz não funciona, mas em compensação, ao lado do mesmo, na antiga casa do guarda, funciona, em plena atividade, um mictório.

Dêste chafariz partia o aqueduto, para o Campo de Santana, a título provisório, pois eram os encanamentos de madeira descobertos (bicame), os quais desperdiçavam muito e alagavam, em seu trajeto, os caminhos até ao Campo, onde foi inaugurada outra fonte de madeira com dez bicas, no dia 13 de maio de 1809.

"No encanamento de Maracanã fazem-se indispensáveis dois reservatórios, no lugar de Catumbí, para que grande parte da população desta cidade não continue a beber uma

água carregada de goma de argila e de muitos outros corpos heterogêneos e pesados, que, pelo contínuo movimento das águas, não podem precipitar-se; cada um destes reservatórios deve ter cinco braças de comprimento, 2 1/2 de altura e 12 palmos de largura, tudo pela parte interna, afim de dar capacidade para 9.792 pés cúbicos d'água, ou 14.688 barris, quantidade maior, que o fornecimento de dous dias para suprimimento do chafariz de Catumbí e Campo (Lavadeira); a despesa com esta obra calculada em 8:088\$; a construção porém do seu encanamento sobe a 436:590\$, ou, sendo o conduto feito de chumbo, a 323:500\$000.

Durante o ano de 1839, no encanamento do Maracanã, fizeram-se 3.570 pés cúbicos de escavações; de alicerce e sapatas 1.290; de muralhas 9.641, de pegões 1.505, de meio fio 500 palmos, de embôço 4.059, de reboques 3.870, de cobertura de lages de alvenaria 310, de bordadura 2.454 palmos quadrados; assentaram-se 277, que formarão de novo encanamento 554 palmos e tijolos de ladrilho 1.136; fez-se um grande tanque para depósito das areias no Rio Comprido e dois arcos circulares com 11 palmos de corda e quatro de altura; desobstruíram-se 3.224 pés cúbicos de diferentes desmoronamentos; assentaram-se 175 calhas de madeira, tendo cada uma 20 palmos de comprimento; 76 pontaletes, 62 travessões, 34 grades, diversos gatos e pau de prumo; calafetaram-se e brearam-se por fora 157 calhas e 97 escarvas; assentaram-se 168 taboas de passadiço, repararam-se algumas calhas e tôdas elas, bem como o madeiramento respectivo, foram alcatroados; finalmente concertou-se o madeiramento das águas férreas" (Relatório Assis Coelho).



### A bica da rainha

Nã encosta do morro de d. Martha, antigamente, à margem direita do Rio Carioca e atualmente, rua das Laranjeiras, havia uma fonte de águas férreas, denominação que tomou o



Antiga Bica da Rainha





lugar; dela existe uma reprodução litográfica que veio até nós, único documento da época.

Era êsse lugar o preferido pela elite carioca, para passeios, quer em cadeirinhas, ou a cavalo. Assim, a rainha d. Maria I, quando saía a passeio, frequentemente aí aparecia em companhia de suas damas da côrte, daí provindo a frase repetida pelo povo: “Maria vae com as outras”, em virtude de ser ela louca. E êsse dito ficou até hojè com a significação para aquelas que não se sabem governar.

E o povo acostumou-se tanto com a rainha Maria I, que denominou a fonte das águas férreas de Bica da Rainha, e, por seu falecimento em 1815, continuou como lugar predileto de Carlota Joaquina, espôsa de d. João VI, que costumava ir aí refrescar os ardores do seu temperamento.

O povo muito frequentava nessa época a fonte, em virtude de suas propriedades terapêuticas, principalmente, aqueles que sofriam de falta de sangue, pois eram escassos os recursos para o tratamento, para o qual, hoje, entretanto, abarrotam o mercado de preparados estrangeiros.

A fonte era simples, murada, com uma escada lateral que conduzia à bica; ao lado um passadiço, que ia para a mata; ao fundo elevava-se um paredão, que do centro, por, duas, largas pilastras, sustentava uma “platibanda”, com dois ornatos em forma de cone, nas respectivas extremidades. Na parte central e superior da fonte, uma moldura em forma de octógono irregular em cujo centro aparece um oval, com a inscrição “Bica da Rainha”. No centro, sob o ornato descrito, estava uma janela de varões de ferro e na base, a bica de bronze de água férrea.

Há uns trinta anos atrás, estava em completo abandono; um comerciante, porém, requereu ao Conselho Municipal permissão para edificar um botequim, o que foi negado. Mais tarde, um outro particular restaurou-a, pondo em condições de ser visitada.

E, hoje, como outróra, saí a distribuir água em pequenos barrís de 15 litros, o aguadeiro, em sua carroça, em forma de pipa, com capacidade de 1.085 litros de água, puxada por um burro, que abastece os bairros das Laranjeiras e Catete.

A carroça é de propriedade de uma senhora concessionária, que vende o barril a domicílio a mil réis e que ainda está em pleno comércio...

Do lado ímpar da rua das Laranjeiras (107) Cosme Velho, está atualmente situada a Bica da Rainha, no interior de um pequeno terreno, em nível inferior ao da rua, para onde se

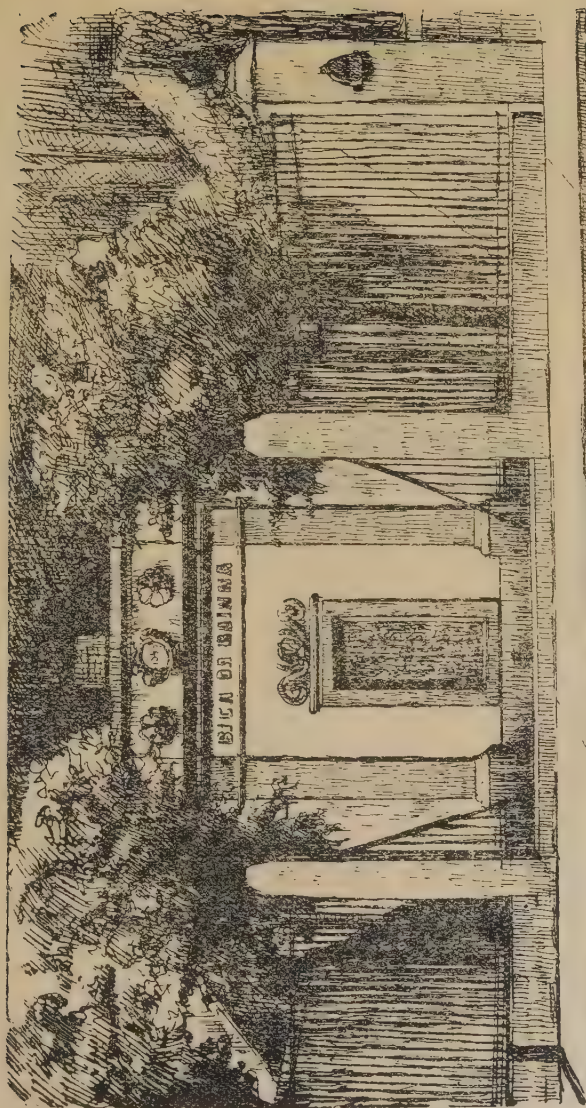


desce por uma escada de nove degraus. Ao fundo, um muro, tendo, ao centro uma fachada de linhas clássicas, com duas pilastras, com bases, ligadas superiormente por uma cimalha, que suporta uma platibanda, tendo ao meio uma cartela com a data de 1845, e, de cada lado, uma rosácea.

Abaixo da cimalha, entre as pilastras, está em letras de relevo o nome “Bica da Rainha”, separado do corpo central por um filete que corre em toda extensão. Ao centro da fonte, uma janela com esquadria de pedra (pintada), coroando-a com um pequeno ornato: uma concha, tendo simetricamente aos lados volutas. Esta abertura é vedada por uma grade de ferro de bellissimo desenho, a qual se abre como porta. Na base, acha-se uma grossa bica que jorra sobre um tanque de pedra. A fonte é protegida ou separada da via pública por uma grade de ferro, tendo um portão ao centro, por onde passam os moradores de sua vizinhança, que vão, diariamente, buscar a apreciavel água, em verdadeira romaria, como faziam, antigamente.

No alto da fonte, em uma taboleta pintada e quasi ilegivel, um aviso ao público: “Pede-se respeitar as matas da união e as particulares, conservando-as com carinho, para que não venham sofrer os mananciais desta lendária fonte de águas férreas.”





Atual Pica da Rainha



**CHAFARIZ DO RIACHUELO, DO BOIOTA E DAS  
LAVADEIRAS**

—

**VIII**







## VIII

Por falta d'água, em virtude da sêca, na cidade do Rio de Janeiro, determinou o decreto de 9 de Agosto de 1817 que fossem protegidos de madeira, lenhos e matos, todos os terrenos do alto da serra que estavam em roda das nascentes do aquedutô da Carioca e ao longo do mesmo até ao morro de Santa Tereza, no espaço de três braças.

Estavam os habitantes da cidade sem água para o seu uso o que se tornou caso de calamidade pública.

Mas o ilustre desembargador Paulo Fernandes Vianna, intendente geral da polícia, natural desta capital, tratou de sanar o mal, captando novos mananciais.

Havia diversos filetes e verdadeiras nascentes nos morros de Mata-Cavalos, Destêrro e Santa Teresa, mas não podiam ser aproveitados por se acharem no interior de chácaras particulares.

### O chafariz do Riachuelo

Na "Abrevinda demonstrativa dos trabalhos da polícia, em todo o tempo que a serviu o desembargador do Paço, Paulo Fernandes Vianna, de 1808 e 1821, lê-se: Por iniciativa do intendente geral da polícia, consegui a doação do terreno junto ao muro da grande chácara do tenente-coronel Claudio José Pereira da Silva, onde eregi um chafariz apro-

veitando as águas das nascentes do morro por quatro bicas, conduzindo-as desde sua nascente em canos cobertos, obra forte e bem acabada que prestou muita comodidade aos moradores daquele bairro.”

Este chafariz foi feito, à custa da policia, na antiga rua Mata-Cavalos, hoje Riachuelo, para abastecer os habitantes das proximidades e, para memória de tanto benefício, se gravou na pedra a seguinte inscrição:

O Rey  
Por bem  
do  
Seu povo  
M. F. E. O.  
Pela policia  
1817

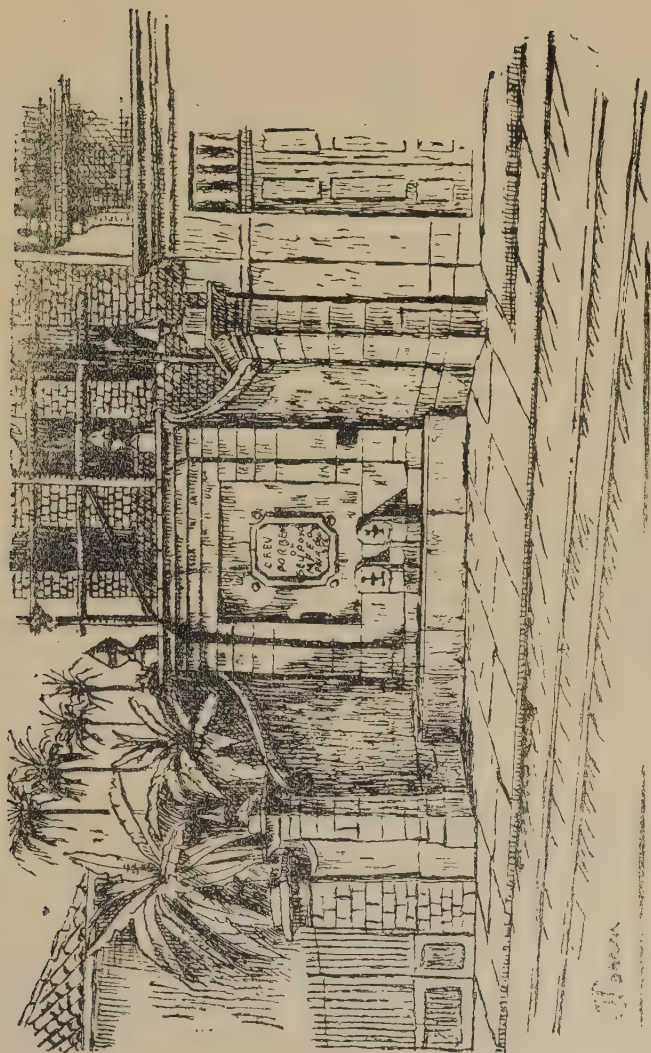
Conhecido pela denominação de chafariz do Riachuelo, feito de alvenaria e cantaria, achava-se encostado a um muro, do lado ímpar próximo à rua Silva Manoel. A sua projeção horizontal era de um trapézio, cuja base estava no alinhamento da rua e a vertical, composta de duas colunas, colocadas uma de cada lado, no alinhamento, suportando um elemento arquitetônico em forma de pirâmide quadrangular, tendo por base um corpo cilíndrico. Destas colunas, partia um muro que se ligava ao corpo central, numa suave curva e rematando as partes superiores, volutas.

O corpo central era composto de duas pilastras laterais ligadas pela simples moldura dos seus capitéis, que corriam em tôda a extensão do corpo.

Pousava em cada capitel, um vaso de forma de taça terminando em cone, lembrando uma taça de sorvete.

Ao centro, na parede de alvenaria, estava um quadrado de pedra, tendo ao meio a lápide com a inscrição já citada. Na parte inferior, um tanque que corria de um ao outro lado dividido em três compartimentos; no do centro, saíam dois corpos prismáticos, terminados com ornatos e separados por um outro prisma menor; os maiores tinham, cada um, uma bica de bronze, que Paulo Fernandes Vianna diz terem sido quatro; assim era o antigo chafariz.

Mas, certa vez, um capitalista resolveu edificar uma casa assobradada, por trás do aludido chafariz, o que fez, como prova o desenho da antiga fonte; mas quando pretendeu de-



O antigo chafariz da rua do Riachuelo



moli-lo, para o seu bem pessoal, visto estar enclausurado em seu terreno, foi o diabo, teve que conversar com a Justiça, que denegou o pedido de demolição por ser um monumento público doado à polícia, que por sua vez o doou à cidade.

Muitos anos durou a questão, mas por fim quem sofreu a demolição foi o prédio, porque o chafariz e o respectivo terreno eram inalienáveis, saindo vencedor o esquecido monumento feito por um carioca.

Anos passaram e, em 1923, qual não foi a minha surpresa ao passar pela rua do Riachuelo n. 187!

Não existia mais o meu velho conhecido do tempo de estudante e sim um novo, todo de pedra, com mais duas colunas laterais formando com as do chafariz entrada para uma garage colonial!

Parece incrível! Transformar um monumento histórico em portão de garage, só mesmo no Brasil, porque em qualquer cidade do mundo não se encontra caso semelhante. Os donos da garage tiveram sua recompensa: faliram, e os novos colocaram sobre os vasos laterais dos portões, lâmpadas brancas em forma de queijo-prato, com a palavra "Standard".

No todo arquitetônico, melhoraram as linhas, as proporções; mas nos prismas das bicas, puseram uns ornatos em forma de espiral, dando esta a impressão de cabeça de coruja; não é pilhéria, é só ir visitá-lo. O tanque virou jardineira; poderia ser pior e tornar-se depósito de gasolina. E assim está a obra de Paulo Fernandes Vianna, filho desta terra, para a qual muito trabalhou e foi esquecido dos homens.

### A fonte do boiota

Na barreira do morro de Santo Antonio, na encosta do Rocío, hoje praça Tiradentes, havia um olho d'água, que, com as escavações, surgiu ao público. Fez-se nessa época um muro alto, que ficou coberto com telhas.

Aí se edificaram casas com o desmonte do morro, e no funda das mesmas, se conservou a referida fonte (rua Silva Jardim), antiga travessa da Barreira, mas aperfeiçoado por nova obra, e que repartia a água ao público por três bicas; assim dá notícia a "Gazeta do Rio", n. 78, do ano de 1817.

Hoje, só existe dessa pequena fonte à rua Silva Jardim, de pedra, tendo ao centro uma cabeça de leão, de metal, que servia de bica, e mais abaixo outras duas bicas, o corpo junto à parede dos fundos do teatro São José, pois o tanque e de-



graus desapareceram. Iguais bicas estavam junto ao muro do Passeio Público e, hoje, junto ao Convento de N. S. da Lapa do Destêrro. E uma pequena bica, que jorra água pela guela de um leão de metal, encrustada em uma pedra em forma circular e que se liga por duas retas ao tanque todo de pedra.

Outra bica há nos fundos da Escola Politécnica, mas a água aparece do meio de dois círculos concêntricos, sôbre a bacia, cujas pedras são ligadas por bronzes, situada junto ao meio fio. Estas bicas são bem desta época, como o provam velhos documentos.

### O chafariz das Lavadeiras

Como aconteceu com os mananciais do Carioca, também foram atingidos um ano depois os dos Rios Comprido e Maracanã.

O decreto de 17 de Agôsto de 1818 mandava proteger o terreno das nascentes do Rio Comprido, Trapicheiro, Meirrelles, do São João e Maracanã.

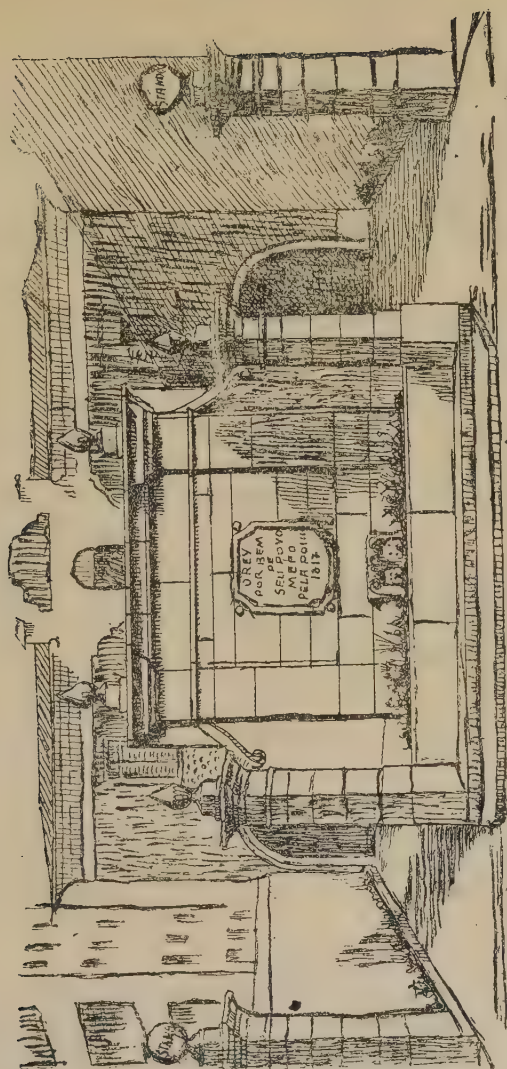
Sendo escassas as águas devido às secas e quando havia enxurradas vinham com impurezas trazendo prejuízo à saúde do povo, resolveu s. majestade que se efetuasse a condução das águas do Rio Andaraí ou Maracanã para o Campo de Santana, como já havia pensado o conde de Rezende, em benefício da Cidade Nova e sua redondeza, Gambôa, Valongo, lugares longe do chafariz da Carioca, segundo Pizarro.

Mas a idéia pertence a Tiradentes, que passou por maluco, por esse fato...

Os habitantes destas paragens se proviam com grande custo das águas conduzidas por canôas do sítio de São Cristovão.

---

Creada a Intendência Geral da Polícia em 5 de Abril de 1808, foi nomeado o desembargador P. Fernandes Vianna, que deixou o cargo em 1821. Diz êle em seu relatório: "Dispuz uma bica d'água no portão da Chácara, em que esteve a fábrica das Chitas donde o povo se provia, fui procurar trazer desde a serra água em obra durável e de muito boa qualidade, para pôr um chafariz no largo das Lavadeiras, tendo chegado



*París.*

O actual chafariz da rua do Riachuelo



o encanamento já perto do local, onde se há de erguer o chafariz, tudo bem feito e com desvios e escoamentos das enchentes e nesta parte estava quando larguei o emprêgo e a obra deve continuar para se não perder o que está feito e com tanto custo conseguir-se perfeitamente o benefício público, que se procurava fazer.”

Tendo o conselheiro Paulo Fernandes Vianna encaminhado aquelas águas pelas costas dos morros desde sua origem, por canos de madeira, até ao Campo da Honra, depois Campo de Santana, aí principiaram a jorrar em 24 de junho de 1818 por vinte e duas bicas. (“Gazeta do Rio” n. 51 de Junho de 1818).

Assim, concluídas as obras do encanamento provisório, depois de longos trabalhos, foi entregue ao povo o chafariz, que, em 1836, fornecia água a duas mil lavadeiras, mas as obras definitivas foram além, pois, em 1837, não estavam ainda concluídas, faltavam 3.078 braças de aqueduto de alvenaria e telhões de barro, e só 200 braças estavam prontas.

A inauguração foi feita pelo rei e toda a corte, e com toda pompa.

O Chafariz das Lavadeiras ou do Campo da Honra foi totalmente concertado, limpo e pintado, em 1839; a vala que dava esgôto as suas águas foi desobstruída, levantando-se para isso grandes lages que se colocaram outra vez em seus lugares.” (Rel. de 1840).

Arruinado em 1873, depois de 55 anos de bons serviços, foi demolido por estar inutilizado e ser horrenda a sua fisionômica arquitetônica.

Algumas pedras foram aproveitadas para a base dos gradis de E. Rivadavia Corrêa, segundo o professor Adalberto Mattos, mas retiradas na administração do Prefeito Pedro Ernesto.

---

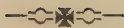
O chafariz das Lavadeiras tinha o aspecto de um gazômetro, formando o seu todo quatro corpos:

O primeiro, formado de uma escadaria de cinco degraus, em forma de círculos concêntricos dando acesso ao tanque; o segundo de forma cilíndrica de um metro e vinte de alto e, sobre esse segundo corpo, um cilindro, tendo a metade do diâmetro do tanque de altura, e a largura menor um pouco que a altura, com vinte e duas bicas na sua periferia, que projetavam o líquido sobre o tanque, e arrematava na parte superior

por uma cornija; sôbre este terceiro corpo surgia outro, cilíndrico, menor, cuja parte superior tinha uma saliência de pouco balanço, servindo de cobertura e sob ela jorrava água como chuveiro sôbre o outro inferior.

Na praça, erguiam-se oito colunas rodeando o chafariz, colocadas duas a duas, nos quatro ângulos; cada uma, com o seu lampeão, duas grandes pias sempre cheias de lavadeiras e soldados; fóra das colunas, havia ainda outras duas pias menores, para os animais.

Nas noites de calor, os estudantes transformavam o tanque do chafariz em piscina. Frequentemente, nas noites de luar iam êles cobertos de lençóis, para o apetitoso banho; mas o povo apavorou-se com os tais fantasmas, o que obrigou os urbanos a lhes darem caça. Daí acabaram-se os fantasmas e os banhos...







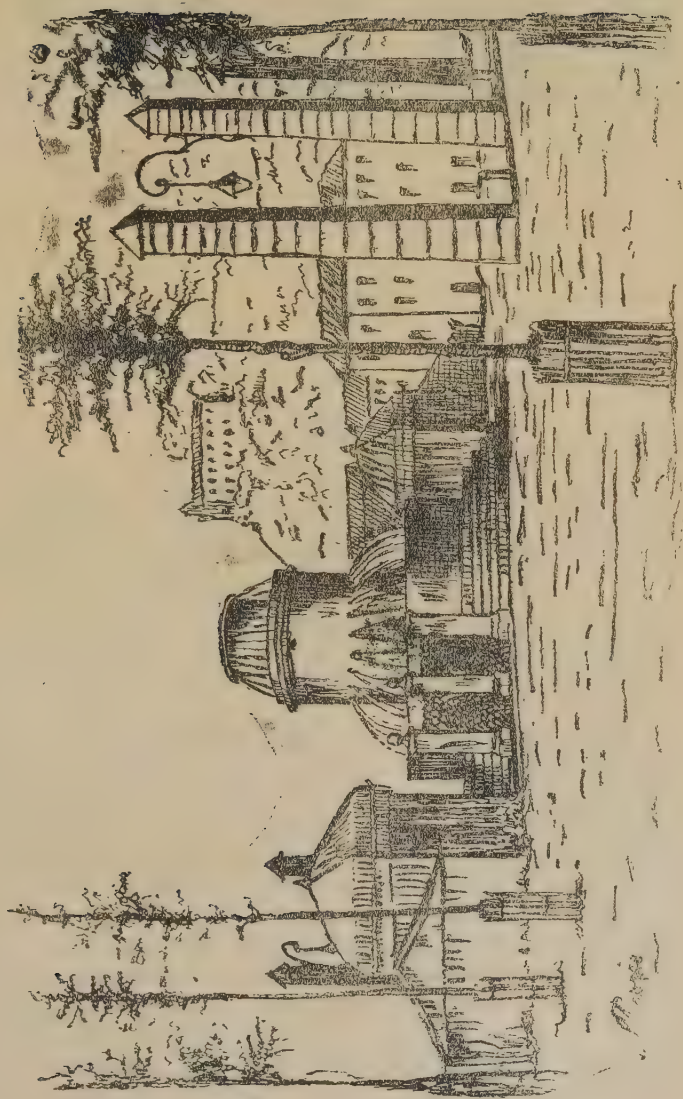
O chafariz da travessa da Barreira — "Os aguadeiros"

Regenda  
para  
a obra



**FORTE DE ÁGUAS FÉRREAS, CHAFARIZES DO  
MERCADO, DE SANTA RITA E ARAGÃO**





Chafariz das Lavadeiras (Campo de Santana)







## IX

Assumiu d. Pedro a regência do reino do Brasil, por decreto de 22 de abril de 1821, tendo partido d. João VI e sua família, em uma frota de duas fragatas no dia 26 de abril, rumo a Portugal.

No mesmo dia da partida de seu pai, o regente d. Pedro fez a sua estreia, como déspota, desfeiteando e causando a morte ao benemérito desembargador Paulo Fernandes Vianna.

Construido um grande jardim na quadra do Campo de Santa Ana, entre as ruas do Conde (hoje Visconde do Rio Branco) e do Alecrim (hoje Hospício), por ordem do ministro Thomaz de Villa Nova Portugal, aí fôram cultivadas muitas árvores de lei e ainda se fez o plantio da amoreira, para a criação e propaganda do bicho da seda. Para a sua conservação muito cooperou o intendente, visto estar afeto à Polícia a sua guarda. Mas não entendeu assim o principe regente e, em companhia de muitos trabalhadores do Arsenal de Marinha armados de machados, pôs abaixo as arvores e destruiu a cerca do jardim.

Diante dêsse fato e préso de grave moléstia, sucumbiu aquele que tantos serviços prestara à sua cidade natal, e que era sogro do Duque de Caxias.

E foi assim que apareceu o primeiro fazedor de deserto na terra carioca...

## Fonte de Águas Férreas

O príncipe regente, que era de temperamento impulsivo e dado a conquistas, passeava por todos os recantos, em busca de sensações novas.

Assim é que numa certa manhã de primavera, em companhia de seus íntimos, encontrou uma fonte de águas férreas, no Andaraí, denominação dada outróra a atual Tijuca.

Logo no começo da Estrada Velha da Tijuca, no número 63, no Largo da Usina, encontra-se, no muro do edifício, em que funciona o Colégio Padua Soares, uma placa de mármore, com a seguinte inscrição:

“Local onde existia a fonte férrea, descoberta pelo imperador d. Pedro I, em 24 de Dezembro de 1823.

Esta pedra foi aquí colocada a 3 de Maio de 1917.”

Em memória daquele fato, foi levantada uma fonte de pedra e cal, representando uma torre com a inscrição:

“Fonte de Água Férrea. Descoberta pelo imperador Pedro I. Em 24 de Dezembro de 1823.”

Só restam vestígios dessa fonte numa placa em mármore, tendo uma cartela no interior, com a corôa imperial e datada de 1917.

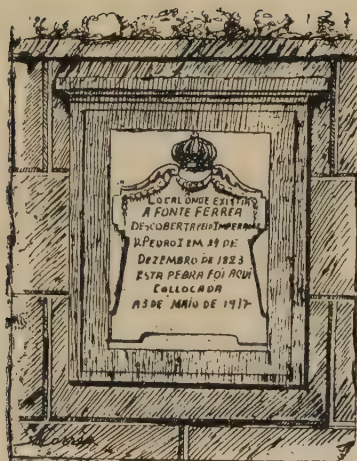
De forma que, no reinado de Pedro I, nada se fez em relação aos chafarizes, e a 13 de abril de 1831, partia para Portugal, com a imperatriz e comitiva, nas fragatas “Velage” e “La Seine” (francesa). E como seu pai aqui deixou o príncipe d. Pedro.

Durante a minoridade de d. Pedro, na Regência provisória e na permanente construíram-se dois chafarizes.

## O Chafariz do Mercado

A Câmara Municipal resolveu construir, em 1834, uma praça de mercado, e, para isso, encarregou Grandjean de Montigny, membro da missão artística francesa que aquí chegara, em 1816.

O arquiteto francês projetou, então, o Mercado, ficando a inspeção da obra a cargo do vereador Manoel Teixeira da Costa Silva.







Em 1835, estava concluída a parte do edificio ao lado do Largo do Paço, e, em 1839, principiou a outra parte do mercado, sendo encarregado da obra o engenheiro João Vicente Gomes, que deu, interiormente, arquitetura diversa ao mercado, não collocando portas para o largo central mas, depois da reforma de 1870 a 1871, abriram-se portões de ambos os lados.

Em 1841, estava concluído o primeiro Mercado da cidade do Rio de Janeiro.

Foi localizado na Praça d. Pedro II, antigo largo do Paço, entre as ruas do Mercado, praça das Marinhas e rua do Ouvidor, na antiga praia do Peixe, em virtude de se acharem ali as bancas, onde se vendia o pescado, em barracas de madeira, cobertas com telhas, em verdadeira desordem.

No ano de 1869, foi arrendado ao tenente-coronel Antonio José da Silva, que de 1870 a 1871, levantou um segundo pavimento sobre todo o edificio.

O edificio era quadrangular e de dois pavimentos. A face da praça apresentava um portão coroado por um frontão reto; lia-se no friso: “ A Câmara Municipal o mandou fazer em 1835.” Sobre o entablamento um oval, com a inscrição: “Praça do Mercado.”

Lateralmente, havia oito portas de arquivolta, no primeiro pavimento, e no segundo, oito janelas amplas, de verga reta, tendo, entre os vãos, grades de ferro. Igualmente era a face da rua do Ouvidor, mas com a inscrição: “Câmara Municipal de 1839”; no frontão, a data 1870 e na outra face, 1871.

As faces da rua do Mercado e da Praça das Marinhas eram de igual arquitetura, com 11 portões e 11 janelas.

A parte interna do Mercado era lageada de cantaria, composta de ruas paralelas às faces e às que se cruzavam vindas dos portões.

No centro, no encruzamento das ruas, erguia-se um lindo “chafariz de granito”, cujos blocos de pedra eram ligados por gatos de bronze, com argamassa de azeite de baleia. Formado por uma bacia circular, da qual saia um corpo, cuja projecção horizontal era um círculo polilóbulo e na vertical, quatro corpos em forma de pequenas colunas correspondentes às faces e quatro reintrantes, no espaço compreendido entre as primeiras, com a respectiva cornija. Sobre este corpo um dado, cuja cornija dividia o corpo em dois, tendo quatro esferas na parte superior, collocadas nos ângulos e sobre as quais se levantava uma pirâmide qua-

drangular, tendo, no ápice, um ouriço de bronze, cujos espinhos eram parafusados no corpo do mesmo; e, colocados nas faces do dado, que servia de base da pirâmide, quatro golfinhos de bronze, que jorravam água na bacia.

A cantaria do chafariz foi preparada na Casa da Correção e os golfinhos e ouriço foram feitos pelo artista João José de Araujo.

A demolição do mercado da Candelária, na praia do Peixe, deu-se a 30 de agosto de 1911. Foi empreitada feita por Thomaz Newlande Junior, com o Ministério da Viação, sem onus para a Fazenda Nacional, ficando aquele de posse de todo o material, inclusive o "chafariz". Como garantia depositara o empreiteiro 500\$, mas, tendo vendido todo o material da demolição, deixou, no entanto, o entulho, não levantando por isso a caução.

Era ministro da Viação o dr J. J. Seabra e, fiscal do Ministério, nos últimos dias da demolição, o engenheiro Antonio Baptista Ramos Bittencourt.

O chafariz desapareceu sob o marron e marreta dos renovadores da cidade.

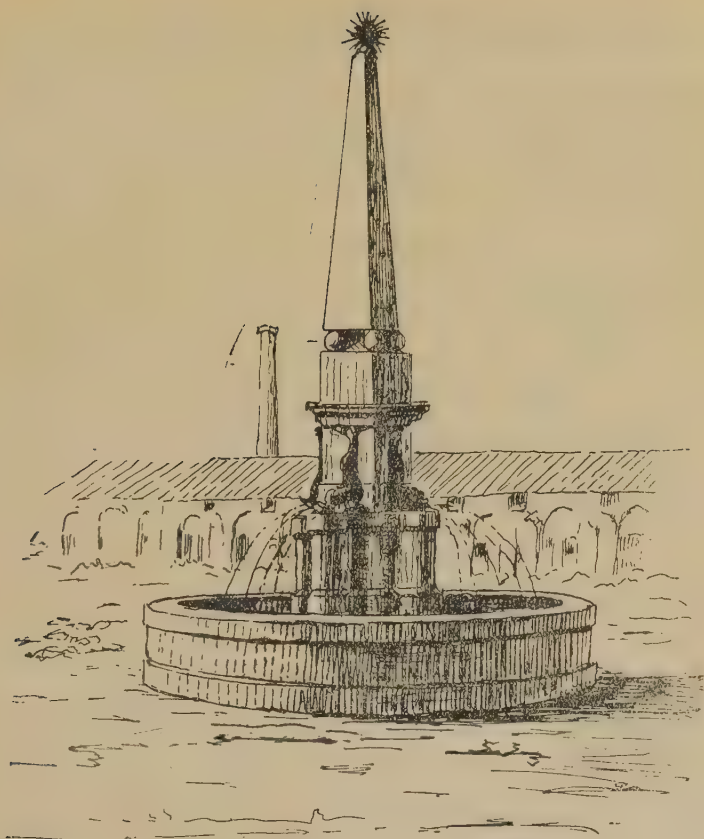
Foi demolido o velho Mercado da Praia do Peixe ou Candelaria, para construir o novo "gaçola de ferro" e sacrificaram o lindo e sóbrio chafariz de estilo romano, não lhe poupando a monolítica cantaria.

Isso se deu na administração do prefeito coronel Innocencio Serzedello Corrêa.

O professor Teixeira da Rocha, sabedor da destruição, correu ao local, mas já era tarde; os vândalos não tinham em sua frente senão pedras britadas. E' essa a história do pobre chafariz.

O ouriço de bronze conseguiu salvar-se, porque o professor Teixeira da Rocha levou-o para a sua residência, onde se acha até hoje; senão seria vendido como ferro velho. Os golfinhos foram colocados no chafariz da Praça 15 de Novembro (ferro fundido, indústria francesa) nos quatro dados da escadaria, mas ultimamente, foram retirados e guardados na Diretoria de Obras ou no depósito das Matas e Jardins, e, no local, fôram colocados quatro grupos infantis, de mármore, adquiridos ao sr. Guinle, pela Prefeitura.

Havia a versão de serem os golfinhos os do Cães da Imperatriz, os quais eram dois, quando o chafariz contava com quatro...



*Donia*

O chafariz do Mercado (Praia do Peixe)



## O Chafariz de Santa Rita

Com a canalização dos rios Comprido e Maracanã, foi mais facil a colocação dos chafarizes nos logares mais afastados da Carioca.

No Largo de Santa Rita, no fim da rua dos Ourives, elevou-se a igreja paroquial de Santa Rita, e, no centro do largo do mesmo nome, foi contruído um chafariz, no lugar em que existia um cruzeiro de mármore, visto ter sido aí o cemitério dos escravos.

Contam os historiadores que uma noite, fazendo sentinela um soldado, para evitar que fossem aí depositar cadáveres, o que era proibido, apareceram três vultos embuçados, de braço dado, que se aproximaram da porta da igreja e se ajoelharam. Decorrido algum tempo, dois retiraram-se, ficando o último de joelhos. O soldado, percebendo a demora do mesmo em se erguer, aproximou-se dêle e ordenou que se levantasse; não teve, porém, resposta; fez-lhe nova observação, batendo-lhe no hombro; com êsse movimento, o devoto caiu ao chão. E qual não foi a sua surpresa quando, examinando-o, viu que era um cadaver, que os dois embuçados tinham deixado encostado no cunhal da igreja!

Mas nesse tempo era comum êsse proceder e até em 1877, ainda mais horrível, pois deixavam, à voracidade dos cães das ruas, cadáveres de recém-nascidos!

Em 1839, levantou-se o chafariz de Santa Rita e, para isso, assentaram quatro lages brutas, 16 peças de bordadura e 48 das diferentes fiadas, cortando-se de novo tôdas as juntas para se adaptarem as pedras umas às outras e pela parte interna, em forma circular, para a formação do zabumba, e a passagem do tubo de espera; fizeram-se de novo o tampo do registo, a caixa do tubo de espera, o cano do sumidouro, e 572 pés cúbicos de maçame de pedra e cal; fabricou-se e assentou-se o tubo de espera de chumbo, e o grande registo de bronze, além de outros objetos de menor importância.

Para trazer as águas do aqueduto da Carioca ao Chafariz de Santa Rita, encomendou o govêrno para a Inglaterra um encanamento de chumbo da extensão de 3.290 pés ingleses, pondo à disposição do nosso Encarregado de Negócios, em Londres, a quantia de 8:000\$, para aquela despesa. Logo que chegaram os tubos encomendados e assentes, ficou a obra pronta. (Relat. Assis Coelho — 1840.)



Era êsse chafariz com a forma de um polígono octogonal regular, composto de quatro corpos sobrepostos. A base octogonal era composta de quatro degraus que tinham nos ângulos externos frades de pedra. Sôbre o patamar, levantava-se o tanque octogonal, saindo do seu interior outro corpo octogonal, com oito bicas nas respectivas faces, tendo duas vezes e meia a altura do tanque e terminando por uma cornija sôbre êsse corpo, o último, menor em altura e largura, coberto por uma cúpola esférica. Nos ângulos, erguiam-se oito frades de pedra dos quais quatro suportavam um mastro de ferro, à guisa de forca, de que pendiam lampeões de azeite; estes apareceram nos chafarizes na administração de Paulo Fernandes Vianna.

Os frades de pedra ou postes de pedra são assim denominados pelo povo, por lembrar a sua parte superior a cabeça raspada de um monge. Eram colocados nas entradas das chacaras dos grandes solares que começaram a aparecer com a minoridade de d. Pedro.

Os frades de pedra ainda indicam proibição de rodagem.

Na antiguidade, o frade de pedra era venerado como representante do Deus Phallus e empregado como protetor dos monumentos e edifícios, substituindo as calçadas, entre os gregos e romanos.

Em Portugal e no Brasil, empregaram-se nos cantos das ruas, em ornamentos, junto aos monumentos e fechavam, decorativamente, logradouros públicos.

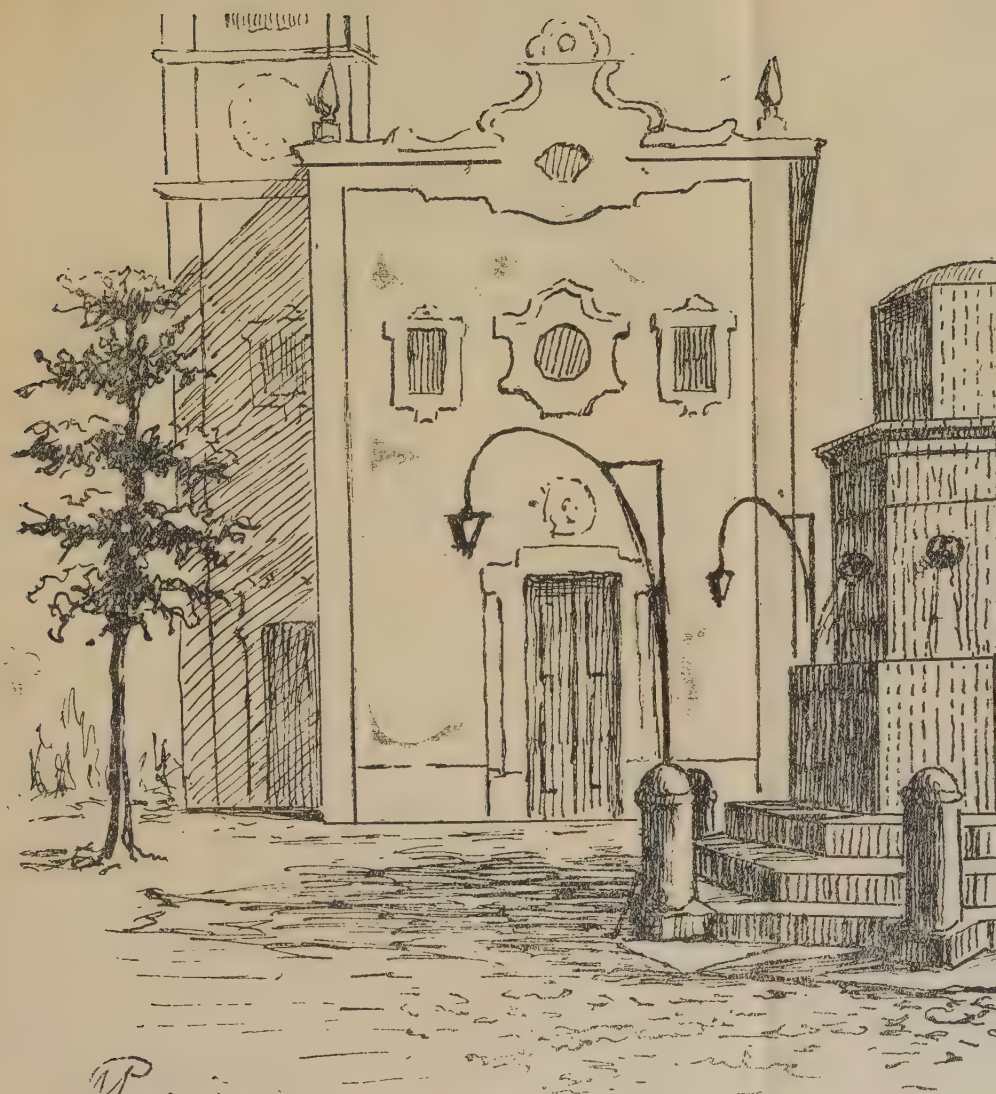
Existiram no largo do Rocio sem correntes, no Pelourinho, com correntes, como cercando a praça, e dêsse mesmo modo, no Rocio Pequeno (Praça 11 de Junho), Largo de São Domingos, e, atualmente, existem na Praça do Arsenal, em Realengo.

### **O Chafariz do Aragão**

Com a canalização dos rios, desde a Tijuca até Catumbi, desenvolveu-se o abastecimento de água nos arrabaldes.

Apareceu o chafariz do Aragão, localizado na rua Conde de Bomfim, esquina da rua dos Araujos, o qual não existe mais, aparecendo seu nome sômente no "Armazem do Aragão", no lado oposto.

Era êle composto de um corpo quadrangular, terminado por curvas na parte superior, tendo na posterior um outro corpo (caixa de água), em forma de paralelepipedo e na parte anterior, duas longas bicas, que jorravam sôbre um longo



P. Corra

O chafariz do Largo



tanque de pedra; lateralmente, partia um pequeno muro terminando por pilastras, ornado com uma esfera. Sobre o quadrilátero central, dois corpos, como base, e sobre o superior pousava uma coluna em forma de cone truncado por uma cornija e sobre esta, outra coluna, de forma exótica, coroada por uma verdadeira bacia de rosto, em homenagem ao banho...

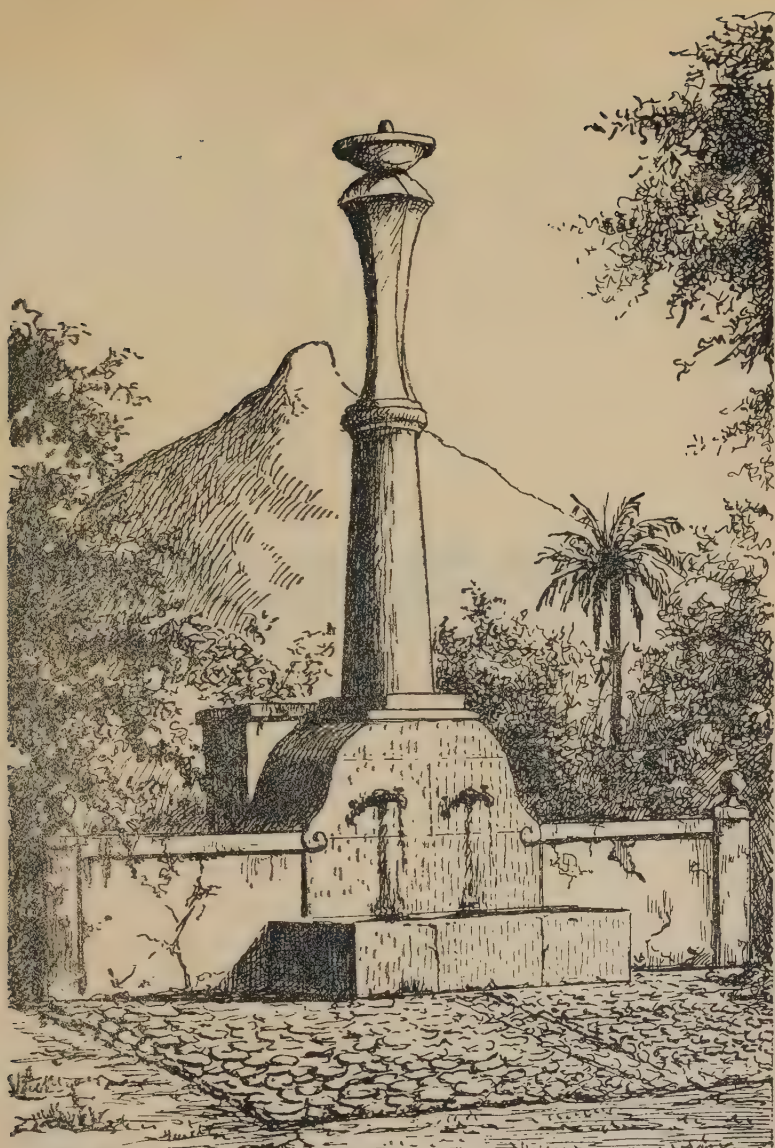
### Chafariz do Largo do Machado

Havia um chafariz de madeira no Largo do Machado, que o Ministro Assis Coelho, pediu a substituição por outro, permanente, cujas obras e encanamentos, estavam orçados em 12:300000.









*Correia,*

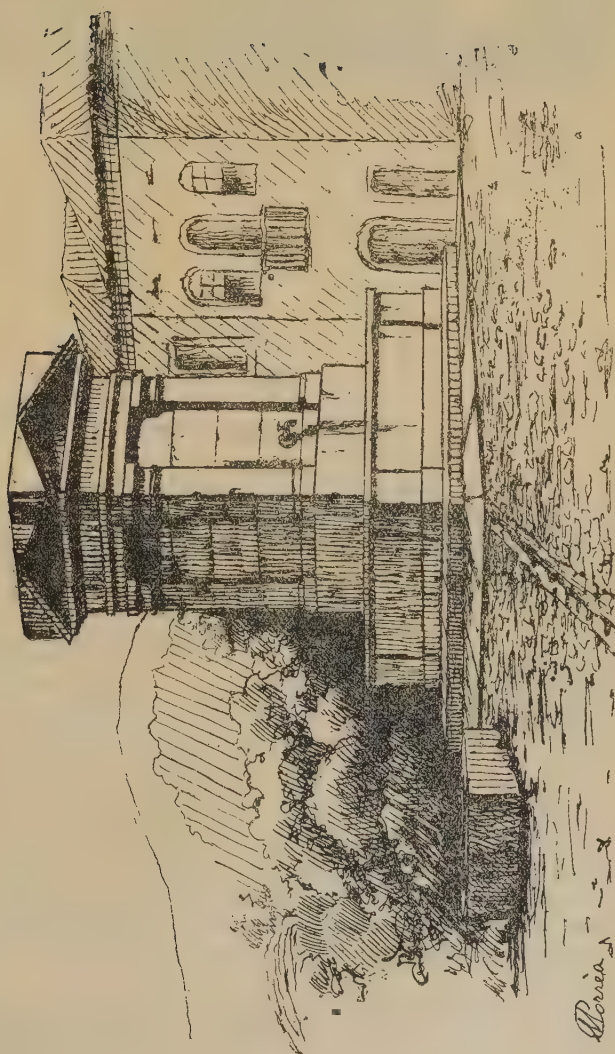
Chafariz do Aragão



Obelisk of Amenhotep III

**OS CARIOQUEIROS. CHAFARIZES MARQUÊS DE  
OLINDA, DO LARGO DE BENFICA E DA PRAÇA  
11 DE JUNHO**





O chafariz do Largo de Bemfica







## X

### OS CARIOQUEIROS

Não poderia esquecer êstes primitivos servidores, verdadeiros precursores dos guardas da Repartição das Águas de efêmera existência.

O primeiro a tratar do assunto foi o mestre João Ribeiro em uma crônica no "Jornal do Brasil".

A "Gazeta do Rio", no tempo de D. Pedro I, publicou avisos e recomendações dos poderes públicos ao "Carioqueiro" acerca dos seus deveres quotidianos; era incumbido de fiscalizar as águas que desciam das montanhas para o abastecimento do povo, que desalterava nos chafarizes."

Corria êle os morros, colinas, vertentes, a fiscalizar os mananciais do Carioca, Catumbí, Rio Comprido, Trapicheiro e Maracanã, num zig-zag constante, a retirar, aquí, as impurezas das águas e, ali, a concertar os desvios das mesmas, numa luta seguida, subindo e descendo as montanhas no exercício de suas obrigações quotidianas, em bem da população carioca.

Assim fica registrado êsse tipo bem brasileiro do tempo do primeiro império.

#### **O chafariz em frente à rua Marquês de Olinda**

Na praia de Botafogo, existia um chafariz conhecido por Chafariz da rua do Marquês de Olinda, o qual foi construído

pelo Marquês de Sapucaí, Candido de Araujo Vianna, avô paterno e pae adoptivo do saudoso Araujo Vianna. Era este chafariz de pedra, mas não há notícia de seu formato, nem de seu fim, desaparecendo por encanto. Dêle ficou somente a inscrição seguinte:

POR ORDEM DE S. M. I. FOI MANDADO CONSTRUIR  
ESTE CHAFARIZ SENDO MINISTRO E SECRETARIO DE  
ESTADO E NEGÓCIOS DO IMPÉRIO O EXMO. SR. CONSELHEIRO CANDIDO JOSÉ DE ARAUJO VIANNA

ANNO DE 1842

---

### O chafariz do Largo do Bemfica

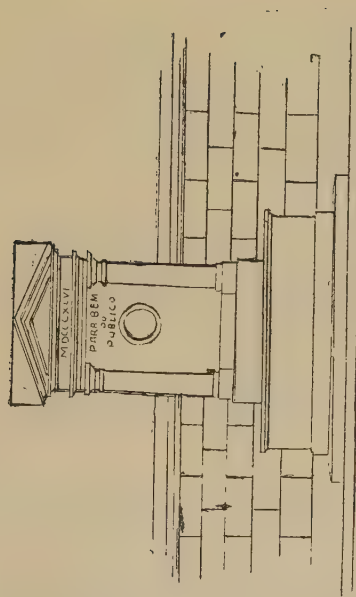
O projecto e construção do chafariz do largo de Bemfica, devem-se ao architecto Grandjean de Montigny, professor da Academia de Belas Artes, que introduziu no Brasil o gosto pela architectura classica.

Na "História de Belas Artes", de Ernesto Wickenhagem, director da Escola Normal de Dessau, a respeito da architectura do seculo XIX, diz: "Les architectes de Napoleon 1<sup>er</sup>, en laisserent même dans les pays conquis: ainsi le chateau de Coblenze, par d'Yxnord et le Musée de Cassal, par Grandjean de Montigny."

Levando aos países conquistados o estilo classico, trouxe-o para o nosso em seus projectos e em suas lições no ensino official de architectura.

Nascido em París, a 15 de Julho de 1776, obteve o prêmio de Roma em 1799, dirigiu os trabalhos das instalações na Vila de Medicis (Roma) em 1802; chamado pelo rei Jeronymo Bonaparte, foi para Westphalia em 1809, e aí construiu, sob a sua direção, a Sala dos Estados de Cassel, o teatro da cidade, a porta monumental e muitas fontes.

Em 1816, veio para o Brasil chefiando a Missão Artistica Franceza. Aqui projectou além de muitos edificios publicos, os chafarizes do Mercado, do Largo de Bemfica e da Praça 11 de Junho. E a 1 de Março de 1858, falecia, sendo seu corpo sepultado no claustro do convento dos Religiosos Franciscanos, no Morro de Santo Antonio.



Desenho de Grandjean para o chafariz de Bemica



O desenho do chafariz do Largo de Bemfica era para ser edificado junto a um muro, mas a execução foi para o centro do largo. No projéto havia a data, em algarismos romanos, e a seguinte inscrição:

MDCCCXLVI  
PARA BEM  
DO  
PÚBLICO

O que foi construído era de pedra e se compunha de base, em fôrma de calçada, e sôbre ela um tanque quadrado; ao centro, se elevava o corpo do chafariz, em estílo clássico, em fôrma de prisma quadrangular, composto de base, sôbre a qual se erguia o corpo central cantonado de pilastras, com os respectivos capiteis que recebiam o entablamento composto de uma arquitrave, um friso e um frontão abaulado — pelos quatro lados.

Nas partes laterais e superiores, dois vãos arejadores, em fôrma retangular e, acima da base, bicas de bronze, que eram quatro, mas ficaram reduzidas a duas, na frente e parte posterior. Assim era o chafariz de Grandjean, que desapareceu.

No mesmo largo, existia também próximo ao chafariz, um tanque para os animais saciarem a sede.

### **O chafariz da Praça 11 de Junho**

Sendo necessário o aterro do caminho que ia da cidade à Quinta do Elias, depois Imperial Quinta da Boa Vista, para a passagem da carruagem do Príncipe Regente até ao Paço, e ao mesmo tempo para embelezar o caminho, construiu-se um Rocio em quadratura, conhecido pelo nome de praça de São Salvador, mas substituído pelo de Rocio Pequeno, e nêle, no começo de Seculo XIX, plantaram-se arvores exóticas: "casuarinas".

O Rocio estava à beira da rua do Aterrado, outróra das Lanternas e, hoje, Senador Euzebio. O nome de Aterrado veio em virtude do aterro e o de Lanternas, por ser o caminho em que D. João VI em companhia de seus pagens, passava nas noites escuras, com lanternas luminosas, dando a idéa de marcha "aux flambeaux".



Era esse caminho movimentado por cadeirinhas, berlindas, carruagens e cavaleiros, a estrada do todo poderoso da terra.

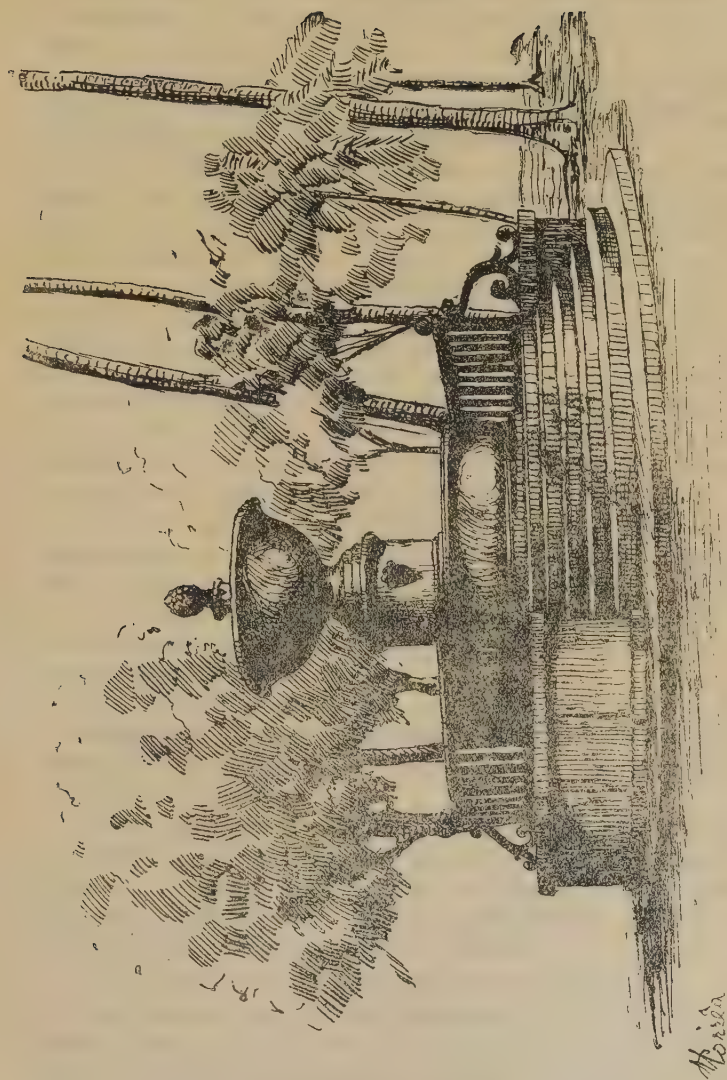
No ano de 1846, governando Pedro II, deu-se começo à construção de um chafariz no centro da praça, projeto de Grandjean de Montigny, circundado por vinte e uma casuarinas, e cercada a praça por frades de pedra ligados por correntes de ferro.

Não executaram o chafariz da Praça 11 de Junho, rigorosamente, de acôrdo com o desenho do mestre. Durante o andamento da obra, a infração levantava protesto no seio dos professores da Belas Artes; a 22 de Outubro de 1858, o diretor da extinta Academia reunia a congregação, convocada para, em officio ao ministro, protestar contra o procedimento da Inspeção das Obras Públicas, a qual, em virtude do Aviso de 16 de Janeiro de 1849, estava obrigada a recorrer à Academia, em caso de dúvida na execução do chafariz.

A fonte, segundo o desenho, seria elemento estético da praça, e relevante serviço teria prestado o Poder Público se nessa época o completasse, assim como lhe dando a necessária função que não teve, tornando-se esquecida.

O chafariz era de pedra e os elementos decorativos de bronze; sobre uma base circular, de um só degráu, elevava-se a bacia também circular, cujo perfil era composto de retas e curvas de belo efeito; sobre esta uma outra bacia circular predominando a reta em seu perfil, terminada por uma cornija, tendo oito carrencas de leão, que jorravam sobre a primeira; da segunda erguia-se o corpo central composto de uma taça que transbordava o líquido sobre a segunda bacia e, do centro da taça, surgia um elemento floral, em fôrma de pinha estilizada, que projetava, como repuxo, a água, que, caindo nos três lances, produzia um efeito extraordinário.

Mas o construtor não executou o projeto, suprimiu a segunda bacia, transformando-a em corpo massiço em vez de oito carrancas, executou quatro e a pinha ficou reduzida a quasi cópia do fruto. Nas partes laterais da base, compoz dois tanques em quarto de círculo, tendo na parte superior gradis de ferro, como balaustrada, no mesmo nível da base do projeto e duas escadarias também em quarto de círculo, compostas de cinco degráus, colocadas opostamente, dando acesso ao chafariz; e esta nova base assente em uma calçada de um só degráu. Assim ficou o chafariz até 1928.



Antigo chafariz da Praça Onze de Junho



O governo pensou, em 1854, em utilizar o terreno onde é hoje a Escola Benjamin Constant, para a construção de um mercado, mas a idéa morreu ao nascer.

Em 4 de Julho de 1865, passou de Rocio Pequeno à denominação de Praça 11 de Junho, em comemoração da batalha do Riachuelo.

A companhia Rio de Janeiro Street ofereceu em 1870 a quantia de cinco contos de réis, para ajudar a arborisação da rua Visconde de Itaúna. Que belos tempos!

O projeto do mercado resuscitou em 1876, dizendo o proponente que em nada prejudicaria a soberba e majestosa vegetação do centro na praça; ofereceu pavilhões octogonais que colocaria nos angulos da praça, e, em cada lado dos portões de entrada do jardim, galerias de chalés, eguaes aos que existiram no largo do Capim; construiria também uma rotunda com entradas correspondentes às do jardim circunscrito ao círculo das casuarinas contornando a praça, onde se achava o grande chafariz de modo a não prejudicar as mesmas. Teve parecer favorável da Diretoria de Obras Municipais da Córte, mas voto contrário do vereador Thomaz Coelho, com o qual concordou a Câmara Municipal.

Manoel Joaquim Cascão, negociante da praça 11 de Junho, propoz ornar a praça com chalés para botequins de café e bebidas, mas a Câmara Municipal negou a licença.

Os frades de pedra, com correntes sustentadas por arbolões presos às mesmas, foram substituídos, em 1888, por portões e gradis de ferro batido.

As centenárias casuarinas, que vieram do tempo da Metrópole viram, o Príncipe Regente, o primeiro Imperador e o segundo, entraram na República, com a sua esguia elegância e finissima folhagem.

Teve, na época do encilhamento, a Companhia Floricultura Brasileira incumbência de zelar pelo jardim, tendo o Visconde de Saint-Leger colhido os mais belos exemplares de orquidéa, hoje gênero catleia, escolhida como símbolo da flôr brasileira, pelo professor A. Sampaio.

Anos depois foram abaixo as grades e portões.

Mas sempre belo em sua arborização, tipo de jardim tropical, foram na atual administração destruídas as vinte e uma casuarinas centenárias, cortadas a machado, sob o pretexto de estarem carcomidas pelo cupim!

Eu, como sempre, protestei pelas colunas de "O Globo"; os jornais falaram; houve um consolo: a reprovação foi geral.

O chafariz subiu três degraus de cantaria, mas pavimentaram de pedra lioz nacional o patamar dos mesmos; não posso compreender um monumento clássico com calçada de pedrinhas de lioz.

Mas quem sofreu as consequências fui eu, que obtendo o premio da "Cidade" no XXXV Salão de Belas Artes, na importância de 15:000\$000, pelo trabalho intitulado "Mãe Preta", deixaram de me pagar.

Partindo para S. Paulo o sr. prefeito no dia 25 de Março de 1929, e terminando a 31 do mesmo mês o exercício findo, ficou sem autorização o pagamento do meu prêmio.

Vejam quanto custa amar as tradições!







Póvoa

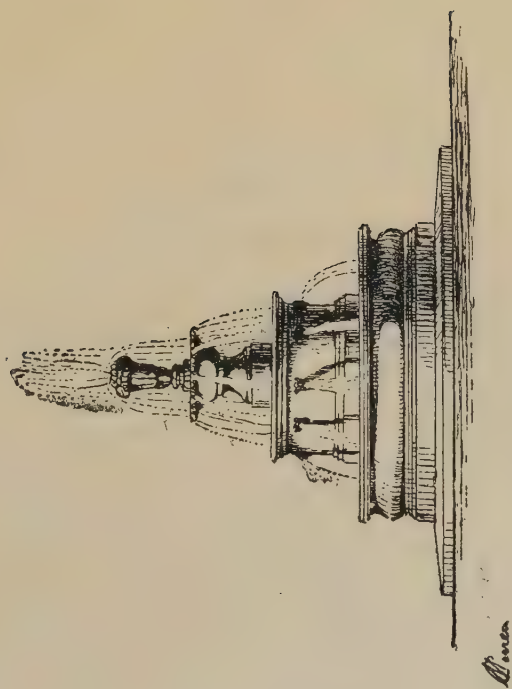
Antigo chafariz e casuarinas da praça Onze de Junho





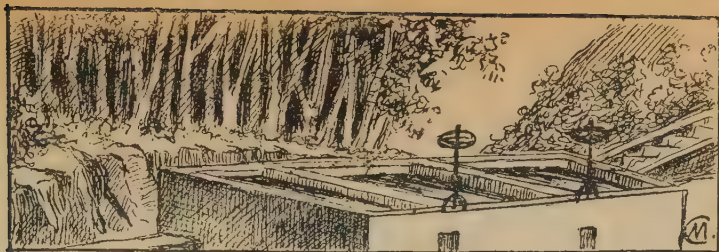
**OS AGUADEIROS — FONTES DOS SOLARES  
LARGO DO BOTICARIO**





Projeto do chafariz de Grandjean





## XI

### OS AGUADEIROS

Havia, antigamente, na cidade tipos populares, encarregados de transportar, a domicílio, o precioso líquido, que só existia nas fontes e chafarizes públicos, em barriletes, que levavam à cabeça, outros, em barrís conduzidos em pequenos carrinhos, puxados pelos escravos, em chinguíços conduzindo barrís e, finalmente, em grandes pipas, levadas em carros puxados a burro; assim abasteciam os patrões, senhores e compradores, diariamente.

O movimento nas fontes era enorme e, frequentemente, originavam-se discussões e brigas, obrigando o governo a ter, permanentemente policiado estes logares, que funcionavam de manhã à noite, sem dar vação ao movimento.

O governo então resolveu erigir, no centro do largo da Carioca, uma coluna quadrangular de pedra, com um vaso de mármore, na parte superior tendo, lateralmente, quatro tubos de metal com torneiras, onde os aguadeiros enchiam as suas carroças. Foram esses os obscuros servidores da cidade, que muito bons serviços prestaram à população, por um salário muitas vezes ridículo.

Tivemos até há bem pouco os aguadeiros da Chácara do Vintém, de propriedade do comendador Sebastião Pinto da Costa Aguiar, situada no fim da rua Aguiar, próximo ao largo da Segunda-Feira, que iniciara a venda em carroça, em Ja-



neiro de 1876. As pipas da Empresa traziam dístico negro sobre fundo branco — Água do Vintem. Diziam que davam como água da Chácara a das fontes públicas, o que era mais facil. Cessou a Empresa, tornou-se a Chácara habitação coletiva, cujos moradores serviam-se da água para cozinhar e mesmo para banho, transformando a caixa em piscina.

Atualmentê, temos os da Bica da Rainha.

### As fontes nos solares

Na maioridade de Pedro II, apareceram nos arrabaldes da cidade os primeiros solares brasileiros, vastas propriedades dos abastados dessa época que sabiam gozar a vida no Andaraí Pequeno e Laranjeiras.

O mestre Araujo Vianna fez um estudo completo do assunto de que transcrevo a parte referente à sólida e confortável casa brasileira:

“Os ricos proprietários de outros tempos, melhor do que os atuais, compreenderam, por assim dizer, instintivamente quais os requisitos da morada de arrabalde, em uma cidade tropical, davam criteriosa locação às casas procurando evitar ou minorar os efeitos dos calores do estio, mantendo um regimen racional de arejamento, ventilação e luz, consequente o meditado feitiço das construções.

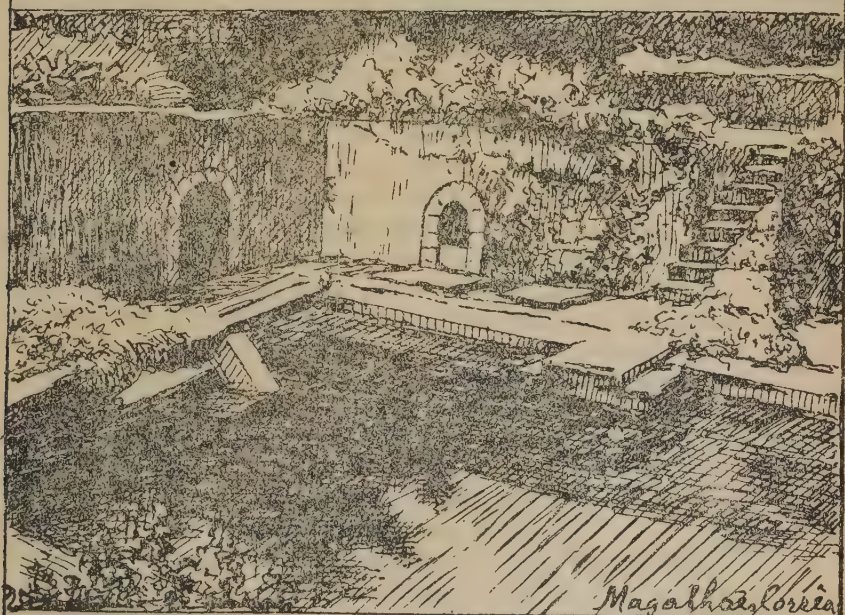
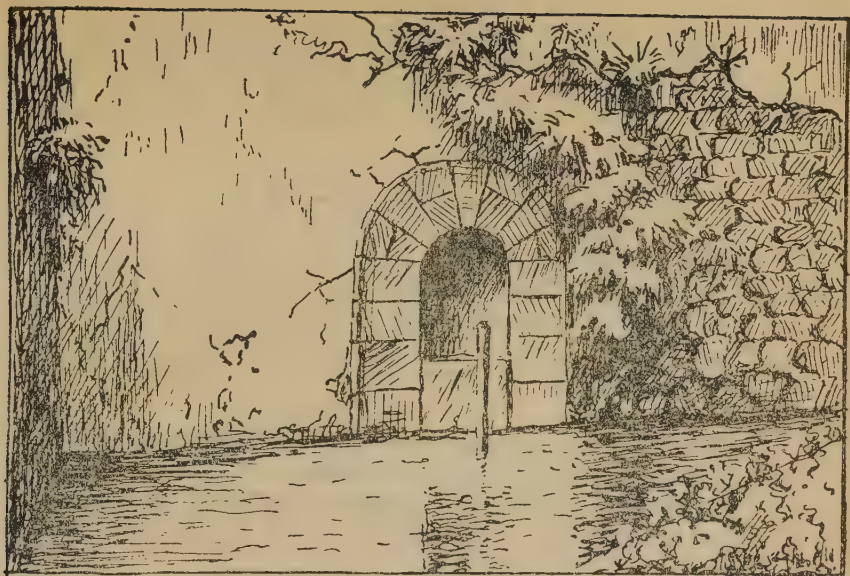
As varandas da frente e os pátéos internos à pompeiana, a seu turno contornados de varandas envidraçadas com caixilhos de guilhotina, como modernamente se usa na Inglaterra e suas colônias ou nos Estados Unidos, concorriam, eficazmente para a higiene domiciliária.

Não economizavam terreno para todas as peças da casa, aposentos vastos, grandes salas, largos e altos vãos.

Evitavam os corredores porque os quartos tinham entradas pelas varandas dos pátéos internos, onde dia e noite, funcionavam repuxos, abundantes de água.

Para as casas ou salas de jantar convergiam os cuidados de conforto; nunca deixavam de atender a que uma paisagem daí se deveria gozar, situavam então êsses refeitórios no fim da habitação com vãos de portas ou janelas para o jardim.”

Os parques ou chacaras eram cheios de bancos, vasos em pedestais e principalmente fontes abastecidas por nascentes e córregos próprios do terreno.



Magalhães Lórcia

Fonte "Água do Vintem"



Os principais solares dessa época eram da família Figueiredo, do Militão Maximo de Souza, do dr. Marques e do Manoel Pinto Torres Neves, no Andaraí Pequeno e, nas Laranjeiras, o solar do largo do Boticário.

### O largo do Boticário

No bairro das Laranjeiras, lá no Cosme Velho, outróra vale das Laranjeiras, era em toda sua extensão dividida em grandes sesmarias, das quais a menor era de cem braças de testada e a maior, de seiscentas; assim reza o livro mais antigo da Edilidade que tem por título — “Aforamentos da Câmara”.

Toda essa localidade era foreira, mas foi suspensa a concessão de terrenos, nas margens do antigo rio Carioca, porque a Câmara, aproveitando as águas do mesmo para o abastecimento, evitara os danos causados pelos moradores a sua pureza.

Os antigos povoadores dêsse opulento bairro, aproveitando a exuberância do seu solo, cultivaram laranjas, daí o nome por que até hoje é conhecido.

No princípio do século XVIII, viveu nesse vale Cosme Velho Pereira, negociante na rua Direita, proprietário de terrenos junto ao Carioca e que exerceu o cargo de juiz da irmandade de São José, ficando com o nome de Cosme Velho a localidade situada no fim do caminho das Laranjeiras.

No lado par da rua do Cosme Velho, entre os ns. 228 e 232, próximo ao largo das Águas Férreas, quasi em frente à ladeira do Ascurra, célebre pelos fantasmas que aí apareceram para amedrontar o incauto que por ali passava, está o beco do Boticário, que serve de entrada; depois de atravessar uma pequena ponte, em arco de círculo, com bancos revestidos de azulejos, de cada lado, servindo de parapeito, de pedra e cal, sobre o rio Carioca, há um pequeno largo denominado do Boticário, por ter aí uma propriedade Joaquim Luiz da Silva Souto, que exercia essa profissão.

Junto à ponte, duas únicas árvores: uma amendoeira e uma mangueira de secular existência.

Esse largo é bem um recanto tradicional do Rio de Janeiro: ao fundo, cinco casas em estilo tradicional, à esquerda, no n. 32, o solar moderno, mas de muito bom gosto, reconstituído e, ao lado direito do n. 20, uma habitação que nos



interessa por ser um antigo solar, do lado do rio um parapeito com uma ponte ao centro, e na extremidade direita, uma escadaria de pedra que vai até o leito do rio. No centro do largo, um poste de iluminação desconcertante da harmonia do passado e do terreno do largo, em estado primitivo.

Bem podia ser lageado e beneficiado com uma fonte colocada no centro, a qual daria a êsse logar privilegiado o sabor do que é nosso. Assim lembrarei estas modificações em Março de 1930.

O Prefeito Prado Junior, aceitando minha sugestão, por influencia de dona Sylvia de Bettencourt mandou calçar com grandes lages o Largo e colocar ao centro uma pilastra de forma de prisma quadrangular tendo um vaso, na parte superior, e nas faces, bicas de bronze; destas, só existe a da face da entrada, de bronze, cuja chave tem a forma de pescoço e cabeça de cegonha. O conjunto de alvenaria pousa sôbre uma sapata de pedra quadrilátera, tendo nos respectivos ângulos pequenos marcos de granito, prismáticos, cuja parte superior termina em pirâmide.

Lateralmente, foram colocados, logo após a ponte, dois velhos lampeões; o poste central desapareceu.

---

## CÓDIGO DE OBRAS

DECRETO N. 6.000, DE 1 DE JULHO DE 1937

*Estabelece o Código de Obras do Distrito Federal*

### NO CAPÍTULO XX

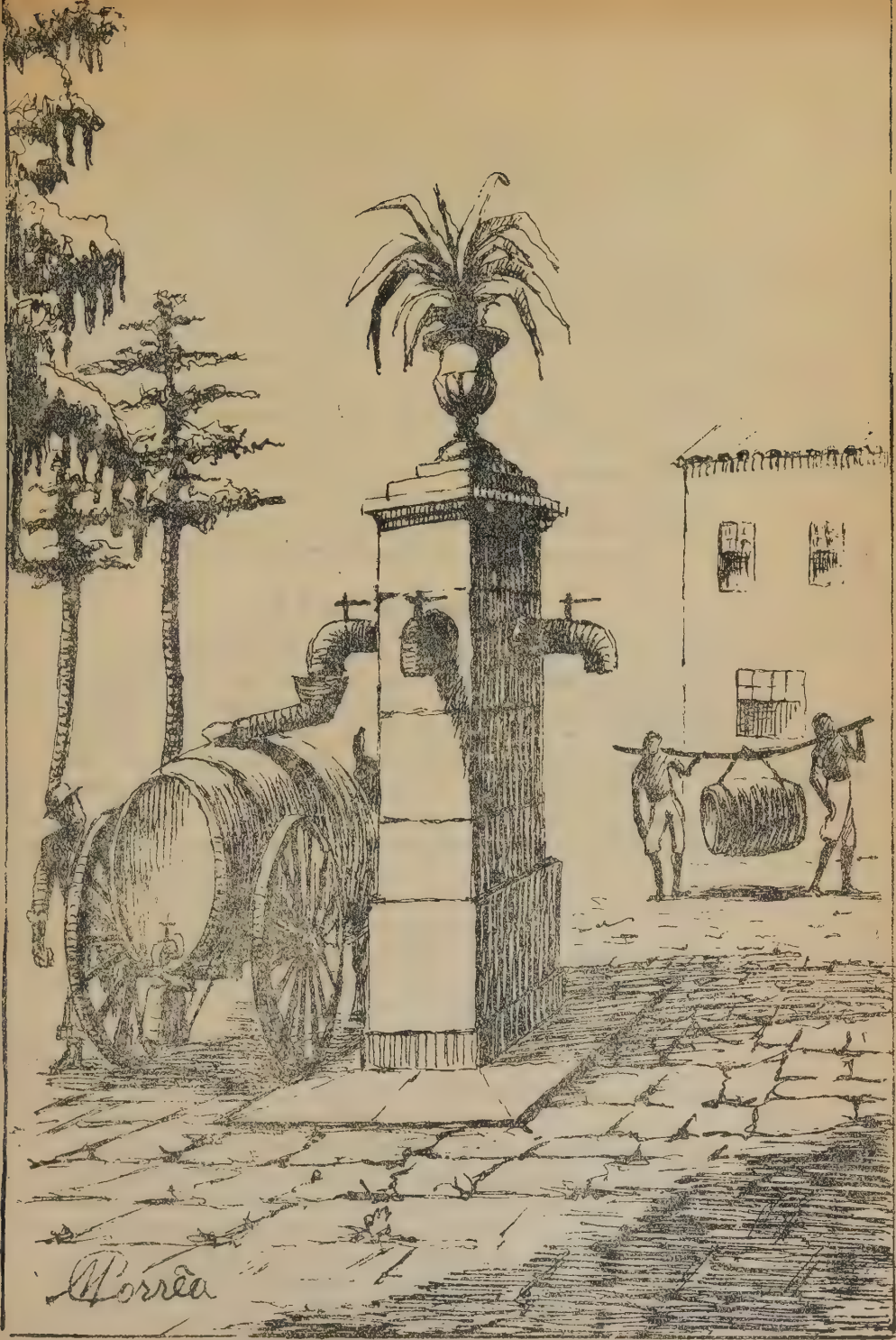
#### TÍTULO 1º

#### *Secção Única*

Defesa dos aspectos paisagistas, dos pontos panorâmicos da cidade, dos monumentos e das construções típicas, históricas e tradicionais.

Art. 489. Para a defesa dos aspectos paisagísticos da cidade, dos seus panoramas e para preservação das construções e dos monumentos típicos históricos e tradicionais serão postas em prática as medidas estabelecidas pelos diversos parágrafos do presente artigo.

§ 16. A Prefeitura providenciará para que o largo do Boticário e o beco do mesmo nome, no Cosme Velho, bairro



As pipas dos aguadeiros





das Laranjeiras, conservem o aspecto bucólico que apresentam atualmente, obedecidas para isso, as seguintes disposições:

a) a pavimentação dos dois logradouros será conservada ou refeita em alvenaria ou em lagedos de pedra;

b) o trecho do rio das Caboclas (Carioca) que corre ao longo de um dos lados do pequeno largo, não será coberto ou capeado, devendo a Diretoria de Engenharia velar pela manutenção do curso das águas, conservadas as atuais disposições do leito do rio;

c) na construção ou reconstrução dos prédios dos logradouros em questão, inclusive os prédios da rua Cosme Velho que fazem face com o beco e os que dão fundos para o largo, será obrigatoriamente adotado o aspecto das contribuições do tempo da colônia (o chamado estilo colonial), não sendo permitidas para todos êsses prédios, a construção, a reconstrução ou o acréscimo com mais de dois pavimentos.

### A fonte do Boticário

O antigo solar do largo do Boticário, n. 20, está colocado à margem do rio Carioca, manancial de linfa cristalina e sagrada dos Tamoios, continuando em seu leito de seixos até o Hotel Águas Férreas, rua do Cosme Velho n. 174, limite das terras do solar, onde canalizado vai, subterrâneamente, desaguar na praia do Flamengo, na imensa Guanabara.

Seu atual proprietário, dr. Paulo Bettencourt, pretende reviver nele o que há de mais brasileiro, não só quanto à arquitetura, como também quanto à nossa florística.

Situado na encosta do morro do Cosme Velho e ao longo do rio, possui um bellissimo bosque, de ubérrimos exemplares da nossa flora, tendo uma cristalina nascente que, surgindo dentre a vegetação, vem captada ao reservatório, donde parte a canalização para a fonte do solar.

A fonte situada junto à encosta do morro obedece ao estilo clássico.

O conjunto dá, à primeira vista, a impressão de uma pequena capela, com escadaria.

Formada de duas pilastras de base e pedestal, com os respectivos capitéis, colocadas nas extremidades, suportando uma cornija; sobre esta uma platibanda, tendo, nas extremidades, dois vasos de faiança portuguesa, partindo destes dois ornatos curvos que se encontram em um pedestal, em que se ergue uma estatueta de louça.

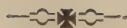
No centro da fonte, uma entrada terminada em pleno centro, com uma grade trabalhada, que serve de porta, tendo na bandeira a data 1848, sendo de ferro batido; daí sai o encanamento que leva a água a um pequeno tanque em forma de cubo, interiormente circular, que reparte a cristalina linfa para a direita, esquerda e para a bica central.

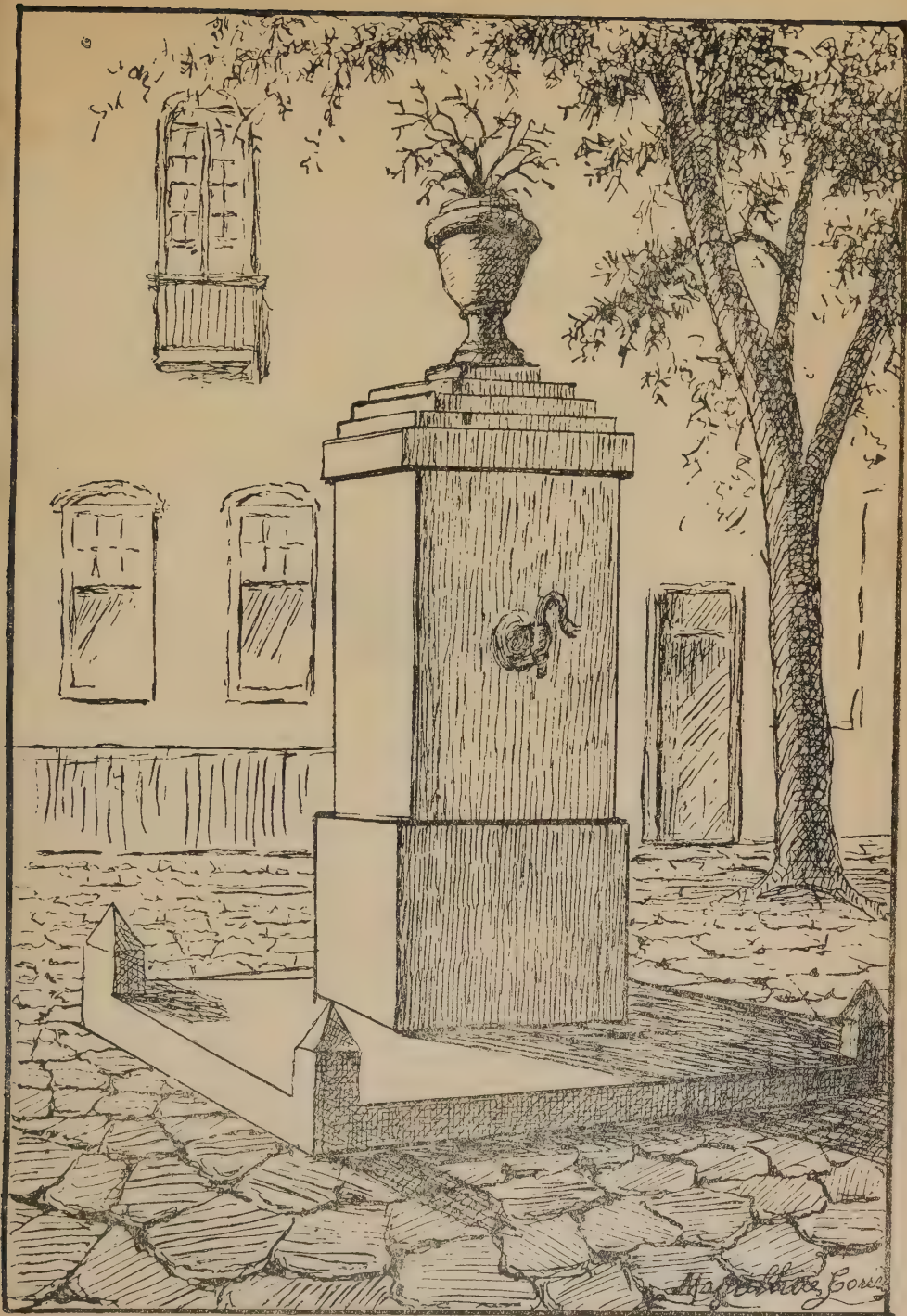
Dois tanques de pedra, simètricamente colocados, em posições opostas, avançam dois metros do corpo central recebendo as águas da fonte, onde vivem belíssimos exemplares de peixes; na parte em que os tanques colam ao corpo da fonte, exemplares de *avencas* e *samambaias*.

A bica propriamente dita da fonte, fica entre os dois tanques formando êstes um verdadeiro caminho de acesso à mesma.

As águas excedentes ou sobras vêm por um aqueduto em forma de represa, formando um riacho em toda extensão do jardim, para desaguar no rio Carioca.

O aspecto é encantador, o recanto poético e o ambiente tranquilizador: ao fundo, na encosta do morro, o verde bosque com suas múltiplas nuances, à frente, o monolítico morro de dona Marta; à direita, o Corcovado, tudo isso num recanto divinal. O murmúrio das águas, o gorgear dos passaros e o farfalhar da folhagem, o perfume das flores completam êsse pedaço de terra bem carioca — para aqueles que amam verdadeiramente a natureza.





A bica do Largo do Boticário



# **AS FONTES DOS SOLARES**

**Solar Militão**

---

XII

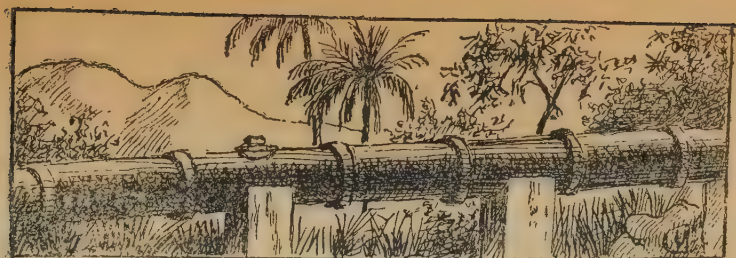






A Fonte do Boticário





## XII

### SOLAR MILITÃO

A principal rua do Andaraí Pequeno denominou-se de Conde de Bomfim e, no n. 175, estava a chacara do Militão Maximo de Souza, depois visconde de Andaraí, localizada na parte onde começava a primeira subida para a Tijuca, pouco acima da Muda. Aí existia o ponto chamado Portão Vermelho, não do largo, mas sim da primitiva entrada da chacara, outrora solar Capitão Cruz Rangel, à rua Pinto de Figueiredo.

O solar Militão é, verdadeiramente, no dizer de Araujo Vianna, típico:

“O prédio é uma das mais importantes casas do Rio de Janeiro de outros tempos, podendo ser apresentado como exemplo de solidez e conforto.”

No jardim, viam-se mesas, cadeiras que o enfeitavam, feitas de árvores, assim como bancos e sofás velhos, motivos decorativos de pedra e cal, caramanchéis e, junto ao portão da entrada, uma pequena fonte, “representando uma figura de homem, feita de louça, segurando uma pipinha a deitar água”; no pátio interno avarandado da casa, existia uma fonte composta de uma bacia circular, elevando-se, ao centro, um corpo, em forma de taça, de que saía o repuxo em funcionamento contínuo; na chacara, a “Biquinha da Moça” e, junto a esta, uma fonte de águas férreas.



As chácaras do Andaraí Pequeno (Tijuca) possuíam mananciais próprios que se precipitavam em cascatas naturais; as do solar Militão são as águas do correjo “Soberbo” nascidas nas próprias terras, captadas e conduzidas, em aqueduto, até o reservatório do solar.

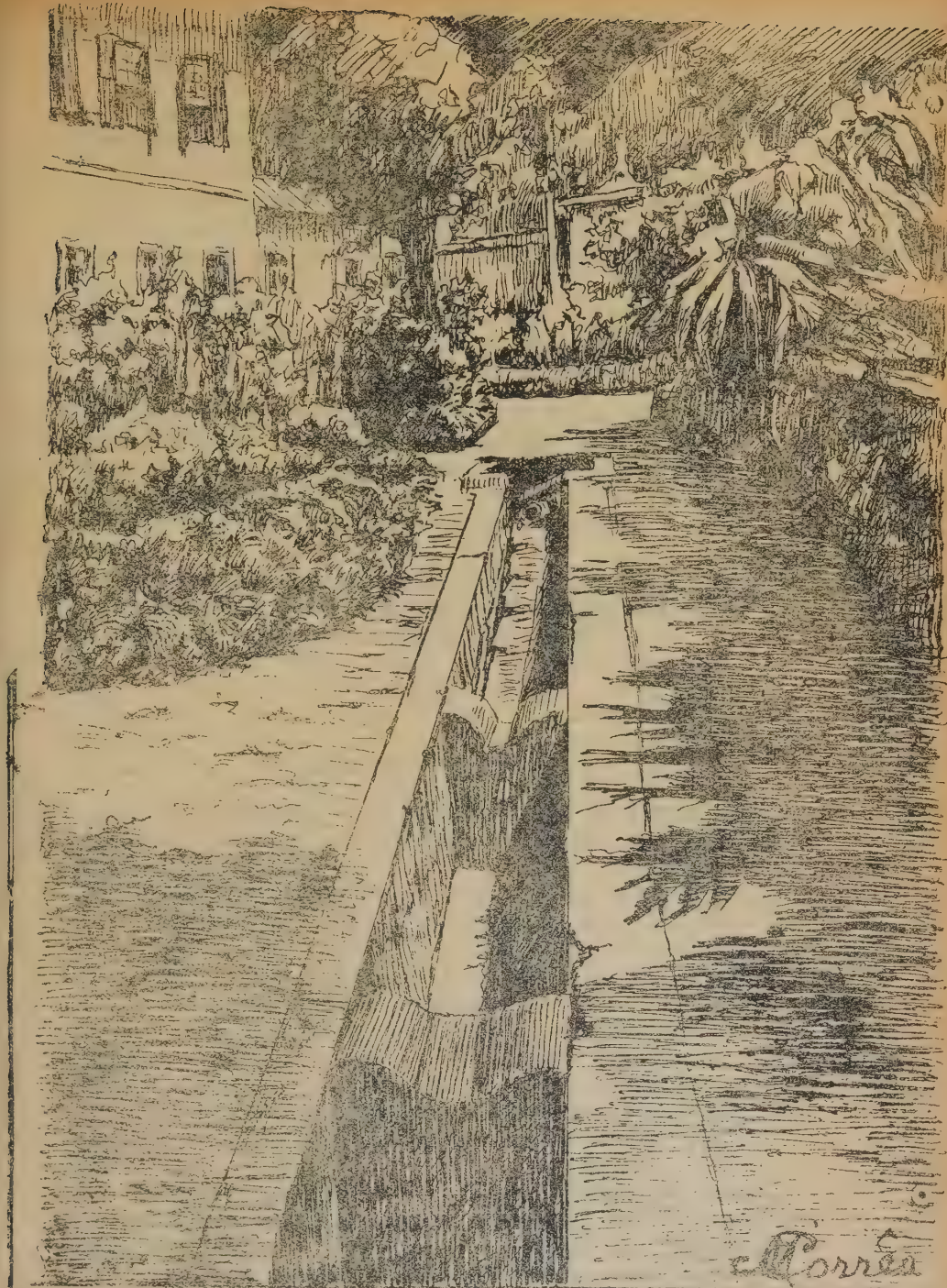
A “Biquinha da Moça” era situada no fim de uma alameda de bambús, como um tunel, em que aparecia o alpendre sustentado por colunas clássicas de alvenaria e rebocadas de cal, sendo quatro na frente e três em cada lado; no interior, cobriam o recinto ladrilhos e era orlado de sofás, feitos de alvenaria e revestidos de ladrilhos de mármore, construídos nos parapeitos que cercavam êsse recinto, intercalados pelos pedestais das colunas. A “Biquinha” ficava ao fundo, ornada de pilastras e de algumas volutas e outras molduras, a enfeitar a parte superior de uma construção, em forma de pórtico, em cujo centro, em um nicho, se achava a figura, em meio corpo, de uma moça feita em cimento; de entre seus lábios saía a preciosa e doce água, que tinha o dom de suavizar as criaturas sofredoras das chagas produzidas pelas flechas do travesso Amor, e que se precipitava em um tanque decorado com incrustações de conchas, assemelhando-se às bacias dos refrigerantes repuxos dos pátios internos e jardins dos solares, como se encontram, ainda hoje, no jardim da Princeza, no Museu Nacional. Era essa “Biquinha” o centro de reunião das famílias dos moradores e suas visitas, nas tardes de verão.

O aqueduto das águas do córrego “Soberbo”, percorrendo grande extensão da chácara e passando por uma avenida de bambús, percorria também uma de mangueiras; em meio do caminho, parte das águas era aproveitada para vasta piscina de natação, abastecendo tanques de lavagem de roupa, e uma fonte, cujas paredes eram revestidas de azulejos holandeses de C. Boomuster, formando numa das faces um painel com paizagem.

Assim, temos o Solar Militão, em cujos portões está gravada a data 1850, e, no meio da fachada, a de 1854, ladeada por duas quimeras de cimento, com as suas fontes descritas.

★ ★ ★

O rio Maracanã, formado das sobras da caixa d'água da Tijuca, banha todos os terrenos de número par da rua Conde de Bomfim.



Corrêa

Aqueduto que vai da fonte do Boticário ao Carioca





Pouco acima do Solar Militão estava o antigo solar de José Raphael de Azevedo, a chamada Chácara do dr. Marques.

Neste solar havia um lago circundado de soqueiras de bambús, onde barquinhos de um só remo estavam à disposição do público, para gozar as delícias aquáticas. As fontes desapareceram, só existindo vestígios do Moinho, que muito trabalhou, mas que parou de vez.

---

Na chácara de Manoel Pinto Torres Neves, depois dos herdeiros do comendador José Antonio Vieira Veiga, limítrofe com o solar Militão, havia também no jardim vasos, repuxos, fontes, caramancheis e, nos fundos, junto ao muro, por onde se despenhava a cascata, um lago abastecido pelas águas dessa quêda.

O aproveitamento dos mananciais era comum nesses solares; tôda quêda natural, cascata ou cachoeira, proporcionava a construção de banheiros, tanques, lagos e fontes.

---

### **O solar do Figueiredo**

A grande chácara do finado José Antonio de Figueiredo Junior, pai do conde de Figueiredo, achava-se à rua Conde de Bomfim, 161.

No solar adotaram internamente a fórmula das antigas casas abastadas: pátio interno com repuxo, ao centro, circular e taça, e orlado de varanda. Mas aparecia um outro pátio aos fundos, também com uma fonte ao centro, em que surgia uma ave de metal, deitando água pelo bico.

A imensa chácara era abastecida de água nascente. O córrego Cacambó, na origem e depois Andaraí Pequeno, que se precipitava em cascata, por entre pedras, fornecia água aos banheiros, tanques de lavagem e a diversas fontes, que chegavam por aquedutos construídos à beira de alas da arvoredos.

Nos recintos ajardinados destes solares, apareciam sempre os repuxos, as fontes, os sofás de alvenaria, com motivos decorativos feitos de conchas, ou revestidos de azulejos, figuras de louça portuguesa, representando as quatro esta-

ções, divindades mitológicas e as cinco partes do mundo decorando ora, pequenos pilares, ora os repuxos ou encimando colunas.

Três fontes nos interessam neste solar: a da “Cabeça de Leão”, a da “Carranca” e a do “Banheiro”.

### **Fonte cabeça de leão**

A fonte era constituída de uma bacia de pedra, sôbre uma grande calçada, tendo, ao centro, e na parte posterior, uma pilastra, onde se achava a cabeça de leão, de bronze, que jorrava a água no tanque. Lateralmente ao tanque, dois degraus de pedra e nas suas extremidades, dois grandes quadrados com assentos revestidos de azulejos coloridos, tendo ao centro, em cada um, bellissimo exemplar de árvore, formando um aspecto pitoresco.

Tal sitio era de uma beleza indescritível.

### **Fonte da carranca**

Nesta fonte, feita de alvenaria, aparecia uma carranca ingenuamente executada, no centro e parte inferior do plano vertical. Um grande tanque longitudinal revestido pela parte interna de azulejos, recebia água da carranca. Na parte posterior, um alto espaldar, tendo nas extremidades duas pequenas colunas com vasos, dos quais partiam para o centro volutas, terminadas junto a outras duas colunas, tendo como motivo decorativo, na parte superior, moringas. Estas duas colunas ladeavam uma espécie de nicho terminado por um arco em pleno cintro, decorado. Esta fonte é verdadeiramente extravagante.

### **Fonte do banheiro**

Construída próximo à cascata do Cacambó, tinha os bancos e todas as paredes revestidas de pequenos ladrilhos esmaltados. No Rio de Janeiro, fez época o azulejo, desde as fachadas às fontes dos jardins.

A fonte era uma parede revestida de azulejo, tendo ao centro uma passagem pouco abaixo do nível do muro, por onde jorrava a água numa espécie de tanque de pedra, aberto na parte da frente e de cada lado; com a frente para o tanque, sofás de alvenaria com azulejos.



A ponte do Boticário sôbre o Rio Carioca





Estava essa fonte encravada entre rochas e arvoredos, e como deveria ser magnífico um banho ao ar livre, nos tempos de canícula !

A família Figueiredo mantinha uma capela, onde, aos domingos e dias santificados, se celebrava missa, frequentada por todas as famílias do bairro, pois não havia outra igreja senão a do Engenho Velho.

A capela era separada da casa e, em 1863, resolveu aquela família que saísse uma procissão, somente para percorrer as alamedas da chacara, a se realizar no dia 24 de Junho, festa de São João Batista, o que não se levou a efeito, em virtude do mau tempo, sendo então transferida para o domingo seguinte. A procissão levou alguns andores carregados pelas senhoras, com os respectivos distintivos característicos do santo e que eram iguais aos que hoje, nas igrejas, usara as filhas de Maria e devotos do Coração de Jesus. A banda de música que fechava a procissão pertencia ao banqueiro visconde de Souto.

Essas festas eram célebres e pitorescas, e o dia daquele santo se festejava nesse solar com verdadeira pompa.

Depois do falecimento do comendador Figueiredo, nunca mais houve festas, mas a viúva, d. Joaquina, para que o arrabalde tivesse um templo, auxiliou com largos e avultados donativos a construção da igreja de N. S. da Conceição, edificada à rua Conde de Bomfim e mantida pela irmandade de N. S. da Conceição do Andaraí Pequeno. O projeto da igreja é desenho do mestre Araujo Vianna.

---

No Museu Nacional existe na parte externa um jardim chamado da Princeza, onde aparecem diversos bancos decorados de conchas, sofás, assim como uma pequena fonte encostada ao muro da varanda do edifício e, sobre o vão da escadaria de dois lances, um tanque de pedra e amarrados com gatos de bronze, tendo uma bica na *parede dos fundos*. No pátio interno se encontra o célebre repuxo formado de uma bacia circular, de pedra, elevando-se ao centro um motivo esguio de mármore, sendo cercado com grades de ferro, presos a quatro pequenas pilastras com os respectivos

vasos azues e brancos de faiança portuguesa. Hoje, só existem o tanque e o repuxo, pois as grades foram retiradas.

Assim foram as fontes nos interiores brasileiros, pois não existia ainda a pena d'água.





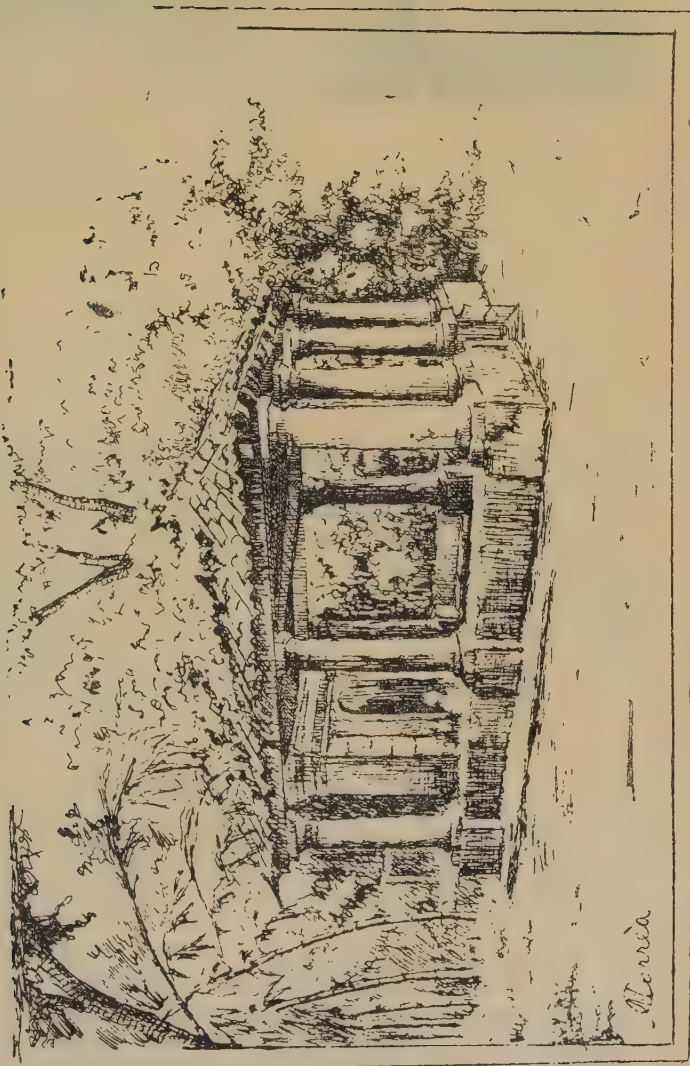
*Clarice*  
Solar Militão (Captação das águas do Córrego "Soberbo")



**CHAFARIZES DE PAULA MATTOS, ESTRADA  
VELHA DA TIJUCA, MERCADO DA HARMO-  
NIA, BICA DO CAIS DE BOTAFOGO, FONTES  
MARQUÊS DE OLINDA E DA IMPERIAL  
QUINTA DA BÔA VISTA**



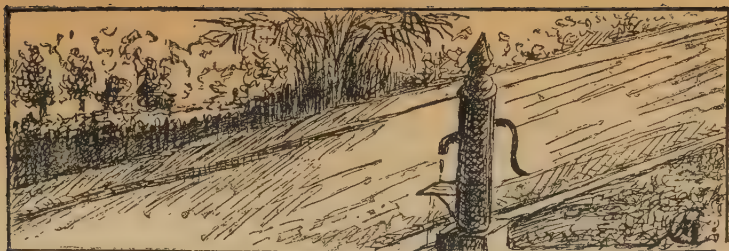




Solar Milhão (A Biquinha da Moça)

Alcova





### XIII

Depois de mencionar as mais importantes fontes dos interiores, de chácaras, localizadas nos arredores da cidade, continuarei a descrever as públicas, que faltam nesta série, de acôrdo com a data de seu aparecimento na via pública, mencionando as que foram utilizadas até à época em que se instituiu a pena d'água a particulares e foram colocadas as primeiras bicas nas esquinas das ruas e praças da cidade e nos subúrbios.

Perdem a sua utilidade as fontes e chafarizes, e passam a ser decorativos por assim dizer, ornamentais.

#### O chafariz de Paula Mattos

Por gentileza do Dr. A. B. Ramos Bittencourt obtive uma cópia do termo de doação que fez Francisco de Paula Mattos, de um chafariz, e seus acessórios, situado no morro de Catumbí.

“Aos dezeseis dias do mês de dezembro do ano de mil oitocentos e cincoenta e um, nesta cidade do Rio de Janeiro, no alto do morro de Paula Mattos, em Catumbí, para execução do que foi comunicado em aviso do Ministério do Império, de doze do referido mês e ano, ao coronel inspetor geral das Obras Públicas, o doutor Antonio Joaquim de Soiza, em presença dêste e de mim Escrivão da mesma Repartição, declarou Francisco de Paula Mattos, proprietário naquele lugar, que tendo oferecido gratuitamente ao domínio Público ou

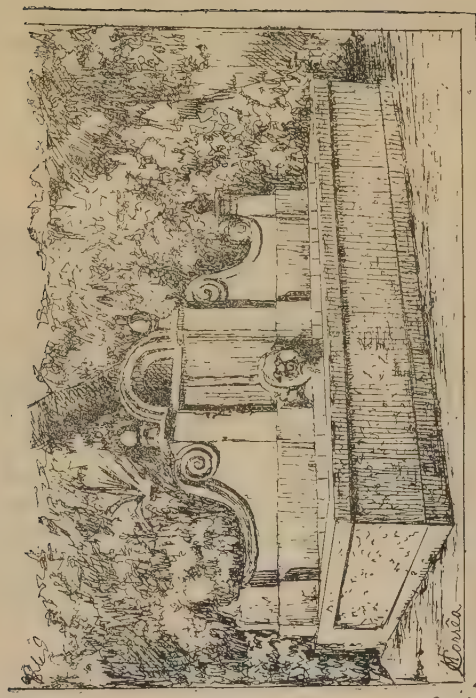
Nacional um chafariz construído á expensas suas no alto do indicado morro, dava da data dêste em diante, plena posse dêle à Inspeção Geral das Obras Públicas, cedendo à Fazenda Nacional, por si, seus herdeiros ou sucessores, todo o domínio, posse e direito que tinha nos objetos seguintes: “Uma casa construída com paredes de pedra e cal, tendo nove palmos e meio quadrados de vivo externamente, e treze e meio ditos de altura até à cornija; uma pequena caixa de madeira forrada de chumbo colocada no interior da dita casa, donde parte uma bica de bronze, que fornece água ao público por meio de uma bomba assentada igualmente no interior da referida casa, e tocada externamente por uma manivela de ferro, sendo a água para a indicada caixa elevada por um tubo de cobre estanhado (segundo disse) que comunica com a caixa do chafariz público existente na rua Nova do Conde e na baixa do mencionado morro, e não só fornece água à bica pública, como a uma casa de sua propriedade sita no mesmo morro, e que fica à direita do chafariz ora cedido, tendo para êsse fim um tubo de chumbo com registro de bronze ligado ao tubo principal. Declarou igualmente o referido Paula Mattos, que, além do terreno em que está o chafariz de que se trata, cedia mais dezeseis palmos e meio de frente, com doze ditos de fundo ao lado direito dêle, para o fim daí construir-se qualquer obra que no futuro preciso seja; sendo porém conservado o gozo duma pena d’água à sua casa de que já fez menção. E para que tenha esta doação inteiro vigor, se lavrou êste termo, que terá a mesma fôrça, ou validade de Escritura Pública, no qual assinarão o proprietário, o Inspetor Geral das Obras Públicas, e eu José Gonçalves Torres, Escrivão da Inspeção das mesmas obras que o escrevi. (Assinados) Francisco de Paula Mattos — Dr. Antonio Joaquim de Soiza, Coronel Inspetor Geral — José Glz. Torres, escrivão.”

O chafariz não existe mais. Em ruínas, era coito de vagabundos; só resta a sapata. Por se tratar de próprio nacional o local foi cercado.

### **Fonte da Estrada Velha da Tijuca**

Na estrada da Tijuca, onde se ligam a nova e a velha, logo acima da “Curva do Redondo”, entre os números 424 e 440, encontra-se uma fonte construída, em 1858, pelas Obras Públicas, junto a um muro, que serve de muralha do lado da vertente do Tijuca, composta de um longo tanque de pedra





Solar Figueiredo (Fonte da Carranca)



dividido internamente em três, amarrados por gatos de bronze e argamassa, tendo de cada lado das extremidades bancos também de pedra, como sofás. Na parte junto ao muro, um frontão achatado arremata o corpo central e está separado da parte inferior por uma cornija, de onde parte uma voluta para cada lado, terminando no espaldar dos bancos.

Na parte central do corpo da fonte, existem reminiscências de uma bica, ultimamente arrancada e sinais de outras duas, nas partes laterais correspondentes aos compartimentos do tanque. No centro do tímpano, está colocado um retângulo de mármore com a seguinte inscrição:

1853

O. P.

A fonte acha-se reentrante do alinhamento da rua, sendo a frente calçada por grossas pedras, do primitivo sistema de calçamento. Lateralmente, colocadas duas a duas, quatro palmeiras, postadas como sentinelas, dão um aspecto provincial ao ambiente.

Ultimamente, rompeu-se o cano condutor das águas, que passa pela via pública, e a administração das Obras Públicas, nesse distrito, aplicando a teoria do menor esforço, condenou a fonte, privando do precioso líquido os pobres animais dos rústicos cargueiros, que por ali passam.

As casas da vizinhança são quasi todas de estilo moderno colonial; mas a pobre fonte autêntica vive seca como o sertão do nordeste...

### Bica do Cais de Botafogo

Na praia de Botafogo, junto a muralha do cais, existia uma bica, que servia para abastecimento dos marítimos, assim como os habitantes da redondeza.

O chafariz da praia de Botafogo, considerado provisório, foi pelo Ministro Ramiro de Assis Coelho indicado para ser modificado por outro permanente, construção de pedra e cal, cuja obra, com o respectivo encanamento fôra orçado em 10:354\$000, segundo o relatório de 1839.

Era uma pilastra de pedra quadrangular com bica de bronze; jorrava o líquido sobre um pedestal, que servia de

descanso para os barriletes dos que vinham buscar o útil elemento. Ao lado da bica, uma escadaria que dava para o mar e por onde subiam os marítimos.

Em "The Illustred London", de 29 de Outubro de 1864, da coleção da Bibliotéca Nacional, encontrei a estampa e por gentileza dos prestimosos funcionários da seção de estampas, pude tirar-lhe o desenho.

### **Fonte Marquês de Olinda**

Na praia de Botafogo, em frente à rua Marquês de Abrantes, existia uma fonte, composta de uma bacia de pedra, tendo, ao centro, uma columna de ferro com a seguinte inscrição:

### **Dois de Dezembro de 1853**

Desconhece-se o destino que lhe deram; naturalmente, ou foi transferida para alguma localidade longínqua ou está no depósito da R. de M. e J. da Municipalidade.

### **Chafariz no Mercado da Harmonia**

Por necessidade de um novo mercado, em outro centro populoso, resolveu a Câmara Municipal construir outro, na Praça da Harmonia.

Para êsse fim abriu concorrência pública, da qual resultou o contrato com o cidadão Lazaro José Gonçalves Junior, formando-se em 27 de Dezembro de 1854, uma companhia com o capital de duzentos contos de réis, denominada Empreza Municipal.

Em 9 de Janeiro de 1855, foi lançada a pedra fundamental, sendo o projeto do arquiteto Francisco Joaquim Bittencourt da Silva, o qual o executou em dezoito meses e a 15 de Julho de 1856 principiou a funcionar.

Construido na praça entre a rua da Saúde e o mar, tinha, no corpo central, um portão largo, com frontão reto, e no tímpano, as antigas armas da cidade e, no friso, a inscrição:

### **A CÂMARA MUNICIPAL DE 1853**

Havia equilíbrio e semelhança nas quatro faces desse edificio, de construção sólida e simples.



Solar Figueiredo (Fonte do Leão)





Quatro portões davam entrada para o recinto da praça; o largo era calçado com parallelepipedos, tendo, ao centro, um chafariz de pedra, formado por uma bacia, de onde se elevava um corpo arredondado ao centro, o qual servia de base a uma coluna que sustentava as armas da cidade, trabalhada em metal, tendo na base quatro torneiras, que jorravam água para o tanque, projeto também de Bittencourt da Silva.

O mercado foi destruído por um incêndio, e depois, pela transformação do bairro, ao tempo do Prefeito Passos, desapareceu definitivamente... O mercado e o chafariz!

### **Fonte da Imperial Quinta da Boa Vista**

A Quinta da Boa Vista, outróra Imperial, vivenda campestre do comerciante Elias Antonio Lopes, nos tempos coloniais, foi, em 1808, oferecida por êste comerciante ao Príncipe Regente para morada digna dos soberanos de Portugal. Por êsse gesto recebeu o hábito de Cavaleiro da Ordem de Christo e o fôro de Moço Fidalgo com a graduação de alcaide-mór.

Por se ter retirado para Portugal D. João VI, ficou o palácio na posse de seu filho D. Pedro, que, por sua vez, o deixou ao filho, D. Pedro II.

O naturalista Antonio Francisco Maria Glaziou, arquiteto-paizagista, projetou e planejou o parque, conforme a vontade e o gosto de D. Pedro II. Até ao ano passado existia, no parque, o busto em mármore dêsse naturalista, o qual foi retirado daí na administração presente.

No Palácio, onde, desde 1892, está instalado o nosso Museu Nacional, funcionou em 1890 o Congresso Constituinte.

Quem conhece os parques de outros países, sente-se, ao entrar na Quinta, surpreendido, pelo aspecto geral, os accidentes do terreno, agrupamento de árvores, alamedas de bambús, lagos, rios e cascatas, oferecendo perspectivas extraordinárias em sua paisagem, não só nos lençóis do verde gramado, únicos no gênero, como na avenida das Sapucaias de tons variados, do verde escuro ao violeta claro.

Glaziou projetando o grande parque teve a preocupação de representar todos os espécimes da flora brasileira, agrupando-os — de acôrdo com a zona climatérica a que pertenciam — de modo a constituírem uma verdadeira escola botânica.

No alto da alameda principal e, ao lado, existia um grande pórtico, com colunatas nas partes laterais, belíssima obra de arte inglesa, presente que o rei da Inglaterra, por intermédio de Sir Charles Stuart, embaixador inglês na Corte do Rio de Janeiro e negociador do Tratado da Independência, em 1825, mandou a D. Pedro I. Retirado do primitivo lugar, foi o Pórtico servir de entrada — passaram todos — ao futuro Jardim Zoológico, em 1913...

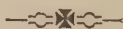
Existia no largo, entre o Palácio e o Pórtico, um chariz enorme, mais decorativo do que útil. Há no "Brasil Pitoresco" (1861) uma reprodução do mesmo, segundo desenhos de Charles Ribeyrolles e Victor Frond.

Uma grande bacia otogonal, cercada de gradil de ferro batido, tinha nos ângulos suportes chamados postes de cegonha, com pendentes para a iluminação a óleo. Ao centro, elevava-se um corpo dividido em dois, o primeiro formado de oito colunatas dóricas, assentes sobre patamar com três degraus, e, na parte superior, uma cornija circular, da qual se elevavam oito colunatas menores; o segundo corpo era arrematado por uma taça, da qual, em forma de repuxo, jorrava a água, que, em sua queda, formava uma verdadeira cascata, de extraordinário efeito.

Do desaparecimento desta fonte não encontrei notícia, mas no lugar existe, hoje, um terraço com balaustrada, jarrões, candelabros, jardim ao centro, e, na parte anterior, uma escadaria, que cortou a perspectiva do Palácio, perdendo esse belíssimo ponto de vista o observador que entra no parque.

Essa transformação foi realizada no governo de Nilo Peçanha, o qual tem o seu busto sobre uma coluna, no centro do jardim. O parque foi entregue pelo governo federal à Municipalidade, depois da reforma, com a área de 921.890 metros quadrados.

E' o mais vasto e indescritível logradouro público do Rio de Janeiro e único do gênero e no mundo.





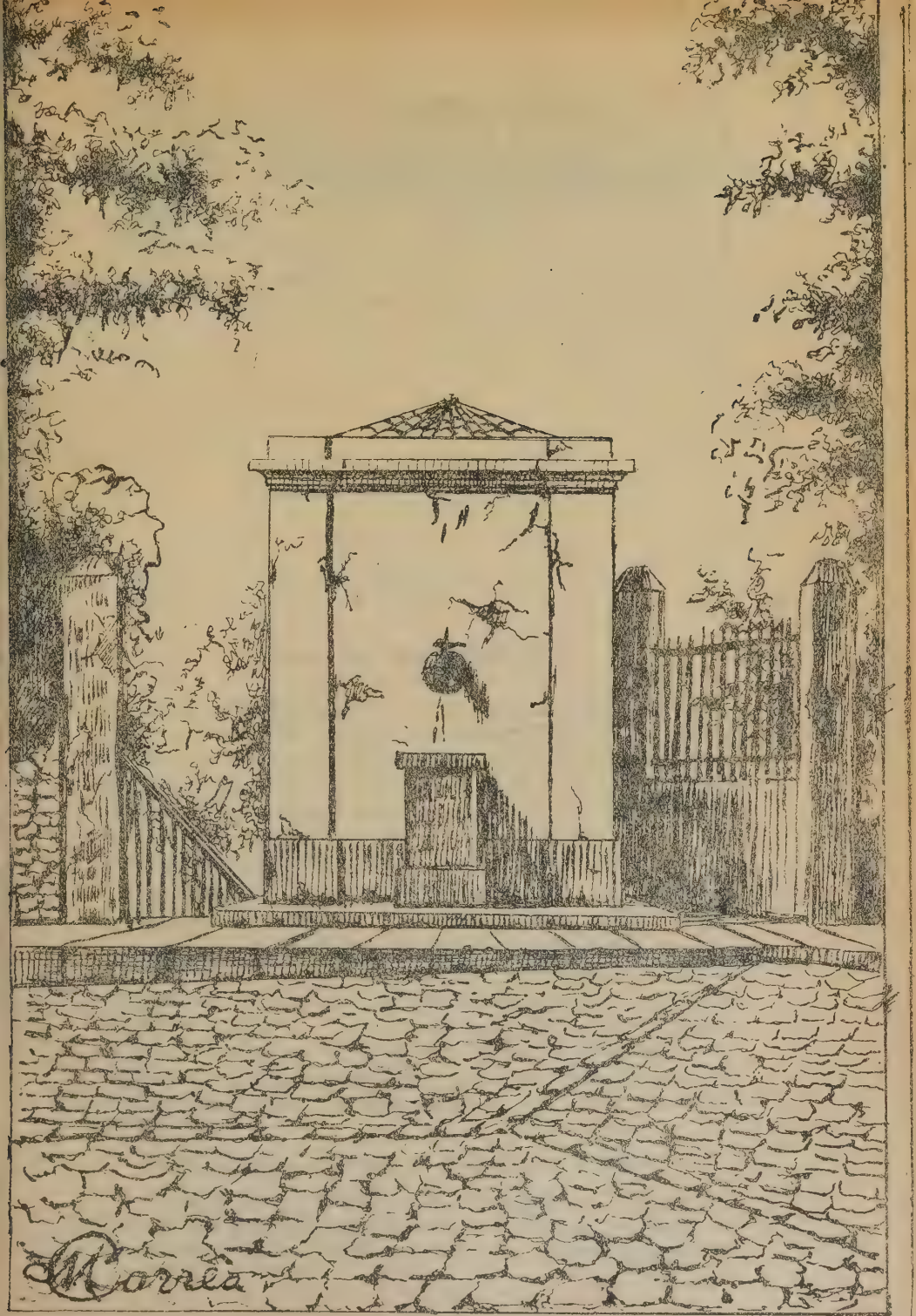
Solar Figueiredo (Banheiro e cascata do Cacambo)





**FONTES DA PRAÇA MUNICIPAL, DO PALACETE  
ITAMARATI — A PENA D'ÁGUA E A BICA DO  
MONTEIRO**





Chafariz de Paula Mattos





## XIV

### Fonte da Praça Municipal

Para a comunidade da numerosa população, que habitava nos Cajueiros, em parte da Prainha, no Livramento e lugares circunvizinhos, exigia-se a construção de um chafariz no Largo do Vallongo: a obra dêste como o respectivo encanamento, estava orçado em 9:573\$0 aproveitando-se nêle 180 braças de canos de pedra de Lisboa, que se achavam abandonados. (Relt. Assis Coelho — 1840.)

A Praça Municipal, antiga do Valongo (nome do mercado de escravos africanos) é hoje Avenida Barão Teffé. Tinha na sua área um jardim com elegante chafariz, formado por uma coluna de granito com caneluras, base e capitel corinto, sustentando a esfera armilar e três setas de bronze, símbolo das armas da cidade. A coluna repousava em um dado, corpo prismático, com quatro bicas, uma em cada lado, que jorrava a água em um tanque retangular, assente em um patamar de três degraus. A fonte foi inaugurada a 2 de Dezembro de 1872:

Hoje, só existe a coluna, na praça nua e solitária.

Do lado do mar, existia o cáis da Imperatriz, assim denominado por haver desembarcado af a Imperatriz do Brasil — D. Thereza Christina; era ornado com quatro estátuas de



mármore, dois golfinhos de bronze, e tinha a seguinte inscrição:

*“A Câmara Municipal por bem do público mandou construir este cáis no reinado do S. D. Pedro II em 1842”.*

---

Na Estrada Real de Santa Cruz, atual Avenida Suburbana, na altura da Estação de Cascadura, onde funcionou outrora um mercado de verduras e existe, hoje, o edifício, em estilo barroco, da Limpeza Pública, havia um chafariz de pedra com duas bicas e o respectivo tanque.

### Fonte do Palacete Itamaratí

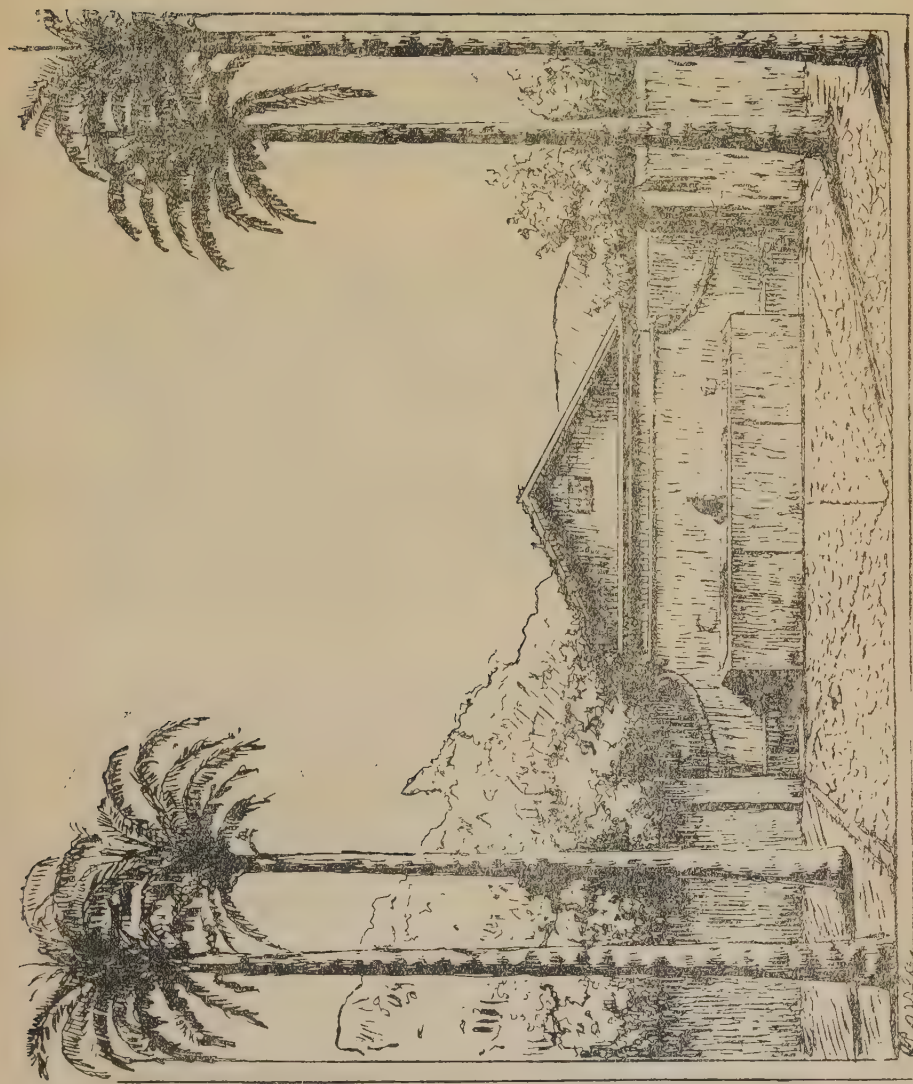
O Palacete Itamaratí, construído pelo segundo barão, depois visconde e conde de Itamaratí, Francisco José da Rocha, de acôrdo com um projeto, que mandou vir de Paris, tem sua história. O edifício da antiga rua Larga de S. Joaquim foi sede do Governo Provisório, palácio presidencial.

No governo Rodrigues Alves, sendo chanceler o Barão do Rio Branco, passou o atual palácio do Ministério das Relações Exteriores por grandes reformas, conservando-se-lhe, porém, o aspecto tradicional. A administração atual transformou os parques e construiu, ao fundo do parque central, o edifício destinado ao Arquivo e à Mapoteca.

A fonte ornamental do centro do parque acaba de ser desmontada e transportada, para o pequeno jardim lateral da ala esquerda, deixando seu ambiente composto de duas duplas carreiras de palmeiras reais “*Oreodoxa oleracia*”, intercaladas de vasos de mármore, formando um conjunto bem tradicional com suas majestosas companheiras.

A fonte encontra-se desmontada e preparam o seu futuro lugar no pequeno jardim lateral, onde estão sendo replantadas duas palmeiras “*Caryota Urens*”, de Java, que se achavam no pátio interno, transportadas, inteligente e carinhosamente, para êsse local, merecendo sinceros aplausos quem as livrou do machado.

No amontoado de peças da fonte, composta de seis partes de pedra lioz, está a enorme bacia circular, de belo risco, em seu perfil, que, dividida em várias porções do círculo, se ajustam hermêticamente por meio de machos e fêmeas. A do centro é um corpo cilíndrico que recebe o grupo de quatro



Fonte da Estrada Velha da Tijuca



golfinhos colocados em um corpo de forma de ampulheta, dando aos mesmos um movimento espiroidal, e terminado por uma cornija circular, sôbre a qual pousa a bacia, em forma de taça rasa e delicada, decorada, na parte externa inferior, por um conjunto de óvulos, sôbre esta um corpo cilíndrico servindo de pedestal para um menino pedestre que equilibra com as mãos um cestinho com moluscos e dentre êles surge a água que cái em repuxo na taça e desta transbordante à bacia da base, assente sôbre um degráu. E' curiosa esta fonte quanto ao trabalho e acabamento.

---

Os trabalhos praticados no encanamento de S. Christovam reduziram-se a alguns reparos. Urgia a construção do chafariz permanente na estrada de S. Christovam e a sua despesa orçada na quantia de 6:200\$000, existindo porem o encanamento para êsse chafariz, a execução foi levada a efeito depois de 1840.

Em S. Christovam, na rua do mesmo nome, esquina da rua Francisco Eugenio, junto ao Palacete Itanhaem, depois transformado em casa de cômodos, existiu êsse chafariz, de pedra, um tanque quadrilátero, sôbre dois degráus, tendo ao centro um corpo prismático, arrematado com uma cornija, com quatro bicas de bronze.

---

A bica do Largo do Valdetaro desapareceu, bem como as colocadas nas esquinas das ruas pelo irrequieto inspetor das Obras Públicas, Miguel de Frias.

Existem ainda reminiscências da bica da Gávea, colocada junto à rua Marquês de S. Vicente, caminho da Estrada da Gávea; ela era simples, estava situada num muro, e hoje não funciona, mas os moradores dêsse bairro já fizeram um apêlo para o seu funcionamento.

---

#### A PENA DÁGUA

Em 22 de setembro de 1875, aparece o "Regulamento provisório para execução da lei n. 2.639", estipulando a pena d'água, com capacidade de 1.200 litros em 24 horas, mas essa lei vigora, pode-se dizer até hoje, pois a nova lei n. 3.056,

de 24 de Outubro de 1898, não alterou a regulamentação da pena d'água, que appareceu a 31 de Dezembro de 1898.

Mas anterior a essa regulamentação, segundo o Almagesto de Fabrêgas Suriguê de 1836, o aqueduto da Carioca fornecia água aos seguintes prédios:

Convento de Santa Thereza, Rua dos Barbonos, casas 80, 33 e 25; Rua das Marrecas, às casas 10, 8, 6 e 4; Quartel dos Barbonos, naquêlo tempo dos Permanentes; Convento da Ajuda e Santo Antonio; Ordem 3ª de São Francisco e a Ucharia Imperial.

Além da água da Carioca, a mais pura e de agradável temperatura, conduzida nessa época (1875) pelo aqueduto construido no tempo do Conde de Bobadella, havia o encanamento do Maracanã, do Jardim Botânico, do Rio Cabeça, do Tijuca e outros.

Em fevereiro de 1876, contratou o govêrno o encanamento dos Rios d'Ouro, Santo Antonio e São Pedro.

Havia nessa época 47 chafarizes com 173 bicas, 7.066 penas d'água concedidas a particulares e 861 pilastras com torneiras e bicas colocadas nas esquinas das ruas, praças da cidade e subúrbios.

Aparecem as novas, de ferro fundido, com carrancas de leão colocadas nos cantos das ruas com as datas de 1884, verdadeiras pias, com uma só bica, como as que existem ainda hoje na estrada da Tijuca, mas com as bacias cheias de cimento para evitar a procriação de stegomia.

----

## A bica do Monteiro

A célebre bica do Monteiro fica situada quási no alto da Tijuca, na Estrada Velha.

Do alto da rocha viva, que se avista de longe, desprendem-se múltiplos filetes que, reunidos, se vão precipitar entre pedras, em verdadeira cascata, numa bacia natural, produzindo um sussurro misterioso, nêsse ambiente verde-escuro, manchado de notas quentes do astro rei, que se infiltra por entre as clareiras da nossa floresta exuberante.

Êste poético lugar tem, junto à cascata, uma bica que jorra água límpida e agradável, que vem represada a uma caixa e desta conduzida por meio de um cano, á bica.





A bica da Praia de Botafogo (1861)



Ela é feita de pedra e ferro fundido, colocada em um pequeno muro com espaldar, de que se eleva um corpo prismático, terminado em forma de pirâmide, com uma placa de ferro fundido com as inscrições:

“Bica do Monteiro — 1886”.

Na face do prisma, um motivo ornamental de ferro fundido, representa um delicado desenho de vaso estilo renascimento com uma carranca de leão ao centro, de onde jorra a água, que vai cair em um pequeno tanque de ferro fundido.

Este lugar é predileto dos turistas que vão de automóvel, a cavalo ou a pé, pois serve de repouso, bem como para se dessedentarem por ser esta bica provocante e o local imensamente pitoresco e inegavelmente poético.

---

Na Tijuca, próximo ao Alto da Boa Vista, parte a estrada de D. Castorina, que conduz à Ponte de Táboa, junto ao Jardim Botânico. Essa estrada possui trechos pitorescos; o primeiro é a *Mesa do Imperador*, ponto de vista extraordinário em que se descortinam a Lagoa Rodrigues de Freitas, o Jardim Botânico, Jockey Club e Leblon, na altitude de 480 metros. O Prefeito Pereira Passos em 1903, restaurou esse recanto, construiu um grande caramanchão sobre a mesa.

A alguns metros mais abaixo, sobre a estrada, a Caixa da Água, conhecida por Caixinha do Passos, inaugurada a 17 de Setembro de 1903, pelo referido prefeito.

Adiante do Lampeão grande, junto à estrada, acha-se um aqueduto com uma fachada de alvenaria em cuja parte superior e central há uma placa de mármore, tendo esculpido ao centro uma cortina, cujo interior contém a seguinte inscrição “Tributo de gratidão ao incançável zelo do Exmo. Sr. Conselheiro Luiz Pedreira de Couto Ferraz em promover o desenvolvimento e engrandecimento da Tijuca. Engenheiro o Sr. Capitão Antonio Pedro Monteiro Drumond executor da obra o Sr. Henrique Clark — 1857”.

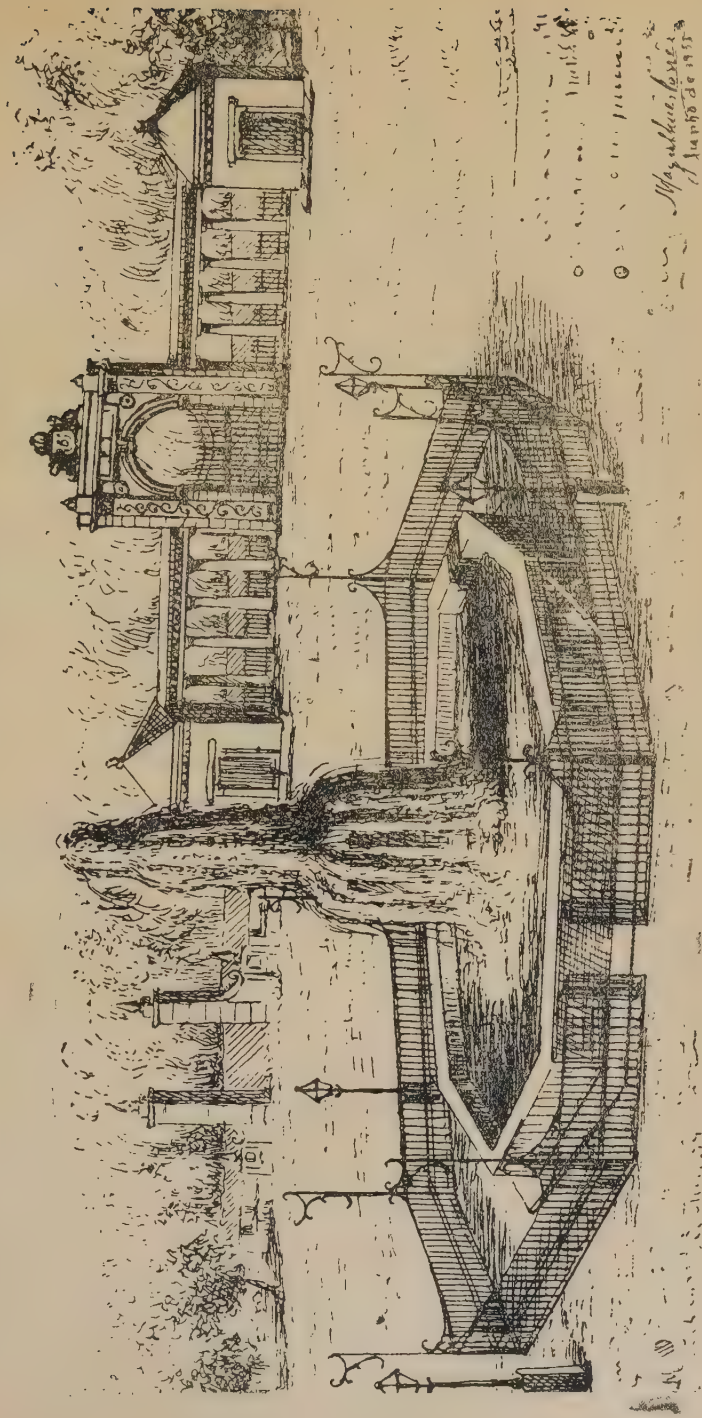
Prosseguindo pela estrada encontra-se à direita, numa curva, o mirante da “Vista Chinesa”, pavilhão em forma de quiosque, construção de cimento, situado a 413 metros de altitude; do lado oposto uma fonte, de fabricação francesa Val Dosne e, em seguida, passa-se o Jardim Botânico, com o

Rio Macaco que vai sob a “Ponte de Táboa” e daí canalizado desagua na Lagoa Rodrigo de Freitas.

Termino assim as fontes úteis da cidade, pois agora aparecem outras, verdadeiramente ornamentais.



O chafariz da frente do Palacio em 1860



5160 E. 894 m  
M. J. de Almeida, 1860



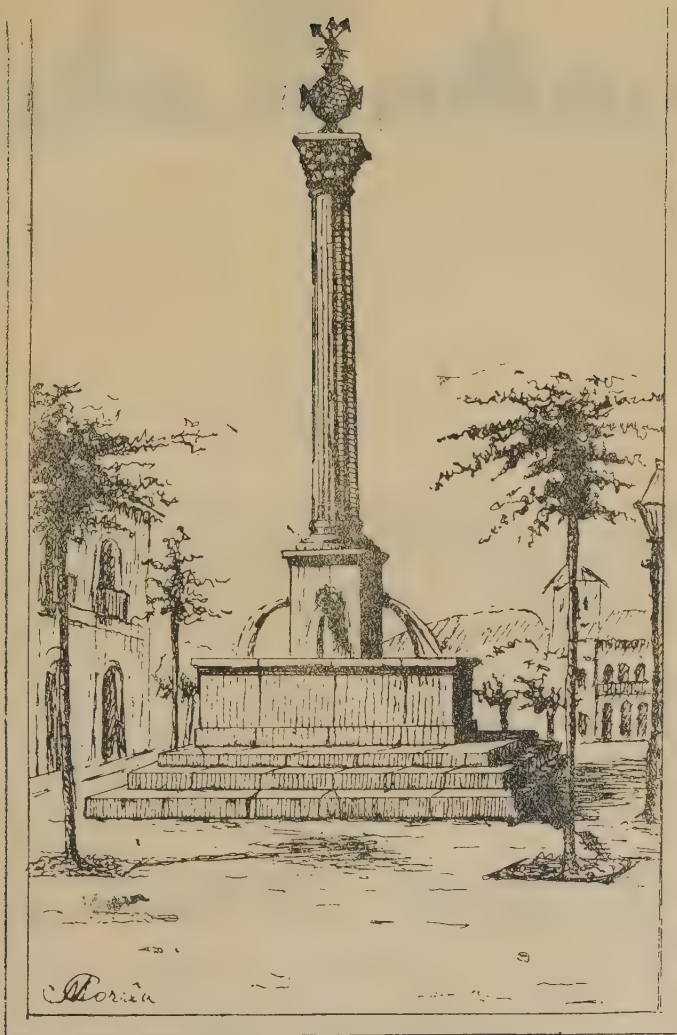


## FONTES ORNAMENTAIS

---

XV

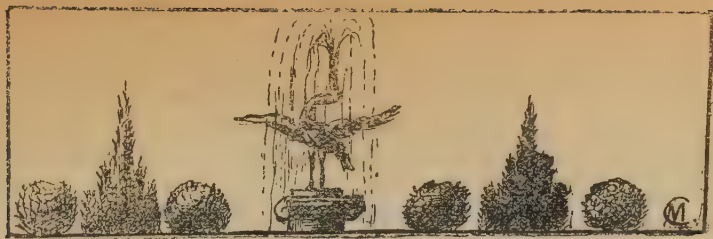




Chafariz da Praça Municipal







## XV

As fontes surgiram com o homem para a sua utilidade e depois foram tornadas decorativas para o prazer visual e conforto espiritual, sob o ponto de vista artístico.

Assim surgiram as legendárias. A "Miraculosa", de Moysés, que com a sua varinha, fez jorrar água aos que morriam de sede.

A de "Castalia", perto do Parnaso, e consagrada às musas, tendo o nome da ninfa que se afogou para escapar aos amores de Apolo.

A dos "Amores", da infeliz Ignez de Castro.

A de "Lourdes", que cura os crentes que vão lá beber e nela banhar-se.

A da "Mãe d'água", que tem o dom de aformosear os semblantes, fascinar os forasteiros e dar boa voz aos cantores.

A "Fonte Batismal", vestíbulo inicial da religião católica.

Eis como as fontes deram inspirações aos poetas e escritores, fonte das fontes da literatura universal.

Sob o ponto de vista das artes plásticas, aparece primeiro na arquitetura.

E' a construção destinada a dar saída aos jactos d'água e composta de pias (vascas) transbordantes e reservatórios.

Desde a época romana que se construíram fontes em forma de taça ou vasca, colocadas nas praças públicas, sendo a mais célebre a dos Gladiadores. Na época romano-bisantina eram de pedra, cobre e chumbo, e estavam nos interiores dos templos — “Fontes Batismaes”, e as mais célebres, sob o ponto de vista artístico, eram a de Strasbourg e a bacia “Persa”, conservada no Museu do Louvre.

A Idade Média trouxe-nos a gótico, cuja construção das fontes oferecia o aspecto de pequenos oratórios (relicários) em forma de pirâmide.

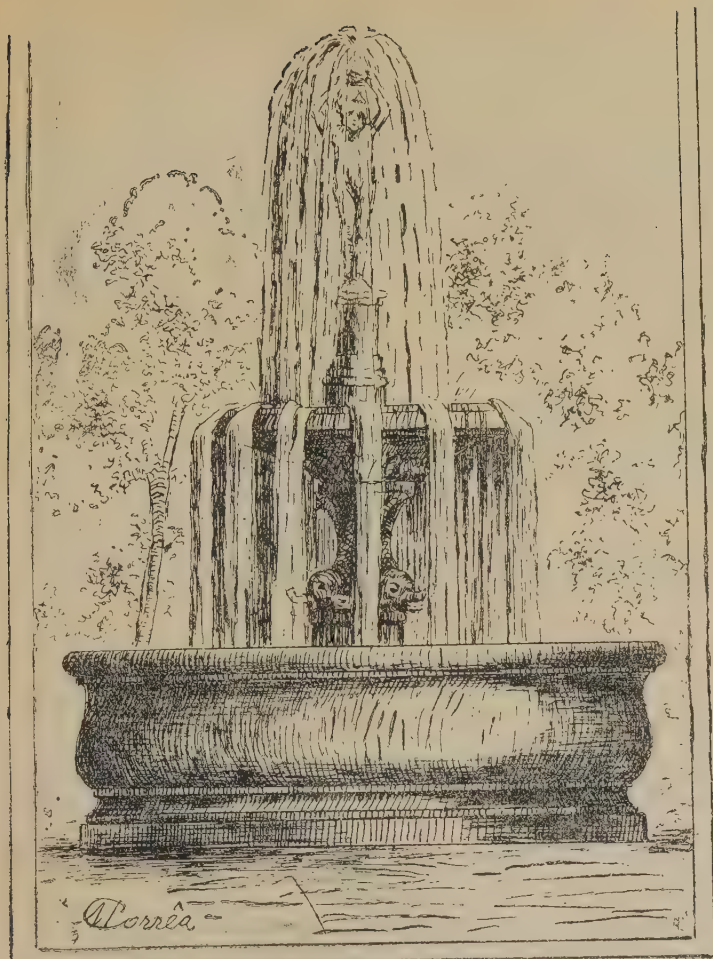
Com o domínio dos Mouros, na Península Ibérica, appareceu a Alhambra de Granada, com a sua extraordinária “Fonte dos Leões”, jóia da arte árabe.

O Renascimento compôs as suas, sempre no meio de pórticos, sobrepostas de molduras, de cartuchos de grandes dimensões ou tímpanos. Entre as monumentais apparecem as de Roma e as de Paris. Desta última capital, salienta-se a fonte de Medicis, no Jardim de Luxemburg, construída sob ordem de Maria de Medicis, por J. Debrosse; os nichos ornados de escultura de Ottin — o motivo central representa o gigante Polyphème surpreendendo Acis e Galatéa, grupo colossal do mármore e bronze. A fonte Saint Michel, na praça do mesmo nome, construída em 1860 sobre os planos de Davioud, que representa São Miguel escurraçando o demônio, grupo em bronze de extraordinário efeito. Estes dois monumentos, apesar de feitos fora da época, são do renascimento e do barroco.

Da época moderna, predominam as fontes no centro das praças e jardins — como as da Praça da Concórdia, em Paris, colocadas uma de cada lado do Obelisco de Louqsor, executadas por Hittorf — são de ferro fundido, com uma grande bacia de pedra que lhe serve de base.

A belíssima fonte do Observatório, no Pequeno Luxemburg, em Paris, trabalho do escultor Carpeaux, inaugurado em 1874, representa o grupo principal as quatro partes do mundo sustentando a esfera armilar e no interior, o mundo. Aquí faço ponto, pois seria demorado descrever as fontes dos países europeus e sem interesse, não sendo esse o nosso fito; se faço este preâmbulo é somente para justificar a existência das fontes, que aquí appareceram depois de 1878.

Na Europa e, principalmente, em França, surge uma infinidade de fontes de ferro fundido que se irradiam pelas grandes capitais do mundo por serem essencialmente industriais, apesar de muitas delas serem verdadeiras obras primas.



Fonte do Palácio Itamarati



Apareceram pela primeira vez, na via pública da cidade de Paris, em 1872, as fontes denominadas "Wallace", oferecidas ao povo pelo filantropo sr. Wallace da qual possuímos exemplares que surgiram aqui no Rio depois de 1878. São elas mixtas, ornamentais e úteis e de ferro fundido, formadas por uma base de fôrma prismática, tendo nos ângulos consolos e sôbre a base referida quatro figuras de cariatides sustentando uma pequena cúpula, decorada com elementos aquáticos e do centro da referida cúpula cai a água, que se serve por meio de uma caneca presa por uma corrente.

Também as de centro de pequenas praças, de indústria francesa, denominadas Vasques, em francês e Vasca, do italiano, fizeram a sua entrada na terra carioca.

Uma grande bacia poligonal ou circular, de pedra ou ferro fundido, como base, recebe o líquido que transborda de uma vasta bacia em fôrma de taça chata e circular, que se eleva do seu centro. Também há fontes dêste gênero que são formadas de várias taças superpostas.

Estas também possuímos, com pequenas variantes, nos motivos decorativos, que veremos na descrição a seguir.

### **As fontes de ferro fundido**

As fontes em ferro fundido, indústria inglesa e francesa, apareceram nas praças e ruas da cidade depois de 1878 e são as seguintes: "Ciborium", "Wallace", "Stella" e "Vasques", estas últimas taças transbordantes e sobrepostas.

### **As fontes Ciborium**

Posuímos três curiosíssimas fontes dêste gênero; como vieram até à nossa cidade não consegui saber; duas estão com a bacia e fonte modificadas, e uma em perfeito estado de conservação; duas localizadas no Campo de São Cristovão, uma em frente ao Estádio, outra perto da rua Escobar e a terceira situada no jardim da praia de Botafogo, em frente à rua São Clemente.

São estas fontes a reprodução exata do "Ciborium" — espécie de dossel sustentado por quatro colunas que cobrem o altar ou tabernáculo do altar-mór das basílicas christãs — sendo conservado até o século XIII nas igrejas romanas, desaparecendo das igrejas ogivais.



Sôbre um degráu de pedra, quatro colunas sustentam o dossel, todo vasado como uma verdadeira renda, terminado por uma coroa que no ápice tem uma cruz de Malta.

Entre as colunas, arcos em pleno cintro; nos ângulos e sôbre as colunas, dragões de azas abertas, como guardas do Toison d'Or, das Hespérides, e no pleno cintro, um escudo, tendo ao meio uma cegonha; o conjunto é agradável, sóbrio e belo. No interior do Ciborium, uma fonte representando uma bacia circular, tendo o pé e a pia trabalhados de hera; ao centro da mesma, eleva-se um corpo que sustenta um esferoide, inteiramente lavrado, com quatro biquinhas, que lançam a água na pia.

Dêste corpo nascem, diametralmente opostas, quatro hastes que terminam em flôr estilizada — Copo de leite — Calla-aetiopica, como é conhecida em jardinocultura com os respectivos pistilos, em espiral, onde se prendem correntes com canecas; ao centro, aparece uma cegonha, de pé, com a cabeça voltada para o peito.

Na face anterior e posterior externa, acompanhando a curva do pleno cintro, está a seguinte inscrição em inglês:

“Keep the pavement dry”.

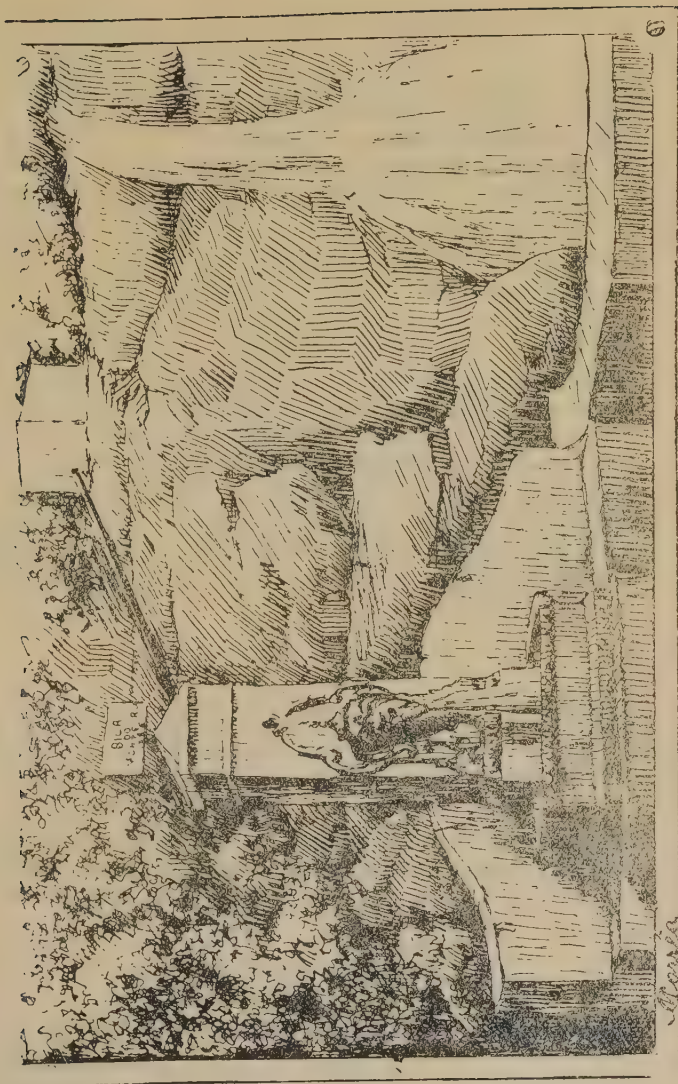
Li e fiquei no mesmo; assim recorri ao Bastos Tigre, que traduziu: “Conserve o chão sêco”.

Como são curiosas as cousas em nossa terra! Uma fonte religiosa, com inscrição em inglês para uso do nosso povo, esquecendo os nossos pândegos administradores que elas só foram feitas para inglês ler.

### As fontes Wallace

Estas fontes, feitas por ordem e conta do filantropo Wallace e oferecidas ao povo francês, apareceram aquí, naturalmente à custa dele, e em benefício de intermediários. Tínhamos, outróra, nas praças e jardins públicos, mas atualmente não as encontrei; provavelmente, estão repousando no depósito das Matas e Jardins... Encontravam-se nò Passeio Público, em Botafogo, na Avenida Central, hoje Rio Branco, no local onde puzeram o Manneken Piss e, presentemente, a herma Paulo Frontin; e as únicas que existem são a do pátio interno da Caixa Econômica e a de Santa Cruz, junto ao 2º Regimento de Artilharia, com as respectivas inscrições C. Lebourg S. C. 1872. — Val d'Osne e a que está em Freguezia — Ilha do Governador.





Bica do Monteiro (Tijuca)



## **As fontes em fôrma de Stella**

Existem na cidade e arrabaldes, no interior dos jardins públicos, diversas nêste gênero.

Designavam-se Stella, na antiguidade, as pedras monolíticas colocadas verticalmente, tendo inscrições destinadas a conservar a recordação de fatos históricos. Hoje em dia servem para monumentos funerários e de pedestal para vaso, estatueta ou motivo decorativo, como fonte ou bica para serventia pública.

No Jardim Botânico, colocadas nas encruzilhadas das alamedas, existem seis bicas de ferro localizadas pela administração do dr. J. Barbosa Rodrigues, quando foram executadas as obras do desvio do Rio Macacos, e canalizado e restaurado o reservatório, resultando o crescimento do volume d'água para os lagos, repuxos e fontes. As fontes ou bicas, em fôrma de Stella, têm, na parte superior, um frontão circular, sustentado lateralmente por uma pilastra, tendo, na parte inferior, um golfinho. No centro do frontão, saí uma cabeça de mulher com duas tranças e seus lábios, transformados em bica, fornecem a água, que se projeta em uma pia semi-circular, com uma caneca presa a uma corrente.

---

No Campo de Sant'Ana, na praça central do parque, estão colocadas, nos quatro cantos, quatro bicas, em fôrma de Stela, com canecas presas à corrente para serventia pública.

Elas são formadas por um nicho circular, tendo, na parte superior, um busto de menino. No centro, a bica que despeja a água em uma pia circular.

## **As fontes Vasques**

Estas fontes aparecem em quási todas as praças e jardins públicos.

### **A da Praça 7 de Março ou Praça Barão Drumond**

O chafariz é formado de uma enorme bacia circular, assente em patamar de dois degraus de pedra.

Do centro da bacia, eleva-se um corpo prismático triangular, onde duas sereias e um tritão, colocados nos ângulos, sustentam uma segunda taça menor; três volutas conjugadas suportam uma taça, cujo centro apresenta um conjunto vegetal em flôres de tabúas.

Do centro de vegetação, esguicha o repuxo, que em sua quóda sucessiva pelas taças produz efeito extraordinário.

### As do Campo de São Cristóvão

Assente sôbre um degráu, uma bacia circular de pedra, e do centro eleva-se um corpo triangular, de cujos ângulos partem volutas formando o pedestal da taça, de cujo centro parte um bloco de estalattites, de onde saem dois cágados e, na parte superior, um golfinho suportando em seu dorso um menino coroadado de flores com um molusco na mão. Esta fonte está situada no jardim em frente ao Asilo Araujo. Outra há, em frente à Intendência da Guerra, sôbre três degráus e um largo patamar, que recebe uma enorme bacia octogonal, sendo os ângulos salientes em fórmula de sócos e, interiormente, afunilada, tôda de pedra. Ao centro, como base, um corpo prismático triangular com duas sereias e um tritão sustentando uma taça — êste corpo é igual ao do chafariz da Praça 7 de Março. Sôbre esta taça um motivo novo: dois pequeninos tritões equilibrando um molusco em fórmula de cornucópia, com a parte larga para cima, de onde o repuxo expelle a água.

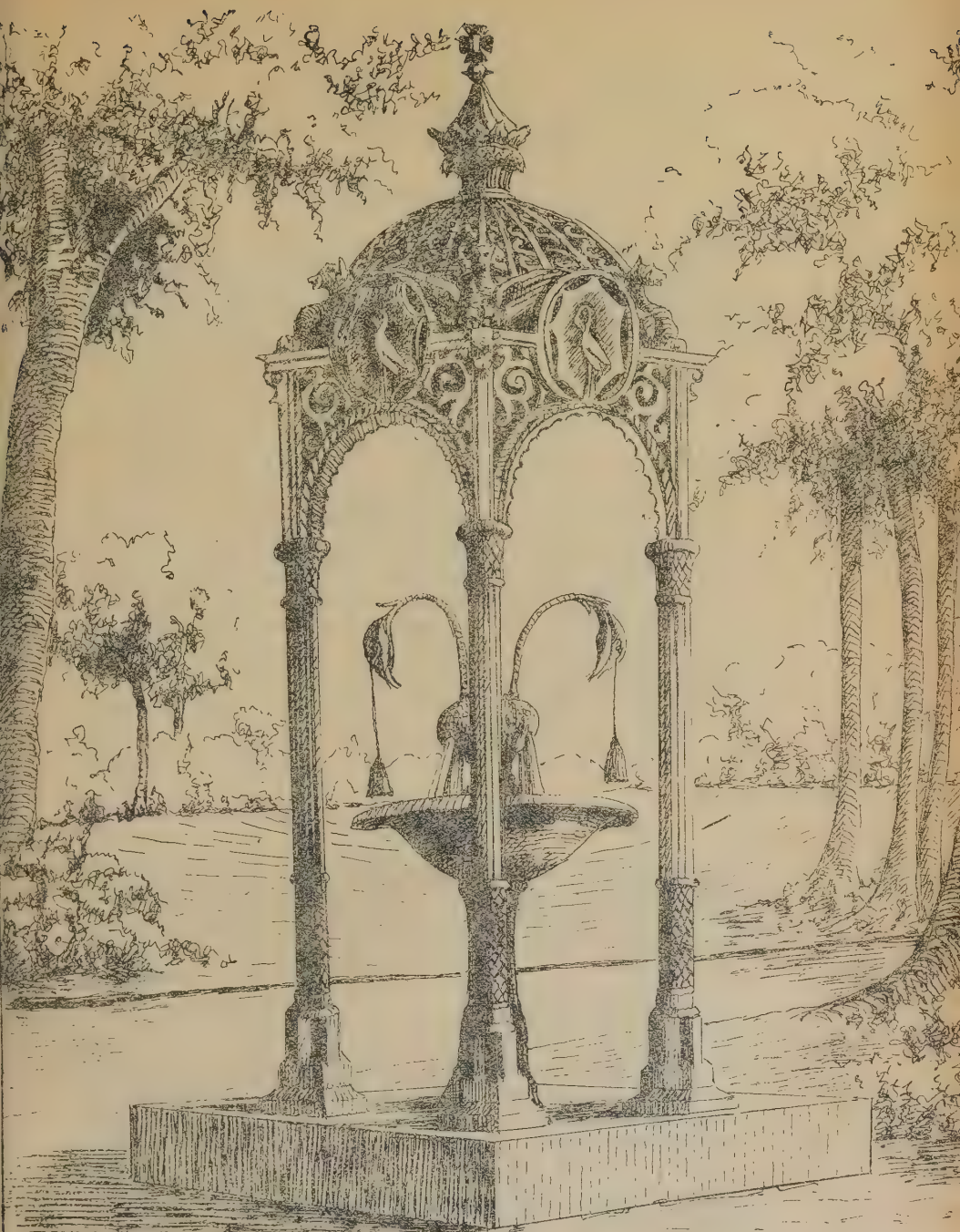
### Na Quinta da Bôa Vista

No gramado do lado esquerdo do Museu Nacional, existe uma fonte conhecida por Banheiro dos Passarinhos, composta de três taças sobrepostas, de cobre repuxado e cinzelado; visto a sua curiosa espessura e a fórmula desigual das taças, dá a impressão de ingenuidade, talvez um dos primeiros trabalhos de metal batido feitos aqui no Rio e ignorado até hoje, pelo que vale a pena ser estudado.

★ ★ ★

No jardim da frente da Casa da Moêda, colocados simetricamente nas alas laterais, estão dois chafarizes. São êles bacias octogonais de pedra, tendo ao centro, sôbre o ca-





*Pórrão*

Fonte Ciborium (São Christóvão)





pitel de uma coluna jônica, uma cegonha, de tamanho natural, com as azas abertas, cabeça erguida, cujo bico expele água em movimento elegante e vaporoso.

### O de Botafogo

No largo do Depósito, hoje Praça dos Estivadores, existia um chafariz, que em dezembro de 1920, no governo do prefeito Carlos Sampaio foi transferido para a Praia de Botafogo, sem respeitar o ambiente local e a utilidade que proporcionava àquele meio.

Entre as ruas Marquês de Abrantes e Senador Vergueiro, no canto da praia, estava êle sêco, repousando, e agora, foi desmontado pela Diretoria de Matas e Jardins.

Sôbre três degraus de construção recente, uma bacia circular de pedra, de perfil retilíneo em sua moldura. Sáí do centro um corpo prismático octogonal, e quatro faces alternadas avançam, recebendo volutas decoradas de folha de acanto, como consolo, formam a base de uma elegante taça. Esta é decorada de pétalas, que no conjunto formam a flor aberta — lotus estilizado — que se liga à base pela haste decorada de fôlha de acanto. Sôbre a taça ergue-se um corpo circular como pedestal de um grupo de pequeninos tritões de braço dado, formando uma cadêia e sôbre êles uma outra taça menor, tendo ao centro flores e tabúas de onde jorra a água.

### A da Praça São Salvador

No centro do jardim da praça São Salvador, existe um chafariz, dividido em duas partes: uma, de cantaria e outra, de ferro. A de pedra é uma enorme e bela bacia, com três degraus, de fôrma circular, com oito porções de círculo — *octolobado*.

A de ferro fundido tem o corpo central, em fôrma de cubo com cornija de estalates servindo de base a quatro meninos montados em golfinhos, que estão nos ângulos, tendo, à mão direita, um caramujo, e, na esquerda, uma lança. Entre êles, e nas quatro faces dêste corpo, cartuchas coroadas de castelo, emblema de cidade, e o resto decorado de folhagens.

Ao nível das cabeças dos meninos, um corpo cilíndrico dá comêço ao nascimento de uma grande taça, ornada de

folhagem circularmente, tendo diametralmente quatro âncoras, despejando água para a bacia de pedra, e a borda da taça diminue de diâmetro, dando o perfil uma bela linha.

Do centro desta, uma base cilíndrica, arrematada por estalattites, servindo de pedestal a uma estátua pedestre de mulher, vestida de panejamento diáfano e em uma graciosa atitude, coroada de algas e com colar de conchas, tendo às mãos e apoiada à esquerda uma âncora que deixa cair o líquido na bacia de ferro, que transborda pelas quatro âncoras da taça. O pedestal da estátua é decorado de tabúas em flôr e está assinado "*Sauvageau — 1862*": naturalmente data da fundição em Paris do original em bronze, pois o que possuímos é de ferro fundido.

### As do Jardim Botânico

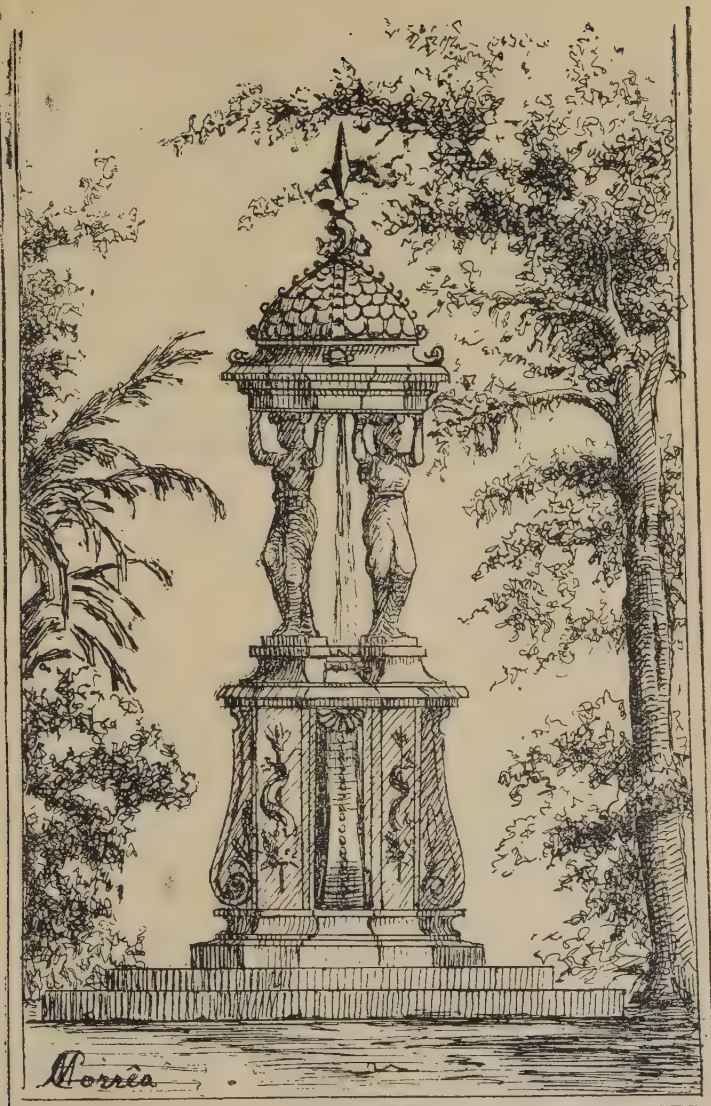
Localizada no interior do Orchidário do Jardim Botânico, existe uma fonte em meio de um tanque de cimento.

A fonte é representada por um menino tendo sôbre a cabeça uma taça que é equilibrada pelas mãos, de onde transborda a água, que jorra de um repuxo.

### Chafariz da Avenida das Palmeiras

No lugar onde existia um repuxo feito por frei Leandro construído há cerca de 70 anos, na parte central da alea das palmeiras, foi colocado o chafariz do Largo da Lapa, pêlo dr. J. Barbosa Rodrigues, diretor do Jardim Botânico, em 1895. Êste chafariz tinha o material completamente conservado e nunca funcionára no referido Largo, conforme as crônicas de "O País", de 1885, que constantemente reclamára o seu abandono e o seu não funcionamento. O referido diretor conseguira o chafariz para o jardim e na desmontagem, montagem e o transporte do mesmo gastou cincoenta contos.

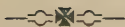
Sôbre um amontoado de pedras artificiais, no centro de uma bacia de mármore de 16 métrô de diâmetro por 0m,90 de fundo, cercado de mirtos e entre vasos de mármore com samambaias, ergue-se um chafariz de ferro, fundido em Londres, tendo quatro meninos diametralmente opostos, que com vasos despejam água na bacia e ligados ao corpo central por um ornato em curva que fórma a base da grande taça. No corpo circular formado pela base, intercalados entre os meninos, aparecem altos relevos representando dois meninos



Fonte Wallace

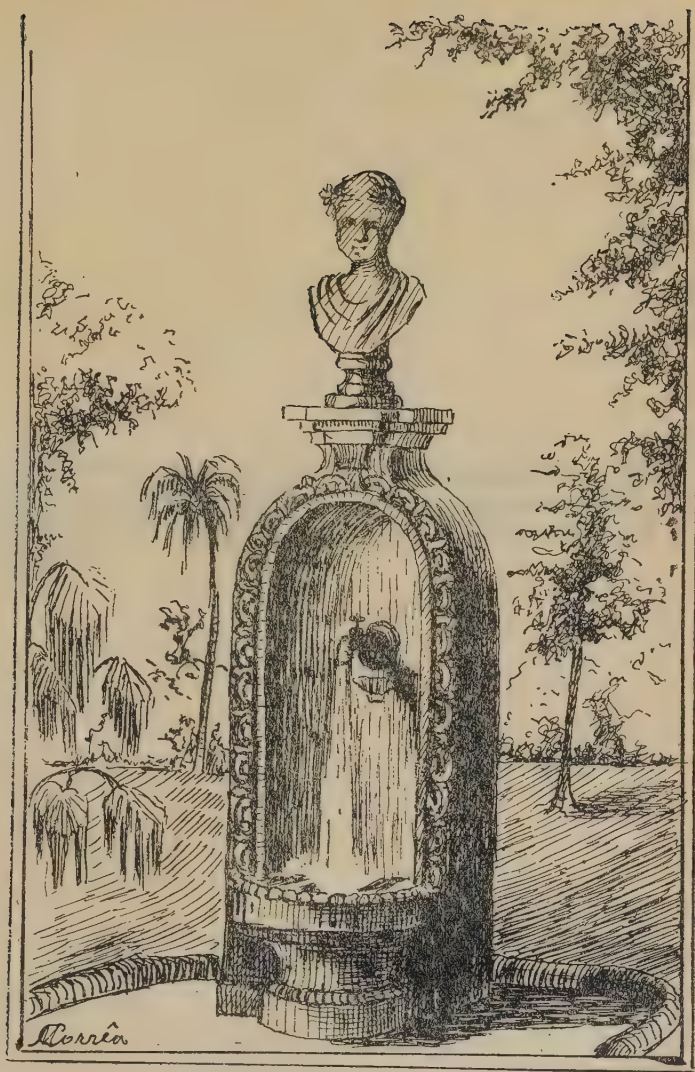


com tridentes, sedestres e compostos de costas um para o outro, saindo dentre eles um jorro d'água que cái numa concha, em fôrma de pia, da qual transborda para o tanque. Sôbre êste corpo a taça, ornada de estrias formando gomos, com cabeças de golfinhos espaçadamente colocados, de onde cái água. Sôbre a taça um corpo cilíndrico, dividido por quatro consolos e, nos intervalos, cabeças de velhos de longas barbas, lançando das bocas o líquido para a taça; sôbre êste corpo um outro dividido em quatro nichos, com quatro estátuas sedestres, representando as artes: Musical, Plástica, Poética e Dramática. Colocada sôbre êste corpo, uma outra taça menor, e no centro, quatro golfinhos conjugados formando o pedestal de uma ânfora achatada, de onde quatro guelras de peixes projetam diretamente a água no tanque de mármore; coroando o chafariz um repuxo movimentado de quatro pontas, a seis metros de altura do solo.









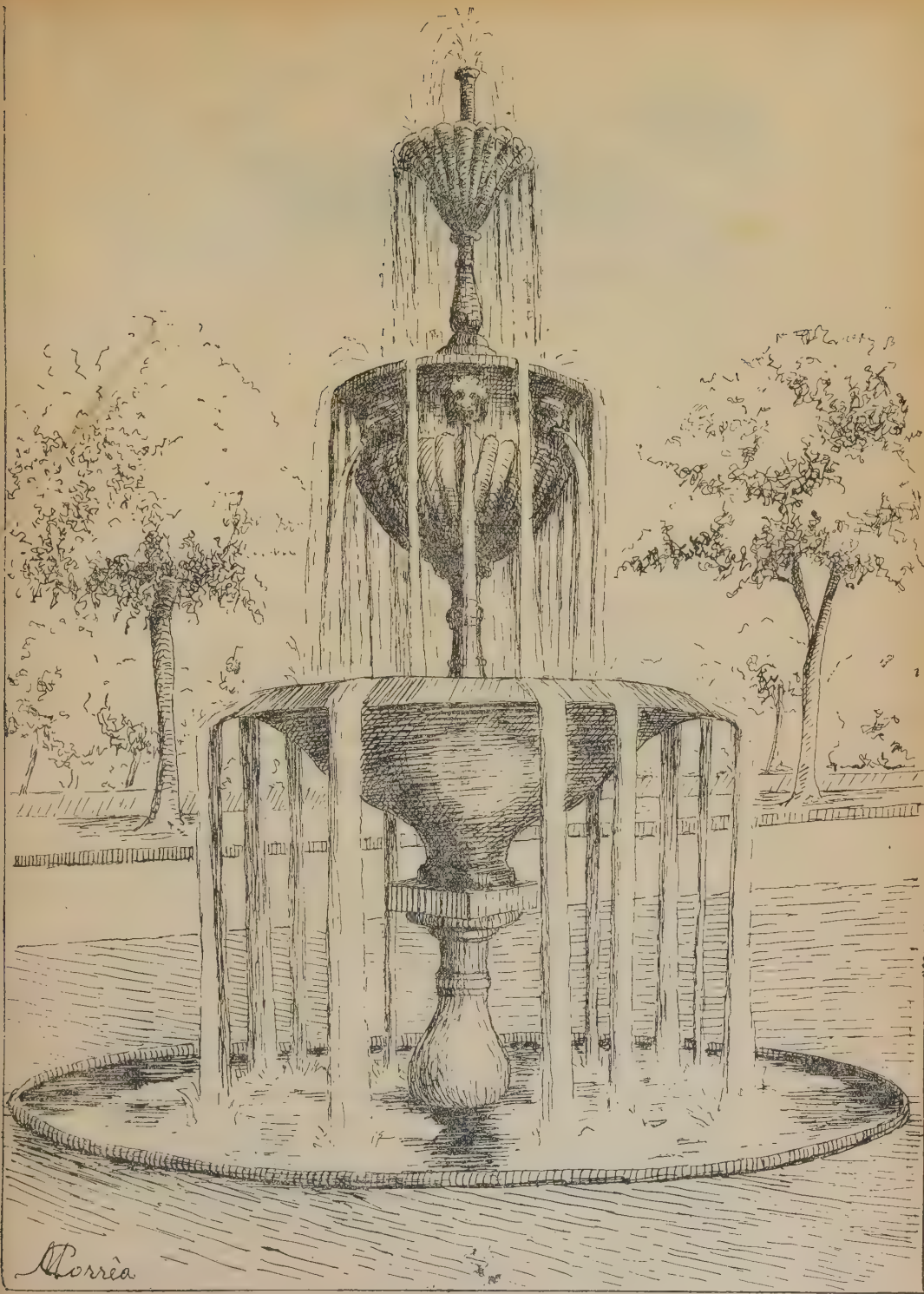
Fonte Stella (Campo de Santana)



**CHAFARIZ DA PRAÇA 15 DE NOVEMBRO E DO  
PALÁCIO DO CATETE E AS FONTES DO MINIS-  
TÉRIO DA VIAÇÃO, RAMOS PINTO E DO  
VELHO**

XVI





Fonte de cobre repuxado e cinzelado da Quinta da Boa Vista







## XVI

### Chafariz da Praça 15 de Novembro

O chafariz monumental da praça 15 de Novembro é o tipo dos ornamentais que existem nas grandes capitais.

Sôbre uma sapata circular, repousa um patamar de quatro degráus, interceptados por quatro sócos diametralmente opostos situados no mesmo nível do patamar, que outrora tinham tubos metálicos, por onde se abasteciam os marítimos.

Nêsse patamar assenta uma grande bacia circular; tôda essa parte descrita é de cantaria do país.

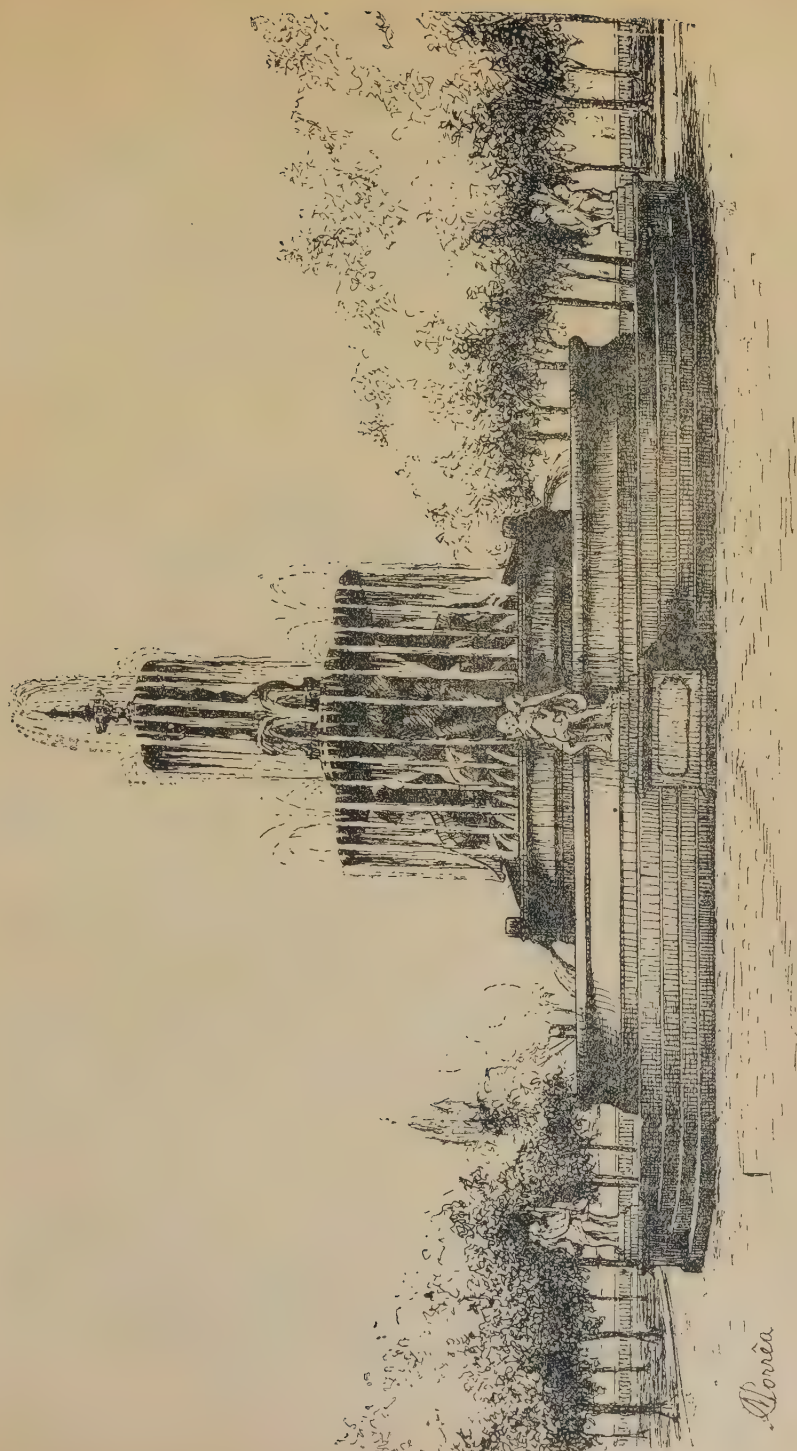
Surge desta bacia o chafariz de ferro fundido, indústria francesa, executado na fundição Val d'Onse em Paris, composto de uma alta bacia circular, dividida em quatro partes, que na parte externa aparecem como sócios, tendo ao centro, uma carranca de onde jorra a água. Sôbre esta segunda bacia um corpo cilíndrico central, tendo em cada divisão uma estátua sedestre, isolada do eixo, sendo duas cariátides e dois atlantes, sustentando cada uma dessas figuras uma taça, formando no conjunto quatro conjugadas; junto às estátuas, pequenos zéfiros com moluscos nas mãos, formando o grupo com os deuses das águas. Nos intervalos das estátuas, uma bacia em quarto de círculo, com pias, recebe o líquido que vem do eixo central. Das bacias conjugadas, transborda a água para a inferior e, do seu centro,

um outro corpo otogonal, tendo quatro volutas em fôrma de consolo terminadas por carrancas de tritões de longas barbas e coroado de vegetação marinha; serve de base ao grupo de quatro estátuas pedestres de meninos, representando a América, Europa, Ásia e África, que sustentam com as suas delicadas mãos uma taça que por sua vez recebe um motivo ornamental, terminado como repuxo e de que esguicha a água que, caindo na primeira taça, transborda para a segunda e, por sua vez, passa à terceira e daí à bacia de pedra, produzindo verdadeira cascata de extraordinário efeito.

O movimento das águas é produzido por uma bomba hidráulica, que em moto-contínuo faz circular o líquido sem perda do mesmo; à noite, funciona a iluminação, passando a ser fonte luminosa, somente nos dias feriados; deve-se êste trabalho à Diretoria de Matas e Jardins da administração Prado Junior.

O prefeito Passos colocou, nos sócos de pedra da escadaria, golfinhos de bronze, o que de fôrma alguma ia com o conjunto; mas, em começo de 1924, foram retirados inteligentemente pelo dr. A. Baptista Ramos Bittencourt, engenheiro chefe do 6º distrito da repartição das Águas e Esgôtos, e instalados no "Açude do Morro do Inglês" (Águas Férreas) onde se acham. Na administração Prado Junior fôram colocados quatro grupos em mármore nos sócos onde estiveram os golfinhos; êstes grupos de mármore, reunidos 3 a 3, não são nada mais, nada menos, que cópias dos executados por Van Clève, Lespingola, Poutier e Gros, sob a fiscalização e direção de Girardon, no "Parterre d'eau, bassin du Midi", do jardim de Versailles. Mas, santo Deus! estas horríveis cópias desmoralizam os artistas franceses, por serem de fancaria, as quais foram adquiridas pela Prefeitura ao senhor Guinle!

A Prefeitura, em 1928, requisitou ao Ministério da Viação os chafarizes da praça 11 de Junho, do Largo do Paço e o de ferro da praça 15 de Novembro, que faziam parte do Patrimônio Nacional para o Municipal. Depois de muita relutância, fez-se a transferência, mas lavrou-se o seguinte termo: "De não serem removidos, nem modificados em sua arquitetura por serem considerados relíquias da cidade". Tudo isso devido ao zelo e carinho com que o engenheiro chefe do 6º distrito da repartição de Águas e Esgôtos, dispensa às coisas históricas que estão a sua guarda.



O chafariz monumental da Praça Quinze de Novembro

Rouen





## O Chafariz do Palácio do Catete

Construído o palacete pelo barão de Nova Friburgo (Antonio Clemente Pinto), em 1860 ou 1862, legado depois a seus filhos, que viviam na fazenda do Gavião (Cantagalo), deixando o mesmo em abandono, foi então vendido ao conselheiro Francisco de Paula Mayrinck, que o transferiu ao governo, por intermédio do dr. Aarão Reis, diretor do Banco do Brasil, para ser transformado em palácio do governo, o qual foi inaugurado, a 24 de fevereiro de 1897, pelo dr. Manoel Victorino Pereira, vice-presidente da República em exercício, visto estar o presidente, dr. Prudente de Moraes, enfermo.

Na adaptação do palácio foi, sob a direção do dr. Aarão Reis, reformado e embelezado o parque, correndo por entre arvoredos um riozinho que, serpenteando o terreno, é cortado por pontes rústicas e cascata.

No seu interior aparecem repuxos e fontes; junto a uma ponte, uma fonte de bronze, assente sobre pedras, representa um menino nú montado no dorso de um jacaré-zinho, o qual com as mãos abre as mandíbulas do anfíbio, de onde jorra a água; no centro do riacho, outra fonte de bronze surge entre pedras, representando outro menino em plena nudez, que com muita graça subjuga um ganso de azas abertas, mantendo em suas mãos o pescoço ereto do mesmo, de cujo bico esguicha o líquido para o ar, formando uma chuva perene.

No gramado do parque, aparecem, também, grupos em bronze de meninos, mas não como motivos aquáticos e sim terrestres; sob uma palmeira real, surge o grupo de bronze: um menino nú matando a seus pés um jaguar, com um machado de pedra, e mais adiante, entre uma moita de pequenas palmeiras, um outro grupo de bronze, representando um menino nú, com o cabelo à moda indiana, dominando uma serpente. Estes quatro grupos representam a fauna dos quatro continentes do mundo: África, Europa, América e Ásia.

---

Perto do pavimento térreo do palácio, está situada uma fonte de mármore branquíssimo, já carcomido pelo elemento líquido, que continuamente cái do repuxo.

Constituída por uma bacia de mármore polilobada regular, tem ao centro um amontoado de pedras de onde se



eleva uma coluna octogonal irregular, tendo nas faces mais largas quatro carrancas de leões; sôbre êste corpo, a base que sustenta a delicada taça que tem na parte interna a fôrma de concha estriada; sôbre ela ergue-se um pedestal formado de quatro golfinhos, que suportam outra taça menor, elevando-se do seu centro uma coluna em fôrma de balaustre que expelle a água com intermitência.



No centro do parque, está o monumental chafariz, construído de granito a parte arquitetônica e, de bronze, a escultural.

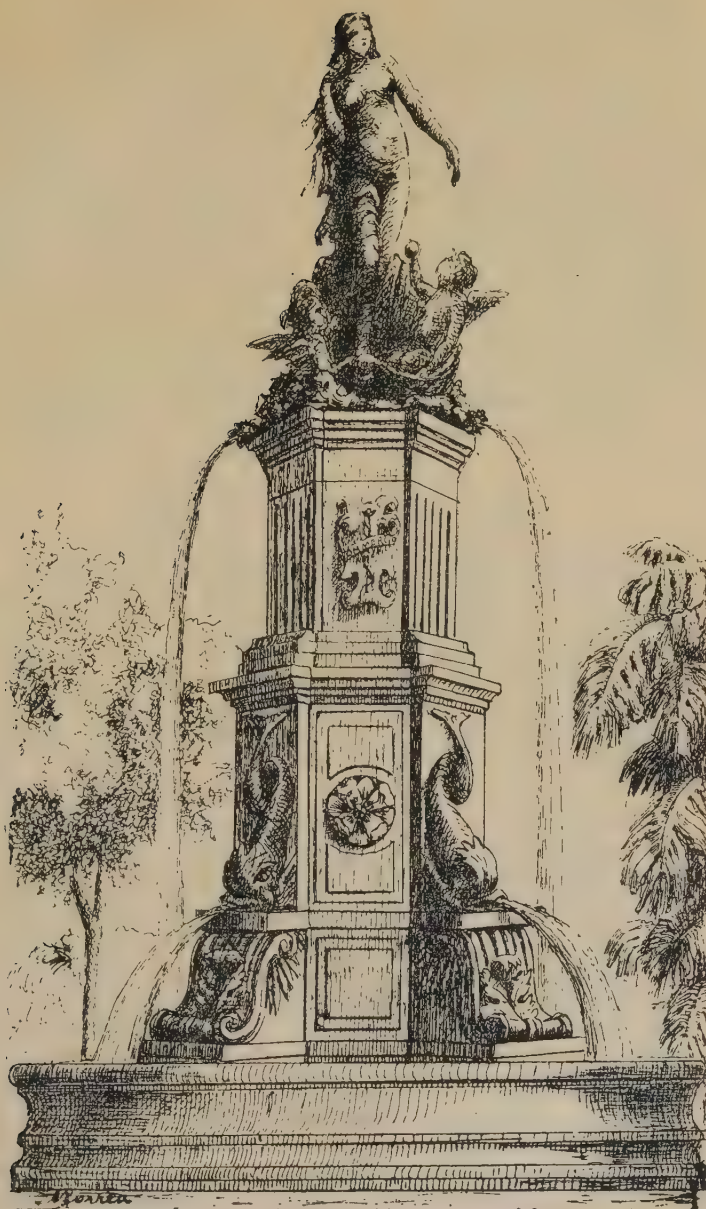
Êste chafariz é o mesmo que existia em frente ao palacete Nova Friburgo, na rua do Catete, retirado da via pública para o interior do palácio presidencial, pelo dr. Aarão Reis, segundo o ministro Agenor de Roure, em sua crônica "Palácio do Presidente" em "A Notícia", de 23 de novembro de 1896.

Pousando sôbre um degráu uma bacia circular, de 80 centímetros de profundidade, recebe ao centro um corpo constituído de quatro consolos, como pés, que saem das faces de um octógono regular, para sustentar quatro golfinhos, que partem das quatro faces superiores do octógono, e, nas outras faces reentrantes, aparece uma enorme rosácea; termina êste corpo octogonal por uma cornija, que mede dois metros de altura.

Sôbre esta primeira parte repousa outro corpo octogonal, de quatro faces reentrantes com cartuxas ao centro, com os seguintes dizeres: "Comércio, Obras Públicas e Agricultura" e a face posterior uma simples cartuxa. Nas outras faces, a cavaleiro dos golfinhos, pilastras com caneluras, base e o capitel, que fôrma com as partes reentrantes a cornija dêste segundo corpo, que mede um metro e cinquenta de altura, e quatro metros do solo à parte superior desta massa pétrea.

Coroando esta parte arquitetônica, o grupo de "Venus Anadiomene", representando o nascimento de Venus das espumas do mar, a qual aí aparece conduzida sôbre as águas em uma concha puxada por golfinhos e circundada por quatro Cupidos, como atributos que são da deusa do Amor.

A estátua de Venus é de uma mulher de beleza plástica extraordinária, nua e, púdicamente um panejamento cobre levemente uma parte do lado direito.



O chafariz do Palacio do Catete



A sua fisionomia é de bondade e de amor, cabelos soltos, coroada com um pequeno diadema de fórma de palmeta grega; sua mão direita delicada e elegantemente acaricia com os finissimos dedos as madeixas de seu cabelo; seus pés pousam com elegância, o direito à frente e o esquerdo mais atrás, levemente levantado, dando uma leveza e graciosidade no movimento à linha do perfil esquerdo, e o braço um pouco afastado do corpo, em movimento de apreensão, estendido para um Cupido que dentro da concha lhe oferece o pomo que não é o da discórdia; os outros Cupidos estão, um à frente guiando os golfinhos, e os outros dois, na parte posterior, tendo um preso aos braços um golfinho que pela guela precipita a água, e o outro com um molusco, de onde sai o liquido cristalino, que, passando pelo interior dos cálices de oito flores aquáticas pendentes, sai em filetes límpidos e rutilantes, caindo na bacia de pedra.

### Fonte do Ministério da Viação

O Palácio do Ministério da Viação e Obras Públicas, que se acha na Praça Quinze de Novembro, foi construido em 1874, tendo 20,5 de altura sôbre um quadrado de 38 metros de lado, obra do engenheiro Pereira Passos.

Na entrada do lado posterior, na rua D. Manoel, em frente à Câmara dos Deputados, em um pequeno jardim se acha instalado ao centro uma fonte de ferro fundido, com a seguinte inscrição: "Andu Flandyside & C. Limited — England — Derby & London".

A fonte é circular, com o aspecto de um pequeno templo, sôbre uma base cilíndrica, terminada por uma cornija; recebe cinco colunatas, com base e capitel corinto (fantasiado) e sôbre estas o entablamento circular, tendo como decoração cinco cabeças de velho no friso; sôbre a arquitrave e, na parte superior da cornija, antefixos (palmeta grega) em número de dezoito, colocados na periferia, que dá começo à cúpula, de cujo meio sobe um pequeno pedestal, que sustenta uma bacia em forma de vaso, decorada de fôlhas de acanto, surgindo do meio um menino equilibrando-se apenas em um pé e que carrega sôbre o dorso uma ânfora, cheia de folhagens, salientando-se uma flor, que é o repuxo da fonte. No interior do templo um vaso, como se fôra uma urna guardadora de relíquias.

Quando Ministro da Viação, o Sr. Marques dos Reis, foi o edificio demolido, sendo construido o atual, que não repre-

senta nada de extraordinário; inferior ao anterior, em tudo, arquitetura, estética e comodidade. Esse ato de demolição foi largamente criticado pela imprensa.

Mas com o seu arrasamento, foi retirada a fonte violentamente e suas peças levadas para lugar ignorado.

---

No jardim do Campo de Sant'Ana, no rio que se acha ao lado da entrada do Quartel General, existe uma fonte de ferro fundido, formada por uma moita de tabúa, e por entre ela surge uma sereia, tendo prêso às mãos um peixe, que, ao ser comprimido, expele pela bôca, em jato, ao ar, a água, que em sua quêda contínua, forma um verdadeiro chuveiro.

#### FONTE RAMOS PINTO

A fonte artística do jardim da Glória foi oferecida à cidade pelos industriais portugueses Adriano Ramos Pinto e Irmão.

Não é um trabalho de escultura portuguesa e sim francesa.

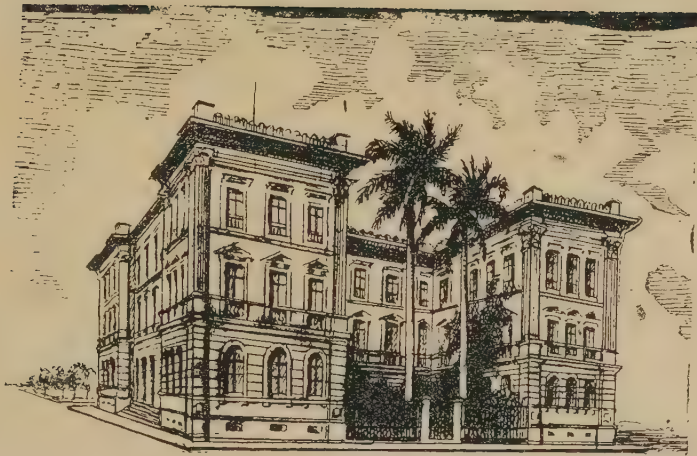
No Salon de Paris (1904), foi exposta uma maquete de fonte do escultor parisiense Eugene Thivier; os offerlantes escolheram-na para ser executada.

Adquirindo em Guarceta, Itália, um bloco de mármore de 37 toneladas, o artista levou nove meses na execução; depois de desbastado, com seu escôpo transformou a massa pétrea em estalactites; na cascata, de forma piramidal, fez surgir das cavidades três vultos de ninfas, em posições diferentes e em gestos sobriamente graciosos. No ápice da pirâmide, um Cupido pedestre tem as mãos apoiadas no arco, em atitude de espreita, ficando a sete metros do nível do sólo.

Ao arquiteto Haubain coube o trabalho de adaptar a fonte à composição de Thivier.

Ao Rio de Janeiro, vieram um representante da firma ofertante e um especialista de confiança do artista, para colocar a fonte.





Antigo edifício do Ministério da Viação





A inauguração deu-se no dia 24 de fevereiro de 1906, perante o chefe da nação, presidente Rodrigues Alves, prefeito P. Passos e o mundo oficial.

### **A Fonte do Velho**

No Passeio Público, à direita de quem entra, num lago sôbre pedras artificiais, existe uma fonte de bronze, trabalho da escultora patrícia Nicolina Pinto do Couto, representando um velho, talvez um tritão, que, com uma bilha ao hombro, despeja água no lago.

Este trabalho está muito prejudicado, por se achar muito baixo e num grande lençol de água, sendo no entanto uma obra de arte.





**O MANEQUINHO E O CHAFARIZ DO MARACANA**

---

**XVII**







## XVII

### O Manequinho

No fim da praia de Botafogo, perto do Pavilhão Mourisco, em um refúgio arborizado de Ficus Benjamina, acha-se colocada, ao centro, a fonte do Manequinho.

Sôbre um degrau, eleva-se, em mármore raiado de tons violáceos, um pedestal no estilo de herma, isto é, suporte em forma de pirâmide quadrangular truncada invertida, tendo à face principal uma pia tôda lavrada e, na parte inferior, filetes ovais, que, afunilando, se vão reunir, na parte têrça, da base e, na superior do pedestal, uma cornija esteticamente proporcional ao conjunto.

A estátua em bronze, do Manequinho, pousa sôbre o pedestal, representando um menino nú, em atitude dos primeiros passos, equilibrando-se, com os braços abertos e “vertendo” água, o que não se dá atualmente, por faltar-lhe líquido.

Na base da estátua está gravada, na face anterior, a seguinte inscrição: “Homenagem ao carácter reto e independente do dr. Rivadavia Corrêa”, e, na parte lateral, assinado “Belmiro, 1911”.

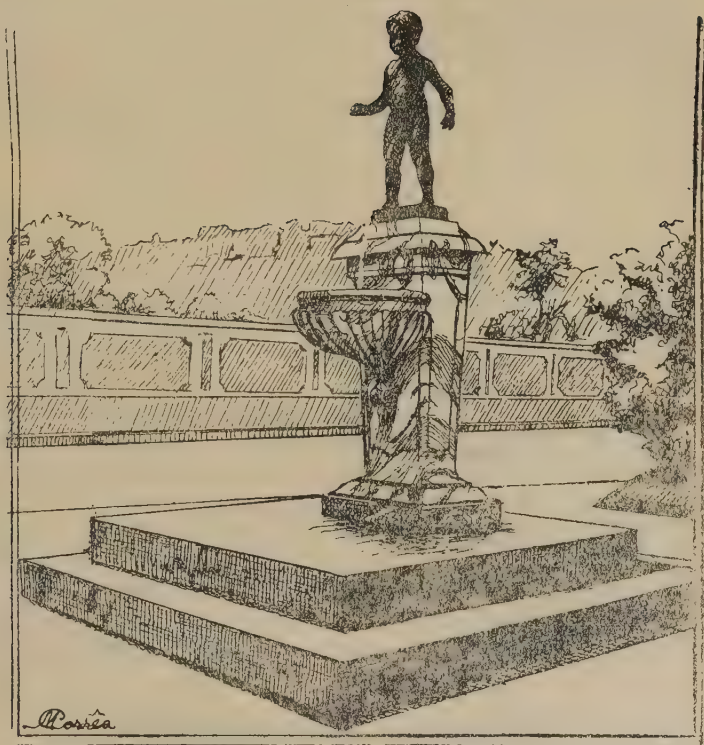
Esse bronze do artista Belmiro de Almeida é de fato uma obra de arte; o pedestal, sóbrio e bem trabalhado, harmoniza-se com a estátua do Manequinho, que é um verdadeiro flagrante de observação no movimento dos primeiros passos da infância, de proporção perfeita e em função fisiológica de micção. Na fatura difficilima da estátua do garoto vibra a

mão do artista e só os que lidam com o barro conhecem o seu segredo. Belmiro trabalhou com alma, transmitindo-nos através do barro, um instante do desabrochar da vida, que foi vasado em bronze para perpetuar a sua obra prima.

O local da fonte é impróprio, pois requeria um *square*, uma praça pequena, onde se pudesse observar, deliciando também, os transeuntes sedentos do utilíssimo líquido; onde está porém, é o refúgio dos *chauffeurs* e jornaleiros, que transformaram aquele recanto num verdadeiro ponto indesejável.

Há dias, encontrando-me com Belmiro de Almeida, na Tabacaria Londres, pedi-lhe o histórico da sua fonte e, prontamente, me satisfez o desejo:

— Queres que fale do meu boneco, que o povo carioca batisou de “Manequinho”? Pois então escuta: Foi em casa de um amigo que observei a sua filhinha ensaiando os primeiros passos na alameda do jardim e notei uma coisa curiosa na proporção — as crianças, nessa idade, têm o tronco muito maior que as pernas, o que não se verificava na formosa menina. Assim, pensei no “Manneken Piss” de Bruxelas e comecei a modelar o meu Manequinho, servindo-me do modelo da menina. Terminado o trabalho e passando a gesso, pensei em fundi-lo a cera e retocá-lo para o bronze; não encontrei, porém, nessa época, quem pudesse executar o meu desejo, e, quando fui a Paris, em 1911, levei o referido gesso, que foi elogiado pelo professor La Verenne e outros, em meu atelier, à rua de Bagnieux n. 7; nessa ocasião recebi também a visita do saudoso Nilo Peçanha e de outros caros brasileiros. Alí mandei fundir em bronze a estátua e, quando retocava a cera, fiz as alterações onde achei conveniente. A primeira fundição perdeu-se no momento de ser vasada em bronze por não ter sido o molde amarrado; dessa fundição salvou-se a cabeça, que pertence à sra. d. Abigail de Paula Buarque, residente em Petrópolis, e a mão esquerda conservo comigo. Retoquei outra cera, que, fundida, é o bronze da fonte, propriedade da Municipalidade. Depois ainda fundi outro exemplar, em cuja cera modifiquei a expressão do rosto, para meu amigo Antonio Ribeiro Seabra, por ter desejo de possuir um Manequinho e então coloquei a seguinte inscrição na base: “Ao meu amigo Seabra”; este trabalho está no jardim da vivenda da sua propriedade, em Santa Teresa. Lembrando-me que os artistas do mundo civilizado dedicavam as suas obras às pessoas gradas e amigas, como fazem entre nós os poetas e escritores, dediquei uma ao meu amigo Seabra e a outra ao dr. Rivadavia Cor-



"O Manéquinho" (Na Avenida Rio Branco)



rêa. Em 1912, expuz a estátua, no edificio do Cinema Pathé, na Avenida Rio Branco, e no dia da inauguração compareceu o marechal Hermes da Fonseca, presidente da República. Nessa época o Conselho Municipal propôs a compra dêsse trabalho, mas o prefeito não sancionou; procurei um funcionário, ao qual propus dar cinco contos; no dia seguinte, disse-me estar tudo arranjado, não por cinco, mas por quinze contos. O prefeito não sancionou, mas também não vetou, *ipso facto* estava comprado. Vindo meu amigo dr. Rivadavia Corrêa para a Prefeitura, deixei passar seis meses e fui a êle, contando-lhe a história. Então, disse-me:

— Para que se não diga que protejo amigos, diminua dez contos.

Atendi e fui embolsado da quantia de vinte contos de réis. Colocando o Manequinho na praça Floriano, sôbre dois degraus, conforme manda a estética, sob minha orientação, colocaram também uma torneira, afim de regular a pressão da água, que deverá ser inconstante. Sendo prefeito Paulo de Frontin, o seu primeiro cuidado foi suprimí-lo, mandando para o depósito; num país tropical, onde se bebe água a todos os instantes, a imprensa falou, a Sociedade Brasileira de Belas Artes protestou, mas tudo em vão. Na gestão do dr. Alaor Prata, foi novamente colocada a fonte na praça pública, mas lá no fim da praia de Botafogo, pois o lugar antigo estava tomado pelo "Manecão", e a inteligência artística da Prefeitura instalou a fonte sem os dois degraus, parte integrante da composição artística. Assim jaz a minha fonte, o meu querido Manequinho, num canto sujo de Botafogo.

### Chafariz da Praça do Maracanã

No entroncamento da rua São Francisco Xavier e Avenida 28 de Setembro, acha-se a praça do Maracanã, onde se encontra a "Usina elevatória Sampaio Corrêa", construída, em 1908, e reformada em 1926, para levar a água do Rio do Ouro, sob pressão aos reservatórios de São Carlos, Livramento e Mundo Novo.

Neste pequeno jardim de outróra, hoje sômente arborizado, erguia-se o chafariz de ferro fundido, feito pela Companhia Federal de Fundição e que esteve exposto na Exposição Nacional de 1908.

Sôbre três degraus de pedra, pousa uma bacia, composta de quatro taças, com os respectivos pés, ornados de fôlhas



aquáticas, ligadas por um corpo reto, que, na projeção horizontal, dá a forma de quatro porções de circulo, ligados por linhas retas.

Ao centro desta bacia, uma moita de tabúa, tendo na base pedras e, sôbre estas, quatro golfinhos diametralmente opostos, pousando a cabeça nas pedras e a cauda tocando levemente na taça que repousa sôbre as tábuas, decorada de óvulos, tendo, nas bordas, sôbre os quatro lados dos golfinhos, fôlhas pendentes por onde cai a água. Sôbre esta taça estão quatro cegonhas, equilibradas em uma só perna, entre tinhorões; ao centro, eleva-se uma coluna de seis metros, tôda decorada de fôlhas, que se enrolam em espiral da base ao capitel, também decorado de fôlhas, imitando o corinto.

Na parte superior do capitel um cilindro, servindo de base a uma pequena estátua, sustentando com o braço direito um globo luminoso; a estátua é graciosa, e o seu panejamento diáfano, sendo esta peça a melhor do chafariz. Lâmpadas elétricas, colocadas entre as folhagens da coluna não funcionam por economia e o chafariz, condenado pela Saúde Pública, não exerce a sua função, pois está sujo de petróleo, colocado pelos mata-mosquitos...

Em 1936, foi retirado o chafariz e transportado para a praça frenteira à Estação de Bomsucesso, e no antigo local construíram uma torre de elevação de cimento armado, de forma prismática, de trinta metros de alto, sob a direção do engenheiro Mem Xavier da Silveira, complemento da Usina Sampaio Corrêa, que acaba de ser transformada em sua arquitetura.







A cascatinha da Tijuca



**O ABASTECIMENTO DE ÁGUA DO DISTRITO  
FEDERAL**

---

**XVIII**







PONTE SOBRE O RIO CACHOEIRA - CASCATINHA -







## XVIII

Durante a grande estiada e, ao mesmo tempo, grassando epidemia na cidade, em princípios do ano de 1889, sendo grande o clamor, o govêrno de Pedro II providenciara para que se fizessem novas captações de mananciais, razão pela qual apareceu uma firma construtora com um plano de abastecimento d'água à cidade, em 40 dias.

O dr. Paulo de Frontin, criticando o referido plano, escreveu um artigo, no *Diário de Notícias*, em 16 de Março de 1889, e no qual declarava que trazia à cidade 15 milhões de litros, em seis dias, pela quantia de 80:000\$, estando pronto para executá-lo.

O govêrno aceitou a proposta, sendo assinado um contrato em que, mais ou menos, constavam as seguintes condições:

Aumentar o abastecimento d'água no prazo de seis dias, com o volume de 13 a 15 milhões de litros, depositando o govêrno a quantia de 90:000\$ no Tesouro para compra dos mananciais e terrenos precisos. Sendo as águas da Cachoeira da Serra Velha e das cabeceiras do rio São Pedro. O depósito de 90:000\$ só poderia ser levantado depois de executadas as obras; no entanto, o govêrno entregou 30:000\$ para as despesas preliminares, ficando sujeito à multa de 10:000\$ por dia, no caso que excedesse o prazo, que só poderia ser prorrogado por três dias, e, se não concluísse, seria rescindido o contrato, perdendo o contratante direito de

90:000\$, que constava da cláusula do contrato, bem assim ao pagamento de 50:000\$, que, com os 30:000\$ recebidos, perfaziam 80:000\$ da empreitada, que constava daquele contrato.

Ficando, em caso de chuvas torrenciais, prorrogado o prazo por dois ou mais dias, podendo o governo sustentar as obras, sendo indenizado o contratante.

Inspecção Geral de Obras Públicas da Corte.

Rio de Janeiro, 27 de Março de 1884.

Foi uma uma luta titânica, em que safu vitorioso Paulo de Frontin, que teve como auxiliares os alunos da Escola Politécnica e grandes admiradores.

### **O abastecimento de água do Distrito Federal**

O abastecimento d'água no Distrito Federal, em 1913, era feito por mais de trinta rios e cachoeiras de volume variado, dos quais os maiores estão situados no Estado do Rio de Janeiro e distam de 47 a 61 quilômetros do ponto de captação ao reservatório matriz, que é o de "Pedregulho" construído no morro do mesmo nome, em São Cristóvão, e são os seguintes: "São Pedro" (primeira linha), captado a 178<sup>m</sup>,6 sôbre o nível do mar, canalizado em uma linha de tubos de ferro fundido, 0<sup>m</sup>,800 de diâmetro interno, tendo o desenvolvimento de 57.614 metros e fornece, em 24 horas, um volume d'água de 27.840.000 litros; "Santo Antônio", e "Rio do Ouro", cachoeiras "Sabino" e "Soldado" (segunda linha), captados a 126<sup>m</sup>,700, canalizados em linha de ferro fundido de 0<sup>m</sup>,800 de diâmetro, com o desenvolvimento de 48.370 metros e fornecem, em 24 horas, 34.080.000 litros; as cachoeiras da serra do "Tinguá", (Boa Esperança, Serra Velha, Brava, Colemí e outras, terceira linha), captadas a 126<sup>m</sup>,000, canalizadas em linha de tubos de ferro de 0<sup>m</sup>,800 de diâmetro interno, com o desenvolvimento de 46.818 metros e fornecem, em 24 horas, 39.840.000 litros; o rio Xerém, formado pela cachoeira João Pinto, Registo e outras (quarta linha), captadas a 137<sup>m</sup>,700, canalizadas em encanamentos de ferro fundido de 0<sup>m</sup>,900 de diâmetro interno, com o desenvolvimento de 53.616 metros e 55 e fornece em 24 horas, o volume de 51.360.000 litros; o rio Mantiquira, formado pelas cachoeiras de Palmital, do Meio e do Ribeiro (quinta linha), captadas a 185<sup>m</sup>,500, canalizadas também em tubos de ferro fundido de 0<sup>m</sup>,900 de diâmetro interno, com o desen-







volyvimento de 60<sup>m</sup>,600 e fornece, em 24 horas, 52.800.000 litros.

Dos rios e cachoeiras do Distrito Federal, os mais importantes são: o Mendanha, que fornece 164.664.000 litros em 24 horas; o Piraquara, com 1.000.000 litros (situado, o primeiro em Campo Grande e o segundo em Realengo); Camorim, com 9.500.000 em 24 horas; o Rio Grande, com 9.000.000 litros, e Ciganos, com 5.515.000 litros, em Jacarépaguá; o Maracanã, 12.073.780 litros; São João, com 1.851.960 litros, na Tijuca; o Macacos, com 8.674.560 litros, na Gávea, e outros de pequena capacidade. Estes são os mananciais que abastecem a terra carioca.

## TERRA CARIOCA

### Reservatórios de abastecimento d'água

NOMES	Capacidade em litros	Al. do fundo da caixa em relação ao nível do mar.	Localização
Alto da Boa Vista.....	584.000	360,070	Tijuca.
Alto da Boa Vista.....	29.690	355,600	Tijuca.
Primeira Caixa. ....	290.584	209,522	Tijuca.
Segunda Caixa. ....	1.388.159	207,112	Tijuca.
Caixa Velha. ....	53.880	205,121	Tijuca.
Lagoinha. ....	9.000	233, 80	Santa Teresa.
Silvestre. ....	—	220, 30	Santa Teresa.
Medição. ....	720	242,255	Santa Teresa.
Carioca. ....	675.000	205,522	Santa Teresa.
França. ....	6.000.000	161,500	Santa Teresa.
Ciganos. ....	—	174,000	Jacarépaguá.
Caixa da Areia.....	69.687	168,030	Jacarépaguá.
Camorim. ....	—	165,501	Jacarépaguá.
Rio Grande. ....	—	128, 20	Jacarépaguá.
Pedreira. ....	—	137,000	Jacarépaguá.
Caixa da Reunião....	—	134,000	Jacarépaguá.
Figueira. ....	4.396	130,000	Jacarépaguá.
Caixa dos Três Rios...	92.000	114,949	Jacarépaguá.
Covanca. ....	—	99,280	Jacarépaguá.
Caixa da Areia.....	21.200	96,751	Jacarépaguá.

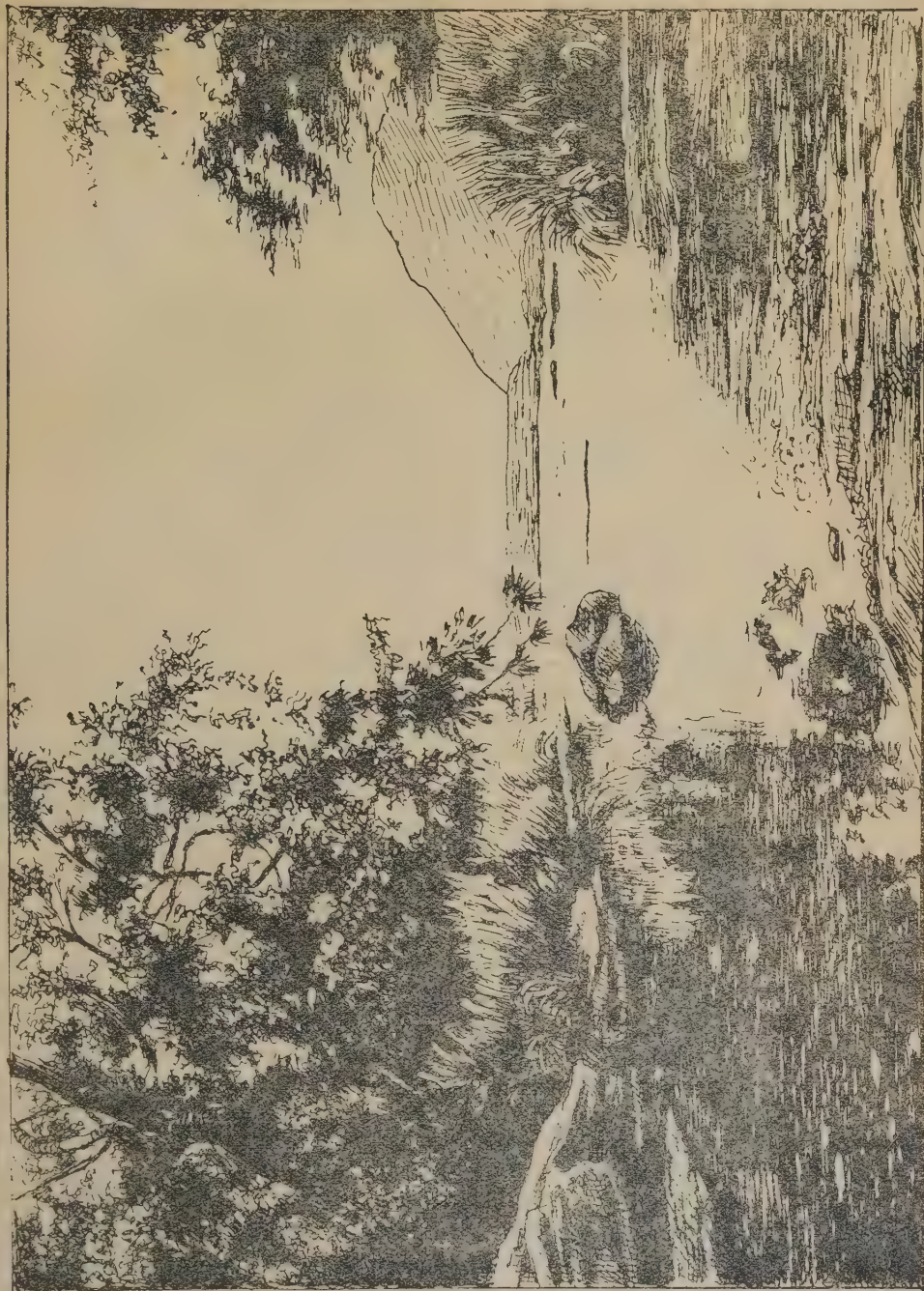


NOMES	Capacidade em litros	Al. do fundo da caixa em relação ao nível do mar.	Localização
Caixa da Reunião.....	668.790	77,825	Jacarépaguá.
Andaraí. ....	14.830	131,264	Andaraí.
Tijuca C. Nova.....	17.000.000	120,195	Tijuca.
Cabeça. ....	177.620	109,000	Gávea.
Santos Rodrigues.....	2.000.000	100,050	Rio Comprido.
Morro do Inglês.....	4.000.000	94,899	A. Ferreas.
Joana. ....	49.250	86,386	Andaraí.
Trapicheiro.....	—	83,993	F. das Oritas.
Livramento. ....	680.000	80,000	M. do Livto.
Macacos. ....	55.000.000	63,000	Gávea.
Poço de São Pedro....	40.000	56,085	Pedregulho.
Morro do Castelo....	10.434.700	55,902	M. do Catst°.
Pedregulho. ....	33.292.800	50,000	Pedregulho.
Pedregulho. ....	39.983.200	45,200	Pedregulho.
São Cristóvão. ....	630.000	47,297	São Cristóvão.
Morro da Viuva.....	8.000.000	38,343	M. da Viuva.
Conceição. ....	229.105	45,947	M. da Conc.
Barro Vermelho ....	1.102.690	22,456	Estácio de Sá.
São Bento. ....	6.000.000	22,800	M. S. Bento.
Reservatório Mirante .	27.200	23,694	Santa Cruz.
Reservatório Campo Grande. ....	39.400	36,652	Cam. Grande.
Poço do Morais.....	71.440	69,143	Cam. Grande.
Poço do Caire.....	92.040	90,023	Cam. Grande.
Penha. ....	2.000.000	62, 00	Penha.
Ilha de Paquetá. . . .	360.000	40,000	Ilha Paquetá.
Ilha do Governador...	40.000	36,000	Ilha Govern.
Engenho de Dentro...	20.000.000	58,000	E. Dentro.
Poço de Pedregulho...	—	55,000	

O reservatório do Morro do Castelo não existe mais, desapareceu com o desmonte do morro, pelo prefeito Carlos Sampaio; o do Barro Vermelho, no Estácio de Sá, também deixou de funcionar e, sobre êle, edificou-se o hospital Afonso Pena, mas ainda não terminaram as obras, e no do Mirante, em Santa Cruz, estão fazendo outro de maior capacidade, junto ao antigo.









## O abastecimento d'água nas ilhas

Nas ilhas, o abastecimento d'água apresenta-se de várias maneiras: nas ilhas do Governador e Paquetá existem reservatórios; nas do Bom Jesus e Brocoió recebem a água por meio de encanamentos, assim como nas de caráter militar e nas demais vão buscá-la nos pontos mais próximos, por meio de barris ou latas que transportam em canoas ou botes.

Há também o sistema pluvial que encontrei em várias ilhas, consistindo em calhas colocadas nos beirais dos telhados, que recebem a água conduzindo-a para grande tanque e daí passa a outro de onde se servem. A cisterna também é usada, sendo o mais conhecido o Poço de São Roque, na Ilha de Paquetá, que ainda hoje existe e segundo a tradição “moça solteira que bebesse tal água casaria dentro de um ano e os casados não sairiam da ilha”.

As mais notáveis, porém, pela sua remota construção, são as cisternas ou fontes da Ilha D'água. Aí existe uma estrada denominada das fontes, que segue circundando a mesma, cujo aspecto, no começo, é de entrada de mata; á encosta, aparece uma cisterna ou olho d'água, resguardada por uma cobertura prismática, revestida de cal e areia, tendo uma abertura retangular que dá para o interior, que estava seco; prosseguindo pela estrada, entre exuberante vegetação, encontra-se junto à encosta, em agradável recanto a segunda cisterna, onde a mina d'água extinguiu-se, mas ficou o reservatório de forma prismática, em dois corpos, um sôbre o outro, revestido de azulejos, com abertura em semi-círculo, na face anterior, pois a posterior ajusta-se ao môro; não muito longe desta surge, na praia, entre rochedos insulados, um reservatório de um metro e oitenta de alto, por um de diâmetro, de forma cilíndrica, como um torreão, de pedra e cal e o respectivo revestimento, com duas aberturas em semi-círculo, parecendo ser o ponto de aguada dos barcos, pelos vestígios de canaletas para o mesmo. Entre sapotizeiros, araçazeiros, jaboticabeiras, mangueiras, soqueiras de bambús, e, nas árvores, bromeliáceas, formando um verdadeiro bosque, mais uma fonte se destaca numa clareira; é a mais artística de todas, puro estilo colonial, em forma de ciborium (baldaquim, espécie de dossel sustentado por colunas) sôbre quatro corpos angulares como pilastras ligadas na parte superior por meio de arcos em pleno cintro, repousa o dossel, formado pela cimalha de cornija

simples, tendo em cada ângulo um motivo decorativo que se eleva como florão; ao centro, como coroamento, o domo ou zimbório, isto é, de forma esférica ou convexa, cuja parte inferior interna é côncava — a cúpola; no eixo central superior, uma pinha como ornamento. No interior, a fonte extinta e ao lado, na parte externa, um tanque. A construção é de pedra e cal, com revestimento de argamassa.

O ambiente é nostálgico, há qualquer cousa de romântico, a lembrar o passado de vida pura e confortável, esconso da saudade. Faz-me lembrar a Fonte Castália, ao pé do Monte Parnaso, consagrado às musas, cujo nome se deve à ninfa Castália que se afogou para se defender de Apolo.

E assim vai a estrada até encontrar-se, além, um poço circular, raso, fonte extinta, á sombra de magnificas árvores frondosas, nessa ilha maravilhosa da Guanabara.











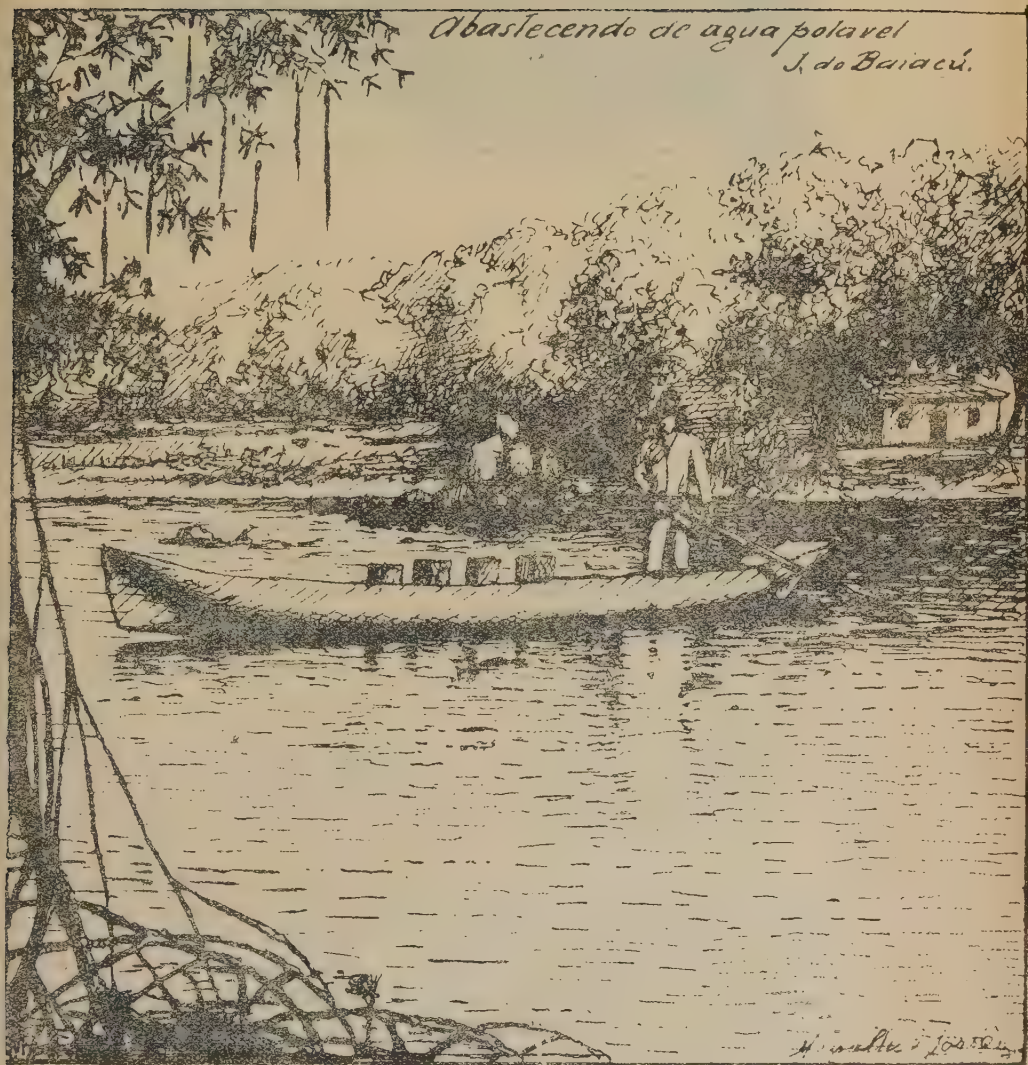
**RIO TRAPICHEIRO**

---

XIX



Abastecendo de agua potavel  
I. do Baiacú.









## XIX

Por decreto real de 17 de agosto de 1818, “foram mandados coutar de madeira, lenho e mato todos os terrenos das cabeceiras das nascentes dos Machados ou Rio Comprido, Trapicheiro, Meirelles, Rio São João e Maracanã assim como o cimo dos montes existentes no Distrito dos Machados, Andaraí, até à Tijuca, a três braças de cada lado, ao longo das grotas das referidas nascentes ou de outras quaisquer por onde corra água para o aqueduto de Maracanã e outrosim que fossem os ditos terrenos avaliados afim de serem pagos aos seus respectivos proprietários e depois incorporados aos próprios da Corôa” — Livro de registo, pag. 28 do Domínio da União.

Por decreto real de 23 de setembro de 1818 “houve por bem o sr. D. João VI mandar comprar pela quantia de 2:393\$820, a Henrique Chamberlain, Encarregado de Negócios da Grã-Bretanha, a chácara do Trapicheiro sita nas imediações dos canos de Carioca (Corcovado) para criação de árvores a bem do aqueduto e nascentes da principal fonte. Esse decreto não foi cumprido porquanto o dito Henrique Chamberlain vendera a chácara a Guilherme Young”.

“Por escritura de 16 de janeiro de 1829, foi a dita chácara comprada pela Nação ao dito Young por 6:819\$857 incluindo os juros e mais depressas que acresceram; mas somente pelo Decreto de 5 de fevereiro de 1829 mandou entregar a Young a dita quantia pela cessão e renúncia que fez da referida

chácara. Não consta que se procedesse a incorporação nos Próprios Nacionais". Pag. 27 v. do Livro de Registro do Domínio da União.

Na encosta da Serra da Carioca, face norte, pouco abaixo e oposto às Paineiras, nasce num grotão denominado Cova da Onça o Rio Trapicheiro e lança-se por entre rochedos, formando belas quedas, corredeiras, remansos, até ser captado em parte por um pequeno reservatório, de forma prismática, coberto em pirâmide, de onde parte uma "servidão d'água," concedida no tempo do Império, que em adutores de três polegadas abastece o Colégio Batista, cuja administração é obrigada à conservação e reparos; desse reservatório continua o rio, cujas águas batidas entre pedras de estrutura gneissica, à sombra de bela vegetação tropical, vão-se represar por uma barragem artificial, muralha de alvenaria — "represa do Trapicheiro". Dela partem, à esquerda, pelo sangradouro as sobras do manancial e, à direita, pela caixa onde estão as comportas e filtros, o líquido captado para os adutores do abastecimento. Nessa muralha de barragem estão embutidos dois adutores que não funcionam.

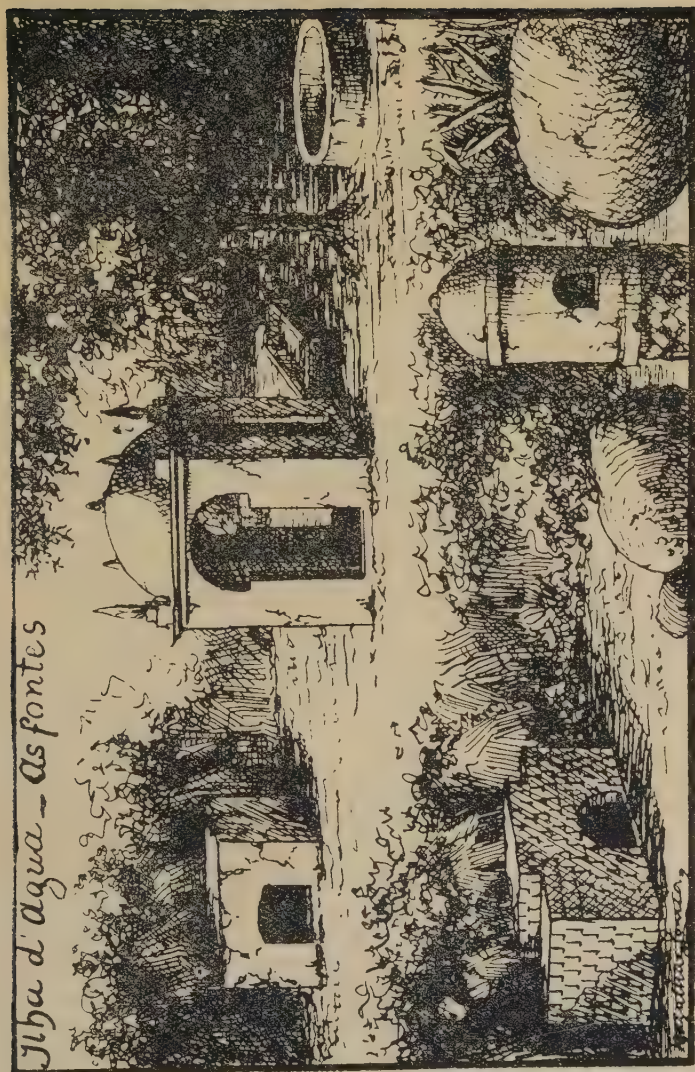
A capacidade da represa é de 50.000 litros e os canos adutores de 15, reforço de linhas que partem da altura de 84 metros do nível do mar.

A área da bacia hidrográfica é enorme; vai do Morro da Formiga (622) m.) em linha de dois quilômetros sobre a crista da Serra da Carioca até o ponto culminante desta (736), e daí partem as encostas afunilando de modo a formar o vale até a represa, cujas terras na parte baixa pertenciam ao barão de Itacurussá, o qual as vendeu ao governo.

Este vale belíssimo, cheio de monumentais essências, tem como sala de visita o local da represa, onde um pequeno bosque, bem tratado, tem como limites, à esquerda, as sobras da represa, o Rio Trapicheiro e à direita, um afluente não captado, que forma com aquele uma pequena Mesopotomia; ao centro árvores frondosas e, à direita, uma aléa de esguias e delicadas palmeiras assaí, com suas emplumadas palmas a sabor do vento, dando vida ao ambiente; por ela vai-se à represa; esparsos, grupos de pedras com cactáceas, pequenos caminhos em verdadeiro meandro, bancos toscos bem localizados, tudo impregna bem nesse recanto encantador.

Numa das árvores uma taboleta: "Aviso — E' proibido caçar qualquer animal, cortar, quebrar, saquear a mata; tirar ou destruir as plantas. Banhar-se nos mananciais ou passear no recinto dos mesmos".

*Jiba d'agua - As fontes*







A direita, entre vegetação, uma rústica casinha e à esquerda, à margem do Rio Trapicheiro, furnas naturais entre típica arborisação.

Ergue-se à entrada do recinto da represa, à direita, a casa assobradada formato chalet, morada do sub-chefe de 5ª classe, administrador e guarda Almerindo Rodrigues dos Santos e família; do lado oposto, separado pelo portão de entrada, a Casa do Aparelho Venturi, registrador dos fornecimentos diários do manancial ao abastecimento da Fábrica das Chitas, parte alta; o tal aparelho registra na época normal um milhão e meio de litros diários.

Na parte externa da "Casa do Aparelho", encontra-se uma placa de mármore, sob um arco em pleno cintro, com a seguinte inscrição: — "Sendo presidente da República o sr. Francisco de Paula Rodrigues Alves o ministro da Indústria, Viação e Obras Públicas o sr. Lourenço Severiano Muller. A inspecção geral de Obras, assentou este contador Venturi, o primeiro neste gênero, instalado para o serviço do abastecimento d'água a Capital, Federal — 28-2-1906". Junto a esta placa existe uma outra também de mármore com a seguinte inscrição: — "Sendo prefeito do Distrito Federal, o senhor Antonio Prado Junior. Foi dada a esta rua o nome de Saboia Lima, pelo decreto n. 3.336 de 6 de agosto de 1930, em homenagem ao dr. Augusto Saboia da Silva Lima, pelos relevantes serviços prestados a esta cidade no exercício da Vara dos Menores Distrito Federal.

#### X-VIII-MCMXXX".

Próximo ao portão, na via pública, num aglomerado de pedras em forma de gruta com vegetação rupreste, aparece uma bica para dessedentar o povo.

Um grande claro como praça é o fim da rua Saboia Lima, tendo à esquerda grandes árvores que sombreiam o Rio, em nível inferior, o qual vem agustiosamente debatendo-se entre blocos de granito, acoberto de exuberante vegetação, formar uma piscina natural conhecida como da Princeza Isabel, pois que aí ela se banhava e na atual represa do Trapicheiro o fazia o Imperador. É um recanto adorável, desconhecido de muitos cariocas estando a cinco minutos do bonde, o mais próximo da zona urbana.

Há um carater inédito na história da piscina, não sei se em honra ao Juiz de Menores, por ser o patrono da zona; as creanças moradoras do lugar restauraram a piscina de 15 metros de comprimento e dois de fundo; colocaram tra-



pézios, balanços, pranchas e trampolins, tudo rudimentar e rústico, mas de acôrdo com o ambiente e para tal fundaram o Clube da Piscina do Trapicheiro com séde local, num barraco, onde mudam a roupa, tendo um encarregado de zelar por tudo.

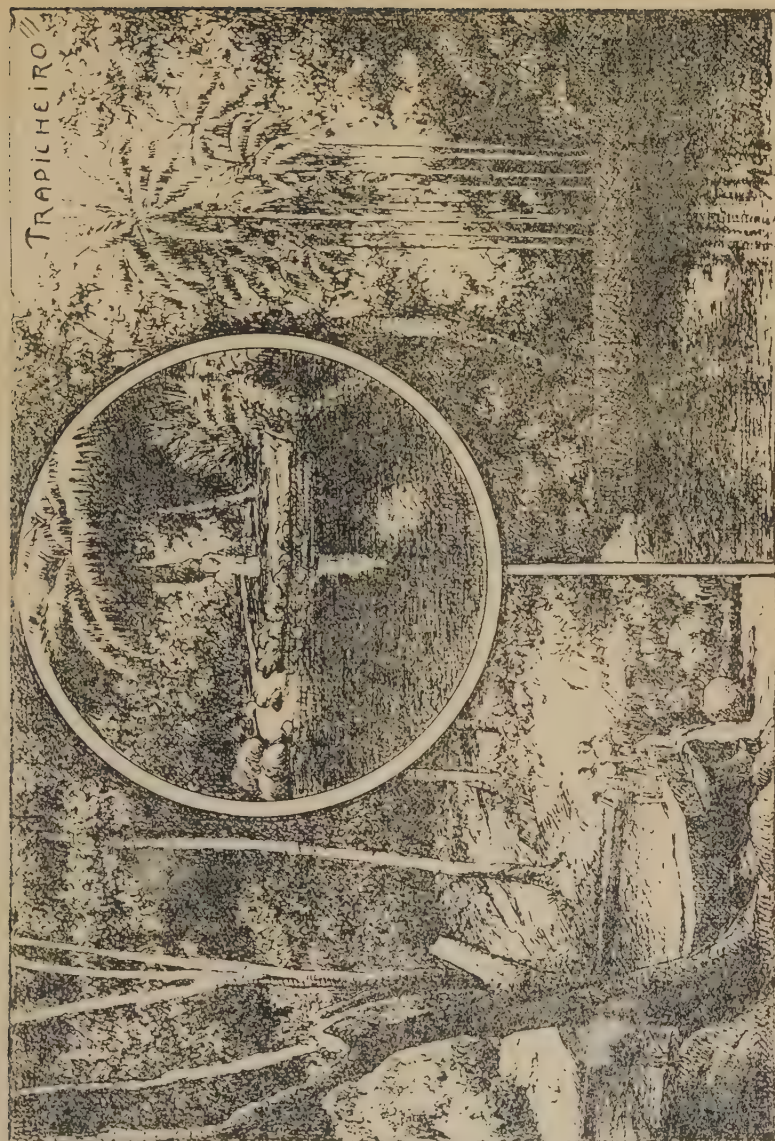
Club "sui generis", pagam as creanças dois mil réis por mês, mantêm o zelador a quem respeitam, um creoulo vigilante e disciplinador e assim praticam por iniciativa própria a natação e jogos aquáticos, em belo exemplo de eugenia. A piscina é de água corrente, única no gênero na zona da cidade, por não ser contaminada e com a capacidade de trinta mil litros. Aí pelas manhãs de verão as alegres creanças em plena floresta, gozam a delícia do banho, verdadeiro paraíso infantil, demonstrando que elas em nossa terra precisam de jardins, parques, piscinas públicas, principalmente no verão, por estarmos numa cidade essencialmente quente.

Dessa local poético segue paralelo ao rio a rua Saboia Lima, com habitações residenciais, de aspecto campestre, dignas de serem visitadas, pelo seu bom gosto e aparência confortavel; a rua não é muito larga e vai em rampa suave terminar na Praça Gabriel Soares, no centro da qual duas frondosas amendoeiras a ornamentam; é aí o ponto terminal dos bondes Fábrica das Chitas.

A direita da praça, parte a rua Bom Pastor, à esquerda a rua José Higino e, em frente, a rua Desembargador Isidro.

O Rio Trapicheiro vem da piscina pelos fundos das casas da sua Saboia Lima, onde há vestígios do antigo aqueduto hoje abandonado, passa pelo lado esquerdo da praça sob uma ponte, seguindo pelos fundos das casas da rua Desembargador Isidro até ser estrangulado na Praça Saenz Pena, tomando direção; à direita passa pelos fundos das casas desse lado atravessa a rua Conde de Bomfim, indo até junto do Morro da Babilonia, tomando outróra o nome de São Francisco Xavier ao passar pela rua do mesmo nome e continuando meio canalizado até a Praça da Bandeira, onde se bifurca; um canal subterrâneo leva suas águas ao Rio Comprido, dando-se a confluência antes da ponte dos Marinheiros; o outro braço, que é o leito do rio vai, canalizado, até o leito da Central do Brasil, onde passa descoberto até desaguar no Rio Maracanan como afluente que é, depois de 5.700 metros de percurso.





Piscina e represa do Trapicheiro



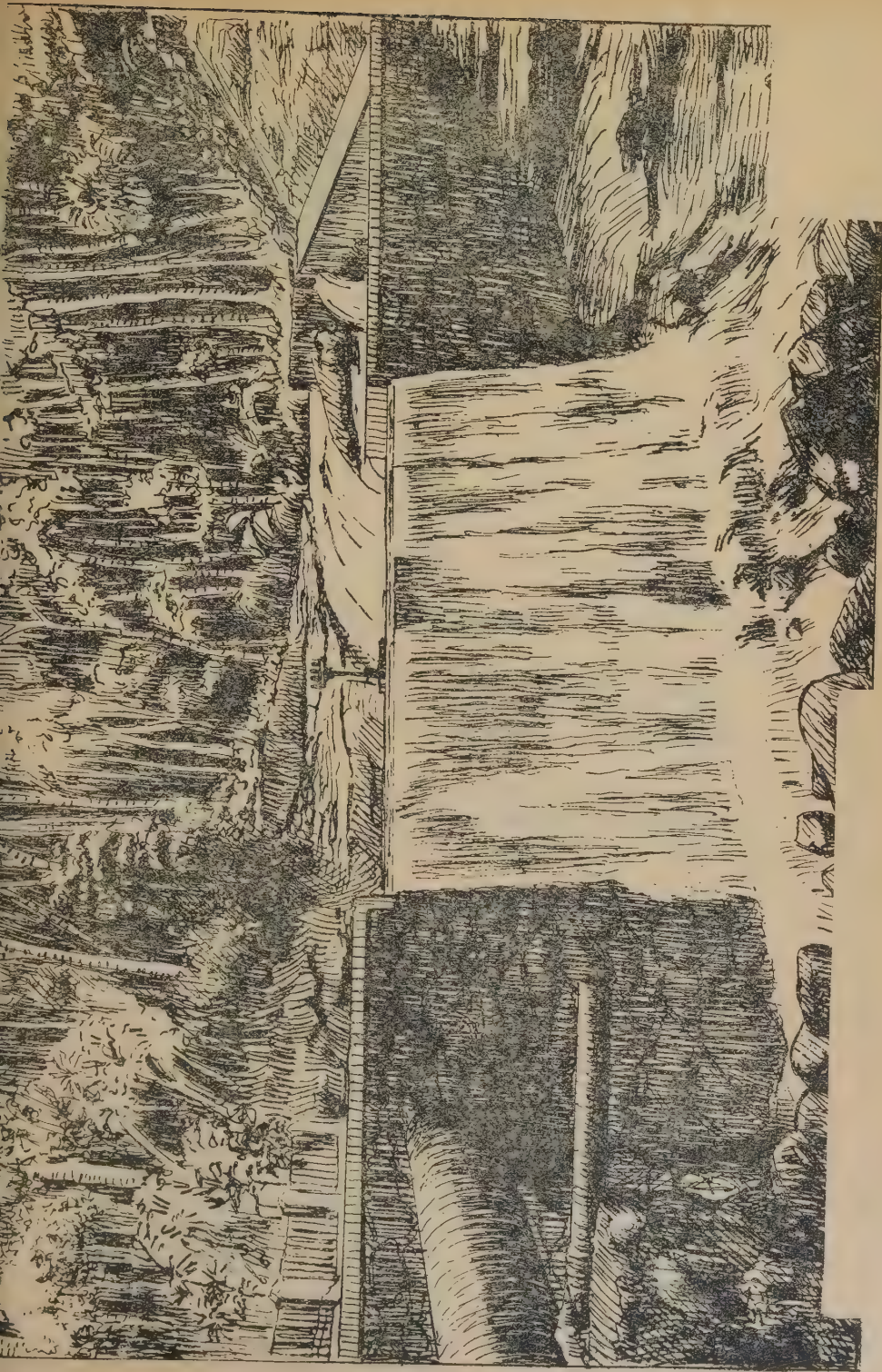
## OS MANANCIAIS DA ZONA RURAL

---

XX

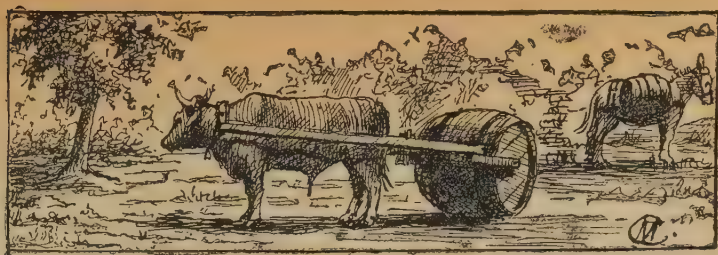






Represa dos Ciganos (Jacarepaguá)





## XX

### As fontes da zona rural

As fontes na zona rural são poucas, mas, em compensação, há um sem número de bicas, de formato de poste cilíndrico, de ferro fundido, com um suporte para o vasilhame e uma bica de bronze.

O costume colonial de ir buscar água às fontes públicas repete-se na zona rural, em muitos lugares dos subúrbios, nas ilhas, e mesmo nos arredores da cidade, nos morros transformados em favelas.

Os barrís, barriletes, pipas puxadas por animais, em carro de duas rodas e chinguço, desaparecidos, foram substituídos por latas de banha, de biscoito e barris; êstes rolam da bica à habitação do seu dono e aquelas são levadas à cabeça ou então enfileiradas duas a duas, em pequenos carrinhos, especialmente feitos para isso.

A reunião nas bicas em D. Clara, Madureira, Irajá, Vigário Geral, Jacarépaguá, Deodoro, Campo Grande, Santa Cruz, Santíssimo, Senador Vasconcelos, Bangú, Cosmos, Inhoaíba, Paciência, é a mesma que havia nos tempos coloniais.

As mesmas discussões e brigas, entre crianças, mulheres e homens; todos querem ser os primeiros e essa aglomeração dá um aspecto de miséria e é deprimente aos nossos foros de país civilizado.



Na estação da Mangueira, os habitantes do célebre morro do mesmo nome vão buscar em verdadeira romaria o líquido que lhes falta, na estação.

Na estação Senador Camará não há água, apesar de passar pela estrada um condutor da mesma; assim, esperam os pobres habitantes a chegada do trem, que aí sempre demora, esperando o encontro do que vem de Santa Cruz, para receber da caixa d'água do tender da locomotiva o precioso líquido, que carregam em latas. Esse fato passa-se a 33 quilômetros da capital da República, em pleno Distrito Federal.

O mais interessante é que não encontrei senão em Santa Cruz, no caminho que vai ao Matadouro, uma bica e tanque para animais beberem água; antigamente, cuidaram mais destes infelizes auxiliares do homem.

Na ilha do Governador existe uma fonte (Wallace), localizada no meio da praça, da praia da Guanabara, Freguezia, a qual já foi descrita no capítulo "fontes de ferro fundido".

Dignas de nota são as fontes da Pavuna e a de Santa Cruz, e as represas que encantam pela sua beleza indescritível e paisagem exuberante.

### **Os mananciais, represas naturais e artificiais**

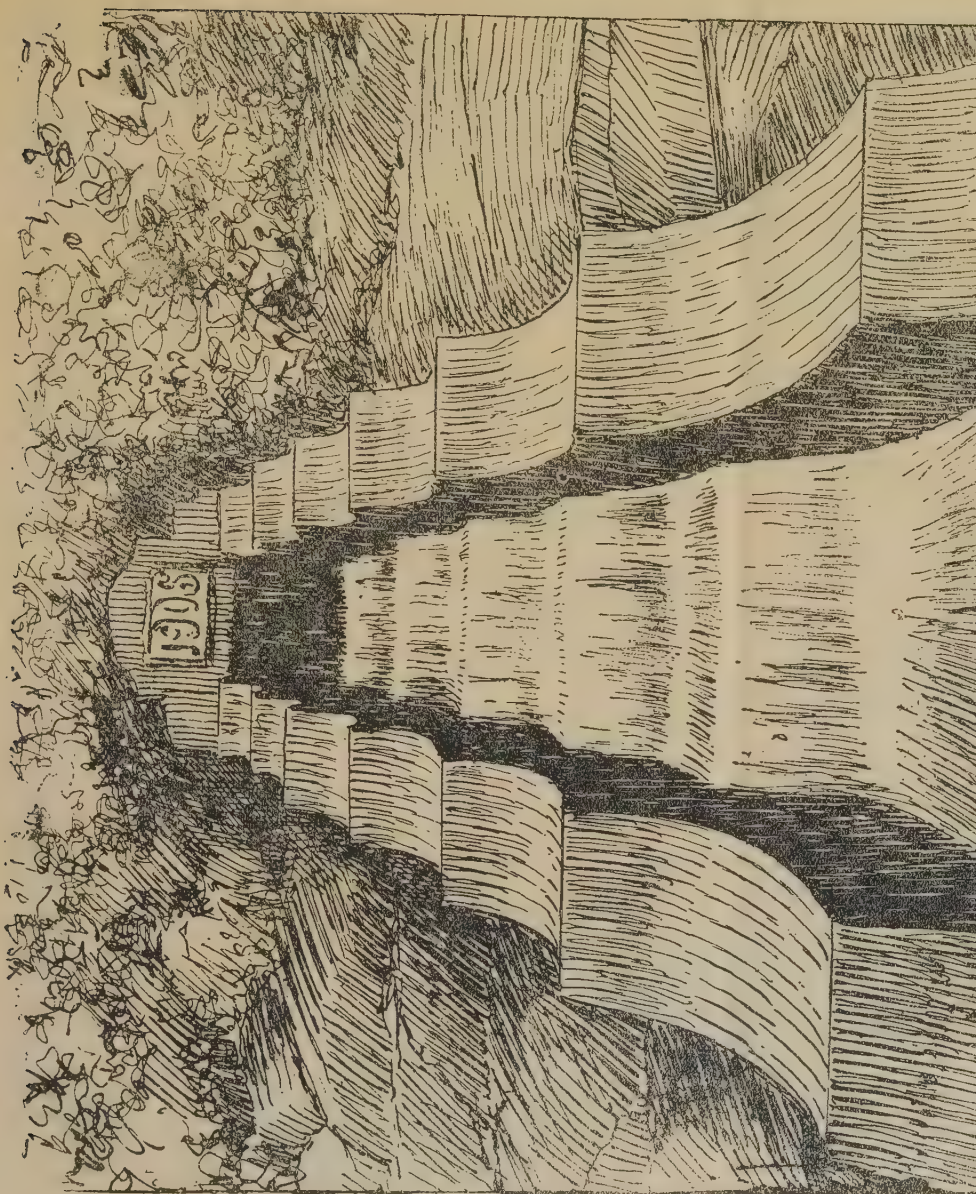
Os rios da zona rural pertencem a diversos sistemas que são os da planície de Inhaúma e Irajá, de Jacarépaguá, de Guaratiba e de Sepetiba.

Na zona de Inhauma e Irajá temos o Rio Faria, que tem 10 quilômetros de extensão, nascido na Serra do Inácio Dias, percorre os bairros do Encantado e do Engenho de Dentro, para desaguar no saco de Inhaúma, perto de Manguinhos, tendo como afluentes o rio Jacaré e rio Timbó.

O rio Irajá, nascido na serra da Misericórdia, desagua em frente à ilha do Governador, em verdadeiro pântano.

O sistema Pavuna Merití abrange uma bacia de 17 quilômetros quadrados, na parte nordeste da terra carioca.

O rio Pavuna, limite norte do território do Distrito Federal, tem 14 quilômetros de curso. Nasce nos pântanos do Sítio do Retiro, percorre as terras alagadiças de Anchieta, tendo um canal de quatro quilômetros, canalizado desde o leito da E. F. Rio do Ouro até a foz do Merití, tendo sido muito navegável por pequenas embarcações entre Pavuna e Três







Tombo na canaleta do "Olho d'agua".

Barras, desde a sua construção, em 1887, até ao completo abandono, como presentemente se acha pela Diretoria de Portos e Canais.

O rio Merití nasce com o nome de Piraquara, no morro da Pedra Rasa, entre as serras do Bangú e do Barata, toma o nome de Sapopemba, ao passar a Estrada de Ferro Central do Brasil. Os seus afluentes são os rios dos Caldeireiros, dos Affonsos, que atravessam o campo do mesmo nome (hoje Aviação Militar), e o das Pedras, oriundo da Serra Ignácio Dias ligando-se ao Pavuna, nas Três Barras, tomando aí a denominação de Rio São João de Merití e tendo 40 metros de largura a sua foz em frente à ilha Saravatá.

Na estação de Pavuna existe uma fonte de ferro fundido, representando um tanque, tendo um corpo com espaldar, encimado por uma estatueta de ninfa e, ao centro, uma bica, que abastece os moradores da localidade, sendo o líquido fornecido pelos encanamentos do Rio do Ouro.

### Os da planície de Jacarépaguá

O Rio Cachoeira que tem oito quilômetros de extensão, nasce nas visinhanças do Bom Retiro, no massiço da Tijuca, cujas cabeceiras vem da lagôa dos Porcos, hoje Açude Solidão de um lado e pelo Rio Caveira do outro que reunidos passam pela encantadora Cascatinha, tão conhecida dos amorosos, pelo seu atraente ambiente de poesia, já pela sua paisagem indescritivel e pelo escachoar de suas águas cristalinas, que caem de 30 metros de altura, e que misteriosamente sobem em evaporação ao espaço, transformando o ar em amena frescura.

As terras da localidade denominada "Cascatinha" eram as do Sítio Taunay, que foram adquiridas pelo Governo aos herdeiros de Felix Emilio Taunay (Barão de Taunay), conforme consta da escritura de 31 de Dezembro de 1920, em notas do tabelião do 16º officio, pág. 112 e 113 do Relatório da Inspeção de Águas e Esgotos de 1928.

O referido sítio occupava uma área de 224.135 metros quadrados, avaliado em 170:000\$000, preço pelo qual foi comprado, para conservação e pureza das águas.

Numa pequena clareira, próximo à extinta habitação, há um monumento quadrilátero, estilo colonial, dedicado ao Barão de Taunay e não como saiu no "Sertão Carioca", em homenagem ao Visconde de Taunay.

Após a ponte sobre o Rio Cachoeira, à direita da Cascatinha e em frente á clareira, construíram, na encosta do morro, um bar-restaurante para turismo.

Ao passar o rio pelo Alto da Boa Vista, muda de direção para S. E., desce pelo Vale das Furnas de Agassiz. Formidáveis pedras formam verdadeiras grutas, furnas que nos fazem pensar nos Ciclopes, por serem êstes monólitos dignos daquela época, pela sua formação secular. Aí, debaixo destas pedras, existe a Mesa do Imperador, onde Pedro II passava horas a deliciar-se no belo, tendo na parte superior trepadeiras e orquideas de rara beleza, que caem como chorões, formando verdadeiros caramanchões. O Prefeito Passos, em 1903 restaurou a mesa Histórica, como reliquia de nossa terra.

Depois da bifurcação das estradas das Furnas e Picapau, acha-se, à direita, a "Cascata Grande", formada de duas quedas d'água, mas hoje muito reduzida, a não ser depois das chuvas, que toma aspecto magestoso, feito pela mão da natureza. Esta cascata é extraordinária pela sua múltipla visão, talvez um dos pontos mais belos da paisagem carioca, entre as duas quedas, a água, quasi que parada, é um espelho do céu, das montanhas e da vegetação. Estas quedas dão a impressão de estar-se em um país de fadas, em um paraíso.

Assim segue o rio até alcançar a planície entre maravilhosas paisagens e recantos belíssimos dos massiços da Gávea e da Tanhangá, onde recebia o córrego Taquara, hoje rio Taquara, que vem do morro da Taquara e vai desaguar no Atlântico, perto da foz do Cachoeira, em frente à ilha Gigoia.

O Rio Porta da Água nasce na vertente septentrional dos morros da Tijuca, denominado Serra dos Três Rios, em virtude de ser formado pelos Fortaleza, Olho da Água e Ciganos.

O dos Ciganos é represado, no alto da serra, a oito quilômetros da Freguezia; esta represa é extraordinária, recanto adorável, localizada em floresta de arariba, canela, cedro-rosa, pau brasil, jacarandá-tan, jequitibá, bicuíba e inúmeras espécies, onde habitam o sabiá, a rôla e o bem-te-vi, e salpicadas de borboletas azuis, amarelas e múltiplas côres. Felizmente hoje em dia é proibido caçar, por ordem do Ministério da Viação. Essa medida se estende aos colecionadores de borboletas, patrimônio da nossa fauna quasi desaparecida.

A represa dos Ciganos é formada por uma caixa de quatro metros e 70 centímetros de profundidade, por oito de largura e 10 de comprimento, com a comporta de três metros de largura, por onde sae a água, excedente, em verdadeira



# CAPTAÇÃO DO BATALHA







cascata, caindo sôbre um amontoado de pedras, para, mais em baixo, ser novamente represada.

Esta represa recebe as águas do Ólho da Água, que caem por uma canaleta, feita de cimento como verdadeira escadaria de 10 degraus, e, tombando de um em um, purifica-se depois de um percurso de 900 metros, de sua represa, pequenina, mas poética, colocada na vertente da serra do lado esquerdo, cujo percurso circunda o cume da montanha.

A represa do Ólho da Água é formada de larga corredeira de seis degraus, que recebe o rio e o represa em uma caixa de quatro metros por quatro e daí levada à dos Ciganos, passando antes dêste reservatório para o classificador, e o excedente das águas, caindo pela comporta, forma uma cascata. Toda esta obra está em plena floresta, de suavíssima temperatura.

As águas dos Ciganos juntamente com as do Olho d'Água são captadas em grossos tubos, que as conduzem mais abaixo, passando novamente por uma canaleta de tombo em tombo, até cair na caixa de decantação e daí a outra canaleta, ao reservatório classificador e distribuidor, que a impulsiona até à nova caixa construída recentemente pela Inspetoria de Águas e Esgotos, no Tanque, denominada Reservatório de Jacarépaguá, feito de cimento armado, com capacidade de 10 milhões de litros, dividido em dois compartimentos, que fornece água para Jacarépaguá, Cascadura, Quintino Bocaiuva e Piedade, importando esta obra em 1.600:000\$000.

A represa dos Ciganos, propriamente dita, está localizada em plena floresta, mas em meio de um jardim tropical, com todas as árvores ornamentais e decorativamente rústicas, como requer o caso. Entra-se por um largo portão, na estrada de Três Rios, que fica em meio do caminho que vai ter à Bôca do Mato, onde passam os tradicionais cargueiros.

No interior há uma praça, denominada Continentino, e aí uma casa de pedra, coberta de sapê, com a data de 1906, de acôrdo com o meio; logo acima, junto à represa, a Fonte da Cabocla, pequena bica de água cristalina, que sai da bôca de uma carranca e cai em uma bacia natural; aí há uma placa em bronze, com os dizeres seguintes:

“Represa dos Ciganos, obra executada sob o govêrno do sr. dr. Francisco de Paula Rodrigues Alves — Presidente da República. Sendo ministro da Indústria, Viação e Obras Públicas o sr. dr. Lauro Severiano Müller.

Pela inspeção geral das obras públicas — 1906.”

E' neste lugar a repêsa, cercada por uma grade de ferro e pilastras.

Logo abaixo dêste recanto, a uns tresentos metros, em plena estrada, está a repêsa dos Três Rios, a velha e a nova, que recebe a água excedente dos Ciganos e outros córregos, passando do reservatório para o clarificador e distribuidor, que abastece os habitantes da Freguezia e proximidades.

Aí temos a Fonte do Caboclo, outra bica que tem uma carranca parecida com um macaco; neste lugar há mesas para *pic-nics* (único lugar permitido).

Seguindo a estrada, encontra-se à direita outra estrada, que leva à repêsa de Madame Ruck, abastecida pelo Fortaleza; assim voltando a estrada, encontra-se a casa do administrador, do chefe geral das matas, sr. Emiliano Martins de Oliveira, que, se não nasceu, aí se identificou com tudo, e a quem devemos estas extraordinárias belezas. Numa árvore secular está uma taboleta: "E' proibido caçar", ao entrar nos domínios da Repartição das Águas.

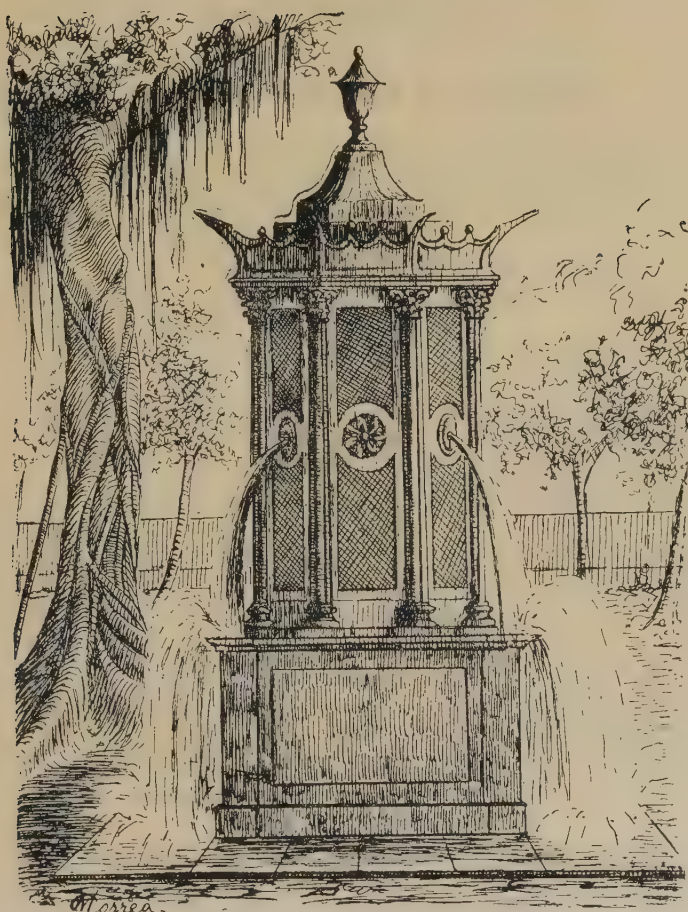
Assim, o Três Rios ou Porta da Água forma ainda o vale do Mateus até à planície de Jacarépaguá, onde muda de direção para o Sul; nesta parte é canalizado até à lagoa Camorim, com denominação de Vala Nova ou Rio Anil, depois de um percurso de 10 quilômetros.

O Rio Caieira, formado pelo Taquara, que une as águas dos riachos Pequeno e Grande, oriundos do Massiço da Pedra Branca, e do Covanca, formado nos morros de Inácio Dias. O Caieira percorre 18 quilômetros e é o sistema central da planície. O Rio Grande é represado a 128 metros, onde se acha a caixa d'água do Pau da Fome ou do Rio Grande. O Rio Covanca também é represado a 100 de altura para o reservatório ou caixa d'água local.

O Rio Fundo, denominado Arroio Pavuna, mede 15 quilômetros, nasce no Massiço de Pedra Branca, sob o nome de Engenho Novo; é canalizado entre a estrada de rodagem e a lagoa que desagua.

A repêsa natural do Camorim, formada pelo rio do mesmo nome, possui uma queda, de 11 metros de altura por 15 de largura, de uma beleza extraordinária. A obra de "barragem", cujo armazenamento d'água é de 1.950.000 metros cúbicos, custará, depois de concluída, 1.000:000\$000.

O Camorim é o maior manancial do grupo Jacarépaguá e foi captado em 1907-1908, pelo dr. Sampaio Corrêa. O açude tem a área total de 210.000 metros quadrados com a



Fonte da Escola. Estados Unidos da América do Norte  
(Matadouro)



capacidade de 2.400.000 metros cúbicos e situado na cota de 435 metros. E' uma maravilha.

O Vargem Grande e Pequeno são córregos que recolhem as águas da vertente meridional da Pedra Branca. O Vargem Grande tem o nome local de Paineira e perdem-se todos nos brejos dos Campos de Sermambetiba.

### Os da planície de Guaratiba

Recebe esta planície as águas que vêm da vertente ocidental do Massiço de Pedra Branca, da vertente SO. das serras do Luiz Barata e Inhoaíba, numa área regular de 100 quilômetros quadrados.

O Rio Portinho, de 11 quilômetros, nasce no Morro das Tócas, com o nome de Lavras, e vai, tortuoso, desembocar no canal da Barra, frente à Marambaia.

O Rio Piracão é de curto percurso, sinuoso e de larga foz.

O Rio Piraquê, com o nome de Cabuçu, passa por Campo Grande, como o de Prata nasce na Pedra Branca, desviado pelo Morro do Lameirão para Oeste, e numa sinuosidade de 12 quilômetros alcança a baía de Sepetiba, com a foz de 35 metros.

Forma com o nome de Prata as represas naturais: "Quininha", situada a 112 metros de altura do nível do mar, "Batalha", que fica abaixo desta e, mais adiante, a "Cabocla", todas elas com belíssimas quedas d'água.

O novíssimo reservatório "Victor Konder", em Campo Grande, com capacidade para 16 milhões de litros, feito de cimento armado, com dois compartimentos, custou 1.900 contos de réis, e fornece água para Campo Grande, Santíssimo, Inhoaíba, Paciência e Santa Cruz.

### Os da Planície de Sepetiba

As obras colossais dos padres Jesuitas referem-se aos rios que banham Santa Cruz ou os seus campos, pela sua extensão.

O rio Guandú, ou Ribeirão das Lages, ou Guandú Grande, desce das chamadas cabeceiras do Guandú, de seis léguas de percurso, banha Marapicú e antes de tangenciar os terrenos baixos de Santa Cruz, bifurca-se em dois ramos desiguais. O maior toma o nome de Rio Itaguaí ou Rio da Guarda, separando a Fazenda de Santa Cruz do município de Itaguaí. O



menor, ali conhecido pelo nome de Rio Guandú, recebe o Guandú-mirim, de pequeno volume d'água, corta os campos, depois de zig-zaguear, desemboca, distante da embocadura do Rio Itaguaí. Nos meses de verão, as chuvas torrenciais caíam copiosamente sobre aquela planície, conservando-se aí por muito tempo, visto os dois Rios Guandú e Itaguaí não terem capacidade para esgotar senão lentamente, pelo que inundavam todos os terrenos por transbordarem em horrorosa perspectiva.

Os rios desapareciam, transformando toda esta zona em um grande e incommensurável lago; a lavoura, perdida e o gado, afogado; então, os Jesuitas, naquele tempo remoto, reuniam os habitantes vizinhos na alta colina do convento e igreja e ali ficavam ilhados por assim dizer longos dias; os mais corajosos fugiam em canoas de voga — era um verdadeiro cataclisma.

Resolveram por isso, os Jesuitas enviar à Holanda dois padres da companhia, para estudar o assunto.

O Guandú ou o menor ramo da bifurcação do Rio "Ribeirão da Lagès", ou "Guandú Grande", foi, pelos Jesuitas, bifurcado por uma grande vala na margem esquerda até o mar, contendo 10 quilômetros e 859 metros de extensão; nas grandes enxurradas as águas desciam pelos dois leitos. A vala tomou o nome de "Itá", por ter o leito pedregoso; apesar disso era navegável por canoas de voga, hiate e outras embarcações, facilitando a comunicação entre localidades longínquas. Uma outra vala da margem direita do Guandú foi levada até quasi à embocadura do Itaguaí. Medindo 10,130 metros de comprimento, essa vala tomou o nome de "São Francisco".

Quando nos meses das águas o Guandú enchia além do normal, os jesuitas fechavam por diversas comportas a comunicação entre elle e o São Francisco, e assim isolado este canal servia para esgotamento das campos inundados. Se havia deficiência d'água nos meses de estio, levantavam as comportas e uma fonte das águas do Guandú ia para o leito do canal. A abertura fechada pela comporta era conhecida pelo nome de "Oculo do Candinho". E muitas valas foram escavadas em diferentes direções ligando entre si os rios Itaguaí, Guandú, Itá e São Francisco e as valas Goiaba e do Cabuçú, formando um verdadeiro sistema de irrigação e drenagem, nos campos de Santa Cruz.

---



Represa e Ponte dos Jesuítas, em Santa Cruz (Visto do lado esquerdo)

Magalhães





Nas obras hidráulicas da planície de S. Cruz e seculares terras de Piranema, construíram taipas ou diques de terra, de dois a quatro metros de altura, e em toda extensão da margem esquerda do braço do Guandú, para proteção dos campos. Essa muralha de terra, de barro e pedra na parte do contato com as águas do rio e da área na face do campo, tomou o nome de "Taipa do Frutuoso", e também existia o "Oculo dos espanhóis" abertura feita pelos jesuitas nêsse dique, que fechavam por uma porta de ferro nas grandes enchentes e abriam nos tempos da seca, para alimentar os animais do pasto, do Frutuoso. Sobre uma extensão de 1.641 metros e de seis metros de largura e dois metros de altura, calculando-se 20.000 metros cúbicos de terra no levantamento dêste dique.

Mas, comparando com o dique da "taipa grande" da margem esquerda do Itaguaí, êste o sobrepuja pela sua obra verdadeiramente grandiosa e colossal.

Foram construídas barreiras mais chegadas ao rio Grande; barro, e pedra do lado do Rio e barro, pedra e areia do lado dos campos, tendo 7.000 metros de extensão por 4 metros de largura e 6 de altura, portanto 167.904 metros cúbicos de terra.

Desejando diminuir o mais possível as águas do Guandú pensaram logo em descarregar sobre o rio Itaguaí o excesso das águas nocivas aos terrenos marginaes do Guandú, começaram por abrir um canal largo e profundo da parte direita dêste áquele. Construíam uma ponte sobre o rio Guandú perto da Olaria, na estrada do Cortume, toda de cantaria, apoiada em 4 arcos desiguais, por onde o Guandú passava entre sólidas abobadas, com um adequado sistema de comportas conseguiam êles fechar o leito do rio ao curso das águas, ora totalmente, ora em parte, diminuia ou aumentava a metade do volume d'água ou interrompia o seu curso, de forma que nêste último caso fechadas as comportas, as águas diante deste obstáculo voltavam sobre si, e escoavam pela saída do canal daí até o rio Grande ou Itá e dêste até o mar.

A ponte colonial pesada era toda de pedra, com colunas, relevos, partes esculpidas, pavimentos calçado e abaulado, e tinha a inscrição na principal pedra da direita:

"I. H. S."

1752

"Flecte genu, tanto sub nomine, flecte Viator;"

"Hic etiam reflua flectitur amnis aqua".

A tradução dêste distico é do dr. Padberg Drenkpol, do Museu Nacional:

“Dobra o joelho, sob tão grande nome, dobra ó viandante”.  
“Aqui também se dobra o rio, em água refluyente”.

Por gentileza do dr. Hibernão Ferreira, engenheiro, da comissão de dragagem e retificação dos rios Guandú e Itá, fui apresentado aos engenheiros do Serviço da Profilaxia da Malária, serviço êste extraordinário, em que a drenagem dos campos é um fato, canalizados os córregos, colocadas calhas nas valas e caixas de areia, trabalho que honra a nossa engenharia.

O dr. Hibernão levou-me a ver tudo e graças a êle conheci a ponte-reprêsa do Guandú, que está a seis quilômetros de Santa Cruz, na estrada do Cortume, que vai a Campo Grande.

## **As fontes de Santa Cruz**

### *A da Escola E. U. da América do Norte*

Na estação do Matadouro, em Santa Cruz, existe, no antigo parque do escritório da companhia, proprietária do Matadouro, hoje escola pública municipal, denominada Estados Unidos da América do Norte, uma fonte em estado de abandono e, no entanto, de linhas curiosíssimas e agradáveis.

Sobre uma sapata de pedra, sem o respectivo tanque, pousa em pedestal de pedra lavrado, em forma de cubo, com cornija, de cujos ângulos avançam como beirais das casas chamadas coloniais, e sobre êste cubo assenta um corpo prismático regular de ferro fundido, de feitio de quiosque japonês, mas com colunatas tríplexes, base e capitel corinto; os ângulos sustentam uma cornija que no conjunto dá a impressão de uma coroa de marquês. Nas faces do prisma aparecem bicas, em número de quatro, colocadas no centro e sobre os lados correspondentes aos ângulos da base: a decoração destas faces são painéis em imitação de tela de arame e ao centro, um círculo decorado. Sobre a cornija, na parte superior, como cúpula, um corpo prismático, que suporta um outro, que, afunilando, recebe a base de um vaso grego, de cuja tampa sae o repuxo.

Junto ao quartel do 2º Regimento de cavalaria, em S. Cruz, existe uma fonte Wallace, no meio de um tanque, de cimento armado.





Ponte-reprêsa dos Jesuitas sobre o Rio Guandú, na Estrada do Cortume



Ao saltar da estação em Santa Cruz, acha-se ao lado esquerdo um pequeno jardim provincial, tendo ao centro uma fonte feita de cimento e com a seguinte dedicatória:

"A Estrada de Ferro Central do Brasil, ao povo de Santa Cruz", 1926.

Ela é formada de curvas polilobadas e retas, na sua bacia, ao centro, um corpo octogonal como base, tendo aos lados florões inscritos em losangos; na parte superior e na inferior dos lados avançam triângulos, dando impressão de estrela o conjunto; sôbre esta base, apoiam-se quatro curtas colunatas de base e capitel corintos, que suportam uma bacia ornada de óvulos e ao centro, outro corpo cilíndrico terminado por um quadrilátero, tendo nas faces cabeças de mulher com tranças e coroadas, o qual recebe outra pequena bacia decorada ainda com óvulos e sôbre esta, um esferóide pousado sôbre uma pequena base; encimando a coroa imperial, de cujo ápice sai um repuxo, de onde em chuveiro cai na bacia transbordante e desta à segunda, e das bocas das mulheres jorra o líquido que, transbordando da bacia, cái ao tanque.

No Curral Falso, Santa Cruz, em pleno largo está colocado um grande tanque com a respectiva coluna ao centro, onde vão buscar o líquido precioso os habitantes dessa localidade. É simples de construção, de cimento e bicas de metal.

Na Praça Dr. Mario Valadares, em Cabussú, Campo Grande, há, ao centro, uma pilastra revestida de azulejos, coberta em duas águas em cada face, em forma de *chalet*, formando oito águas ao todo; em cada face há uma bica.

No Campo da Capela, em Rio Grande, Jacarépaguá, existe no meio do largo um chafariz de ferro fundido, de fabricação francesa, representando uma ninfa com uma ânfora a distribuir água sôbre um pedestal com quatro pequenas bacias, tendo carrancas de cuja boca jorra o líquido.

Ao terminar êste pequeno estudo sôbre as fontes e chafarizes da terra carioca, não posso deixar de lançar um apêlo aos administradores da nossa terra para que olhem também para os nossos artistas, proporcionando a sua contribuição para o embelezamento de nossa cidade.

A fonte "Carioca", do professor Modestino Kanto, escolhida em concurso, na Sociedade Brasileira de Belas Artes representando a Ninfa sedestre colhendo o líquido na bacia. é de uma simplicidade extraordinária, em contraste com o temperamento exuberante do artista; é uma bela "Maquette" e deve ser executada para que se possa julgá-la como merece,

pois a idéia é feliz e o seu autor competentíssimo, artista de valor e de conhecido mérito.

É de lastimar que até hoje não se dêsse colocação em nossos jardins à belíssima fonte do professor Corrêa Lima.

Esse grupo em bronze é um flagrante da cena campestre, onde a juventude aparece; representa um menino entregando a sua joven companheira uma cuia cheia da linfa, num movimento natural, procurando ela recebê-la, tendo um dos braços apoiado ao seu pescoço como símbolo fraternal; aos seus pés, um cabritinho em movimento de atenção.

O grupo está plasmado numa fatura larga, segura, apunágio dos mestres.

A composição é natural, nada forçado, resultando uma harmonia extraordinária, sendo êste grupo bem a alma do artista delicado e sincero, glória do nosso meio artístico, que amanhã os nossos dirigentes saberão conhecer aquilo que não quizeram em tempo reconhecer, isto é, que temos verdadeiramente artistas nacionais, capazes como os mais capazes.

Rio de Janeiro, 22 de Dezembro de 1929.





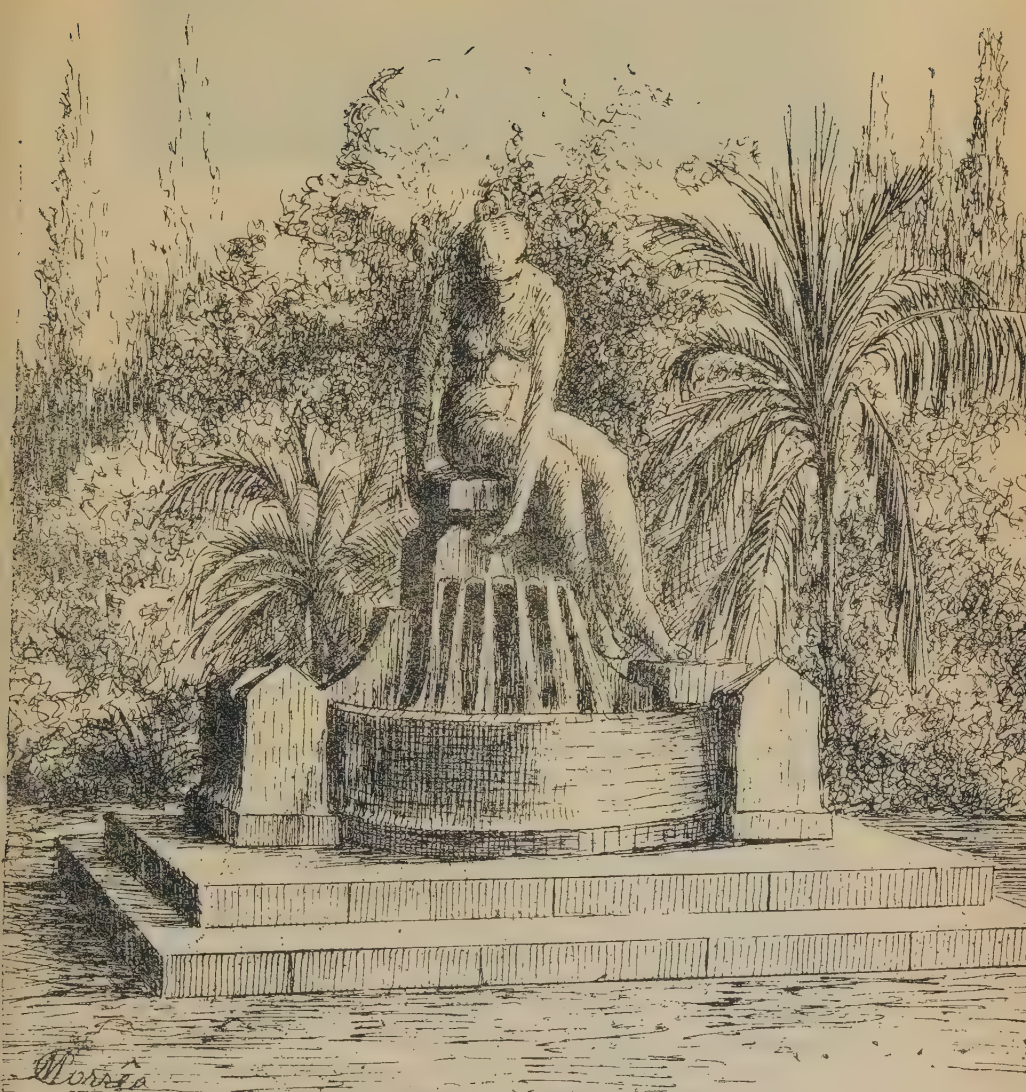
“Cartucha” da ponte dos Jesuítas com a inscrição secular





**PORQUE SE CHAMA CARIOCA A QUEM NASCE  
NA CIDADE DE SÃO SEBASTIÃO DO  
RIO DE JANEIRO**





Maquette da fonte "A Carioca", de Modestino Kanto







## XXI

### Porque se chama carioca a quem nasce na Capital Federal

“Sem autoridade, talvez, para discutir assunto tão debatido, venho com a minha contribuição, como filho desta terra lembrar aos estudiosos desta especialidade a minha convicção.

Dúvidas há ainda muitas sobre o verdadeiro descobridor do Brasil, o verdadeiro proclamador da República e sobre a origem do nome carioca.

O Rio Carioca, modesto mas notável pelas suas cristalinas e encantadas águas, é assistido no seu nascimento pelas Naiades, que lhe deram o dom de a sua ninfa suavizar as vozes, aformosear os semblantes e atrair os forasteiros às belezas naturais de sua redondeza. Este pequenino Rio, que brota na serra da Carioca, na magestosa floresta das Paineiras, e que serpenteando e batendo entre seixos, vem, sempre através do Cosme Velho, Laranjeiras e Catete, apertado em seu leito entre rochas, desaguar na praia do Flamengo, no seio da Guanabara, tomando as diversas denominações de Lavadeiras, Caboclas, Laranjeiras e Catete, predominando, no entanto, sempre, o de Carioca.

Teve o seu curso desviado para abastecer a cidade, atravessando então Santa Tereza, ligando-se ao morro de Santo Antonio, pelo Aqueduto, honra do governo de Gomes

Freire de Andrada, e terminando no Chafariz do Largo da Carioca que infelizmente o prefeito Alaor Prata demoliu para embelezamento da cidade — *A fonte origem dos cariocas*.

Von Martius, Varnhagen, monsenhor Pizarro, Lery e tantos outros estudaram a sua origem.

Para uns e outros — etimologicamente significava — casa d'água corrente, água corrente da pedra, mãe d'água, casa da fonte, casa dos cariós, casa dos brancos, corrente saída do mato, casa do homem branco, etc.

Achei confusa e contraditória essa etimologia; um dia, pela manhã primaveril de outubro, fui ao encontro do professor Roquette Pinto, em seu gabinete de trabalho, na secção de Etnografia do Museu Nacional. Lá estava ele entregue aos seus estudos; interrompí-o por um instante.

— Bom dia, dr.! estou preocupado com a origem do nome Carioca: acha que a sua etimologia representa a verdade?

— “Não! Tens razão, Armando; lí ainda ha pouco o “Jornal do Brasil” e nos “Episódios da H. do Brasil”, por A. Kreisler, encontrei um mapa antigo do Rio de Janeiro, que trás o nome do Rio *Acarioca*. Ovo de Colombo, rápido como a rádio, passaram os nomes de Guacarí, Wacarí, Acarí e Carí — peixe d'água doce, cascudo”.

Assim comecei a estudar o caso. O mapa de A. Kreisler em que aparece *Acarioca* é o mesmo, com pequenas modificações, do mapa anterior a 1600” do “O Rio de Janeiro em 1922”, por Ferreira da Rosa; aí também está *Acarioca*, sendo êstes mapas os documentos mais antigos dessa época histórica, preciosos para o nosso trabalho. Assim podemos prosseguir na etimologia do nome.

Nos “Anais da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro” — volume 7-8179-80. — Vocabulário das palavras guaranis usadas pelo tradutor da Conquista Espiritual, padre A. Ruiz de Montagu, aparece Guacarí — peixe-guag. pintado, ou de car, escama.

No tomo XIII — Museu Paulista, vocabulário tupí, pelo dr. Constancio Tostevin. *Wacary* — peixe cascudo. *Loricaria plecostomus*.

No tupí, na Geografia Nacional de Theodoro Sampaio, *Acari* — peixe d'água doce, vulgo *Cari*, (*Loricaria plecostomus*), de forma que temos todas as variantes do Cari.

Em conversa com o professor Miranda Ribeiro, expuz o assunto que me interessava, sôbre o Cari e prontamente me deu verdadeira lição sôbre a sua vida e seus hábitos, assegurando a sua existência em todo o Brasil.







“Que apesar de revestidos de placas ósseas, pertencem, zoologicamente, ao grupo dos peixes de couros, não são pescados a anzol, e sim com tarrafas, rêdes ou então nas tócas, onde são agarrados com as mãos. É um peixe saboroso. Tira-se a sua carne da casca ou couraça, colocando-o sôbre brasas”.

E achou a etimologia da palavra carioca mais que racional.

— Encontrei também em diversos historiadores, falando do Cascudo, que era hábito dos habitantes selvícolas do Rio, comerem e apreciarem um peixe cascudo, muito comum nestas paragens. Assim o Cari habitante do rio pedregoso, e sendo o Carioca o único topogrâficamente no Distrito Federal, nestas condições, razão há para justificar o nome de “paradeiro dos Acarís” — Carioca.

O Tupí, na Geografia Nacional de Theodoro Sampaio, os sufixos na composição dos vocábulos tupís, aparece — *Oca* —oga suf. tapando, a coberta, o abrigo, o refúgio, o covil, o esconderijo, o paradeiro, a casa.

Assim de posse do nome Carioca é bastante deduzir-se Cari — peixe cascudo. Oca — casa, reduto-paradeiro. Reduto, casa dos Acarís.

E' bom lembrar que os índios brasileiros tinham o hábito de designarem as coisas com nomes de animais. Assim, damos uma relação de nomes que etimologicamente demonstram a nossa convicção.

Buturoca — morada do vento.

Burici-oca — paradeiro dos macacos (buriquis).

Biboca — casa de terra (barro).

Bertioga — paradeiro das tainhas, São Paulo, Ilha de Santo Amaro.

Gijoca — paradeiro das rãs, Lagôa do Ceará.

Itaoca — casa de pedra.

Jucurutuoca — casa de coruja, Lagôa do Ceará.

Juruoca — esconderijo dos papagaios.

Maloca — rancho de índios.

Meruoca — paradeiro das moscas, Ceará.

Mooca — fazer casa.

Oca-una — casa negra.

Priaóca — refúgio de preás.

Tatuoca — covil de tatú.

Toca — esconderijo.

Tupanaroca — casa de Deus.

Tijioca — paradeiro das espumas.

Uruoca — esconderijo dos urús.



Do exposto vê-se que não é um sonho a origem do Carioca, etimologicamente é racional.

Historiando, vê-se de princípio que o primeiro habitante europeu, Gonçalo Coelho, desembarcou na foz do Rio Carioca, e aí passou de dois a três anos com os seus companheiros. E, naturalmente, os índios denominarem de Acaris, guerreiros encorajados, (por terem semelhança com o cascudo) o local Carioca — casa dos Acaris.

Estes habitantes do Flamengo construíram mais tarde a primeira casa de pedra do Rio de Janeiro — outra razão mais forte ainda, pois esse fato interessante é mais uma prova de que sendo os Acaris, habitantes de toca, vivendo entre pedras e os portugueses por coincidência providencial fizeram a sua primeira casa de pedra junto à foz do Carioca. É ainda curioso o serem estes primeiros habitantes denominados na época colonial de cascudos, perdendo essa denominação para os conservadores, por imposição dos liberais. A este respeito, o dr. Raymundo Lopes lembrou-me que num trecho do Perú et Bolívia de Ch. Wrener lera que os índios do antigo Império dos Incas davam o nome de lagosta aos conquistadores espanhóis, em virtude de suas couraças.

Assim termino; talvez que espíritos rotineiros critiquem a minha convicção, mas paciência, fico com os Acaris como bom patriota que julgo ser, preferindo descender deles por ser verdadeiramente Carioca.

★ ★ ★

O Sr. Saladino de Gusmão no artigo publicado na “Ordem” em 24 de Março de 1929, sob o título “*Cariua ôca*” diz textualmente o seguinte:

“O *Correio da Manhã* de 10 do corrente publicou o artigo — *Porque se chama carioca a quem nasce na Capital Federal*, declarando *ab initio* o seu ilustre autor, que apresentava “a sua contribuição para lembrar aos estudiosos dessa especialidade a sua convicção”, não sem se prevenir contra “*alguns espíritos rotineiros*”.

Essa convicção é a de que a palavra tupi *carioca* provém de *acari ôca*, a seu ver, casa de acari, sentenciando:

“ O tupi, na Geografia Nacional de Theodoro Sampaio, os sufixos na composição dos vocábulos tupís, aparece *ôca*, *oga*, suf., tapando, a coberta, o abrigo, o refúgio, o covil, o esconderijo, o paradeiro,





a casa. Assim, de posse do nome *carioca*, é bastante deduzir-se *cari*, peixe, cascudo e *ôca*, casa, reduto. *Reduto de acarís.*”

Que felicidade!

Desde logo compreendi que o autor não conhece a lingua *tupí* e verifiquei que mesmo a confunde com a *guaraní*, bandida do Brasil e fixada no Paraguai, aos primeiros encontros com os invasores europeus.

A pobreza da lingua não admite sinonímia e o seu escrupulo repele divagações: *casa é casa, buraco é buraco*; não conheço exemplo algum em que se empregasse *ôca* por *quára*, *cuára* ou vice-versa.

Na abundante citação feita, algumas palavras estão deturpadas, muitas são *guaranís* e as poucas *tupís* não apoiam a interpretação.

Há na flora brasileira uma espécie real que os indígenas denominaram *Acariquára*, dotada de cavidades com a semente dos buracos em que vivem os *acarís*. Do mesmo modo, elles chamaram *Puraquéquára*, *Aráraqúára*, etc.

A formação da expressão *Acari ôca* seria ininteligível ao selvagem, como se dissessemos hoje — o palacete dos pombos, o covil das galinhas.

Não a apoia a ortografia *Acarioca*, encontrada no mapa de A. Kreisler, nem mesmo as citadas *guacari*, *vacari*, *acari*, *cari*, tôdas elas dadas ao peixe cascudo delicioso, que foi objeto de tanto carinho linguístico. Os estudiosos conhecem bem a diferença de ortografia das palavras *tupís*, quando ouvidas e escritas por gente portuguesa, francesa ou alemã. Cada um dos escritores dessas nacionalidades, que temos lido, escreveu de uma forma, aliás conforme ouvia e segundo os ditôngos de sua própria lingua.

.....  
.....  
.....

O *habitat* do *acari* é nos troncos imensos apodrecidos, de que elle aproveita a moleza para introduzir-se; por exceção, entra nas cavidades das rochas, por descanso, porque estas não lhe proporcionam a alimentação que encontra n'aqueles. Nestas condições, nunca poderia o *acari* existir.

“no pequeno rio que brota da serra Carioca e que serpenteando e batendo entre seixos, vem sempre, apertado em seu leito entre rochas”.

Si, pois outrora existiu acari na terra carioca, só se o podia encontrar nas antigas lagoas de que esta era semeada; de qualquer forma sem justificação para a origem do doce nome carioca.

### Outros subsídios oferecidos aos historiadores

Não sou nunca fui e nem tenho a pretensão de ser indianista, como apaixonado das coisas de nossa terra, sempre procurei estudá-las, com carinho; assim sendo investigo os mestres da especialidade em questão, que tenham competência e sejam idôneos.

Consultei diversos autores quer nacionais, quer estrangeiros, conversei pessoalmente a respeito do assunto com Roquete Pinto e Miranda Ribeiro, ambos conhecidíssimos professores do Museu Nacional, êste, o maior ictiólogo, e aquele, o maior etnólogo e antropólogo brasileiro; ambos sempre solícitos a darem as suas impressões e estudos, que colheram à custo de sacrifícios, em prol da ciência, nos longínquos sertões do território da nossa pátria.

Com o joven etnólogo Raymundo Lopes longas horas, conversei sôbre o assunto, pois é um estudioso de tudo que é nosso, de tudo que nos fala à alma.

Assim foi que sinceramente me animei a escrever sôbre a origem do nome *Carioca*, sem vaidade, mas com plena convicção do assunto.

---

Theodoro Sampaio, em sua Memória lida ao Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, diz: — “O tupí e o guaraní entendem muitos por línguas diferentes ou estranhas e são *apenas irmãs* diferenciadas por influência dialetal...”

Observa o general Couto de Magalhães que a diferença entre elas é a mesma que se nota entre paulistas e mineiros falando o português (O selvagem), mas adiante, no seu Estudo Antropológico, publicado na *Revista do Instituto Histórico*, onde, tratando do tupí e guaraní, compara-os, no gráu de semelhança, ao português e ao castelhano.

São, de fato, o tupí e o guaraní... “a mesma lingua em dois períodos diversos: O tupí num período mais primitivo... e o guaraní em período mais desenvolvido”...

Foram ambas as línguas bastante faladas no Brasil, quer pelos gentios, pròpriamente dito quer pelas populações, que ao depois se formaram sob a influência européia.



Na geografia da região, em que essas línguas foram faladas, encontram-se, agora, nas denominações dos lugares, os vestígios indeléveis do domínio de cada uma:

Assim demonstra o nome de *Bertioga* dado ao canal, que separa a ilha de Santo Amaro do Continente. E. de São Paulo; não só nestas paragens, como em tôda costa, para além de Ubatuba e Paratí, é abundante em tainha, daí a denominação de Bertioga, correspondendo a Piratioca, refúgio, paradeiro das tainhas.

Prosseguindo neste estudo em que *oca* e *oga* são sinônimos, encontramos um outro mais interessante, que é *coara* ou *quara*.

Assim, *oca* e *oga* significam: a casa, o abrigo, o refúgio o paradeiro, o covil.

*Coara* ou *quara* significam: furo, cova, buraco, esconderijo, refúgio e paradeiro.

Exemplos: *Araquára*, c. aráquara (ará, da família dos papagaios, quara; paradeiro ou esconderijo) — paradeiro ou esconderijos dos papagaios.

*Araraquara*, c. arara-quara — refugio, esconderijo ou viveiro das araras, Estado de São Paulo.

*Ayuoca*, c. ajurú-oca, Minas Gerais.

*Juruoca* corr. agurú-oca. Ajurú ou agerú (casta de papagaio de pescoço escuro) — paradeiro ou esconderijo dos papagaios.

*Jundiaquara* ou *Nhundiaquara*, (nhundia-quara, buraco) lóca do peixe jundiá.

Encontramos ainda entre os gentios as designações de *Lóca* e *Piraquara*, o que nos interessam bastante, neste momento.

*Lóca*, corr. *roca* (o *r* brandíssimo), a casa dele, a habitação, o abrigo ou refúgio de referência a alguém.

E' termo vulgaríssimo para exprimir o esconderijo do peixe.

*Piraquara* e *pirá-quara* (pirá peixe; quara, buraco), abrigo do peixe, lóca.

Mais uma vez está demonstrada a sinonômia das palavras entre os tupís.

---

No dicionário das plantas úteis do Brasil e das exóticas cultivadas, M. Pio Corrêa, 1926, encontra-se o nome:

*Acaricuara* Nome dado na flora amazônica a duas espécies de árvores: 1º, *Cenostigma tocanthinum*, Duke, ma-

deira dura, própria para obras hidráulicas; 2° *Mainquartia guianensis*, Aubl., madeira muito resistente. O povo distingue duas variedades: a “das terras altas”, que é a melhor, porém sempre cheia de buracos, da broca família dos Cerambicídeos (bicho da madeira), e a do alagadiço ou da várzea, madeira de menor duração, que serve para obras internas.

Assim aparecem os nomes de Acaricuara, Acarí do igapo, Acarí da várzea e Acaximba.

Mas como essas árvores da flora amazônica nunca existiram na flora carioca; nem tão pouco em um buraco dos Cerambicídeos entrará um Acarí, não há razão, pois, para citação no nosso caso em questão.

O Acarí ou *Cari* peixe que vive em nossas águas, do norte a sul e de oeste a leste, no fundo dos rios entre pedras, é considerado noturno e por essa razão procura o escuro; zoológicamente, pertence ao grupo dos peixes de couro, apesar de revestido de placas ósseas; a sua pesca é feita por meio de tarrafa ou, então, apanhado na lóca, com as mãos.

Em Mato-Grosso, o povo o denomina de “rapa canoa”, com muita razão, em virtude da conformação do seu aparelho bucal, que tem a propriedade de sugar, e o faz procurar as pedras, onde habita, para sugar o limo.

E é ainda conhecido como o melhor limpador de aquários.

E’ preciso não confundir, com muitos fazem, Acarí, com Camoatá ou Camboatá.

---

No mapa quinhentista da baía de Janeiro, pertencente ao Cadastro Municipal, encontra-se o nome *Acarioca*, dado ao rio sagrado dos Tamoios; não sou eu quem o diz e sim o documento dessa época que o confirma.

E como *Acarioca* vem etimologicamente de *guacari*, *guarani*, *Wacari*, *acari* e *cari*, tupi, zoológicamente de *Loricaria Plecostemus*, e vulgarmente conhecido por *cascudo*, em virtude das placas ósseas que o protegem. Daí, naturalmente, a denominação de *cascudos*, dada aos colonizadores.

Confirmando ainda, mais uma vez, a minha convicção, por ser logicamente dada ao rio o nome de um de seus habitantes — *Carioca-Casa dos Acaris*.

---

Estas considerações, que faço hoje, são em resposta ao illustre autor do artigo publicado na *A Ordem*, de 24 de Março



Mapa quinhentista da baía do Rio de Janeiro e cidade de S. Sebastião



pois em questões de indianismo sou, como vêem amator, mas o nosso indianista não abordou a questão, quer etimologicamente, quer historicamente, só se preocupou com a erudição, mas esta, positivamente, só para os babaquaras.

Fico com o “doce nome de Carioca”, porque muito me honra; dos pântanos de outróra foi que surgiu essa maravilhosa e inegalável cidade, produto exclusivo dos seus filhos, que, no dizer de Vieira Fazenda, é a síntese de tudo quanto de grande tem produzido este maravilhoso canto da terra, talento, bravura, virtudes cívicas, abnegação e patriotismo. — *Magalhães Corrêa.*

“Correio da Manhã”, 19 de Abril de 1929.

No *Diário de Notícias* de 27 de Julho de 1930, o sr. Moacir Silva, em um artigo, intitulado “O doce nome carioca”, diz textualmente:

O ilustre escultor carioca sr. Armando de Magalhães Corrêa, do Museu Nacional, sugestionado pelo *Mapa anterior a 1600*, que figura no livro *O Rio de Janeiro em 1922*, de Ferreira da Rosa, onde descobriu a palavra *Acarioca*, presume que a significação de *carioca* seja reduto, *casa dos acarís*, sendo *acari*, ou *cari*, um peixe de água doce, o *loricaria plecostomus*, vulgarmente *casculo*, talvez por ser revestido de placas ósseas, embora peixe de couro.

.....  
.....  
 (“Correio da Manhã”, de 10 de Março de 1929). Neste mesmo diário, em data de 18 de Abril, o professor Magalhães Corrêa colige novos subsídios, especialmente sôbre a *acari* ou *cari*, e reafirma sua convicção na etimologia *carioca* — *casa dos acarís*.

Em que pese à opinião do ilustre professor, devemos observar que a forma *Acarioca*, de onde inegavelmente partiu para chegar a *casa dos acarís*, não figura absolutamente no “mapa quinhentista da Baía do Rio de Janeiro, pertencente ao Cadastro Municipal, e do qual diz B. Sanmartin, no “Testemunhos de inícios vários na ex-Cidade de São Sebastião”, 1928: “Não existindo mapa oficial ou com seu traço o que existir officioso, attribuído ao século XVI, pode sofrer controvérsias, mas é aceitável se no conjunto... apontar equívocos ou acertos históricos.”

O que está escrito naquele mapa, reproduzido *fotograficamente* e não *por cópia*, por B. Sanmartin e por Ferreira da Rosa (neste último, em *cliché* da Imprensa Nacional), é a



expressão “A carioca”, em duas palavras, sendo o “A” maiúsculo o artigo feminino e o “c” minúsculo, devido à mesma razão incógnita que fez o desconhecido autor do mapa escrever, com minúsculas: *manoe! de brita, cabo frio, cidade belha*, etc.

## Fluminense e Carioca

Donde vem, então, o nome Carioca?

E' esta uma grande controvérsia sôbre a qual já se tem escrito muito. Sômente o mais certo ou pelo menos o mais provável, seja indicado aqui resumidamente. Com tôda segurança reduz-se a questão ao nome riacho Carioca que nasce, nas magníficas matas da Serra Carioca, perto das Painheiras, noroeste do Corcovado levando suas águas cristalinas através das Laranjeiras e Catete para a baía de Guanabara. Já há muito foram represadas suas águas lá nas altas encostas do Silvestre, sendo conduzidas pelo célebre aqueduto, orgulho e ornamento do Rio Colonial, até à cidade, ao largo da Carioca.

Aí, no segundo chafariz, tôda a população se provia do precioso líquido. Da bôa qualidade e importância dêste resulta o fato que os cidadãos batizados com essa água fossem pouco a pouco denominados mesmo de cariocas. Esta alcunha, como acontece, ficou sem ter ainda aquele sabor originário de zombaria.

Qual é pois a origem daquele bemfazejo e eponimo riacho Carioca?

Eis a questão.

Já o francês Lery, que em 1557, antes da fundação do Rio, visitara a nossa baía de Guanabara, então unicamente ocupada por índios, menciona Karioca, como riacho e também aldeia, perto da sua foz, na atual região do palácio do Catete, Lery diz explicitamente que essa aldeia deve seu nome àquele riacho, o que explica comtudo como “*Casa dos Karios*” isto é, dos índios carijós, que moravam muito mais ao sul, em Santa Catarina. Isto parece provável, principalmente para um pequeno rio, posto que *oc* ou *oca*, em tupí, significa casa. Era preciso, pois, procurar interpretações melhores do nome do Rio Carioca.

A primeira parte da palavra *cari* lembra uma designação honorífica muito espalhada. Assim chamavam os guaranís do Brasil meridional e do Paraguai aos seus feiticeiros, e, por isso, aos brancos, aos cristãos e a tudo que a estes dizia res-

peito, de carai (abreviação de caraíba), nome que ainda hoje é usado, pelos que falam guaraní, como o nosso tratamento senhor.

Do mesmo modo essa palavra, na forma de caríws ou cariua, denota, na Amazonia ainda hoje patrão, chefe comandante, pelo que também um grande grupo de índios é chamado caraibas ou caribas. Pois bem, daquele “*cari*” tomado como branco resultou carioeca como “*casa do branco*”, explicação sempre melhor que a de Lery”, *casa dos Karios*, apesar de estranha para o nome de um rio.

Outros então queriam interpretar, a desinência *oc*, como significando descendente de. Assim temos de fato *cario* ou *carijó* ou, no norte do Brasil, *cariboca* (cariboca), no sentido de descendente do branco, isto é, mestiço, sendo por exemplo conhecidíssima a raça galinácea *carijó*, pintada de preto e branco. A interpretação de carioeca como *descendente do branco* parece ser mais espalhada hoje, ainda que não explique de modo algum o nome de um rio, de certo mais antigo que a imigração branca.

Realmente a um rio referia-se a tentada tradução *saída* da água do mato. *Cari* nesse caso, equivaleria a *caa-ry caa-y*, o mesmo que o conhecido rio Caí, *água do mato*. Si bem concedamos isso, fica inexplicável a terminação *oca* como saída. E querer traduzi-lo, enfim, *casa de água do mato*, seria por demais rebuscado.

A explicação mais provável, simples como o ovo de Colombo, foi achado não há mais que dois anos aqui, no Museu Nacional, pelo meu amigo escultor Magalhães Corrêa, que a fez publicar no *Correio da Manhã*.

Num dos mapas mais antigos do Rio, fins do século XVI, encontrou êle, o nosso pequeno rio, com a designação de *Acarioeca*.

Ora, acari (guacari, oucari ou simplesmente cari, é o peixe cascudo, conhecido de rios pedregosos, pertencendo ao gênero *Plecostomus* e que, com certeza aqui ocorreu e provavelmente ocorre ainda.

Posto isto, a solução solta por assim dizer aos olhos: *casa ou morada dos peixes acaris*.

Nomes semelhantes para cursos d'água, lagos etc. há bastantes no Brasil, como por exemplo, o canal chamado hoje, Bertiga perto de Santos, o qual propriamente se chamava Piratioca ou Paratioca, isto é, casa ou morada de paratí ou tainha.

A abreviação de *Acarioca* para *Carioca* não tem nada de surpreendente ou desusado em tupí, de maneira que aqui afinal temos a verdadeira interpretação da Carioca como rio dos cascudos.

Tradução do artigo do Prof. dr. Padberg. Drenkpol no "Deutches Volksblatt".

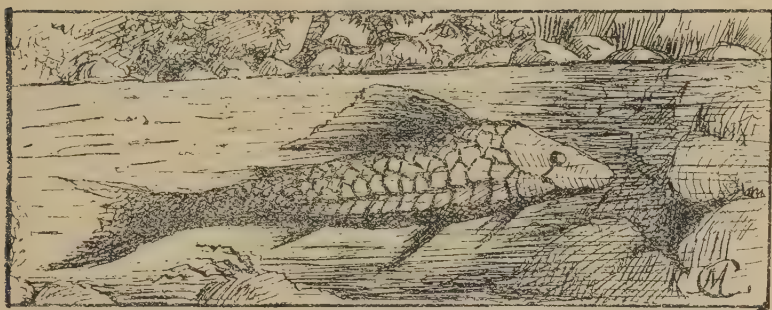
## Carioca

Anterior à imigração dos conquistadores brancos o vocábulo *carioca* existia designando um pequeno rio, que desembocava livre, hoje canalizado, à margem direita da baía, a qual a 1º de Janeiro de 1502 recebeu o nome de Rio de Janeiro. por ter sido descoberto nessa data e julgado embocadura de um rio, pelos navegadores André Gonçalves e Amerigo Vespuccio.

No ano seguinte, aportava à baía do Rio de Janeiro o navegador Gonçalo Coelho, que em procura de aguada desembarcara junto à foz do rio Carioca, onde acampou, dizem, por espaço de três anos, em convívio constante com os tamoiós, senhores da terra; utilizou como abrigo blocos litos, que formavam furnas naturais, como as que ainda existem esparsas pelo interior de nossa baía. Essa habitação improvisada passou para a história, como "Casa de Pedra", traço fundamental da Cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro, como muito bem diz Max Fleiuss.

Num período de cinquenta anos passaram pela baía do Rio de Janeiro os seguintes navegadores: João Dias Solis em 1515, Fernando de Magalhães em 1519, que a denominou de Baía de Santa Luzia, Martim Affonso de Souza que a visitou a 30 de abril de 1531, Cristóvão Jacques em 1536, Diogo Garcia, Sebastião Cabott, Nicolau Durand de Villegaignon, em 1555, que se instalou na ilha de Serigipe, atual Villegaignon; recebendo reforços da França, um dos quais a 7 de Março de 1557 em que chegara Jean Lery e seus companheiros para o então Fortin Coligny — o qual descreve: "laissons la haute mer à gauche, du costé l'est, nous entrasmes au bras, de mer, et riviére d'eau salée, nommée Ganabara par les sauvages, et par les Portugais — Geneure".

Depois de oito meses de permanência na ilha de Sergipe sob as ordens de Villegaignon, foi obrigado por questões religiosas a retirar-se para o continente, onde passou dois meses em companhia de outros refugiados em pequenos abrigos à



O Acari ou Cari





espera de condução para voltar a França, o que se fez em janeiro de 1858.

Na "Histoire dun voyage fait en la terre du Brésil", escrita por Jean Lery, entre as observações que colheu durante a sua permanência, cita diálogos com os naturais do país.

Capítulo XX, pag. 127:

"F. *Mamo-pé deretam?* Où est ta demeure?

T. Maltenent il nomme le lieu de sa demeure: *Kariauh*.

T. A. Araripe traduz: *Aquí o selvagem* nomeou o lugar de sua moradia (Nesse momento êle)...

Na página 128.

F. *Mamo-pé se tam?* Où est sa demeure?

T. de A. Araripe traduz: Onde é sua casa? quando deveria traduzir: Onde é sua moradia? T. *Kariau-bé*.

En ce village ainsi dit ou nommé que est le nom d'une petite rivière dont le village prend le nom, a raison qu'il est assis pres, et est interprete la *maison des Karios*, composé de cet mot, *Karios* e *d'aug*, que signifie maison et en ostaut, os, et y adionostant (aug) fera *Kariauh*, el *bé* c'est l'article de l'ablatif, qui signifie le lieu qu'on demande ou la où veut aller.

Como o vocábulo *Kariauh* compõe-se de *Kari-auh* ou por outra *Kari-aug*, o h que aí aparece deveria ser um K, (q ou c) e nunca como foi grafado, pois o autor mesmo faz a retificação noutro local, portanto *cariauc* do francês corresponde a *carioca* do português; tornando-se límpida a significação: *Cari-peixe cascudo*, oca, casa, "Casa dos Caris", e nunca dos *Karios*, pela razão muito simples de não serem estes índios habitantes dessa localidade e mesmo não existir no vocábulo citado as letras *os* e sim localidade ribeirinha que se refere aos habitantes do rio, e peixe cascudo, *cari*.

A página 130 é o próprio Lery quem diz: "Karios, Ce sont une outre manière de gens demeurans par dela des Tonaire ver la rivière de Plate, qui ont un mesme langage que les Tououp. Toupinenquin.

A tradução é de Tristão de A. Araripe: Karios são outros gentios, que habitam além dos Tonaire, para o lado do Rio da Plata, os quais usam da mesma linguagem que os Tououp Toupinenquin".

A página 142, Lery — Catalogue de vint-deux villages: Premièrement ceux que sont du coté gauche quand on entre dans ladit rivière: *Kariauc*". etc.

Jean Lery não estudou, nem compreendeu a verdadeira significação do vocábulo Kariauc, pois não estudou os peixes. a não ser os grandes, como êle o diz e também não pensou quando escreveu a página 95; "Sur quoy faut noter (ce qui est aussi estrange en ce peuple), que les Brasiiliens ne demeurent ordinairement que cinq ou six mois en un lieu, emportant puis après les grosse pièces de bois et grandes herbes de Pindo, de quoy leurs maisons sont faites et couvertes, ils changent ainsi souvent de place en place leurs villages: lesquels cependant retiennent tousjours leurs anciens nomes: de manière que nous en avons quelquerois trouve désloignez des lieux ou nous avions esté auparavant d'un quart ou demi-lieue".

Portanto não era a tribo que dava o nome à localidade e sim o rio.

Ainda na resposta do índio: Kariau-bé, aparece bé como proposição ablativa que é frequente nas denominações de lugares e significa "no kariauh".

Não é para admirar, pois os nossos índios com propriedade designavam as coisas em relação direta com nomes dos vegetais, minerais, animais... como já citei em estudos anteriores, que etimologicamente demonstram os fatos.

Além dos vinte vocábulos já citados darei mais alguns com o sufixo oca (tapando, acoberto, o abrigo, o refugio, o covil, o buraco, o esconderijo, o paradeiro, a casa), que completarão a relação:

Acarioca — local, toca, paradeiro, buraco e casa do Acaraí.

Araroca — abrigo, cova do rizoma da araruta.

Bussoroca — terra rasgada, buraco feito pelas águas.

Botupoca — Ibuhy — poca, montanha furada, casa de fogo, São Paulo, Minas Gerais (lugar onde guardavam o fogo).

Broca — buraco, casa do verme.

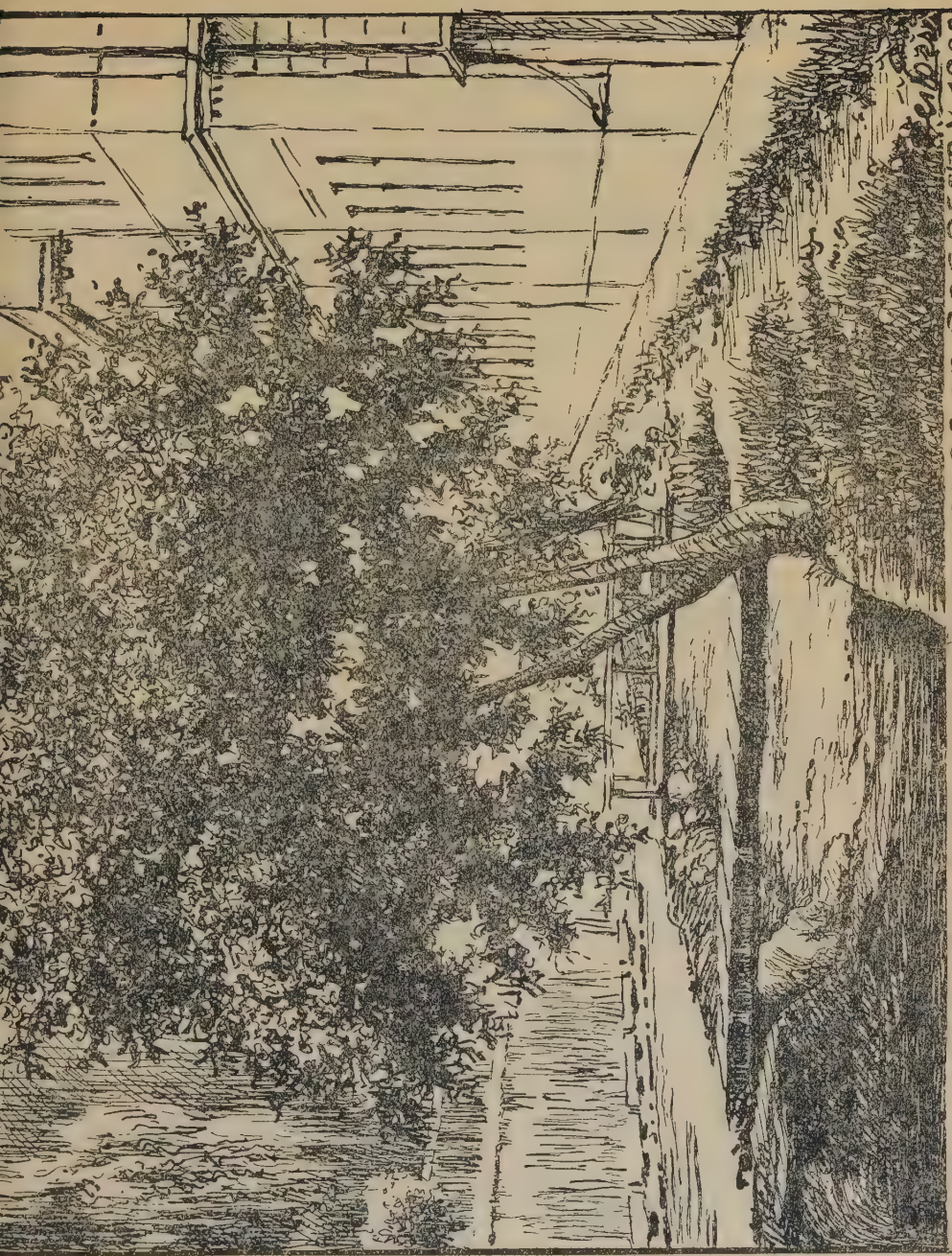
Cipooça — sítio do cipó, paradeiro do cipó, cipoal, Ilha do Rio Capim — Pará.

Iapioca — casta de cipó de que o japim serve para tecer seu ninho, morada, casa de japim.

Ipioca — Ibyoca — bioca, casa no chão, caverna.

Ioçoca — local de banho nos rios, casa de banho, banheiro.

Jacutoroca ou Jacutuoca — casa das corujas, Lagôa do Ceará.



ORIO CARIOCA ATRAVES A RUA CONDE DE BAE PENDY-1902





Jaguapoca — Jaguaroca — cachorro de terreiro, casa de cachorro.

Manioca, mandioca, — cova, sepultura, casa de mani.

Minhoca — verme que faz buracos no chão, casa do verme.

Mucauoca — casa de guerreiro, quartel.

Murakiroca — casa de trabalho, oficina.

Pipoca — envólucro que arrebenta, casca de onde sai o albume, abrigo do grão de milho.

Puracycoca — sala, casa de dansa.

Roca — oca, a casa, o abrigo, o refúgio.

Socóca — caruncho, casa do gorgulho.

Soca — casa dos vegetais.

Toboca — casa miseravel ou taverna; casa de bambú.

Taioca — correção das formigas, formigueiro, casa da Tai, Taoca.

Tapococa — larva aninhada no gomo da taboca (taquara), casa de lavra do bambú.

Uoca — casa vasia.

A primeira parte do vocábulo Carioca é cari, nome de um peixe cascudo, cujos estudos posteriores e classificação vem esclarecer o assunto.

Acari, Guacari, Wacari ou simplesmente cari, pertence à família dos Loricarideos (Loricarius — couraceiro, que trás couraça), peixe de placas ósseas, cascudo, gênero Loricaria espécie Plecostomus ou Plecostomus plecostomus L. plekei-trança, stoma — bôca). Tipo muito curioso com a bôca inferior de grandes beiços franjados debaixo dos quaes abrigam os ovos depois de fecundados, vive de preferência em águas correntes entre pedras, às quais se fixam com os beiços, verdadeiras ventosas. E' peixe fluvial e sul americano, no Brasil são encontrados de N. a S. de E. O.

Tem a denominação de “rapa canôa”, em Mato Grosso e de “Limpa aquário”, quando prisioneiro neste. E' noturno, de côr pardo maculado de escuro e sôbre a cabeça máculas menores; seu maior tamanho registrado é de 35 centímetros.

Era abundante no Rio Carioca e ainda hoje é encontrado, do largo do Boticário para a nascente.

O professor Miranda Ribeiro referindo-se aos Loricarideos diz: “alguns deles emitem um som particular que se deixa perceber de fora d'água”.



Segundo Castelnau, quando no Rio Araguaia, no trecho obstruído pelos baixios e corredeiras, numa tarde depois do pôr do sol que se ocultava por trás da espessa floresta margearante do rio, um som estranho veio atrair a sua atenção: “Foi primeiro um queixume solitário, depois outras vozes lhe responderam; a cada instante o ruído se tornava mais forte e discordante em pouco tempo tornou-se um concerto singular de gemidos, de grunhidos bizarros articulados nos tons os mais disparatados”. Um terror supersticioso apoderou-se dele, assim como dos homens da equipagem; mas um velho conhecedor da vida dos sertões, apontou para o rio, dizendo que o som vinha do fundo das águas, não sendo acreditado, foi apanhar um Loricarideo — gênero Hipostomo (hipo — de baixo, stomo, bôca).

Essa observação vem a propósito da lenda do Rio Carioca, que segundo Rocha Pitta, “é fama acreditada entre os naturais que esta água dá vozes suaves aos músicos e mimosos carões às damas”.

O mapa quinhentista da baía do Rio de Janeiro, que o sr. A. Kreisler, publicou no “Jornal do Brasil”, e do “O Rio de Janeiro em 1922”, de Ferreira da Rosa, assim como as afirmações do sr. Moacyr Silva referente ao Mapa dizendo ser do Cadastro Municipal e do qual cita a opinião de B. Santmartin, são cópias infieis, tiradas da publicada na Revista do Instituto Historico e Geográfico Brasileiro, tomo LXX parte segunda.

As informações a respeito do mesmo me foram dificultadas, razão pela qual, procurei desvendar o caso; publicando a retificação do meu artigo do “Correio da Manhã”, de 10 de Março de 1929, na Revista Nacional de Educação em Fevereiro de 1933, com a reprodução do verdadeiro mapa.

A cópia do original fotografada trouxe-a de Portugal o dr. Norival de Freitas, por iniciativa do professor Max Fleiuss, que aí fôra em missão do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, de um roteiro manuscrito e inédito existente na Biblioteca do Palácio da Ajuda, e que se ocupa da costa do Brasil desde o Cabo de S. Agostin até o sul. No referido Palácio, em que, no reinado de d. Carlos I, residia a Rainha Mãe, no catalogo da bibliotéca, feito pelo sr. Ramalho Ortigão, seu diretor, não havia figurado, por ser alí ignorado até o mo-

mento em que o sr. Norival o foi descobrir, entre outros tantos manuscritos daquela época, referente à história de Portugal.

O sr. Norival de Freitas mandou extrair a cópia do presente "mapa da baía do Rio de Janeiro", julgado de 1590 a 1591, que se acha na mapoteca do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, no qual aparece o vocábulo *Acarioca*, sem sofisma vem aumentar a documentação da origem e significação do rio sagrado dos tamoios, o que além de dar o nome à localidade ribeirinha, deu aos filhos desse pedaço brasileiro.

### Conclusão

O pequeno rio, pivot do assunto em questão, de leito pedregoso, cujas águas vem num tachoar constante desprendendo-se das Paineiras à Guanabara, possui como todo outro, uma fauna fluvial; no seu habitat aparece o Cari, peixe cascudo de águas movimentadas, que deu seu nome ao rio, por ser o seu paradeiro, onde em buraco, loca ou casa, se abriga e que a mentalidade indígena muito bem traduziu e designou de *Acarioca* ou *Carioca* — loca ou casa dos Caris.

As margens do referido rio na zona de blocos litos Gonzalo Coelho transformou em abrigo determinado grupo que tomou o nome de Casa de Pedra, para os portugueses, porém para os tamoios ficou sendo a localidade denominada *Acarioca*; talvez em virtude de usarem seus habitantes couraças como os caris, as placas ósseas, dessa coincidência perdurou o costume de apelidarem os portugueses do tempo colonial de "cascudos", e mais tarde ainda os conservadores.

Não é absurdo e comparação dos nossos indígenas, pois no Império dos Incas os naturais davam a denominação de *Iagosta* aos conquistadores espanhóis segundo Ch. Wrener, no seu livro "Perú et Bolivie".

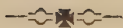
Na geografia física brasileira o tupi é representado abundantemente, onde aparece o vocábulo com o sufixo *oca*, em número mais ou menos de quarenta citados, os quais demonstram a vulgaridade de designação de nomes apropriados às coisas em relação a seus habitats.

A lenda do carioca, cujas linfas suavizavam as vozes, aformoseavam os semblantes, seduziam os forasteiros, vem da propriedade dos loricarideos emitirem sons, que atraíam

os ouvintes, segundo observações científicas. A confirmação da localidade Acarioca, está no mapa quinhentista da baía do Rio de Janeiro.

Dá-se ainda a denominação de Carioca à serra onde nasce o rio, ao aqueduto, aos arcos, ao chafariz, ao largo, à rua e aos naturais da cidade dos “Montes e das águas”: e de carioqueiros para os humildes conservadores de mananciais, no império.

As razões acima mencionadas levaram-me à convicção límpida da significação do vocábulo *Carioca* como paradeiro, casa dos Acaris ou Caris.



---

ATAS DE 1935

---







## ATAS DE 1935

97º ANO (SESSÃO 1.604). ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA EM 15 DE ABRIL DE 1935

PRESIDÊNCIA DO SR. CONDE DE AFFONSO CELSO

(*Presidente perpétuo*)

As 16 horas, na Sala Varnhagen, presentes os seguintes sócios: Conde de Affonso Celso, Max Fleiuss, Luiz Felipe Vieira Souto, Mario de Souza Ferreira, Alfredo Ferreira Lage, Miguel Joaquim Ribeiro de Carvalho, Henrique Carneiro Leão Teixeira Filho, Helio Lobo, Laudelino Freire, Affonso d'Escragnolle Taunay, Virgilio Corrêa Filho, José Maria Moreira Guimarães, Alexandre Emilio Sommier, Pedro Calmon Muniz de Bittencourt, Vicente de Paulo Vicente de Azevedo, Nelson de Senna, Manoel Cicero Peregrino da Silva, Manoel Tavares Cavalcanti, Emilio Fernandes de Souza Docca, Basilio de Magalhães, Augusto Tavares de Lyra, Epitacio Pessoa, Rodolfo Garcia, José Wanderley de Araujo Pinho e Rodrigo Octavio de Langgaard Menezes, o sr. Conde de Affonso Celso declarou que podia ser aberta a sessão da Assembléia Geral Extraordinária, nos termos dos Estatutos e das comunicações feitas pela imprensa.

O sr. Conde de Affonso Celso (*Presidente perpétuo*) disse que, tendo sido apresentada à Diretoria uma proposta (que só cabe à Assembléia Geral resolver) sobre a elevação a sócio benemérito do sócio correspondente, sr. dr. d. Ramón J. Cárcano, submetera essa proposta, de acordo com os Estatutos, à Comissão de Admissão de Sócios, tendo como relator o sr. Epitacio Pessoa.

Por ordem do sr. Presidente, o sr. 1º Secretário perpétuo leu a proposta e o parecer.

PROPOSTA — Propomos para sócio benemérito o correspondente, desde 1 de Agosto de 1910, d. Ramón J. Cárcano, figura eminente da política, diplomacia e letras argentinas, grande amigo do Brasil, cuja confraternidade com a sua nobre Pátria procura sempre firmar.

Rio de Janeiro, 1 de Fevereiro de 1935.

*Conde de Affonso Celso. — Max Fleiuss. — Luiz Felipe Vieira Souto. — Souza Doca. — Manoel Cicero. — Virgílio Corrêa Filho. — H. C. Carneiro Leão Teixeira Filho. — Oliveira Vianna. — Lucas Alexandre Boiteux. — Alfredo Ferreira Lage. — Radler de Aquino. — Wanderley de Pinho. — Basílio de Magalhães. — Alexandre Sommer.*

PARECER — “A Comissão de Admissão de Sócios acolhe com a mais viva simpatia a proposta que eleva o sócio correspondente d. Ramón J. Cárcano à categoria de sócio benemérito e, estando de inteiro acordo com os justos conceitos nela emitidos a respeito de tão eminente personalidade, é de parecer que o Instituto dê à referida proposta a sua pronta e jubilosa aprovação.

Rio de Janeiro, 12 de Abril de 1935. — *Epitacio Pessoa*, relator. — *Manoel Cicero. — Miguel J. R. de Carvalho. — A. Tavares de Lyra. — Ramiz Galvão.*”

O sr. Conde de Affonso Celso (*Presidente perpétuo*) disse que se achava em discussão o parecer.

Ninguém pedindo a palavra, foi encerrada a discussão.

O sr. Presidente submeteu à votação o parecer, que foi aprovado por unanimidade.

Ato contínuo, o sr. Presidente proclamou sócio benemérito do Instituto o sócio correspondente dr. d. Ramón J. Cárcano, que pertence ao Instituto desde 11 de Agosto de 1910.

O sr. 1º Secretário perpétuo leu, por ordem do sr. Presidente, a proposta e o parecer da Comissão de História, relativos a Monsenhor Federico Lunardi.

PROPOSTA — Propomos para sócio correspondente o sr. conselheiro da Nunciatura Apostólica, Monsenhor Federico Lunardi, italiano, autor de notáveis trabalhos sobre etno-

grafia e arqueologia americana, quais *El macizo colombiano en la prehistoria de Sur America, Piedras sepulcrales perforadas e Estatuas prehistóricas pintadas*.

Rio de Janeiro, 1 de Fevereiro de 1935. — *Conde de Affonso Celso*. — *Max Fleiuss*. — *Luiz Felipe Vieira Souto*. — *Souza Docca*. — *Manoel Cicero*. — *Virgílio Corrêa Filho*. — *H. C. Leão Teixeira Filho*. — *Oliveira Vianna*. — *Alfredo Ferreira Lage*. — *Radler de Aquino*.

PARECER — “Monsenhor Federico Lunardi, conselheiro da Nunciatura Apostólica e já pertencente à Academia Chilena de Ciências Naturais, foi proposto para sócio correspondente do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.

Ha dois recentes trabalhos do sr. revm. que muito o impõem à nossa admiração: *El macizo colombiano en la prehistoria de Sur America* e *Estatuas prehistoricas pintadas*. Ambos vieram a lume no ano ha pouco findo. O primeiro sairá em volume especial da Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o segundo constitue *separata* da Revista Universitária de Santiago do Chile.

Tanto num quanto no outro, revela monsenhor Federico Lunardi profundos conhecimentos de arqueologia, etnologia, geografia e história. Si, no interessante estudo sobre os escultores indígenas de San Agustin, Isnos e Socha-Vieja apparecem tantas e tão curiosas observações sobre a íntima relação entre o manejo das cores e a etnologia na evolução prehistórica e histórica da humanidade, na memória apresentada ao Instituto Panamericano de Geografia e História, na assembléia inaugural do Rio de Janeiro, ainda mais se patenteia a erudição de monsenhor Federico Lunardi, que realizou, com a dita monografia, uma das mais valiosas contribuições para o estudo da civilização pre-colombiana do Novo Mundo.

Pelos motivos acima expostos, somos de parecer que o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro receba Monsenhor Federico Lunardi como a um astro de primeira grandeza, que virá iluminar-lhe o seletto quadro de sócios correspondentes”.

Rio de Janeiro, 1 de Abril de 1935. — *Basílio de Magalhães*, relator. — *Max Fleiuss*. — *Helio Lobo*. — *Souza Docca*.

O sr. Presidente pôs em discussão esse parecer e, ninguém pedindo a palavra, foi o mesmo aprovado e o processo

remetido à Comissão de Admissão de Sócios, sendo relator o sr. Ramiz Galvão.

O sr. Presidente declarou achar-se sobre a mesa o parecer da Comissão de Fundos e Orçamentos, o qual, nos termos dos Estatutos, deve ser discutido e votado na primeira reunião do Instituto, celebrada no início do ano social.

Mandou que o sr. Secretário perpétuo lesse o mesmo parecer.

“A Comissão de Fundos e Orçamentos do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, tendo examinado as contas apresentadas pelo sr. Radler de Aquino, digno e ilustre Tesoureiro, acompanhadas de 267 documentos comprobatórios das despesas, verificou sua perfeita exatidão e é de parecer que sejam aprovadas”.

Rio de Janeiro, 4 de Abril de 1935. — *Rodrigo Octavio*, relator. — *Oliveira Vianna*. — *Alfredo Ferreira Lage*. — *Helio Lobo*.

O sr. Presidente pôs em discussão o parecer. Ninguém pedindo a palavra, submeteu à votação, sendo aprovado por unanimidade.

O sr. Presidente participou o falecimento dos seguintes sócios, ocorrido depois da última sessão magna, declarando que se consignaria em ata um voto de profundo pesar e que, na ocasião própria, o necrológio de tão prezados companheiros seria feito pela proverbial eloquência do orador perpétuo, sr. Ramiz Galvão.

Os sócios falecidos foram os seguintes:

Gastão Mathias Ruch Sturzeneker. Entrou em 29 de Julho de 1907. Sócio benemérito. Foi 2º Secretário. Falecido a 25 de Outubro de 1934.

Ronald de Carvalho. Entrou em 22 de Agosto de 1931. Efetivo. Falecido a 15 de Fevereiro de 1935. Não chegou a tomar posse.

Miguel Calmon du Pin e Almeida. Entrou em 20 de Abril de 1914. Efetivo. Faleceu a 25 de Fevereiro de 1935.

Agenor de Roure. Entrou em 31 de Maio de 1917. Benemérito. Falecido a 18 de Março de 1935. Foi 2º Secretário.

O sr. Presidente disse que, de acordo com as atribuições que lhe conferem os Estatutos, nomeara em 26 de Junho de 1933 o sócio efetivo sr. Luiz Felipe Vieira Souto para substituir em todos os impedimentos o 2º Secre-

tário sr. Agenor de Roure. Tendo este falecido, nomeou o mesmo sr. Vieira Souto 2º Secretário interino.

Estando reunida a Assembléia Geral, entendia que se devia prover efetivamente o cargo até a Assembléia de Dezembro próximo, quando será procedida a eleição geral de alguns membros da directoria e das comissões permanentes.

Mandando correr o escrutínio secreto e recolhidas as cédulas pelo chefe da secretaria do Instituto, foi eleito 2º Secretário o sr. Luiz Felipe Vieira Souto, tendo obtido um voto para o mesmo cargo o sr. Henrique Carneiro Leão Teixeira Filho.

O sr. Affonso Taunay pediu a inserção em ata de votos de pesar pelo falecimento dos srs. Francisco Borges de Barros, que foi diretor do Arquivo da Baía, tendo prestado nesse cargo notáveis serviços às letras, e Francisco de Salles Collet e Silva, que foi arquivista da Cúria de São Paulo.

O sr. Max Fleiuss solicitou a designação de uma comissão para visitar, em nome do Instituto, o comandante Sergio Bizarro de Andrade Pinto, que se encontra enfermo, tendo o Presidente designado para tal fim os srs. Max Fleiuss e Vieira Souto.

Nada mais havendo a tratar, o sr. Presidente declarou encerrados os trabalhos da Assembléia Geral Extraordinária, o que foi feito às 16 horas e 45 minutos. — *Luiz Felipe Vieira Souto*, 2º Secretário.

97º ANO (SESSÃO 1.605). PRIMEIRA SESSÃO ORDINÁRIA  
EM 15 DE ABRIL DE 1935

PRESIDÊNCIA DO SR. CONDE DE AFFONSO CELSO

(*Presidente perpétuo*)

As 17 horas, no salão das sessões, com o comparecimento dos mesmos sócios que tomaram parte na Assembléia Geral Extraordinária, o sr. Conde de Affonso Celso (*Presidente perpétuo*) disse que, prosseguindo na incessante faina de estudo e patriotismo, empenhado ha quasi dez décadas, o Instituto Histórico esperava que o novo período encetado corroboraria as honrosas tradições dos anteriores, graças ao



esclarecido devotamento dos consócios, a todos os quais cordialmente saudou.

Sendo a sessão especialmente consagrada ao “Dia da América”, propôs que o ato inicial dos trabalhos fosse aprovar a seguinte moção:

“O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, constante e fervoroso propugnador da paz e confraternização continentais, vivamente almeja que breve desapareçam e nunca mais se reproduzam quaisquer lutas e dissídios entre as nações do Novo Mundo, realizando elas o ideal de Bolívar, relativo à criação de uma Liga Americana de Justiça Internacional.”

O sr. Max Fleiuss propôs que essa moção fosse aprovada, levantando-se todos os presentes.

Assim se fez.

Continuando, disse o sr. Conde de Affonso Celso que falaria sobre o assunto o 1º Vice-presidente e sócio grande benemérito sr. Manoel Cicero Peregrino da Silva, que, pelas suas comprovadas capacidades, nobres sentimentos, ampla cultura, preciosos trabalhos e serviços, repetidas visitas, em caracter official ou particular, a diversas repúblicas irmãs, estava em excepcionais condições de desempenhar superiormente a incumbência, como costuma fazer.

Da tribuna, o sr. Manoel Cicero fez a seguinte conferência sobre o “Dia da América”:

“Instituído pelo Conselho Diretor da União Panamericana, em reunião de 7 de Maio de 1930, o Dia Panamericano foi fixado em 14 de Abril, dia em que, no ano de 1890, na 1ª Conferência Internacional Americana, reunida em Washington, foi aprovada a criação de uma “União Internacional das Repúblicas Americanas.”

Sugerira àquele Conselho o ministro de Nicarágua, que todos os povos da América comemorassem, mutuamente, as suas grandes datas e, sobretudo, se congratulassem, uns com os outros pelo aniversário da independência de cada um.

Veu a prevalecer, porem, a idéia feliz do prestigioso embaixador do Brasil, Silvino Gurgel do Amaral, cuja proposta, por aprovação unânime, se converteu na resolução em que o Conselho Diretor, tendo em atenção “que seria conveniente recomendar a designação de uma data a ser considerada em todas as repúblicas americanas como o Dia Pana-

mericano e a ser estabelecida como símbolo comemorativo da soberania que assumiram as nações americanas e da união voluntária de todas em uma comunidade continental; considerando que o dia 14 de Abril é a data que assinala a adoção da resolução que criou a União Panamericana”, recomendou aos governos dos países membros da União que designassem como Dia Panamericano o dia 14 de Abril e hasteassem nessa data a bandeira nacional.

Não tardou que o Presidente dos Estados Unidos proclamasse como panamericano o dia indicado, determinando que nessa data fosse desfraldado nos edifícios públicos o **pavilhão nacional** e convidando escolas, associações cívicas e o povo em geral a celebrar condignamente o “Dia da América”.

No Brasil, cujo alto representante diplomático junto ao Governo dos Estados Unidos tivera a iniciativa da comemoração e onde o espírito panamericano sempre encontrou ambiente propício, o decreto de 10 de Fevereiro de 1931 consagrou o mesmo dia e recomendou que de igual modo se procedesse.

Atos semelhantes foram expedidos por outros governos e o dia-símbolo passou a pertencer a toda a América independente.

A 14 de Abril de 1931, reunidos em Washington, em sessão solene do Conselho Diretor da União Panamericana, os representantes das vinte e uma repúblicas celebraram pela primeira vez a data que dali por diante valeria por um penhor de concórdia e amizade. E vinte e uma bandeiras saudaram-se umas às outras ao inaugurar-se oficialmente a celebração da maior data do calendário americano.

Consubstanciaram-se, assim, nesse “Dia da América” todas as grandes efemérides dos povos do continente e, em particular, aquelas que assinalam a emancipação política de cada um.

A fixação de uma mesma data para todas as nações americanas não significará o desinteresse por parte de umas pelos sucessos relevantes que cada uma das outras considerar dignos de especial comemoração. Ao contrário, poderoso instrumento de aproximação, o dia panamericano avivará o interesse de cada uma por todas as demais, pelo seu passado, suas glórias, seus progressos, sua confiança no futuro.

Confundindo numa grande comemoração as maiores datas da história da América, abrangendo todos os períodos, desde o descobrimento — a conquista, a penetração, a colonização, a luta pela independência, a formação política, social, econômica e cultural, o Dia panamericano intensificará os propósitos de melhor entendimento e de perfeita harmonia entre os povos deste hemisfério.

Nesse dia de festa internacional é igual o regosijo das nações do Novo Mundo e são as mesmas as congratulações que elas trocam entre si, estreitando-se em fraternal amplexo.

O Dia panamericano é a afirmação do espírito de solidariedade continental, a expressão do sentido panamericano, que é a compreensão de alevantado ideal comum e do mesmo grande destino.

O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, afirmando a sua fé no futuro reservado à América e associando-se ao júbilo das nações americanas, celebra a grandiosa efeméride.

O panamericanismo deve a sua origem a Bolívar, que no Memorial de 1812 já cogitava de uma confederação, do mesmo modo que na célebre carta da Jamaica, de 1815, ainda que então não tivesse a intenção de incluir os Estados Unidos. Em 1818 dizia ele, em carta a Pueyrredon, diretor supremo das Províncias Unidas do Rio da Prata, que, quando a vitória das armas da Venezuela “complete la obra de su independencia, o que circunstancias más favorables nos permitan comunicaciones más frecuentes y relaciones más estrechas, nosotros nos apresuaremos, con el más vivo interés, a entablar por nuestra parte el pacto americano, que, formando de todas nuestras repúblicas un cuerpo político, presente la América al mundo con un aspecto de majestad y grandeza, sin ejemplo en las naciones antiguas. La América así unida, si el cielo nos concede este deseado voto, podrá llamarse la Reina de las Naciones y la Madre de las Repúblicas”.

Sonhava o Libertador com a formação de poderosa confederação, composta das nações americanas.

O Congresso de Panamá, por ele convocado em 1824, veio a reunir-se em 1826 com o comparecimento dos representantes do México, da América Central, da Colômbia e do Perú.

Nos Estados Unidos, em 1820, Henry Clay, então presidente da Câmara dos Representantes, famoso defensor da

liberdade e, em especial, da liberdade no continente americano, havia-se manifestado a favor de uma liga americana (*human-freedom league in America*), em que tomassem parte todas as nações, da Baía de Hudson ao Cabo Horn e do Atlântico ao Pacífico.

O Presidente James Mônroe, em sua conhecida Mensagem de 2 de Dezembro de 1823, declarara solenemente que o continente americano não seria, dali por diante, objeto de colonização por parte de nenhuma potência européia, que os Estados Unidos não interviriam nas colônias já existentes e que, quanto aos governos, cuja independência havia sido reconhecida, ele considerava como hostilidade aos Estados Unidos a intervenção de qualquer potência européia com o fim de oprimi-los ou dirigí-los.

Várias causas haviam determinado essa atitude; a fraqueza das nações que acabavam de tornar-se independentes, o receio da interferência da Santa Aliança no sentido da reconquista e, entre outras causas, o espírito de solidariedade continental então a esboçar-se.

Havendo sido convidado os Estados Unidos a participar do Congresso de Panamá, mostraram-se favoráveis o mesmo Henry Clay, já agora secretário de Estado, e o próprio Presidente dos Estados Unidos, John Quincy Adams, que, sucessor imediato de James Monroe, fora<sup>2</sup> secretário de Estado no governo deste e inspirara a célebre doutrina que serviu de base à política continental e concorreu enormemente para fortalecer o ideal panamericano.

A nomeação dos representantes norte-americanos não foi confirmada a tempo pelo secretário, de sorte que estes não chegaram a tomar parte naquele Congresso anfitiônico.

O Presidente John Quincy Adams atribuiu ao Congresso de Panamá a mais alta importância, porque interessava, não só à felicidade da espécie humana, mas especial e diretamente aos Estados Unidos, o que não queria dizer que estes estivessem dispostos a abandonar a sua política tradicional de evitar, segundo a doutrina de Washington, as alianças comprometedoras.

Tambem o governo brasileiro nomeou representante diplomático, naquela assembléia, o conselheiro Theodoro Blacardi, que não chegou a comparecer.

O adiamento indefinido do Congresso não significa que a tentativa de Bolívar se tenha malogrado. Como salienta



James Brown Scott, preclaro internacionalista norte-americano, na excelente introdução que escreveu para "The International Conferences of American States", ela constituiu duplo precedente: reunião de Estados para discutir interesses comuns; Liga dos Estados, na frase do Libertador, unidos por um corpo de normas comuns, que regulem as suas relações com o estrangeiro para salvaguarda da liberdade e da independência da América.

Mas o panamericanismo bolivariano não é idêntico ao atual. Aquele aproximava as nações com intuítos políticos e defensivos. Este é inteiramente pacífico e não se destina a estabelecer vínculos políticos.

Daquela primeira assembléia panamericana resultou, além de outras resoluções, um tratado de aliança e confederação perpétua, com a criação de uma assembléia permanente de plenipotenciários, que firmaria tratados, funcionaria como mediadora nos conflitos internacionais e os dirimiria com autoridade de árbitro.

O panamericanismo de hoje é, no dizer de Ricardo Alfaro, na sua monografia *A significação do panamericanismo*, um estado de espírito, resultante de fatores vários, como a continuidade territorial, a semelhança de instituições, os interesses econômicos, o amor dos princípios democráticos, a comunhão de aspirações internacionais. "Procura desenvolver e intensificar as relações comerciais, proteger os tesouros da arqueologia americana, fomentar o intercâmbio universitário, promover o melhor conhecimento da produção intelectual dos diferentes grupos ou nacionalidades, fomentar a adoção de medidas para proteção do tráfego marítimo e da saúde pública, honrar a memória dos grandes heróis e benfeitores do Novo Mundo, promover a celebração de conferências científicas ou de beneficência, a criação de instituições de utilidade pública, a uniformidade de nomenclaturas, de pesos e medidas, de passaportes, de princípios de direito marítimo e o estudo de problemas sociais. Trata enfim de realizar o grandioso ideal jurídico da codificação do direito internacional público e privado, de evitar ou prevenir conflitos entre os estados americanos e de dar a maior amplitude possível ao arbitramento como único meio civilizado de decidir os conflitos internacionais".

O panamericanismo dos nossos dias é o sentido da coesão, a noção instintiva da solidariedade a que são levados os



povos que habitam esta privilegiada porção do globo, na qual latinos e saxões se aproximam e irmanam no mesmo empenho de paz e prosperidade.

Íbero-americanos e anglo-americanos trazem o concurso das suas aptidões, das suas qualidades étnicas, para a grandeza comum. E não somente esses o fazem, mais ainda os que provêm do elemento autóctone e se adaptaram à civilização e os descendentes daqueles que, pertencendo a outras raças, têm demandado a América em busca do bem estar e da felicidade ou a ela foram arrastados pela fatalidade. Genuinamente americanos aqueles, representam as civilizações rudimentares pre-colombianas e os antigos dominadores das terras do continente. Os outros, nascidos na América, confundem-se com os demais e todos se identificam na consciência daquela coesão, no entrelaçamento dos interesses, na identidade das aspirações, nos propósitos de interpenetração espiritual e econômico, na confiança nos destinos da América.

Não é o panamericanismo uma aliança contra o estrangeiro. Não tem finalidade política. E', antes de tudo, como diz Robert Lansing, uma união espiritual, que se manifesta em simpatia, em benevolência e num sincero desejo de ser útil a todos.

Mas, apesar das diferenças que os separam, não se pode negar, como assinala Ricardo Alfaro, referindo-se ao Congresso de Panamá, que o panamericanismo atual e o bolivariano têm pontos de contato, "porque a idéia básica, o conceito fundamental daquele Congresso é o mesmo que inspira as Conferências de estados americanos do nosso tempo..., ontem como hoje, o propósito primordial era a paz, o progresso, a felicidade do Novo Mundo, mas, ao passo que ontem era preciso firmar a paz por meio da guerra, hoje, livres de inimigos, respeitáveis e fortes na democracia e na fraternidade, podem os povos da América consagrar-se tranquilamente à fecunda tarefa de trabalhar pelo bem estar comum".

Para Guillermo Sherwell, que foi secretário geral da Alta Comissão Interamericana e de quem guardo grata recordação, o Panamericanismo (aliás preferiria ele o termo "Interamericanismo", que lhe parecia mais adequado para evitar a suspeita de ser interpretado como absorção das nações fracas por uma mais forte) repousa em três elementos básicos: soberania e igualdade das nações americanas; pro-

blemas comuns;; coordenação no estudo desses problemas e cooperação na sua solução. No seu trabalho "Panamericanism and its *raison d'être*", definiu Sherwell o panamericanismo como a expressão do desejo das nações soberanas da América de estudar os seus problemas comuns e de auxiliar-se reciprocamente, afim de dar-lhes solução.

A Bolívar cabe a prioridade da idéia de aproximar as nações do continente, respeitando-lhes a soberania e a independência.

E' certo que a Alexandre de Gusmão, nascido no Brasil, cabe a glória de, tendo inspirado e redigido em 1750 o tratado de Madrid para fixação de limites entre os domínios de Portugal e Espanha na América, haver incluído uma cláusula em que foi declarado, conforme ha dois anos, nesta tribuna, lembrou Rodrigo Octavio, que, se por desgraça uma guerra surgisse entre os dois Estados, queriam os seus reis que se não sentissem em guerra entre si os respectivos súditos da América e em que foi recomendado, sob penas severas, que se fizesse a paz perpétua e se estabelecesse o espírito de vizinhança.

E' um antecedente que não pode ser esquecido, porque aí está o primeiro passo para a fraternidade americana, não se devendo guerrear as colônias, ainda que as metrópoles o fizessem. Mas o verdadeiro panamericanismo supõe a soberania e a independência.

Celebrando em 1933, na União Panamericana, o "Dia da América", declarou Franklin Roosevelt que havia dedicado a nação à política do bom vizinho, do vizinho que se respeita a si mesmo e por isso respeita os direitos dos outros, e que as qualidades essenciais para o verdadeiro panamericanismo devem ser as mesmas de um bom vizinho, isto é, entendimento mútuo e simpatia na apreciação do ponto de vista dos outros, respeito pelos direitos destés e escrupuloso cumprimento dos correspondentes deveres por parte de cada membro da comunidade.

São palavras que merecem ser lembradas, porque resumem a noção do panamericanismo e vão contribuir grandemente para a difundir e intensificar.

Fenômeno curioso, essa comunhão de ideais e de interesses, essa liga de nações, que se esteia na soberania e igualdade de todas estas, na continuidade territorial, na se-

melhança dos problemas a resolver e na cooperação e bom entendimento e se baseia em vínculos históricos, econômicos e sociais, não envolve idéia alguma de hostilidade aos outros povos da terra, com todos os quais quer a paz como condição de desenvolvimento e progresso.

Panamericanismo e universalismo perfeitamente se conciliam. Panamericanismo e *humanismo* não se contradizem, do mesmo modo que o ideal panamericano não colide com a idéia de pátria, antes a pressupõe. O lema — América para os americanos — não é incompatível com o que propôs Saenz Peña: América pela humanidade. Harmonizam-se os dois e a um só podem reduzir-se.

Esse grande ideal de confraternidade, cooperação e intercâmbio material e espiritual encontra na União Panamericana o seu órgão propulsor e coordenador, representação oficial das vinte e uma repúblicas, à qual, entretanto, não são conferidos poderes políticos. As Conferências Internacionais Americanas e as conferências especiais e técnicas, a todas as quais a União dá impulso e a que concorrem delegados das diferentes nações que a formam, constituem verdadeiras assembléias panamericanas, que proporcionam ao panamericanismo a ocasião e os meios de afirmar-se, revigorar-se e traduzir em realizações os seus elevados objetivos.

A “União Internacional das Repúblicas Americanas”, fundada ha 45 anos e iniciada sob o patrocínio dos Estados Unidos, tinha a sua secretaria sob a direção do secretário de Estado. As Conferências Internacionais Americanas, que depois se hão reunido, têm modificado a primitiva organização dessa associação de Estados, que passou a ser dirigida por um Conselho, presidido pelo Secretário de Estado e composto de representantes diplomáticos dos países americanos junto ao Governo dos Estados Unidos. Passou a secretaria a denominar-se *União Panamericana* e a denominar-se *União das Repúblicas Americanas* a organização internacional que mantém a União Panamericana.

Na convenção que sobre a União Panamericana foi assinada na Havana em 1928, por ocasião da 6ª Conferência, foi-lhe reconhecido o character de órgão permanente central das Conferências Internacionais e foram incluídas disposições concernentes à organização e às atribuições do Conselho Diretor e à esfera de ação daquele instituto, ficando expressamente excluído qualquer assunto de natureza política. Nos termos dessa convenção, que ainda depende da ratificação de alguns governos, a designação dos delegados poderá

recair ou não nos representantes diplomáticos dos países, membros da União, acreditados em Washington, e o Conselho Diretor elegerá, anualmente, o seu presidente e o seu vice-presidente.

O campo das atividades da União foi ampliado na 7ª Conferência, realizada em Montevideu, em 1933, pela qual foi recomendada a criação de: uma secção jurídica de character administrativo, a qual se encarregue dos arquivos e correspondência dos órgãos codificadores do direito internacional no continente americano; um centro de coordenação e colaboração, na Biblioteca da União, para execução de trabalhos bibliográficos interamericanos e para o fomento do intercâmbio de publicações científicas e literárias e de outros elementos de aperfeiçoamento intelectual; uma secção especial de intercâmbio técnico-científico e uma secção de cooperativismo e sindicalismo.

E' para notar que na União Panamericana e nas Conferências Internacionais não tome parte o Canadá, estado que tem plena capacidade internacional, ocupa posição saliente na Sociedade das Nações e mantem em Washington representação diplomática permanente e junto a cujo governo os Estados Unidos se fazem representar por um embaixador, estado dos mais importantes da América pelo território, população, riqueza e cultura.

Feliz iniciativa teve a delegação do Equador à 7ª Conferência, propondo fosse convidado o governo do Canadá a considerar a conveniência de unir-se aos demais estados americanos na ação conjunta que eles realizam, de cooperação e solidariedade, por meio das Conferências Internacionais Americanas, da União Panamericana e dos órgãos estabelecidos em virtude de acordos internacionais. E no projeto de Código da Paz, apresentado pela delegação do México àquela mesma 7ª Conferência, que resolveu submetê-lo à consideração dos governos, membros da União, é contemplado o Canadá na formação da Corte Americana de Justiça Internacional, para a qual, mediante solicitação da União, deverão ser indicados dois juriconsultos pelo presidente da Associação dos Advogados do Canadá.

A União Panamericana, servindo como comissão permanente das Conferências Internacionais Americanas, organizando-lhes o programa, que é submetido à aprovação dos governos, preparando monografias sobre cada um dos assuntos nele compreendidos, procedendo do mesmo modo com relação aos congressos e conferências especiais ou técnicas,



recomendadas pelas Conferências Internacionais, pondo em execução as conclusões a que têm chegado tais assembléias, quer dirigindo aos governos as notificações necessárias, quer tomando as providências que estejam na sua órbita, quer conservando sob a sua guarda os instrumentos de ratificação dos tratados e convenções assinados nas Conferências, — a União Panamericana, verdadeira instituição internacional, é o próprio panamericanismo em ação, dá-lhe corpo e movimento e bem merece que no Dia da América se lhe faça justiça e se lhe renda homenagem não somente à União, mas também ao seu diretor geral, L. S. Rowe, que, com a União, está identificado, à qual desde 1920 serve devotadamente. A este prestou merecido tributo a 7ª Conferência, aplaudindo a sua eficiente atuação à frente da União.

As atividades dessa instituição não se limitam aos serviços concernentes às Conferências e Congressos. A secção de informações financeiras, a secção de divulgação de composições musicais dos países da América, o departamento editorial que publica o *Boletim da União Panamericana*, o departamento de cooperação intelectual, uma de cujas preocupações tem sido promover o ensino, nos centros universitários dos Estados Unidos, do espanhol e do português, assim como o da leitura, história, geografia e problemas da América latina, o departamento de cooperação agrícola, além de vários outros, são oficinas em que se elaboram o mútuo entendimento, a harmonia e o engrandecimento das nações do continente.

Assim aparelhada para o desempenho da sua missão, a União Panamericana, pelos reais serviços que ha prestado à efetividade do panamericanismo, tem correspondido aos nobres intuitos daqueles que imaginaram e fundaram essa instituição benemerita.

Pela natureza das funções que lhe cabe exercer, pelo critério com que as exerce, pelos resultados que ha obtido, a União Panamericana atingiu tão alto grau de importância no domínio internacional, que se não compreende continue ignorada pela Sociedade das Nações e que a ação de uma e a de outra, em benefício da paz, se não efetuem harmonicamente. Perante a Sociedade das Nações, em Setembro de 1934, o Professor J. M. Yépez, delegado da Colômbia, pôs em destaque essa falta de entendimento entre as duas grandes instituições internacionais e a necessidade de fazer cessar quanto antes essa anomalia.



Do mesmo modo que o Congresso de Panamá, os congressos regionais que se reuniram em Lima em 1847 e 1864 tiveram caracter político e deles resultaram principalmente tratados de aliança para defesa da soberania, independência e integridade territorial de cada uma das repúblicas latino-americanas que nele se fizeram representar, defesa contra qualquer tentativa de agressão estrangeira. Se nem todos os pactos foram ratificados, não se pode considerar inutil a obra desses primeiros congressos americanos.

No seu livro *El panamericanismo y el derecho internacional* mostra-nos o citado Professor Yépez que aquele trabalho não foi esteril. A tradução que de alguns trechos desse livro se encontra na monografia de William Manger *A evolução das Conferências Internacionais Americanas* pertencem as seguintes passagens:

"Neles (nos congressos americanos da primeira época) se afirmaram grandes princípios jurídicos que a Europa ainda não havia consagrado em suas relações internacionais e se lançaram as bases da verdadeira solidariedade americana. Pôs-se em prática o princípio da igualdade de todos os estados ante a lei internacional e proclamou-se a necessidade da cooperação de todos eles para a defesa das instituições democráticas; adotou-se o arbitramento como único meio civilizado e christão de resolver os conflitos entre os estados; propendeu-se para a humanização da guerra; trabalhou-se pela codificação do direito internacional. Enfim, neles se esboçou com traços severos a fisionomia jurídica do continente e se apresentaram fórmulas concretas para a solução de graves problemas internacionais, que ainda hoje preocupam os maiores estadistas e diplomatas do mundo. Quanto mais se analisa a obra desses congressos, mais se chega à convicção de que a eles presidiu um elevadíssimo espírito de cooperação internacional e uma ciência profunda que podem servir de guia e exemplo para todas as assembléias dessa natureza."

Depois desses primeiros congressos e antes de ser iniciada a série das Conferências Internacionais Americanas, reuniram-se: o Congresso Jurídico de Lima, em 1877, no qual foram assinados um tratado para uniformização das regras de direito internacional privado e uma convenção de extra-dição; o Congresso de Caracas, em 1883, comemorativo do centenário do nascimento de Bolívar, no qual se firmaram declarações em matéria de direito internacional público, e o

o Congresso Sul-Americano de Montevideu, em 1888, reunião de caracter jurídico, entre cujas deliberações se vêm tratados de direito civil, commercial, penal, processual, propriedade litterária, artística e industrial, etc.

Cada um desses congressos trouxe o seu contingente de aproximação e de boa vontade para a obra de harmonia e entrelaçamento das nações do Novo Mundo.

Mas foram as Conferências Internacionais Americanas que, reunindo-se periodicamente e abrangendo todas as nações do continente, vieram permitir que elas se encontrassem e entendessem, que discutissem os problemas comuns e alviassem as soluções, que se consagrassem à realização desse elevado ideal de solidariedade e responsabilidade continental.

Desde a primeira dessas Conferências, proposta por Blaine e reunida em Washington em 1889-90, até a sétima, que se reuniu em 1933 em Montevideu, havendo-se realizado as outras na cidade do México, no Rio de Janeiro, em Buenos Aires, em Santiago do Chile e na Havana, em todas se tem revelado o propósito de estabelecer em sólidas bases a concórdia e o congragamento das nações do hemisfério occidental.

Problemas do maior interesse têm sido considerados nessas Conferências, a que se devem tratados, convenções e resoluções sobre vários assuntos, tais como: arbitramento, extradição, nacionalidade, direitos civis e políticos das mulheres, condição dos estrangeiros, direito de asilo, criação de uma comissão de juriconsultos para organizar os códigos de direito internacional, código da paz, código sanitário marítimo, defesa sanitária das fronteiras, estrada de ferro e rodovia intercontinentais, aviação commercial, unidade monetária comum da propriedade intelectual, realização de trabalhos bibliográficos, permuta de publicações, proteção de monumentos, ensino da história, criação do Instituto Panamericano de Geografia e História e do Instituto Interamericano de Cooperação Intelectual.

A evolução de tais Conferências acompanha a marcha das idéias dominantes nos diferentes países que lhes enviam delegados. Verifica-se que cada vez mais se alarga a sua esfera de ação, mais se revela o espirito intercontinental, mais se acentua a convicção de que os problemas americanos não podem encontrar solução senão no mútuo entendimento dos estados soberanos, na amizade e na cooperação.

Assembléias especiais ou técnicas, suplementares das Conferências Internacionais Americanas, têm-se realizado nos

intervalos destas, como os Congressos Científicos, que começaram latino-americanos, tendo-se reunido no Rio de Janeiro, em 1905, o 3º Congresso, e se tornaram panamericanos; como a reunião em 1927, em Montevideu, do Instituto Americano de Direito Internacional, à qual compareceram representantes das sociedades nacionais de direito internacional existentes em vários países da América; como a Conferência de Conciliação e Arbitramento, levada a efeito em Washington em 1928-1929, da qual resultaram uma convenção geral de conciliação inter-americana, um tratado geral de arbitramento e um protocolo de arbitramento progressivo, instrumentos do mais alto valor, porque oferecem solução pacífica às controvérsias entre as nações; como o Congresso de Reitores, Decanos e Educadores, que se reuniu na Havana, em 1930, e organizou os Estatutos definitivos do Instituto Interamericano de Cooperação Intelectual; como a reunião nesse mesmo ano é ainda na capital cubana, da Comissão Interamericana de Mulheres, organismo criado na 6ª Conferência; como os Congressos de Arquitetos, dos quais aqui se realizou o 4º, em 1930; como as Conferências Comerciais, os Congressos de Jornalistas e as assembléias do Instituto Panamericano de Geografia e História, das quais se reuniu nesta capital em 1932-1933 a que foi considerada assembléia inaugural.

Devo ainda referir-me às reuniões da Comissão de Jurisconsultos Americanos efetuadas no Rio de Janeiro em 1912 e 1927, em virtude de convenção assinada na 3ª Conferência e resolução aprovada na 5ª.

Da segunda dessas reuniões resultou a aprovação de vários projetos de convenção sobre matéria do direito internacional público, inclusive o que dispõe sobre a solução pacífica dos conflitos internacionais, e de um projeto de código de direito internacional privado, baseado no que fora organizado pelo eminente jurisconsulto cubano Sanchez de Bustamante e fora aprovado pelo Instituto Americano de Direito Internacional. Concorreram para o realce e o êxito dos trabalhos da Comissão o saber jurídico e o brilho intelectual dos delegados do Brasil, Epitacio Pessoa, eleito presidente da assembléia e presidente da sub-comissão de direito público, e Rodrigo Octavio, presidente da de direito privado. Outros internacionalistas de renome, além de Sanchez de Bustamante, prestaram a sua preciosa colaboração para o feliz resultado dos trabalhos, a que o presidente da assembléia imprimiu segura orientação.

Não é inoportuno recondar que o projeto de código foi adotado pela 6ª Conferência e a respectiva convenção foi assinada com pequenas reservas de alguns países, inclusive o Brasil, onde desde 1929 tem força de lei aquele código interamericano. Na frase de Bustamante, o Brasil foi o berço da codificação do direito internacional.

Partira do insigne José Hygino, delegado do Brasil à 2ª Conferência, reunida no México, em 1901, a idéia da codificação do direito internacional público e privado da América. A sugestão despertou o aplauso daquela Conferência, que a traduziu numa convenção. Os projetos de códigos de direito internacional, elaborados pelos eminentes juristas brasileiros Lafayette Rodrigues Pereira e Eptacio Pessoa honram a nossa cultura jurídica e a cultura jurídica americana.

E' digna, portanto, de ser assinalada, ao celebrar-se o Dia da América, essa valiosíssima contribuição brasileira para a concórdia e a paz da família americana.

Vários outros congressos e conferências especiais inter-americanos se têm reunido e ainda no ano de 1934 a 2ª Conferência de Educação, em Santiago do Chile, a 9ª Conferência Sanitária e a 2ª Conferência de Eugenia e Homicultura, em Buenos Aires, e o 3º Congresso de Tuberculose, em Montevideú.

Não é necessário encarecer o alcance e os resultados de semelhantes assembléias em que se debateram questões de caracter especial e em que se defrontaram técnicos procedentes das várias nações que constituem o conjunto americano, igualmente interessados em encontrar para os problemas comuns as soluções indicadas pelas condições peculiares da América.

---

Acordos internacionais de aspecto panamericano têm sido celebrados nos últimos anos, entre os quais: o tratado de paz geral; ao qual está ligado o nome de Bryan e foi assinado em Washington, em 1914; o tratado para evitar ou prevenir conflitos entre os Estados americanos, assinado em Santiago do Chile, em 1923 (Convenção Gondra); o tratado que em 1929 fizeram em Lima o Chile e o Perú e pôs termo à árdua questão de Tacna e Arica, no qual ambas as partes deram prova do seu espírito de desprendimento e renúncia; o modelar tratado anti-bélico de não agressão e de conciliação, de iniciativa do Governo argentino, ou pacto Saavedra Lamas,



assinado no Rio de Janeiro, em 1933, por ocasião da visita do Presidente Agustin Justo, ao qual já declararam aderir todas as repúblicas do continente e no qual as altas partes contratantes condenaram as guerras de agressão e se comprometeram a dar solução às divergências de qualquer espécie pelos meios pacíficos consagrados pelo direito internacional; o tratado celebrado em Washington, em 1934, entre os Estados Unidos e Cuba, no qual foi abrogado o tratado permanente que, confirmando a Emenda Platt à constituição cubana, autorizava a intervenção norte-americana para preservação da independência de Cuba; o protocolo de paz, amizade e cooperação, assinado no Rio de Janeiro, também em 1934, pelos plenipotenciários da Colômbia e do Perú para a solução do incidente de Letícia, acordo em que as duas nações irmãs deram um exemplo ao mundo pela elevação e nobresa com que procederam, encerrando o incidente e obrigando-se a não empregar a força, direta ou indiretamente, como meio de resolver os seus problemas atuais e os que possam surgir no futuro, acordo a que chegou a Comissão com a eficiente colaboração de seu presidente Afranio de Mello Franco, figura de renome na América, ao lado de personalidades do valor de Victor Maurtua e Urdaneta Arbelaez, presidentes das delegações peruana e colombiana.

Merece especial referência a declaração assinada em Washington em Agosto de 1932, pelos representantes de 19 repúblicas do continente, devidamente autorizados pelos seus governos, e dirigida aos governos da Bolívia e do Paraguai, na qual os convidam a resolver pacificamente o dissídio do Chaco. Falaram, acordes, 19 nações, em nome dos interesses permanentes da América, onde todas as controvérsias de fronteiras e territoriais têm sido dirimidas por meios pacíficos.

No momento em que se celebra o Dia Panamericano, creio bem que todos os povos da América renovam aquele convite e fazem fervoroso apelo no mesmo sentido, pois não será completo o regosijo enquanto existirem motivos de desacordo entre irmãos, enquanto em toda a extensão do continente não reinar a paz, inalterável, promissora e fecunda.

E' lamentável que perdure o desentendimento entre as duas nações, mas conforta-nos a atitude de todas as demais numa demonstração eloquente da persistência do espírito panamericano.

Que se não obscureça o horizonte e nada perturbe a serenidade da atmosfera interamericana. Que o Dia pan-



americano se possa sempre celebrar em plena harmonia continental ao som dos hinos festivos de todas as nações da América, desfraldados os seus pavilhões em saudação cordial. Que o ideal panamericano não cesse de inspirar os povos e os governos deste hemisfério e os guie para a justiça e para a concórdia. Que a América continue fiel ao seu grande ideal, confie no poder da cooperação e da solidariedade e prossiga desassombrada na sua luminosa trajetória para o futuro. (*Calorosos e prolongados aplausos*).

O sr. Presidente convidou os consócios e o auditório para a conferência que o sr. Luiz Felipe Vieira Souto fará, a 27 do corrente, na Sala Varnhagen, sobre o Visconde de Saboia.

Disse ainda que, nada mais havendo a tratar, levantaria a sessão, reiterando os aplausos tão merecidos ao sr. Manoel Cicero, agradecendo a presença do ilustre auditório, especialmente a do sr. consul Sousa Ribeiro, representante do sr. Ministro das Relações Exteriores, embaixador Marcial Martinez de Ferrari, ministros Alberto Urbaneja e Justo Pastor Benitez, e Theodoro A. Xanthaky, adido à Embaixada Americana, terminando por pedir que a Assembléia, de pé, o acompanhasse neste brado:

“Salve América pacífica, progressista, moralizada, em tudo paradigma do mundo!” (*Calorosos aplausos*).

Levantou-se a sessão às 18 horas e 15 minutos. — Luiz Felipe Vieira Souto, 2º Secretário.

97º ANO (SESSÃO 1.606). SEGUNDA SESSÃO  
ORDINÁRIA EM 28 DE MAIO DE 1935

PRESIDÊNCIA DO SR. CONDE DE AFFONSO CELSO

(*Presidente perpétuo*)

As 17 horas, na sala das sessões, abriu-se a sessão, com a presença dos seguintes srs.: Conde de Affonso Celso, Max Fleiuss, Manoel Cicero Peregrino da Silva, Augusto Tavares de Lyra, Luiz Felipe Vieira Souto, Francisco Radler de Aquino, João de Oliveira Sá Camelo Lampreia, Basilio de Magalhães, José Maria Moreira Guimarães, Manoel Tavares Cavalcanti, Braz Hermenegildo do Amaral, Rodolfo Garcia, Henrique Carneiro Leão Teixeira Filho, Thiers Fleming,

José Mattoso Maia Forte, Pedro Calmon Moniz de Bittencourt e José Wanderley de Araujo Pinho.

O sr. Vieira Souto (2º *Secretário*) leu a ata da sessão realizada a 15 de Abril, a qual foi, sem discussão, unanimemente aprovada.

Leu, depois, das *Efemérides Brasileiras*, do Barão do Rio Branco, as relativas ao dia.

O sr. Conde de Affonso Celso (*Presidente perpétuo*) disse o seguinte:

Ocorreu a 26 de Maio um fato digno de rememoração.

Foi o centenário natalício do general dr. João Severiano da Fonseca, cuja nobre figura deve ser evocada com veneração e reconhecimento.

Conspícuo consócio do Instituto, distinguiu-se a numerosos aspectos: médico, militar, com serviços de guerra, professor, homem de letras, autor de várias obras de consagrado mérito.

Destacou-se, sobretudo, pelo caracter equânime, de absoluta integridade e independência.

Basta um de seus atos para definí-lo e inspirar respeito.

Na primeira sessão do Instituto, depois do advento da República, quatorze dias após a investidura do Governo Provisório, constituído pelo Exército e Armada, em nome da Nação, ele, solidário com a sua classe, irmão e amigo do Chefe desse Governo, fez, com eloquência que provocou lágrimas, o elogio de Sua Majestade o sr. Dom Pedro II, propondo que rendessem ao magnânimo preitos excepcionais.

Escusa acrescentar que isso succedeu no momento em que afluíam, de toda a parte, calorosas adesões à nova ordem de coisas e choviam veementes imprecacões contra os vencidos.

Egrégio sócio honorário e, mais tarde, 1º Vice-presidente do Instituto, ao qual serviu com zelo e elevação, merece o general dr. João Severiano da Fonseca, que nos incline-mos com saudade e reverência ante a sua imagem honrada e exemplar. (*Grandes applausos.*)

O sr. Max Fleiuss (*Secretário perpétuo*) requereu fossem transcritos na ata da presente sessão as palavras do general João Severiano da Fonseca, o que o Instituto approvou.

O sr. Presidente perpétuo mandou que o sr. Secretário perpétuo lesse as mesmas palavras.

Assim se fez, lendo o Secretário perpétuo a seguinte alocução do sr. general João Severiano da Fonseca, inserta no tomo 52, parte II, da *Revista*.

“O sr. dr. João Severiano da Fonseca, depois de propor que se não efetuasse naquele ano a sessão magna e assim se decide, pronunciou de pé, extremamente comovido, o seguinte discurso, que foi ouvido, também, de pé:

“Sr. Presidente, srs. consócios.

Quaisquer que sejam os sentimentos patrióticos, que animam os Brasileiros, quaisquer que sejam os arroubos da alma por esta ou aquela idéia de liberdade, ha lugar, ha sempre lugar, senhores, para o são, o justo, o honesto, para os sentimentos de ombridade e dignidade humana, sentimentos, cuja ausência são o índice de que periclit a honrabilidade social; sentimentos cuja ausência bem se define na expressão conhecida: falta de sentimentos.

O advento da República Brasileira trouxe-nos uma perda imensa e um imenso pezar: o afastamento do nosso augusto e venerando imperador. Saiu, mas o Instituto sabe que a sua retirada não foi um castigo; foi a consequência imperiosa, imprescindivel, fatal, da nova ordem de coisas; foi uma necessidade inevitavel, foi a garantia, não só para a estabilidade da nação, como para a individualidade do imperador. E com ele seguiram todo o respeito, estima e veneração que os Brasileiros devem e têm a esse grande e virtuoso varão. Saiu, porque não podia ficar. Não é um decaído; é, antes, um aposentado; retirando-se com todas as honras e distinções.

Senhores, S. M. o sr. dom Pedro de Alcantara era o protetor, o pai do Instituto. E eu levanto-me aqui, solenemente, para pedir ao Instituto que, no meio dos seus arroubos pelos esplendores da mãe pátria, não se esqueça da gratidão que teve aquele que foi seu protetor e pai.

Proponho, sr. Presidente, que, enquanto for vivo S. M. o sr. dom Pedro de Alcantara, aquella cadeira se conserve inocuada e coberta por um véu e que o Instituto, fazendo votos ao Onipotente pela saúde e felicidade do venerando monarca, e de sua nobilíssima consorte, insira na ata a seguinte moção:

“O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, submetendo-se ao novo estado de coisas, no sentido altamente pa-

triótico de não prejudicar os interesses da nação, envidará todos os seus esforços em benefício da pátria adorada. O Instituto sente profundamente não ver mais em seu grêmio, animando-o e dirigindo-o, o seu augusto e venerando protetor, que, desde os seus começos, o amparou com especial e indefectível amor; que ha quarenta anos tamanho lustre lhe deu, presidindo pessoalmente seus trabalhos. O Instituto faz votos ao Onipotente pela saúde e felicidade do sr. dom Pedro de Alcantara e sua virtuosíssima consorte; espera que lá do exílio o grande e magnânimo brasileiro não se esquecerá da sua associação predileta; e, inserindo em ata seus sentimentos de saudade, levanta a sessão."

*(Essa leitura foi calorosamente aplaudida.)*

O sr. Presidente perpétuo disse mais que causara grande pezar ao Instituto o óbito, havia dias, de outro militar, tambem digno de simpática recordação.

Referia-se ao major reformado do Exército, Henrique Silva, que não fôra sócio do Instituto, mas de quem era grande amigo, frequentando-o assiduamente.

Membro da comissão incumbida de estudar o ponto do planalto central, onde, segundo a Constituição de 1891, devia ser construída a nova capital do Brasil, trabalhou brilhantemente sob a chefia do ilustre sábio dr. Luiz Cruls, tendo como companheiro, entre os raros sobreviventes, o atual general de divisão Tasso Fragoso.

Compôs um livro interessantíssimo, *Caças e Caçadas do Brasil*, prefaciado pelo ínclito general dr. Couto de Magalhães e com um glossário de uso dos caçadores. Colaborou ativamente na imprensa, em assuntos geográficos e históricos, em prol do seu Estado natal, Goiaz, ao qual era dedicadíssimo, tendo fundado um periódico de nome *Informação Goiana*.

Registava, pois, a justificada mágua produzida pelo seu desaparecimento.

Continuando, o sr. Presidente perpétuo lembrou que justamente no dia da sessão, se completava o 46º aniversário do falecimento do conselheiro Francisco Octaviano de Almeida Rosa, nascido nesta capital, a 26 de junho de 1825.

Era justíssima uma homenagem à memória do eminente brasileiro, o que propôs e o Instituto aprovou.

O sr. Presidente perpétuo declarou que, tendo a Comissão de Admissão de Sócios apresentado seu parecer sobre a adoção, como sócio correspondente, do monsenhor Frederico Lunardi, conselheiro da Nunciatura Apostólica, mandaria ler o mesmo parecer, para cuja votação requeria urgência, o que foi resolvido.

O sr. Secretário perpétuo leu o seguinte parecer:

"A Comissão de Admissão de Sócios, tendo examinado a proposta que indica para sócio correspondente deste Instituto monsenhor Frederico Lunardi, auditor da Nunciatura, é de parecer que a mesma satisfaz completamente às exigências dos Estatutos, sendo-lhe, assim, agradável recomendar a adoção da mesma proposta. Rio de Janeiro, 10 de Maio de 1935. — *B. F. Ramiz Galvão*, relator. — *Augusto Tavares de Lyra*. — *Manoel Cicero*."

O sr. Presidente perpétuo declarou que o parecer se achava em discussão e, não havendo quem pedisse a palavra, mandou fosse procedida a votação.

Corrido o escrutínio secreto, o parecer foi aprovado e, em seguida, o sr. Presidente perpétuo proclamou sócio correspondente do Instituto o monsenhor Frederico Lunardi, com o que ficava completamente preenchido o quadro dos sócios correspondentes.

Dada, depois, a palavra ao sr. Max Fleiuss, leu este, comentando-as, várias cartas que lhe foram dirigidas no período de 1912 a 1922, pelo Conde d'Eu. Referiu-se também a alguns fatos ocorridos, quando, em 1921, aquí esteve o mesmo príncipe.

A leitura despertou geral agrado.

Antes de levantar a sessão, o sr. Presidente perpétuo congratulou-se com o Instituto pela presença do consócio conselheiro Camelo Lampreia, que faz parte da associação desde 15 de Maio de 1898, e, entre os assistentes, a do ilustrado catedrático da Faculdade de Direito de São Paulo, dr. Spencer Vampré.

Nada mais havendo a tratar, levantou-se a sessão às 18 horas e 20 minutos.

*Luiz Felipe Vieira Souto*, 2º Secretário.



97º ANO (SESSÃO 1.607). 3ª SESSÃO ORDINÁRIA EM 25 DE  
JUNHO DE 1935

PRESIDÊNCIA DO SR. CONDE DE AFFONSO CELSO

(*Presidente perpétuo*)

As 17 horas abriu-se a sessão com a presença dos seguintes sócios: Conde de Affonso Celso, Max Fleiuss, Benjamin Franklin Ramiz Galvão, Luiz Felipe Vieira Soulo, Manoel Cicero Peregrino da Silva, Augusto Tavares de Lyra, Rodrigo Octavio de Langgaard Menezes, Braz Hermenegildo do Amaral, João de Oliveira Sá Camelo Lampreia, Manuel Tavares Cavalcanti, Rodrigo Octavio Filho, Lucas Alexandre Boiteux, José Mattoso Maia Forte, Emilio Fernandes de Souza Docca, Basilio de Magalhães, Thiers Fleming, Henrique Carneiro Leão Teixeira Filho, Pedro Calmon Moniz de Bittencourt, José Wanderley de Araujo Pinho e Ramón Cárcano.

O sr. 2º Secretário leu a ata da sessão anterior, a qual foi sem discussão aprovada por unanimidade.

O mesmo sr. 2º Secretário leu, das *Efemérides Brasileiras*, do Barão do Rio-Branco, as relativas à data da sessão.

O sr. Conde de Affonso Celso (*Presidente perpétuo*), ao iniciar os trabalhos, disse o seguinte:

“Na sua primeira assembléia, após a pacificação da América, o Instituto Histórico, compartilhando o geral regosijo por essa esplêndida vitória, tanto mais de coração o sente quanto, entre os heróis dela, figura, com particular relevo, o consócio do mesmo Instituto, ha mais de quatorze anos, Sr. Ministro José Carlos de Macedo Soares, a quem, desvanecido e grato, tem a honra de apresentar efusivas congratulações.

(*De pé, a assistência coroou estas palavras com prolongada salva de palmas.*)

Anunciou, em seguida, o Sr. Conde de Affonso Celso que, a 23 de julho próximo, o Instituto, à semelhança do que praticou, a propósito da terminação dos litígios de Tacna-Arica e Letícia, efetuará uma sessão especial, para comemorar o recente feliz acontecimento.

Serão oradores o eminente jurisconsulto e internacionalista, antigo consultor jurídico do Ministério das Relações Exteriores, Dr. Clovis Bevilacqua, que saudará a Bolívia, e o Dr. Wanderley Pinho, que, a numerosos títulos, reúne o de ser neto do Barão de Cotegipe, o egrégio estadista e di-

plomata que firmou, em 1872, a paz do Brasil com o Paraguai, a quem o seu digno descendente prestará a devida homenagem.

O Sr. Max Fleiuss (1º *Secretário perpétuo*) disse que tinha um pedido a fazer à illustre assembléia: o de levantarem-se todos por um minuto, endereçando súplicas ardentes a Deus para que fique quanto antes restabelecida a Sra. Maria Eugenia Celso, colaboradora do Instituto, pois realizou nesta Casa duas primorosas conferências, a primeira abrindo as *Tardes do Instituto*, e a segunda tomando parte nas conferências anquietanas.

Pedia, pois, que todos se interessassem pela saúde da grande filha do grande Presidente.

Assim se fez, depois de calorosas palmas terem acolhido as palavras do Sr. Max Fleiuss.

O Sr. Presidente agradeceu sobremaneira comovido.

O Sr. Presidente perpétuo nomeou os Secretários para conduzirem ao recinto o novo sócio correspondente Monsenhor Federico Lunardi.

(*Deu entrada no recinto, sob aplausos e prestou o compromisso regimental nas mãos do Sr. Presidente o Monsenhor Federico Lunardi.*)

Monsenhor Federico Lunard, da tribuna, disse o seguinte:

#### SAUDAÇÃO

Permettete, anzitutto, che saluti questo illustre Senato, nella mia lingua nativa, che non è straniera qui. E' la stessa lingua di Colui del quale fu detto, in momenti di entusiasmo popolare:

Por Castilla y por León.

Nuevo mundo diò COLON.

Nè mi sento straniero in un paese grande, che mi accoglie come se fossi uno dei suoi figli.

E nemmeno ni sento straniero, perchè faccio parte di quella Missione pacifica, inviata da Colui che con ragione è chiamato Padre: padre di tutti i fedeli, di tutto il mondo, di quel Vescovo universale, sulla cui cattedrale, San Gio-

vanni in Laterano, si trova scolpito, con caratteri indelebili, questo motto, veritiero:

“CAPUT URBIS ET ORBIS”

che vuole dire da qualunque parte del mondo, là si fa capo.

Entrando in questo nobile Senato, mi sento qualcosa che sa di religioso, e miro, come mirava stupefatto quel barbaro, che entrato nel Senato di Roma, travò al proprio posto i Padri, i Seniores, di aspetto venerando, immobili che parevano dei.

A certi, sulla cui piena amicizia Roma poteva contare, dava il titolo e i diritti di cittadino.

Tali diritti avete, con nobile atto, concesso a me, senza meriti.

Mi sento orgoglioso, oggi, nell'entrare a far parte di questo secolare Istituto. Conta come suo fondatore il Canonico Januario da Cunha Barbosa, veneranda figura, che in compagnia del Maresciallo Raymundo José da Cunha Mattos, il 18 di agosto del 1838, nella seduta della Società Ausiliare dell' Industria Nazionale, presentava una proposizione per la creazione dell'Istituto Storico e Geografico brasiliano; e quella sessione fu presieduta dell'eminente botanico Fra Custodio Alves Serrão, professo carmelitano.

Tanto per continuare le buone tradizione della Chiesa dentro della quale, come in bel giardino, si possono trovare i fiori più graditi e svariati. Dentro di essa, gli uomini di scienza non sono in poco numero.

Entrando, mi trovo in compagnia di altissimi personaggi ecclesiastici, che mi precedettero: alcuni formano ancora al presente una magnifica corona.

Furono essi il meraviglioso poliglotta Cardinale Mezzofanti, e il braccio destro del Papa Leone XIII, il suo Segretario di Stato, Cardinale Mariano Rampolla del Tindaro.

E' ancora recente la memoria del Padre Gesuita italiano Raffaello Maria Galante, professore del Collegio di Friburgo, il quale, come gloria di questo Istituto, della Compagnie di Gesù e della bella Italia, ha lasciato una storia notevole del Brasile, in vari volumi.

E sembra di vedere ancora la porporata figura del primo Cardinale Brasiliano, l'Arcivescovo Giovacchino Arcoverde.

Sono essi il venerando Arcivescovo Leopoldo Duarte da Silva, gloria di San Paolo; il chiarissimo letterato salesiano Don Francisco de Aquino Corrêa, Arcivescovo di Cuyabá; il dotto e attivo Cardinale Patriarca di Lisbona; e il gran Cardi-

nale Don Sebastiano Leme, gloria di questa immensa e bellissima Metropoli che fu chiamata São Sebastião do Rio de Janeiro.

Non devo ora dimenticare gli Illustri, Eccellentissimi Assistenti, che nella loro bontà e molta benevolenza si sono degnati di venire qui per onorare me, che non li posso retribuire come si deve.

Sono molti, e troppo eccellenti, per farlo uno per uno.

Mi volgerò, in tutti e per tutti, a Colui che qui mi fa da Padre e Maestro: l'Eccellentissimo e venerabile mio Superiore, Monsignor Benedetto Aloisi Masella, Nunzio Apostolico, qui presente. Grazie! (1)

---

Penhorado pela eleição espontânea com que o Instituto Histórico e Geográfico concedeu um prêmio tão valioso ao meu modesto trabalho sobre o Maciço Colombiano, agradeço ao Instituto, aos que me propuseram, principalmente ao seu grande Presidente, o Conde de Affonso Celso, ao não menos digníssimo e ativíssimo Secretário Perpétuo, Dr. Max Fleiuss, como também, de maneira especial, ao ilustre relator, o Senhor Professor Basílio de Magalhães.

---

E para cumprir com uma cláusula regulamentar, aproveito este momento para fazer uma comunicação de caracter geográfico-histórico, que supponho interessará ao Instituto.

## PREÂMBULO

### AS NASCENTES DO ANGASMAIO E DO AMAZONAS

Na preparação do trabalho anterior sobre o *Macizo Colombiano*, o seu autor encontrou sérias dificuldades, devido ao fato de não serem seguros os dados que davam dele os vários escritores.

---

(1) Estavam presentes o Exmo. Sr. Nuncio Apostólico, seis embaixadores, os ministros da Colômbia e do Equador, como outros ministros acreditados no Brasil, membros do Ministério das Relações Exteriores e muitos outros membros do Exmo. Corpo Diplomático com suas Exmas. Senhoras.

Estavam presentes também tres abades beneditinos do Brasil e pessoas eminentes da Colônia Italiana.

Este foi o motivo que o fez ir à procura do verdadeiro rio Angasmaio, limite oficial do império incaico. Encontrou-o.

E' no presente trabalho que o autor demonstra a sua identificação.

### 1 — O Maranhão ou rio das Amazonas

Tem este rio duas nascentes nas montanhas dos Andes que, condensando-se nos confins entre o Equador e a Colômbia, formam o que Humboldt chamou o *Nó dos Pastos*. Ao norte está situada a cidade de Pasto; ao sul, ao pé de um vulcão, assenta-se Quito, capital do Equador.

Deste ponto e do seu contíguo Maciço Colombiano descem também vários afluentes do rio, que foi denominado Maranhão ou das Amazonas.

Atravessam eles as terras dos *Quixos* e da *Canela*, precisamente para onde Gonzalo Pizarro partiu ao empreender sua jornada à procura do “Eldorado” e da “Casa del Sol”. Lá Orelana deixou-se levar pela correnteza, descobrindo o Amazonas e sendo o primeiro a encontrar a passagem que ha entre o Amazonas e o Orenoco, indo sair em frente à ilha de Margarita.

O Novo Reino de Granada, o Governo de Quito, o Vice-reino do Perú, o Plata, todos pretendiam naqueles tempos ser os países que davam origem ao rio Amazonas. Das capitais destes países partiram em diversas épocas expedições para descobrir o famoso “Eldorado”.

A Divina Providência sabe tirar bom partido de qualquer coisa que seja, boa ou má; assim é que, de tantas expedições inúteis e dispendiosas em homens e dinheiro, saiu o descobrimento do coração da América, que de outra maneira nunca se conheceria.

### 2 — O espírito do missionário e do soldado

Com espírito sublime, os servos de Deus, os missionários, sabedores de que as selvas e as margens dos rios eram habitadas por tantos indígenas, em número infinito, cheios de amor a Deus — que outra coisa não podia ser o entregar-se à vida de tantos sacrifícios — com grandes esforços, saíram à procura dessas almas com o fim de conquistá-las para seu Deus.

Foi numa ocasião dessas que cinco religiosos franciscanos, do antigo convento de Quito, transpuseram os altos



cumes situados, ao oriente e pelo rio Napo chegaram ao Amazonas. Daí, com um heroísmo que não se pode calcular, até o Grão Pará, de recente fundação, chegando lá, em fragil barquinho em 1537.

A narração de um dos seus heróis, o padre frei Laureano de la Cruz, é singela e uma das melhores que existem, ainda que não muito conhecida. As palavras com que começa a sua narração fazem ver todo o ardor que tinham no seu coração estes servos de Deus. Diz:

“Para honra y gloria de Dios Nuestro Señor en el año de nuestra salud 1633 año, los religiosos de la santa provincia de nuestro serafico Padre San Francisco del Quito en el reino del Perú de las Indias occidentales, dieron principio al descubrimiento de las provincias y naciones de indios infieles que habitan en las faldas y vertientes de las sierras y cordilleras de la provincia del Quito y las de Popayán, de los Cuixos y Macas, *de donde nacen y tienen su principio muchos caudalosos rios, principalmente el gran rio de Napo, que es el mayor de todos los que por aquella parte se han descubierto.*

Dieron principio los dichos religiosos al dicho descubrimiento, *movidos del espíritu divino*, y con las noticias que tuvieron de las primeras naciones de gentiles que pueblan aquellos rios.

Despachados y con provisiones de la Real Audiencia, con la bendición de Dios y de sus prelados, llevandose tras si los corazones de los religiosos sus hermanos, salieron de la ciudad de Quito a los ultimos del mes de agosto, los cinco religiosos, llamados el padre Fr. Francisco Anguita, comissario, y el P. Fr. Lorenzo Cararubia, sacerdotes, y los Hermanos Fr. Domingo Brieva, Fr. Pedro de Moya y Fr. Pedro Pecador, legos, ellos solos *sin compañía de soldados ni otra ayuda de costa temporal, puesta en Dios toda su confianza*, el cual los llevó con bien a la ciudad de Ecce, en la provincia de los Sucumbios, que está de la otra banda de la cordillera, hacia el oriente, distancia de sesenta leguas de la ciudad de Quito, todo por tierra, y los más de ello por muy mal camiño.”

Os pobres heróis deviam ter sofrido muito na sua missão. Para mostrar como era diversa a missão dos servos de Deus, daquela dos outros que não eram servos de Deus, pode-se citar este fato: Os franciscanos encontraram uns soldados chefiados pelo Capitão Palácios, que iam ao encalço de índios christãos fugitivos. Estes fugiam das fazendas para

se subtraírem aos maus tratos que recebiam daqueles que se consideravam como seus donos. Procuravam refúgio nas selvas.

A captura de tais fugitivos significava cadeias, suplícios: acorrentavam-nos em filas compridas. Sucedia, às vezes, quando algum não queria ou não podia caminhar apressadamente com os outros, cortavam-lhe a cabeça para evitar o trabalho de abrir a corrente. E assim continuava seu caminho a fileira de escravos vermelhos.

A história mostra que tais homens tiveram sempre o castigo merecido.

O Capitão Palácios não estava feito para missionário nem para tratar com caridade os pobres índios: sabia puni-los metendo-os nas cadeias, mas não sabia usar com eles de muita caridade.

Ao contrário, os pobres heróis, filhos de São Francisco tratavam os índios com amor. Já tinham entrado em entendimento com os ferozes Encabelados, estes já sabiam rezar o "*Padre Nosso*" e dizer "Louvado seja o Santíssimo Sacramento."

Os índios estimavam os religiosos, e os obrigavam a ir às suas choças e os tratavam com muito carinho. E' verdade que pouco entendiam das sagradas cerimônias e dos paramentos sagrados: pensavam, talvez que eram vestes de gala, e os missionários deviam escondê-los sob a terra, com receio que os índios mui audazes, não os descobrissem e profanassem.

Sucedeu, porem, que o Capitão Palácios teve desejo de mudar de sítio e fundar uma povoação. Sem querer, maltratou um principal. Grande ou de pouca monta que fosse o agravo, foi ele causa da morte do mesmo Capitão e da irreductibilidade, ainda hoje existente, dos Encabelados, e, por felicidade, do descobrimento antecipado do Amazonas.

### 3 — *A ordem do Rei e a linha de Tordesilhas*

Já se sabe como dois franciscanos leigos com seis soldados desceram e chegaram ao Grão Pará e ao Maranhão e foram causa para que o Governador armasse uma esquadra, ao mando do Capitão Teixeira. Este mesmo que já expulsara os estrangeiros invasores do rio Xingu, do Tapajós e do território Tupinambarana. E' verdade que existia a famosa linha de Tordesilhas de 1494, que até então tinha sido observada religiosamente pelos Portugueses. Porem, de 1580 a 1640, a coroa de Portugal estava reunida à coroa de Espanha.

O ponto extremo da linha estava occupada pelo Grão Pará, nas bocas do Amazonas, mandado fundar por Alexandre de Moura em 1616.

A necessidade de expulsar os perigosos estrangeiros que se haviam metido muitas léguas a dentro no Amazonas, organizando lá suas fazendas, ensinou, ou melhor, obrigou os Portuguezes a ultrapassar a linha de Tordesilhas. O restante o fez o rei de Castella e de Portugal; porque, em 1626, permitiu, e, em 1634, ordenou ao governador do Maranhão que mandasse descobrir o Amazonas, de qualquer maneira, e, se não tivesse nenhuma pessoa capaz, fosse ele mesmo.

A Corte de Madrid talvez não pensasse no alcance que podia ter uma tal ordem. Previram, talvez, os governadores de Nueva Granada e de Quito, que temiam as incursões dos ingleses e dos holandeses. Estes, havendo conhecido o caminho, pensavam já chegar até essas capitais, pelo Orenoco e pelo Amazonas. Esses vigilantes servos do rei esforçavam-se também por manter à distância os portuguezes e fechar as portas do Amazonas. Porem, os feitos da natureza e os desígnos da Providência são mais fortes do que os propósitos dos homens.

Eu considero que, desde o momento que o soberano da Espanha e Rei de Portugal ordenou aos portuguezes entrarem no Amazonas, e desde o momento que, por seu dever, a coroa de Portugal, ou seja os portuguezes, seus súditos, tomaram a si a vigilância do Amazonas, guerreando os invasores para que não chegassem até Quito, essa linha já não existia mais. A história, porem, da colonização portugueza no Brasil não é tão simples que se possa dizer em duas palavras.

#### 4 — *Viagem de Teixeira e a ordem de immediato regresso*

Quando Teixeira, guiado pelos dois frades franciscanos chegou a Quito, a todos maravilhou esta tamanha aventura.

Os governadores e o vice-rei espantaram-se, porque, se Teixeira, que era súdito do mesmo rei, havia chegado até lá, assim podiam chegar também os inimigos ingleses e holandeses, com os quais a Espanha estava em guerra.

Então Teixeira recebeu ordem peremptória de immediato regresso. A razão era porque a costa do Brasil necessitava de um capitão tão valente. Por outro lado, o Governador de Popayán rogava ao rei que fechasse para sempre as portas

Porem, os fazendeiros portugueses e os caçadores de escravos já haviam navegado muito a dentro; e, após a separação dos dois reinos, os portugueses tiveram ordem de seu rei de prosseguir no descobrimento.

## 5 — O Grão Quito

Acompanhava a esquadra de regresso o Padre Acuña, jesuíta, que foi encarregado *oficialmente* das observações e da relação.

Chegado à Espanha, falou ao rei e enviou ao Conselho da Coroa um memorial que encerrava um projeto grandioso.

Como bom missionário, pedia para a Companhia de Jesus toda a Missão do Amazonas, sem nenhum gasto para a Coroa. De outra parte, Portugal tendo-se rebelado, no seu patriotismo de filho de Espanha o Padre Acuña pedia que todo o Amazonas fosse ocupado pelos espanhóis; e que, sem gastos, fosse o rio colonizado por companhias de fazendeiros desde Quito para baixo e não desde o Grão Pará para cima, sendo assim menos dispendioso.

As vantagens deviam ser muitas. No espiritual: grande colheitas de almas; no temporal: grande bem para o Governo.

Em 24 dias as mercadorias americanas podiam chegar a Espanha.

Politicamente não se podem calcular as consequências de um tal projeto, si tivesse tido êxito a fundação do "Grão Quito".

Seguramente seria diversa a face do Amazonas; diverso seria agora o comércio de todo o interior da América, desde as bocas do Amazonas até o Perú e o Prata. Diversa tambem seria a configuração das modernas repúblicas americanas e sua política atual, não só na América como tambem na balança da política européia.

O trabalho do Padre Acuña não encontrou, porem, acolhimento na Espanha.

Como se podia conquistar o Amazonas, si poucos anos antes, para defender Thomé e Trinidad não havia ficado sequer vinte soldados na capital de Nova Granada pouco menos em suas comarcas?

Ademais, eram muitas as cousas maravilhosas que se contava do Amazonas, as quais não lhes mereciam fé. Entre



elas um monte de ouro, e a terra dos gigantes, sendo as crianças de peito tão altas como o Padre Acuña, que não era pequeno.

#### 6 — *Os caçadores de escravos*

Seguramente o que retardou a civilização do Amazonas foi a chamada *escravidão vermelha*. Tanto o padre Acuña como o padre Franciscano, testemunham o que têm visto e descrevem com palavras de horror.

A religião era quasi sempre a escusa da maldade desses caçadores. Iam à procura das povoações dos índios e eram recebidos pacificamente.

Então, levantava-se uma cruz e diziam que os tinha feito christãos. Com o tempo caía a cruz. Succedido isto, os soldados voltavam e os castigavam, tomando-os por escravos. Outras vezes, obrigavam a dar-lhes escravos e os índios, para não serem maltratados, iam fazer guerra aos vizinhos, assaltando-os de surpresa, ou tambem, si não podiam de outra maneira, davam-lhes seus próprios parentes que depois fugiam.

Assim, diz o padre de la Cruz, eram muitos os males para os índios e mesmo para a religião e seguramente por isto mesmo e pela perseguição feita aos missionários que pregavam contra estas iniquidades, a civilização do Brasil e América sofreu o seu atrazo.

#### 7 — *Os defensores da Pátria e os limites das nações americanas*

A diversidade do trato com os índios e as perseguições dadas aos missionários que os protegiam fizeram grande mal ao Brasil bem como a toda América.

Os missionários, por estrangeiros que sejam, trabalharam no território da Missão como si fosse sua pátria; defendiam os confins da pátria da sua própria missão, mesmo quando no caso de religiosos de uma mesma Congregação terem sua missão nos fins de nações diversas.

Os Jesuitas de Quito e os do Amazonas defendiam cada um os interesses daquela que consideravam sua pátria.

Talvez não se lamentariam as dissensões e guerras que acabamos de ver entre nações irmãs da América, si Carlos Terceiro não houvesse destruído as Missões dos Jesuítas; e as nações americanas, depois da Independência, não houvessem



destruído barbaramente todas as outras missões que floresciam.

No que toca ao território do Brasil, já disse que a linha de Tordesilhas havia sido destruída pelo próprio rei de Espanha, com a ordem do descobrimento do Amazonas pelos portugueses.

Foi obedecendo a tal ordem que Teixeira, segundo o auto de posse publicado no volume 67 da *Revista* do Instituto Histórico e referido em Rocha Pombo, desceu pelo Coca até o Napo alcançando o presidio que deixará entregue ao Capitão Favella. Ali, de acordo com as instruções de seu Governador, apressou-se Teixeira em celebrar a cerimônia da posse daquelas terras para a coroa portuguesa aos 16 dias de Agosto de 1639 (Segundo Quinjano Otero: antes de Colômbia y Brasil, Bogotá, 1869 — O Cap. Teixeira pediu e obteve na Real Audiência lhe fosse mercê descobrimento).

Reunidos os soldados, em presença dos jesuitas, “tomou posse pela coroa de Portugal do dito sítio e mais territórios, navegação e comércio, *tomando terra nas mãos e lançando-a ao ar*, dizendo em altas vozes que tomava posse ditas terras e sítios em nome de El-Rei Felipe IV, senhor, pela coroa de Portugal; ao qual dito Capitão-mór pôs o nome de *Franciscana*.

Não ficaram aí as fronteiras, porque se fixaram depois no curso do Javari, fundando-se Tabatinga nas ruínas da antiga missão São Pedro, uma das criadas pelo grande catequista padre Samuel Fritz (Os autores não concordam sobre o ponto onde Teixeira tomou posse. Cf. Pandiá Calogeras, *A politica exterior do Imperio*, Rio de Janeiro, 1927, vol. I, p. 91).

É curioso o fato sucedido no ano de 1732, quando “unos portugueses, al mando do sargento maior D. Melchor Méndez de Moraes”, intentavam levantar uma fortaleza na desembocadura do Aguariço, afluente do Napo.

Protestou o padre Julián, Superior da Missão dos Jesuitas: o protesto foi levado à Audiência. Alsedo, Governador do Pará, “para que contivesse os seus súditos”. Não foi mister a força, porque os portugueses já haviam desistido. Alsedo queria insistir na solução do incidente: o novo Vice-Rei visitou o território em “uma dilatada y muy arriesgada peregrinación” e comunicou a Alsedo — o qual já não era governador — que os portugueses não haviam adiantado,

porem, haviam mudado os limites impostos por Alexandre VI em 1494 metendo-se mil léguas no território de Castela. A carta com os autos originaes ficaram em poder de Alsedo, (No tomo 67 da *Revista* do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, à pág. 332, pode-se ler a carta de resposta do Governador do Pará ao padre Provincial dos Jesuitas de Quito.)

## O rio Angasmaio e os verdadeiros confins do Império Incaico

### I

#### O LIMITE SETENTRIONAL

É fato indiscutivel o que affirmam os historiadores antigos de que o último Inca Huaina Capac tomou o Rio Angasmaio (Rio Azul) como limite do seu império. Todos eles o descreveram de uma maneira inconfundivel.

Muitos escritores, porem, por mais de um século, por causa da complicadíssima topografia, existente nos limites entre o Equador e a Colômbia, o têm confundido com outros rios.

### II

#### O NOVO DESCOBRIMENTO DO ANGASMAIO

Por necessidade do meu trabalho, empreendi a reconquista dele, e o encontrei novamente. Poderiam alguns chamar o meu trabalho: *O novo descobrimento do Rio Angasmaio*, em memória da maneira pela qual os valentes missionários franciscanos e jesuitas chamaram o *novo descobrimento do rio Amazonas*.

---

Na identificação do Rio Angasmaio — como me parece melhor chamá-lo — é necessário separar as duas importantes questões:

1ª — Conhecer até onde chegou a influência incaica ao limite setentrional do império.

2ª — Identificar o rio Angasmaio, limite official do Império Incaico.

### III

#### À PROCURA DO RIO ANGASMAIO

Indo à procura do rio Angasmaio, li com surpresa nos melhores autores modernos e em alguns mapas etnológicos de renome, que o Angasmaio era o mesmo rio Patia, o qual é muito distinto e muito mais afastado. Dessa maneira mudaria a história do sul da Colômbia, e a etnologia dessa região ficaria sem explicação.

Outros indicam o rio Maio, distante pelo menos vinte léguas do verdadeiro Angasmaio. Existe também um pequeno rio com o nome de Angasmaio, e que se pode chamar falso Angasmaio.

Consultei mais de quinze mapas dos melhores, desde o de Condamine até os últimos colombianos, equatorianos e peruanos. Alguns equivocados, outros não dizem nada.

Nenhum autor encontrei que indicasse o verdadeiro Angasmaio.

Pensei dirigir-me por carta aos moradores da região de Pasto, os quais têm a facilidade de conhecer os lugares; as cartas foram muitas, porém, lá não se conhecia o verdadeiro Angasmaio, antes que eu o indicasse.

Minhas pesquisas deram em resultado:

1° — Que os autores mais abalisados do século passado até hoje não tiveram notícia do verdadeiro rio Angasmaio.

2° — Que, sob o nome de Angasmaio, os geógrafos conheceram outro rio, de pequenas dimensões, sem importância, situado no território, sem determinar limite algum.

3° — Que pensaram ser um rio atravessado, posto como uma barreira para impedir a passagem do Inca vencedor. Por isso mesmo alguns deles indicaram que devia ser o rio Maio, o qual satisfaria estas condições.

### IV

#### ARGUMENTOS CONTRA OS FALSOS ANGASMAIOS

O verdadeiro Angasmaio não pode ser o rio Patia, porque, mesmo na hipótese de que o Inca o tenha visitado, haviam ficado nas ribanceiras do Angasmaio os marcos imperiais, numa ocasião anterior.

E formulando outra hipótese, isto é, que o território dos Quilacingas se tenha estendido até o rio Maio, não pode ser este o rio Angasmaio, porque a primeira conquista que chegou até o rio deste nome não compreendeu os Quilacingas, ou pelo menos, não chegou até o fim do seu território.

Tampouco pode ser o falso Angasmaio, que é de curso curto e vem de oriente para ocidente, quando, ao contrário, Cieza de León diz que era um “rio algo grande”, e Garcilasso de la Vega afirma que seu curso era perpendicular à linha equatorial.

## V

### TOPOGRAFIA DO RIO ANGASMAIO

#### *A — O Maciço Colombiano e o Nó dos Pastos*

No meu trabalho anterior sobre o Maciço Colombiano mostrei como em redor deste maciço subiram os povoadores pelos quatro rios principais, concentrando-se e dispersando-se com preferência em direção norte-sul. Nas ribanceiras do rio Guáitara pode-se ver ainda a maior densidade da população, o que prova que esta era uma das vias de desafogo. Os quatro rios nascem do cume deste Maciço, quasi do mesmo ponto. Um deles, o Patia, chamado a princípio, pelos espanhóis, “rio de los Cedros”, dirige-se ao oeste e sul, e, no ponto em que recebe o rio Guáitara, dobra-se repentinamente, rompe a Cordilheira ocidental e vai ao mar Pacifico.

#### *B — O rio Patia*

Percorre todo o profundo estreito vale do Patia, que antigamente foi uma grande lagoa, tendo seu leito aos quinhentos metros acima do nível do mar, e suas ribanceiras aos tres mil e aos quatro mil metros. As águas deviam subir a uma superfície de quatrocentos metros. Para compreender a posição do vale do Patia, imagine-se a cordilheira dos Andes, que chega ao limite do Equador com a Colômbia, condensa-se, forma um caos e montanhas que Humboldt chamou o “Nudo dos Pastos”. Daí a Cordilheira começa a dividir-se, e um pouco mais abaixo, no Maciço Colombiano, triparte-se, seguindo suas ramificações em direção ao norte.

*C — As tres Cordilheiras*

Tres são as Cordilheiras chamadas oriental, central e ocidental. À altura de Popaián, da Cordilheira ocidental destaca-se uma montanha em forma de faca ou “cochilha” que se liga ao Maciço Colombiano, fechando assim o território compreendido entre as duas cordilheiras: a “cochilha” divide as águas do Patia das do rio Cauca, e é precisamente sobre esta “cochilha” que o conquistador Belalcázar, perto do lugar chamado “O Tombo”, travou a última batalha decisiva com os índios, que desde então foram subjugados.

Esta “cochilha” fecha completamente a bacia do rio Patia, e quando as águas esvaziaram-se, romperam a Cordilheira ocidental no ponto onde hoje passa tranquilamente o mesmo rio.

*D — O rio Angasmaio*

No Patia desemboca do oriente para o ocidente o rio Maio, que desce do Maciço Colombiano; o Juanambú; e o Guáitara. Este último nasce sobre os quatro mil metros no vulcão Chiles, e desce rapidamente até quinhentos metros. As ribanceiras aos lados estão niveladas, mas o rio corre entre duas paredes de montanhas verticais, altíssimas. Este rio tem vários nomes, segundo os lugares onde passa. Na sua parte superior foi este chamado Angasmaio, talvez porque nesse ponto as águas mostravam uma cor azul.

Este rio profundo e o vale que o segue são considerados como a continuação do vale do Cauca, na mesma rutura das montanhas que vai desde o Nó dos Pastos até o mar, dividindo as duas Cordilheiras central e ocidental.

*E — O Maio e o Juanambú*

Os outros dois rios, o Maio e o Juanambú, têm a mesma natureza, tão profundos, com paredões verticais, com quedas de água altíssimas, e mui difíceis de atravessar.

Uma ponte sobre o Maio foi feita em 1671 e passa a 1.171 metros acima do nível do mar. Um caminho que servia de passagem para as mercadorias de Quito, duas vezes no ano, corria aos pés do Maciço Colombiano.



*F — O roteiro de Cieza de León*

Quando Belcázar conquistou o território morreram no asfixiante, húmido e malsão vale do Patia, uns seis mil índios que levava consigo.

Este primeiro dano e a necessidade de um caminho breve e ao abrigo das emboscadas dos índios que se haviam retirado às montanhas, ensinaram aos espanhóis a passar à direita do rio Patia, onde se encontravam povoações seguras, como o famoso “Pueblo de la Sal”, certamente lugar de repouso para os caminhantes; havia perto muitas minas de ouro, e evitavam-se os rios Maio e Juanambú, que não se podiam passar. A quinhentos metros de altura, encerrado entre as duas serranias, profundamente encaixado, com um calor asfixiante, havia no rio Patia — que se devia transpor forçosamente na viagem de Popaián e Pasto — uma passagem, um vau, pouco depois do povoado do Sal, entre as bocas de Guáitara e do Juanambú; era esta passagem que foi chamada “Rio Caliente”.

Pela “cuchila do Tambo”, pelo povoado do Sal, e pelo rio Caliente teria passado Cieza de León, e antes de descer a serrania para atravessar este vau, Cieza de León viu o famoso rio Angasmaio, que descreve na sua Crônica do Perú.

Descobrir este roteiro não foi cousa tão facil. O caminho seguiu-se regularmente nos primeiros tempos da Conquista. Sempre serviu para os da região. Mas o caminho real foi, depois, ou pela ponte ou aos pés das montanhas, como o descreveu Reiss; ainda se segue, e chama-se o Caminho dos Povoados, o que, porem, é duas vezes mais comprido que o outro do vale do Patia. Assim não se tem agora memória do caminho antigo, e muito menos dos nomes dos lugares citados por Cieza que não existem mais.

*G — Descobrimento do Rio Caliente e do “Pueblo de la Sal”*

Eu tive a intuição, antes, depois a certeza do caminho que tenho descrito; porem era necessário prová-lo. E essas provas, quanto me custaram! A prova final foi quando depois de muitas cartas, o ex-vigário Capitular de Pasto, monsenhor Rosero, decidiu-se a empreender uma viagem por mim indicada, para ver o ponto em que eu dizia estar o Rio Caliente, dando-lhe todos os particulares para dizer-me se a descrição que eu lhe dava correspondia perfeitamente. Vol-

tado a sua casa escreveu-me uma magnífica carta, com todos os pormenores, na qual me dava provas de que não me havia equivocado:

#### *H — A passagem do Vice-Rei e de Cieza de León*

Eu estava tão certo que Cieza de León seguira este caminho, que me parece vê-lo. Este autor o descreve de uma maneira mui pitoresca na segunda parte da Crônica, na ocasião da fuga do Vice-Rei Blasco Nuñez Vela perseguido pelo tirano Gonzalo Pizarro até este mesmo Rio Caliente. Pelos dados que eu tenho, tanto Cieza como o Vice-Rei passaram-no num excelente dia no “veranilo” de Junho ou Agosto, quando não ha correnteza; porque, de outra maneira, era difficil passá-lo e então o atravessavam com maromas pelos ares. A narração diz que o Vice-Rei fez sair de Pasto toda a gente, com toda sua bagagem, e ele foi com alguns soldados ao encontro dos de Pizarro para entretê-lo e tomar tempo. Porem, quando viu que podiam passar por outros caminhos e tomar-lhe a dianteira, foi grande a confusão; ordens e contra ordens, e, por fim, ele saiu, levando em uma mochila um pouco de milho torrado, porque nas quarenta léguas que ha para ir a Popaián não encontraria comida, sendo que os naturais haviam se retirado às montanhas.

Os soldados de Pizarro chegaram a Pasto, e conhecido que Blanco Nuñez havia saído pouco antes, correram toda a noite pelo caminho difficil — de doze léguas — que vai ao rio Caliente, e chegaram ao alto da serra ao sair o sol. Viram em baixo o Vice-Rei que estava passando a nado; desceram correndo as tres léguas que faltavam, e lograram tomar uma parte da bagagem, com as mulas e os escravos. Porem chegaram tão fatigados e sedentos, que se atiraram immediatamente à água para beber, e o Vice-Rei podia havê-los matado. Não o fez. Da outra ribanceira o insultaram, e ele desejou naquele momento voltar a pelejar; porem os seus, de tão fatigados, haviam dado as armas aos escravos para que as levassem.

Naquele momento, ao ver que um soldado, para não abrir a corrente, cortou a cabeça de um pobre índio acorrentado, levou os olhos ao céu e se desesperou, por não poder por fim a tantas iniquidades; ele que havia chegado à América para remediar todas estas cousas; e dizia, que, como podia Deus perdoar tão grandes pecados?

Subindo a montanha, encontrou uma pequena lagoa; repousou e ordenou que o esperassem no “Pueblo de la Sal” e descessem ao Vale do Patia.

## VI

### GRANDEZAS E RUINAS DO IMPÉRIO DOS INCAS

#### *Tupac Inca Yupanqui*

Tupac Inca Yupanqui, pai do último Inca Huaiana Capac, chegara até Quito, derramando, como se pode imaginar, muitíssimo sangue, não obstante este Inca ser dito mui clemente. Fundou Quito: destas terras levou gente para outras, e de outras também trouxe gente para colocar nestas; em todas as partes adoravam o Sol e tomavam os costumes dos Incas, e parecia que todos tinham nascido em Cuzco. Queriam-lhe tanto que o chamavam Pai de todos, bom Senhor, justo e justiceiro. Devia falar-se uma mesma língua, e vinham mestres do Cuzco para ensinar a construir os grandes edifícios e todas as outras cousas.

#### *Huaiana Capac*

Huaiana Capac, um dos seus numerosos filhos, foi eleito depois da morte do grande Inca, que deixou fama de valente e de sábio.

Terminado o jejum, fez as cerimônias de uso e, quando os tutores e os padrinhos o apresentaram ao povo na esplanada contígua ao templo do Sol, sendo tão joven e tão bem apessoado, provocou admiração do povo, que jamais o tinha visto; o entusiasmo chegou ao auge, e todos bradavam entusiasticamente: “Huaiana Capac”, que quer dizer: “O menino chefe! O menino rei!”; e, assim, não se usou mais o seu nome, que era Titu Cusi Hualpa.

Visitou todos os seus domínios, desde Chile até Quito. Empregou os últimos anos de seu reinado em uma campanha admirável nos limites setentrionais do império e morreu em Quito, no ano de 1525, sendo o último dos grandes imperadores Incas, grande na paz como na guerra.

Os reinados dos seis Incas, desde Rocca até Huaiana, abrangem, aproximadamente, um período de 400 anos, a partir

da chegada de Ayar ao Cuzco no ano 1.100 de Jesus Christo (Markham).

Cieza de León descreve a pessoa de Huaiana Capac: de corpo não muito grande, porem forte e bem conformado: de bom rosto, e muito grave; de poucas palavras, de muitos feitos; era justiceiro e castigava sem medida. *Queria ser tão temido, de maneira que de noite os índios sonhassem com ele.* Comia como eles e tinha os seus vícios. Ouvia aos que o adulavam e cria mui facilmente; tiveram muita intimidade com ele os aduladores e os lisongeiros, os quais não faltavam, então, como ainda hoje: e prestava ouvidos a mentiras, o que foi causa de que muitos morressem sem culpa (Cieza de León, 2ª parte da Crônica).

Segundo Cieza de León, foi ele que mandou abrir um caminho maior do que fora feito por seu pai, o qual desde Chile devia chegar até Quito onde tencionava ir; o qual se fez rapidamente, porque os Incas tardavam mais a ordenar que os súditos a fazer. Depois convocou uma leva de gente de todas as partes e reuniu um exército de duzentos mil homens, e a cada quatro léguas, que era a jornada, achavam-se nos depósitos mantimentos para todos, ainda mais do que era necessário. Encontradas algumas resistências no caminho, foi recebido no Quito com grandes festas, bailes e borra-cheiras.

Na guerra que fez aos confederados, a água da laguna perto de Caranque “perdeu a sua cor, e não se via outra cousa a não ser sangue espesso”, por cuja causa a laguna ficou com o nome que hoje tem, que é Yaguarcocha (lago de sangue).

### *Os últimos confins do império*

Depois de haver reformado o exército, passou adiante com grande fama da vitória e foi descobrindo as terras até o rio de Angasmaio, onde foram os limites do império (Cieza de León). Soube dos naturais que adiante havia muita gente, tratou da comarca dos Pastos e mandou aos principais que tributassem que disseram não ter o que lhe dar, e para os compor mandou que toda casa do território fosse obrigada a pagar-lhe tributo... criaram com o gado que lhes fez deixar o Inca, e tributaram do que se multiplicava, e dos alimentos e raízes que ha em suas terras (Cieza).

### *Chegam os espanhóis na agonia do império*

Por algumas causas Huaiana Capac voltou a Quito e mandou que em Caranqui, estivesse o templo do Sol e a guarda de gente com “mitimais” e capitão geral com seu governador, para fronteiras daquelas terras e para guarda dellas (Cieza).

Entretanto, chegaram às costas do Perú Pizarro com seus companheiros. Huaiana Capac teve notícia destes homens barbados. Mas sobreveiu grande peste de varíola, tão contagiosa que morreram mais de duzentas mil pessoas. Também Huaiana Capac sentiu-se atacado pela moléstia. Dizem que dividiu o reino entre seus dois filhos. Atahualpa, que ficou em Quito, e Huascar, que deixou em Cuzco. Seja como for, depois da morte do grande Inca, levaram o corpo a Cuzco, com muitas lágrimas e alaridos. Cieza de León afirma também: “*Algunos indios me dijeron a mí que lo enterraron en el río Angasmaio, sacandolo de su natural para hacer la sepultura*”. Absurdo. O Angasmaio não é um rio que se possa desviar: e quando Garcilasso de la Vega foi a despedir-se do Corregedor Polo de Ondegardo, este mostrou-lhe as múmias dos Incas, entre as quais a de Huaiana Capac que encontrou em Cuzco, numa casa, guardada por dois servos. Nunca se soube de sua estátua de ouro, chamada “Huarauqui Inca”.

Segundo Sarmiento de Gamboa, morreu aos oitenta anos de idade; segundo outros, reinou uns trinta ou quarenta anos.

O seu reinado foi considerado como o apogeu do Império Inca: outros, ao contrário, creem que Huaiana Capac representa o começo da decadência, cuja trajetória foi cortada pela chegada dos espanhóis.

#### MORTE DE HUASCAR E DE ATAHUALPA

Os 170 espanhóis que haviam entrado em Cajamarca onde estava Atahualpa vitorioso, havendo feito prisioneiro seu irmão Huascar, bastaram para derrubar o grande Império dos Incas. Foi num momento. Entrado na grande praça, na confusão que produziam as armas de fogo, e na matança que faziam as espadas dos soldados, de pé, que cercavam as andas, o Inca, por mão de Francisco Pizarro, foi arremessado de seu andor real e feito prisioneiro.



Contudo, da sua prisão este soberano mandou que matassem a Huascar, seu irmão e a toda a família real, o que foi executado.

Atahualpa morreu de garrote, metendo-lhe um laço ao pescoço e servindo de verdugo um soldado Mores, no dia 29 de agosto de 1533, aos 45 anos de idade.

No mesmo cadafalso, antes de morrer, pediu o batismo. Fizeram-lhe honras fúnebres: Pizarro vestiu de luto. Porém do mesmo modo que ele morreu por suas crueldades, também os que o mataram acabaram mal (Gomara).

## VII

### O ANGASMAIO DOS HISTORIADORES ANTIGOS

Descrito o território e os erros eliminados, cumpre examinar os autores que falaram do verdadeiro Angasmaio como limite do Império dos Incas, dando dele notas exatas para identificá-lo.

#### A — O padre Juan de Velasco

Este jesuita equatoriano descreve o rio Angasmaio de maneira inconfundível. (*Hist. del Reino de Quito*, t. III, p. III).

“XI — Tenencia de Pasto — Se sigue a la de Almaguer por el sur, y comprende los otros tres origenes del Patia que son el rio Mayo, el qual divide los bispados de Quito y Popayán; el Juanambú y el Guáitara, todos caudalosos...”

“XII — Tenencia de los Pastos — Confina por el sur con el próprio reino de Quito en Rumichaca... Bañan su distrito los origenes más retirados del Telembi y el Guáitara siendo uno de ellos el caudaloso Angasmayo, sobre el cual se halla aquel admirable monumento de la antigüedad, Rumichaca, o puente formado de viva peña por el Inca Huaiana Capac... Sirve de capital y ordinária residencia del corregidor, el village o pueblo de Ipiales, situado en 48 min. de lat. set. y 1 gr. 8 min. de long. orient. (sobre la ribera setentrional del Angasmaio, llamado Guáitara mucho más abajo”.

Ha muita coisa a constatar que o rio Angasmaio seja o curso superior do Guáitara.

E' verdade que a fama de historiador deste autor tem diminuído nestes últimos anos, e Felipe Perez risse dele dizendo que nunca viu a ponte do Inca.

Tenho examinado a questão e estou seguro que ele passou pela ponte e conheceu o território de Pasto, tendo estado aí. Ele reflete a tradição antiga, que se conservava pelo menos no Equador, de que o rio Angasmaio era o mesmo Guáitara no seu curso superior.

#### *B — Fernando Montesinos*

Este autor visitou muitos lugares, desde Quito até Potosí; foi ativo em pesquisar arquivos e colecionar notícias. Em 1638 o Vice-Rei consultou-o sobre a viagem de Pedro Teixeira ao rio Amazonas.

Suas notas parecem atendíveis em linha geral. Diz que Huaiana Capac enviou (note-se que não foi ele mesmo) a conquistar as províncias dos Pastos: o exército chegou até o vale de Atris, onde agora está Pasto. Huaiana Capac o fez regressar, deixando o território fortalecido.

#### *C — Informações do Vice-Rei Francisco de Toledo*

Sua carta de 1 de Março de 1572 ao Conselho das índias diz que os índios narravam que Topa Inga Yupanqui chegou até Pasto (entenda-se: até os confins meridionais); e que Huaiana Capac conquistou algumas terras mais.

#### *D — Sarmiento de Gamboa*

Acompanhou o Vice-Rei Francisco de Toledo ao Perú e por ordem dele escreveu a *História dos Incas*. É o autor que merece mais fé de quantos escreveram. Tem, porem, o defeito de havê-la escrito por ordem de Toledo, para provar que os Reis de Espanha tinham direito sobre o Perú, desde que os Incas eram usurpadores e cruéis.

Ele diz que Topa Inga Yupanqui construiu as estradas que vão de Chile a Quito. Morreu aos 85 anos, nomeando como sucessor seu filho Huaiana Capac, que tinha 18 anos. Este reuniu um grande exército e chegou até Quito. Seus generais andaram pelo território dos Pastos. Estes, abandonado o lugar principal, deixaram aí somente os velhos, as mu-

lheres e as crianças, com poucos homens, de modo que o inimigo pudesse crer que não houvesse mais gente. Os Incas conquistaram-nos facilmente, e crendo que fosse tudo, entregaram-se ao ócio e ao prazer.

Uma noite, enquanto eles celebravam uma grande festa, comendo e bebendo à vontade, sem sentinelas, os Pastos os atacaram, havendo grande carnificina, especialmente entre os Colas. Os que escaparam fugiram até alcançarem o exército principal dos Incas, que os seguiam. Diz-se que Atahualpa e Hinan Cuyоче levaram socorro e que com a confiança adquirida, Huaiana Capac ordenou se recomegasse mais cruelmente a batalha. Assim entraram no território dos Pastos segunda vez, queimando e destruindo os lugares habitados e, matando a todos, grandes e pequenos, homens e mulheres, jovens e velhos. Subjugada a província foi nomeado um governador.

Depois, retornando a Tumipampa, antes de atacar a fortaleza de Caranque, os Incas decidiram que antes de tudo deviam ser submetidos os territórios em redor desta fortaleza. Assolaram os territórios até o Otabalo, refugiando-se os escapos da fúria dos Incas na fortaleza.

Imediatamente depois de Huaiana Capac ter despachado os Capitães contra os Cririhuana, saiu de Tumipampa para organizar as nações conquistadas, inclusive Quito, Pastos e Huancavilcas. *Veiu ao rio chamado Ancas-maiu entre Pastos e Quito*, onde estabeleceu os limites do território que expugnara. Como signal de grandeza e como memória colocou nos pilastres algumas barras de ouro. Então continuou o curso do rio, procurando ir até o mar, em busca da gente para subjulgá-la, por ter sido informado que naquela região havia muita população.

Ora, deixando de lado a conquista do Inca, que não vem ao caso, o que importa é que o texto de Sarmiento de Gamboa é muito claro quanto à posição do rio Angasmaio: colloca-o *entre Quito e Pasto* o Inca segue-lhe o curso, vai à procura do mar e volta até *Coaques*.

Falam de Coaques as Relações Geográficas, como de um lugar célebre. As montanhas de Coaques estão perto de Porto Viejo, no Equador, e nas bocas do rio Coaques desembarcou Pizarro com seus companheiros.

Visto como esta Sierra de Coaques está tão afastada do território de Barbacoas, penso que esta entrada do Inca é um pouco fabulosa.

O que importa, porem, é assegurar a posição do Angasmaio *entre Pastos e Quito*. Isto se consegue, facilmente, cotejando Sarmiento de Gamboa com outro escritor, pouco posterior, Cabello de Balboa, o qual não somente concorda, mas também completa o primeiro.

*E — Miguel Cabello de Balboa*

Sua obra vai aumentando de autoridade atualmente. Foi soldado, e passou para América em 1556. Esteve em Bogotá, e de lá foi estabelecer-se, depois de ordenado sacerdote, em Quito, onde escreveu o livro, *Miscelanea Austral*, terminando-o em 1586. Percorreu o território de Pastos e passou pela ponte *Rumichaca*. Conhece os lugares e os nomes.

O original de sua obra está perdido. Existia até agora somente a tradução francesa de Ternaux Compans, sobre a qual Urteaga e Romero, em Lima, fizeram uma tradução espanhola. Porem tive notícia de que na Biblioteca de Nova York, encontra-se atualmente uma boa cópia do original feita entre 1700 e 1725. Um meu amigo conseguiu copiar a passagem que me interessava para este meu trabalho.

Este autor concorda com Sarmiento de Gamboa. No que diz ao Angasmaio, narra que Huaiana Capac, salvando os vencidos que se retiravam desordenadamente, foi mais adiante e devastou o país inteiro, incendiando casas, arruinando as colheitas e massacrando todos os habitantes que encontrasse. Depois de ter desta forma vingado o desastre acontecido aos seus soldados, resolveu baixar aos vales, mas não sem fazer antes levantar a fortaleza ou procurar próxima à ponte de pedra que hoje se encontra na estrada real de Rumichaca. Aí collocou ele forte guarnição bem municuada e mandou às nações visinhas, sob pena de incorrerem na sua cólera, de fornecer à mesma todo o necessário.

Este tributo foi somente de mantimentos, pelo que se vê que não foram subjugados, porque de outra maneira estavam obrigados a fazer a fortaleza e a estrada que chegasse até ela. A estrada, porem, não foi feita e ficou em Huaca, nos limites dos Pastos. Penso também que Cabello de Balboa se refere aqui à fortaleza de Huaca. Diz o texto de Nova York: "Quiz Huayana Capac dar una vista a la tierra de los Pastos y Quillacingas... Y llegó a Rumichaca donde hizo alto su persona, y mandó a sus capitanes que fuesen explorar la tierra..."

Sem encontrar obstáculos, estes oficiais chegaram ao vale do Atris, onde notaram quão pobres e miseráveis eram os habitantes; foi-lhes referido que o território que se achava mais alem estava no mesmo estado; então, *tendo fincado os termos neste lugar*, regressaram para inteirar o seu amo sobre o resultado das descobertas, mas depreciaram tanto o território e os habitantes que acabavam de ver, que o Inca não achou digno ir para lá, e, tendo chegado às ribanceiras “de um rio que chamaram Angasmaio, sem pensá-lo virou para a esquerda”, atravessou o território de Yasqual e foi a Caviarzara, continuando, finalmente, até Paquinango, seguindo o curso de caudaloso rio.

A descrição de Cabello de Balboa diz claramente que o verdadeiro rio Angasmaio não pode ser o Maio. Sabe-se, também que, a julgar pelo caminho percorrido, tampouco pode ser o falso Angasmaio.

Efetivamente, o Inca estava perto da ponte, para atravessá-la, chegou ao Angasmaio na altura de Ancuia e Yascual, à esquerda do rio. Na parte direita está Sandoná. Em um documento de 1601 se trata da venda de um terreno em Sandoná, “*que es como se va al rio de Angasmaio*”. Neste ponto o rio Guáitara, em 1601, chamava-se Angasmaio.

Os outros nomes de Chauazara e Paquinango encontram-se no rio Patia ao dirigir-se ao mar.

#### F — Cieza de León

Tenho dito que Cieza de León assegura várias vezes, que acerca dos feitos de Huaiana Capac contavam-se muitas fábulas. Agora, ele exclue a visita do Inca às terras conquistadas.

Cieza de León quando passou por essas terras fez muitas indagações para saber a verdade. Ele forma o núcleo de todos os cronistas.

Diz somente o seguinte, no Primeiro Livro da Crônica:

“*En estas regiones de los Pastos hay otro rio algo grande, que se llama Angasmaio, que es hasta donde llegó el rey Guaynacapa, hijo del gran Capitán Topainga Yupangue, rey del Cuzco.*”

Para interpretar o que diz, vi-me na necessidade de identificar antes o seu roteiro, e o encontrei na direita do rio Patia, passando pelo povoado do Sal, e pelo rio Caliente.



G — Garcilasso de la Vega

Este é o escritor mais claro. O seu texto é o seguinte:

*“Os quatro extremos que o Império dos Incas tinha quando os Espanhóis entraram nele, são os seguintes: Ao norte ia até o rio Angasmaio, que corre entre os limites de Quito e Pastos, isto é, na língua geral do Perú, rio Azul; está na parte inferior da linha equinoxial, quasi perpendicularmente.”*

Só Garcilasso de la Vega explica que Angasmaio significa rio Azul. Ele era Inca, nascido da princesa da Corte, em 1539: sabia a língua do Perú e havia ouvido as narrações que seus tios e parentes faziam dos Reis Incas.

Tinha em suas mãos os escritos e uma História dos Incas do Jesuita Blas Valera, o qual, como ele, nascera duma princeza Inca e havia doutrinado no Perú e principalmente em Quito.

Creio que este dado é de Blas Valera, e é muito importante, porque dele deve ser também a indicação exata da posição do Angasmaio, quasi perpendicular ao Equador; indicação que Garcilasso por si mesmo não podia dar porque havia estado somente tres dias em Porto Viejo; porem podia sabê-lo Blas Valera. Dado tanto mais importante, por quanto é o mais antigo depois do que narra Cieza de León.

*Autores menores*

Polo de Ondegardo oferece notícias preciosas para a identificação do Angasmaio.

Cristobal Molina também diz que Huaiana Capac ganhou até as províncias de Quito e dos Pastos. Narra como “queria passar a descobrir as províncias de Popaián”, porem, como não foi possível, morreu de dor.

O Inca Don Juan Santa Cruz diz que Huaiana Capac, depois passou alem de Pastos, porem voltou a Quito, onde morreu.

O padre jesuita José Acosta diz: “conquistaram a terra que chamamos Perú, passando Quito até o rio de Pastos na parte setentrional e chegaram ao Chile no sul”.

O rio de Pastos era, naturalmente, o Angasmaio.

Todos estes autores menores confirmam que o rio Angasmaio não era outro senão o atual rio Guátara no seu curso superior.

## VIII

### COMUNICAÇÃO

Neste dia da minha posse como membro correspondente, entrego ao grande Instituto Histórico e Geográfico Brasileiros os resultados das minhas pesquisas no tocante ao rio Angasmaio.

Os autores mais abalisados já não o conheciam.

Eu fui à procura dele e o encontrei. Entrego-o.

— O que se chamou Angasmaio, não é outro rio senão o rio Guáitara no seu curso superior.

Este rio, segundo a descrição de Garcilasso de la Vega, corre entre os limites de Quito e Pastos, estando quasi perpendicular à linha equatorial.

### FIM

Termino aquí com as palavras com que o grande cronista Cieza de León fechava sua "*Primeira parte da crônica do Perú*".

Dou fim a este modesto trabalho sobre o Rio Angasmaio, "para glória de Deus todo-poderoso Nosso Senhor, e da sua bendita e gloriosa Mãe Senhora Nossa."

(*Palmas prolongadas.*)

O sr. Ramiz Galvão (*oradôr perpétuo*) respondeu da seguinte forma:

"Revmo. Monsenhor Lunardi — Benvindo seja para abrilhantar a nossa coorte de estudiosos cultores da História o ilustre arqueólogo e investigador de antiguidades americanas, cuja palavra erudita acabamos de ouvir com o mais alto interesse.

Monsenhor Lunardi, laureado discípulo do Seminário Pontifício Romano, desde muito se fez conhecido em distintas funções diplomáticas, tais como as de Secretário da Legação Apostólica de Cuba e Porto Rico, secretário e auditor no Chile, auditor da Colômbia, e depois promovido pelo Cardeal Paceli a Conselheiro da Embaixada do Vaticano no Rio de Janeiro.

Suas funções exercidas na América do Sul ofereceram-lhe felizmente oportunidade para investigações arqueológicas de alto porte, que se acham consubstanciados no precioso livro — *El Macizo Colombiano en la Prehistoria de Sur*

*América*, com que brilhantemente concorreu em 1932 aos trabalhos do Instituto Pan-Americano de Geografia e História.

Esse livro contém a revelação de preciosos e curiosísimos monumentos antiquíssimos até então desconhecidos ou imperfeitamente aludidos pelos velhos cronistas, que o autor examinou e criticou com alto critério.

Entre esses descobrimentos feitos em viagem penosíssima, figura também a identificação do verdadeiro rio Angasmaio, ou “rio azul”, último limite do Império Incásico, que ha mais de um século se ignorava.

Tudo isso põe em alto relevo os méritos do nosso recente confrade, que neste cenáculo quasi centenário, só pode ser recebido com grande júbilo.

No quadro social do Instituto Histórico, esta Casa de paz e de estudo, para cuja fundação concorreu um luminar da Igreja, o cônego Januario da Cunha Barbosa, — no nosso quadro social, repito, fulguram nomes venerandos de prelados distintíssimos pelo saber e por excelsas virtudes: bispos, arcebispos e cardeais, cuja enumeração seria longa.

Estais, pois, Monsenhor Lunardi, em boa companhia, e vossa colaboração também nos honra e desvanece. E' com palmas que vos recebemos.

(*Aplausos.*)

Antes de levantar a sessão, o sr. Conde de Affonso Celso referiu-se ao próximo aniversário, a 28 do corrente, do Santo Padre, cujo perfil traçou com grandes encômios.

Levantou-se a sessão às 19 horas.

*Luiz Felipe Vieira Souto, 2º Secretário.*

Entre a numerosa assistência achavam-se presentes os Srs. Monsenhor Aloisi Masella, Nuncio Apostólico, José de Paula Rodrigues Alves, Embaixador do Brasil, em Roma, Embaixador Antonio Feitosa e senhora; Embaixador do México, Dr. Alfonso Reyes e senhora; Embaixador do Chile, Dr. Marcial Martinez de Ferrari; Ministro da Suécia, Dr. Juan Theodor Paues e senhora; Ministro da Colômbia, Dr. Carlos Uribe e senhora; Ministro do Paraguai, Dr. Justo Pastor Benitez e senhora; Ministro do Equador, Dr. Manoel Elicio Flôr e senhora; Encarregado dos Negócios da Noruega, doutor Dick Frederick Atree Walsford Wesman; Drs. Rubens Ferreira de Mello, Djalma Pinto Ribeiro de Lessa,

Orlando Guerreiro de Castro, Nemesio Dutra, do Ministério das Relações Exteriores; Conselheiro de Legação da Suíça, Sr. Charles Redard; Conselheiro da Embaixada do Chile, Sr. Sergio Hunecus; Secretário da Embaixada Argentina, Dr. Octavio Pinto e senhora, Conselheiro de Legação da Áustria, Dr. Aurelio Faccioli Grimani; Secretário da Legação do Paraguai, Miguel Angel Gatti e senhora; Secretário da Legação de Equador, Sr. Francisco Baroña, Herminio Vela, major Atilio Bianchini, Dr. Migliorelli, Dr. Renato Pieri, director das escolas italianas; Dr. Vincenzo Telarico, Secretário do consulado italiano; D. Placido Staeb, Abade do Mosteiro de São Bento da Baía; e D. Domingos Schelhorn, Abade do Mosteiro de São Bento de São Paulo.

97º ANO (SESSÃO 1.608). SESSÃO ESPECIAL EM 23 DE JULHO DE 1935, PARA COMEMORAR A PAZ PARAGUAIO-BOLIVIANA

PRESIDÊNCIA DO SR. CONDE DE AFFONSO CELSO

(*Presidente perpétuo*)

As 17 horas, no salão de sessões, abriu-se a sessão com a presença dos seguintes sócios: Conde de Affonso Celso, Max Fleiuss, Benjamin Franklin Ramiz Galvão, Francisco Radler de Aquino, Luiz Felipe Vieira Souto, Manoel Cicero Peregrino da Silva, Augusto Tavares de Lyra, Rodrigo Octavio de Langgaard Menezes, Clovis Bevilaqua, José Wanderley de Araujo Pinho, Teodoro Sampaio, Ramón J. Cárcano, Alexandre Emilio Sommer, João de Oliveira Sá Camelo Lampreia, Rodolfo Garcia, Monsenhor Federico Lunardi, Paulo Setubal, Pedro Calmon Moniz de Bittencourt, Helio Lobo, Virgilio Corrêa Filho, José Maria Moreira Guimarães, Braz Hermenegildo do Amaral, Mario de Souza Ferreira, Manoel Tavares Cavalcanti, Emilio Fernandes de Souza Docca, José Mattoso Maia Forte, Henrique Carneiro Leão Teixeira Filho, Nelson de Sena, Basilio de Magalhães e Alexandre José Barbosa Lima Sobrinho.

O sr. Luiz Felipe Vieira Souto (2º *Secretário*) leu a ata da sessão anterior, a qual foi, sem discussão, unanimemente aprovada.

Leu depois, das *Efemérides Brasileiras*, do Barão do Rio-Branco, as relativas à data da sessão.

O sr. Conde de Affonso Celso (*Presidente perpétuo*) disse o seguinte:

“O Instituto Histórico preza-se de haver sempre chamado para seu grêmio argentinos ilustres, como, por exemplo, na actualidade, d. Agustín P. Justo, Presidente honorário, e d. Ramón Cárcano, sócio benemérito.

Ha muitos anos elegeu membros honorários d. Lucas Ayarragaray e d. Julio Fernandez.

Infelizmente, este último, nomeado em 1912, acaba de desaparecer. Seus méritos e serviços serão devidamente apreciados em ocasião própria, pela laureada palavra do orador perpétuo Barão de Ramiz Galvão. Registrar-se-ia, porem, desde já, o pezar causado pelo seu falecimento, tanto mais doloroso quando comunicado em um dia de sessão festiva, cujo motivo é o seguinte:

Todas as datas faustosas do Novo Mundo são de grande gala para o Instituto, que no decurso da sua quasi secular atuação, vem dando características provas de sua americanidade, círculo concêntrico da sua brasilidade.

Entre estas notórias provas estão: o acolhimento, no seu quadro, de filhos egrégios das nações continentais; a celebração do Primeiro Congresso Internacional de História da América, no qual se adotaram as mais confraternizadoras resoluções; a sua iniciativa da composição da História Geral do Continente, mediante a colaboração em comum de todas as nacionalidades que o formam; a da organização da bibliografia americana; o recente Congresso Pan-Americano de Geografia e História; as comemorações da feliz solução dos litígios Tacna-Arica e de Letícia, no segundo dos quais tanto se exalçou o consócio Afranio de Mello Franco.

Impunha-se, pois, também o dever de festejar a terminação do conflito boliviano-paraguaio, successo em que a América traçou magnífico exemplo à civilização. Encareceu-lhe o júbilo e entusiasmo por tamanha vitória das aspirações que nutre a circunstância de que nessa vitória exerceu consideravel, senão decisiva ação, o sr. ministro José Carlos de Macedo Soares, consócio do Instituto, desde 1921, por proposta assinada pelos senhores Pedro Lessa, Henrique Morize, Liberato Bittencourt, Raul Tavares, Jonathas Serrano, bem como pelo Presidente e Secretário perpétuos do mesmo Instituto.

Na proposta, salientaram-se o patriotismo, altas qualidades investigadoras, precisão e segurança de apreciações,



ampla erudição de s. ex. que, em vários trabalhos, demonstrara sua grande autoridade em questões pedagógicas, econômicas e jurídicas.

A Comissão de História, em parecer firmado pelos srs. Alfredo Valladão, relator, Clovis Bevilacqua e Aurelino Leal, confirmado pelo da de Admissão de Sócios, redigido pelo sr. Ramiz Galvão, corroborou e desenvolveu esses juízos, homologados pela eleição unânime no plenário.

Aos títulos enumerados acresceram agora os de estadista e diplomata exímios, conferidos pela opinião pública universal. Rendia-lhe, pois, naquela reunião solene o Instituto Histórico fervorosos preitos de aplauso, veneração e reconhecimento. Rendia-os igualmente ao Paraguai e à Bolívia.

Quanto ao Paraguai, relevava recordar que em 1845, por proposta do sr. Ernesto Ferreira França, então ministro dos Negócios Estrangeiros no Brasil, elegeu o Instituto seu membro honorário o presidente dom Carlos Antonio Lopez. E, no tocante à Bolívia, que receberam igual distinção, o dr. José Maria Guttierrez, em 1859, e, em 1868, o sr. José Rezende Guttierrez, ambos bolivianos eméritos.

Nesta ditosa hora de pacificação sul americana, oportuno seria que se restaurasse a associação fundada em Paris, ha 32 anos, com auspicioso êxito, pelo dr. Luiz Goffredo de Escragnolle Taunay, sob o título *Liga de ação Latina*, e cujos intuitos consistiam em despertar ou avivar, nos latinos dos dois mundos, a consciência da sua identidade de raça e de suas tradições, ideais e interesses comuns. Conviria estabelecer seriamente essa verdadeira pedra angular para o monumento da paz universal.

Em nome do Instituto, iam falar primeiro um joven, o sr. Wanderley Pinho, digno descendente de um dos próceres do Império, o Barão de Cotegipe, o negociador da paz com o Paraguai, em 1872, e cujo solar é hoje ocupado pela Embaixada Argentina. Remataria esplendidamente a sessão, o sr. Clovis Bevilacqua, cujo nímio valor excusava realçar, pois ascendeu à situação primacial entre os jurisconsultos, civilistas e internacionalistas mundiais contemporâneos.

Pensa o Instituto, conforme o eminente argentino, dr. Luis Maria Drago, que as fronteiras políticas dos povos americanos devem ser, não barreiras que separam, mas contrafortes que dão maior solidez à estrutura total, ou

como os compartimentos estanques que, nos mais aperfeiçoados navios modernos, limitam a invasão da água, no momento de perigo, e impedem o naufrágio.

Em síntese, exclamemos, — concluiu o Sr. Presidente, Salve, Paraguai! Salve, Bolívia! Salve, perpetuidade da Paz! Salve, paladinos esforçados e triunfantes desse santo ideal! Salve, particularmente, Macedo Soares, cuja glória se reflete sobre a corporação que se desvanecer de o contar, quasi ha tres lustres, entres os seus diletos companheiros (*Palmas calorosas*).

Em seguida, o sr. Wanderley Pinho, da tribuna, disse:

“O Instituto Histórico obedece com júbilo aos decretos da sua tradição nesta festa de fraternidade, solenizando o armistício que equivale à paz.

O continente inteiro se tranzia aos écos dos canhoneios do Chaco. Uma guerra na América! Uma guerra por território! Uma guerra nestes nossos já tão torvos tempos!... Uma guerra!

Vimos no estupor a mágua; e a incompreensão, a censura, a ânsia pela paz nos foram sempre iguais, em todos os povos que tristemente assistíamos ao trágico combater de duas nações irmãs.

Hoje tudo é desafio e júbilo: — afinal a paz! Afinal!

Sr. Ministro do Paraguai: — O vosso país está entrelaçado ao nosso pelo sofrimento. Num largo período doloroso as suas histórias se confundem. Heróis, heroismos, vitórias, revezes nos estendem diante da imaginação vossos esteros e riachuelos, potreros e passos, todo o cenário de uma luta que cristalizou, em sangue e bravura, nossa concórdia, para todo o sempre.

Já lá vai a época dos caudilhos e o tempo das guerras que eles provocaram como movimentos incoercíveis, como passes de sua ginástica política sem a qual se anquilozariam eles em paralisias fatais. Rarefez-se a atmosfera dos sonhos personalíssimos desses homens dominadores, dominados, todavia, pela ambição, pela violência, pela sua inabalável fé na força. Distanciou-se de nós essa escola bonapartina que tanto mal fez ao progresso da América, levantando embora ante a posteridade figuras que a história ora abate, ora exalta.

As condições históricas e geográficas diversas do Brasil se o não livraram da praga dos pronunciamentos e das revoluções, em certas épocas, como as de agitações da regência e da menoridade preservaram-no daquele mal. Teve, entre-

tanto, o Brasil de defender-se das suas ameaças ou agressões. E, combatendo os caudilhos (jamais as nações em que eles imperavam, tanto que sempre tivemos nelas aliados), não nos asseguramos apenas a paz e a tranquilidade para crescer e prosperar, mas fizemos a obra civilizadora que nos cabia, como um imperativo da superioridade política que então gozávamos.

Num dos lances dessa luta fatal na história dos povos americanos o vosso lindo país as transformou num grande campo de batalha em que pereceram tantos bravos e se levantaram tantas famas. Mas a separação da guerra, feita a um homem, não a uma nação, não quebrou, apenas suspendeu, o ritmo de cordialidade entre nossos povos, nossos governos, essa atração que nos unia e não se desatou jamais.

Recordamos sempre, seja com tristeza, seja com exaltação, o que fizeram nossos avós defendendo o que lhes valia heroísmos e morte — mas o coração de qualquer brasileiro jamais aninhou sentimentos menos generosos e menos amigos em relação ao Paraguai.

Relembrando tristes tempos idos, somos como irmãos que se encontram, já homens feitos, e recordam brigas do tempo de crianças.

Aquelas guerras não eram mesmo senão crises de crescimento, desordenado de energias nascentes, adaptação da vida coletiva aos moldes definitivos das nações bem governadas. Era a infância política do continente.

O tempo desbasta as paixões, a História revela documentos, a posteridade ganha frieza de julgamentos — e o que outrora dividia une mais aqueles que um dia se apartaram e se combateram. Penas que sofremos alentam afetos que sentimos.

Quando falamos, pois, do Paraguai e ao Paraguai, é com esse surto de fraternidade, que resistiu ao mais duro das refregas bélicas.

As nossas alegrias de hoje trazem, em relação ao vosso país, Sr. ministro, o selo desta austera sinceridade.

Eu não sei se falo bem falando do passado. Mas numa casa em que se cultua a História é dela que se hão de nutrir os nossos sentimentos. E o nobre Presidente, quando me escolheu para este discurso, não se aconselhou de méritos meus, que não possuo, nem de eloquência, que não me orna a palavra. Insinuando-me a trilha desta oração, o tom e a cor desta saudação, ao lembra nos serviços dos de minha prosápia à paz convosco e à amizade ao Paraguai, ele disse a razão de me preferir. E' que devia ser em mim, e o é, a

grande simpatia do vosso país, um pouco de sangue que me pulsa no coração.

De uma província que deu heróis aos punhados para aquela crua contenda, com os olhos desde criança embebidos nessas gravuras que lembram episódios guerreiros e desenham os grandes generais em fogosos ginetes de batalha, com a casa avoenga cheia de relíquias dessa época, a mais preciosa delas a pena de ouro, com que se assinou o tratado de paz — eduquei o meu espírito, ao mesmo tempo na admiração dos nossos e vossos heróis, medindo o mérito dos combates pelo esforço, pela resistência, pela tenacidade altiva dos pelejadores; eduquei o meu espírito nas grandes lições de fraternidade comunicadas por amarellecidos documentos que, na curiosidade da minha juventude, li com gula, para lamentar e para querer sempre mais ao Paraguai daqueles tempos, sacrificado numa grande tragédia da sua história.

Bem vedes, Sr. ministro, como aqui se harmonizam tantos sentimentos unisonos — os que vira o passado, os que cantam nos recônditos da consciência do orador, os que enchem o coração de todos os confrades desta companhia e vos convidaram a esta Casa e a esta festa.

Lembrou o Sr. Presidente que represento pela família aquele que firmou os tratados de paz com o Paraguai. Represento também aquele que, ao negociar esses tratados e ao sustentá-los, foi um dos maiores defensores da integridade territorial do Paraguai, da sua independência, da sua liberdade. Cotegipe, como Rio Branco, naquele duelo diplomático que se estendeu desde a formação do governo provisório em Assunção, até ao laudo do presidente Hayes, foi dos *leaders* da opinião e da ação do Brasil em prol do país irmão.

Si fosse possível ao vosso povo, Sr. Ministro, guardar ressentimentos de uma guerra que a ele não foi feita, esse doloroso sentir seria compensado pela sinceridade, pela tenacidade, pela coragem arrostadora de todos os riscos e perigos, com que o Brasil se pôs ao lado do vosso país para defendê-lo, para resguardá-lo, para ajudar-lhe o reerguimento, a ressurreição.

A intimidade de documentos que foram destinados ao lume da publicidade, e, pois, não estadeavam atitudes perante a história, cartas escritas, ao correr dos acontecimentos dentro das reservas confidenciais, revelam, na sua franqueza, grandes sentimentos para convosco. As que tro-



caram Cotegipe e Rio Branco ressoam, em acordes de decisões resolutas, a nota da fraternidade enérgica, temperada de carinho romântico.

Surgisse por si o Paraguai e seu governo: "organizem-no como quiserem (escrevia Cotegipe a Rio Branco), contanto que não seja um obstáculo ao invés de uma facilidade para repor-se o país em seu estado legal". Tudo era ter esse governo, essa ordem, asseguradas essas facilidades de paz, para deixarem, afinal, e para sempre, as tropas brasileiras, o território da nação amiga. "Sair daí, sair quanto antes e com honra, eis o essencial. Os Paraguaioes são ciosos de sua independência" — eram os estímulos de Cotegipe a Rio Branco. E, entusiasmado, embriagado desse ópio de fraternidade: "é extraordinário que sejamos nós que temos o Paraguai à nossa disposição quem se empenha pela sua ressurreição política". Mas, essa ressurreição não alcançasse por favor ou concessão, antes a obtivesse, tenho "*posição e meios* para manter sua independência nacional." Tarefa ingente entregue aos vossos dirigentes, Sr. Ministro, reorganizar uma nação que mal sobrevivia de uma funesta conjuntura. Bem o sentia Cotegipe, quando escrevia em confidência a Rio Branco: "em qualquer sentido as dificuldades serão enormes para mantermos a vida em um corpo exangue... Que guerra bárbara a impolítica!... O meu maior horror a Lopes é ver com que sangue frio sacrifica um povo cheio de vitalidade à sua personalidade".

Falava o humano e o americano, falava o amigo da paz, e, sobretudo, o amigo de vosso país.

E eram assim todos os Brasileiros. E são assim ainda. E serão sempre assim.

Estas recordações históricas reforçam em nós a estima em que já vos temos. Sentimo-nos mais aconchegados, lembrando tudo isso...

No Império, a política a que fóramos predestinados — não importa que com ela servíssemos também a interesses nossos — antes e depois da guerra, foi a da mais estreita amizade com o Paraguai, de tal modo que poderíamos orgulhar de que vossa integridade territorial nunca encontraram fora de vossas fronteiras maior patrocínio que o do Brasil.

São Vicente, Abrantes, Caravelas, Paraná, Paulino, Abaeté, Rio Branco, Cotegipe, no tribunal da História, hão de ser citados e conclamados junto aos pró-homens paraguaioes que plasmaram a nação guaraní.



O vosso país não está entrelaçado ao nosso apenas pelo sofrimento, mas pela sua formação e evolução.

Já quando, venturosamente, não nos restou tarefa em vos ajudar, não faltaram tempo e coração para vos acompanhar, no Império e na República, o desenvolvimento feliz da nação destinada a um grande futuro.

Foi, pois, com mágua de irmão mais velho e sempre amigo que o Brasil viu o Paraguai empenhado nos azares de uma luta cruel com a Bolívia, não menos irmã, nem menos amiga.

Terras, limites, domínio não são direitos que dê ou confira a guerra, sinão fatos e documentos, antiguidade, debates e julgamentos. Que bem que, ao envés dessa luta, vos tivesseis atirado Paraguai e Bolívia, às discussões, a prova, ao arbitramento, às sentenças? Não é o arbitramento a forma legitimamente americana da solução dos conflitos internacionais, dando uma feição fraterna e judicial ao direito internacional? Por que vos haveis de separar dessa tradição, Paraguai e Bolívia amigos?

Ao fim de tanto tempo de luta encontram-se os dous contendores ora bemavindos quasi na mesma situação em meio do Chaco. O armistício que emudece as armas abre uma discussão diplomática, uma guerra de documentos, batalhas verbais, campanhas de demonstração inteligente, em que a bravura está em transigir e o heroísmo se faz fraternidade para as vitórias da justiça, que vão tornar inutil desperdício tanto esforço, tanta vida extinta, tanta dissipação da própria riqueza do Chaco, lavrado pelo ferro e pelo fogo, não para criar, mas para matar e extinguir.

A lição tremenda que entre nós — Paraguai e Brasil — cravou os nossos canhões para nunca mais — seja entre vós — Paraguai e Bolívia — o cimento de uma paz e de uma amizade iguais, e tão fortes e inabaláveis, como a que ha mais de meio século — Sr. ministro do Paraguai — une e estreita as nossas duas nações.

Que estas lições ensinem a todos os homens da América!

Insistindo convosco pela paz, o Brasil trilhou mais uma vez a vereda que jamais abandonara. A chancelaria brasileira, aliada às dos grandes países americanos, selando o armistício, seguiu, com sucessos, as suas tradições mais antigas e mais caras. E é justo que o nosso país participe de alegrias redobradas: — pelo espetáculo da concórdia e por tê-la alcançado afinal de vossa renúncia à bravura, de vossa confiança na justiça e na amizade das nações.

Já não são mais possíveis guerras na América.

Longe vão aqueles tempos, já ficaram nos mais distantes horizontes aqueles panoramas alpestres da crônica americana. E' que chegamos ao planalto.

A formação de um grande Estado para contrapor o espírito republicano às aparências imperialistas da política monárquica de São Christovão é uma reminiscência da viagem comum, tal como a atividade político-militar brasileira no Prata. Quebrou-se o cetro que parecia às repúblicas (mesmo quando dominadas por caudilhos) um instrumento de suplício para a liberdade; já não ha campinas para as incursões e excursões daqueles guerrilheiros que polarizavam hostilidades, ameaça, violência. As nações outrora vítimas da agitação remontaram o nível de sua política à economia organizada, à liberdade respeitada, à substituição constitucional dos governantes. Dúvidas de territórios resolveram-se por justiça e tribunais. Igualou-se a política do continente. Jaz sepultada na margem do caminho a crença na força. Evaporou-se como uma névoa nos alcantis a preocupação hegemônica. Nestas alturas, nestes píncaros da História americana, aquece-nos hoje, e nos ilumina, o sol vivo e radiante da paz.

E descortinando, a uma e outra banda, para o passado e para o porvir, os mais extensos horizontes, enchem-nos o peito estes entusiasmos, que aquí transbordam, porque o derradeiro fumo do derradeiro incêndio se extinguiu; porque aquelas plagas, onde ainda se ouve o gemer dos feridos e passam as teorias dos duendes de duas guerras, repousam as mais gratas promessas.

O Instituto Histórico — Sr. ministro — não quiz falar-vos palavras convencionais ou floridas, que apenas batessem nos ouvidos, quiz falar a verdade que penetra os corações.

A paz entre os povos é o interesse ou o desinteresse, é a concórdia econômica ou a coincidência política — mas é também muita disposição de espírito de governantes e elite.

Ciente das lições do passado, exaltado delas, mas delas temeroso, o Instituto crê no absoluto dos benefícios da paz, não se cansa de buscar na História incentivo para a concórdia entre os povos, e, ainda neste momento, escolhe algumas gemas dos nossos anais, para vos oferecer neste festim — Paraguai e Bolívia — porque acertastes em vos cerrar peito a peito e desanuviastes o presente com a luz sem sombra de uma confiança sem inquietude.

Que esse sol amanheça em cada alma de americano, e se não crave nunca !

Que esta paz seja a última, por ser perene !

Que a guerra jamais enlute o vosso lindo país — Sr. ministro do Paraguai” (*Muitos aplausos.*)

Logo depois, da tribuna, o Sr. Clovis Bevilacqua disse o seguinte:

“Exmo. Sr. Presidente; Exmo. Sr. representante diplomático da Bolivia, meus senhores:

“Tout ce qui s'est fait et se fait de grande et de bon dans l'ère moderne a sa racine dans l'amour croissant de l'humanité et dans la croissante notion que l'homme prend de sa situation dans l'univers. — *Em. Littré.*”

4) Buenos Aires constituiu-se, nesta hora, teatro de uma das mais transcendentés realizações da cultura moral, refletindo-se na vida da relação dos povos. Foi a oficina, onde se concentrou o espírito americano, para conseguir, movido pelo anseio humanitário da paz, estimular a agudeza das inteligências, impedir o desfalecimento das vontades, e, por esse modo, realizar um feito que nos transporta de júbilo e nos robustece a confiança no futuro da civilização: — a parada súbita do ímpeto guerreiro das hostes, que se arremessavam para a destruição dos contrários, impelidos por indomável ardor patriótico.

O Rio de Janeiro, o ano pasado, teve a glória de ver realizar-se acontecimento de igual significação para a vida internacional clamada pela simpatia transbordante de seus habitantes.

Aquí, sob a transparência luminosa do céu carioca, ali à margem do vasto estuário do Prata, o espírito americano ergueu a tenda alvíssima da paz, solucionando o conflito de Letícia e do Chaco.

2) Vede o contraste dos tempos. Nas eras afastadas das lendas heróicas dos israelitas, Josué fez parar o sol e a lua, para que as horas não corressem e ele pudesse acabar de exterminar o exército dos Cananeus. Já em época mais próxima de nós, o Imperador Constantino vê desenhar-se no céu o símbolo da religião christã, encimando a promessa, ou melhor a positiva afirmação: *in hoc signo vinces.*

Hoje, o sol não para. A terra desdobra a sua órbita indifferente às nossas competições, lutas apaixonadas e guerras mortíferas, assim como aos nossos mais altos pensamentos filosóficos, e às nossas mais belas concepções artísticas.

Para, entretanto, como agora, em dois momentos solenes, o estrépito das armas, por que lhes tolhe o ímpeto a força moral do sentimento de confraternização, estimulando pelo sol do direito, a brilhar no firmamento das consciências.

O sinal luminoso, que se alteia no horizonte, não mais assegura a vitória sangrenta das milícias destruidoras, e sim o triunfo enobrecedor da paz; que facilita a prosperidade pelo trabalho, e favorece a expansão radiosa da vida espiritual, em todos os domínios.

3) O espírito americano, que surgiu de um movimento de defesa, desenvolveu-se, avigorou-se, assumiu posição de energia construtiva; e nesta fase eminentemente útil aos interesses da humanidade, os seus serviços de mais larga repercussão mundial, quero crer que sejam os empregados em favor da paz, tratados de arbitramento amplo, convenções concluídas no intuito de impedir a irreflexão da irritabilidade, declarações condenatórias da guerra, como instrumento da política internacional, são atestados claros desse propósito.

Não se limitou, porem, a América a essas manifestações de sentimentos, de incontestável alcance moral.

Entrou pelo terreno das realizações práticas. E surgem as soluções de casos, em que os sentimentos populares pareciam opor embaraços irresolvíveis, como os de Tacna e Arica, entre o Chile e o Perú; o de Leticia, entre o Perú e a Colômbia, em que a finura diplomática de Mello Franco, feita a inteligência dutil, delicada persistência e afetividade, alcançou impressionante resultado; e o mais recente, do Chaco boreal, entre a Bolívia e o Paraguai, que pôs em alto relevo dois egrégios estadistas sul-americanos, Macedo Soares e Saavedra Lamias, coadjuvados pelos ilustres componentes do grupo mediador reunido em Buenos Aires, e favorecidos pelo ambiente internacional americano, que é bela expressão esperançosa da solidariedade dos povos de nosso continente.

4) Esse ambiente influiu no ânimo dos dois povos em luta, o boliviano e o paraguaio, para que o sinistro atroar da artilharia não os impedisse de ouvir a voz amiga dos vizinhos, que os incitavam a cessar a luta e submeter a solução do seu dissídio à autoridade do direito.

A guerra, como já sentia horrorizado Platão, é um monstro a ceifar, sem piedade, a robusta mocidade, onde mais rica se ostenta a vida dos povos. Dizem que a guerra mundial, de 1914 a 1918, sacrificou cerca de dez milhões de moços de diferentes nacionalidades. Medite-se, um mo-



mento, sobre essa pavorosa hecatombe, destruindo o que as nações possuíam mais resplandecente de vida e esperança; considere-se que a juventude é a geração destinada a esparzir a vida, a ligar o passado ao futuro, e ter-se-ia idéia de quanto a brutalidade da guerra destrua a vitalidade dos povos e os deforma, perturbando o ritmo normal da evolução.

E, si a essa consideração acrescentarmos que ela, duramente, recalca e elimina os sentimentos de piedade, substituindo-se pela surdez diante do sofrimento alheio, sem, ao menos, resolver a pendência que a determinou, reconheceremos que é grave erro, em que a humanidade tem, lamentavelmente caído, e do qual é esforçoso libertar-se, como a induzem a fazê-lo os melhores espíritos, os que, no silêncio dos gabinetes, meditam sobre os destinos da humanidade, e os que têm a responsabilidade da direção dos povos.

5) A paz repousa sobre tres fundamentos claramente perceptíveis: o interesse bem entendido, a razão é o sentimento.

O interesse das nações, si lhes não conturbassem o pensar a ambição, o ódio e outros impulsos semelhantes, levá-la-ia, natural e exclusivamente, a, empregar todas as suas riquezas, todas as suas energias de trabalho e capacidade administrativa, em melhorar a existência, criando conforto para todos, desenvolvendo as indústrias, produzindo o gozo espiritual, que proporcionam as artes, fomentando o labor científico, a desvendar os mistérios da natureza em benefício da vida. Mas uma considerável porção dessas riquezas, dessas energias produtivas, dessa capacidade de direção desvia-se para os fins antisociais da guerra, seja no preparo para ela, porque esse fantasma apavorante está, sempre, com as azas negras ameaçadoramente estendidas no espaço, seja na sua atuação, que arrasta, para o seu vértice, tudo quanto a atividade pacífica entesoura nos anos de paz.

Calculem-se as despesas consumidas no aparelhamento bélico, em navios, aeroplanos, canhões, metralhadoras, fuzis e no pessoal necessário para acionar esses instrumentos de destruição; e imaginemos que assombrosos resultados em benefício do bem estar e da cultura dos povos, não produziriam, si aplicadas nas várias indústrias, no bem estar das populações, na assistência aos necessitados no preparo educacional das gerações novas!...

6) A razão nos diz que a guerra de conquista não é compatível com o estado atual da civilização. A consciência



a repele como imoral, e a inteligência a reconhece como fatalidade do passado, que teve o seu momento, na história, e desapareceu, como desaparece, no indivíduo, uma fase da vida, para não mais voltar.

E, para resolver questões, vale a guerra como as ordalias e o duelo. Vencem a resistência orgânica, a força e a destreza, nesses juízos, incongruentes e irreverentemente, denominados de Deus, e não a justiça e a verdade.

Atingimos a um momento histórico em que, como belamente se expressa o Tratado Anti-Belico de não agressão e de conciliação, luminosa iniciativa de Saavedra Lamas, os Estados solenemente declaram que *a solução dos conflitos ou divergências de qualquer espécie, suscitados entre eles, será sempre obtida pelos meios pacíficos consagrados pelo Direito Internacional.*

O anseio de paz, os corações bem formados e das mentalidades superiores irradiou para todas as camadas sociais, é um sinal dos tempos: é clara documentação de que foi transposta mais uma curva da espiral, que conduz a humanidade para a tranquilidade dos espíritos culminados pela verdade.

E não basta, recorde o pensamento de Saavedra Lamas, evitar a beligerância guerreira, é preciso eliminar também a beligerância econômica, quasi tão nociva ao bem estar dos homens quanto à luta militar.

#### 7) O sentimento...

Quero aludir às emoções afetivas, que constituem a porção mais delicada, atraente e comunicativa da alma humana: a simpatia, que nos conduz ao coração dos nossos semelhantes, impulso benéfico, indo às vezes, até ao sacrifício de nós mesmos, isso a que Adam Smith chamou a *doce virtude da humanidade*, e que os psicólogos consideram produto do estado gregário, transformado, pelo hábito secular, em elemento constitutivo da vida espiritual de cada um de nós: o amor, tomada essa expressão em seu sentido mais lato, o amor que funda as famílias e as organiza gera a fraternidade; se manifesta vibrante no patriotismo; se expande nessa flor magnífica do sentimento que é a filantropia; e, ainda, assume a forma de admiração pelo que é grande e belo, ou refulge no sentimento de justiça.

O edifício social repousa nessas fortes pilastras, cujos alicerces vão fincar-se no ádito mais profundo da psicologia humana.

Anseio para a verdade, a inteligência dilata o conhecimento; a vontade impulsiona, estimula e resiste; o sentimento combina a inteligência e a vontade para a formação social.

8) É sob a inspiração desses pensamentos que venho cumprir o grato dever de saudar a Bolívia nesta Casa, que entesoura, carinhosamente, as tradições brasileiras, e nesta hora, em que o coração brasileiro se alaga em júbilo, porque a paz espalma as azas de arminho sobre os dois países irmãos, que antigo dissídio levava à luta armada. A ambos consagramos sincera amizade fraterna. Se nos dirigimos a cada um de per si é para tornar mais solene a expansão dos nossos sentimentos que pediriam ainda maior ressonância.

Em nome, pois, do povo brasileiro, que o Instituto Histórico e Geográfico digna e eficientemente representa, sauda o povo boliviano, desejando-lhe prosperidade crescente no seio da paz!

Que este belo momento histórico, de intensa alegria para toda a América, senão para o mundo inteiro, seja o ponto inicial de uma vida tranqüila e florescente, em todos os domínios, para a Bolívia! Que o seu Governo seja a expressão da vontade do povo, cuja liberdade assegure e cujo bem estar largamente promova e alcance. Que as suas riquezas bem exploradas se multipliquem, as suas indústrias se desenvolvam, e o altiplano central da América do Sul se constitua o assento feliz de uma poderosa organização econômica e política.

Em nome da intelectualidade brasileira, envio um amplexo de estreita cordialidade aos que na Bolívia, se consagram ao culto da ciência, das artes e das letras, fazendo os melhores votos para que se difundam entre eles as nossas produções mentais, do mesmo modo que, entre nós, se vulgarizem as obras literárias, jurídicas e científicas dos bolivianos.

Certo, alguns dos nossos estudiosos conhecem os homens e as coisas da Bolívia e procuraram outros acompanhar, com interesse, a marcha dos conflitos que se suscitaram entre a Bolívia e alguns dos seus vizinhos, por questões de limites, que as antigas metrópoles deixaram confusos. Não falando de trabalhos oficiais, que se conservam nos arquivos do Itamarati, vêm-me à memória os estudos grandemente simpáticos à Bolívia. — *Perú versus Bolívia*, de Euclides da Cunha, e *O Chaco Boreal*, de Pizarro Loureiro.

Mas, ainda que portador do nome aureolado do chefe do movimento emancipacionista da América espanhola; ainda

que se reconheçam as qualidades de heroico estoicismo do seu povo; a verdade é que não ha, e é preciso firmá-lo e ampliá-lo sempre mais, o conhecimento da história e da actualidade do país vizinho. Aliás essa situação é comum, quasi todas as repúblicas ibero-americanas, que muito mal conhecemos e que muito mal nos conhecem, apesar de sermos todos projecções raciais e, até poucos anos, culturais da península ibérica, e apesar de nos sentirmos unidos não somente por um assento geográfico, à influência do qual não é possível fugir, mas, ainda, pela consciência de um destino comum, que se reflete nessa formação psíquica internacional, a que aludi ha pouco: o espírito americano.

A bem dele, que é força prestigiosa e util, e para cimentá-lo, convem que as nações americanas se penetrem intellectualmente, conheçam as instituições umas das outras, os costumes, as inclinações e os anelos; porque esse conhecimento recíproco, quanto mais perfeito mais intensifica a estima.

Exmo. Sr. Representante diplomático da Bolívia:

O Instituto Histórico Brasileiro, por dever de officio e por sua finalidade, conhece a Bolívia; por isso mesmo, apesar de alguns dissídios entre ela e o Brasil, que, felizmente, foram carreados para os domínios serenos da História, sabe estimá-la, e tem satisfação em dizer-lho, neste momento, em que as vistas do mundo se acham volvidas para a elaboração da paz na América.

Referindo-se à revolução sul-americana, um dos grandes vulgos argentinos, Miltre, disse que os crioulos rebeldes do Alto-Perú, resistindo, indomavelmente, aos exércitos do Rei da Espanha, foram criadores de *um dos espetáculos mais heroicos* desse movimento.

Essas qualidades, orientadas, como estão, para fins culturais humanos, são forças que a América, sem dúvida, utiliza para a realização dos seus altos objectivos.

E o Brasil, seguindo o mesmo rumo, irá, de par com as suas irmãs do continente, a Bolívia entre elas, rumo do futuro, onde se está erguendo, radioso e benfazejo, o sol da paz e da justiça entre os homens de boa vontade. (*Calorosos applausos.*)

O sr. Conde de Affonso Celso (*Presidente perpétuo*) encerrou a sessão, manifestando-se reconhecido ao comparecimento do belo auditório, no qual figuraram diversos representantes do corpo diplomático, e convidando-o para a pró-

xima conferência do Sr. Basilio de Magalhães, sobre o movimento revolucionário dos Cabanos, cujo centenário ocorreu no ano fluente.

Levantou-se a sessão às 19 horas.

*Luiz Felipe Vieira Souto*, 2º secretário.

### *Pessoas presentes*

Compareceram os Srs.: Joaquim Antonio de Souza Ribeiro, representando o Sr. Ministro das Relações Exteriores; Monsenhor Aloisi Masela, Nuncio Apostólico; representante do Sr. General João Gomes, Ministro da Guerra; Guillermo Francovich, Encarregado de Negócios da Bolívia; Manoel Elicio Flor, Ministro do Equador; Dr. Uribe Echevarri, Ministro da Colômbia; Dr. José Manoel Carbonel, Ministro de Cuba; Dr. Biron Carbonel, Dr. Fernando Neri, Dr. João Cabral, Major Mario Teixeira dos Santos, pelo Sr. Chefe de Polícia; Geraldo Peixoto, pelo Sr. Ministro da Agricultura; Maria Stela I. de Benitez, Elena Cardoso Soza de Gati, Dr. Justo Pastor Benitez, Ministro do Paraguai; Miguel Angel, Secretário da Legação do Paraguai; Dr. Gabriel Viana, representando o presidente da Corte Suprema; Dr. Julio Barbosa, representando o presidente do Senado; Professor Mario de Souza e senhora; Dr. L. Ribeiro Dias, senhora Laurita Lacerda Dias, Sergio de Souza, Arnaldo Damasceno Vieira, Sra. Maria Natalia de Flor, Manuel Arroio, Ministro da Guatemala, Sra. Amelia de Freitas Bevilaqua e senhorinha Doris Bevilaqua, Humberto Bevilaqua, Silvio Brito Soares, representando o Ministro da Fazenda.

O Sr. Embaixador do México justificou a sua ausência declarando, todavia, que estaria presente em espírito para aplaudir os eminentes serviços prestados à paz do Continente pelo exímio chanceler brasileiro, e para aplaudir a feliz reconciliação dos heroicos países.

97º ANO (SESSÃO 1.609). SESSÃO ESPECIAL EM 5 DE AGOSTO DE 1935, COMEMORATIVA DA DATA CENTENÁRIA DO NASCIMENTO DO CONSELHEIRO GASPAR SILVEIRA MARTINS.

PRESIDÊNCIA DO SR. CONDE DE AFFONSO CELSO

*(Presidente perpétuo)*

A's 17 horas, no salão das sessões, abriu-se a sessão com a presença dos seguintes sócios: Conde de Affonso Celso,



Max Fleiuss, Luiz Felipe Vieira Souto, Benjamin Franklin Ramiz Galvão, Manuel Cicero Peregrino da Silva, Theodoro Sampaio, Alfredo Ferreira Lage, Basilio de Magalhães, Henrique Carneiro Leão Teixeira Filho, Rodrigo Octavio Filho, João de Oliveira Sá Camello Lampreia, Levi Fernandes Carneiro, José Maria Moreira Guimarães, Manuel Tavares Cavalcanti, Emilio Fernandes de Souza Docca, Raul Tavares, Virgilio Corrêa Filho, Mario de Souza Ferreira, José Mattoso Maia Forte, Thiers Fleming, Miguel Joaquim Ribeiro de Carvalho, Federico Lunardi, Alexandre José Barbosa Lima Sobrinho e Pedro Calmon Moniz de Bittencourt.

Enviaram justificação de ausência os sócios srs. Augusto Tavares de Lyra, Clovis Bevilacqua, Alexandre Emilio Sommer e Lucas Alexandre Boiteux.

O sr. Vieira Souto (*segundo secretário*) leu a ata da sessão anterior, a qual foi, sem debate, aprovada unanimemente.

Leu depois, o mesmo Secretário, das *Efemérides Brasileiras*, do Barão do Rio-Branco, as relativas à data da sessão.

O sr. Conde de Affonso Celso (*Presidente perpétuo*), abrindo a sessão, testemunha ao Chefe do Estado o muito que sensibiliza ao Instituto ter S. Ex. feito representar-se pelo chefe de sua Casa Militar, o sr. general Francisco José Pinto.

Recordou que entre os nomes dos 27 fundadores da associação, em 1838, fulgurava o do egrégio Joaquim Caetano da Silva, nascido em Jaguarão. No quadro social encontram-se os de numerosos outros riograndenses ilustres, como por exemplo os finados Viscondes de Ferreira de Almeida, Mauá, Pelotas e Rio Grande, os Barões de Santo Ângelo, Antonina, Quaraím e Terezópolis, José Francisco Diana, Índio do Brasil, Homero Baptista, marechais José Bernardino Bormann e Hermes da Fonseca, João Vicente Leite de Castro, José Martins da Cruz Jobim, Enéac Galvão, Manoel Vicente Lisbôa, Evaristo Nunes Pires, Luiz Rodrigues de Oliveira Bello, Antonio Alvares Pereira Coruja, Arthur Pinto da Rocha, José Romaguera, Damasceno Vieira, Rivadavia Corrêa, Candido Baptista de Oliveira e Fernando Luiz Osorio.

Com referência especialmente a Manoel de Araujo Porte Alegre, Barão de Santo Ângelo, disse que exercera os cargos de vice-presidente, 1º secretário e orador. Ornavam o salão, destinado às reuniões e conferências públicas, o seu busto e um seu magnífico quadro infelizmente inacabado.

Referiu-se em seguida a outro ilustre riograndense, o sr. Barão de Ramiz Galvão, consócio desde 1872, isto é, ha



sessenta e tres anos, grande benemérito e que desempenha ha mais de vinte e tres, com brilho semelhante ao dele, as funções de orador e praza a Deus que o continue ainda por dilatado tempo.

Prova mais o afetuoso acatamento do Instituto pelo Rio Grande do Sul o modo como este está comemorando o centenário do movimento Farroupilha.

Lembrou que numa espécie de curso, iniciado a 20 de Setembro de 1932, falaram sucessivamente cinco oradores: os srs. Souza Docca, Rodrigo Octavio Filho, coronel Octavio de Alencastre, Canabarro Reichardt e Basilio de Magalhães. Rematará a série a 20 de Setembro próximo, data do rompimento, o sr. Barbosa Lima Sobrinho.

Assim, disse, impunha-se ao Instituto celebrar tambem o centenário natalício de Gaspar Silveira Martins, grande rio-grandense, isto é, grande brasileiro, pois todo grande rio-grandense é grande brasileiro, assim como todo grande brasileiro se encorpora ao Rio Grande do Sul: exemplo Caxias. Tanto mais imprescindivel era essa comemoração, quanto o Instituto já realizou as de contemporâneos, colegas e amigos dele: Ferreira Vianna, Lafayette, Paulino de Souza e Rodrigo Silva.

De juiz municipal desta cidade, ascendeu ele, merecidamente a todas as ações culminantes atingíveis no Império, deputado provincial e geral, conselheiro do Imperador e de Estado, ministro, senador presidente de sua provincia.

Recordou que o visconde de Ouro Preto, quando o soberano lhe perguntou a 15 de Novembro, quem indicava para o substituir na chefia do governo, respondera: "O senador Silveira Martins; é o homem para a situação".

— Lembra bem, aprovou D. Pedro II.

Tem-se increpado ao visconde de Ouro Preto — continuou o sr. conde de Affonso Celso — essa designação, afirmando-se ter sido o que determinou o marechal Deodoro a proclamar a República, por sua animosidade contra Silveira Martins. Mas o visconde o ignorava, e quanto à circunstância de não se achar o indicado no Rio de Janeiro, não tardaria a chegar. Tratava-se, segundo declaração do futuro generalíssimo, no Quartel General, de mera deposição do Gabinete. Podia-se, pois, esperar alguns dias, como tantas vezes sucedera no Brasil e sucede, até agora, nas crises políticas dos mais cultos países.

Fazia insuspeita justiça ao marechal — disse o orador. Repugnava-lhe acreditar que houvesse derribado instituições que devotamente servira, só por simples questão particular.

A indicação do Visconde, acrescentou, inspirou-se em elevadas considerações, quais a excepcional capacidade de Gaspar, sua energia e popularidade. Disse dele Joaquim Nabuco que se destacara pela independência, força e audácia; tudo nele era vasto, soberbo, dominador. Sansão do Império, exercia sobre os moços e ditadura da eloquência.

Acrescia a sua imensa influência no Rio Grande do Sul que vinha de administrar e onde estacionava considerável parte do Exército, bem como a sua amizade com o correligionário senador do Império, Visconde de Pelotas, que não havia muito assinara com Deodoro um manifesto político veemente, porem não republicano. Era por isto, realmente, homem para a situação. Podia jugular o que parecia apenas uma sedição contra o Ministério, promovida por pequeno contingente militar.

Não coube ao orador a fortuna de o ouvir na tribuna parlamentar, porque entrou na Câmara quando ele já se achava no Senado. Conviveu porem com ele, principalmente, na Europa, para onde a primeira ditadura republicana o havia exilado, com o Visconde de Ouro Preto. Dá, por isso, testemunho de que foi uma figura extraordinária, orador empolgante, até nas palestras íntimas; porte, gestos, recursos vocais, erudição espantosa e, sobretudo, excelsitude de idéias e sentimentos conforme o Imperador lhe dissera, ao exonerar-se ele do Ministério, por uma questão de coerência. “O Sr. é um homem de caracter! E o caracter deve ser qualidade essencial em todos, *maxime* nos homens públicos, nos dirigentes”.

Continuando, disse que era correspondente dele e do orador, em Paris, o riograndense Carlos Ferreira de Almeida, em cuja casa comercial frequentemente se encontravam. Costumavam descer juntos a pé os grandes *boulevards*, cruzando densa multidão. Muita gente parava para contemplar com admiração e simpatia o seu vulto imponente, atraída a atenção pela voz altisonante, como tudo que ele fazia.

Iam analisar-lhe a individualidade e a obra dois riograndense que, com eloquência digna dele, se elevariam a um nível inacessível ao orador: os srs. Ramiz Galvão e Raul Bittencourt. Ficaria assim devidamente preenchida a homenagem do Instituto.

Limita-se o sr. Presidente a exclamar: “Uma região que produziu além dos nomes citados, Osorio, nas armas, Fontoura Xavier, no poesia, Gaspar, na atuação tribunicia e na política, e outras e outras superioridades é mais do que na sua denominação geográfica, deveras grande”.

Ha em nosso idioma um adjetivo de múltiplas acepções exalçadoras: E' *guapo*. *Guapo* significa intrepidez, cava-lheirismo, galhardia, garbo físico e moral e mais atributos de realce.

A alma gaúcha é fundamentalmente *guapa*. E Silveira Martins foi genuína encarnação da alma gaúcha.

*(Prolongados e calorosos aplausos).*

O sr. Conde de Affonso Celso (*Presidente perpétuo*) disse que acabara de ser informado haver a Câmara dos Senhores Deputados nomeado uma delegação de 21 membros para a representar na presente sessão; agradecia, de público, tão expressiva homenagem, que honrava à própria Câmara, à memória de Silveira Martins e ao Instituto.

Essa delegação compôs-se dos srs. deputados Raul Fernandes, Sampaio Corrêa, Cardoso Mello Netto, Ubaldo Ramalhetê, João Carlos, Daniel de Carvalho, Pedro Aleixo, Pedro Calmon, Barbosa Lima Sobrinho, Castro Prado, Clemente Marianni, Prado Kelly, Diniz Junior, Lauro Lopes, Gastão de Brito, Edmar Carvalho, Salgado Filho, Nogueira Peuido, Café Filho, Pereira Lyra, Ribeiro Junior, Lino Machado, Agenor Monte, Pedro Firmeza, Laudelino Gomes, Armando Fontes, Barreto Pinto, Emilio de Maya, Genaro Fonte e Barros Cassal.

Teve depois a palavra o orador perpétuo do Instituto, Sr. Ramiz Galvão, que disse o seguinte:

"Exmo. Sr. representante do Presidente da República, Sr. Presidente do Instituto, dignos colegas, minhas senhoras e senhores.

É das tradições desta Casa, quasi secular, a homenagem tributada às nossas mais notáveis datas históricas e bem assim à memória dos grandes vultos nacionais, que representaram papel de alto relevo na acidentada existência do nosso muito amado Brasil.

O 5 de Agosto é uma daquelas datas: comemora-se hoje o centenário do nascimento de Gaspar Silveira Martins, um dos mais insignes patrícios, que honraram, no século passado, o nome brasileiro pelo talento, pela rara ilustração, pelo devotamento heroico à causa pública, pelo character varonil e desassombrado, pela altivez nunca desmentida da palavra e do gesto.

Como órgão desta companhia, cabe-me hoje a honrosa tarefa de significar o alto apreço do Instituto Histórico pelo excepçional valor intelectual e moral desse incomparavel

riograndense, que viu a luz do dia a 5 de Agosto de 1835, na estância de seus pais, situada na serra do Aceguá, município de Bagé.

Só o conheci de nome, porque a minha vida, toda consumida no afan do magistério e em trabalhos de cultura literária, me arredou sempre da arena da política.

Sou, porem, brasileiro da gema e, de mais a mais, filho também desse querido Rio Grande do Sul, — que jamais se apartou do meu coração.

A missão, portanto, de que sou incumbido pelos deveres do cargo e pela benevolência do venerando Presidente do Instituto, é a mais agradável e simpática, que me poderia ser imposta.

Somos ambos filhos dos Pampas, — ele o *monarca da corilha*, e eu simples peão nascido em pago humilde, — ambos, porem, respirámos aquele ar ozonado de liberdade, que deu vida e alento a Bento Gonçalves e Canabarro, a Osorio, a Andrade Neves, aos Menna Barretos, a Felix da Cunha, a Araujo Porto-Alegre, a Joaquim Caetano da Silva, a Ferreira Vianna, ao Visconde de Mauá e a Delfina da Cunha, para não falar de tantos outros que se ilustraram, ou ainda hoje se ilustram por feitos e por obras.

Gaspar Silveira Martins, nos 42 anos de vida pública, desde a sua nomeação para juiz municipal da 2ª Vara da Corte (cargo em que pouco, aliás, se demorou) até à sua simpatia pela campanha federalista do Rio Grande do Sul, em 1895, nunca deixou de revelar os insignes dotes, com que o favorecera a Providência. Entre essas oportunidades, cumpre salientar o modo pelo qual agiu como ministro da Fazenda, no gabinete Sinimbú, de 1878 a 1879, — função patriótica em que se mostrou firme zelador do erário público, e ao mesmo tempo grande amigo de sua terra natal.

Vigoroso e incomparavel parlamentar, alcançou triunfos, que o tornaram ídolo do povo. A sua estréia na Câmara dos Deputados, a 27 de Dezembro de 1872, foi, no dizer do Visconde de Taunay (testemunha presencial), “um verdadeiro estouro, espécie de cauda de furioso pampeiro a entrar por todas as janelas e portas do casarão da Câmara, furação a fazer estremecer o velho edificio da cadeia dos tempos coloniais, infundindo em todos pasmo, quasi terror”.

E assim foi sempre que Silveira Martins falou na Câmara, até 1880, e depois disso no Senado, para onde o levou uma brilhante votação do povo riograndense, — e ainda em conferências públicas, cujos ouvintes o carregavam em triunfo.



Em todos esses lances foi o *Demóstenes dos Pampas*, como acertadamente lhe chamou algures José do Patrocínio.

Seus méritos foram sempre reconhecidos, e já deles tratou, em belo artigo, o nosso laborioso e distinto confrade, sr. Max Fleiuss.

Neste rápido esboço de hoje, Senhores, impossível é resumir sequer esplêndido livro em que o sr. José Julio Silveira Martins tratou, com mestria e largo desenvolvimento, da vida de seu pai, o glorioso brasileiro, cuja memória hoje celebramos; esse livro, produto de legítimo carinho filial, merece ser guardado como tesouro para a história daquela época, tão cheia de ensinamentos. Leiam-no os pósteros, e hão de aprender como um riograndense, filho do povo e alçado por seus méritos às maiores posições sociais, advogou com raro brilho a causa do povo e a da liberdade.

Ha dois dias, meu ilustre patrício, o Sr. Dr. Arthur Caetano, um dos beneméritos promotores desta cerimônia, exaltou, numa das nossas principais folhas diárias, o valor do excelso riograndense, concluindo nestes termos:

“As comemorações do centenário de Silveira Martins são como cerimônias augustas, de um culto votado aos princípios inderrocáveis da democracia e ao sentimento de unidade nacional”.

Ainda ontem, abrilhantaram as colunas do nosso veterano e sempre laureado *Jornal do Comércio* vários distintos riograndenses, os srs. Victor Russomano, Paulo Labarthe, Gumerindo Ribas e Leopoldo de Freitas, que, a uma só voz, proclamaram os raros méritos do tribuno, que iluminou a última fase do regime imperial, como o famoso Gambeta representou, na França, em horas difíceis, a alma da Pátria.

É que esta comemoração acorda em todos os espíritos brasileiros um sentimento unânime, o da mais legítima admiração por um vulto, que desafia comparações e paralelos.

Fulguram, sem dúvida, na nossa história grandes nomes, que merecem culto e veneração; este, porem, é quicá um nome singular, pelo conjunto dos seus predicados e das circunstâncias em que agiu.

Gaspar Silveira Martins, no memoravel dia 15 de Novembro de 1889, foi lembrado pelo Imperador, D. Pedro II, para organizar um ministério salvador, na penosa situação em que se encontrava a monarquia agonizante. Isso lhe valeu poucos dias depois o banimento, a que foi condenado



pelo Governo Provisório, em companhia de outro brasileiro ilustre, o saudoso Visconde de Ouro Preto, pelo decreto número 78, de 21 de Dezembro de 1889. É que os homens de alta envergadura são sempre de causar temor em ocasiões dessa natureza.

Silveira Martins, apesar da revogação posterior do banimento, não quiz voltar a residir no Brasil, porque o seu tema invariavel foi sempre a República parlamentar; condenava o regime presidencialista, que aqui se implantara, como infenso aos interesses da Pátria. Viveu por isso os seus últimos dias em Montevidéu, e ali veio a falecer a 23 de julho de 1901.

Seus restos mortais tornaram felizmente a voltar ao seio da terra natal em 1920, sendo ali recebidos em uma apoteose glorificadora.

Era justa essa manifestação dos riograndenses, como é hoje de alta justiça e cerimônia cívica, em que nos reunimos no solar da História nacional.

O ardoroso tribuno dos Pampas, patriota dos mais fulgurantes, amante incondicional da verdade, eloquentíssimo defensor da liberdade, recebe neste momento solene o tributo sincero e expressivo da geração de 1935.

Oxalá conte sempre o Brasil atletas vigorosos, que impulsionem o seu progresso e defendam a sua unidade imprescindível, o seu bem-estar, a sua ambicionada restauração financeira, haurindo lições na vida do imortal gaúcho.

E' este o voto de um velho riograndense, que se julgaria feliz, si visse a definitiva pacificação dos partidos que se agitam no seu glorioso torrão natal, tão carecido de tranquillidade para prosseguir no avanço de suas indústrias promissoras e da indispensavel educação popular, que, irradiando luz, abre largos horizontes aos mais altos cometimentos.

*L'union fait la force*, disse um grande moralista francês, e nada é mais verdadeiro.

Festeje-se, pois, o nome de Gaspar Silveira Martins, celebrando-se esse magno acordo, que todos os brasileiros almejam.

Eis tambem o voto cordialíssimo do órgão do Instituto Histórico Brasileiro, casa que é templo augusto da Ordem, da Concórdia e da Paz, — estação tranquila de Estudo, onde não entram paixões nem dissídios, sempre iluminada pela candelha ardente do Patriotismo.

Glorifiquemos, pois, neste dia, a memória de Gaspar Silveira Martins e teremos oferecido aos nossos patrícios e ao mundo um grande exemplo de justiça histórica.

Exalte-se luminoso e acolhido com palmas o nome do extraordinário *Demóstenes dos Pampas*.

Ao imortal orador da Grécia antiga, ao eloquentíssimo tribuno das *Filípicas*, mandaram os gratos Atenienses levantar uma estátua, que Polieucte executou no primeiro ano da centésima vigésima quinta olimpíada.

Ao Demóstenes brasileiro ainda se não ergueu estátua, que bem merecera lugar em uma praça do meu formoso Porto Alegre. Isso é apenas compensado pela presente homenagem, que lhe presta a atual geração riograndense, entusiástica do que é belo e do que é nobre.

A Posteridade assim entretece de louros o nome de Gaspar Silveira Martins: honra lhe seja! Viva na memória dos brasileiros o nome do cidadão que tanto honrou a Pátria! Viva o Brasil, que lhe deu o berço! (*Grandes applausos.*)

Teve depois a palavra o representante da bancada riograndense do sul na Câmara dos Deputados, sr. Raul Bitencourt, que, por espaço de duas horas, por vezes interrompido com salvas de palmas, discorreu sobre a vida de Silveira Martins, recordando seus estudos primários em Pelotas, continuados no Maranhão, e, por fim, no Colégio Vitório, desta capital; e depois sua vida acadêmica no Recife e em São Paulo, onde concluiu seus estudos; sua nomeação para juiz de uma das Varas desta capital e as razões por que deixou este cargo; sua volta para a província natal.

O orador acompanhou sucessivamente a vida pública de Silveira Martins como jornalista, fundador do Partido Liberal Histórico no Rio Grande do Sul, deputado provincial, deputado geral, ministro do gabinete Sinimbú, senador do Império e seu papel nessa Alta Câmara, principalmente na questão militar; presidente de província, sua prisão e exílio depois da proclamação da República; seu regresso à Pátria e sua intervenção nos acontecimentos do Rio Grande, com a guerra civil que só terminou na presidência Prudente de Moraes; e, finalmente, seu passamento em Montevideú, fazendo uma análise dela, mostrando que o grande tribuno norteara sua vida por elevados princípios liberais, dos quais nunca abriu mão, coerente com eles em todas as fases do seu longo tirocínio político. A peroração do ilustre deputado, mostrando como Silveira Martins, que não fora apenas um homem de ação,

mas também um pensador, fora fulminado por um insulto, que lhe cortara a palavra quando discorria em um círculo de amigos, provocou mais uma vez os aplausos do auditório.

Levantou-se a sessão às 20 horas e 15 minutos.

*Luis Felipe Vieira Souto*, segundo secretário.

Da numerosíssima assistência assinaram o livro de presença:

Carlos Dias Primo, Americo de Almeida Guimarães, Ildefonso Simões Lopes, Annibal Esteves, Manoel Machado dos Santos, Hugo Cardoso da Silva, Joaquim Assumpção, Urbino Vianna, Augusto de Lima Junior, Lucio Martins Meira, Helena de Aguilar Pantoja, Serrana Caetano da Silva, Arthur Caetano, M. Toste, Oscar Pinto, Gonzaga de Castro, Joaquim Catramby, Lahyr Tostes, representando o ministro da Agricultura; Socrates Moniz, Carlos Ferreira de Almeida e senhora, Dr. Antonino Ferrari, Randolpho Chagas, Manoel Luiz da Rocha Osorio, Angyone Costa, Alencastro Guimarães, Ernesto Hasslocher, Carlos Maximiliano, Maria Luiza de San Juan de Ouro Preto, Ladari Cabeda, Mario Echenique, Eduardo Ramos e família, Pedro da Veiga Ornellas, Raul Fernandes, general Assis Brasil, Ademar Rocha, José Julio da Silveira Martins, Daniel Rocha Botelho, Thompson Flores Netto e deputado Ribeiro Junior.

97º ANO (SESSÃO 1.610). SESSÃO ESPECIAL COMEMORATIVA DO CENTENARIO DA MORTE DE JOSE' DA SILVA LISBOA, VISCONDE DE CAIRU', EM 20 DE AGOSTO DE 1935.

PRESIDÊNCIA DO SR. DR. MANOEL CICERO PEREGRINO DA SILVA

(1º Vice-presidente)

As 17 horas abriu-se a sessão com a presença dos seguintes sócios: srs. Manoel Cicero Peregrino da Silva, Max Fleiuss, Benjamin Franklin Ramiz Galvão, Augusto Tavares de Lyra, Francisco Radler de Aquino, José Maria Moreira Guimarães, Liberato Bittencourt, José Wanderley de Araujo Pinho, Braz Hermenegildo do Amaral, Federico Lunardi, Henrique Carneiro Leão Teixeira Filho, Thiers Fleming, Ma-

nuel Tavares Cavalcanti, João de Oliveira Sá Camelo Lamprêa, Basilio de Magalhães, Virgilio Corrêa Filho, Alfredo Ferreira Lage, Rodolfo Garcia, Lucas Alexandre Boiteux, José Mattoso Maia Forte, Alexandre José Barbosa Lima Sobrinho e Pedro Calmon Moniz de Bittencourt.

Não tendo comparecido o sr. 2º Secretário, o sr. Presidente convidou o sr. Virgilio Corrêa Filho a ocupar este lugar.

O sr. Secretário perpétuo leu a ata da sessão anterior, a qual foi, sem debate, aprovada unanimemente.

Leu depois, das *Efemérides Brasileiras*, do Barão do Rio Branco, as relativas ao dia da sessão.

O sr. Presidente disse que acabava de ser informado haver a Câmara dos Deputados nomeado a seguinte Comissão para assistir à sessão, srs. Wanderley Pinho, Octavio Mangabeira, Pedro Lago, Pedro Calmon, Luiz Vianna Filho, João Mangabeira e Leoncio Galvão, agradecendo essa distinção ao Instituto.

O sr. Manoel Cicero (*Presidente*) disse depois o seguinte:

“Não podia o Instituto Histórico, sempre vigilante, a re-memoriar os fatos principais da nossa história e os vultos que assumiram maior destaque no empenho de bem servir ao Brasil, elevá-lo e engrandecê-lo, olvidar a José da Silva Lisboa, Visconde de Cairú, deixando de celebrar o centenário do seu desaparecimento.

Seria desconhecer o valor excepcional e os serviços extraordinários desse brasileiro insigne, que, pelo talento, pelo profundo saber e pela dedicação à causa pública, tão benéfica influência exerceu sobre os homens do seu tempo e tanto lustre soube imprimir às altas funções que foi chamado a desempenhar.

E’ incontestavel que ao autor dos *Princípios de direito mercantil*, livro precioso, primeiro que sobre esse ramo da ciência jurídica se publicou em língua portuguesa, dos *Princípios de economia política* e de outros muitos trabalhos, à sua prestigiosa influência junto ao Príncipe Regente se deve em grande parte a decretação da abertura dos portos brasileiros às nações amigas de Portugal.

Transferida a Corte para o Brasil e abertos os seus portos ao comércio do mundo, estavam dados os primeiros passos para a Independência, de que José da Silva Lisboa foi um precursor.

A proposta do digno e prestantíssimo consócio, sr. Vilhena de Moraes, para que se celebrasse o centenário da morte do Visconde de Cairú foi recebida com o aplauso de que era merecedora.

A memória de Cairú sempre foi cara ao Instituto Histórico, que, no tomo I da sua *Revista*, correspondente ao ano de 1839, lhe publicou a biografia, escrita por Bento da Silva Lisboa, filho do grande brasileiro. O seu busto de bronze, trabalho magnífico do notável escultor Rodolpho Bernardelli, por este ofertado ao Instituto, é aqui conservado como uma relíquia.

Para se ocupar dessa figura consular, do economista, do comercialista, do magistrado, do parlamentar, do sábio, do patriota, foi convidado o sr. Afranio Peixoto, que ao seu fulgurante espírito reúne a qualidade de natural da Baía, onde também nasceu José da Silva Lisboa, da Baía, ninho de águias, berço de estadistas do vulto de Abrantes, Cotegipe, Rio Branco, Saraiva, Ruy Barbosa.

Ausente Afranio Peixoto, acedeu em fazer-se ouvir neste momento o nosso eminente confrade Sr. Braz Hermenegildo do Amaral, igualmente natural da Baía, a que tem devotado o mais acendrado amor filial e cuja história tem estudado com imparcialidade e competência.

Professor jubilado da Faculdade de Medicina da Baía, por onde foi deputado federal, defensor dos interesses da Baía nas questões de limites interestaduais, autor de interessantes trabalhos históricos, comentador das *Memórias históricas e políticas da Província da Baía*, de Ignacio Accioli de Cerqueira e Silva, o sr. Braz do Amaral dará cabal desempenho à tarefa que em boa hora lhe foi cometida.

De Cairú disse Monte Alverne que fora um *grande homem*. Desse grande homem, nas considerações que precederam o decreto que, em 1839, concedeu uma pensão às suas filhas, disse o Regente do Império, Pedro de Araujo Lima, que era “um dos varões beneméritos em sublime grau e um dos sábios mais respeitáveis da época atual, cuja memória será indelevel para os vindouros”.

Rendendo culto à memória desse varão de Plutarco, o Instituto confirma o vaticínio que essas palavras lapidares encerram (*Aplausos*).



O sr. Braz do Amaral, da tribuna, disse o seguinte:

“Exmo. sr. Presidente, nobres consócios:

O nosso eminente Presidente perpétuo, sr. Conde de Affonso Celso, cuja ausência sinto, desejando, como todos vós, o seu pronto restabelecimento, me encarregou desta exposição sobre o meu grande patrício, o Visconde de Cairú, em substituição ao dileto amigo e antigo discípulo Afranio Peixoto.

Consola-me da falta de realce de que se vai ressentir o trabalho do qual estou a dar conta, desproporcional, tanto à glória do homenageado, como ao mérito do substituto, a consciência que possuo do esforço para o bem realizar, feito por uma inteligência que, em desculpa da sua fraqueza, pode invocar a de já viver bruxoleando ha mais de setenta anos.

José da Silva Lisboa nasceu na Baía, em 16 de Julho de 1756, filho de Henrique da Silva Lisboa e Helena de Jesus Nunes, ele português e ela brasileira.

### *Princípios e formação*

Era costume naquela época enviar os filhos a estudar em Portugal, por serem muito limitados os conhecimentos que se podiam conseguir no Brasil, pelo que o moço baiano, depois de ter feito os seus estudos preliminares no Convento do Carmo, da sua cidade natal, seguiu, em 1774, para Lisboa, de onde foi para a Universidade de Coimbra.

Estudou ali muito, a tal ponto que, antes de obter o seu bacharelado, entrou em concurso para as cadeiras de grego e hebraico e, em provas públicas, tirou o cargo de opositor substituto das referidas cadeiras no Real Colégio das Artes da Universidade, carta que darei em anexo, assinada pelo reitor e reformador daquele instituto de ensino, o bispo d. Francisco de Lemos de Faria Coutinho.

Aconteceu por esse tempo ao joven estudante e professor curioso incidente.

Desejando todas as famílias ter um dos seus membros na igreja e havendo falecido um irmão de Silva Lisboa, que se destinava ao estudo eclesiástico, quiz o pai que o nosso biografado fosse para o altar.

Não se conformou o moço com isto, do que lhe resultou grave prejuízo, porque o genitor lhe retirou a mesada e José da Silva Lisboa, obrigado pelas necessidades do sustento, ves-

tuário e outras, se viu na contingência de procurar uma casa de penhores, na qual teve de deixar, em garantia do dinheiro de que precisava, a sua carta ou diploma de professor, até que, no princípio do mês seguinte, após receber o seu parco ordenado de seis mil e setecentos réis, ou pouco menos, a foi resgatar.

Ganhou o grau de bacharel aos 23 anos de idade, veio para a Baía, despachado professor de Filosofia Racional e Moral e nessa cidade se consorciou com Anna Figueiredo e ali lecionou, não somente a sua cadeira, mas também a de grego, durante cinco anos, até que foi ocupada pelo seu proprietário efetivo, aquele Luiz dos Santos Vilhena, que, nos devia deixar, em epístolas deliciosas, tão peregrinas descrições da nossa terra, ao mesmo tempo que verdadeiras, nas suas notícias Soteropolitanas e Brasíliaes que tive a honra de anotar quando o Governo do Estado da Baía, querendo dar ao Brasil um presente condigno, por ocasião do centenário da Independência, as mandou imprimir e divulgar, sob o título de Cartas de Vilhena.

Nos labores da sua cátedra passou na Baía desde a sua investidura até 1797, quando voltou à Lisboa e obteve a sua jubilação, sendo nomeado secretário e deputado da Mesa de Inspeção daquela cidade, criada na mesma conjuntura.

### *O Economista*

Durante a sua permanência na Baía se deu um acontecimento que teve notavel importância na sua vida.

Muitas vezes a semente levada por uma ave, ou conduzida pelas ondas descuidosas, para a praia de uma ilha deserta é a causa da germinação de uma planta à roda da qual se formarão outros vegetais.

Novas existências irão brotando e um mundo em flora e fauna surgirá.

Na terra de uma inteligência fertil a semente da ciência, lançada por um livro, pode resultar em uma seara de benefícios para um povo inteiro.

O lexicógrafo Antonio de Moraes e Silva visitou José da Silva Lisboa na Baía e lhe ofereceu um livro novo da matéria de sua predileção.

Em carta de 25 de Setembro de 1803, Moraes lembra ao amigo ter-lhe dado a obra de Adam Smith que havia trazido de Londres, a qual exitara a sua "eletricidade, luminosa, não

menos que enérgica”, e isto, com a probidade e zelo de Silva Lisboa, havia produzido um trabalho de tanta utilidade para toda uma nação.

Pelo que se vê, o trato do moço estudioso com o eminente homem de letras, a animação que ele lhe incutiu, muito concorreram para produzir a centelha do ouro que havia de fulgir o *Direito Mercantil*, a obra máxima de José da Silva Lisboa, a primeira deste ramo de conhecimentos humanos aparecida em língua portuguesa, obra que ele imprimiu em Lisboa, de 1798 a 1803.

Nesta obra, acompanhada das Leis de Marinha, ele fez com clareza a exposição das vantagens da livre troca dos produtos entre os povos e revelou estudos profundos, assim como uma admirável capacidade.

As questões da indústria, da liberdade comercial e da abolição dos monopólios foram tratadas com tanto vigor que o trabalho interessou muito e provocou debates novos, assim como opposição dos que não compartilhavam tais idéias, ou não as compreendiam, ou receavam o seu alcance e consequências.

Teve ele de avançar em defesa de suas opiniões e publicou em 1804 os *Princípios de Economia Política*, para esclarecer e fundamentar as doutrinas expendidas.

E foi assim o soldado atirado na batalha!

No cargo de secretário da Mesa de Inspeção da Baía, muito de acordo com os seus pendores e estudos, ponde José da Silva Lisboa aprofundar os seus conhecimentos, dando-lhes a feição prática e experimentando o que era realmente seguro e imediatamente applicavel.

E' deste tempo uma petição endereçada por ele ao Governo que eu publiquei no terceiro volume das anotações que fiz às *Memórias Históricas e Políticas da Baía*, de Ignácio Accioli, pág. 213.

### *A abertura dos portos*

Em princípios de 1808 aportou à Baía o Príncipe d. João, acompanhado de homens notáveis e dos que compunham a administração.

Durante o período do seu magistério havia José da Silva Lisboa entabulado boas relações com o antigo governador da Capitania d. Fernando José de Portugal e nessa ocasião, em que os mais graves problemas assaltavam os responsáveis pelas coisas públicas, teve o secretário da Mesa de Inspeção ensejo

para apresentar as suas doutrinas como os meios adequados, afim de vencer as dificuldades que todos compreendiam serem enormes.

Era então governador da Capitania o Conde da Ponte, encanecido no serviço, conhecedor dos embaraços que a guerra da Europa, tornada guerra geral, de ha muito, levantava na vida do país.

Agora se tornava indispensavel manter a luta, tomando a offensiva na América e ter dinheiro ainda para fazer face às outras despesas.

Por um esboço do orçamento, feito algum tempo, antes, pelo ministro d. Rodrigo de Souza Coutinho, Conde de Linhares, somente para a frota e o exército se tornava indispensavel, em virtude do estado de guerra, ter dezesseis milhões. Para os juroz, tribunais, funcionalismo e os gastos da Corte, inclusive as cavalariças reais, antecessoras dos automóveis officiaes de hoje, se tornava necessário outro tanto ou um pouco menos, sendo a receita de vinte e cinco milhões, fora dois impostos, com os quaes se contava, sobre o grão importado e o sal.

Mas em 1808 a situação era muito mais grave, porque os bloqueios, a estagnação do comércio, a separação da metrópole com a posse desta pelo inimigo, o que importava em perda de toda a sua arrecadação, constituíam um estado político e administrativo sem precedentes e que se antolhava sem saída.

Este ambiente e a contingência da precisão urgente de dinheiro ajudaram, certamente, José da Silva Lisboa, que discutiu largamente, primeiro com d. Fernando e com outros depois, conseguindo convencer o príncipe e seus ministros, não sendo para estranhar que a política inglesa, muito influente na Corte e à qual a reforma projetada muito servia, auxiliasse a mudança.

Foi após intensas discussões e demorado exame que foi lavrado e expedido o célebre decreto de 28 de Janeiro de 1808, que abriu os portos do Brasil ao comércio estrangeiro, cujo original se encontra aquí na Biblioteca Nacional, apesar de ter sido endereçado ao Conde da Ponte, governador de Capitania da Baía e de se achar no livro respectivo das Cartas Régias do Arquivo daquela cidade assinalada à página da qual foi tirada, sem autorização do poder competente para fazê-lo.

E' indubitavel que só pela applicação de medidas novas podia a administração manter-se no Brasil naquelas circuns-

iâncias, mas é certo que se levantou grande celeuma contra o decreto e muitos foram os pedidos para a sua revogação, especialmente pelos comerciantes portugueses, cujos interesses eram prejudicados pela nova lei.

Não somente muitas pequenas indústrias de Portugal viviam do que fabricavam para o Brasil, como as casas de negócio das praças da metrópole recebiam as utilidades e as mandavam para as daqui, com as quais tinham transações, auferindo umas e outras os lucros que auferem os intermediários, fazendo, assim, as suas fortunas.

Situação análoga se veria hoje aqui, se fossem abertos os portos ao comércio livre, si fossem abolidos os impostos proibitivos que oneravam muitas mercadorias, si fosse possível aos Estados produtores comprar a quem lhes compra, permitindo a vários milhões de brasileiros adquirir aquilo de que carecem melhor e mais barato do que os artigos protegidos que não podem competir com os estrangeiros e que eles são forçados a adquirir, pelo cerco que são postos.

José da Silva Lisboa foi levado a publicar uma defesa da entrada livre das mercadorias, sob o título de *Observações sobre o Comércio Franco no Brasil*. E' evidente, pois, que se fatores políticos e outros concorreram para a promulgação da lei libertadora, a mais importante e a mais util ao povo brasileiro das que até aí se haviam feito desde a descoberta, foi José da Silva Lisboa, não só o seu autor espiritual, como o seu inspirador e propagandista; quem convenceu aos ministros portugueses das suas vantagens e oportunidade, como foi quem provou ter sido necessária, após a promulgação, esclarecendo como devia ser aplicada e desfez as objecções que contra ela se levantaram, salvando, não só o país da crise, como causando imenso alívio ao povo, porque, achando-se naquela ocasião os armazens da Inglaterra abarrotados de enormes *stocks*, em consequência da guerra e encontrando aqui as mercadorias saída facil, foram as praças inundadas de artigos que, em virtude da concorrência logo estabelecida, se venderam por preços nunca vistos.

Nas *Observações sobre o Comércio Franco* já escreveu Silva Lisboa abertamente que a nova lei tinha sido a pedra angular do edificio da civilização do novo império que o príncipe regente havia declarado vir fundar, partindo da Europa.



D. João, sagaz como era, por decreto de 23 de Fevereiro de 1808, encarregou Silva Lisboa de seguir para onde ia a sede da monarquia portuguesa, afim de ensinar os princípios da ciência econômica e a ele diretamente ordenou que o viesse auxiliar e levantar o Império Brasileiro, pelo que o economista embarcou para aqui com o príncipe, chegando a esta cidade em 7 de março.

Em 22 de Abril foi criada a Mesa do Desembargo do Paço, da qual foi Silva Lisboa nomeado desembargador.

O decreto de 28 de Agosto do mesmo ano de 1808 criou a junta do Comércio, Agricultura, Fábricas e Navegação, da qual foi deputado e em 29 de Outubro foi nomeado desembargador da Relação da Baía, sem vencimentos, mas contando antiguidade, lugar do qual tomou posse por procurador.

O Governo precisava da sua competência, pois safu da sua pena o *Código do Comércio* em 1808, e em 1810 publicou as *Observações sobre a Franquesa da Indústria e Estabelecimento de Fábricas no Brasil*.

Em 1812 produziu os *Extratos das Obras Políticas e Econômicas*, de Edmund Burke e a *Memória sobre a Franquia do Comércio de Vinhos do Porto*, assim como o *Ensaio para o Estabelecimento dos Bancos para o Progresso da Riqueza e Indústria Nacional*.

Em 1815, compôs a *Memória sobre a Vida Política de Lord Wellington, Duque da Vitória*, e em 1818 a *Memória sobre os Benefícios Políticos do Governo de d. João VI*, assim como uma *Sinopse da Legislação Principal de d. João VI, pela ordem dos Ramos da Economia do Estado*.

Em 1819 foi nomeado desembargador da Casa da Supplicação, em detrimento a um pedido que darei em anexo.

Ainda em 1819 produziu os *Estudos do Bem Comum e Economia ou Ciência das Leis Naturais e Cíveis para animar e dirigir a Geral Indústria, e promover a Riqueza Nacional e Prosperidade do Estado*.

Havia José da Silva Lisboa levado uma vida laboriosa e produtiva, em trabalhos de immediato interesse e utilidade pública, tão manifestos que eu não conheço quem tivesse prestado mais valiosos serviços ao povo brasileiro naquele tempo.

Teve o título de Conselho e foi esta graça que, por haver sido invalidada pela Independência, foi confirmada pelo Imperador Pedro I em 24 de Abril de 1824.

### *O homem político*

Chegou, assim, José da Silva Lisboa à época da Independência, mudança que de ha muito estava nos espiritos.

A conspiração descoberta em Minas Gerais, com o nome de Tiradentes, e a conspiração descoberta na Baía, em 1798, demonstraram como esta idéia se achava no sentimento, não só das pessoas mais graduadas como das do povo, pois eram plebeus os filiados a esta última tentativa.

Quanto ao juízo dos homens políticos e das pessoas cultas em geral, não deixam dúvidas a respeito as expressões empregadas pelo Príncipe regente no seu famoso manifesto às nações amigas sobre o que vinha fazer ao Brasil, as opiniões expostas por Silvestre Pinheiro Ferreira acerca das vantagens da separação do Brasil em tres regiões administrativas, de acordo com o clima e produções, cuja justeza se reconhecerá mais tarde ou mais cedo, a insinuação de Talleyrand, Príncipe de Benevente, em 1815, aos plenipotenciários portugueses no Congresso de Viena, sobre a elevação do Brasil à categoria de reino, conselho que o Governo Português adotou na Carta de Lei de 16 de dezembro de 1816.

E, para a realização daquela magna esperança, ninguém, pode-se dizer, concorreu tanto como o economista que mais contribuiu para a abertura dos portos, porque esta medida estabeleceu regalias e promoveu benefícios que não podiam ser outra vez recolhidos do gozo do povo por qualquer administração.

Ela foi o impulso positivo e determinante da independência.

As Cortes Portuguesas julgaram poder abolir tais vantagens e forçoso foi que José da Silva Lisboa voltasse ao prélio para defender as suas opiniões, pois o que as Cortes queriam era a restituição das coisas ao antigo regime, ao comércio monopolizado pelos portugueses para açambarcar os negócios exclusivamente para eles.

Foi então que Silva Lisboa redigiu a *Reclamação do Brasil*, afim de reivindicar os direitos que não podia mais abandonar um povo já fora do período colonial. Escreveu também o *Conciliador do Reino Unido*, a *Causa do Brasil*, o *Memorial Apologético das Reclamações do Brasil*, a *Gloza à Ordem da Dia* e *Manifesto de 14 de Janeiro, do ex-Governador das Armas, Jorge de Avilez* e a *Heroicidade Brasileira*.

Foram trabalhos de combate, em que o lutador arrostando com as iras dos inimigos da independência da Pátria.

A separação se fez aquí pacificamente, com uma declaração e uma frase, pois foi o Governo quem a levou a efeito e todo o mundo aderiu, exceto poucos, entre os quais os comandantes Jorge de Avilez, d. Alvaro da Costa e Ignacio Madeira.

Quando este último se declarou contra o Príncipe dom Pedro, e recusou obedecer-lhe, os patriotas da Baía reagiram, sublevaram as vilas do Recôncavo e começaram a guerra.

A questão ia, portanto, ser ali resolvida pelo sabre.

Foi uma das primeiras vítimas um irmão do economista, o padre Daniel da Silva Lisboa, capelão do convento da Lapa, atirado ao chão a coice darmas pelos marujos portugueses junto da freira Joanna Angelica, morta a baioneta, naquelle fatal dia 19 de Fevereiro de 1822.

O escritor, além do que já havia dado à publicidade, lançou mais os *Princípios e Documentos do Direito Político, A Causa do Brasil perante o juízo dos Governos e Estadistas da Europa* e o *Brasil Ultrajado em Portugal*.

A guerra, entretanto, se desenrolava com fortuna vária, mas não é impossivel perceber que muitas das difficuldades que se apresentavam ao general Madeira resultavam da natureza do conflito que se feria entre duas nações, à frente das quaes estavam pai e filho.

Além da paixão estuante e desesperada dos baianos, surgiram inações injustificáveis.

A esquadra portugueza não saiu para bloquear o porto do Rio de Janeiro, engarrafar aquí a frota imperial que se estava formando e transportar a divisão de d. Alvaro da Costa, de Montevideu para a Baía, afim de reconquistar o Recôncavo e reiniciar a guerra.

E quando o almirante Cochrane appareceu nas águas da Baía, a 4 de Maio de 1823, travando o combate da Ponta de Santo Antônio, onde a bandeira do novo império recebeu o seu batismo de fogo no mar, o inglês não conseguiu repetir a manobra de Nelson, separando em duas partes a frota inimiga, e teve de bater em retirada, sumindo-se na noite para o lado do norte, mas não foi perseguido com tenacidade, até ser aprisionada ou afundada a sua nau, nem foi destruído o estabelecimento que estava formando para base de operações no Morro, porto da ilha Tinharé, à vista da barra da Baía.

O general Madeira destituiu o comandante da esquadra portugueza, mas esta providência não poudé ser mantida, além de que era tardia e o próprio Rei d. João VI, em pouco, man-

dava suspender as hostilidades, se bem que esta ordem não tivesse chegado a Madeira, antes da sua retirada.

O general não tinha ilusão a respeito do seu posto, como se vê pela resposta serena, quasi desdenhosa, que deu a um enviado do ministro José Bonifacio, que o pretendia peitar com dinheiro e honras no Império, dizendo que conhecia achar-se numa questão entre pai e filho, na qual sabia que seria sacrificado, mas que nada havia no mundo que o desviasse da sua honra de soldado e da fidelidade ao seu juramento militar que não traía.

Até entre os que não ligam importância à sinceridade e fidelidade dos juramentos não pode deixar de merecer admiração e respeito a nobresa deste official que não se bandeava, que não havia vantagem de dinheiro ou de postos que o fizesse desviar-se do dever e o seduzisse para uma traição.

José da Silva Lisboa occupava desde o governo de dom João VI o cargo de Diretor dos Estudos, que continuou a exercer no Império, assim como da Imprensa Régia, depois Imprensa Nacional.

### *O polemista*

Chegou a primeira Constituinte e o economista que acabava de descrever o Império do Equador na terra de Santa Cruz entrou para a Assembléa pela provincia da Baía como suplente de Cypriano Barata e depois como deputado efectivo, pela capital da mesma provincia.

Levantou-se logo grave desintelligência entre o imperador e a Câmara e Silva Lisboa tomou o partido do primeiro, sustentando a luta como conservador apaixonado e convencido de que a ordem e a paz somente eram possíveis à sombra de um poder executivo, fortemente constituido.

Isto o conduziu a rudes combates.

O seu gênio impetuoso, os seus conhecimentos variados lhe davam uma altivez que o arrastava muitas vezes a discussões ardentes.

Na imprensa (*Diário Fluminense*) e em opúsculos apareciam artigos, alguns assinados pelo escritor, outros, com pseudônimos, como Escandalizando, Imperialista Firme, Fiel à Nação, Matuto Filopatris, Um Cidadão, etc., etc. Outros não tiveram assinatura.

Alguns são póstumos, publicados após a sua morte.



Durante este tormentoso período de incessante combate nunca se lhe entibiou o ânimo, mas sofreu os desgostos que só não sentiu quem nunca entrou na política, ou nela andou envolvido.

Desejou voltar para a terra natal, pois atingira a idade em que, como diz espirituosamente frei Vicente do Salvador, depois de se ter muito falado dos outros, se deve tratar da alma, para falar com Deus.

José da Silva Lisboa teve a mesma melancólica lembrança, pensou esperar a morte, como Antonio Vieira, perante o mesmo céu, respirando o mesmo ar ameno que lhe enchera os pulmões no primeiro hausto da vida, diante da natureza ridente que os seus olhos primeiro viram, pelo anseio de saudade que sentem os filhos ausentes, e pediu um despacho para a Baía, sendo nomeado chanceler da sua Relação.

Fora escolhido cronista do Império e encarregado de escrever a história dos acontecimentos desde 1821, pelo que teve dispensa de todas as obrigações públicas que lhe absorviam o tempo.

A este novo encargo se deve a História dos Principaes Sucessos do Brasil. O serviço da sua própria província o impediu de voltar a ela.

Dissolvida a Constituinte, foi outorgada uma Constituição e, de acordo com ela, criado o Senado, foi Silva Lisboa escolhido senador pela Baía, em 21 de Janeiro de 1825.

Já tinha sido condecorado com a Ordem de Cristo e, em 13 de Outubro de 1824, foi agraciado com o título de barão de Cairú.

Depois de senador, foi o seu título elevado ao de visconde.

### *O jurisconsulto*

Na sessão do Senado, de 1 de Julho de 1825, no discurso sobre a moeda, levantou-se contra a usura, pois julgava o juro de 12 por cento impróprio para fomentar a lavoura e o comércio honesto.

No dia 13 de Julho verbera o projeto de monopólio aos navios de construção nacional, demonstrando que o Ato de Navegação, util à Inglaterra no tempo de Oliverio Cromwell e Carlos II, era absurdo aquí, onde não havia competência marítima a vencer, precisando o Brasil, ao contrário, facilitar a chegada de capitais, comércio e marinha de todos os



povos, para se desenvolver e progredir, e em outro discurso proclama certo trabalho que valoriza, pois se vê que o peixe, nadando na água, de nada serve ao homem, porem depois que o trabalho do pescador, lançando a rede, ou o anzol, o traz à terra, é transformado em um artigo que tem valor nos mercados, porque alimenta.

O jurista se revela profundo e competente no estudo dos projetos de lei, como no dia em que se bate pela isenção de direitos para as máquinas destinadas às minas auríferas, e mais adiante, na distinção entre malfeitoria e crime e naquella outra ocasião em que demonstra não ser, em vários casos, sufficiente um profissional para a defesa dos accusados, pelo que propôs pudesse o réu comparecer ao pretório, defendido por mais de um advogado, para sua plena justificação, e terem os juizes mais seguros elementos para o seu *verdictum*.

Foi Cairú quem fez fulgurar os princípios altruistas nas nossas leis, expurgando delas as fórmulas bárbaras como a que punha o criminoso perante o delicto com a expressão atroz “Morra por ele”.

O emérito jurisconsulto demonstra a repulsa que a generalidade dos mais nobres sentimentos humanos sente perante a crueldade e fulge como uma estrela a sua emenda para que não possa ser condenado alguém à prisão, à perda da sua liberdade por tres meses, sem ter direito à apelação *ex-officio*.

A sua eloquência, porem, atinge os mais altos cumes quando defende os desgraçados, os mais infelizes seres, levantando a voz da misericórdia em favor dos escravos, dizendo que a malícia e o interesse desnaturavam as invocações mais sagradas, pois, sob o pretexto de tirar os africanos do barbarismo para trazê-los ao cristianismo, se lhes impunha a escravidão, tanto que a palavra *resgate* era a empregada nos documentos officiais para exprimir o fato, mas a verdade era que muitas casas se tornavam patibulos, a tal ponto que já se não comovia o povo quando se falava na paródia horriavel, feita aos atos religiosos, de darem os senhores novenas e trezenas de flagelações os míseros servos, negando-lhes tambem a subsistência.

E, apesar de serem tão rigorosos castigos prohibidos pelas leis, todos sabiam não ouvir a justiça os gritos de dores, o pranto dos suppliciados!

Apresenta então emenda, propondo a inclusão no texto da lei sobre o direito de propriedade das palavras “Sub-

sistência e Humanidade”, e pelo mesmo divino espírito da clemência, faz inserir que o escravo se possa remir, pagando o seu valor, segundo o parecer de louvados.

O visconde de Cairú falava e escrevia sem tropos e figuras, mas a sua dialética era forte como a de um character enérgico e de um homem prático, abalisado nos assuntos comerciais e econômicos.

Sua instrução variada e sólida se alicerçava em excelente base preparatória. As obras primas da literatura das línguas grega e latina, entre as antigas, da portugueza, francesa e inglesa, entre as modernas, lhe eram familiares. Gostava de citar os clássicos e seus autores prediletos.

### *Apreciação geral sobre Cairú*

No mundo da intelligência o visconde de Cairú nos apparece como um operário forte — professor, jurisconsulto, economista, historiador e homem político, especialmente polemista.

Combateu sempre, escrevendo durante muitos anos, e a esta exposição juntarei a lista dos seus trabalhos.

Além dos que já citei, ele ainda produziu *Considerações sobre a Doutrina Econômica de Leon Say, Sustentação Jurídica do Tratamento do Soberano que compete a Sua Majestade Imperial, Da Liberdade do Trabalho, Recordação dos Direitos do Brasil, A Província Cisplatina, Justificação das Reclamações do Brasil, apresentada ao Governo Britânico, Regras ou Bases do Regulamento Commercial, etc.*

Como economista e jurisconsulto foi que prestou os mais assinalados serviços à sua Pátria.

Como historiador, teve de descrever acontecimentos contemporâneos, em alguns dos quais havia tomado parte.

Assim é que se tinha pronunciado publicamente contra o manifesto e ordem do dia de Jorge Avilez e a sua narração abrange o período em que este general desobedeceu ao príncipe.

Possuía incontestavelmente o vigor e o gênio para uma obra histórica de grande fôlego, mas a parte de que o encarregaram não era a melhor, pois que a sua pena, em toda a preparação da independência, tinha sido o aríete de um combatente contra o que tendesse à recolonização do Brasil e a do historiador é como o gládio da justiça, a deusa vendada, que não vê a quem fere.

Ora, todos os que se opuseram a Jorge de Avilez agiram muito bem para o fim que desejavam, mas o general, irreductivel na sua fidelidade ao governo que lhe dera aquele comando, procede dignamente, como procedem os que não traem a confiança que neles foi depositada.

Como orador parlamentar, o visconde de Cairú era conciso e convincente, pondo a razão acima da frase.

Não só lembra Cicero, mas recorda Socrates.

O visconde de Cairú foi, sem dúvida, um homem illustre e um cidadão util à sua Pátria.

Dedicado ao regime constitucional, tornou-se adverso aos que o falseavam, abusando do poder, fingindo deixá-lo e impondo-se depois ao Soberano por diligências de bastidores.

Foi insultado na rua pela plebe, tão inconciente e grosseira em todos os tempos.

Apelidaram os partidos de Chimango e Caramurú, pertencendo ele a este último, apedrejaram-lhe a casa, invadiram-na, estiveram a ponto de matá-lo, o que não realizaram porque o nosso grande velho foi asilado durante alguns dias por um diplomata estrangeiro, o nuncio apostólico Scipião Fabrini.

Ha na vida da exuberante personalidade do visconde de Cairú a considerar que foi nos tres últimos lustros da sua existência que ele teve de descer à arena dos mais violentos combates, aqueles a que as lutas políticas conduzem, com os seus acirramentos, os seus ódios, as suas veemências e mais fundos dissabores.

Foi sempre um character combativo e teve de defender causas e opiniões importantes, mas durante algum tempo estas lutas se davam num campo em que as invectivas são raras.

O destino lhe reservou os mais ferinos e violentos assaltos quando já encanecido e trabalhado por cerca de sessenta anos de esforço intellectual incessante.

Até 1800 é o economista, lucubrando no gabinete os problemas das trocas no comércio, do fomento da riqueza pública e particular, é um preceptor que se esmera em transportar para o espirito de seus alunos os princípios da ciência que professava.

Desta data, especialmente, de 1804 em diante, é impellido para a vida pública, tem de discutir e enfrentar os homens políticos, acostumados aos velhos métodos de administração, de contrariar os negociantes portuguezes, feridos em seus

interesses; e sobre a sua cabeça pesa a responsabilidade, sabem-no todos, de um sistema novo, desconhecido dos homens contemporâneos e que, muita gente declarava, iria produzir a ruína do país e dos particulares.

Alguem escrevia logo depois de seu nome: "Réu de alto crime contra a Pátria — Merece a pena capital".

Processos de arrecadação novos exigiam repartições novas e regulamentos novos, pelo que se encontra o economista como um Deus que tivesse de fazer surgir a ordem no meio de um caos.

Revelou-se um administrador e um homem de Estado. Era fervoroso católico e estrênuo defensor do trono.

Percebe-se no visconde de Cairú curiosa diferença nas suas idéias políticas, comparando-as com as científicas.

Como cientista, sempre defendeu as opiniões mais liberais e promoveu as reformas mais adiantadas.

Como político, foi um conservador ancorado nos princípios mais fortificantes do seu credo.

Não teve a fortuna de rever a terra natal e de morrer sob o céu radiante que lhe tinha iluminado o primeiro dia de existência.

Em 1835, a 20 de Agosto, ha um século exatamente hoje, extinguiu-se, na casa da rua do Ajuda em que residia, o preclaro baiano.

O que se chama reconhecimento da posteridade se manifestou por uma pensão a suas filhas, retratos em repartições da Baía, na Imprensa Nacional e aqui, onde ha um na sala Varnhagen, oferecido pelos seus descendentes e um busto magnífico, em bronze, obra de Bernardelli, que se acha no gabinete do Presidente. A Câmara Municipal desta cidade pôs-lhe o nome numa travessa que, pela sua insignificância discorda do que devia ser uma homenagem desta natureza a tão ilustre cidadão.

O Estado da Baía, por iniciativa dos seus homens de letras, acaba de lhe erigir expressivo monumento, numa das praças do bairro comercial, à qual foi dado o seu nome, em frente da Alfândega, repartição arrecadadora, do qual ofereço uma representação gráfica para que o Instituto a conserve num lugar apropriado, como lembrança do agradecimento prestado pela Baía, *terra mater*, ao seu nobre filho.

Comemorando o centenário do homem que tem como glória imperecível o benefício que causou aos habitantes deste país, inspirando e promovendo a lei da abertura dos



portos ao comércio estrangeiro, parece-me nada poder proferir melhor em honra da sua memória do que um voto para que não demore a época em que os brasileiros, hoje, sofreadores das consequências da medida ou privilégio em que importa a expressão fiscal — similar nacional — isto é, do proteccionismo, possam livremente comprar a quem lhes compra e saudar este dia de sua redenção econômica como aquelas legiões da Síria, onde se adorava o Sol, saudaram na planície itálica o astro que se levantava no dia em que destruíram o poder de um tirano. (*Prolongadas palmas.*)

## ANEXOS

“— Senhora.

Diz o bacharel José da Silva Lisboa, que tendo-lhe V. M. feito a mercê, por criação nova, do lugar de Deputado e Secretario da Mesa de Inspeção desta cidade da Bahia, de que se acha de posse e trazendo para pagamento de seus ordenados as ordens do Erario que apresentou na Casa da Fazenda, constantes da duplicata, ns. 1 e 2 fez á Junta da Dita Real Fazenda o requerimento n. 4, para ser pago como os mais filhos da Folha Civil, o qual não foi deferido, declarando-se que o supplicante cobrasse os seus ordenados pelas folhas competentes, que são as das ditas Mesas e o subsidio literario, indicados no informe do Escrivão da fazenda numero 3; como, porém, as ditas ordens do Erario foram expedidas em virtude de um Decreto que ahi se declara extinto, vistas as datas da criação e provimento do lugar do supplicante, recahindo sobre graça nova e extraordinaria, e não mandando pagar por consignação especifica, como é de estylo e de exação do dito Real Erario, quando o despacho é desta natureza, parece ter sido do Real merito comprehender ao supplicante na generalidade dos filhos da folha, e da Lista Civil, muito mais sendo o lugar do supplicante lugar de letras, como se vê das clausulas da Carta Regia n. 3, na qual se incorporou o da jubilação da sua cadeira Regia de Philosphia, que era condicional; emquanto Vossa Magestade o não despachasse em algum lugar desta natureza, como é expressa no Decreto n. 6, sendo, além disto, estylo nesta cidade serem pagos pela Lista Civil todos os que têm logares de letras e igualmente o é o Presidente da Mesa de Inspeção, posto pertença a este o corpo, como o demonstra a mesma informação do Escrivão da Fazenda.



Sendo, além disto, do estylo de quaesquer Tribunaes e juntas serem pagos os secretarios pelas folhas de seus Presidentes, não resultando dahi damno á Fazenda Real, pois sempre paga, seja por esta ou por aquella consignação e como até o mesmo subsidio literario é presentemente arrecadado pelo Erario, depois da extinctão da Real Mesa da Commissão e a Mesa da Inspeccão não tem consignação propria, de sorte que todas as suas despesas são pagas pela Real Fazenda pela Lei e Regimento de 1 de abril de 1751, Cap. 3º, § 4º, a qual para esse effeito continúa no fim do anno a remetter para o Thezoureiro respectivo a quantia de 6:000\$, não podendo o supplicante, a vista dos termos da sua Carta Regia, fl. 3, ser considerado na ordem dos Inspectores não letrados da creação da Mesa, de que ali trata aquelle § 4º, os quaes, como lavradores de Engenho e Negociantes independentes, segundo o requer a mesma lei, Cap. 3º, § 3º, não sentem detrimento em serem pagos no fim do anno, o que o supplicante não pode soffrer, não tendo outro abrigo que a Real Piedade: parece nestas circumstancias que a Real Grandeza fará ao supplicante a honra e o beneficio de lhe mandar pagar os seus ordenados pela lista civil, na forma do estylo da casa, pelo que o supplicante, prostrado aos pés do Real Throno, pede a Vossa Real Magestade, pela Real Grandeza e Graça especial seja servida mandar pagar-lhe os seus ditos ordenados pela Folha Civil da Casa e Lista Civil. E receberá mercê. — *José da Silva Lisboa*”.

(*Archivo Publico da Bahia. Cartas Régias. Liv. 83. — 1799.*)

— “Dom Francisco de Lemos de Faria Pereira Coutinho, Bispo de Zenopole, Coadjutor e Futuro Successor do Bispado de Coimbra do Conselho de Sua Magestade e Reformador e Reitor desta Universidade.

Aos Srs. Decanos, Deputados do Conselho. Fazemos saber aos que esta carta virem, que sendo indispensavelmente preciso para o bom serviço das cadeiras do curso Philologico que se ensina nas Geraes do Real Collegio das Artes haver substitutos que rejam as ditas cadeiras e assistam aos exames nos impedimentos ou falta dos Professores Proprietarios, procedendo-se para o dito effeito por meio de concurso em congregação dos Professores das mesmas cadeiras ao exame dos oppositores que concorreram e pretendem ser providos: acabados os ditos exames, votando-se sobre o merecimento e qualificação de cada um dos Examinados, sahindo approved

á substituição das duas cadeiras de Grego e Hebraico José da Silva Lisboa, natural da cidade da Bahia, havemos por bem de nomear ao dito José da Silva Lisboa por substituto interino das ditas duas cadeiras de Grego e Hebraico, mandolhe passar a presente carta de Substituto Ordinario Interino das referidas cadeiras para as substituir e reger na falta dos Proprietarios emquanto bem desempenhar as obrigações delias “Sua Magestade não der as providencias que lhe parecerem convenientes; e assim será tido por substituto e haverá de ordenado annual pela substituição das ditas cadeiras oitenta mil réis, que lhe serão pagos das rendas applicadas ao dito Collegio Real de Artes, em pagamentos, conforme se fazem aos Professores Proprietarios e haverá os mais prões e precalços que lhe pertencerem e gozará dos privilegios e isenções que lhe competirem emquanto durar a dita substituição. E mandamos a todos a quem tocar e o conhecimento desta pertencer a cumpram e guardem como nella se contém, emquanto se não mandar o contrario.

E será registada na Contadoria da Real Fazenda desta Universidade para o seu respectivo cumprimento.

Dada nos Paços Reaes das Artes, sellada sob meu signal somente e sello desta Universidade. — *Antonio Joaquim da Silveira Telles*, a escrevi aos vinte e tres de novembro de mil e setecentos e setenta e oito annos. O doutor Miguel Carlos da Motta e Silva, Secretario da mesma a fez escrever. — *Francisco*, Bispo Reformador. Reitor. Estava o sello. — *Thomaz Pedro da Rocha*. Ao sello cento e vinte.

Carta de substituição interina das Cadeiras de Grego e Hebraico a favor de José da Silva Lisboa, natural da cidade da Bahia, etc.”

— “Senhor.

Diz o Dezembargador José da Silva Lisboa que Vossa Magestade foi servido em 1808 de fazer-lhe a Mercê um Lugar de Dezembargador da Relação da Bahia, vencendo antiguidade com exercicio na Real Junta do Commercio desta Côrte, de cujo logar tomou posse por Procurador a 9 de março de 1809, como tudo consta da sua Carta inserta no documento junto. E como aquella Relação se acha graduada á Casa do Porto e o supplicante tem bem servido a Vossa Magestade, segundo é notorio, parece estar em circumstancias da Benigna Attenção Soberana, para entrar na Casa da Supplicação; Por isso, prostrado aos pés do Throno, pede a Vossa Magestade pela Sua Real Grandeza seja servido de fazer-lhe

a Graça de um lugar effectivo de Dezembargador da Casa da Supplicação deste Reino do Brasil, com o respectivo ordenado e com a graduação que lhe competir por sua antiguidade, simultaneamente com o exercicio em que se acha. — E. R. Mçe., *José da Silva Lisboa.*”

LISTA DOS TRABALHOS DE JOSÉ DA SILVA LISBOA

Principios de Direito Mercantil, 1798-1803.

Principios de Economia Politica, 1804.

Observações sobre o Commercio Franco do Brasil, 1808-1809.

Observações sobre a Franqueza da Industria e Estabelecimento de fabricas no Brasil, 1810.

Razões dos Lavradores do vice-reinado de Buenos Aires para a Franqueza do Commercio, 1810.

Observações sobre a Prosperidade do Estado pelos Principios liberaes da nova Legislação do Brasil, 1810.

Ensaio sobre o Estabelecimento de Bancos, 1812.

Memoria Economica sobre a Franqueza do Commercio dos Vinhos do Porto, 1812.

Extractos das Obras Politicas e Economicas, de Edmundo Burke, 1812.

Memoria da Vida publica de Lord Wellington, 1815.

Memoria dos Beneficios Politicos do Governo de Dom João VI, 1818.

Synopse da Legislação Principal do Sr. D. João VI, 1818.

Estudos do Bem Commum e Economia Politica, 1819-20.

O espirito de Vieira ou Selecta de Pensamentos, 1821.

O Conciliador do Reino Unido, 1821.

Reclamação do Brasil, 1821.

Causa do Brasil, 1822.

Imperio do Equador na Terra da Santa Cruz, 1822.

Roteiro Brasilico, 1822.

Gloza á Ordem do Dia e Manifesto do ex-General das Armas, Jorge de Avilez, 1822.

Atalaia, 1823.

Constituição Moral e Deveres do Cidadão, 1824-25.

Historia dos Principaes Successos Politicos do Brasil, 1826-30.

Escola Brasileira, 1827.

Leituras de Economia Politica, 1827.

- Causa da Religião e Disciplina Ecclesiastica, 1828.  
Cartilha da Escola Brasileira, 1831.  
Manual de Política Orthodoxa, 1932.  
Princípios da Arte de Reinar, 1832.  
Contestação da Historia e Censura de Mr. Du Pradt sobre  
Sucessos do Brasil, 1825.  
Desforço Patriótico contra o... Anonymo de Londres,  
inimigo do Imperio do Brasil, 1824.  
Despertador Brasileiro, 1821.  
Triumpho da Legalidade, 1824 (?).  
Heroicidade Brasileira, 1822.  
Agradecimento do Povo ao Salvador da Patria, o Senhor  
Principe Regente do Brasil, 1822.  
Defesa da Reclamação do Brasil, 1822.  
Memorial Apologetico das Reclamações do Brasil, 1822.  
Falsidades do Correio e Reverbero sobre o escriptor das  
Reclamações do Brasil, 1822.  
Espírito da proclamação do Sr. D. Pedro I á Nação  
Portuguesa, 1828.  
Cautela Patriótica, 1828.  
Sustentação Juridica do Tratamento de Soberano que  
compete á Sua Magestade Imperial em virtude de sua Acla-  
mação de Imperador Constitucional e Defensor Perpetuo do  
Brasil.  
Honra do Brasil desaffrontada de insultos da Astréa Es-  
padachina, 1828.  
Protesto do Director dos Estudos contra o accordo elei-  
toral da Junta da Parochia de S. José, 1822.  
Ensaio Economico sobre o influxo da Intelligencia hu-  
mana na Riqueza. (Na rev. *Guanabara*, 1851).  
Da Liberdade do Trabalho. (Na rev. *Guanabara*, 1851).  
Preceitos da Vida Humana.  
Considerações sobre as Doutrinas Economicas, de Leon  
Say. (Na rev. *Minerva Brasiliense*, 1844-45).  
Historia Curiosa do mau fim de Carvalho e Companhia,  
1824.  
Pesca de Tubarões no Recife, 1824.  
Independencia do Imperio do Brasil. 1824.  
Exhortação aos Bahianos sobre as consequencias... da  
sedição... de 1824, 1824.  
Desaffronta do Brasil a Buenos Aires desmascarado,  
1825.  
Recordação dos Direitos do Imperio do Brasil á Provincia  
Cisplatina, 1826.

Guerra de Penna contra os Demagogos de Portugal e do Brasil, 1824 (?)

Vigia da Gavea, 1823.

Quartel das Marrecas, 1823.

Sabbatina Familiar dos Amigos do Bem Commum, 1821-1822.

O Bem da Ordem, 1821.

Editai aos Professores e Mestres das Aulas Publicas, 1821.

Rebate Brasileiro contra o Typhis Pernambucano, 1824.

Parecer acerca de varios quesitos relativos ás Moedas de Portugal e Brasil. Manuscripto.

Cathecismo da Doutrina Christã, 1832.

Justificação das Reclamações do Brasil, apresentadas pelo Governo Brasileiro ao de S. M. Britannica, 1834.

Substancia da Fala do Visconde de Cayrú ao Senado, 1832.

Regras da Praça ou Bases do Regulamento Commercial, 1832.

Projecto do Codigo do Commercio. (Manuscripto).

O sr. presidente nomeou a seguinte comissão para visitar, em nome do Instituto, o Presidente Perpétuo, o senhor conde de Affonso Celso, srs. Augusto Tavares de Lyra, Rodrigo Octavio de Langgaard Menezes, Ramiz Galvão, Radler de Aquino, Max Fleiuss e Vieira Souto e para representar o Instituto nas solenidades do *Dia da Patria*, os srs. Max Fleiuss, Moreira Guimarães, Souza Docca, Raul Tavares, Radler de Aquino, Alfredo Lage, Wanderley Pinho e Pedro Calmon.

Antes de encerrar a sessão, o sr. Presidente agradeceu o comparecimento dos sócios e representantes das autoridades e convidou a todos para a próxima sessão, que será a 20 de Setembro, para comemorar o centenário da revolução farroupilha.

Falará sobre o assunto o sócio efetivo sr. Barbosa Lima Sobrinho.

Levantou-se a sessão às 18 horas.

*Virgilio Corrêa Filho.*

(Servindo de segundo secretário).

---



97º ANO (SESSÃO 1.411). SESSÃO ESPECIAL COMEMORATIVA DO INÍCIO DA REVOLUÇÃO DOS FARRAPOS, EM 20 DE SETEMBRO DE 1935.

*Presidência do Sr. Dr. Manoel Cicero Peregrino da Silva, (1º Vice-presidente).*

As 17 horas abriu-se a sessão com a presença dos seguintes sócios: senhores Manuel Cicero Peregrino da Silva, Augusto Tavares de Lyra, Benjamin Franklin Ramiz Galvão, Max Fleiuss, Francisco Radler de Aquino, Luiz Felipe Vieira Souto, Thiers Fleming, Emilio Fernandes de Souza, Helio Lobo, Rodolfo Garcia, Theodoro Sampaio, Virgilio Corrêa Filho, Rodrigo Octavio Filho, José Mattoso Maia Forte, Alexandre José Barbosa Lima Sobrinho e Monsenhor Frederico Lunardi.

O sr. Vieira Souto (*Segundo secretário*) leu a ata da sessão anterior, a qual foi, sem discussão, aprovada unanimemente.

O mesmo Sr. segundo secretário leu das Efemérides Brasileiras do Barão do Rio-Branco, as relativas à data da sessão.

O sr. Manuel Cicero (*Presidente*) disse o seguinte:

“A conferência que vai hoje realizar o sr. Barbosa Lima Sobrinho encerra a série organizada pelo Instituto Histórico para celebrar o centenário da revolução farroupilha.

Dissertaram até agora, apreciando proficientemente e sob vários aspectos aquele movimento, os srs. Souza Docca, Rodrigo Octavio Filho, Basilio de Magalhães, Alvaro de Alencastre e Canabarro Reichardt.

As causas e a natureza da insurreição, os intuitos dos que a promoveram e a levaram por diante durante mais de nove anos, a bravura e a tenacidade de que deram provas os que se empenharam na peleja, a atitude do governo imperial relativamente ao dissídio, a ação pacificadora do ínclito Caxias, a cujo gênio militar e acendrado patriotismo tanto deve o Brasil, reintegrando o Rio Grande do Sul na comunhão nacional e permitindo, assim, que prevalecesse o sentimento da nacionalidade, arraigado na alma brasileira, constituíram os temas das conferências aqui efetuadas.

No dia em que se completa um século desde que teve início a Guerra dos Farrapos, da qual resultou essa pacifi-

cação que veio robustecer os laços que unem os filhos do extremo sul aos das demais regiões do país, quiz o Instituto Histórico que o coroamento da série de conferências comemorativas que promoveu coubesse a um dos seus sócios efetivos que é filho do norte, inteligência de escol, jornalista consagrado, o deputado federal pelo Estado de Pernambuco, sr. Barbosa Lima Sobrinho, a quem tenho a honra de dar a palavra”.

Da tribuna, o Sr. Barbosa Lima Sobrinho disse o seguinte:

“No momento em que assomo à tribuna deste conspícuo Instituto, para o discurso oficial da comemoração, em que nos reúne o centenário da revolução farroupilha, gostaria de poder procurar o conselho de Tagides amigas, pedindo, como o poeta incomparavel:

“Dae-me agora um som alto e sublimado.  
Um estilo grandiloquo e corrente”.

Têm as musas crédito tão escasso e fogem tanto de obscuros suplicantes, que será melhor enfrentar escoteiro o encargo, embora não me iluda com as minhas forças. Valha-me, pois, a confiança na grandeza dos sucessos e na excelência dos sentimentos que, nesta hora solar do centenário, devem encher de fervor patriótico e de entusiasmo cívico os nossos corações brasileiros.

Ha oradores cuja palavra fulgurante atribúi magnificência de realeza aos assuntos vulgares, sobre os quais dissertam; ha assuntos que são admiráveis de eloquência sob a palavra menos expressiva. A guerra dos farrapos pertence à categoria dos temas que falam por si mesmos. Tudo nela é magnífico, na glória excelsa dos pelejadores, na beleza suprema dos ideais. Podemos, pois, sem nenhum inconveniente, prescindir do orador.

#### *O 20 de setembro de 1835*

Detenhamo-nos, pois, nos fatos. Mergulhemos o olhar nesse 20 de setembro de 1835, naquela “alva, pequenina e aprazível cidade de São Pedro do Sul”, a que se refere o viajante Luccok. Sem recuar a antecedentes mais remotos, havemos de ver que, desde agosto de 1835, se esperava a explosão do movimento, longamente preparado por uma série

de causas econômicas, sociais e políticas, que vinham do período colonial e haviam tomado maior relevo na fase de agitações e de conflitos, consequentes ao 7 de abril. Em meados de 1835, a dúvida toda parecia limitada à escolha do dia mais conveniente para a insurreição. Mas, agosto passara e setembro já ia avançando, sem que se cumprissem as informações alarmantes e também sem que o governo se premunisse contra os perigos da revolta. Os adiamentos sucessivos haviam gasto as possibilidades de crer nos boatos de revolução.

Entretanto, os sinais da explosão iam aparecendo pouco a pouco. Já circulavam grupos armados na estrada de Viamão. A 19 de setembro, o presidente da Província, Fernandes Braga, tem denúncia de que esses grupos já se haviam fixado nos arredores da capital, e ordena, displicentemente, as primeiras medidas de mobilização, para reunir forças deficientes e precárias. À noite desse mesmo dia 19, uma partida de reconhecimento, comandada pelo estouvado visconde de Camamú, é surpreendida pelos farroupilhas junto da ponte d'Azenha e dispersada sem dificuldades. Corre, assim, nos arredores de Porto Alegre, o primeiro sangue da revolução, morrendo um dos defensores do Partido Caramurú, Silva Monteiro, alcunhado "O Prosódia", redator de algumas folhas do tempo. Comandavam as forças revolucionárias o setuagenário Gomes Jardim, estancieiro de larga influência pela fortuna e pelas ligações de família, e Onofre Pires, o Hercules farroupilha, homem famoso pelos músculos descomunais e pelo ímpeto de seus instintos insopitáveis.

Com a vantagem desse primeiro sucesso, com as ligações estabelecidas dentro da cidade, com o prestígio do nome do chefe supremo da revolução, Bento Gonçalves da Silva, não seria dado a Fernandes Braga dominar o movimento. A ameaça é tão séria que ele deixa o palácio e vai abrigar-se no Arsenal de Guerra, imaginando uma resistência, que desde logo se lhe revela impossível, pois que não encontra aliado. O séquito que o acompanha ao Arsenal não excede de 17 pessoas, sendo alguns oficiais. As informações que lhe chegam falam apenas de deserções contínuas, em todos os corpos da tropa escassa e desorganizada.

Já no dia 20 de setembro a revolução está vitoriosa em Porto Alegre. O presidente Fernandes Braga seguira para a Vila de Rio Grande, de modo que, a 21 de setembro, Bento Gonçalves da Silva entrava na Capital da Província, à frente

de suas forças. “As forças revolucionárias — conta o Sr. Assis Brasil — entraram na melhor ordem, hasteando a bandeira nacional, ornados os cavaleiros com as cores dela”.

Trinta e dois dias mais tarde, a revolução senhoreara toda a Província, sendo o presidente Braga forçado a embarcar para o Rio. Mas, como observa lucidamente Fernando Osório (pai), a Província inteira estava submissa ao Império. Nenhuma voz separatista se levantara entre os chefes do movimento. Se havia reivindicações republicanas nos seus dirigentes, a verdade é que as procuravam dissimular. Todos os manifestos coincidem na linguagem ordeira. Bento Gonçalves resumia o pensamento geral, quando declarava, no manifesto de 25 de setembro de 1835: — “Conheça o Brasil que o dia 20 de setembro de 1835 foi a consequência inevitável de uma má e odiosa administração; e que não tivemos outro objeto e não nos propuzemos a outro fim que restaurar o império da lei, afastando de nós um administrador inepto e facioso, sustentando o trono do nosso jovem monarca e a integridade do império”. Revoltava-se o manifesto contra acusações de que defendia ideais republicanos, dizendo: — “Respeitando o juramento que prestamos ao nosso código sagrado, ao trono constitucional e à conservação da integridade do Império, comprovareis aos inimigos de nosso sossego e felicidade que sabeis preferir o jugo da lei ao de seus infratores”.

Falava-se linguagem absolutamente idêntica na representação da Assembléia Provincial contra o presidente Fernandes Braga, e no qual se pedia apenas justiça, em nome de todos os riograndenses.

## O DESDOBRAMENTO DA REVOLUÇÃO

Encerrava-se, assim, auspiciosamente, a primeira revolução, iniciada a 20 de setembro e aplaudida pela quasi unanimidade da província. Vinha, sobretudo, das velhas queixas contra o governo nacional, o mal estar em face do desamparo em que a deixava a Corte, a indignação contra os proventos tirados da província sem atenção às suas dificuldades internas. Saint-Hilaire já nos proporcionara um quadro impressionante da situação, dizendo que os abusos haviam atingido o “ponto máximo, ou, melhor, tudo era abuso; os diversos poderes estavam confundidos, o dinheiro e os favores de tudo decidiam”. “A magistratura não tem probidade,



nem honra; os desgraçados apodrecem nas prisões sem julgamento; os processos são intermináveis, as leis se contradizem e, de qualquer modo que o juiz decida, pode sempre encontrar apoio em alguma lei. Os officios se multiplicam ao infinito, as rendas do Estado são dissipadas pelos empregados e favoritos, as tropas não são pagas, os impostos repartidos ridiculamente, o despotismo dos subalternos chega ao cúmulo, o arbítrio se introduzia por toda a parte e a fraqueza marcha ao lado da violência; nada que seja util consegue encorajamento". Devia haver no panorama alguma coisa de exagero, ou pelo menos, não seria de tudo responsavel a administração, mas, se a tendência dos governantes é deixar todos os males à conta de circunstâncias inelutáveis, o Povo tem inclinação natural para achar que o poder público é o culpado exclusivo de todos os seus sofrimentos. Pode-se imaginar, pela descrição do viajante francês, o que seria o espírito popular nesse instante, quando se iniciava o processo da emancipação. O 7 de Setembro não trouxe nenhuma alteração sensível quanto aos métodos de governo. Ao contrário, caberia ao Império agravar os ressentimentos gerais, com a irritação que a batalha do Passo do Rosário deixou no ânimo do Povo gaúcho. Ressurgiram as esperanças no 7 de Abril e muito cedo emurcheceram, na convicção de que todas as mutações não tinham força bastante para transpor a Lagoa dos Patos. Morriam à distância, se é que existiam. Os elementos que governavam eram sempre os mesmos, como também se mantinham inalteráveis os costumes políticos e as normas administrativas.

O presidente Fernandes Braga teve a inhabilidade de agravar o dissídio e de envenenar as queixas existentes. Os novos e os velhos ressentimentos conjugaram-se numa revolta armada, que foi o 20 de Setembro. E todos os fatores do movimento, o que havia de preocupação particularista, o que resultava da convicção da exploração governamental, o que representava o desejo de ascendência de algumas correntes locais, o que provinha das ideologias avançadas, o que representava o protesto contra a influência dos portugueses, todos os fatores se coligaram numa attitude, corporificando todos os males na pessoa do presidente Fernandes Braga, e acreditando que bastaria afastá-lo do cargo para que, de súbito, se corrigissem todos os defeitos e todas as calamidades e sofrimentos.



Os que no íntimo desamavam o movimento, aderiram sem reservas, convencidos do fato consumado. Os que podiam combatê-lo haviam emigrado, desamparados pelas forças que comandavam, e tocados menos pelo ímpeto dos revoltados que pela necessidade a que os reduziam as deserções em massa.

Pouco a pouco, porem, os assustados se reintegram no domínio próprio. E, como as revoluções só excepcionalmente estacionam na primeira conquista, não faltarão oportunidades à acção dos adversários, na evolução natural da nebulosa revolucionária. Por isso, quem de perto observa esses fenômenos políticos, pode ver que o que chamamos "revolução" é um conjunto de revoltas, ou de explosões sucessivas e nem sempre concordantes, resultantes do conflito de forças econômicas, sociais e políticas, que a insurreição desencadeou. No decênio farroupilha, por exemplo, destacam-se nitidamente tres acontecimentos distintos: o 20 de Setembro, o 9 de Dezembro de 1835 e o 11 de Setembro de 1836, sem falar nos conflitos internos, como seja a renúncia de Bento Gonçalves, e que vão modificando o sentido ou a natureza da revolta inicial. O 20 de Setembro congrega todos os desgostos, todas as queixas, todas as revoltas. É a nebulosa primitiva, com o seu contorno máximo, agremiando a quasi unanimidade da população riograndense. O 9 de Dezembro, mantendo a insurreição diante do novo presidente, Araujo Ribeiro, a quem se recusou permitir a posse perante a Câmara de Porto Alegre, denuncia a preponderância, pelo menos momentânea, da corrente mais exaltada, pelo que perde o apoio de elementos moderados, que se incorporam à facção de Bento Manuel Ribeiro. Dentro do bloco revolucionário diminue, com essa secessão, a influência dos moderados, mas não desaparece de todo, mesmo porque os exaltados vão sempre adiante das reivindicações satisfeitas. O coronel uruguaio don Manuel Britos escrevia a Oribe, em 5 de Dezembro de 1835, dizendo que Bento Gonçalves estava reunindo muita gente armada por aquelas paragens e que os riograndenses se haviam dividido em tres grupos: Uns desejavam — e entre eles, dizia Britos, figurava Bento Gonçalves, — a separação da província do restante do Império; outros pretendiam impor certas condições ao presidente Ribeiro; os demais queriam a União com o Império, embora sob a condição essencial de que fosse mudado o presidente Braga.

Aliás a corrente separatista não era ainda considerável. Aquela inclusão de Bento Gonçalves na fação secessionista não encontra apoio nos documentos da época, conquanto fosse provável que se utilizasse esse argumento para mais facilmente conseguir a boa vontade do governo uruguaio, que não deixaria de achar mais interessante a hipótese de desmembração. Dentro do Rio Grande, ainda nessa fase, a linguagem de Bento Gonçalves, como a do presidente em exercício, dr. Marciano Pereira, é francamente lealista. A proclamação da Assembléia Provincial, em 25 de Fevereiro de 1836, acusava Araujo Ribeiro de estar “fantasiando” a existência de um partido Republicano. Terminava com um “Viva à União e integridade do Império”, fórmula corrente nos papéis do tempo. A proclamação do dr. Marciano Pereira, em 14 de maio de 1836, não é menos explícita, quando acusa o presidente de ter “aventado a já sedida idéia de separação e república”. “E’ só contra ele e seus atrozes atos que o governo da Província empenha as armas e procura obter o triunfo da liberdade constitucional e a felicidade que lhe é conexas”. Acrescentava que um “presidente que encha os votos da Província, votos de Brasileira União, de paz, concórdia, esquecimento do passado e segurança no futuro é quanto desejamos, a Província reclama e tem pedido por meio de seus representantes”. No combate de Capão Bonito, em 22 de Abril de 1836, Onofre Pires fazia avançar as suas tropas “dando vivas à Nação Brasileira e à revolução de 20 de Setembro e a todos os livres amantes de sua Pátria”. O próprio Antonio Netto, em officio dos últimos dias de 1835, achava impossivel levantar no colo esse deminuto partido republicano, que aparece em Porto Alegre, com o intento de nos separar da associação brasileira”.

Esse era, já depois de 20 de Setembro, o parecer de Netto, quando já não devia haver nenhum interesse em dissimular propósitos de República e Independência, se tal fosse o pensamento inicial da revolução. Todavia, também deve parecer estranho que assim se pronunciassem os próceres, que pouco mais tarde patrocinariam a causa republicana. Como se explicaria tão rápida evolução?

Na história das lutas do decênio farroupilha, a fase mais interessante, como psicologia, é exatamente a da presidência Araujo Ribeiro. Decidem-se os acontecimentos numa trama sutil de idéias, de interesses e de forças, que se vão perder no segredo dos bastidores. O Partido Republicano

existia, mas não podia pretender grande influência, diante de facções mais poderosas, que o enfrentavam. Reunia alguns militares e alguns propagandistas, que encontravam eco em Porto Alegre, aplaudidos pelos adversários da coluna portuguesa, senhora do comércio local.

Mas o que torna considerável e muitas vezes decisiva a influência das correntes radicais, no processo revolucionário, é que os chefes do movimento precisam impedir a desagregação das forças sublevadas. Desde que os exaltados não hesitam em tomar atitude, sem medir consequências, o meio de evitar as cisões é caminhar no sentido das reivindicações extremistas. No caso da revolução farroupilha, a essa conveniência haveria que somar outra, de não menor significação; as relações com a política uruguaia. O apoio de Oribe foi um dos melhores aliados desse período revolucionário, mas não teria, de certo, a mesma boa vontade, se lá não acreditassem na possível mutilação do Império e na Proclamação da República, tanto mais quando a monarquia brasileira, nesse momento, era objeto de profundas antipatias no Rio da Prata.

Se Araujo Ribeiro houvesse falado linguagem de maior sinceridade, talvez conseguisse desarmar a coligação dos exaltados e dos moderados, que ainda persistiam no bloco revolucionário. Mas cobriu-se o presidente de tantas reservas, que a anistia prometida não surtiu efeito, pois parecia subordinada a condições, que todos teriam motivo para recear. Demais, não pleiteava a insurreição apenas o esquecimento do levante de 20 de Setembro. Pretendia, também, que a poderosa corrente liberal, responsável pela deposição de Fernandes Braga, usufruisse o prestígio e influência que lhe competiam, e que se evidenciasse na sua vitória nas eleições para juizes de paz e oficiais da Guarda Nacional, triunfo reconhecido pelo insuspeito Silva Pontes. A atitude de Araujo Ribeiro não tranquilizava e não satisfazia os sublevados, de modo que os receios subsistentes eram aproveitados e explorados pelas correntes radicais, que assumiam, por tudo isso, o comando dos acontecimentos.

Junte-se a irritação, que se foi desenvolvendo em correlação com a reação governamental, pois que o desespero tem a sua lógica, talvez desarrazoada, mas irresistível. Em meados de 1836, o debate com Araujo Ribeiro passa para o terreno das armas. A contra-revolução de Porto Alegre,

restituindo ao Império a capital da Província, era golpe demasiadamente rude, que os revoltosos não poderiam deixar de sentir. A irritação que daí lhes deve ter ficado soma-se logo ao estusiasmo de uma vitória esplêndida, no combate de Seival, levando os farrapos a caminhar até a última extremidade, com a Proclamação da República, e da independência da Província, a 11 de Setembro de 1836, quasi um ano depois da deposição de Fernandes Braga. Mesmo nesse momento, que deveria ser dionisíaco, para quem viesse acalentando, desde o começo, o sonho emancipacionista, não se esqueceu recordar, na justificativa da attitude, a alusão clara à contingência a que a reação reduzia os patronos do setembrismo: — ... “a Província do Rio Grande do Sul, dora em diante — dizia a proclamação de 12 de Setembro de 1836 — se constituia nação livre e independente, com o título de República Rio-Grandense, não só por ter todas as faculdades para se apresentar, entre as demais nações livres do universo, senão também obrigados pela prepotência do Rio de Janeiro, que por muitas vezes tem destruído seus filhos, ora deprimindo a sua honra, ora derramando o seu sangue e, finalmente, desfalcando-a de suas rendas públicas”. A expressão — “obrigados pela prepotência do Rio de Janeiro” — dá a medida da situação de necessidade, em que se encontravam os proclamadores da República e da Independência, em face da ação militar contra eles desenvolvida. A attitude era tão natural, que a transformação se operou sem difficuldades e sem conflitos.

Por pouco mais de oito anos, foi essa bandeira da República e da emancipação a que tremulou nas coxilhas gaúchas, refletida nas águas dos rios caudalosos, salpicada da espuma das ondas, nas aventuras marítimas, dilacerada pelos galhos das árvores, nas florestas quasi impenetráveis, sacudida pelas rajadas do minuano, alcançada pela ponta das lanças, ou pelo gume das espadas, nos entreveros vertiginosos, enobrecida pelo sangue generoso dos sacrificios, ora vencedora, ora vencida, mas sempre admiravel, como um emblema de heroismo, como um símbolo de epopéia.

Esse mesmo ano de 1836, da proclamação da República, não lhe foi favoravel, pois que ao triumpho, obtido em Seival succedia, pouco adiante, o desastre da ilha do Fanfa, em que Bento Gonçalves da Silva se rendeu, com todas as suas forças, no cerco de ferro em que o melera a perfidia de Bento Manoel Ribeiro. No começo de 1837, a situação era



aquela que Araripe nos descreve: — “Os rebeldes estavam uns presos, outros dispersos. Bento Gonçalves e Onofre Pires estavam no cárcere; Antonio Netto, David Canabarro e outros caudilhos importantes achavam-se na fronteira da vizinha República do Uruguai, onde se tinham abrigado”.

Nesse momento desesperado para a revolução é que aparece, no Rio Grande, o presidente Anthero de Brito e, acreditando que se não vencera ainda a revolução pela complacência dos chefes imperiais, inicia uma reação áspera, que, dentro em pouco, afasta de seu partido os melhores elementos de ação. A prisão de Anthero de Brito marca o início de uma fase próspera nos anais revolucionários, seguindo-se a capitulação de Caçapava. Os imperiais perdem a iniciativa dos movimentos, encurralados em Porto Alegre e nas vilas do Rio Grande e São José, enquanto a revolução, senhora absoluta de toda a campanha, fecha o assédio em torno da capital da província. Em 1838 melhora ainda a situação dos farrapos, com a vitória do Rio Pardo. A proclamação da República Juliana, em Santa Catarina, assinala o instante de maior pujança da revolução.

1840 será, entretanto, para os farroupilhas uma fase nefasta. Já não existe a República Juliana, mixto de arrojo guerreiro do Rio Grande e de entusiasmo liberal das populações catarinenses. A marcha de tropas imperiais que vinham do norte torna impossível a manutenção do cerco de Porto Alegre. A última tentativa para conservar o assédio desfez-se no combate de Taquarí. Daí começa a alargar-se pouco a pouco a zona imperial, num domínio que se torna estavel, quando pertence a Caxias a direção da guerra. E Caxias vence pelo cansaço, encurtando os recursos do adversário. Antes de Porongos, já os farrapos não dominavam nenhuma povoação da província. Porongos lhes arrebatava a última peça de artilharia, num parque outrora poderoso.

E' o fim. A 28 de Fevereiro Canabarro declara extinta a guerra.

## O SEPARATISMO, MEIO E NÃO FIM

Eis aí, Senhores, o acontecimento que ora nos congrega, sob o alto patrocínio do Instituto Histórico Brasileiro que, a respeito da revolução farroupilha, vem realizando conferências desde 1932, por intermédio de publicistas ilustres e



historiôgrafos respeitáveis, como os Srs. Souza Docca, Basilio de Magalhães, Rodrigo Octavio Filho, Alvaro Alencastre e Canabarro Reichardt.

Como, então? Um movimento separatista pode merecer esse cuidado de investigação, esse realce de comemorações continuadas? Estamos aqui para celebrar o esforço de brasileiros, que tentaram afastar uma de nossas províncias da comunhão brasileira?

Essas interrogações seriam aqui escusadas. Pela maneira como descrevi os sucessos, é evidente que considerei secundário o aspecto do separatismo. Mas não será fora de propósito insistir no assunto, com a oportunidade das excepcionais homenagens que o Brasil está rendendo aos descendentes dos farroupilhas, embora me pudesse dispensar desse trabalho o estudo que o Sr. Souza Docca estampou no último número da Revista do Instituto do Rio Grande do Sul: — “O sentido brasileiro da revolução farroupilha.” O judicioso e profundo historiôgrafo deixou a questão suficientemente elucidada.

Numa organização monárquica e unitária, a província que proclama a República, ou que desfralda bandeira federalista, terá forçosamente que se separar. Mas o separatismo terá sido exclusivamente o meio de chegar a uma determinada reforma política, que o resto do País não aceitava, ou que seria difícil fazer admitir a toda a comunidade.

O verdadeiro separatismo não precisará cobrir-se com a aparência de reformas políticas. O Brasil se emancipava de Portugal, sem querer chegar a um regime diverso de governo. Num caso, temos o separatismo como finalidade; noutro, será tão somente o meio, a forma prática da realização de um determinado programa.

Os farroupilhas não combatiam a nacionalidade, mas apenas o governo do Rio Grande. Chegaram à extremidade da independência, quando desesperados de outra solução, entregues exclusivamente à sorte das armas. Nem destoava o movimento dos que vinham ocorrendo por todo o País nem resultava de incompatibilidade de interesses entre a província e a comunhão brasileira.

Fixemo-nos nessas duas considerações, para um exame que esclareça a matéria.

## AS LIGAÇÕES DO MOVIMENTO FARROUPILHA COM O AMBIENTE BRASILEIRO

Rodrigo da Silva Pontes, na sua Memória tão interessante, apesar da parcialidade de suas manifestações, alude a que os “escritores mais ímpios e mais demagógicos do século dezoito corriam pela Província do Rio Grande do Sul, traduzidos em espanhol. “A frase poderia levar-nos a uma conclusão errônea, imaginando que, através do espanhol, houvesse o Rio Grande do Sul acompanhado tendências espirituais diversas daquelas, que se faziam sentir nas outras províncias brasileiras, quando a verdade é que, nesse ponto, não havia diferença entre todas elas. As influências políticas e filosóficas, que se exerciam no Rio Grande, eram as mesmas de todo o Brasil, eram as influências do século XVIII, com todas as suas indecisões e todos os seus arrojos, no fundo sensualistas, vindas diretamente de Locks, tocadas, todavia, do racionalismo voltaireano. Montesquieu, os Enciclopedistas e Rousseau acompanham a formação dessas gerações privilegiadas, que sabem conservar, dentro do materialismo do livre-pensamento, as vigorosas paixões libertárias e igualitárias, que agitam todo esse período de reivindicações humanas. Os novos doutrinadores franceses, que haviam orientado a construção monárquica na Restauração, Lanjuinais e Benjamin Constant, não são desconhecidos, e já haviam preponderado na elaboração de nossa primeira carta constitucional. Outra influência virá da Inglaterra, com Jeremias Bentham. Para o sr. Marius André, Bentham foi o escritor europeu que maior influência teve na nacionalidade americana, ou nas correntes políticas do começo do século XIX. Em alguns anos, segundo nos informa o escritor, venderam-se na América do Sul 40.000 volumes de uma tradução francesa de Bentham. Em 1832, aliás, sairá, de prelos olindenses, uma tradução portuguesa de sua “Tática das Assembléias Legislativas”.

Não se fazia a cultura, geralmente, do livro para o povo. Não era tão fácil a aquisição de livros. Incumbiam-se os jornais da função divulgadora, ou trazendo excertos dos escritores em voga, ou comentando os acontecimentos da época, à luz de seus ensinamentos e princípios.

O 7 de Abril deu maior intensidade ao movimento de idéias. Com a abdicação, passando o cetro às mãos de um menino de 5 anos, experimentava-se uma espécie de colapso

na governação do país. Estavamos naquela situação de caos maravilhosamente descrita no livro clássico de Justiniano da Rocha, dividido o povo entre dois sentimentos, um de aversão ao português, outro de entusiasmo pela República, “apresentada francamente, nos últimos dias do reinado, sob o véo transparente da federação e que, na política ativa e de combate, se havia substituído ao pensamento liberal”. Tudo se centralizava na Câmara, resignando-se o Senado a uma função secundária. “Regência, Ministério, tudo era a Câmara”. “Fora do Parlamento, a opinião inflamava-se em todos os devaneios de uma imprensa, em que o talento do político e até a habilidade do escritor eram substituídos pela fúria da paixão, pela violência do estilo e pelas ameaças da subversão; a federação, a deportação e a proscrição dos nascidos em Portugal eram constantemente reclamados e, no meio dos fúnebres delírios, até se apresentou um monstro incompreensível, com o título de grande Guatemozim nacional, que devia operar o milagre de enriquecer a todos os pobres pela divisão das propriedades.”

Esse era o panorama, em todo o país. Raríssimas as províncias que, nessa fase do 7 de Abril à maioria, não conheceram o amargor das sublevações militares, o resaiço das lutas de classe. O Pará se dilacerava nas batalhas de rua entre a plebe e a burguesia portuguesa, que se assenhoreara do comércio local. No Maranhão, aos motins militares sucedia a Balaiada, revolta sinistra da vasa tumultuária. Pinto Madeira agita o sertão cearense. Pernambuco experimenta as agitações, que vão da Setembrizada à Cabanada. Para a Baía não faltaram insurreições e motins, destacando-se, em 1837, o movimento da Sabinada. Minas Gerais presenciou a insurreição de Ouro Preto. Até em Mato Grosso foi explodir o fermento revolucionário, em atentos contra os portugueses numa demonstração cujos fatores decisivos se encontram menos na diversidade de nacionalidade, que no choque de interesses entre a massa proletária, semi-escrava, e a arrogância dos senhores quasi-medievais, ou a exploração da burguesia comerciante. Ao lado desses ressentimentos de classe moviam-se as forças particularistas, em cuja preponderância Oliveira Lima enxergou a característica do século XIX, na história de todas as pátrias sul-americanas.

Em que a luta dos Farrapos se diferencia desse panorama de todo o Brasil? Obedece às mesmas causas e aos

mesmos fatores, que determinaram as explosões nas outras províncias. Por que, pois, atribuir a formação da Revolução de 1835 à influência do Prata, se temos aqui, dentro do Brasil, tantos casos idênticos, tantas sublevações orientadas pelo mesmo sentimento particularista e pelas mesmas forças econômicas e políticas?

Certamente, a proximidade das Repúblicas platinas representava fatores novos, que não deixariam de repercutir nos acontecimentos da coletividade rio-grandense, mas nunca de forma preponderante, nunca de modo a arrebatrar essa Província ao sistema político brasileiro, para enfeudá-la ao grupo de nacionalidades e aos interesses e inconveniências do Rio da Prata. Basta considerar os propagandistas, as sociedades secretas e o jornalismo, para verificar que tudo se vincula ao Rio de Janeiro, que tudo se prende ao conjunto de acontecimentos de todo o Brasil.

Entre os propagandistas encontramos José Antonio Caldas e o tenente Alpoim. O padre Caldas, alagoano, é hoje considerado como o elemento de ligação entre a Revolução dos Farrapos e a Confederação do Equador, tendo sido parte de ambas e levando ao sul o entusiasmo de sua pregação libertária. Já os srs. Aurelio Porto e Alcides Bezerra deixaram perfeitamente nítida essa ligação que aproxima, através da enorme distância territorial, os surtos democráticos das duas valorosas províncias sublevadas. As memórias dos contemporâneos, sobretudo a de Silva Pontes, não haviam esquecido a influência desse intrépido alagoano.

E' verdade que o padre Caldas se incorporara ao séquito de Lavalleja, mas nem por isso lhe podemos atribuir feição platina, se considerarmos que as idéias por que então se bateu, no Rio Grande, eram as mesmas que o haviam levado a pelejar pela Confederação do Equador. Já na Constituinte de 1823 havia figurado entre os votantes do dispositivo, que mandava fossem escolhidos pelo povo os presidentes e governadores das armas nas províncias. Mal aparece nos debates daquela assembléia, mas o seu voto está sempre ao lado das correntes avançadas.

Outro propagandista é o tenente Luiz José dos Reis Alpoim, "que talvez representava naquela cidade (Porto Alegre) os clubs revolucionários do Rio de Janeiro", escreve Silva Pontes. O Sr. Aurelio Porto, cuja autoridade nesses assuntos lhe foi atribuída pelos seus excelentes estudos e exaustiva investigação, observa a respeito: "Pode-se afirmar



que data da chegada de Reis Alpoim a organização partidária desse grupo de liberais, que recebeu a denominação de Farroupilhas, isto é, no ano de 1832”.

O quadro das sociedades secretas é o mesmo de todo o Brasil: a Sociedade Militar procurando congregar os elementos do chamado partido retrógrado; as Sociedades Defensores da Independência reunindo — a exemplo do que Evaristo fizera no Rio de Janeiro — os partidos responsáveis pelo 7 de Abril. A Sociedade Federal, que aparece, em diversas províncias, congregando os arautos do partido exaltado, surge no Rio Grande com a denominação de “Continentino”, cujo organizador era o major José Mariano de Mattos, transferido em 1831 para aquela província. Matos e João Manoel de Lima e Silva, antigos farroupilhas do Rio de Janeiro, prosseguem no Rio Grande a pregação de suas idéias, inclinadas à defesa da Federação. Não se limitava o movimento à capital da Província, havendo sociedades secretas também em Pelotas, no Rio Pardo e na vila do Rio Grande, filiadas à denominação de Defensores da Independência, mas parecendo menos órgão dos moderados que do partido exaltado, ou federalista.

Os próprios jornais riograndenses sustentam as mesmas causas e controvérsias, que agitam todo o País. As aspirações e os protestos são idênticos, mudando tão somente o nome dos governantes e a forma dos agravos. Apenas se poderia notar o desfalecimento progressivo do partido moderado, pouco a pouco absorvido pela doutrinação dos exaltados. Não faltam, entretanto, aproximações com o Rio de Janeiro. De uma das folhas gauchas, é redator José Apolinário Pereira de Moraes, que trabalhara na “Aurora Fluminense”, de Evaristo da Veiga. O fundador de “O Continentino” era João Manoel de Lima e Silva, que para ele levava um pouco das campanhas ardentes do Rio. Outra folha adotara o título famoso do periódico de Cypriano Barata. Era a “Sentinela da Liberdade na Guarita ao Norte da Barra do Rio Grande de São Pedro”, irmã gêmea daquela “Sentinela da Liberdade na Guarita de Pernambuco”, na qual o ardente agitador baiano liderava as correntes populares contra as influências portuguesas, que haviam sobrevivido à emancipação, e irmã gêmea, também, das folhas que iam acompanhando a existência atribulada e perseguida de Barata, nesse período da Regência: “Novo Sentinela da Liberdade na Guarita do Forte de São Pedro na Baía de Todos os Santos” e “O Sentinela da Liberdade na sua primeira guarita, a de Pernam-



buco, onde hoje brada — Alerta, Federal”. A Sentinela de Porto Alegre mudou de orientação, mas o seu título continuava a recordar as campanhas de Barata, cuja influência era tão grande, que explica, em manifestações populares de 1832, vivas ao seu nome, nas ruas da capital sulina.

Se houvesse dúvidas a respeito dessa filiação ou concordância ideológica, entre a província extremenha e a nacionalidade brasileira, bastaria, para demonstração concludente da tese exposta, a circunstância de não haver aparecido, naquela província, nenhuma folha, com o título do partido exaltado. E' no Rio de Janeiro que circula, entretanto, de 1831 a 1832, “A Matraca dos Farroupilhas”, sustentando idéias federalistas, que nesse momento se propagam de norte a sul, muitas vezes de envolta com a propaganda republicana, como nas folhas que Antonio Borges da Fonseca fazia circular em várias províncias do norte.

Nem surpreende o quadro, se se considerar o próprio debate para a revisão da Carta Constitucional, desde 1831 até à aprovação do Ato Adicional. Emendas radicais foram apresentadas e defendidas dentro da Câmara, como, por exemplo, a emenda que mandava considerar temporária a função suprema do governo, depois da morte de Pedro II, idéia curiosa e, sem dúvida, pitoresca, se considerarmos que já se legislava para o caso da morte de um imperador, que andava então pelos seis anos. As aspirações federalistas inspiravam o primitivo projeto de reforma e, embora sob a forma de uma transação, haviam chegado ao Ato Adicional, que só não teve maiores virtudes apaziguadoras pela insatisfação das correntes radicais, que, diante dele, experimentaram a mesma decepção, que já o 7 de Abril lhes havia deixado. Note-se apenas que esse desgosto não se reduzia ao território gaúcho, pois que lavrou, como incêndio pertinaz, por todo o Brasil, sobrevivendo a própria maioridade.

Não se encontraria tão grande e expressiva identidade de aspiração comparando os acontecimentos do Rio Grande do Sul com o que ocorria nas Repúblicas platinas. O Uruguai e a Argentina só interessavam ao Rio Grande no aspecto das alianças e auxílios, para fortalecimento da ação política dentro da província. Porque diante do Prata, sempre se considerou estrangeiro o Rio Grande. Aquela resposta de Marciano Pereira, quando consultado sobre o plano de Lavalleja, para a composição de um Quadrilátero, em que se confederassem o Uruguai, o Rio Grande, Corrientes e Entre

Rios, tem alcance que não pode ser desprezado. “O movimento riograndense não deve perder o seu caracter eminentemente nacional; deve apoiar-se em elementos e em política essencialmente brasileiros”, dizia ele. A rivalidade com os platinos era secular, alimentada por uma sucessão de lutas esforçadas, e não teria motivo para esmorecer quando se considerava a desordem uruguaia e a tirania de Rosas. Mesmo depois de Seival, o esforço não é para uma federação com os Estados platinos. O manifesto de Bento Gonçalves, em setembro de 1838 deve ser entendido como um apelo às demais províncias brasileiras, para que se incorporassem, por meio de reformas políticas, ao sistema republicano, a que se haviam votado os farroupilhas. Trata os brasileiros como compatriotas e irmãos, nem teve outro intuito a campanha catariense, senão abrir facilidades à aproximação das outras províncias brasileiras. Considerada em conjunto, a política dos farrapos obedece a dois objetivos essenciais: conseguir auxílios, no sul, para a sustentação da luta e obter, no norte, o restabelecimento da integridade brasileira, sob os auspícios de uma República federativa.

Esse duplo sentimento, que os afasta do sistema político dos Estados do Prata e que os aproxima dos irmãos brasileiros, mesmo na hora dramática e desesperada da guerra civil, tem um sentido tão poderoso de nacionalidade, que somos levados a meditar, com os Srs. Brunhes e Vallaux, aquela magnífica lição de geografia política, quando nos descrevem o que denominam as “fronteiras de tensão”. “Nas fronteiras terrestres, traçadas através regiões dessa natureza (regiões de povoamento e de riqueza), os obstáculos naturais, as mais das vezes, são raros, ou insignificantes; as comunicações entre os grupos que habitam dos dois lados do limite do Estado são numerosas; múltiplas relações de negócios, de interesses e de sentimentos passam, sem cessar, entre os sinais da demarcação; de um e outro lado compõem-se os agrupamentos de homens que têm, mais ou menos, os mesmos costumes e o mesmo gênero de vida, que muitas vezes falam a mesma língua, ou que, ao menos, sabem usar das duas línguas nacionais dos Estados contíguos. Entretanto, uns e outros obedecem a chefes diferentes; uns e outros têm, respectivamente, instituições próprias, códigos de leis e sistemas de impostos distintos; ao primeiro sinal, os vizinhos pacíficos tornam-se furiosos inimigos”.

## ASPECTOS POLÍTICOS E ECONÓMICOS

Não tenhamos, pois, nenhuma hesitação em proclamar: o que estamos aqui comemorando é uma revolução brasileira. Enquadra-se nos acontecimentos da época, representando reivindicações, que, pelas outras províncias, encontravam o mesmo entusiasmo e a mesma dedicação.

“E’ convicção minha — dizia, em 1882, o Sr. Assis Brasil — que as revoluções mais importantes que abalaram o país, tiveram como causa principal a necessidade do estabelecimento do sistema racional da Federação, que também se pode chamar sistema da liberdade, porque a liberdade é a ordem, de acordo com as prescrições de natureza. A revolução riograndense, que deu em resultado a República, é, neste sentido, a mais característica”.

Também o Sr. Levi Carneiro já nos ensinou:

— “O Federalismo resume o mais largo trecho de nossa história política. E’ o objetivo constante, inevitável, de toda a nossa evolução política de quatro séculos. E’ a preocupação dominante do país — retardada, dissimulada, sufocada e, afinal, satisfeita. E’ a solução necessária do problema de nossa organização política. E’ a salvação da unidade nacional. E’ a garantia do progresso nacional”.

Sobretudo, salvação da unidade nacional. Os males governamentais, os erros da administração, no período unitário, são forças de desagregação, num país enorme como o Brasil, considerados os interesses diferentes, a índole particular de cada região, a economia distinta.

Não faltaria, aliás, a todos esses surtos revolucionários, um certo cunho nacionalista. O grito do Ipiranga não deixara de ser uma aparência, pois que, dentro do Brasil, continuavam as duas populações — a brasileira e a portuguesa — na mesma dependência da era colonial. O português representava, ainda, a burguesia abastada, sujeitando a pequena burguesia das cidades, e até os proprietários rurais, ao domínio exigente dos capitais que havia acumulado, situação ainda mais vexatória, quando se considera que essa dependência alcançava elementos brasileiros, convencidos de que eram os senhores do país.

Sentindo, dessa forma, o guante lusitano, supunha o brasileiro que tudo se deveria atribuir à proteção de Pedro I, naturalmente defensor de seus patrícios.

No trabalho contra o primeiro monarca, acendem-se ódios, que parecem apenas de nacionalidade, mas que em verdade se estruturam profundamente à situação econômica dos pelejadores. A noite das garrafadas é episódio típico desse estado de espírito e explica, muito bem, por que foi o partido exaltado que conduziu o 7 de Abril.

A abdicação e a Regência despertaram a esperança de que se modificasse o panorama. Sentindo que havia de novo falhado a independência, que desejava encontrar objetivada nas relações comuns da existência, as classes inferiores se rebelam em impressionantes *jacqueries*, que dão ao período regencial o relevo de uma das mais sérias crises sociais por que tem passado o Brasil.

No Rio Grande do Sul a revolta apresenta aspectos que não devem ser omitidos. Pela sua feição de “ponto estratégico”, proficientemente descrita pelo Sr. Salis Goulart, tivera organização militar, que impressionava todos os viajantes estrangeiros.

Saint-Hilaire, notando que naquela capitania só tinham estima e consideração os galões e postos militares, acrescentava que um comandante superior poderia fazer mover-se, no sentido do acréscimo de sua fortuna, uma autoridade quasi ilimitada.

Ora, sucedia que essa autoridade exorbitante cabia, frequentemente, a oficiais portugueses.

Mostra-nos o insuspeito Araripe que o partido retrógrado era composto de antigos generais de origem portuguesa, ajudados pelos patrícios, que no comércio haviam adquirido fortuna.

O Visconde de S. Leopoldo nos confirma indiretamente a apreciação, vendo na revolução de 1835 uma revolta contra os potentados. Apenas não poderia perceber, pelo exagero de suas paixões reacionárias, que havia forças numerosas e distintas dentro das fileiras revolucionárias.

Havia, inicialmente, o partido militar brasileiro, formado de oficiais de outros Estados, como João Manuel, José Mariano de Matos, Alpoim, Antonio de Araujo Correia, Pedro de Araujo Correia, Ulhôa Cintra, Souza Cabral, aliados a oficiais rio-grandenses de extraordinária influência, para não citar senão Bento Gonçalves da Silva, a figura central de todo o movimento e cuja autoridade resultava não sómente de ligação de família, como de sua extraordinária ascendência pessoal.



Some-se ao elemento militar a influência de grandes famílias, se é que não está esse fator incluído no partido militar.

O Sr. Aurelio Porto já salientou que eram primos os tres fautores do 20 de Setembro: Bento Gonçalves, Jardim e Onofre.

Essas grandes famílias dominavam extensão considerável das estâncias gaúchas, e expressavam queixas, que se inscreveram no primeiro manifesto de Bento Gonçalves:

— “Não contente o partido retrógrado — dizia ele — de apresentar, em seus imundos periódicos, aos nossos honrados e industriosos camponeses, como sepultados nas trevas da mais crassa ignorância, como ineptos para defender seus interesses políticos, e apelidá-los bárbaros, pobretões e proletários, projetou sobrearregá-los com um novo e oneroso imposto de dez mil réis anual sobre cada légua quadrada, imposto contrário aos princípios de economia política, imposto injusto e cruel”.

Invoca-se também a tributação exagerada sobre vários artigos da produção rio-grandense, os quais sofriam a dízima dentro da província e ainda pagavam, nas outras províncias que os adquiriam, imposto de importação.

Outra circunstância a ponderar era o declínio rápido da produção de trigo que chegara a algarismo expressivo das possibilidades excepcionais dessa cultura.

Aos militares, aos estancieiros, juntaram-se elementos da pequena burguesia, grande parte do clero, médicos, boticários, professores e pequenos negociantes.

A todos arrastava a invencível sedução das fórmulas federalistas, o encanto das conquistas democráticas, o sentimento particularista, que desejava para o Rio Grande uma forma de governo, que desse margem à expansão de sua maravilhosa vitalidade.

E a popularidade da causa era tão grande, e fundada em razões de tal ordem, que foi necessário empenhar na luta mais de metade do exército brasileiro, cem milhões de cruzados se consumindo nas despesas da guerra. E para acabar com a luta, as armas não chegaram. Foi preciso recorrer ao sentimento brasileiro, que ainda não se havia esgotado no coração generoso dos guerreiros farroupilhas. Foi preciso agitar, diante deles, a ameaça de uma nação estranha, que havia de tirar partido da divisão dos brasileiros...

Em verdade, se o pavilhão nacional por um momento deixou de tremular sobre as coxilhas e sobre aqueles pampas



“mais, unidos que as planícies de Bauce”, nunca cessou de existir, para o amor leal e varonil dos combatentes farroupilhas.

#### REVOLUÇÃO BRASILEIRA E TRIUNFO BRASILEIRO

Eis que por hoje, em todo o Brasil e, sobretudo na valerosa Porto Alegre, se irmanam, também, todos os brasileiros, os descendentes das famílias, ou dos guerreiros que se combateram no decênio heróico. Já veio, para essas pelejas, aquela anistia mais ampla e mais alta, que o tempo nos ensina. Podemos glorificar os que lutaram em campos opostos, Bento Gonçalves, ou Caxias, Canabarro, ou Bento Manuel, Neto ou Francisco Pedro, João Antonio da Silveira ou Manuel Marques de Souza, João Manuel ou Silva Tavares. Ao lado de Joaquim Teixeira Nunes, de Onofre Pires, de José Gomes Portinho, de José Mariano de Mattos, de Manuel Lucas, de Côrte-Real, de Jacyntho Guedes e tantos outros, podemos lembrar o esforço e o merecimento, a bravura e o patriotismo que também não faltaram a Antonio de Medeiros Costa, a Osorio, a Santos Loureiro, a José Joaquim de Andrade Neves, aos Mena Barreto, a Bonifacio Calderon, a Jeronymo Jacyntho, ou Agostinho Gomes, sem falar nos civis, entre os quais seria injustiça esquecer aquele grande mineiro, que foi Domingos José de Almeida. Glória, também, aos bravos marujos de um e outro lado, a Garibaldi e a Greenfell, e aos seus denodados companheiros, para todo o sempre irmanados na eternidade.

Para o louvor da valentia incomparavel dos lutadores fale por todos Garibaldi, que entre eles viveu algum tempo de sua existência meteórica: — “Esse passado de minha vida — dirá ele mais tarde — se imprime na minha memória como alguma cousa de sobrenatural, de mágico, de verdadeiramente romântico”. “Eu vi corpos de tropas mais numerosos e batalhas mais disputadas, mas nunca vi, em nenhuma parte, homens mais valentes, nem cavaleiros mais brilhantes que os da bela cavalaria rio-grandense, em cujas fileiras aprendi a desprezar o perigo e a combater dignamente pela causa sagrada das nações.” “A meus companheiros de armas, continuava Garibaldi, por mais de uma vez tenho recordado tanta bravura nos combates, quanta generosidade na vitória, tanta hospitalidade quanto afago aos estrangeiros, e a emoção que minha alma, então ainda jovem, sentia na presença e na majestade de vossas florestas, da formosura de vossas campi-

nas, dos viris e cavalheirescos exercícios de vossa juventude corajosa; e repassando, pela memória, as vicissitudes de minha vida no Rio Grande, em seis anos de ativíssima guerra, e de prática constante de ação magnânima, como em delirio brado: — “Onde estão agora esses belicosos filhos do Continente, tão majestosamente terríveis nos combates? Onde Bento Gonçalves, Neto, Canabarro, Teixeira e tantos valerosos, que não lembro?”

Que voz mais expressiva e mais eloquente poderia dizer, com vigor melhor, o elogio dessas façanhas?

Quando penso no conjunto dos sucessos, que se colocam entre 20 de setembro de 1835 e 1 de março de 1845, tenho a convicção de que dia a dia o tempo irá criando, na tradição popular, racontos que, como as canções medievais, guardem para as gerações vindouras a memória desse ciclo da Távola Redonda, que ha de povoar, com figuras eternas, os campos ridentes e as coxilhas mansas e os bosques redondos que, como ilhotas de um verde mais escuro, enfeitam a planície enorme dos Pampas. Ha muito de sobrehumano nesse esforço guerreiro de dez anos, sob o esplendor de uma bandeira de reivindicações políticas, que o tempo haveria, muito depois, de consagrar para sempre.

Conservam as crônicas medievais a lembrança dos companheiros do Rei Arthur, e narram a solenidade do juramento, quando todos os guerreiros empenharam a existência, com a obrigação de descobrir a eterna verdade do Graal. Vão aparecendo, uma a uma, essas figuras lendárias, com os nomes sonoros, Gallaad, Lancelote, Messire Gauvain, Ivan o Grande, Percival, Bohor, Heitor des Mares, e tantos, tantos outros, pois que eram cento e cincoenta. E entre todos eles, nota o cronista maravilhado, não havia nenhum covarde.

Nos Pampas, juraram pelejar pela verdade de sua fé, milhares e milhares de homens e também, entre eles, não havia nenhum covarde. Essa Távola Redonda de S. Pedro do Rio Grande do Sul excede, na sua realidade, a imaginação e a fantasia dos menestreis medievais. A um século de distância, já tem o fulgor das lendas que se não apagam. E' tão forte a impressão que nos deixa, que chegamos a ver, diante de nós, o desfile fantástico dos heróis, com as suas esperanças e com a sua bravura.

A frente de todos marcha Bento Gonçalves. E' o chefe pela coragem e pelo descortino, guerreiro e homem de estado, sabendo falar todas as linguagens, a do desafio e a da abnegação, a do estímulo e a da justiça. O que ele vem

comandando, nessa marcha fantástica, não é um exército humano. É um desfile de epopéias. E vão passando as figuras lendárias, o garboso Côrte-Real, o denodado Neto, cuidadosos ambos, como verdadeiros gaúchos, dos arreios de prata, com que sofriam a ardega montaria; Canabarro, guerreiro esplêndido, que deixou nas serras do norte a impressão indelevel de uma travessia espantosa, vencendo, mais que tudo, as águas fluviais, que em corrente se despenhavam das montanhas, em pleno rigor da estação hibernosa, os gaúchos de Jacintho Guedes com a sua flâmula provocadora, semi-bárbaros, mas invencíveis, usando ao entrar nos entreveros, um grito de guerra, como não o teriam mais atrevido os paladinos medievais. “Eu sou do Guedes. Morro seco, mas não me entrego”. Vemos passar aquelas carretas, em que se transporta, de uma vila para outra, o arquivo do governo republicano, quando a situação da luta lhes trouxe a necessidade dessa cousa inacreditável: uma capital itinerante, que vae levando, pelos caminhos dos Pampas, a glória de uma resistência sobrehumana. E aquele Tobias dos Santos, que para não ser agarrado com as cartas que levava, prefere por a pique o barco que o conduzia, arrastando consigo, para o abismo fatal, toda a família, alguns filhos, uma criança de seu próprio sangue e que apenas contava alguns dias de vida. E aquela gente incomparavel, transportando os lanchões de Garibaldi, um deles de 18 toneladas, amarrando-os a carretas, abrindo picadas na selva, para cobrir depois 54 milhas de percurso, com as juntas de bois, que vão lentamente arrastando, para as praias do Atlântico os navios fantasmas, que passam cobertos de ramos de árvore, numa paisagem morta, sobre charnecas movediças, junto das dunas de areia da restinga esteril.

Vão com eles, nesse desfile, os adversários magníficos, diante de todos Caxias, que tinha, na frase de Araripe, a maior de todas as coragens; a coragem da generosidade. Seguem todos marcialmente, como sombras enormes, que ainda conservam o garbo e a firmeza de centauros redivivos.

A frente estão as bandeiras, desfraldadas, o pavilhão tricolor dos farrapos e o auri-verde pendão nacional. Tão perto estão uma da outra, que o sopro das ventanias mansas é bastante para agitar o pano dos estandartes. Já se tocam os dois pavilhões; entrelaçam-se, misturam-se, confundem-se, reduzidos a uma bandeira única. E o amarelo e o verde da bandeira do Brasil parecem mais nítidos e refulgentes, pois que se renovaram com o ouro dos sacrificios humanos e com o verde dos pampas heroicos.

Senhores, glorifiquemos a abnegação, a bravura, o ci-vismo dos farroupilhas. Glorifiquemos a energia e o des-temor dos que com eles se bateram, uns e outros fiéis aos seus princípios e ideais. Através dessas lutas e dificuldades, o Brasil parece-nos maior, e aprendemos a confiar no seu futuro, pela certeza de que, acima de todas as divergências, e de todas as paixões, o coração brasileiro nunca esquecerá o caminho florido da fraternidade. Nem foi outro o vencedor, nessas pugnas extrênuas, senão esse, Senhores meus — o coração brasileiro (*Calorosos aplausos.*)

O sr. Manoel Cicero (*Presidente*) antes de levantar a sessão anunciou que a sessão magna do 97º aniversário do Instituto se realizará a 21 de Outubro e que a 12 de Dezembro o sr. Tavares de Lyra, segundo vice-presidente, realizará uma conferência sobre o conselheiro João Alfredo Corrêa de Oliveira data centenária do seu nascimento.

Levantou-se a sessão às 18 e meia horas.

Luiz Felipe Vieira Souto, *Segundo secretário.*

#### SESSÃO MAGNA COMEMORATIVA DO 97º ANIVERSÁRIO DA FUNDAÇÃO (SESSÃO 1.612) EM 21 DE OUTUBRO DE 1935.

PRESIDÊNCIA DO SR. RODRIGO OCTAVIO DE LANGGAARD MENEZES  
(3º *Vice-Presidente*)

As 17 horas abriu-se a sessão com a presença dos seguintes sócios: Rodrigo Octavio de Langgaard Menezes, Benjamin Franklin Ramiz Galvão, Max Fleiuss, Luiz Felipe Vieira Souto, Nicolau J. Debané, Liberato Bittencourt, José Wanderley de Araujo Pinho, Braz Hermenegildo do Amaral, José Maria Moreira Guimarães, Raul Tavares, João de Oliveira Sá Camelo Lampreia, Manuel Tavares Cavalcanti, Alexandre Emilio Sommier, Lucas Alexandre Boiteux, Ramon J. Cárcano, Alfredo Ferreira Lage, Virgilio Corrêa Filho, Federico Lunardi, Emilio Fernandes de Souza Docca, José Mattoso Maia Forte, Theodoro Sampaio, Pedro Calmon Moniz de Bittencourt, Rodrigo Octavio Filho e Antonio de Barros Ramalho Ortigão.

O sr. Rodrigo Octavio (*Presidente*) convidou o sr. capitão de mar e guerra Americo Pimentel para tomar assento à sua direita na mesa, como representante do Sr. Presidente da República.



O sr. Rodrigo Octavio (*Presidente*) pronunciou as seguintes palavras:

No impedimento do egrégio titular desta cadeira, cabe-me a honra insigne de o substituir, e não me é possível ao dar início aos trabalhos da sessão magna de hoje, deixar de elevar para ele meu pensamento, numa enternecida homenagem de respeito e da mais subida admiração.

Ha quasi um quarto de século, desde 1912, o Conde de Affonso Celso preside o brilhante e fecundo desenvolvimento desta Casa, numa assiduidade vigilante e proveitosa, que, ora, se interrompe pela primeira vez, bem a pesar seu, por força de lamentavel incomodo de saúde.

Para os que trabalham nesta Casa, acostumados a ser levados por sua mão, orientados por seu espírito, iluminados por seu talento, essa ausência nos é profundamente sensível, não só porque ele soube de cada um de nós fazer um devotado amigo, que se aflige com seus sofrimentos, como porque sua presença, seus conselhos, sua perseverança, seu exemplo nos fazem falta.

Para vós todos que o conheceis e sabeis o quanto vale e o que, numa longa existência, tem feito, nas diversas esferas da atividade intelectual, ele se apresenta, sem dúvida, como uma das mais significativas expressões de nossa mentalidade e de nossa cultura.

Para seus companheiros de trabalho neste Instituto, alem de tudo isso, ele é o chefe, ele é o guia, ele é o animador.

Para o Conde de Affonso Celso elevamos, neste momento, nbsso espírito, entristecidos pela sua ausência, mas confortados pela segurança de que esses males de hoje hão de passar e que, em breve tempo, ele reverterá ao posto a que tem sabido emprestar um prestígio sem par.

Meus Senhores: Comemora hoje o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro a passagem do nonagésimo sétimo aniversário de sua fundação. Decorridos mais tres anos, completará ele o centenário de uma vida de esforço, de dedicação, de entusiasmo, sem interrupção, sem vacilações, sem arrefecimento.

E' preciso que o Brasil inteiro, numa unidade significativa, se prepare para celebrar esse notavel acontecimento. E' incalculavel o acervo de serviços que o Instituto, em sua longa existência, tem prestado ao Brasil, na pesquisa, na seleção, na elucidação de elementos para o conhecimento completo e perfeito de sua História.



O Brasil está na obrigação de pagar tão assinalados serviços prestados com exemplar desinteresse, como reconhecimento solene de sua benemerência. (*Aplausos*).

Declarou, em seguida, aberta a sessão.

Teve depois a palavra o sr. Max Fleiuss (1º *Secretário perpétuo*), que leu o seguinte Relatório:

Completa hoje o nosso Instituto mais um aniversário — o nonagésimo sétimo, e cabe-me apresentar-vos o relatório do último período social, desde a sessão magna de outubro de 1934.

E' a vigésima nona vez que cumpro esse dever, sem dúvida relevante, refletindo uma série de esforços, para secundar a ação benemerita do nosso Presidente Perpétuo, Affonso Celso.

Durante uma administração de 23 anos, é esta a sua primeira ausência em dia tão solene. Mercê de Deus o estado de sua preciosíssima saúde vai readquirindo a robustez e vitalidade o que muito nos anima.

Estou certo de que neste instante todos me acompanham no voto sincero para que em breve possamos ver de novo em sua curul presidencial a figura atraente, ilustrada e boníssima de Affonso Celso.

O Instituto, neste ano, seguiu o exemplo dos que o antecederam na exação integral de suas nobres tarefas.

### SESSÕES

Realizaram-se dez sessões, sendo uma extraordinária, cinco especiais, quatro ordinárias e, além delas, uma assembléia geral.

A sessão extraordinária foi a 27 de Outubro de 1934 na qual foi eleito sócio honorário o eminentíssimo senhor cardeal Manoel Gonçalves Cerejeira, patriarca de Lisboa.

A primeira especial, a 30 daquele mês, teve como objeto a recepção do mesmo sr. cardeal, nela usando da palavra o Presidente Perpétuo, sr. Conde de Affonso Celso, o cardeal Cerejeira e o orador perpétuo, sr. Ramiz Galvão.

A segunda especial, a 15 de Dezembro, comemorou a data centenária do natalício do conselheiro Rodrigo Augusto da Silva, cabendo-me tratar daquele prestigioso estadista do segundo reinado.

Falou igualmente o sr. Conde de Affonso Celso sobre o mesmo assunto, e quanto à inauguração do busto de von

Martius, no Jardim Botânico, felicitando também o sr. Raul Lello, da conhecida casa editora do Porto.

Ainda nessa sessão foram eleitos socios correspondentes os srs. Joaquim de Souza Leão, Paulo Setubal, Vicente de Paulo Vicente de Azevedo, Antonio Augusto Mendes Corrêa, Carlos Viegas Gago Coutinho e Armando de Mattos.

Na Assembléia Geral de 15 de Abril de 1935 foi elevado a sócio benemérito o correspondente sr. Ramon J. Cárcano, que pertence ao Instituto desde 1º de Agosto de 1910.

Foi apresentada uma proposta, indicando o monsenhor Federico Lunardi para sócio correspondente, sendo também aprovadas as contas relativas ao ano de 1934, já anteriormente sancionadas pela comissão fiscalizadora do Ministério da Educação.

A primeira sessão ordinária efetuou-se a 15 de Abril e, além das palavras do sr. Conde de Affonso Celso sobre o *Dia da América* o sr. Manoel Cicero dissertou sobre essa efeméride.

A 28 de Maio realizou-se a segunda sessão ordinária, fazendo o nosso ínclito Presidente referência ao centenário do nascimento do general João Severiano da Fonseca, que foi 1º secretário, 3º, 2º e 1º vice-presidente e cujo proceder, quanto à pessoa de D. Pedro II, por ocasião do advento da República, confirmou as notabilíssimas qualidades de character dessa illustre figura do cenário nacional e da nossa companhia.

Aludiu também o sr. Affonso Celso ao falecimento do major Henrique Silva, tão dedicado aos assuntos de seu torrão natal, Goiaz, e ardor do interessante trabalho — *Caças e caçadas no Brasil* — que mereceu do prefaciador, general Couto de Magalhães, esse juízo: "Publique o seu livro, o assunto é plenamente brasileiro e o autor é dos mais competentes".

Ainda nessa sessão foi eleito sócio correspondente monsenhor Federico Lunardi.

Na terceira sessão ordinária, a 25 de Junho, tomou posse monsenhor Lunardi, que tratou do rio Angasmaio, falando também os nossos Presidente e Orador Perpétuos.

A terceira sessão especial, a 23 de Julho, teve por objecto comemorar a paz Paraguaio-Boliviana, tendo usado da palavra os srs. Affonso Celso, Wanderley de Pinho e Clovis Bevilacqua.

A 5 de Agosto efetuou-se a quarta sessão especial em homenagem ao centenário do nascimento do conselheiro

Gaspar Silveira Martins, falando os srs. Affonso Celso e Ramiz Galvão e como representante da bancada riograndense do sul na Câmara dos Deputados, o sr. Raul Bittencourt.

A quinta sessão especial, a 20 de Agosto, foi consagrada ao centenário do falecimento de José da Silva Lisboa, Visconde de Cairú. Além da alocução do sr. Manuel Cicero, nosso 1º vice-presidente em exercício, falou o sr. Braz Hermenegildo do Amaral, que estudou a personalidade do insigne economista brasileiro.

A 20 de Setembro celebrou-se a quarta sessão ordinária, dissertando o sr. Barbosa Lima Sobrinho sobre a Revolução Farroupilha, ficando assim terminada a celebração prestada pelo Instituto àquele fato histórico, tendo falado os sócios Souza Docca, Rodrigo Octavio Filho, Basilio de Magalhães, Barbosa Lima Sobrinho e em duas conferências avulsas, os srs. Octavio de Alencastre e Canabarro Reichardt.

Na mesma sessão o Sr. Manoel Cicero salientou esse preito de justiça do Instituto ao grande movimento liberal.

## REVISTA

Foram publicados neste ano social dois volumes: um, relativo ao Segundo Congresso de História Nacional efetuado em 1931; outro, trazendo as atas da assembléia inaugural do Instituto Panamericano de Geografia e História, realizada em Dezembro de 1932 no Rio de Janeiro e muitos dos trabalhos apresentados.

A Revista, a nossa tradicional Revista, que aparece desde 1839, contando 165 volumes da seriação comum e 16 especiais, não se acha em dia, devido ao acúmulo de serviços na Imprensa Nacional, onde, por lei, é impressa.

Não é, porém, justo esquecer o interesse que sempre os funcionários daquele estabelecimento, desde o mais graduado ao mais modesto, patentearam e patenteiam pelas publicações do Instituto.

Pode-se, pois, contar que em breve tudo fique normalizado.

Da seriação comum restam a publicar:

- 1 volume relativo ao segundo semestre de 1932;
- 2 volumes do ano de 1933;
- 2 volumes do ano de 1934;
- 1 volume do ano de 1935.

Dos especiais faltam:

- 2 volumes do Segundo Congresso de História Nacional;

3 volumes da assembléia inaugural do Instituto Pan-Americano de Geografia e História.

Quanto ás demais publicações não apareceram ainda:

O segundo volume da *Nobiliarquia Paulistana*, de Pedro Taques, refundida e coordenada pelo Sr. Affonso d'Escragnolle Taunay;

Dois volumes do grande Dicionário do Instituto;

Tres volumes da *Viagem ao Brasil*, de Spix e Martius e a reimpressão de vários tomos da Revista.

Mas, deve-se repetir, com os auxílios nunca recusados pelo Governo e com a boa vontade da Imprensa Nacional, desaparecerão essas lacunas.

Aliás, com ufania o dizemos, a *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro* merece toda a proteção e cuidados, pois constitue uma obra de sadio e util patriotismo, apreciadíssima em nossa Pátria e no Extrangeiro.

## CADASTRO SOCIAL

É o seguinte o cadastro social:

Presidentes honorários . . . . .	6
Sócios grandes beneméritos . . . . .	5
Sócios beneméritos . . . . .	13
Sócios efetivos . . . . .	45
Sócios correspondentes . . . . .	39
Sócios honorários . . . . .	39

Como se vê ha duas vagas na classe dos beneméritos, a que só podem ser elevados os sócios efetivos ou correspondentes que tenham dez anos de serviços ao Instituto.

Na dos efetivos ha um excesso de cinco sócios; na dos correspondentes uma vaga e nas dos honorários um excesso de sete sócios.

No último ano social houve as seguintes admissões:

Correspondentes . . . . .	7
Honorário . . . . .	1

Perdeu o Instituto no mesmo espaço de tempo os seguintes sócios:

Gastão Ruch Sturzenecker, benemérito; Ronald de Carvalho, efetivo; Miguel Calmon du Pin e Almeida, hono-

rário; Agenor de Roure, benemérito; Dom Julio Fernandez, honorário.

### FATOS SOCIAIS

As principais ocorrências sociais foram as seguintes:

Tomou parte o Instituto do julgamento do concurso promovido em Petrópolis pela *Pequena Ilustração* a 2 de Dezembro de 1934, o "Dia do Imperador";

Publicou a *Revista da Semana* algumas fotografias da coleção Andrade Pinto, doada ao Instituto pelo comandante Sergio Bizarro de Andrade Pinto, cujo falecimento, a 23 de Março último, foi tão sentido pelo Instituto.

Assistiu, devidamente representado, à inauguração do busto do sábio Carlos von Martius, no Jardim Botânico, bem como, no *Museu Mariano Procopio*, em Juiz de Fôra, à comemoração do centenário de nascimento de dona Maria Amalia Ferreira Lage.

Foi reconstituída a sociedade de *Reverência à memória dos Imperadores*, associando-se esta associação ao louvável empreendimento;

Recebemos o terceiro e último volume do catálogo dos livros que pertenceram ao rei Dom Manuel de Portugal. Sobre este particular cumpre advertir que toda a riquíssima biblioteca daquele soberano foi, por ordem da família, entregue a Portugal.

É um exemplo a ser imitado com relação aos arquivos brasileiros existentes no Castelo d'Eu. Esses papéis, que devem ser de relevante importância, não poderão servir aos estudiosos das coisas pátrias se permanecerem fora do Brasil.

Na Sala Varnhagen realizou o sr. Luiz Felipe Vieira Souto uma conferência sobre o centenário do Visconde de Saboia.

Participou o Instituto das comemorações de Sete de Setembro, o "Dia da Pátria"; tão justamente consagrado pelo Governo.

Estas solenidades cívicas tornam-se, cada vez mais, necessárias, para que o povo saiba quanto praticaram no ponto de vista patriótico os nossos maiores.

E ainda bem que o ensino da História do Brasil, no curso secundário, foi restabelecido pela Câmara dos Deputados, onde o projeto primitivamente apresentado pelo deputado, Sr. Alberto Diniz.



Reunir a História do Brasil ao estudo geral da História da Civilização é um erro pedagógico, que incide numa negação do patriotismo.

Teve o Instituto a visita do ilustre ministro das Relações Exteriores do Paraguai, sr. Justo Prieto que, com o plenipotenciário daquele país amigo, sr. Pastor Benitez, seu assistente militar e demais comitiva, visitou nosso edificio e a quem o sr. Manuel Cicero, primeiro vice-presidente em exercício, ofereceu algumas publicações nossas.

Foi a nossa associação representada no Congresso de Sevilha pelo embaixador, sr. Alcebiades Peçanha, e na segunda reunião, em Washington, do Instituto Panamericano de Geografia e História pelo embaixador, sr. Oswaldo Aranha.

Recebeu o Instituto do vice-consul do Brasil em Bordeaux uma fotografia da placa colocada na casa em que residiu naquela cidade, o Patriarca da Independência.

E, ha poucos dias, o nosso 1º vice-presidente, sr. Manoel Cicero, prestou merecida homenagem ao Congresso de História Riograndense do Sul.

Foi o seguinte o movimento das secções do Instituto:

Biblioteca:

Obras oferecidas . . . . .	493
Obras adquiridas . . . . .	28
Revistas recebidas . . . . .	1.396
Catálogos recebidos . . . . .	89
Encadernações . . . . .	28

Arquivo:

Documentos consultados. . . . .	464
---------------------------------	-----

Mapoteca:

Mapas consultados . . . . .	299
Mapas oferecidos . . . . .	191

Museu Histórico:

Visitantes . . . . .	506
----------------------	-----

Sala Pública de Leitura:

Consultantes . . . . .	1.978
------------------------	-------

Secretaria:

Correspondência recebida . . . . .	1.047
Expedida . . . . .	1.595
Dias úteis de serviço. . . . .	283

Todos os serviços, inclusive os da secretaria, foram desempenhados modelarmente.

Está concluído o relatório.

Aproxima-se o Instituto do seu centenário.

Será uma data merecedora de todas as atenções e louvores, mas para que se possa consagrá-la condignamente é imprescindível, essencialmente imprescindível, o auxílio dos Poderes Públicos.

Proteger o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro é amparar, é defender uma das grandes criações nacionais; como disse Joaquim Nabuco, um dos vínculos da unidade da pátria.

Impõe-se a construção de um edifício adequado e com a capacidade para atender não só às atuais condições, mas ao sempre crescente desenvolvimento. Os cômodos que ocupamos desde 1913, construídos com os nossos poucos recursos e um subsídio do Governo, no terreno baldio do Silogeu, são insuficientes. E, além disso, ha perigo iminente de um incêndio.

Devemos igualmente cuidar, apelando para a generosidade do Governo, de outros pontos essenciais à celebração do centenário. Entre outros:

— A publicação da tradução brasileira feita pela senhora Lucia Furquim Lahmeyer e revista pelo sr. Ramiz Galvão da viagem de von Martius;

— Da conclusão do grande Dicionário Histórico Geográfico e Ethnográfico;

— Dos catálogos completos dos nossos arquivos, biblioteca, mapoteca, museu e estampas;

— De novo índice geral da Revista.

Com estes elementos terá o Brasil, terão os estudiosos nacionais e estrangeiros conhecimento exato da riqueza do nosso acervo.

O Instituto dia a dia progride de valor e na intensa procura.

Justo é ampará-lo.

Da curul presidencial desta casa, disse o imortal Barão do Rio Branco, por ocasião do nosso setuagésimo aniversário:

“Podemos volver os olhos satisfeitos para o caminho per-lustrado pelo Instituto e, sem imodéstia, ter certa ufanía dos resultados até hoje obtidos porque o foram principal-

mente pela iniciativa e pelo labor dos nossos illustres predecessores, que apenas procuramos imitar.” (*Aplausos*).

Em seguida, da tribuna, o sr. Ramiz Galvão (*Orador perpétuo*) disse:

Senhor Representante do Excelentíssimo Senhor Presidente da República e Presidente honorário do Instituto, illustres colegas, minhas senhoras e senhores.

No meio dos dissídios e pressentimentos que infelizmente agitam a alma da Pátria na presente hora; acima das graves perturbações econômicas e sociais, que enfrentamos, ha um pensamento a que não foge o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, como nunca fugiu em toda a sua existência quasi secular; e a veneração consagrada aos magnos operários desta officina de trabalho intenso e, mercê de Deus, nunca interrompido; é a homenagem que urge prestar aos dignos companheiros, que nas sombras do túmulo, se sumiram, uns ainda válidos e operosos, outros encanecidos nas lutas de espírito ou no serviço da Pátria,— todos eles adeptos daquele famoso brocardo latino — *In labore quies*, “a paz está no trabalho”.

Permitiu a Providência, que neste ano social não fossem muitos os campeões arrebatados pela morte à nossa veneranda Companhia; mas, se foi limitado o seu número, manda a justiça dizer que foram dos melhores e mais denodados atletas, cobertos de louros em certames de vário gênero. Só lastimo que ao valor de tais vultos insignes não corresponda a palavra já enfraquecida do vosso orador.

Perdoar-lhe-eis, estou certo, a debilidade dos conceitos. Não passam impunemente quasi 90 anos sobre um cérebro aplicado invariavelmente ao Estudo pertinaz, ao Magistério, que é um santo sacerdócio, e à Administração pública, que as mais das vezes é um ecúleo tormentoso.

Aí está porque vos imploro perdão: Sêde bons e generosos.

— Antes de qualquer outro, por justa deferência internacional, cabe hoje o primeiro lugar ao saudoso ministro argentino Dr. Julio Fernandez, a quem o Instituto recebeu como sócio honorário a 13 de Maio de 1912.

Esse distinto diplomata, jurista de notório saber e altamente conceituado na sua pátria, conviveu conosco por alguns anos e deu-nos assim oportunidades de lhe conhecer os altos predicados intellectuais e morais. Seu escopo foi sempre estreitar cada vez mais os laços que nos prendiam, e ainda hoje felizmente nos prendem, à dileta República irmã.

que do outro lado do Prata tanto honra e engrandece o nome americano.

Já o Dr. Antonio Olinto, quando lavrou o parecer sobre a sua admissão às nossas fileiras, o disse por estas palavras, que folgo de reproduzir:

“No seu interesse pelas coisas do Brasil o Dr. Julio Fernandez tem levado suas pesquisas tanto geográficas como históricas tão longe como os que mais desejam conhecer o nosso País.”

E foi por isso que, ao ter a honra de aquí o receber ha 23 anos, disse-lhe eu:

“Na obra de confraternização realizada pelo saudoso Rio Branco, o imortal chanceler, teve parte o vosso nome, illustrado consócio.

“A sociedade brasileira já vos conhecia como dileto amigo e irmão. O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro não fez pois senão ratificar o consenso geral, collocando-vos na galeria iluminada pelos nomes de Sarmiento, Bartholomeu Mitre, Julio Rocca, Ramon Cárcano e Roque Saenz Peña. Ao lado destes próceres da mentalidade e da política argentina, que vivem nos nossos corações fraternos com admiração e afeto, o vosso nome não será jamais esquecido.”

O bom amigo do Brasil despediu-se da vida a 2 de Julho próximo passado; e aquí estou neste momento a provar que não o esquecemos. Sua memória vive.

— Mal havíamos encerrado os nossos trabalhos em 1934, quando, a 25 de Outubro, desta vida se apartou Gastão Matias Ruch Sturzenecker, nascido no Rio de Janeiro em 1875. Bacharel em Letras pelo Colégio Pedro II, foi nomeado em 1900, após brilhante concurso, professor de Francês desse estabelecimento notavel, do qual tambem eu guardo as mais gratas recordações. Por espaço de 32 anos de efetivo exercício ali exerceu Ruch uma das mais meritórias funções que conheço: a de doutrinar a mocidade pela palavra e pelo exemplo. Aposentado por motivo de saúde em 1931, mereceu uma distinção excepcional e justíssima: a Congregação do Colégio, em Janeiro de 1932, conferiu-lhe o título de “Professor emérito”. Ele o fora em verdade.

Em 1907 foi proclamado sócio efetivo do nosso Instituto, de acordo com o parecer lavrado pela Comissão de Geografia sobre a Memória intitulada — *Noções de Fisiografia Brasileira*, em que ele revelara sólidos conhecimentos da especialidade. De 1909 a 1913 foi nosso 2º secretário.



Anos depois, a 22 de Agosto de 1931, foi Gastão Ruch elevado à classe dos nossos beneméritos, justíssimo galardão de uma vida extremamente laboriosa.

Suas contribuições sobre assuntos de História e Geografia do Brasil foram muitas, e todas de valor. Além da Memória já mencionada, escreveu interessante trabalho sobre o famoso Duclerc, para o nosso Congresso de História em 1914; para o 1º Congresso de História Internacional da América, que realizámos em 1922, escreveu *Os Precursores de Cabral sob o ponto de vista geográfico* e o *Descobrimento do Brasil*; para o nosso grande Dicionário Histórico, Geográfico e Etnográfico lavrou estes dois trabalhos: *Aspecto geral da Fisiografia Brasileira* e toda a primeira parte do extenso e excelente capítulo dedicado ao estudo da Paraíba, que se encontra no volume II daquela grande obra, de páginas 661 a 722. No capítulo XXIII do vol. I dessa mesma publicação figura, como obra sua, a Memória *Do descobrimento à Proclamação da República*, uma espécie de síntese, bem elaborada, a História do Brasil colônia e reino.

Se o cultor da História era insigne, não o era menos o proveto professor, e disso são documentos uma *História geral da Civilização* e um *Curso de francez*, obras ambas que o honram, demonstrando quanta solicitude lhe mereceu a nova orientação do estudo das línguas vivas, no Brasil. O arguto espírito do mestre assim se desprendia das velhas doutrinas e acompanhava o surto da Pedagogia moderna.

Para resumir, Senhores, o nosso incomparavel confrade foi uma glória do Magistério brasileiro e, ao mesmo tempo, um preclaro investigador das coisas pátrias. Renda-se-lhe hoje desta tribuna um vigoroso aplauso à sua memória.

— Uma das perdas mais dolorosas, que sofreram ultimamente as letras nacionais e a administração pública no Brasil, deu-se com a morte do insigne e saudoso Ronald de Carvalho.

Nascido a 16 de Maio de 1893, era filho do capitão-tenente Arthur Augusto de Souza e Mello Carvalho e de D. Alice de Paula e Silva de Carvalho; seu avô paterno, o engenheiro naval Trajano de Carvalho já deixara nome respeitavel na Marinha Brasileira.

Feitos seus estudos de Humanidades no antigo Colégio Abilio, matriculou-se na Faculdade Livre de Ciências Jurídicas e Sociais, na qual se bacharelou em 1912.

Depois de rápida viagem à Europa, entrou em 1914 para o Ministério das Relações Exteriores, onde, graças ao seu alto



mérito, galgou postos sem dificuldades até o de enviado extraordinário e ministro plenipotenciário.

A bem poucos terá sido possível em tempo tão curto ascender a tão elevadas posições. É que a Providência protege muitas vezes com sua graça o talento, a honradez e o intenso amor ao trabalho. Ronald de Carvalho neste particular foi um privilegiado, mas de certo o merecia.

Entre as suas missões diplomáticas na França, na Holanda e no México, merece especial menção o carinho extremo com que este último país o recebeu. A *Academia Mexicana de la Lengua* abriu-lhe os seus braços em sessão soleníssima.

De volta à Pátria outra grande distinção lhe reservada.

S. Ex., o sr. dr. Getúlio Vargas chamou-o à função relevante de Secretário da Presidência da República, — função que ele soube exercer com a maior solicitude e com alto critério.

Foi nesta situação que a morte o colheu imprevistamente, a 15 de Fevereiro deste ano, após um deplorável acidente de automovel, de cujos resultados não o puderam salvar nem a perícia, nem o carinho dos médicos devotados.

Em meio de uma vida laboriosíssima, como foi a de Ronald de Carvalho, mal se compreende como o tempo lhe sobrou para a atividade literária, da qual foi raro modelo.

Além da preciosa colaboração em jornais, nossos e estrangeiros, além de conferências várias, deu à publicidade livros e memórias de valor, desde a sua *Luz gloriosa*, em 1913, até *Estudos Brasileiros*, em tres sériés, em 1931. Diversas produções de sua pena infatigável mereceram tradução em francês, espanhol, inglês, italiano, russo e alemão. Entre tais memórias e tais livros não devo deixar de mencionar a magnífica *Síntese da Literatura Brasileira* até 1922, publicada no 1º volume do nosso *Dicionário Histórico, Geográfico e Etnográfico* do Brasil — memória que escreveu a nosso pedido, e na qual não se sabe o que mais admirar: se a lucidez dos conceitos, se a perfeição do resumo.

Eis, a rapidíssimos traços, a figura desse preclaro patriótico, que tanto honrou o nome brasileiro, e a quem os contemporâneos até conferiram o título de “príncipe dos nossos prosadores”.

Todas as manifestações públicas que podem ser feitas a um exímio servidor da Pátria lhe foram prestadas, inclusive a de serem realizadas as despesas de seus funerais à custa

do Estado. O Instituto Histórico, que também se honrou chamando-o ao seu grêmio em 1931, rende-lhe, nesta hora, o tributo do seu mais alto apreço.

— Glorioso e benemérito filho da Baía, onde nasceu a 13 de Setembro de 1879, Miguel Calmon du Pin e Almeida foi outro luminar que se apagou neste ano social, legando aos pósteros uma lembrança inapagável.

Quarto filho do contra-almirante Antonio Calmon du Pin e Almeida, trazia um nome já querido, laureado na Pátria e no seu torrão natal, e ele o soube honrar com singular distinção.

Formado em Engenharia Civil pela nossa Escola Politécnica, onde obteve a medalha de ouro Silva Jardim, e pouco depois professor da Escola Politécnica da Baía, sua vida pública em 30 anos de incessante atividade representa um acervo de inestimável serviço, que a nossa História administrativa consigna como obras de um grande benemérito.

Desde secretário da Agricultura e Obras Públicas na Baía, nos governos de Severino Vieira e José Marcelino; depois deputado pelo 1º Distrito, e posteriormente senador da República; por duas vezes ministro, primeiro, de 1906 a 1909, da pasta da Indústria, Viação e Obras Públicas no Governo Affonso Penna, e depois, de 1922 a 1926, da pasta da Agricultura no Governo Arthur Bernardes; presidente operoso da Sociedade Nacional de Agricultura; — em todos esses postos a sua ação foi relevante: o desenvolvimento da viação férrea, a catequese dos índios, a ligação telegráfica do Amazonas a Mato Grosso, o complemento das obras de saneamento e de abastecimento d'água desta Capital, as leis de povoamento do solo e dos sindicatos agrícolas, a fundação auspiciosa de estações agronômicas, a Conferência Nacional Algodoeira; — tudo, tudo isso mereceu o seu cuidado ou a sua intervenção de inteligente e prestigioso estadista, que sabe orientar e preparar o futuro de uma grande Nação.

Quereis mais um rasgo patriótico desse baiano ilustre? Foi um dos fundadores, com Olavo Bilac e Coelho Netto, da *Liga da Defesa Nacional*; e, para penhor de sinceridade, se alistou como simples soldado no Tiro de Guerra 7, dando por esta forma um salutar exemplo à mocidade brasileira.

Quando a revolução de 1930 pôs termo à sua vida pública, pensaria alguém que o herói deporiar as armas? Puro engano. Poliu suas obras: *Fatos Econômicos, Tendências*

*Nacionais e Indústrias Estrangeiras, A indústria do Açúcar e do Alcool na Baía.*

Era um espírito superior esse querido Miguel Calmon, — razão por que ainda hoje posso repetir as palavras com que um dia o saudou o honrado veterano do Jornalismo brasileiro:

“O País que possui um estadista de menos de 30 anos, capaz de conceber e realizar as grandes obras, que o dr. Calmon ideou e levou a cabo é na verdade um País que pode confiar no seu futuro e dormir tranquilo dos seus destinos.”

Infelizmente foi ele roubado ao nosso convívio no infasto dia 25 de fevereiro deste ano, e o Instituto Histórico, que o contava como companheiro desde 1914, e que o proclamara sócio honorário a 22 de Agosto de 1931, só tem hoje o encargo, não de saudar novos triunfos do lutador, mas a missão dolorosa de lavrar na sua campa esta inscrição: *“benemerentem, amnes qui transitis, perpetum laudate.* Oh vós que passais, louvai perenemente este benemérito”.

— De uma nobre família, já o vimós, nascem por vezes rebentos valiosíssimos que ilustram a árvore genealógica de seus avós. Em um país democrático como o nosso, porem, não é raro que surjam à tona filhos de pais humildes e simples lavradores ou operários. E' que a virtude e o merecimento não carecem de foros e cândidos arminhos para acalear os dias da juventude destinada pela Providência a situações de alto valor social. O divino martir do Golgota deu disso o exemplo, tendo por pai putativo o santo José, carpinteiro humilde de Nazareth.

Quero e devo falar-vos agora de um saudoso patrício, que nestas condições se enquadra à justa, e que até por isso mesmo reclama o nosso respeito e a nossa maior admiração.

Agenor de Roure, filho de Ernesto de Roure e de D. Angelina de Roure, nasceu a 28 de fevereiro de 1869 em Nova Friburgo, no pequeno sítio que ali tinham seus progenitores. Orfão desde tenra idade, e apenas protegido por seu distinto padrasto, o professor José Lopes de Faria Mariz, fez com este seus primeiros estudos, e assim preparado veio para o Rio de Janeiro, onde apenas frequentou um curso acessório da Faculdade de Medicina.

Outros impulsos chamaram-no, porem a diverso caminho; desde menino manifestara vocação para a Imprensa, fazendo jornais manuscritos, que em Friburgo se divulgavam. Foi com esta inclinação que aquí no Rio de Janeiro se pôs ao serviço

de jornais diários, e tanto trabalhou como reporter e colaborador, que mereceu um dos lugares de redator dos debates da Câmara dos Deputados.

Graças ao seu excelente caracter fez bons amigos na-quele ramo do Corpo Legislativo, adquiriu experiência e saber. Foi esse o degrau sólido para a ascensão, que não tardou muito.

Quando em 1919 o eminente sr. dr. Epitacio Pessoa assumiu o alto cargo de presidente da República, chamou a Agenor de Roure para secretário da Presidência, porque tivera oportunidade de conhecer os distintos predicados desse joven, verdadeiro *self made man*, capaz de todas as dedicações, prudente, arguto, patriota como os melhores. E, ao concluir o seu período presidencial, o mesmo sr. dr. Epitacio o nomeou ministro do Tribunal de Contas, cargo de alta responsabilidade no nosso atual regime, e do qual foi presidente, prestando a todos os trabalhos o concurso de seu saber em Direito orçamentário, especialidade em que se constituiu juiz autorizado e acatado.

Por ocasião do movimento revolucionário de 1930 cometeu-se-lhe o encargo de ministro da Fazenda, função que aliás foi breve, pois logo findou com a nomeação do senhor Firmino Whitaker.

Volvido ao seu Tribunal, continuou em trabalho efetivo até que no ano de 1934, salteado por grave enfermidade, se viu compelido a pedir a aposentadoria, a qual lhe foi dada, no meio das mais significativas provas de estima dos seus confrades.

O recurso a diversas estações sanitárias foi-lhe absolutamente inutil. A morte colheu o paladino a 17 de Março de 1935.

Frutos do seu saber foram muitos, e todos recebidos com apreço pelos especialistas e pelo público. Intitulam-se os seus livros: *Formação Constitucional*, *Direito Orçamentário*, *Constituinte Republicana*, *O Orçamento*, *Comentários ao Código de Contabilidade*.

Na *Revista* do nosso Instituto figuram: uma *Conferência sobre o Centenário de Nova Friburgo*, e outras sobre *A abolição e seus reflexos econômicos* e sobre os *Dois Centenários da morte de fr. Sampaio e fr. Francisco de São Carlos*.

Para os *Anais* do Congresso de História escreveu os capítulos — *Formação do Direito orçamentário brasileiro* — e *Formação Constitucional do Brasil*.

Fez parte, representando o nosso Instituto da Comissão incumbida de elaborar o ante-projeto da atual Constituição.



Homem deste valor, bem se vê, não podia deixar de ser chamado para o grêmio desta Companhia de estudiosos patriotas. Daí a proposta de 1916 e a sua admissão como sócio efetivo em 1917. Realizou-se a sua posse na sessão de 23 de Junho desse ano, e nela proferiu uma oração magistral, em que desenvolveu esta tese: "O culto da História é o culto da Pátria". Ha nessa oração conceitos luminosos, que nunca será ocioso repetir, e por isso mesmo respondi-lhe nesse dia com o mais fervoroso aplauso, recebendo-o como a insigne oplita na nossa brava coorte.

Aquí no Instituto prestou, alem do mais, notáveis serviços como segundo secretário, de 1920 a 1935, e por esta razão o plenário lhe conferiu a graduação de sócio benemérito. *Katá diken* era a divisa dos famosos areopagistas da velha Atenas; *De acordo com a justiça é também a nossa*, hoje, amanhã e sempre.

— Com esta figura de um grande servidor do Estado, fecho o ciclo dos saudosos companheiros que subiram à Eternidade, legando-nos em 1935 modelos exemplares de patriotismo, que é forçoso imitar para que o Brasil prossiga avante no destino, que o Futuro lhe aguarda.

Perdemos heróis, é verdade, mas sucessores não lhes faltam, e é neles que cumpre confiar para se manter o nosso papel ingente na América do Sul.

O país, que antes de possuir estes vultos, cuja vida gloriosa esbocei, já ostentava nomes de reputação mundial, como José Bonifacio, Cayrú, Pedro II, Teixeira de Freitas, Lafayette, Nabuco, Barão do Rio Branco, Caxias, Oswaldo Cruz, Ruy Barbosa e tantos outros; um país assim favorecido pela Providência não pode hesitar diante de quaisquer embaraços, nem descrever do futuro.

Ouçamos as belas palavras proferidas ha bem pouco, no *Dia da Pátria* pelo nosso honrado e benemérito presidente honorário, sr. dr. Getulio Vargas:

"Devemos ter fé, clamou ele. Não existem esforços inúteis, se empenhados em pròl do bem comum. As nossas dificuldades são mínimas em confronto com os nossos recursos e com os que enfrentam, no momento, outros povos. Havemos de vencê-las."

E' com esta mesma fé, Senhores, que o orador do Instituto Histórico hoje conclue as suas breves palavras, vaticinando com esperança, para a nossa amada Terra da Santa Cruz, um período de trabalho compensador e de restauração financeira, — de ordem, — de confraternização e de arrefecimen-



to de paixões; — de expansão cultural pela difusão larga do Ensino leigo e religioso, — de amparo solícito às Letras e às Ciências, sem as quais o Progresso é uma utopia; — em uma palavra, patríeios ilustres, um período de luz e de glória, em que o Instituto Histórico possa celebrar o seu Centenário em 1938, festa solene, a que não podem ser indiferentes os poderes públicos, porque este cenáculo é a arca santa das tradições nacionais.

E' com esta mesma Fé, que eu repito o meu estribilho de todos os anos:

“Viva o Brasil !”

(*Palmas calorosas e prolongadas.*)

O sr. Rodrigo Octavio (*Presidente*) antes de encerrar a sessão disse que ia fazer entrega à Secretaria de dois volumes que representavam os primeiros resultados práticos da aproximação cultural entre o Brasil e a Argentina. Um era a *História do Brasil* em resumo, da autoria do sr. dr. Juan G. Beltran, publicado em Buenos Aires, com objetivo didático, e na qual o autor procurava servir-se das melhores fontes, entre as quais citava os trabalhos do secretário perpétuo do Instituto, o ilustre professor Max Fleiuss.

O outro era a tradução portuguesa do magnífico livro do ilustre sócio do Instituto, o sr. embaixador da Argentina, dr. Ramon J. Cárcano, *Juan Facundo Quiroga*, no qual seu autor estudara a personalidade desse caudilho, ao mesmo tempo que descreve a época e o meio em que ele agiu. (*Aplausos.*)

Entre o numeroso auditório, cavalheiros, além de muitas senhoras e senhorinhas, notavam-se: os srs. Louis Hermite, embaixador de França, Arthur Schmidt-Elskop, ministro da Alemanha, Justo Pastor Benitez, ministro do Paraguai; Manuel Elicio Flor, ministro do Equador; Alberto Urbaneja, ministro da Venezuela; senhora ministro Elicio Flor, Miguel Angel Gatti, secretário do Paraguai; Hugo Gonthier, pelo ministro da Educação; Abellard França, pelo ministro da Viação; Julio Barbosa, pelo presidente do Senado Federal; tenente Joaquim Innocencio de Oliveira Paredes, pelo chefe do Estado Maior do Exército; capitão Jarbas Aragão, pelo diretor do Colégio Militar; major Mario Teixeira dos Santos, pelo chefe de Polícia; Thiers Grunewald, pelo sr. prefeito do Distrito Federal; tenente João N. Vieira, pelo comandante do Corpo de Bombeiros; Celso Vieira, pelo presidente da Corte de Apelação; capitão Aurelio Pereira, pelo comandante da Escola Militar; general Octavio de Azeredo

Coutinho; J. P. Carneiro da Cunha; ministro Cunha Pedrosa; comandante Gastão Mathias Ruch Pereira; Aluizio Ferreira Brandão; Adolpho P. de Figueiredo; tenente E. Scudero, pelo comandante da Polícia Militar; embaixador Hyppolito Alves de Araujo; Americo de Almeida Guimarães, pelo Instituto Histórico de Alagôas; dr. Affonso Costa, presidente da Academia Carioca de Letras; dr. Estanislão Luiz Maria Bousquet, pelo Club de Engenharia; dr. Avertano Rocha, pelo Instituto Histórico do Pará; Orlando Soares de Carvalho; José Caetano de Faria, pelo Centro Carioca; Roberto Moreira da Costa Lima, Waldemar Wright.

Levantou-se a sessão às 18 e ½ horas.

Foram lidos telegramas de saudações dos srs. J. Paulo de Medeyros, Associação Cultural Lima Barreto, pelos seus presidente, J. Joaquim Trindade Filho e secretário Leopoldo Miranda Lima, ministro Manuel Elicio Flor, Henrique Fontes, presidente do Instituto de Santa Catarina, Luiz Paula Freitas, diretor do Colégio Paula Freitas e justificativos da ausência do ministro Odilon Braga, ministro da Guerra, do ministro presidente da Corte Suprema, Edmundo Lins, do sócio Nelson de Senna, do coronel Laurenio Lago, diretor geral da Secretaria da Guerra.

LUIZ FELIPPE VIEIRA SOUTO, *Segundo secretário*.

A banda de música do Corpo de Bombeiros, gentilmente cedida pelo sr. coronel Aristarcho Pessôa Cavalcanti de Albuquerque, abrilhantou a sofenidade.

## ANEXOS

### *Instituto Historico — Seu 97º aniversário*

Quando revoltos iam ainda os dias para a Regência, que madrugou na defensiva contra assaltos de adversários aguerridos, para sucumbir inesperadamente ao golpe extra legal do Poder Legislativo, a iniciativa de alguns estudiosos conseguiu agremiar as atividades intellectuais, que se dispersavam à procura de ambiente propício à expansão, e encaminhá-las para o estudo das questões que mais de perto interessassem a definição das características da nacionalidade brasileira, examinada em seu passado, sem cujo conhecimento não haverá progresso duradouro.

Foi a 16 de Agosto de 1838, que a Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional, dedicada especialmente aos problemas

contemporâneos, em uma das sessões costumeiras, que o sábio Frei Custodio Alves Serrão presidia, recebeu a surpreendente proposta firmada pelo primeiro secretário, Marechal Raymundo, José da Cunha Mattos, e seu adjunto, Cônego Januario da Cunha Barbosa, referente à fundação do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.

Aprovada na sessão imediata, a idéia visava conciliar as tendências intelectuais dos consócios, cujo amor às pesquisas transbordava dos limites daquela associação, a que, todavia, permaneceria filiado o futuro centro de estudos.

Afinal, discutido o assunto, anuíram os doutos em participar da agremiação, que brotava modesta como rebento de benemérita instituição, cuja influência se exercitava de preferência na vida industrial.

E a 21 de Outubro entre esperanças, 27 personalidades, das mais conspícuas, da época, declararam fundado o Instituto Histórico, à sombra do Museu Nacional em uma de cujas salas se reuniram.

Ha 97 anos, portanto, a encerrar-se amanhã, que principiou a trabalhar o grêmio estimulador dos melhores esforços em prol do conhecimento real dos fastos brasileiros.

E desde então, raramente haverá alguma ocorrência de projeção nacional que não repercuta em seu seio, onde a tolerância mútua harmonizou, desde o início, todas as individualidades porventura litigantes em política, ou por qualquer outro motivo.

Lá dentro, esqueciam os dissídios, que os separassem fora, e comungavam todos no mesmo culto à Pátria, cuja evolução procuraram compreender pelo estudo acurado.

E não faltaram obreiros dos mais conspícuos a empreendê-lo, com a segurança de mestres consumados. Desde os fundadores, entre os quais os políticos de prestígio sobrevivente aos trambolhões da vida pública, se emparceiravam a professores, a galeria avultou com os nomes imortais dos maiores sabedores de coisas brasileiras.

Dos presentes à sessão inicial, nenhum nome no anonimato, de que rompe, laureado de justa fama, um Joaquim Caetano da Silva, humanista profundo, que levou à geografia histórica a sua penetrante investigação, para elucidar o litígio acerca do Oyapock, um Januario da Cunha Barbosa, cuja nomeada crescera na era da Independência, um Fernandes Pinheiro, ou Cunha Mattos, que tanto escreviam a história, como ajudavam a fazê-la, à semelhança de Clemente Pedreira, Araujo Vianna, Montezuma, Aureliano Coutinho, cujo fastígio não fora assim atingido.

Todos, em verdade, traziam credenciais, que lhes justificavam o ingresso no grêmio enobrecedor da cultura brasileira.

E por isso, cravaram ao longo o alvo das suas aspirações, ao inscreverem nos estatutos, o que pretendiam.

“1º, coligir, metodizar, publicar ou arquivar os documentos necessários para a História e Geografia do Brasil e assim também promover os conhecimentos destes dois ramos científicos, por meio do ensino público, logo que os cofres sociais o permitam.

4º, publicar a *Revista Trimestral de História e Geografia*, ou *Jornal do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*.”

Adstrito ao programa com que se apresentou, não esmorece jamais na falha de reunir a mais ampla documentação referente à vida nacional que se espelha em suas coleções, impressos em manuscritos, de notável opulência, que franqueia de bom grado a quantos estudiosos lhe procuraram a biblioteca, de costume frequentada por mais de uma centena de leitores por mês, ou, melhor, de consulentes especializados, que vão esclarecer as suas dúvidas históricas onde contam encontrar hospitaleiro tesouro de preciosidades incomparáveis.

Alem de papéis de várias procedências, lá se ajuntaram as coleções carinhosamente reunidas por doadores generosos, em homenagem aos quais receberam os títulos de José Bonifácio, do Marquês de Olinda, de Varnhagen, do General Osorio, do Visconde de Ouro Preto, do Conde d'Eu, de Manuel Barata, entre outras muitas que enriqueceram as denominadas englobadamente do “Instituto”, mais numerosas e distribuídas pelos mais diferentes assuntos. Completam-se com as peças da mapoteca, realmente merecedoras de referência, bem como o seu Museu, criado em 1851, em que se gravaram os traços fisionômicos dos mais notáveis brasileiros, fixados em suas mascaras, em quadros, retratos ou medalhas.

E', porem, na sua Revista, síntese da atividade intelectual do Instituto, que lhe avulta o tesouro constituído pela contribuição das maiores vocações brasileiras em estudos históricos.

Para manter-lhe os altos créditos grangeados nos meios científicos, não se pouparam os cultos representantes de várias gerações, que lhe ingressaram no quadro social e cujos esforços souberam coordenar os sucessivos presidentes,



escolhidos entre as personalidades de maior relevo, desde o Visconde de São Leopoldo, o primeiro eleito, em substituição ao Marechal Torres e Alvim, que passageiramente lhe dirigiu os trabalhos na fase preparativa, até o atual, Conde de Affonso Celso, cuja atuação na Presidência do Instituto já se avizinha de um quartel de século, durante o qual o seu patriotismo vigilante honrou superiormente o cargo, outrora sucessivamente desempenhado por:

1º, José Feliciano Fernandes Pinheiro, de 21 de Outubro de 1838 a 6 de Junho de 1847.

2º, Candido José de Araujo Vianna (marquês de Sapucaí), de 12 de Agosto de 1847 a 23 de Janeiro de 1875.

3º, Luiz Pedreira do Couto Ferraz (visconde do Bom Retiro), de 21 de Dezembro de 1875 a 12 de Agosto de 1886.

4º, Joaquim Norberto de Souza e Silva, de 21 de Dezembro de 1886 a 14 de Maio de 1891.

5º, Conselheiro Olegario Herculano de Aquino e Castro de 28 de Dezembro de 1891 a 10 de Agosto de 1906.

6º, João Lustosa da Cunha Paranaguá (marquês de Paranaguá), de 21 de Novembro de 1906 a 21 de Novembro de 1907.

7º, José Maria da Silva Paranhos (barão do Rio Branco), de 21 de Novembro de 1907 a 10 de Fevereiro de 1912.

8º, Affonso Celso de Assis Figueiredo, eleito a 7 de Fevereiro de 1912.

Igualmente notavel será a lista dos que agiram como auxiliares immediatos dos presidentes, a principiar do Cônego Januario da Cunha Barbosa, primeiro secretário mantido de 1838 a 1846, ao qual sucederam:

2º, Manoel Ferreira Lagos (1846-1851).

3º, Francisco Adolpho Varnhagen (1851-Maio a Dezembro).

4º, Dr. Joaquim Manoel de Macedo (1852-1856).

5º, Manoel de Araujo Porto Alegre (1856-1859).

6º, Cônego J. C. Fernandes Pinheiro (1860-1876).

7º, Dr. José Rodrigo de Souza Fontes (1877-1880).

8º, Dr. Manoel Duarte Moreira de Azevedo (1881-1886).

9º, Dr. João Franklin da Silveira Tavora (1887-1888).

10º, Dr. Francisco Ignacio Marcondes Homem de Mello (1888-1889).

11º, Dr. João Severiano da Fonseca (1888, Agosto a Dezembro).

12º, Dr. José Alexandre Teixeira de Mello (1890-1891).

13º, Henrique Raffard (1892-1905).



14º, Dr. Max Fleiuss, eleito em 1906, secretário perpétuo, para melhor desenvolver a sua dedicada atividade em prol do Instituto.

Longa seria a referência às personalidades insignes que passaram pela vice-presidência, pelo posto de segundo secretário, ou pela tesouraria, difícil de gerir-se, diante da desproporção enorme da receita e das obrigações culturais do Instituto, impostos pelas suas luminosas tradições.

Abra-se, porem, ainda espaço para acolher a falange dos oradores, que lhe interpretaram a opinião nas cerimônias solenes:

- 1º, Dr. Pedro Alcantara Bellegarde — (1838-1840).
- 2º, Dr. Diogo Soares da Silva Bivar — (1840-1843).
- 3º, Dr. Manoel de Araujo Porto Alegre — (1843-1856).
- 4º, Dr. Joaquim Manuel de Macedo — (1856-1881).
- 5º, Dr. João Franklin da Silveira Tavora — (1882-1886).
- 6º, Dr. Alfredo de Escragnolle Taunay — (1886-1891).
- 7º, Comendador José Luiz Alves — (1891-1894).
- 8º, Dr. Alfredo do Nascimento Silva — (1894-1897).
- 9º, Dr. Joaquim Aurelio Barreto Nabuco de Araujo — (1897-1899).
- 10º, Dr. Alfredo do Nascimento Silva — (1899-1900).
- 11º, Desembargador Antonio Ferreira de Souza Pitanga — (1900-1906).
- 12º, Dr. Affonso Celso de Assis Figueiredo (Conde de Affonso Celso) — (1906-1912).
- 13º, Dr. Benjamin Franklin Ramiz Galvão, orador perpétuo, cuja verde velhice ainda traz à atualidade a mesma patriótica eloquência, que se revelou em 1872, quando inteiramente ocupou a tribuna do Instituto.

Basta a relação mencionada para evidenciar que pela sua diretoria passaram vultos eminentes, cujo nome se insculpiu nos mais políticos ou literários do Brasil, ou em ambos.

As crises de crescimento, que não faltam às instituições, como aos indivíduos, por mais robusto que lhes seja o organismo, suavemente se esbateram mercê do concurso de Pedro II, que lhe aceitou o título de “Protetor”, não obstante a menoridade, em que permanecia, às vésperas do golpe sensacional dos maioristas.

Aceitou, decidido a desempenhá-lo seriamente como se verificaria ao longo do seu reinado, cujas atribuições não o afastaram da presidência de honra, salvo quando ausente do Brasil, ou impedido por força maior.

E assim cresceria a 499 o número de sessões, que presidiu, além de sete que assistiu, antes de 1849.

Ao seu influxo, sentiram-se estimulados os sabedores, que foram aos arquivos e de lá tornavam opulentos de informes, que se encaminhavam, sem perda de tempo, para a "Revista", progressivamente enriquecida pela contribuição dos mais sagazes investigadores, a ponto de constituir inegualavel repositório de quanto possa interessar ao passado brasileiro.

E' o mais farto manancial, em que vão abeberar-se os que pretendem conhecer de raiz a história do Brasil.

Debalde tentarão escrevê-la com êxito, se o despresaram levianamente.

Em suas páginas palpita a própria alma nacional de características definidas pelas gerações sucessivas de escritores, que lhe interpretam o sentir do momento, desde os contemporâneos de Varnhagen e João Francisco Lisboa, até Capistrano de Abreu e seus continuadores.

E' pena, entretanto, que não esteja em dia a util publicação, que já conta 165 números, além de 108 em que se incluem entre os volumes especiais referentes ao *Centenário da Imprensa do Brasil*, do *Primeiro Congresso de História do Brasil*, *Congresso Internacional de História da América*, *Contribuições para a biografia de D. Pedro II*, *Dicionário Histórico, Geográfico e Etnográfico do Brasil*, e a outros assuntos de correspondente valia.

A Instituição, que celebrará o seu centenário nestes tres anos, poderá justamente ufanar-se de que já realizou na centúria decorrida, e maiores provas dará da sua operosidade se conseguir, no próximo triênio, imprimir os números atrasados da sua "Revista", os volumes ainda inéditos do II Congresso de História Nacional e da sessão inaugural do Instituto Pan-americano de Geografia e História e, bem assim, os tres volumes da viagem de Martius ao Brasil, em tradução integral, e o catálogo de sua mapoteca.

Não lhe minguue, ao avisinhar-se do primeiro marco secular, a assistência governativa, à semelhança da que lhe amparou os primeiros passos, assistidos e aplaudidos pelo imperador adolescente, e, certo, saberá o Instituto completar a sua benemerência, merecedora de aplausos de todos os estudiosos dos assuntos brasileiros e quantos compreendem a obra eminentemente nacional, por interessar a articulação do presente às forças do passado, a que se consagrou eficientemente.

*O aniversário do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*

Transcorre hoje o monagésimo-sétimo aniversário do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, a veneranda associação cultural e científica que desde a longínqua fase da Regência vem acompanhando, em sentido altamente meritório, a vida do País.

Fundada em 21 de Outubro de 1838, a gloriosa instituição tem visto passar, pela lista dos seus componentes, os nomes mais destacados da História do Brasil. Seu primeiro presidente, ainda na fase preliminar dos trabalhos do Instituto, foi o marechal Torres Alvim, Visconde de Jerumirim, descendente do Santo Condestavel Dom Nuno Alvares Pereira. Em seguida, coube a direção efetiva da casa ao Visconde de São Leopoldo. Foi seu sucessor, por vinte e sete anos, o Marquês de Sapucaí. Seguiram-se-lhe, na mesma presidência, o Visconde de Bom Retiro, Joaquim Norbêrto, o Conselheiro Olegario Herculano de Aquino e Castro, o Marquês de Paranaguá, o Barão do Rio-Branco e, afinal, desde 1912, ocupando o elevado posto, o ilustre sr. Conde de Affonso Celso.

Não fica, porem, na impressionante relação dos seus notáveis presidentes, a prova do alto nível intelectual, moral e social dos membros do nosso Instituto Histórico e Geográfico. Limitando-nos ao registro dos que passaram pela sua diretoria, basta assinalar que, como secretários, funcionaram na douda sociedade homens como o Cônego Januario da Cunha Barbosa, o Visconde de Porto Seguro, o romancista Joaquim Manoel de Macedo, os Barões de Santo Angelo e Homem de Mello e, por último, o dr. Max Fleiuss, efficientíssimo ocupante do trabalhoso cargo ha quasi trinta anos. Como oradores, tem contado o Instituto com nomes do valor de Franklin Tavora, Visconde de Taunay, Joaquim Nabuco e Ramiz Galvão, este ainda hoje exercendo a missão que vem cumprindo desde 1912, já a tendo ocupado antes, em 1872. Como bibliotecário, a passagem pela sua riquíssima livraria de historiadores como Vieira Fazenda e Rodolfo Garcia constitue acontecimento cujo alcance não se pode calcular.

Mas, registrando-se a magnífica congregação de elementos valiosos que tem sido o nosso quasi secular Instituto His-

tórico, não se deve deixar de computar o que foi para ele, durante quarenta anos, a proteção decidida com que o favoreceu o Imperador D. Pedro II. De 15 de Dezembro de 1849 a 7 de Novembro de 1889, assistindo a nada menos de 508 das suas reuniões, prestigiando-as com a sua presidência, amparando a sociedade com a doação de preciosidades bibliográficas, documentos, etc., tomando parte ativa nos seus trabalhos de pesquisas e esclarecimento, dando-lhe séde, recursos e inumeráveis benefícios: outros, como, depois de sua morte, parte da sua valiosíssima biblioteca, — o grande brasileiro, que por meio século regeu os nossos destinos, deu assim uma profunda demonstração de como extensamente compreendia os seus deveres de governante e de intelectual.

Outra prova da ação benemérita do Instituto Histórico tem-la com a publicação ininterrupta dos duzentos volumes da sua Revista, inclusive volumes especiais, verdadeiro monumento indispensavel aos estudiosos das cousas brasileiras. E a participação em reuniões e conferências internacionais, iniciativas como as dos Centenários da Imprensa, da Independência e de D. Pedro II, Congressos como os de História da América, — em todas essas magníficas atividades o Instituto Histórico e Geográfico tem feito jús aos mais altos títulos de benemerência e glória. Sua biblioteca, seu arquivo, tanto o de manuscritos como o de objetos de valor histórico, etnográfico, etc., — sua mapoteca riquíssima, todo esse precioso acervo que é o da sábia instituição, também muito significa em prol do seu mérito, já comprovado em noventa e sete anos de contínua e eficiente ação.

Eis por que, no dia de hoje, por motivo da passagem de mais um aniversário do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, é justo que se lhe rendam todas as homenagens que tanto lhe são devidas, pelo seu passado, que é tão grandioso, como pelo seu futuro, que daquele, por certo, não desmerecerá. E daqui a tres anos, quando festivamente for comemorado o centenário da veneravel associação, é preciso que esse fato assuma uma feição eminentemente nacional, todo o País se congraçando nesse preito de admiração a uma das mais antigas das suas sociedades científicas e culturais.

(Ministério da Justiça e Negócios Interiores. Departamento de Propaganda — *O Dia do Brasil* — Palavras do dr. Helio Viana, pelo Rádio.



*Instituto Histórico — A velha associação brasileira completa  
amanhã o seu 97º aniversário*

O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro completa amanhã noventa e sete anos de úteis e constantes serviços. Fundado a 21 de Outubro de 1838, por iniciativa do cônego Januario da Cunha Barbosa e do brigadeiro Raymundo José da Cunha Mattos, a partir do ano seguinte começou a publicar ininterruptamente a sua *Revista*, vasto manancial de que se utilizam todos quantos se propõem estudar acontecimentos e figuras da nossa história.

A cátedra da sua presidência tem sido ocupada por homens de inconfundível relevo, em número de nove. O primeiro teve limitadíssima a sua função, exercida no período da formação e na qualidade de interino. Foi o marechal Torres Alvim, visconde de Jerumirim, em cujas veias corria o sangue do condestavel Nuno Alvares Pereira. Veio depois o visconde de São Leopoldo, primeiro presidente efetivo que, eleito a 21 de Outubro de 1838 exerceu o cargo até o dia de seu falecimento, a 6 de Julho de 1847. Seguiram-se-lhe: Candido José de Araujo Vianna (marquês de Sapucaí), numa larga gestão de vinte e oito anos; Luiz Pedreira do Couto Ferraz (visconde do Bom Retiro), “a consciência mais pura” que Pedro II disse ter conhecido; Joaquim Norberto de Souza e Silva, o erudito historiador da Conjuração mineira; Olegario Herculano de Aquino e Castro, antigo conselheiro de Estado, ministro e presidente do Supremo Tribunal; João Lustosa da Cunha Paranaguá (marquês de Paranaguá), que resignou o cargo na sua primeira reeleição; o barão do Rio Branco e o conde de Affonso Celso, presidente perpétuo que em 17 de Fevereiro de 1912, substituiu o estadista que dilatou as nossas fronteiras.

Ha vinte e tres anos se exerce a administração do eminente filho do visconde de Ouro Preto e, durante ella em vários congressos e trabalhos de relevo, o Instituto Histórico tem sabido observar as importantes finalidades do seu programma.

A sessão de amanhã terá a presidência o sr. Getulio Vargas, não só pelas suas funções de chefe do Estado, como pela sua qualidade de presidente honorário do Instituto. O programma incluye a allocução do presidente, a leitura do re-



latório do secretário, uma das maiores e mais profficuas dedicações que o Instituto tem tido, e o elogio dos sócios falecidos, feitos pelo sr. Ramiz Galvão, orador perpétuo. O traje não é de rigor.

Não haverá expediente, abrindo-se o Instituto Histórico apenas para a efetuação da sessão magna, às 17 horas.

### *Instituto Histórico — Seus 97 anos de existência*

A sessão solene de hoje

O Instituto Histórico comemora hoje o seu 97º ano de existência. Entre as sociedades culturais do país, o Instituto ocupa o primeiro plano, sem dúvida alguma. Fundado nos tempos remotos do Império, ele nunca desmereceu as esperanças dos fundadores. Guarda das nossas tradições e fator constante das nossas aspirações, o Instituto Histórico sempre teve os estímulos de quantos compreendem os problemas da inteligência. D. Pedro II não se cansou nunca de prestigiar o núcleo de homens de boa vontade, que mantiveram o Instituto como ponto de convergência dos nossos mais altos desejos de país civilizado. A “Revista” do Instituto, por isso mesmo, é hoje um dos maiores acervos da atividade intelectual dos brasileiros, em 97 anos de trabalho corajoso e útil. Na República, o Instituto não alterou o programa em que se inspiraram os seus fundadores. Associação de cultura, estranha a outros propósitos, sua vida continuou dentro dos quadros das aspirações intellectuais do país. Hoje, ainda esse programa não sofreu renhuma alteração substancial. Por isso, o Instituto comemora o seu 97º aniversário entre aplausos unânimes do país. Sob a presidência do conde de Affonso Celso, o Instituto, hoje exerce ainda influência justa e decisiva na vida cultural do país. Seu aniversário corre entre entusiasmos naturais. O presidente da República, que é o presidente honorário do Instituto, estará presente, na sessão solene da noite. Falará o barão de Ramiz Galvão, recordando o ano de trabalho e prestando homenagem aos sócios mortos.

---

SESSÃO ESPECIAL COMEMORATIVA DA DATA CENTENÁRIA DO NATALÍCIO DO CONSELHEIRO JOÃO ALFREDO CORREIA DE OLIVEIRA (SESSÃO 1.613), EM 12 DE DEZEMBRO DE 1935.

PRESIDÊNCIA DO SR. MANOEL CICERO PEREGRINO DA SILVA

(1º vice-presidente)

As 17 1/2 horas, abriu-se a sessão, com a presença dos seguintes sócios: Manoel Cicero Peregrino da Silva, Benjamin Franklin Ramiz Galvão, Augusto Tavares de Lyra, Max Fleiuss, Luiz Felipe Vieira Souto, José Maria Moreira Guimarães, Braz Hermenegildo do Amaral, Manuel Tavares Cavalcanti, Henrique Carneiro Leão Teixeira Filho, Federico Lunardi, João de Oliveira Sá, Camelo Lampreia, José Wanderley de Araujo Pinho, Alfredo Ferreira Lage, Alexandre Emilio Sommer, Francisco Radler de Aquino, Thiers Fleming, Rodolfo Garcia e Octavio Tarquinio de Souza.

Tendo tido necessidade de retirar-se o sr. Luis Felipe Vieira Souto, segundo secretário, o sr. presidente convidou para substituí-lo o sr. José Wanderley de Araujo Pinho, que tomou lugar à mesa.

O sr. Manoel Cicero (*presidente em exercício*), abrindo a sessão, mandou que fossem lidas das *Efemérides* do Barão do Rio Branco as relativas à data da mesma sessão.

Disse depois o seguinte:

“Sendo esta a primeira vez que nos reunimos depois dos graves acontecimentos que em fins de Novembro vieram perturbar a ordem e ameaçaram subverter as instituições, cumpre-me comunicar ao Instituto que, em seu nome, tive a honra de dirigir a s. ex. o sr. Presidente da República um telegrama de congratulações, por haver sido restabelecido o prestígio da lei.

Certo de que ides confirmar e reiterar essas congratulações, que assim constarão da ata da sessão de hoje, nomeio para de semelhante resolução dar conhecimento a s. ex. o sr. dr. Getulio Vargas uma comissão composta dos srs. Souza Doca, Alfredo Lage e Virgilio Correia Filho. (*Palmas.*)

“E’-me sobremodo grato (continuou o sr. Presidente) comunicar ao Instituto que já se acha em franca convalescença o nosso muito prezado presidente perpétuo, sr. conde

de Affonso Celso. Tendo-se submetido a duas intervenções cirúrgicas, obteve o resultado feliz que todos almejávamos e que nos vai permitir a imensa satisfação de vê-lo em breve retornar à saúde perfeita e à plena atividade”.

As comunicações do sr. Presidente despertaram grande satisfação e foram recebidas com prolongada salva de palmas.

Continuando ainda, disse o sr. Presidente:

“Com o desaparecimento de Felix Pacheco perdeu o Instituto, não somente um dos seus sócios beneméritos, mas um grande e devotado amigo.

O jornalista, o digno continuador de José Carlos Rodrigues na direção do *Jornal do Comércio*, o poeta, o acadêmico, o antigo parlamentar e Ministro de Estado, era apaixonado bibliófilo e bibliógrafo e infatigável pesquisador. O amor ao livro e o pendor para a investigação do nosso passado levaram-no a formar uma das mais preciosas coleções que já tenham sido organizadas de livros relativos ao Brasil e à sua história.

Capacidade de trabalho, inteligência, cultura, civismo, integridade moral, deram-lhe direito a um lugar distinto entre os brasileiros que bem serviram à pátria. Um voto de profundo pesar será consignado na ata da presente sessão.”

As palavras do Presidente do Instituto foram ouvidas com profundo silêncio e mostras de assentimento.

Entrando nos motivos da realização da sessão, assim se referiu o sr. Presidente:

“Sessão especial, a de hoje é destinada a celebrar o centenário do nascimento do conselheiro João Alfredo Correia de Oliveira, eminente estadista do Império, chefe do gabinete que, a 13 de Maio de 1888, viu realizada a completa abolição do elemento servil. Figura de relevo na política do império, deputado, senador, presidente de província, tres vezes ministro, tendo prestado ao país inestimáveis serviços, encerrou brilhantemente a sua carreira política, esposando a causa abolicionista, defendendo-a com ardor e referendando afinal a lei áurea, que declarou extinta a escravidão no Brasil. O nome do conselheiro João Alfredo está ligado para sempre à nobre causa de que foi estrênuo propugnador.

Vai ocupar-se de tão egrégia personagem o sr. Ministro Augusto Tavares de Lyra, também deputado, senador e governador de Estado e também mais de uma vez Ministro de Estado, sócio benemérito e um dos vice-presidentes desta casa.

a que tem prestado relevantes serviços, nunca lhe recusando o valioso concurso da sua inteligência e do seu saber.

Agradeço desde já, em nome do Instituto, esta nova contribuição que acedeu em vir prestar-lhe o sr. ministro Tavares de Lyra, a quem dou a palavra.” (*Aplausos.*)

Subindo à tribuna, o sr. Augusto Tavares de Lyra, realizou a seguinte conferência:

“Pernambuco, berço de meus maiores, foi a pátria de meu espírito, pois, — embora nascido no Rio Grande do Norte — foi alí que ultimei meus estudos de humanidades e me graduei em direito.

Ao pisar, pela primeira vez, sua capital — a bela e encantadora *Veneza Americana* —, meus sentimentos já eram da maior admiração e o afeto por aquela terra fecunda e dádiosa de que me acostumara a ouvir falar, carinhosa e enternecidamente, desde a infância, nos serões de família. E esses sentimentos eu os conservo ainda hoje, irais vivos e mais radicados, depois que conheci, pela história. — e no próprio cenário de muitas das glórias de seus filhos, — a grandeza moral e material dos feitos que praticaram na obra inestimável de nossa formação.

De Itamaracá e de São Vicente, melhor, de Pernambuco e de São Paulo, partiu o movimento inicial que, com a criação do Governo da Baía e o estabelecimento de vários centros de irradiação ao longo da costa, estava predestinado a assegurar a unidade brasileira, objetivo em que nenhum esforço excedeu ao dos pernambucanos. De Pernambuco se dirigiram para o norte as correntes colonizadoras que dele se teriam de assenhorear, chegando ao estuário fluvial da Amazônia e desbravando os caminhos percorridos, mais tarde, pelos que, — estimulados pelo heroísmo ou pela ambição — atingiram, pelo rio-mar e seus afluentes, a alguns pontos de nossas fronteiras ocidentais, e, infletindo para sudeste, iriam encontrar as *bandeiras* paulistas, que, na exploração do ouro e na lavra do diamante, se fixariam em Minas e Mato Grosso, e, na caça ao *índio* e no comércio do gado, demarcariam depois nossas divisas ao sul; de Pernambuco se encaminharam para o nordeste, — ao mesmo tempo que da Baía, em direções diversas — as *entradas* de que resultaria o povoamento dos sertões, sem prejuízo da relativa estabilidade econômica das regiões litorâneas, cuja prosperidade repousava, com crescente solidez nos engenhos de fabricar açúcar e no desenvolvimento das indústrias pastoril e agrícola; ainda de Pernam-



buco, e, simultaneamente, da Baía, o impulso decisivo para a multiplicação das *fazendas de criação*, que se expandiriam até aos confins do Piauí, se bem que mais numerosas e importantes às margens do rio São Francisco, onde se encontrariam, subindo ou descendo, os aventureiros audazes, que cruzavam as estradas sertanejas e que, segundo Capistrano de Abreu, transformaram aquele rio em um condensador de populações.

E quasi tudo isto fizeram as gerações varonis de tempos remotos antes de escrever a mais rutilante página de nossos fastos militares, no correr do século 17, quando, *sem império que as obrigasse, sem esperança que as persuadissem, sem prêmio que as dispuzesse*, expulsaram os Holandeses intrusos, em uma luta que durou vinte anos (1).

Com tais antecedentes, se compreende e explica facilmente como e porque, no final dessa luta, se achava enraizado nalma dos pernambucanos, — e eu diria, com mais acerto, nalma dos nordestinos — o espírito de rebeldia, acentuatadamente nacionalista, que caracterizou todas as explosões revolucionárias verificadas na antiga capitania de Duarte Coelho, desde a de 1710, — alvorecer da idéia republicana — até a de 1817, iniciada com *vivas à pátria* (2).

Mesmo depois que passámos a constituir uma nacionalidade independente, esse espírito de rebeldia continuou a subsistir, — vigoroso e indomável — ora radical em suas aspirações democráticas, ora desprendido do sentimento republicano, mas sempre extremado nas conquistas do mais avançado liberalismo.

Foi num momento em que ele se agitava febrilmente, dominado por um nobre ideal, que eu cheguei à cidade do Recife, onde se desdobravam, acidentados e irresistíveis, os derradeiros lances da campanha abolicionista. Pelejava-se por toda parte em favor da libertação dos escravos. Campos de ação eram principalmente a imprensa, os clubs, as associações, os comícios na praça pública, as conferências no teatro. E nestes últimos a arma por excelência era a oratória. Improvisavam-se tribunos, engrandecia-se a fama dos oradores já consagrados. Joaquim Nabuco, — o fulgurante artista da palavra — é bem um exemplo disso. Seu nome valia por uma bandeira, que simbolizava a idéia em marcha para

---

(1) Vide meu trabalho *Domínio Holandês no Brasil*.

(2) Tollenare — *Notas Dominicats*, pág. 179.



a vitória. Nem por outro motivo repercutiu tão estrepitosamente no país inteiro a derrota eleitoral que infligiu, em 1887, ao íntegro e austero conselheiro Machado Portela, ministro do Império. Ninguém atribuiu sua vitória ao partido liberal, de que era expoente dos mais notáveis. Triunfara com ele o abolicionismo, movimento avassalador da opinião nacional, operado, em sua última fase, fora e acima dos partidos. A prova nós a temos ali mesmo em Pernambuco: meses depois da ruidosa eleição de Nabuco, se destaca, ao lado da sua, — despertando aclamações entusiásticas e bafejada por igual aura de popularidade — a figura do mais prestigioso chefe do partido conservador, diante do qual se abatiam as bandeiras de todos os matizes partidários, sem exceção da dos republicanos, que lhe não recusavam simpatias e aplausos, em saudação cordial: (3)

“Pudeste ser meu inimigo ontem, has de, com certeza, voltar a ser meu inimigo amanhã; mas, por enquanto, és o pontífice de uma religião sublime, vais coberto pelo pálio da comunhão nacional e levas na mão a hóstia sagrada da redenção humana.”

Quem assim falava era Maciel Pinheiro, dentro em pouco um dos maiores nomes da propaganda republicana no norte do Brasil, o magistrado modelar, que trocava sua toga de juiz pela pena de jornalista para continuar a ser o patriota ardoroso, que interrompera seu curso acadêmico para ir bater-se nos pântanos do Paraguai, inspirando a Castro Alves, seu colega e seu amigo, as formosas estrofes de uma de suas mais conhecidas produções:

*Deus acompanhe o peregrino audaz...*

E' em homenagem a esse chefe do partido conservador de Pernambuco, do egrégio estadista que presidiu ao Gabinete de 10 de Março de 1888, que se realiza esta solenidade, em que se me proporciona o feliz ensejo de recordar homens e fatos da terra hospitaleira a que me prendem queridas afeições e imperecíveis saudades.

---

João Alfredo Correia de Oliveira e Andrade nasceu a 12 de Dezembro de 1835, em Itamaracá, no engenho São João,

---

(3) Eugenio Egas — *Galeria dos Presidentes de São Paulo*, pág. 622.

pertencente a seus avós maternos. Era filho legítimo de Manoel Correia de Oliveira Andrade e d. Joanna Bezerra de Andrade, abastados agricultores em *Uruaé* e herdeiros de terras do antigo morgado de *Mariúna*, em Goiana. Fez os estudos primários com o padre Pedro da Silva Brandão, no engenho de seus pais; e, iniciados os secundários, transportou-se para a cidade de Olinda, onde os concluiu sob a competente direção do proveito educador dr. José Lourenço de Vasconcellos.

Em sua meninice, teve a vida descuidosa e tranquila dos filhos dos ricos senhores de engenho do norte, que formavam, por assim dizer, uma espécie de aristocracia rural; mas, à proporção que avançava em idade, foi ouvindo, vez por outra, o eco longinquo dos acontecimentos e das convulsões que abalaram o Império, na quadra tumultuosa da *Regência* e do primeiro decênio da *Maioridade*, acontecimentos e convulsões que, em Pernambuco, culminaram na revolução nativista e anti-oligárquica de 1848. As impressões recebidas nessa época se gravaram para sempre em sua memória, no dizer de alguns, prodigiosa, e influíram decisivamente em sua mentalidade política.

Em 1852, quando se matriculou na Faculdade de Direito de Olinda, transferida dois anos depois para o Recife, dominava, sem contraste, o partido que, às vezes por ironia, se chamou da *ordem*. Os chefes mais graduados das correntes que constituíram esse partido, — velhos ou futuros titulares — iam cedendo seus postos de direção a homens novos. Paula Cavalcanti, visconde de Suassuna, — de todos o que tinha maior clientela eleitoral — havia abandonado a atividade política, não comparecendo nem mesmo ao Senado, de que fazia parte desde 1839; seu irmão, o senador Hollanda Cavalcanti, visconde de Albuquerque, se conservava nesta Capital, fiel aos seus princípios liberais, mas alheio aos dissídios de campanário; Francisco do Rego Barros, conde da Boa Vista, parente de ambos e que deles divergira em mais de uma ocasião, ao presidir sua terra, com pequenas interrupções, de 2 de dezembro de 1837 a 13 de abril de 1844, entrara para a câmara vitalícia em 1850 e se desligara, aos poucos das competições entre amigos e correligionários; Araujo Lima, marquês de Olinda, procedera de igual modo ao deixar a *Regência*. Outros, de menor evidência, seguiram seu exemplo, permitindo a extinção de *nuances* nos agrupamentos do mesmo credo político e, com a solidariedade de

todos, a unificação do partido conservador em torno de Pedro Francisco de Paula Cavalcanti de Albuquerque, posteriormente visconde de Camaragibe.

Do lado oposto tudo era desagregação e desânimo após o sacrifício inútil de Nunes Machado e a derrota dos *praieiros*, que, — excetuando aqueles que escaparam às agruras do cárcere pela fuga ou pelo exílio — tiveram de experimentar as dolorosas provações do presídio de Fernando Noronha.

Foi o período áureo da onipotência dos *Cavalcanti* sobre os quais Vilela Tavares, — poeta satírico e grande jurista — escreveria esta quadrinha que toda gente repetia (4):

Quem vier em Pernambuco  
Deve estar desenganado:  
Ou ha de ser Cavalcanti  
Ou ha de ser cavalgado...

Este ambiente ou, como se diz hoje, este clima político não era de natureza a despertar entusiasmos e vibrações intensas nos prélios partidários. Era, porém, propício à rápida ascensão dos que dispunham de prestígio de família e comunicavam das mesmas idéias dos governantes, maximé se tinham merecimento pessoal.

João Alfredo estava nesse número e lograra se aproximar de Camaragibe desde o começo de seu curso acadêmico, feito com grande aproveitamento. Bacharel em 1856, defendeu tese e doutorou-se em 1858.

Segundo um de seus biógrafos (5), fez seu treino jornalístico no *Constitucional Republicano* e no *O Conservador*. Quanto à primeira dessas folhas, houve sem dúvida engano na indicação. Ao tempo, nada justificaria este nome, — *Constitucional Republicano* — a que nenhuma referência encontrei nos trabalhos de Alfredo de Carvalho e Sebastião de Vasconcellos Galvão (6). Em relação à segunda, cumpre observar que foi uma publicação efêmera de que saíram apenas

---

(4) Pereira da Costa — *Diccionario Biographico de Pernambucanos Celébres*, pág. 435; e Clovis Bevilacqua, *Historia da Faculdade de Direito do Recife*, vol. II, pág. 23.

(5) Octavio da Costa e Silva — Conferência publicada no *Jornal do Comércio*, de 1 de Outubro de 1933.

(6) Estes trabalhos estão publicados: o primeiro na *Revista do Instituto Histórico*, tomo comemorativo da exposição de 1908, e o segundo no *Diccionario Corographico, Historico e Estatistico de Pernambuco*.

oito números e que tinha por finalidade *narrar os acontecimentos eleitorais dos dias 7 e 8 de Setembro de 1856, nas freguezias, apontando os seus verdadeiros autores* (7).

Terá João Alfredo colaborado em outros jornais da província? E' provavel, porque a imprensa era e é, em regra, a arena em que os políticos ensaiam suas primeiras armas, ganhando notoriedade e impondo-se à confiança dos partidos. Mas, em verdade, não foi um doutrinador e um polemista. Seus triunfos seriam alcançados no parlamento, na administração e no governo.

---

Em 1861, depois de ligeiro estágio na assembléia provincial, tomou assento, pela primeira vez, na Câmara dos Deputados, representando a facção mais intransigente e reacionária dos conservadores de Pernambuco, que, — na defesa de seu poderio exclusivista — resistiam à partilha das posições oficiais com os seus adversários de outrora. Estes, conquanto orfãos dos conselhos de muitos de seus chefes tradicionais, vinham se reorganizando desde 1852, e, por fim, se tornaram uma força poderosa, sob a orientação do *Liberal Pernambucano*, durante dez anos, a tribuna livre donde, juntamente com outros, Antonio Vicente do Nascimento Feitosa — corajoso e legítimo intérprete de suas aspirações — levaria aos seus companheiros vencidos na revolução a palavra de conforto e de esperança nas horas angustiosas do longo ostracismo, somente atenuado pela *política de conciliação*, inaugurada por Paraná e continuada pelos seus sucessores. No correr do tempo, os dirigentes desse novo partido puderam ter entendimentos e firmar alianças com os conservadores moderados, juntos cerrando fileiras na *liga* e na *situação progressiva*.

Essa união — todos o sabem — foi definitiva, ali como no resto do país, porque a maré democrática, *que começara a encher na eleição de 1860* (8), se transmutou em caudal avassaladora a assinalar rumos diferentes à política brasileira. Nas sessões legislativas de 1861 e 1862, os dissentimentos entre os conservadores puritanos, de um lado, e os dis-

---

(7) Estudo de Alfredo de Carvalho, citado na nota anterior.

(8) Joaquim Nabuco — *Um estadista do Imperio*, volume II, pág. 74.

sidentes e os liberais, fundidos, de outro, se tornaram patentes. Dissiparam-se equívocos. Extinguiram-se as cambiantes partidárias do passado. Definiram-se atitudes, tomando cada um caminho indicado pelo seu patriotismo.

João Alfredo não evolue. Permanece nos arraiais, onde, ao iniciar sua carreira, havia armado sua barraca de campanha. Não se envolve, entretanto, nos largos debates então travados na Câmara dos Deputados sinão para tratar de casos eleitorais ou de assuntos da política provinciana, terreno em que está sempre atento e vigilante. Demonstra-o o que ocorreu em 1862. Antonio Marcellino Nunes Gonçalves, ex-presidente, fora fortemente atacado por atos de sua administração. Defendeu-se na sessão de 9 de julho. João Alfredo aparteia-o com calor. Outros intervêm na discussão. Silveira Lobo, agressivo, diz que a província estava oprimida *sob o domínio de uma família*. Ele revida; e, na sessão de 17 do mesmo mês, enfrenta intrepidamente seus contendores. Sua oração é franca e sincera. Não se arreceia da adversidade e identifica-se nobremente com o seu partido.

Dissolvida a Câmara, não é reeleito. Pouco importa. Será combatente valoroso nas lutas locais, onde se destacam, entre os dirigentes de maior autoridade. Paes Barreto, de quem o marquês de Olinda diria, ao fechar-lhe o caixão, *ai vai encerrado o resto do tesouro que eu esperava deixar à minha província* (9), e Domingos de Souza Leão, barão de Villa Bella, até à sua morte, chefe incontestado do partido liberal.

Com a escolha de Itaboraí para presidente do Conselho de Ministros, João Alfredo retorna à Câmara em 1869; e, nas férias parlamentares, é nomeado presidente do Pará, cargo que exerce de 2 de Dezembro daquele ano a 17 de Abril do ano seguinte.

Nessa curta presidência, não pôde empreender grandes reformas.

Cuidou apenas dos problemas mais urgentes: viação, ensino, finanças.

Foi, porem, administrador habil e avisado, conforme o testemunho insuspeito do senador Souza Franco (10); *man-*

---

(9) Joaquim Nabuco — *Op. cit.*, vol. II pág. 54.

(10) Conferência do dr. Octavio da Costa e Silva, já citada na nota 5.



dem para a minha província administradores como o sr. João Alfredo.

Administrador ele o foi realmente e dos mais capazes, iria comprová-lo dentro em breve, no Ministério São Vicente, de 29 de Setembro de 1870 a 7 de Março de 1871, em que afirmou de tal modo sua personalidade que o visconde do Rio Branco, organizador do gabinete que sucedeu àquele, não quiz dispensar seu concurso, confiando-lhe novamente a pasta do Império, num dos transes mais delicados da vida nacional, quando ia ferir, iluminado pela fé patriótica, a campanha árdua e penosa de liberdade dos nascituros, primeira das etapas que percorremos, depois da abolição do tráfico, em favor da emancipação dos escravos.

Não teve de que se arrepender, porque os louros de sua vitória deve-os, em grande parte, a esse Ministro, tenaz em seus propósitos e inquebrantável em suas energias. Ele foi a audácia, a vontade, o braço forte do governo; a sua coragem passava para as almas tímidas, que receiavam o desfecho da batalha (11). E, enquanto Rio Branco, na plenitude de sua força e abroquelado na sua cultura e na sua eloquência formidáveis, rebatia, quasi sozinho, os golpes da opposição, João Alfredo, calmo, sereno, impassível, safa ao encontro dos adversários, derrotando-os em pugnas memoráveis. A habilidade de seu chefe, Paulino de Souza — na frase de Tobias Monteiro, *chefe que não mandava, pedia; que não ameaçava, convencia* — contrapunha suas notáveis qualidades de comando, triunfando, dia a dia, dos recursos inesgotáveis de exímios esgrimistas parlamentares, em cuja constelação brilhavam a elevação literária de José de Alencar, a ironia mordente de Ferreira Vianna, a fertilidade exuberante de Duque Estrada Teixeira, a erudição jurídica de Perdigão Malheiros, a dialética assombrosa de Andrade Figueira (12).

Chamaram-no nessa época *leader taciturno dos encerramentos*, expediente regimental de que muito se serviu o governo para evitar a protelação dos debates. Mas isto o não deprime. Quem conhece a psicologia das assembléias políticas não ignora que discursos não mudam votos. Quando muito, preparam a opinião, trabalham o terreno que deve

---

(11) Timon, pseudônimo de Eunapio Deiró, em *Estadistas e parlamentares*.

(12) Tobias Montefro — *Pesquisas e depoimentos*.

ser semeado; e esta missão competia aos oradores da maioria e ao próprio Presidente do Conselho. Aos auxiliares deste estava reservado outro papel. E ninguém desempenhou melhor o seu do que João Alfredo (13). Comparavel à atividade que desenvolveu, mas em setor diverso, só a de Teixeira Junior, depois visconde de Cruzeiro, sem contestação possível um dos mais eficientes colaboradores de Rio Branco, na presidência da Câmara.

Na sessão de 1874, a *ordem do dia* dos trabalhos legislativos foi, quasi sempre, dividida em duas partes, para que a discussão sobre o ventre livre não prejudicasse o andamento de outras matérias urgentes. E João Alfredo, que no debate daquele projeto, se mantivera sistematicamente arredio da tribuna, frequentou-a, com relativa assiduidade, versando vários assuntos. Seus discursos nas sessões de 11 e 17 de julho sobre o orçamento do Ministério do Império merecem atenciosa leitura. Por eles se vê que era perfeito conhecedor dos negócios de sua pasta.

Si bem que dotado de elocução facil, não tinha grandes vôos oratórios. Primava, sobretudo, pelo concisão e clareza na exposição dos fatos (14). Preferia a ação à palavra e esse o segredo do êxito que alcançou na administração e no governo.

Foi Ministro do Império, seguidamente, de 29 de Setembro de 1870 a 25 de Junho de 1875; quatro anos e quasi nove meses. Numerosas e marcantes suas iniciativas e realizações, entre as quais algumas obras para a remodelação desta cidade, o ajardinamento da actual Praça da República, uma concessão para o arrazamento dos morros de Santo Antonio e do Castelo, a construção de muitos prédios escolares, a criação do conservatório dramático, da Diretoria de Estatística e do Asilo dos Meninos Desvalidos, a regulamentação do registo civil dos nascimentos, casamentos e óbitos e a dos exames de preparatórios, inclusive nas províncias onde não havia faculdades superiores, a reorganização da Secretaria de Estado, da Escola Politécnica, do Instituto de Surdos-Mudos e de outros estabelecimentos de ensino, as providências para o recenseamento da população do Império. Sua preocupação máxima foi a instrução pública. Demorasse um pouco mais

(13) A. Tavares de Lyra — *A Presidencia e os Presidentes do Conselho de Ministros*.

(14) Timon — *Op. cit.*

no Ministério e teria sido o fundador de nossa primeira Universidade. Os documentos oficiais são, a este respeito, de significação iniludível.

Das questões que absorveram sua atenção, uma houve de altíssima relevância; a denominada *questão religiosa*, que alienou do trono as simpatias do clero. Em 3 de Março de 1872, a maçonaria efetuou uma sessão em honra do visconde do Rio Branco, sendo orador o padre Almeida Martins, a quem o bispo d. Pedro Maria de Lacerda privou das ordens sacras. Esse ato deu lugar a severos comentários, em que foi envolvido o nome de d. Vital, já preconizado bispo de Olinda e considerado ultramontano perigoso num folheto intitulado *Ponto negro* (15).

Espírito de rara combatividade, o novo bispo da diocese pernambucana se não quedou indiferente. E, chegado ao Recife, abriu hostilidade contra os *maçons*, que, em dois jornais — *A Família Universal* e *A Verdade* — procuraram desvirtuar seus intuitos, agravando o conflito, que se generalizou por outras províncias e a que prestou sua adesão d. Antonio de Macedo Costa. Interveiu inutilmente o poder temporal, seguindo-se, afinal, a prisão e o processo dos dois bispos — de Pernambuco e do Pará — que deixaram de cumprir integralmente as penas a que foram condenados, em consequência da anistia concedida sob o último Ministério Caxias.

No decurso da luta, João Alfredo agiu com grande energia e decisão. Fê-lo, porem, constrangido, por ser admirador do talento e da enfiatura moral de d. Vital, seu amigo e penso que seu parente. E' o que se depreende de trechos da correspondência de que nos dá notícia o ilustre dr. Octavio da Silva e Costa, em interessante estudo de que transcrevo esta passagem (16).

...“João Alfredo manteve em toda vida o retrato de d. Vital em seu salão de visitas. Inquerido uma vez da causa de sua attitude paradoxal na questão religiosa, respondeu: *Fraqueza, meu amigo, unicamente fraqueza... Porque não tive a coragem de parecer aos outros fraco...*”

A confissão diz tudo: *não teve a coragem de parecer aos outros fraco...* Fracos também não quizeram parecer seus colegas e, quem sabe, foi talvez por falta de tolerância, de

(15) Padre Galanti — *Historia do Brasil*, vol. V, pág. 32.

(16) Conferência citada em notas anteriores.

moderação e de brandura, de parte a parte, que se não conjurou a tempo essa lamentável questão...

Em 1875, dissolvido o gabinete de 7 de Março, João Alfredo continuou a ocupar seu lugar na Câmara dos Deputados, já na última sessão da legislatura, que se encerrou em Outubro.

Pouco depois, a 20 de Novembro, vagava a diretoria da Faculdade de Direito do Recife, com a aposentadoria do visconde de Camaragibe (17). Foi nomeado para preenchê-la em 17 de Janeiro do ano seguinte (18) e dela só se exonerou em 1887, ao ser investido das funções de Conselheiro de Estado (19).

Nem sempre esteve no exercício efetivo do cargo, já em virtude de viagens, uma das quais à Europa, já por exigências do desempenho de seu mandato de senador. Excedeu-o, interpoladamente, por espaço de cinco anos, mais ou menos.

Ao que consta, não era muito querido dos acadêmicos. E Phaelante da Camara, — em 1891 nomeado lente daquela faculdade, de cuja douta congregação foi ornamento brilhantíssimo — nos informa de um incidente pessoal, digno de nota, na *memória histórica* de 1903, considerada por Clovis Bevilaqua um acontecimento literário empolgante, pelo extraordinário brilho do estilo, pela firmeza de alguns traços com que desenhou figuras e épocas e pelas saborosas anedotas com que polvilhou de graças a sua narrativa (20):

...“Entre outros fatos referentes à sua pessoa, ao tempo de acadêmico, narra Phaelante o seguinte:

Queixou-se J. J. Seabra à congregação de um artigo publicado num jornal de que eram redatores o mesmo Phaelante e Martins Junior. Este último foi excluído do processo disciplinar por já se ter formado. Ficaram Phaelante, então terceiro anista, e Francisco Campello, do quarto ano, por ser um dos corresponsáveis pelo jornal. Campello, porém, aproveitou a oportunidade para desligar-se da escola, e Phaelante foi o único a defender-se. Não obtendo a benevolência

---

(17) Pereira da Costa — *Op. cit.*, pág. 747.

(18) Henrique Martins — *Lista geral dos bachareis e doutores da Faculdade de Direito do Recife*.

(19) Clovis Bevilaqua — *Op. cit.*, vol. II, pág. 213.

(20) Clovis Bevilaqua — *Op. cit.*, vol. II, págs. 155-156.



da congregação, recorreu para o Imperador, solicitando perdão da pena disciplinar.

“O Imperador (transcrevo as palavras do autor da *memória*), logo que o ministro do Império segundo a própria confissão deste ao meu amigo, Dr. José Mariano, lhe falou nos meus papéis, disse textualmente: *Traga, sr. Franco de Sá, tenho boa vontade a respeito desse moço*, predisposição de simpatia que só pude, naquele momento, como hoje, atribuir ao fato de haver escrito um panfleto em versos contra sua majestade, tendo a petulância de remeter-lhe dois volumes registados, por intermédio do seu mordomo.

Esta maneira de responder à má vontade política dos seus inimigos, aliás, estava nos moldes largos da magnanimidade excepcionalíssima do sr. d. Pedro II”.

Mas o recurso, encaminhado em Outubro de 1884, somente em Junho de 1885 obteve despacho favorável. Chegando a época dos exames, antes desse despacho, Phaelante apresentou-se. Um dos examinadores lembrou ao presidente da banca, Pinto Pessoa, que esse aluno estava suspenso. Alegou o examinando que interpuzera recurso da pena disciplinar que lhe fora aplicada, e o recurso, segundo preceituavam os Estatutos, tinha efeito suspensivo. O presidente verificou a verdade da alegação, e a prova escrita se fez. No dia seguinte, Phaelante foi chamado ao gabinete do diretor, João Alfredo. Depois de troca de explicações, o diretor declarou que o estudante não poderia entrar em exame oral, sem o requerimento à diretoria. A petição foi feita, mas o despacho se protraiu, apesar das reclamações do interessado, até chegar o perdão imperial...”

Phaelante qualifica esse ato de prepotência mascarada. Clovis, porém, não endossa o conceito, expendendo, ao contrário, juízo altamente elogioso sobre João Alfredo, a propósito de um concurso realizado na Faculdade em 1878 (21):

...“E’ muito digna de registo a informação de João Alfredo sobre os concorrentes. Aliás, nas outras, sempre se revela homem de alto critério, que apanha, com facilidade, e diz, com felicidade, a característica de cada um. Mas tenho que será esta uma das melhores documentações dessas qualidades.

Transcrevo a parte referente aos candidatos que a congregação incluiu na proposta: “O dr. Barros Guimarães,

(21) *Op. cit.*, vol. I, pág. 224.



mais moço que todos os concorrentes, tinha reputação, geralmente aceita, de talentoso e trabalhador. Mas surpreendeu a todos com as provas que exhibiu no concurso, a que veio logo depois do seu doutoramento, occupado, ao mesmo tempo, com estudos diversos para o concurso de Retórica, em que também se inscrevera e obteve o primeiro lugar, com pequeno intervalo de um para outro concurso. E', sem dúvida, o mais eloquente dos candidatos propostos. Vivíssimo e penetrante na defesa de suas opiniões, mostrou muito vigor na argumentação.

A preleção foi excelente....

Como o dr. Meira de Vasconcellos, de quem já falei, este candidato venceu grandes difficuldades para formar-se em direito, estudando com os meios que lhe fornecia o próprio trabalho; foi mestre particular e, em uma legislatura, membro da assembléia desta província; presentemente é substituto das cadeiras de línguas no curso anexo, lugar para que foi nomeado quando ainda era estudante desta Faculdade. Seus costumes são puros, sua reputação ilibada.

O dr. Duarte Pereira revelou, na arguição e na defesa, estudos sólidos, talvez mais sistematizados que os do dr. Barros Guimarães; com este, à notavel distância dos outros, disputou sempre o primeiro lugar, e parece-me que o teria obtido se não tivesse ficado inferior na preleção...

Este candidato é, actualmente, secretário do governo da província; foi juiz ativo, inteligente e honrado, tendo sido professor particular de preparatórios e consta que fez estudos sérios e trabalhos úteis sobre a história pátria. E' casado e goza do melhor conceito.

O dr. José Austregesilo em nenhuma das provas esteve igual aos seus dois companheiros..."

Reproduzi apenas o essencial para mostrar a exação e imparcialidade de suas informações officiais, mesmo tratando-se de um adversário, que era secretário da presidência, — o dr. José Hygino Duarte Pereira.

Não ha, portanto, favor em reconhecer e proclamar que, — fossem quais fossem as falhas de sua administração — João Alfredo occupou com distincção o cargo de diretor da Faculdade, em que tivera por antecessores Pedro de Araujo Lima, marquês de Olinda, Antonio Peregrino Maciel Monteiro, barão de Itamaracá, bispo d. Thomaz de Noronha, cônego Miguel do Sacramento Lopes Gama, Bernardo José da Gama, visconde de Goiana, e Pedro Francisco de Paula Cavalcanti de Albuquerque, visconde de Camaragibe.

Depois da votação da lei de 28 de Setembro de 1871, Rio Branco declarou que João Alfredo conquistara o bastão de marechal; e, de fato, foi de seus colegas de ministério o único que atingiu a posição de chefe de partido (22).

Começou pela sua terra, onde lhe coube a herança política de Camaragibe, a quem substituiu na chefia do partido conservador e na cadeira de senador do Império.

Quanto a esta, — a cadeira de senador — ninguém lhe disputava a honra de ser o seu ocupante.

Em relação à chefia do partido, sim; existiam competições e rivalidades ocultas, que não explodiram graças ao seu tacto e prudência. Nessa ocasião, fez-se eleger deputado provincial, entrando em contacto imediato e directo com os chefes locais, congregando-se em redor de sua pessoa, e procurou dar a cada um dos correligionários mais graduados e com individualidade própria o justo valor a que tinha direito pela sua lealdade e pelos seus serviços. Destarte, consolidou sua crescente ascendência partidária, sem choques e sem dissídios, de tal sorte que, na primeira eleição, realizada sob a lei Saraiva, os conservadores, em opposição, mas coesos, se puderam aproveitar das divergências surgidas entre os liberais após o desaparecimento de Villa Bella, em Outubro de 1879, e mandar à Câmara oito deputados numa representação de treze.

Na política geral, não teve impaciências, nem precipitações. Soube atuar com habilidade e discreção, alargando lentamente o círculo de sua influência, que, no declínio do reinado, era indiscutível no seio do seu partido.

Quando este subiu ao poder, em 1885, recusou-se a ser ministro (23), sem todavia negar apoio ao governo, de que aceitou uma comissão, a presidência da província de São Paulo, que administrou com sabedoria e elevado espírito de justiça.

---

Senador desde 1877 e conselheiro de Estado dez anos depois, estava no fastígio de sua carreira política, quando lhe tocaram os pesados encargos da organização do gabinete de 10 de Março de 1888, com a melindrosa tarefa de resolver a questão do elemento servil. Qualquer adiamento era já

---

(22) Joaquim Nabuco — *Op. cit.*, vol. III, pág. 203.

(23) Tobias Monteiro — *Op. cit.*, pág. 188.

então impossível. A propaganda abolicionista cavara sulcos profundos em todas as camadas sociais e a nação se não satisfazia mais com as medidas contemporizadoras. Exigia que o cativo fosse extinto, *sem condições e sem delongas*, na expressão de Jeronymo Sodré (24), precursor do movimento parlamentar em que pelejou uma legião de bravos, cada qual mais inflamado pela paixão da liberdade, e que teve na imprensa representantes insignes e destemidos em Luiz Gama, Ferreira de Menezes e José do Patrocínio, — tres descendentes da raça infeliz. — Em vão Souza Dantas propuzera uma fórmula de transigência dentro do seu programa: *nem retroceder, nem parar, nem precipitar*. A maioria da Câmara repeliu essa fórmula, forçando-o a demitir-se ante uma moção de desconfiança sobre que escreveria Gusmão Lobo, no *Jornal do Comércio* (25):

...“O voto da Câmara foi um erro, de que, oxalá, não tenha de se arrepender e nós todos de lamentar. O projeto do governo podia ser emendado, modificado, alterado ou ampliado, como quiserem; rejeitá-lo sem discuti-lo significa não querer nada e aqui o nada é impossível agora.

A torrente já se despençou no monte; moderar-lhe o curso é de prudente política; antepor-lhe um dique é obrigá-la a represar-se momentaneamente até que, engrossada, ela rompa o estorvo e no ímpeto da queda tudo arraste consigo, espalhando ruínas em torno. Nada querer aqui é desafiá-la tudo...”

E foi efetivamente. A chamada *lei dos sexagenários*, promulgada em Setembro do mesmo ano, em vez de acalmar, exacerbou a opinião nacional.

Em 1888, a instituição máldita estava irremediavelmente condenada. João Alfredo não teve ilusões. Foi ao encontro dos anseios da alma popular; e, convidado a substituir Cotegipe, partiu para a casa deste, a quem expôs sem reservas todo seu pensamento (26):

“— Meu amigo, ponhamos as cartas na mesa. Eu sou chamado a organizar o ministério. O senhor conhece as minhas idéias em relação à escravidão.

---

(24) Discurso proferido na Câmara dos Deputados em 5 de Março de 1879.

(25) Evaristo de Moraes — *A escravidão africana no Brasil*, pág. 190.

(26) Tobias Monteiro — *Op. cit.*, pág. 187.

Diga-me que auxilio me presta.

— Organize e conte com os meus amigos.

...Realmente nenhum de seus amigos faltou. Da Baía até seu genro, o sr. Araujo Pinho, foi fiel ao gabinete..."

Ele próprio, no Senado, a 12 de Maio, aplaudiu a orientação do governo, em discurso que ficou célebre, declarando que o ministério não tinha outra coisa a fazer senão promover a abolição e *quanto antes*, porque *ela não era mais do que o reconhecimento de um fato já existente*.

João Alfredo foi, portanto, um realizador oportunista. Mas o senso da oportunidade outros muitos poderiam ter tido. Naquele instante o seu grande mérito de estadista consistiu principalmente em antever com clareza as perturbações de ordem econômica e financeira que adviriam da *lei áurea*, traçando, — para atenuá-las em seus efeitos, — um plano inteligente de ação, que executou sem vacilar e de que diria em seu *testamento* (27).

... Abolida a escravidão, começou-se tranquilamente o trabalho livre; multiplicaram-se os imigrantes; se no primeiro momento, a produção agrícola teve abalos e depressões locais, tornou-se logo manifesta a sua tendência para se desenvolver; cresceram as rendas públicas; expandiu-se o comércio; o câmbio, antes oscilante no ponto que se declarava ser o mais alto possível, e a que se teve a idéia de reduzir a taxa legal, não só subiu ao par, mas foi além, sem artifício ou intervenção de qualquer natureza; afluio para os nossos mercados ouro estrangeiro, a maior parte em moeda inglesa; esse ouro circulava com diferença para menos do papel do Estado, então acima do nosso padrão monetário, e convergia para o Tesouro Nacional, porque ninguém queria recebê-lo pelo valor legal; tive necessidade de restabelecer e declarar obrigatório o curso da libra esterlina, conforme a lei de 1846; a Casa da Moeda longos anos limitada à moedagem de cobre e níquel, cunhava ouro e prata em quantidade que requereu a admissão de maior número de operários; enfim, o crédito do Brasil se elevou à maior altura e tornou fáceis grandes operações, como a conversão da dívida externa, de que eu tinha começado a tratar e que o meu sucessor realizou..."

A sua gestão na pasta da Fazenda, — cautelosa, previdente e profícua — não correspondeu idêntico sucesso na

---

(27) Encontra-se em Eugenio Egas, *op. cit.*, págs. 624 e seguintes.



direção política do gabinete. Impediram-nos os antagonismos e o acirramento de ódios no seio dos partidos constitucionais, para os quais apelou, por amor ao regime monárquico, pedindo trégoas, em face das irritações militares e da propaganda republicana. Nada conseguiu; e, rudemente alvejado por ferinas increpações, dentro e fora do parlamento, exonerou-se a 7 de junho de 1889. Sentia-se incompreendido, e, a exemplo de Cotegipe, deixava de ser também um visionário. Suas palavras traduzem mágoa e desalento (28):

...“Tinha, felizmente, para me confortar o afeto da esposa e dos filhos, a doce intimidade de alguns amigos fiéis, a simpatia de honrados cavalheiros, que não tinham cercado a minha prosperidade, e, sobretudo, a paz da alma, da alma cristã, que confia na verdade, se resigna aos revezes e perdoa as ofensas. Foi este o asilo a que me recolhi em junho de 1889...”

Nesse recolhimento se achava e permaneceu a 15 de Novembro, alimentando, a princípio, a idéia da restauração da realza, que era o passado e não voltaria mais. Estava definitivamente encerrada sua carreira política.

Sempre foi conservador. De começo, — no período da aprendizagem — com todos os exageros dos partidários apaixonados; depois — modificado pela educação parlamentar e pelas contingências do governo — com a plasticidade dos *leaders* e a *suplesse* dos estadistas. Por fim, a política se lhe afigurava, como a definiu alguém, *a mestra da disciplina no regime legal da liberdade*.

Era uma inteligência lúcida, aprimorada pela leitura dos clássicos e por acurados estudos históricos. Pouco acessível à lisonja. Não cortejava a opinião. Sentencioso e frio. Astuto e sagaz. Voluntarioso e enérgico. Muito reservado. Habilíssimo em despertar e cultivar dedicações.

---

A política lhe arrebatara parte dos haveres que herdara; e, implantadas as instituições vigentes, empregou sua atividade na lavoura, comprando, em São Paulo, uma fazenda de café, que vendeu, anos decorridos, com lucros apreciáveis.

Tentou, em seguida, a advocacia nesta capital, tendo por companheiro de escritório Joaquim Nabuco, seu adversário

---

(28) Do *testamento* citado na nota anterior.



em dias idos, seu aliado no último combate à escravidão, seu desinteressado amigo no infortúnio.

Esse escritório não deu resultados remuneradores (29) e, fechadas suas portas, se retraiu de todo, vivendo com simplicidade e modéstia, até que o marechal Hermes da Fonseca o foi buscar espontaneamente em seu retiro, a 4 de Abril de 1911, para nomeá-lo presidente do Banco do Brasil, sem condicionar semelhante nomeação à renúncia de suas crenças políticas. Ao governo bastavam, — e constituíam, com efeito, valioso penhor de sua lealdade — as credenciais de sua integridade moral e de seu devotamento à causa pública. Deu-lhe plena autonomia de ação, autonomia de que não abusou e de que era muito cioso, conforme já mostrou neste recinto nosso orador perpétuo, o venerando senhor barão de Ramiz Galvão (30):

...“Sempre ativo, nobre e correto, nem por isso deixou de ser vítima dos botes pérfidos da malevolência.

E’ o destino das grandes árvores: sacode-as mais violento o tufão.

Entre outras investidas, atribuíram-lhe uma vez a fraqueza de ceder indebitamente no Banco a certa ordem do Chefe de Estado.

A sua resposta está lavrada nestes termos, no relatório de 1914: *Um septuagenário norte-americano disse que estava no sétimo andar da vida. Eu estou acima; e, no alto em que me aproximo do Supremo Julgador, diz-me a consciência que não levo no rol de minhas culpas a subserviência a quem quer que seja.*

Dirigiu o Banco do Brasil até 26 de Novembro de 1914, ano em que tive a satisfação de conhecê-lo pessoalmente. Rebentara a guerra européia e em nossas praças comerciais, — já combalidas por agudíssima crise financeira — se espalhara verdadeiro pânico. O Tesouro, completamente exausto, estava impossibilitado de ir em seu socorro e tivemos de recorrer a dois meios extremos: o segundo *fundings*, com a suspensão do pagamento dos compromissos da dívida externa, e a emissão do papel-moeda para atender às necessidades de ordem interna.

Para resolver sobre esta, — a emissão de papel-moeda — reuniram-se, no Ministério da Fazenda, as comissões de

---

(29) Rodrigo Octavio — *Minhas memórias dos outros*.

(30) *Revista do Instituto Histórico*, tomo 85, pág. 614.

finanças das duas casas do Congresso. Membro da comissão de finanças do Senado, compareci a essa reunião. Estava presente João Alfredo, a cujo lado tomei assento. Diversos os alvitres sugeridos, vencendo os que constam da lei número 2.863, daquele ano. A discussão prolongou-se por horas e, no correr dela, passamos a conversar amistosamente sobre vários assuntos.

Em momento dado, — e com a curiosidade natural dos que têm pendor pelos estudos genealógicos — indagou se minha família era mesmo do Rio Grande do Norte. Respondi-lhe que não, que era de Pernambuco. Perguntou então se era parente do dr. Joaquim Tavares de Mello Barreto e, ante minha afirmativa, lembrou, em doce evocação, divergências que os separaram na política da província e das quais já lhe não restavam nem queixas nem ressentimentos.

Narro o fato, porque em Joaquim Tavares, que foi deputado provincial e geral em várias legislaturas, presidente de Alagoas de 1882 a 1883, diretor da Faculdade de Direito do Recife, durante quatorze anos (1897 a 1911), erudito cultor das letras jurídicas e distintíssimo advogado (31), tivera ele um de seus mais irredutíveis adversários.

Após esse encontro, tivemos um segundo, aqui no Instituto, ao ser comemorado o centenário da revolução pernambucana de 1817. Tratou-me, como da vez anterior, com fidalga gentileza.

---

Finou-se dois anos exatamente depois, a 6 de Março de 1919. E finou-se no silêncio e no esquecimento dos que, sobrevivendo ao seu tempo, saem insensivelmente da cena política. Nos seus funerais não houve as pompas e os aparatos suntuosos de que se revestem, de ordinário, os dos grandes da terra. Mas seu nome, vinculado a duas das maiores conquistas sociais do Brasil Império, — a do ventre livre e a da extinção dos escravos — jamais desaparecerá da memória de seus concidadãos.

Inapagáveis o clarão e o esplendor de sua glória.

(*Aplausos calorosos e prolongados.*)

---

(31) Clóvis Bevilacqua — *Op. cit.*, vol. II, pág. 214; e *A Cultura Acadêmica*, Recife, 1904, vol. I, págs. 25-26.

Nada mais havendo a tratar, o sr. presidente, reiterando os aplausos conferidos ao ilustre conferencista e agradecendo a presença do numeroso e distinto auditório, levantou a sessão.

Levantou-se a sessão às 19 horas.

WANDERLEY DE PINHO, *servindo de 2º secretário*.

---

SESSÃO 1.614. ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA (ART. 25 DOS ESTATUTOS) EM 19 DE DEZEMBRO DE 1935.

PRESIDÊNCIA DO SR. MANOEL CICERO PEREGRINO DA SILVA  
(1º *Vice-Presidente*)

As 16 e meia horas abriu-se a sessão com a presença dos seguintes sócios, Manoel Cicero Peregrino da Silva, Augusto Tavares de Lyra, Benjamin Franklin Ramiz Galvão, Max Fleiuss, Francisco Radler de Aquino, Rodolfo Garcia, Fernando Luiz Vieira Ferreira, Braz Hermenegildo do Amaral, Luiz Felipe Vieira Souto, Theodoro Sampaio, José Maria Moreira Guimarães, José Mattoso Maia Forte, Alexandre Emilio Sommier, Virgílio Corrêa Filho e Federico Lunardi.

O sr. Manoel Cicero (*presidente*) declarou que a presente assembléia geral obedecia ao disposto no art. 25 dos Estatutos. Tendo sido feita a primeira convocação para o dia 15 de Dezembro e não tendo havido número legal, pois é indispensavel a presença de 21 sócios, mandou convocar a reunião para o dia de hoje, nos termos do parágrafo único do art. 63, dos Estatutos. Nomeou para escrutinadores das eleições a que se ia proceder, os Srs. Virgílio Corrêa Filho e Alexandre Emilio Sommier.

O sr. Fleiuss (1º *secretário perpétuo*) leu das *Efemérides Brasileiras* do barão do Rio Branco as relativas à data da sessão.

O sr. presidente comunicou que o dr. Justo Pastor Prieto, ministro da Educação e Justiça da República do Paraguai, participou em telegrama dirigido ao 1º vice-presidente do Instituto, ter sido constituída a mesa diretora do Instituto Geográfico e Histórico do Paraguai, sob a presidência do general José Felix Estigarribia, o que importa no início do funcionamento da nova instituição para cuja organização havia o Governo paraguaio nomeado uma comissão de eminentes intellectuais.

O sr. presidente declarou que o Instituto Brasileiro recebia com o maior agrado a comunicação e se congratulava com o ministro Prieto e com o Instituto Paraguaio pelo auspicioso acontecimento.

O sr. Max Fleiuss apresentou o novo trabalho de monsenhor Federico Lunardi intitulado *La vida en las tumbas*.

Propôs ainda que na galeria do Instituto fosse colocado o retrato do Sr. Felix Pacheco, não só em homenagem pessoal a esse sócio benemérito, como aos múltiplos serviços que dele recebera como diretor do *Jornal do Comércio*. E pediu que a proposta fosse discutida e votada.

Declarou o Sr. presidente que o trabalho de monsenhor Lunardi era recebido com o apreço que merece o ilustre consócio cuja erudição é de todos conhecida.

Quanto à proposta relativa a Felix Pacheco, declarou que se julgaria dispensado de a respeito consultar a casa, pois que se trata de um amigo do Instituto e cuja memória tudo lhe merece. Não obstante, como naquele sentido é feita a proposta, submetia-a à discussão e votação, que deu em resultado a aprovação unânime.

Em seguida o sr. presidente mandou que se procedesse à eleição dos cargos da diretoria não providos vitaliciamente e das comissões permanentes para o biênio de 1936-1937.

Foram recolhidas quatorze cédulas que o sr. presidente passou, ato contínuo, aos escrutinadores, Srs. Virgilio Corrêa Filho e Alexandre Emilio Sommier, sendo o seguinte o resultado.

Cédulas para os cargos da diretoria:

#### PRIMEIRO VICE-PRESIDENTE

Manoel Cicero Peregrino da Silva, 13 votos (reeleito);  
Miguel de Carvalho, 1 voto.

#### SEGUNDO VICE-PRESIDENTE

Augusto Tavares de Lyra, 13 votos (reeleito);  
Clovis Bevilacqua, 1 voto.

#### TERCEIRO VICE-PRESIDENTE

Rodrigo Octavio de Langgaard Menezes, 14 votos (reeleito).

## SEGUNDO SECRETÁRIO

Luiz Felipe Vieira Souto, 13 votos (reeleito);  
Mario de Souza Ferreira, 1 voto.

## TESOUREIRO

Francisco Radler de Aquino, 13 votos (reeleito);  
Carlos da Silveira Carneiro, 1 voto.

Procedeu-se, em seguida, à eleição das *Comissões Permanentes*, recolhidas quatorze cédulas, saindo eleitos.

## HISTÓRIA

Max Fleiuss;  
Basílio de Magalhães;  
Alfredo Valladão;  
Helio Lobo;  
Souza Docca.

## FUNDOS E ORÇAMENTO

Rodrigo Octavio;  
Alfredo Lage;  
Oliveira Vianna;  
Wanderley Pinho;  
Mattoso Maia Forte.

## GEOGRAFIA

José Maria Moreira Guimarães;  
Carlos da Silveira Carneiro;  
Thiers Fleming;  
Radler de Aquino;  
Alexandre Sommer.

## ARQUEOLOGIA E ETNOGRAFIA

Theodoro Sampaio;  
Roquette Pinto;  
Rodolfo Garcia;  
Afranio Peixoto;  
Virgilio Corrêa Filho.



## BIBLIOGRAFIA

Alfredo do Nascimento;  
Jonathas Serrano;  
Raul Tavares;  
Laudelino Freire;  
Vilhena de Moraes.

## ESTATUTOS

Cincinato Braga;  
Pedro Calmon;  
Nelson de Senna;  
Liberato Bittencourt;  
Leão Teixeira Filho.

## ADMISSÃO DE SÓCIOS

Ramiz Galvão;  
Miguel de Carvalho;  
Epitacio Pessoa;  
Manuel Cicero;  
Augusto Tavares Lyra.

O sr. presidente proclamou o resultado das eleições, dizendo que o comunicaria ao Governo Federal, nos termos do art. 27 dos Estatutos. Agradeceu à assembléia a renovação do honroso mandato, a que procurará corresponder na medida das suas forças. Convidou os eleitos a tomarem posse no dia 7 de janeiro próximo, segundo estabelece o parágrafo único do art. 25.

Antes de encerrar-se a sessão, monsenhor Frederico Lunardi leu uma interessante comunicação a propósito de um fragmento de madeira pertencente à primitiva capela de Sumidouro, em Minas Gerais, ao tempo dos bandeirantes.

O fragmento de madeira, oferecido pelo consócio, monsenhor Lunardi, tem, colado ao mesmo, os seguintes dizeres:

— *“Pedaco de madeira tirada dos postes que formaram a primeira capela (?) de Minas Gerais, na Quinta de São João do Sumidouro, de Fernão Dias Paes.”*

O sr. presidente declarou que a apreciavel oferta seria recolhida ao museu do Instituto.

O sr. Fleiuss propôs e foi aprovado, que a ata da presente assembléia geral fosse assinada pelo Sr. presidente e pelos dois escrutinadores, a exemplo do que se tem praticado, considerando-se, assim, aprovada.

Nada mais havendo a tratar, o sr. presidente levantou a sessão às dezesete e meia horas.— *Manoel Cicero.* — *Virgílio Corrêa Filho.* — *Alexandre Emilio Sommer.*

CARTEL DE LEI  
MANOEL CICCERO  
VIRGILIO CORREA FILHO  
ALEXANDRE EMILIO SOMMER

---

RIO DE JANEIRO  
IMPrensa NACIONAL

1939



## ERRATA 170

Pág. 104 — linha 27 — carrencas, lea-se *carranca*.

Pág. 153 — linha 14 — socios, lea-se *sócos*.

Pág. 170 — linha 8 — 1884, lea-se "1889".

Pág. 207 — linha 41 — Bertiga, lea-se *Bertioga*.

Pág. 209 — linha 2 — 1858 lea-se "1558".

